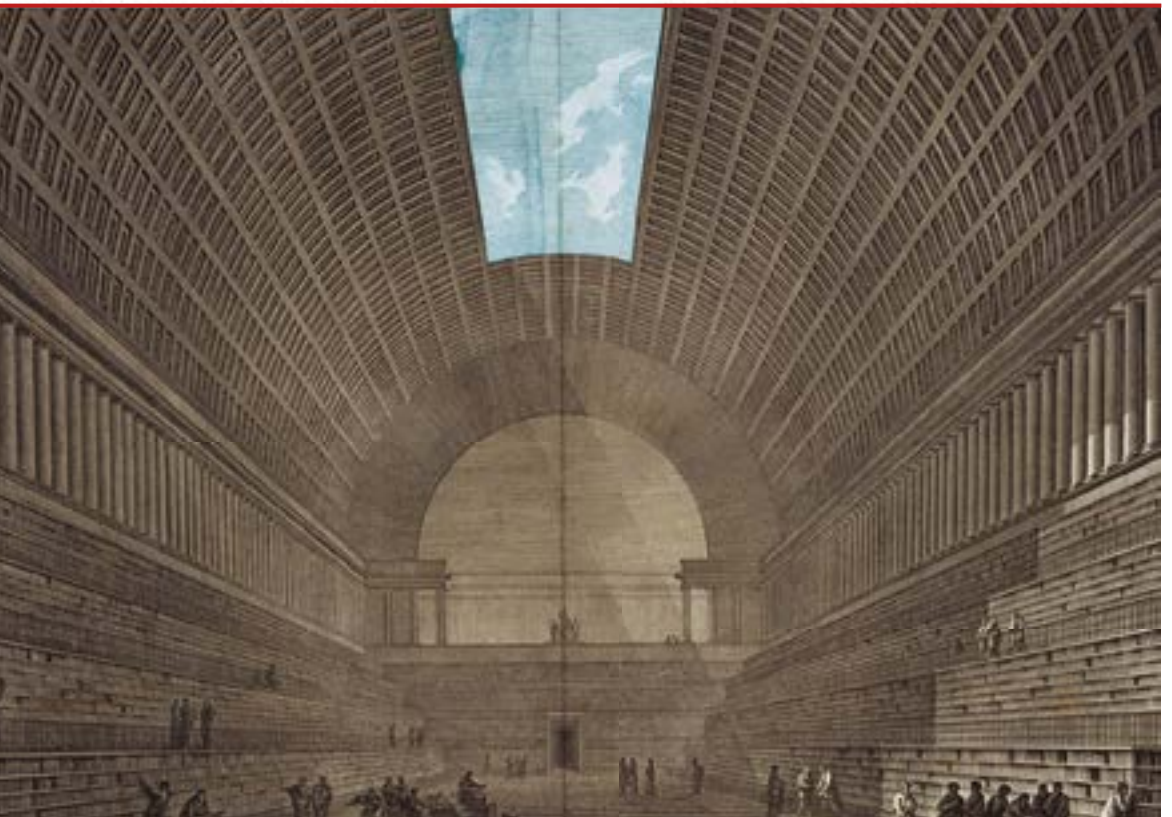
SEGUNDA EDIÇÃO

De bibliotecas e biblioteconomias: percursos

Antonio Agenor Briquet de Lemos



Antonio Agenor Briquet de Lemos, mais conhecido como professor Briquet, reuniu nesta obra 28 trabalhos publicados em diversas fontes no período de 1968 a 2014. A maioria estava dispersa em diferentes publicações, muitas delas de difícil acesso. Segundo o autor, aqui estão "alguns dos caminhos que percorri no mundo das bibliotecas, da informação e da comunicação científica" (Apresentação, p. x).

O professor Briquet é uma daquelas raras pessoas que têm o dom de fazer com alta qualidade tudo que se propõem a realizar. É um indivíduo multifacetado, tendo exercido inúmeros ofícios. Entre eles podem ser mencionados o de tipógrafo, jornalista, revisor de textos, bibliotecário, tradutor, professor, diretor de bibliotecas e centros de documentação, chefe de departamento acadêmico, diretor de editoras (universitária e da área comercial) e da unidade nacional de informação científica e tecnológica. É esse somatório de experiências que transformou o Briquet num arguto analista da realidade brasileira.

Aliando inteligência e curiosidade intelectual, Briquet nos brinda com esta obra uma oportunidade rara de conhecer a evolução das bibliotecas e da biblioteconomia brasileira ao longo desses 46 anos. Lendo os 28 capítulos é possível entender as razões do sucesso ou das falhas de vários projetos voltados para a melhoria e modernização das bibliotecas em nosso contexto.

DE BIBLIOTECAS E BIBLIOTECONOMIAS: PERCURSOS

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO PROPOSITALMENTE

De bibliotecas e biblioteconomias: percursos

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Prefácio de Gilda Maria Whitaker Verri

Segunda edição

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS

© 2025 Antonio Agenor Briquet de Lemos

Edição licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição Não Comercial Sem Derivações 4.0 Internacional

Capa: Realização de Cristina Gomide, com base em concepção do autor.

Projeto gráfico e digitação: Briquet de Lemos / Livros.

Revisão: Maria Lucia Vilar de Lemos.

Capa: Vue intérieure de la nouvelle salle projetée pour l'agrandissement de la bibliothèque du Roi. [Mémoire sur les moyens de procurer à la bibliothèque du Roi les avantages que ce monument exige], de Étienne-Louis Boullée (1728–1799). Projeto (1785) não construído. O azul da abertura zenital não faz parte do desenho original. Fonte: Bibliothèque Nationale de France.

Quarta capa: Átrio central da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (2013). Projeto (2006) de Rodrigo Mindlin Loeb e Eduardo de Almeida. Fotografia: © Nelson Kon.

Fotografia da segunda orelha: © Maya Lucia de Lemos Parsons.

Este livro obedece ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Lemos, Antonio Agenor Briquet de
De bibliotecas e biblioteconomias: percursos. 2. ed. – Brasília: Briquet de Lemos / Livros: 2025.
1. Bibliotecas. 2. Biblioteconomia – Brasil. 3. Comunicação científica. 4. Informação científica. i. Título.
CDD 020.981

Esta segunda edição, disponibilizada apenas em formato digital, corrige alguns poucos lapsos de revisão e atualiza endereços de sites (links) da edição impressa de 2015.

2025

Briquet de Lemos / Livros
SHIN – QL 3 – Conjunto 8 – Casa 19
Brasília, DF 71505-285

briquetdelemos@com.br

Para Lucia e Helena, que compartilham igual roteiro,
e Felipe e Flávio, a trilha sonora.

PÁGINA DEIXADA EM BRANCO PROPOSITALMENTE

Sumário

Apresentação, ix
Prefácio, xi
1 Presente e futuro do periódico científico, 1
2 Adaptação dos profissionais da informação científica à realidade brasileira, 8
3 Vacilações e tendências do ensino da biblioteconomia, 14
4 Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação, 23
5 O livro no futuro e as perspectivas da tecnologia gráfica, 31
6 Sistemas de informação: visão e revisão, 41
7 A biblioteconomia nos países em desenvolvimento: o olhar estrangeiro, 52
8 Necessidades educacionais da administração de bibliotecas, 125
9 "Não leio, não imagino, trabalho muito", 138
10 Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento, 152
11 Sobre a viabilidade de centrais de processamento técnico no Brasil, 164
12 A biblioteca pública em face da demanda social brasileira, 171
13 Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras?, 181
14 A formação de recursos humanos para melhorar o acesso e a utilização da informação em ciência e tecnologia, 191
15 A transferência de informação entre o Norte e o Sul: utopia ou realidade?, 197
16 Infraestrutura da literatura biomédica: considerações acerca de um núcleo de revistas brasileiras do setor saúde, 206
17 Para onde vão as bibliotecas públicas?, 222
18 Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil, 227
19 Política de informação em ciência e tecnologia, 242
20 Estado da arte da informação digital em ciências sociais, 251

21 Análise crítica de uma revista institucional: as Memórias do Instituto Oswaldo Cruz, 271
22 De bibliotecas, 285
23 Periódicos eletrônicos: problema ou solução?, 307
24 O livre acesso à informação: uma nova utopia?, 323
25 Circunstância e recepção de Missão do bibliotecário, 330
26 Consciência profissional: mudar para que não continue igual, 345
27 Em busca dos temas perdidos, 355
28 A coleção brasiliana de Rubens Borba de Moraes, 372

Índice, 383

Apresentação

Reuni aqui textos escritos durante 46 anos, de 1968 a 2014. Em sua maioria, apresentações feitas em reuniões e posteriormente publicadas nos respectivos anais ou em revistas especializadas. Alguns poucos permaneceram inéditos e, entre eles, a tradução integral da dissertação de mestrado que fiz na Loughborough University, no Reino Unido, em 1977 (p. 52-124).

Essa situação de textos dispersos, alguns publicados em inglês, outros, em anais de circulação mínima e com erros de revisão, e a expectativa de que possam, agora reunidos, ser úteis para as novas gerações levaram-me a organizar esta edição.

Os textos estão em ordem cronológica. A desvantagem disso, por acentuar a dispersão de temas afins, é compensada pela oportunidade que dá ao leitor para fazer uma leitura diacrônica e acompanhar os percursos que foram seguidos pelo autor, em sua vida profissional, e alguns dos temas e preocupações que marcaram nossa biblioteconomia nestes quase 50 anos. Para permitir a leitura dos textos conforme sua afinidade de conteúdo, o índice terá alguma valia.

Esforcei-me para corrigir erros e falhas de revisão encontrados nas versões originais. No artigo sobre bibliotecas (p. 285), publicado originalmente em 1998, fiz maior número de mudanças, a fim de retirar informações obsoletas e acrescentar novas informações. Em alguns casos coloquei observações, que aparecem como 'Nota de 2015', ou como nota de rodapé na página a que correspondem.

Espero que o leitor se lembre de que esses textos não resultaram de linhas de pesquisa formalmente constituídas segundo determinações vigentes na burocracia acadêmica. Na época em que foram escritos, predominava o espírito de investigação acadêmica sujeita a poucas normas e padrões, sem preocupações com a competitividade e com a avaliação de desempenho. Convém lembrar que me aposentei da carreira de professor em 1992, e que a plataforma Lattes é de 1999. Também nem sempre estive vinculado à atividade acadêmica, pois exerci cargos na administração federal, primeiro no Ministério da Saúde e depois no Insti-

tuto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Trata-se, portanto, da produção individual de um professor do modelo antigo, de Antes da Era Lattesiana (AEL).

Aqui se traçam alguns dos caminhos que percorri no mundo das bibliotecas, da informação e da comunicação científica. Presenciei grandes mudanças, esforcei-me para delas participar, procurei resistir à inércia intelectual e lançar um olhar crítico sobre os temas com que lidava. Foram, como disse, em sua maior parte, textos lidos para uma plateia, o que é denunciado pelo estilo e pela expectativa de suscitar interação imediata com algumas proposições e críticas. Há um subtexto que se perdeu, pois estava presente nos gestos, no olhar, nas pausas, no jogo de cena que contribui para dar dinamismo e maior ressonância às apresentações orais.

Ao concatenar essas ideias não estava apenas dialogando comigo mesmo, mas procurava dialogar também com meus ex-alunos e ex-colegas da Universidade de Brasília e de outros lugares, com aqueles ao lado de quem vivi ricas experiências profissionais, no Ministério da Saúde e no IBICT. Minha expectativa é que sirvam para estimular a continuidade e o aprofundamento do debate sobre questões que permaneçam atuais.

Agradeço a honra do prefácio à professora Gilda Maria Whitaker Verri, que, de março de 1964 a fins de 1965, viveu a experiência, como aluna de pós-graduação, dos primeiros anos da Faculdade de Biblioteconomia
e Informação Científica da Universidade de Brasília. Faculdade a cujo corpo docente me liguei em 1968, convidado por Edson Nery da Fonseca. Gilda e Edson, bem como Murilo Bastos da Cunha, a quem devo as orelhas deste volume, representam aqui os colegas e amigos da Universidade de Brasília que são merecedores de meu respeito e admiração.

Lucia tem sido minha companheira nessa jornada, há mais de 50 anos. Seu olhar diligente se fez sempre presente, ajudando-me, tanto durante a primeira construção dos textos, como agora, a trilhar esses percursos. Muito obrigado, Lucia.

Solar dos Lemos,
Lago Norte, Brasília,
junho de 2015

Prefácio

É uma honra e um desafio estar nas páginas do livro de Antonio Agenor Briquet de Lemos, em um trabalho que reúne o pensamento, a significação e a evolução da biblioteconomia no Brasil. Construído sob a forma de artigos para diferentes plateias entre 1968 e 2014, os textos guardam, cada um a seu tempo e lugar, uma forte relação entre as partes e o todo. Ao buscar e seguir a linha do tempo, acompanhando o olhar do autor, são encontrados temas que, a partir da realidade brasileira, alicerçam o conjunto da obra. A leitura de cada texto, compondo com 28 capítulos um arsenal de ideias, desvenda, apresenta e aprofunda questões específicas sobre: os meios de transferência da informação; a disseminação e circulação de dados; os caminhos a percorrer para deslindar informações e significados; os espaços vazios e ocupados pela informação de uso social; a formação dos bibliotecários; a administração e a dedicação aos bens bibliográficos; a censura e o livre acesso à informação; o sentido dos dados e fatos que configuram a curta ou a longa existência das instituições de preservação e divulgação de informações; a importância da bibliofilia para a história dos livros.

Das diferenças que marcam o panorama histórico brasileiro dos registros impressos, Briquet de Lemos é profundo conhecedor. Os parcos recursos bibliográficos, no passado colonial contam em desfavor da disseminação da informação científica e tecnológica, deixando transparecer: o impedimento régio de imprimir no ultramar, por consequência, o surgimento da imprensa a partir do século XIX; o controle da impressão e da circulação de livros por censura régia e eclesiástica; o reduzido número de livros autorizados em circulação, quase sempre destinados às bibliotecas conventuais ou às particulares; o alto índice de analfabetismo; o desinteresse dos governantes em divulgar a leitura; a insignificante demanda da população para a construção de espaços do saber.

Por causa das circunstâncias advindas do poder político no período colonial e da precária existência de impressos, o pesquisador autor assinala que as bibliotecas públicas surgem para atender aos reclamos de personalidades, somente no século XIX, em algumas capitais. No entanto, à medida que a produção gráfica se expande, na primeira metade do

século XX, cresce em paralelo um movimento cultural defensor da instalação e da valorização de bibliotecas e do teatro, destinados ao público e à preservação da memória nacional e à elevação do nível cultural da população. Assim, o século passado está ligado à construção de edifícios projetados para o funcionamento de bibliotecas em várias cidades, como ilustra o prédio da Nacional, no Rio de Janeiro.

Por consequência, a formação profissional técnica e cultural do bibliotecário começa a se desenvolver nas primeiras décadas do século XX. Constata-se, então, a necessidade de pessoal qualificado para a organização dos acervos. A capacitação do pessoal inclui treinamentos de curta duração, em poucas capitais. Algum tempo depois, para a preparação de seu próprio corpo técnico, as universidades absorvem os cursos de curta duração, programados para um período de dois anos, onde os alunos firmam-se com o título de profissional de nível superior. Quando mudanças de currículo ocorrem, ampliam-se a duração e a grade curricular dos cursos. Para o professor pesquisador, dedicado a perscrutar e demonstrar os pressupostos intelectuais adotados pelos profissionais no passado, que ainda sugerem as linhas das ações atuais, a questão suscita interrogações. Daí a necessidade urgente, de refletir, estudar e analisar dados e indicativos decorrentes dos resultados da atuação dos egressos da graduação e dos programas de pós-graduação. Nestes cursos, as disciplinas, os objetivos a alcançar e a metodologia aplicada podem e devem estar direcionadas para a preparação de pessoal não apenas para selecionar, organizar, preservar e disseminar informações, mas para estar capacitado a ajustar os afazeres técnicos ao incentivo e à solução de demandas diretas e indiretas de leitores e pesquisadores.

Logo, a pergunta é: como será o bibliotecário de amanhã? As transformações do mundo eletrônico provocam e exigem do profissional da área novas posturas, atitudes e resultados. As circunstâncias propõem múltiplas temáticas, novos conceitos, e atividades condizentes com a percepção e o sentido dado à transferência e ao uso da informação. Todavia, razões há para assegurar o lugar das bibliotecas no campo da cultura registrada. Vantagens há em distinguir os bibliotecários nestes lugares. O autor professor explica com precisão a formação dos tipos e dos conceitos que constroem as bibliotecas, onde os suportes têm fixados as palavras, os sons, as imagens ao longo da história. Entendidas como "organizações formais", são lugares onde podem ser identificadas informações sobre diferentes áreas do conhecimento. Espaços onde os saberes tidos como estruturadores são confirmados ou negados, onde

as informações produzidas por indivíduos, ou coletividades podem ser "manuseadas" sob a forma impressa ou virtual. As bibliotecas dão sentido e sustentação à preservação e à circulação dos registros científicos, técnicos e culturais, ora do passado, ora do presente, ora projetados para o futuro. Nesta perspectiva, os institutos de informação científica e tecnológica nutrem-se das bibliotecas e dos meios digitais e virtuais, mas assumem e centralizam os meios e os instrumentos de difusão da informação, bem como a capacitação de pessoal especializado.

Os textos, agora apresentados ao grande público, demonstram e confirmam como a ação e a interveniência simultânea de forças socioeconômicas, ou de interesses político-culturais proporcionam ou desfazem as condições de multiplicação das instituições, de veículos e dispositivos para registro, preservação e transmissão de informações, dedicados à ação da memória ou ao conhecimento técnico e científico ou cultural do passado, do presente e do futuro. A edição desta obra, preparada para levar o leitor a buscar e captar os temas e argumentos usados para unir a biblioteca e os meios de transferência da informação àqueles que os preservam e aos que os utilizam, caracteriza a partilha do conhecimento. As referências bibliográficas fundamentam e evidenciam a necessidade de conhecer sempre mais, para melhor definir os significados e os lugares ocupados pelos registros impressos, que bibliotecários e bibliófilos conscientes organizam nas bibliotecas, em razão do público leitor ou do pesquisador. As relações sociais e históricas que se estabelecem na sociedade encadeiam-se, demonstrando onde e como identificar, alinhar, analisar, referenciar os termos e os modos da biblioteconomia às virtualidades e às redes de comunicação instantânea. Os indicadores apresentados pelo pesquisador autor adquirem sentido, tanto para a biblioteca quanto para a formação do profissional bibliotecário, atuando em instituições que têm por objetivo principal: assegurar os meios para preservar e orientar ou responder questões do saber social, em tempos modernos.

Briquet de Lemos propõe e reitera ao leitor a reflexão acurada sobre a formação vindoura do profissional. Convida a analisar e comparar a atuação dos bibliotecários do passado com o desempenho atual. Afirma que bibliotecas são espaços socioculturais onde o valor de troca e de uso se firmam. Assim, podem concorrer com a avalanche de informações instantâneas postas em circuito aberto ou fechado. Assegura que os bibliotecários são capazes de acompanhar as transformações do mundo virtual e incentivar a apropriação da leitura. Porém, devem sempre per-

guntar: o que dizem ou pensam os indivíduos sobre as bibliotecas ou sobre os institutos destinados ao processamento de informações técnicas e científicas? Deste modo, é possível demarcar, redefinir e instaurar propostas para o uso destes espaços e veículos que reúnem, preservam, fazendo circular e transferir a apropriação da informação. Espaços ainda desconhecidos por crianças, jovens e adultos. Neste sentido, as tarefas conjuntas de bibliotecários e de indivíduos que percebem o valor atribuído à leitura e à transferência do conhecimento são incomensuráveis.

Da leitura, dos questionamentos suscitados por esta ampla, profunda e primorosa obra, de inestimável valor histórico e científico, ora em circulação, inscrevem-se novas pautas e referências. Tudo dado e junto construído propicia ao leitor continuar a pensar, conforme recomenda Jorge Luis Borges. Neste sentido, cada capítulo está como na cartografia temática: um objeto de estudo em cada lugar determinado. Os textos mantêm-se no tempo relacionados por fios que unem e tecem as parecenças. De certo modo, ler é refazer vias e percursos. É perceber um trajeto instigante, pleno de temas que seduzem e atraem extraordinárias descobertas.

Gilda Maria Whitaker Verri
Universidade Federal de Pernambuco

1

Presente e futuro do periódico científico

Le Journal des Sçavans: a fértil semente

Entre outras características importantes que o marcaram, foi no século XVII que se assentaram as bases da ciência moderna, através do rompimento de preconceitos e opiniões deformadas, até então vigentes, e da abertura de novas áreas de pesquisa, num esforço sério e constante de esclarecer os fenômenos que nos cercam.

> Galileu, Newton, Kepler, Leibniz, Gilbert, Huygens, Malebranche, Bacon, Harvey, Descartes, Hooke e Leeuwenhoek foram do infinito das distâncias cósmicas ao infinitamente pequeno do mundo microscópico. Especularam sobre a natureza do homem e dissecaram o próprio homem. Na França, Países Baixos, Inglaterra, Itália, na Europa central e na Escandinávia, os antecessores dos pesquisadores de hoje, em sigilo, como era comum à época, ou de público, para destruir suspeitas e infâmias, faziam demoradas experiências, cujos resultados davam à divulgação em tratados definitivos. No curso da elaboração de suas pesquisas, voltavam-se para colegas de outras localidades e, por meio de correspondência pessoal, esclareciam questões e trocavam ideias. Esta forma de comunicação epistolar supria a falta de meios adequados para a veiculação de ideias e experimentos científicos.

O mundo europeu, em plena fase de expansão colonialista, depois de atravessar uma grave crise econômica, conseguia retomar seu ciclo de desenvolvimento. O mercantilismo impulsionou a vida urbana, fez surgir novas necessidades e desencadeou o primeiro surto industrial. Surgiram universidades, academias, gabinetes e sociedades científicas. Ao findar do século fundaram-se os primeiros observatórios astronômicos: Paris e Greenwich.

~ Publicado no *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, 13 jul. 1968, p. 3. Em 1968, pouco depois de ingressar no quadro docente da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília, ouvi de Edson Nery da Fonseca que Hugo Auler, do *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, mantinha aberto esse suplemento para a colaboração de professores. Escrevi, então, este texto sobre periódicos científicos, tema que me interessava, e cujo tricentenário fora comemorado três anos antes. Em 2015, ano de publicação desta coletânea, estão sendo comemorados 350 anos de existência das *Philosophical Transactions* da Royal Society. Ver: https://royalsociety.org/blog/2015/04/philosophical-transactions-anniversary-issues/. Acesso em: 6 fev. 2025.

É nesse fermento de novas ideias, nesse desenvolvimento de novas relações sociais, que surgem os primeiros periódicos científicos, a fim de atender às necessidades de divulgação das novas técnicas industriais, como é o caso de *Le Journal des Sçavans*, ou dos resultados das pesquisas científicas, como é o caso das *Philosophical Transactions*. Ao divulgar, mais ampla e rapidamente, os resultados parciais ou completos das investigações, o periodismo científico passava a estimular o próprio desenvolvimento das ciências.

A partir de 1780–1790, quando surgem os periódicos abrangendo campos especializados e quando começa a se cristalizar a forma que tem atualmente o artigo científico, verifica-se que a informação científica passa a ter uma forma fragmentária, pois vão desaparecendo paulatinamente os grandes tratados, os livros de teses, em que se relatavam anos de experiências. A noção de sistema acabado e completo passa a ser substituída pela de análise parcelada, em profundidade, de áreas bem delimitadas. A síntese já não é mais obra de um homem só, mas o acúmulo de experiências de cientistas diversos, trabalhando em lugares diferentes, mas valendo-se de materiais e métodos cada vez mais padronizados, buscando resposta a problemas confluentes, evitando a duplicação de tarefas, em verdadeira obra coletiva internacional.

Em 8 de agosto de 1664 Denis de Sallo obteve o privilégio real para impressão de *Le Journal des Sçavans*, cujo primeiro número apareceria em 5 de janeiro de 1665. Nascia o periodismo científico com o compromisso declarado de: 1) proporcionar "um catálogo exato dos principais livros a serem publicados na Europa", não se contentando "em dar simples títulos, como faz até hoje a maioria das bibliografias", informando ainda sobre o conteúdo e a utilidade desses livros; 2) imprimir necrológios de pessoas famosas com uma bibliografia de suas obras; 3) divulgar experiências em física, química e anatomia que pudessem servir para explicar fenômenos naturais, descrever invenções de máquinas úteis ou curiosas e registrar dados meteorológicos; 4) citar as principais decisões dos tribunais civis e eclesiásticos e censuras de universidades, e 5) informar os leitores sobre todos os acontecimentos dignos da curiosidade humana. Atravessando períodos de dificuldades, *Le Journal des Sçavans* sobreviveu até nossos dias.

A advertência bíblica

"E demais disto, filho meu, atenta: não há limite para fazer livros, e o

muito estudar enfado é da carne" é a advertência do Eclesiastes (12:12) à qual o homem jamais deu ouvidos. Pois, dois meses depois do aparecimento de *Le Journal des Sçavans,* surgiram as *Philosophical Transactions*, que, a partir do século XVIII, passariam a ser o órgão oficial da Royal Society da Inglaterra. Ao findar do século XVII, já tinham sido fundados cerca de 30 periódicos científicos, muitos de vida efêmera.

De 1665 para cá, o crescimento da literatura científica foi exponencial, como mostrou o bibliotecário norte-americano Fremont Rider, na década de 1940. Segundo ele, os acervos das grandes bibliotecas universitárias norte-americanas dobravam de volume a cada 16 anos. Assim, no ano de 2040, a biblioteca da universidade de Yale, por exemplo, teria cerca de 200 milhões de volumes, ocupando mais de 9 600 quilômetros de estantes, e com um acréscimo anual de 12 milhões de volumes, o que exigiria, pelas técnicas tradicionais, mais de seis mil pessoas para catalogá-los.

Calcula-se que apenas no campo das ciências biológicas sejam publicados, por ano, cerca de 750 mil artigos científicos.* A cada ano, apesar de todas as limitações, como as de ordem financeira, acarretadas pelas guerras e outras calamidades, aumenta o volume de pesquisas em cada país. Essas pesquisas têm de ser comunicadas com eficiência e rapidez, não só para que sejam incorporadas imediatamente ao patrimônio do saber científico, mas também porque isso fertiliza a pesquisa em todos seus níveis, desde sua concepção e desenvolvimento até sua consecução.

Em 1968, a estimativa do número de periódicos científicos publicados variava desde 30 mil até 100 mil títulos. Um levantamento então feito pela National Lending Library for Science and Technology, hoje British Library Document Supply Service, da Grã-Bretanha, chegou ao número de 26 mil títulos de periódicos publicados, que continham material de interesse para cientistas e tecnólogos. Quer sejam 100 mil, quer sejam 26 mil,** o fundamental é que a 'explosão da informação' é um fato.

* Segundo a International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers (STM), no início da década de 2011, o total de artigos publicados por ano em ciências, medicina e tecnologia estaria entre um milhão e 800 mil e um milhão e 900 mil.

** Em 2004, o total de periódicos 'sérios', isto é, avaliados pelos pares, em todos os campos, foi estimado em 24 mil. (LARSEN, Peder Olesen; VON INS, Markus. The rate of growth in scientific publication and the decline in coverage provided by *Science Citation Index*. *Scientometrics*, v. 84, n. 3, p. 575-603, 2010. Disponível em: www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2909426/. Acesso em: 6 fev.. 2025. Em 2011/2012, segundo a STM, o total de títulos seria de 28 100.

A cada dia surgem novos periódicos. A crescente especialização científica e o desdobramento de novas disciplinas têm levado a isso. Por exemplo, em 1967, dois periódicos especializados em microbiologia tiveram de se desdobrar para dar vazão ao fluxo cada vez maior de artigos no campo da virologia. Do *Journal of Bacteriology* nasceu o *Journal of Virology*, e do *Journal of General Microbiology* surgiu o *Journal of General Virology*. E isso num campo relativamente limitado e que já contava com meios de comunicação eficientes, como *Virology*, *Acta Virologica*, *Archiv für die Gesamte Virusforschung*, *Voprosi Virusulogii*, *Advances in Virus Research*, *Progress in Medical Virology*, para citar apenas os mais importantes.

A explosão da informação poderá estar levando a ciência a um beco sem saída. Teme-se que os cientistas de amanhã, a persistir a tendência atual, estarão afogados num oceano de papéis. Admite-se até que seria então mais barato duplicar uma pesquisa científica do que investir dinheiro em buscas bibliográficas, com a finalidade de saber se essa pesquisa já teria sido realizada.

O periódico vai morrer?

Há alguns anos começaram a surgir críticas quanto à eficiência do periódico científico. Uns o criticam por retardar muito a publicação dos artigos que recebe. Outros, pelas restrições que as revistas impõem à extensão dos artigos e até quanto ao estilo. Outros, pela dispersão de artigos de uma especialidade em periódicos de áreas afins ou até sem afinidade alguma. Um autor calculou que em uma revista muito especializada cada artigo interessa apenas a 10% dos que se ocupam da matéria tratada na revista; que um artigo de uma revista de caráter geral pode interessar somente a 2% de seus leitores. Outra crítica refere-se ao alto custo das assinaturas: alega-se que o assinante paga forçosamente vinte ou trinta artigos que não lhe interessam, a fim de adquirir o documento que deseja.

A fim de enfrentar o problema imediato — o aumento exponencial da documentação científica — lançou-se mão da tecnologia dos computadores, a fim de fazer seu armazenamento e recuperação automática. No entanto, até agora, pelo menos logrou-se apenas o armazenamento e recuperação de referências bibliográficas, pois carecemos de recursos não humanos que possam avaliar e assimilar as informações contidas nos documentos referenciados. A capacidade humana de leitura e assi-

milação é, em média, de 200 a 300 palavras por minuto. O computador pode, com fantástica eficiência, recuperar em minutos uma lista exaustiva de referências. Mas onde o tempo para ler tudo isso?

Mas essa é outra história. Apesar de tudo, tem sido o periódico o principal veículo de disseminação das conquistas científicas, desde o começo do século XX. As tendências e os esforços para substituí-lo encontram resistências, embora contem com simpatia e apoio de muitos.

Em 1936, J.F. Pownall sugeria pela primeira vez que se eliminassem as revistas, que passariam a ser publicadas como coleções de separatas que seriam reunidas de acordo com seu assunto. A partir de então multiplicaram-se as sugestões de substituição do periódico científico, sendo a maioria delas variantes da proposição inicial de Pownall. Um dos sistemas que ganharam mais fama foi o proposto por John Desmond Bernal, pelo qual cada país teria um centro de publicações científicas e intercâmbio, que receberia das associações científicas artigos aprovados por julgadores que os considerariam dignos de publicação e listas dos membros a quem deveriam ser enviados artigos de qualquer parte do mundo sobre assuntos específicos ou grupos de assuntos.

Parece que foi em abril de 1961 — a proposta de Bernal era de 1945 — que se tentou concretizar algo no estilo da proposta do cientista inglês. Os National Institutes of Health, dos Estados Unidos, implantaram o Information Exchange Group, cuja finalidade era estimular o contato direto entre cientistas através da circulação de separatas de artigos não publicados no sistema formal de comunicação científica. O programa frutificou.* Os cientistas interessados em psicologia experimental, por exemplo, inscreviam-se junto ao responsável pelo *exchange group* dessa especialidade, passando em seguida a receber gratuitamente cópias separadas de trabalhos inéditos escritos pelos membros daquele grupo, ao qual também poderiam encaminhar seus artigos inéditos para distribuição, numa espécie de circuito fechado. Em 1966, já havia seis desses grupos. No entanto, no início de 1967, eram eles suspensos, sob a alegação de que os objetivos dessa experiência em comunicação tinham sido alcançados e que ficara demonstrada a viabilidade do sistema. Na

* Esse conceito se parece com o adotado, em 1991, na criação do repositório arXiv, de acesso livre, para física, matemática, ciência da computação, ciências não lineares, biologia quantitativa e estatística. Destina-se a compartilhar resultados de pesquisas antes que sejam publicados. Mantido pela Cornell University Library (EUA), é considerado um projeto muito bem-sucedido, No início de 2015 alcançou a marca do milionésimo trabalho depositado. Ver: www.arxiv.org.

realidade, o comunicado em que os Information Exchange Groups eram considerados extintos surgiu abruptamente e depois de uma acirrada campanha contra eles, movida pelas principais editoras de periódicos científicos, que não admitem esses circuitos informais de comunicação em detrimento da revista tradicional.

As editoras, entretanto, têm sido forçadas a concordar com os cientistas que a revista não é um meio perfeito para transmissão de informações científicas e têm demonstrado sua disposição de colaborar na solução do problema. Uma solução que tem sido adotada por algumas revistas é publicar os artigos em fascículos separados, que os interessados poderiam adquirir de acordo com sua conveniência, e que periodicamente seriam reunidos em um volume. Nos Estados Unidos, um exemplo disso são os *Proceedings of the United States National Museum*, e, no Brasil, temos a *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, em moldes semelhantes.

Quando Fremont Rider fez a célebre advertência sobre o aumento exponencial dos acervos das bibliotecas, procurava assim justificar o emprego em larga escala da microficha, invenção sua que hoje é amplamente usada. A microficha opaca é usada para a edição de periódicos, como é o caso do índice especializado *Pandex*. Também as microfichas transparentes têm tido o mesmo emprego. Exemplo de periódico em microficha transparente é *The International Microfilm Journal of Legal Medicine*.

Atualmente, é impossível prever como serão os periódicos do futuro. Se se admite que a comunicação visual continuará assumindo importância cada vez maior, pode-se aceitar a hipótese de o periódico científico vir a ser substituído por um tipo de transmissão de imagens em que os cientistas relatem suas experiências para grandes audiências, nacionais e internacionais, ou para pequenas audiências, e a própria gravação dessa 'representação' — um videoteipe — passaria a constituir o documento formal, recuperável e referenciável.

Mas é problemático que, pelo menos a curto prazo, o periódico científico sofra modificações fundamentais. A fim de corrigir algumas das deficiências que têm sido apontadas em relação a ele, já se lança mão dos computadores. Principalmente com a finalidade de evitar os inconvenientes da dispersão dos artigos especializados, planejam-se métodos automáticos de disseminação seletiva da informação, que proporcionariam um serviço de documentação de acordo com as exigências individuais da clientela.

A partir deste ponto o campo fica aberto aos futurólogos e aos escritores de ficção científica. A se concretizar a previsão de Arthur C. Clarke, feita em 1963, no livro *Profiles of the future*, de que em 2100 atingiremos a imortalidade, certamente problemas relativamente mais simples, como o da comunicação científica, terão sido então equacionados, provavelmente de modo a tornar tímidas as mais ousadas especulações dos mais imaginativos cérebros do mundo atual.

Referências

1. Brown, W.S. et al. The future of scientific journals. *Science*, v. 158, p. 1153-1159, 1 Dec. 1967.
2. Confrey, E.A. Information Exchange Groups to be discontinued. *Science*, v. 154, p. 843, 18 Nov. 1966.
3. Phelps, R.H.; Herlin, J.P. Posibilidades de substituir la revista científica; informe y bibliografía. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, v. 14, n. 2, p. 61-77, mar.-abr. 1960.
4. Porter, J.R. The scientific journal – 300th anniversary. *Bacteriological Reviews*, v. 28, n. 3, p. 211-230, Sept. 1964.

Nota de 2015

Os periódicos científicos mudaram muito, em sua forma de produção, acesso e comercialização, no tempo decorrido entre 1968 e 2015. O leitor interessado em acompanhar o que tem acontecido com a utilização do periódico como veículo de comunicação de conhecimentos e resultados de pesquisas poderá consultar os capítulos 20 (p. 251-270), 21 (p. 271-284), 23 (307-322) e 24 (p. 323-329).

Nota de 2025

Geoffrey Boulton e Moumita Koley publicaram, em blog postado no site do International Science Council, uma síntese dos problemas e dilemas da comunicação científica em tempos de globalização da informação digital: qualidade discutível da avaliação pelos pares, valor elevado das taxas cobradas por editoras para publicação dos artigos, as falácias da avaliação (*ranking*) das instituições de pesquisa, o volume excessivo de artigos publicados (*overpublication*), a total autonomia das editoras comerciais em relação à ética da pesquisa, etc. (More is not better: the developing crisis of scientific publishing. Disponível em: https://council.science/blog/more-is-not-better-the-developing-crisis-of-scientific-publishing/. Acessso em 6 fev. 2025.

Uma análise mais circunstanciada do tema encontra-se em Seeber, Marco. Changes in scientific publishing and possible impact on authors' choice of journals. *ChemTexts*, v. 10, article number 5, 2024. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s40828-024-00190-3#Sec2. Acesso em 6 fev. 2025.

2

Adaptação dos profissionais da informação científica à realidade brasileira

A inexistência de pesquisas sobre a demanda, o uso e a estrutura da informação científica no Brasil limitará este trabalho a algumas considerações de ordem geral, embora com a preocupação de estabelecer alguns pontos de orientação para o aprofundamento da discussão deste problema.

Todas as discussões relativas à formação profissional do técnico em informação, documentalista ou bibliotecário especializado giram em torno de um ponto fundamental: a necessidade ou não de formação acadêmica num campo científico. Nesta contribuição, procuraremos estabelecer certos parâmetros, deixando claro, entretanto, que, do nosso ponto de vista, a atividade do profissional de informação científica exige três requisitos:

a) conhecimento do conteúdo do campo especializado onde será exercida a atividade de informação; b) domínio do maior número possível de idiomas estrangeiros, além de perfeito conhecimento do português; c) formação universitária nas técnicas de organização do conhecimento registrado, incluindo métodos de automação.

As atividades de informação científica

Ao lado das atribuições de controle da bibliografia em um campo específico, exige-se do técnico em informação científica que possa avaliar e reprocessar as informações contidas nessa bibliografia. Além disso, para a organização do acervo de documentos terá de aplicar métodos de indexação em profundidade, de modo a tomar recuperáveis as menores unidades de informação contidas nesses registros. Para isso, lançará mão de técnicas convencionais ou sistemas mecânicos ou automáticos,

Apresentado ao Simpósio sobre Informação Científica, Salvador, 8/7/1970, durante a 22ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Publicado em *IBBD Notícias*, v. 4, n. 3, p. 239-244, jul./set. 1970, e no *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, n. 149, p. 2, 18/9/1970. Reproduzido com modificações.

sendo que, neste caso, precisará estar familiarizado com as técnicas de processamento de dados, a fim de ter condições de diálogo com os analistas e programadores, fornecendo-lhes dados e com eles colaborando.

George S. Bonn,[2] Marcel van Dijk e Georges Van Slype[4] e Knox[9] indicam, minuciosamente, quais são os serviços exigidos de um profissional da informação científica.

Ao enfatizar a necessidade de serviços de consolidação e reprocessamento da informação, o relatório do Committee on Scientific and Technical Communication da National Academy of Sciences e National Academy of Engineering dos EUA salienta que

> frequentemente, ajuda muito pouco a quem trabalha, seja cientista, engenheiro ou médico, o simples fornecimento de uma longa lista de publicações relativas ao problema com que se acha às voltas. [...] Ele precisa é de algo que organize e avalie o que é conhecido de um assunto, apresentando isso numa linguagem inteligível e com as informações que deseja. Essas consolidações de informações, cuja preparação requer grande criatividade intelectual, têm aparecido tradicionalmente em artigos de revisão da literatura, livros, compilações de dados, etc.[5]

A realidade brasileira

Interessam-nos duas ideias de 'realidade brasileira'. A primeira é o conceito genérico que abrange as condições econômicas, políticas, sociais e culturais do país. A segunda, específica, é o conceito de realidade brasileira em matéria de informação científica.

A expressão 'realidade brasileira', que veio a ter tanta voga na década de 1930, parece dizer muita coisa, mas, na realidade, esconde mais do que revela. Serviria para denotar, principalmente, certas supostas características inatas do homem brasileiro ao lado de características econômicas, sociais e culturais, ora negativas ora positivas, mas sempre revestidas de uma aura de permanência e infalibilidade.

Em termos de economia, essa nossa realidade corresponde à chamada primeira fase de industrialização: o país procura substituir, pela produção local, as importações de bens de consumo e bens intermediários, embora ainda dependa grandemente da importação de equipamentos necessários à industrialização. Nessa fase, conforme assinalam Jacques Spaey e colaboradores, a tecnologia industrial é geralmente importada, o que implica a adaptação das técnicas estrangeiras às características das matérias-primas locais ou aos gostos e hábitos do cliente nacional. Para essa transferência horizontal de tecnologia convém que haja, como intermediário, equipes de pesquisa no país receptor.[13]

Naturalmente, a comunidade científica do país receptor não pode limitar-se a essa função intermediária de simples adaptação de técnicas recebidas de outro país. Existem esforços e realizações de valor, com uma longa tradição, que, no entanto, não encontram aplicação prática, devido à estrutura industrial achar-se cingida a decisões e padrões estrangeiros. É fato verificado, como assinala Spaey,[13] um descobrimento feito num país em desenvolvimento terminar sendo aplicado, na prática, pelos países adiantados que dispõem de tecnologia apropriada.

Não nos cabe analisar a estrutura da pesquisa no Brasil. Queremos, tão somente, lembrar que seu estudo é imprescindível para a elaboração de qualquer programa de formação de profissionais da informação científica.

Essa vinculação entre a pesquisa e a tecnologia nacionais e padrões de outros países é mais uma demonstração do caráter internacional da informação científica. Os serviços bibliográficos especializados feitos em países estrangeiros sempre tiveram uma preocupação de alcance internacional, procurando abranger todo documento realmente substantivo, sem limitações de ordem nacional. É justo, portanto, que os países em vias de desenvolvimento utilizem-se desses serviços existentes, evitando duplicações com que não podem arcar.

A essa estrutura, tanto da economia e da sociedade quanto da pesquisa nacional, corresponde uma determinada organização dos serviços de armazenamento e difusão da informação. É interessante observar que, no Brasil, contrastando com a situação geralmente precaríssima das bibliotecas públicas e até da Biblioteca Nacional, são as bibliotecas especializadas as que mostram melhor organização. Isso confirma a opinião de Lázár e Balázs de que

> a luta pelo desenvolvimento gera inevitavelmente uma demanda de informação. As informações são necessárias já na etapa de planejamento do desenvolvimento, e ainda mais no complexo processo do desenvolvimento em que a informação é um dos instrumentos importantes para a transferência de ciência e tecnologia para os países em desenvolvimento e dentro destes.[10]

É possível a adaptação?

Achamos que todos haverão de concordar em que as atividades dos profissionais da informação científica, tanto aqui como nos Estados Unidos, na União Soviética, na Nigéria ou no Tibete são, essencialmente, as mesmas. Pelo menos, devem ser. Assim como não existe uma medicina

brasileira diferente da argentina (a não ser em suas respectivas histórias) não pode haver informação científica brasileira diferente da de outros países. Pode variar a formação profissional, pode variar o ponto de vista de sua utilização social, mas não se pode 'nacionalizar' uma disciplina científica. No campo da informação científica, como também assinalam Lázár e Balázs, variam as características da demanda devido às diferenças de sistemas econômicos e sociais.

Os três requisitos para exercício de atividades profissionais no campo da informação científica, de que falamos no começo, não podem ser eludidos, no todo ou em parte, pelo fato de estarmos aqui e não na França. O problema todo está exatamente na integração desses requisitos num programa de formação profissional novo que vá ao encontro das exigências da atividade prática, isto é, que se concilie com as características da demanda de informação especializada no país.

Ora, não conhecemos, com base em dados concretos, quais são as exigências da realidade brasileira em matéria de informação científica. Houve até quem dissesse que aqui "os pesquisadores não têm verdadeiros problemas" nessa área.[11] Apesar dessa carência de dados, sabemos, através da história da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil, que os pioneiros no campo da bibliografia especializada foram cientistas.[6, 7] Com o incremento do ensino da biblioteconomia, esse campo passou a ser ocupado por bibliotecários.

Fora das escolas de biblioteconomia nunca existiu qualquer preocupação com a formação de pessoal apto a lidar com a informação científica. Não se deu, aqui, o fenômeno norte-americano da criação de cursos de ciência da informação vinculados a escolas de engenharia.

Existe outro dado que não é exclusivo do Brasil. Normalmente, os cientistas — de todas as áreas do saber — consideram as atividades de informação como um serviço menor e que não oferece as mesmas condições de remuneração e prestígio social encontradas no campo de sua própria especialidade. Se, na Grã-Bretanha,[12] é grande o número de técnicos em informação portadores de algum título num campo científico, isso não acontece aqui nem em outros países.

Por exemplo, na Universidade de Brasília existe a possibilidade de alunos concluintes do ciclo básico de ciências optarem pela formação profissional em biblioteconomia, o que resultaria na preparação de bibliotecários especializados. Até hoje, depois de quatro anos, temos recebido apenas alunos que só se interessam pela formação de tipo geral, com ênfase nos estudos de ciências humanas.

Apesar de esse exemplo ser negativo, parece-nos que devemos insistir nessa possibilidade que oferecemos. Não queremos contradizer nossa própria afirmação de que somente com resultados cientificamente obtidos é que poderemos analisar a realidade. Porém, levantamos a hipótese de que, no âmbito das universidades reformadas, é que se deverá procurar uma solução para o problema da formação do profissional da informação científica, através da integração dos departamentos de biblioteconomia com outros departamentos da universidade, visando à elaboração de currículos flexíveis e multidisciplinares. Esse intercâmbio interdisciplinar, de que fala Martha T. Boaz, é uma das possibilidades a estudar.[1]

Tenhamos em mente as palavras de Caldwell, chefe do departamento de biblioteconomia da Newcastle upon Tyne Polytechnic:

> Como muitos dos problemas emergentes são inéditos, como muito do que terá de ser feito será de início exploratório, como muito dependerá da originalidade ou vigor da abordagem, qualquer sugestão de um esquema padronizado para a formação futura em biblioteconomia ou ciência da informação será infundada. Deverá haver variedade, a fim de proporcionar a gama mais ampla possível de formação e educação profissional básica, que possa servir de alicerce a uma atividade de pesquisa eficiente.[3]

Finalmente, queremos acentuar que fizemos todo o possível para que a imaginação não se sobrepujasse ao raciocínio lógico, para que não se tomassem como verdades suposições fantasiosas, simplesmente por carecermos de dados resultantes de pesquisas atinentes a essas nossas preocupações. Mesmo a discussão que este trabalho possa vir a suscitar deverá levar em conta que procuramos formular hipóteses de trabalho e não substituir a análise da realidade por afirmações precipitadas.

Estamos solidários com Jean Fourastié quando afirma que "é muito mais fácil morrer por uma causa do que verificá-la pela observação e a experiência".[8]

Referências

1. Boaz, Martha T. More than deliberate speed. *ala Bulletin*, v. 60, n. 3, p. 286-288, Mar. 1966.
2. Bonn, George S. Training and education for information work. *American Documentation*, v. 13, n. 3, p. 301-312, Jul. 1962.
3. Caldwell, W. Libraries and information science. *Library Association Record*, v. 72, n. 4, p. 137-41, Apr. 1970.
4. Dijk, Marcel van; Slype, Georges Van. *Le service de documentation face à l'explosion de l'information.* Paris: Les Editions d'Organisation, 1969. 265 p.
5. Estados Unidos. National Academy of Sciences. National Academy of Enginee-

ring. *Scientific and technical communication: a pressing national problem and recommendations for its solution; a synopsis of the report of the Committee on Scientific and Technical Communication of the National Academy of Sciences–National Academy of Engineering*. Washington, DC: National Academy of Sciences, 1969. 30 p.

6. Fonseca, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, v. 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.
7 ——. Por um nôvo saber biblioteconômico. *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, a. 2, n. 78, p. 3, 12 abr. 1969. Publicado também como prefácio da edição brasileira de: Foskett, D.J. *Serviço de informação em bibliotecas*. Trad. de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1969. 159 p.
8. Fourastié, Jean. *Les conditions de l'esprit scientifique*. Paris: Gallimard, 1966. 254 p. (Collection Idées, 96).
9. Knox, William T. Toward national information networks. 1. The government makes plans. *Physics Today*, v. 19, n. 1, p. 39-44, Jan. 1966.
10. Lázár, P.; Balázs, S. National information systems of developing countries. In: urss. All-Union Institute for Scientific and Technical Information. *International forum on informatics*. Moscow: viniti, 1969, v. 1, p. 388-409.
11. Lent, Herman, Problemas bibliográficos dos cientistas e pesquisadores. *Ciência e Cultura*, v. 8, n. 4, p. 247-248, dez. 1956.
12. Schur, H.; Saunders, W.L. *Education and training for scientific and technological library and information work*. London: Her Majesty's Stationery Office, 1968. 78 p.
13. Spaey, Jacques et al. *Le développement par la science*. Paris: Unesco, 1969. 204 p.

Nota de 2015

Este tema — a formação de recursos humanos — é revisitado nos capítulos 3 (p. 14-22) 4 (p. 23-30), 8 (p. 125-137), 13 (p. 191-198) e 27 (p. 355-371).

3

Vacilações e tendências do ensino da biblioteconomia

Em 1811, Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco publicava em Salvador um folheto de quatro páginas — *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos* — em que afirmava que "o bibliotecário deverá ser um sujeito de muito boa conduta, que saiba bem ler, escrever e contar, sendo muito para desejar-se que tenha conhecimento das línguas, principalmente a latina, francesa e inglesa".[1] Por limitadas que pareçam, essas qualificações talvez refletissem adequadamente a necessidade da época e o tipo de serviço que deveria prestar a biblioteca proposta.

Exatamente um século depois, em 1911, Manuel Cícero Peregrino da Silva instituía na Biblioteca Nacional, o primeiro curso brasileiro de biblioteconomia, onde a formação do bibliotecário se basearia no estudo de bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática,[1] demonstrando que, pelo menos para as necessidades dessa biblioteca, já eram insuficientes os requisitos exigidos por Castelo Branco.

De lá para cá, a profissão evoluiu, os cursos sofreram várias mudanças, a tecnologia aplicada à informação desenvolveu-se rapidamente e, forçada por diversas causas, a biblioteconomia vive hoje uma situação de crise. Esta crise se manifesta desde as dificuldades de estabelecer com nitidez os limites da profissão bibliotecária até a própria substância do ensino da biblioteconomia.

Enquanto persistiu a concepção de que o bibliotecário é, antes de tudo, um técnico, não foi difícil definir o que se deve ensinar num curso de biblioteconomia. Deu-se ênfase, naturalmente, às disciplinas técnicas, como se o objetivo educacional do curso fosse simplesmente o desenvolvimento de habilidades técnicas, confundindo-se, de maneira deplorável, as atividades-meio com as atividades-fim de uma biblioteca.

A introdução no currículo mínimo de biblioteconomia, em 1962, das chamadas disciplinas culturais parecia demonstrar que se começava

Originalmente publicado no *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, n. 173, p. 3, 19 mar. 1971. Reproduzido no *Boletim da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal.*

a procurar um equilíbrio, proporcionando-se ao estudante uma abertura intelectual a que não davam acesso as matérias técnicas. Parece-nos que, decorridos quase dez anos dessa experiência, é válido discutir se essas disciplinas culturais — história e literatura, história da arte, introdução aos estudos históricos e sociais e evolução do pensamento filosófico e científico — foram úteis para um melhor embasamento do bibliotecário. A um observador pessimista parece que a experiência fracassou. E fracassou porque essas disciplinas nunca foram ministradas de uma perspectiva que as situassem como uma base humanística da profissão, sendo, simplesmente, agregadas como apêndices aos currículos, revestindo-se de características mais informativas do que interpretativas e de síntese. O aluno, com raras exceções, encarava o seu estudo com enfado e não atinava que relação podia haver entre essas disciplinas culturais e a visão extremamente tecnicista e imediatista do trabalho bibliotecário como lhe era ensinado.

Tem-se procurado definir a crise do ensino da biblioteconomia em torno de duas hipóteses conflitantes e que se excluem mutuamente: a formação de generalistas *versus* a formação de especialistas. Isso tem sido bastante discutido e as facções cada vez mais se distanciam entre si. Ora, estaria perfeitamente circunscrito às fronteiras dessas duas posições o momento crítico por que passa o ensino da biblioteconomia? A adoção de uma das duas soluções ou de ambas, simultaneamente, resolveria o problema? Será que ainda não continuaria a nos angustiar a dúvida sobre o que ensinar?

Ao tentarmos desenvolver um raciocínio que nos leve a lançar algumas pilastras de apoio no terreno fugidio da biblioteconomia atual, constatamos que aí muitos tateiam e poucos são os que parecem avançar rumo ao caminho onde poderão assumir uma posição firme e começar a reconhecer os limites de sua localização. Limites que ora se dilatam, ora se estreitam, mas sempre se afastam. Aos bibliotecários do século XIX não devia ser custoso definir, delimitar, o que era biblioteconomia. Hoje, as propostas de definições se multiplicam e se tornam cada vez mais complexas.

O que é biblioteconomia em face do aumento relativo e sempre crescente do número de pessoas alfabetizadas? O que é biblioteconomia em face do esforço dos países subdesenvolvidos de erradicar o analfabetismo e colocar os recém-alfabetizados em condições de usufruir de materiais de leitura apropriados para que não regridam à situação de que foram tirados com tantos dispêndios e sacrifícios?

O que é biblioteconomia em face do fenômeno crescente da urbanização das populações? O que é biblioteconomia em face da revolução do livro que coexiste com a revolução dos meios de comunicação de massa? O que é biblioteconomia em face da explosão da informação científica? O que é biblioteconomia em face do advento dos computadores eletrônicos e da possibilidade que oferecem de alívio da carga das rotinas técnicas das bibliotecas? O que é biblioteconomia em face das pressões culturais e sociais da juventude? O que é biblioteconomia em face da contestação de estruturas arcaicas, como a do ensino?

Mesmo admitindo que se consiga alcançar brevemente um consenso quanto aos limites da biblioteconomia, definindo os seus parâmetros, ainda restaria a questão: o que ensinar para alcançar os objetivos educacionais consentâneos com esses limites.

As considerações aqui feitas não dizem respeito diretamente ao problema do bibliotecário generalista *versus* bibliotecário especialista. Este é um aspecto que se relaciona mais com a orientação particular de cada curso e com a demanda do mercado de trabalho. Interessa-nos, principalmente, no ensino das disciplinas técnicas, a ênfase que é dada à sua adequação ao exercício profissional num mundo de mudanças rápidas.

Em curso recentemente realizado em Belo Horizonte (ver nota na p. 19), professores de biblioteconomia chegaram ao acordo de que um curso de biblioteconomia não pode prescindir daquelas disciplinas técnicas que constam do currículo mínimo de 1962. Parece que ainda encontra defensores a opinião de que o ensino minucioso e exaustivo das técnicas é que faz um bom bibliotecário.

No Brasil, há cursos de biblioteconomia que, de um total de 2 025 horas de estudos, dedicam 360 horas ao ensino de catalogação, em todas as suas minúcias, de acordo com a versão norte-americana do código anglo-americano. Exige-se do aluno o conhecimento, ou melhor, a memorização de regras que, se estão compiladas, é porque não precisam ser decoradas, sem lhe oferecer as possibilidades de compreender e interpretar os fundamentos gerais e a arquitetura da catalogação. Sufoca-se a capacidade de interpretação e criação a favor de uma obediência a normas que, se são válidas para a descrição de itens bibliográficos de há um século, não têm mais razão de ser numa época de explosão bibliográfica e crescente uniformização da produção editorial. E, o que chega a ser cruel, frequentemente o ex-aluno que estudou por esse sistema é, na vida profissional, vítima de um serviço de catalogação que o condiciona, ao ter de catalogar qualquer livro, a consultar catálogos impressos,

considerados como 'autoridades' em catalogação, e deles simplesmente copiar a ficha catalográfica. Anula-se, assim, também na prática, o seu espírito crítico e inventivo e se nega o próprio significado da exagerada memorização que tanto o enfarava no curso.

O ensino de classificação passa por situação mais ou menos semelhante. Ensina-se em profundidade desmesurada um sistema de classificação quase sempre defendido como válido para todas as situações bibliotecárias, esquecem-se outros sistemas, não são ensinados os fundamentos nem as técnicas de elaboração de sistemas de classificação especializada. O aluno aprende uma classificação e, quando vai trabalhar, verifica que não consegue classificar aqueles materiais bibliográficos que apresentem um mínimo de complexidade, pois desconhece a estrutura e a terminologia das áreas do saber.

No ensino de referência e bibliografia são fornecidas aos alunos listas intermináveis de obras, cujo alcance e aplicação têm de ser compreendidos num manuseio rápido, sem que haja percepção profunda de suas vantagens, possibilidades e tendências. Condicionando o aluno a solucionar os problemas de referência de uma coleção ampla e variada, existente numa biblioteca ideal, criam-se sérios obstáculos à sua adaptação à nossa realidade bibliotecária, cujos parcos recursos ele deveria conhecer à saciedade, a fim de deles obter o maior volume possível de informações.

Essa abordagem do ensino de referência vai se refletir nos concursos de admissão de bibliotecários ao serviço público, quando se exige dos candidatos a memorização de verdadeiros acervos de bibliotecas. O estudo das obras de referência só pode ser feito pelo seu uso concreto, em situações reais, pois se trata de informação isolada, autônoma, e que não se relaciona num encadeamento lógico do simples para o complexo.

Outro sintoma dessa modificação das técnicas é encontrado em inúmeras bibliotecas, onde as atividades de catalogação e classificação são submetidas a sucessivas operações de revisão, correção e controle. Dilui-se a responsabilidade e se assegura a perfeita simetria das fichas, mas se oneram os custos e se avilta a própria formação profissional.

Poderíamos continuar dando outros exemplos, mas isso se tornaria repetitivo e enfadonho. O que importa é acentuar a falta de uma concepção, ou, pelo menos, de uma preocupação com os objetivos da biblioteconomia, a fim de não a limitar apenas às rotinas técnicas.

Se se continuar a confundir os meios com os fins da biblioteconomia, o próprio bibliotecário poderá ter contestado o seu *status* de pro-

fissional liberal de nível superior. As rotinas que lhe são impingidas, na fase de formação profissional, com verdadeira cegueira intelectual, poderão vir a soterrá-lo. Esquece-se que essas rotinas, que em sua época foram implantadas e desenvolvidas por bibliotecários revolucionários e criadores, destinavam-se precisamente a libertá-los de um trabalho repetitivo e mecânico que, devidamente sistematizado, passaria para as mãos de profissionais de formação menos qualificada, que as aplicariam com facilidade.

Surge aqui, também, o problema da formação de bibliotecários em níveis diversificados. É preciso que se compreenda que as necessidades do país é que devem ditar as normas do exercício de uma profissão. Não se pode afirmar, categoricamente, que todas as bibliotecas brasileiras – da pequena sala com uma estante em Miguelópolis, no interior de São Paulo, à Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, exijam o mesmo tipo de bibliotecário. As bibliotecas de escolas primárias e médias veem-se às voltas com doações de livros da COLTED,[4] enquanto esforçados professores procuram empiricamente dar-lhes um pouco de ordem. Esta deficiência prejudica inclusive a tendência sadia de se associar o ensino ao uso intensivo de textos. Não se cogita de implantar uma formação intensiva de professores-bibliotecários, pelo menos para as escola primárias, enquanto os bibliotecários que se formam nas universidades são absorvidos pelo mercado de trabalho das bibliotecas especializadas.

Por falta de auxiliares ténicos de biblioteca, com formação sistemática e adequada, além de remuneração condigna, sobrecarregam-se os orçamentos de pessoal com a contratação de bibiotecários e que também assim acabam escravizados à rotina de atividades menores.

Estas são meras constatações. É preciso pensar nelas, confirmar seu alcance e sua repercussão no desenvolvimento da biblioteconomia brasileira. Gostaríamos que todos os bibliotecários, professores e alunos de biblioteconomia se detivessem a estudar a maneira de como alcançar os objetivos que Ortega y Gasset atribuiu, em 1935, à nossa profissão.[2] Será que os alcançaremos através do ensino que estamos ministrando?

Há várias propostas sobre quais devem ser os alicerces intelectuais da biblioteconomia. Uma das posições mais sugestivas é a do filósofo Abraham Kaplan, para quem os fundamentos culturais da biblioteconomia somente podem ser proporcionados pelas chamadas metaciências.[3] Ciências que não dizem respeito a matérias do homem ou da natureza, mas que tratam de conhecimentos proporcionados fundamentalmente por nossas ideias sobre o homem e a natureza, ou por nossa lingua-

gem, ou por nossos meios de transmitir e processar as informações daí derivadas, etc. Enfim, disciplinas como matemática, lógica, linguística, semântica, teoria da informação e cibernética, e que se justificam não porque sejam a base da tecnologia dos computadores, mas, sim, devido a uma razão intelectual, pois o seu cerne é o conceito de estrutura, de ordem, de forma, que, para Kaplan, parece ser precisamente a preocupação central da biblioteconomia. Fora desse núcleo de disciplinas não haveria outra alternativa senão um especialismo estreito ou um enciclopedismo impossível.

Vivemos numa época de contestação e debate. Estas constatações, que aqui trazemos, são imbuídas do anseio de servirem de ponto de partida para o desenvolvimento de um debate amplo e profundo das concepções vigentes sobre o ensino da biblioteconomia no Brasil.

Referências

1. Fonseca, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, v. 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.
2. Ortega y Gasset, José. Misión del bibliotecario. In: ——. *Obras completas*. 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, 1951, t. 5, p. 207-234. Há tradução brasileira: *Missão do bibliotecário*. Trad. de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2006. 82 p.
3. Kaplan, Abraham. The age of the symbol: a philosophy of library education. *Library Quarterly*, v. 34, n. 4, p. 295-304, Oct. 1964.
4. Comissão do Livro Técnico e Didático, criada em 1966. Para um histórico e avaliação dessa comissão ver o estudo de Maria Luiza de Alcântara Krafzik em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp050752.pdf.

Nota de 2015

Escrevi este trabalho sob o estímulo do curso sobre metodologia do ensino da biblioteconomia que a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais realizou, em 1971, ministrado pelas professoras Josefa Emilia Sabor e Magda Soares Guimarães. Oito anos depois, em agosto de 1979, fui convidado, pela Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado de São Paulo (apbesp), para falar sobre a formação profissional do bibliotecário e dar continuidade às indagações feitas no artigo de 1971. A seguir, transcrevo o essencial dessa palestra, a que foram acrescentados comentários e exemplos.

A formação profissional do bibliotecário

O consenso que parece existir no que se refere às deficiências da formação profissional do bibliotecário parece-me que tende a situar a origem dessas deficiências na expansão do ensino superior, em geral, e, em particular, na do ensino de biblioteconomia, principalmente depois de

1968/1970. O aumento do número de escolas, a admissão de um contingente cada vez maior de alunos, principalmente em escolas particulares, seriam algumas das causas que determinariam a baixa qualidade do ensino e, consequentemente, as frustrações diante de um mercado de trabalho cada vez mais exigente. Além disso, ao avaliar a situação da biblioteconomia, não se pode deixar de constatar que seus profissionais têm reduzido nível de consciência dos problemas profissionais e sociais.

Não creio que as deficiências de nossa formação profissional sejam decorrentes, apenas, da expansão do ensino superior. Mesmo porque, tendo estudado numa época em que havia somente oito cursos de biblioteconomia em todo o país, posso assegurar-lhes que, em 1957, as deficiências, em termos de programas de estudos, amplitude de conhecimentos exigidos dos alunos, qualificação dos professores e recursos bibliográficos disponíveis, eram bastante maiores que as de hoje.

Minha lembrança do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional não corresponde à de um curso muito exigente, do ponto de vista educacional, ou comprometido com amplas preocupações sociais. No geral, posso afirmar que era bastante medíocre. Naquela época, pessoas que não tivessem concluído o curso secundário, mas que, comprovadamente, trabalhassem em biblioteca, independentemente da função, podiam prestar exame vestibular para o Curso Fundamental de Biblioteconomia. Se aprovado, o candidato se matriculava em igualdade de condições com quem tinha concluído o curso secundário. A aprovação no curso fundamental, que durava um ano, dava acesso ao Curso Superior de Biblioteconomia, também de um ano, etapa terminal da formação do bibliotecário. Podiam matricular-se diretamente no curso superior, sem exame vestibular, os interessados que fossem diplomados em outro curso superior. Por isso, terminei, no mesmo ano, tanto o curso secundário quanto o curso superior de biblioteconomia.

Naturalmente, não se pode isolar essa situação do contexto social da época e da demanda por bibliotecários profissionais. É importante considerar que as duas mais importantes escolas de então — a da Biblioteca Nacional e a da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo — tiveram origem na necessidade de formar pessoal para exercer atividades em determinado tipo de biblioteca. Característica evidente do curso da Biblioteca Nacional, não aparecia de forma manifesta no curso de São Paulo, mas estava implícita nas medidas tomadas por Rubens Borba de Moraes, ao criar o curso de biblioteconomia na Prefeitura Municipal de São Paulo, que, posteriormente, se transformou no curso da Escola

de Sociologia e Política de São Paulo. Era a modernização de métodos e a construção do edifício da atual Biblioteca Mário de Andrade que determinavam a formação de bibliotecários.

Não se deve esquecer, porém, que esses foram os dois cursos seminais na expansão do ensino da biblioteconomia no Brasil. Praticamente todas as escolas que a eles se seguiram devem sua origem ao entusiasmo e à dedicação de algum egresso do curso da Biblioteca Nacional ou da Escola de Sociologia e Política.

É importante assinalar que, durante o Estado Novo, quando foi realizado um grande esforço de modernização administrativa no âmbito federal, surgiram muitas bibliotecas na administração pública, acompanhando essa corrente de renovação de métodos e processos, que foi liderada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A própria biblioteca desse órgão, montada segundo os melhores padrões norte-americanos, passa a servir de modelo para as demais bibliotecas que se abriam ou se reformavam. Além disso, o DASP realizou o treinamento de muitos profissionais, ampliando o raio de influência dos bibliotecários 'modernos' que ali trabalhavam.*

Os bibliotecários do DASP e da Fundação Getulio Vargas, fundada em 1944, assumem a liderança do movimento bibliotecário no Rio de Janeiro, como expressões de uma biblioteconomia moderna, de inspiração norte-americana. Em parte como resultado da atuação desse grupo de profissionais é que surgirá, na primeira metade da década de 1950, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), o qual logo assume papel importantíssimo no treinamento de pessoal em técnicas modernas. Os cursos do IBBD, como salientei em outro trabalho, foram um dos fatores que permitiram a atualização dos programas dos cursos de graduação, nas escolas de biblioteconomia então existentes, principalmente até fins da década de 1960.

A atuação do DASP, durante a década de 1940, marcou profundamente a prática profissional dos bibliotecários. Respaldado por uma política de normalização e padronização das atividades dos serviços gerais na administração pública, sua atuação foi bem recebida numa área sensível aos esforços de padronização. Formulários, livros de tombo, modelos

* Sobre o DASP ver: RABELO, Fernanda Lima. O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937–1945). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 3, n. 6, p. 132-142, dez. 2011. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10454. Acesso em: 6 fev. 2025.

de fichas e sistemas de empréstimo, a adoção das tabelas de Cutter para nomes de autores, modelos de mobiliário, organização do espaço físico, para o que não faltava até mesmo um arquiteto especializado em bibliotecas, tudo isso tem muito a dever ao DASP.*

Essa foi também uma época de esforços visando à recatalogação de acervos que estavam organizados segundo técnicas antiquadas. Nem mesmo a Biblioteca Nacional escapou a esse afã modernizador. Não há dúvida de que, em tal contexto, as técnicas de catalogação e classificação assumissem um papel preponderante. Isso se refletiria no conteúdo dos novos programas de ensino, durante muitos anos. Do mesmo modo que, hoje, a utilização de computadores passa a influir na organização dos currículos. Essa é uma tendência natural, pois nenhum curso pode esquivar-se à pressão dos modismos e dos progressos tecnológicos. O que se critica é o fato de, muitas vezes, esses modismos e essas técnicas se transformarem na preocupação principal do ensino.

Poucos foram os cursos de biblioteconomia que, até agora, definiram com clareza e precisão quais os objetivos para que foram criados. Não estou me referindo à definição burocrática de objetivos, para atender a um requisito regimental ou a uma determinação do Conselho Federal de Educação. Refiro-me à fixação de objetivos para a formação de bibliotecários numa situação concreta e que visa a algo mais do que a simples reprodução da força de trabalho especializada.

Por isso e por outros motivos, o ensino tem estado a reboque de orientações e modismos passageiros, carente de uma proposta de cunho social que implique mudanças qualitativas na estrutura das bibliotecas e serviços de informação. O impulso para essas mudanças poderia ser estimulado pelas escolas, ao formar profissionais menos passivos. Diria que nossas escolas se preocupam bastante com o domínio cognitivo, principalmente das aptidões técnicas, e muito pouco com o domínio afetivo, que implica mudança de comportamentos.

Mas, voltemos à questão inicial. Se o ensino de biblioteconomia é, de fato, ruim, quais são as causas disso?

* Oto Eduardo Raulino, que colaborou nos projetos das bibliotecas do Ministério da Fazenda e Hospital dos Servidores do Estado, no Rio de Janeiro, do Museu Emílio Goeldi, em Belém, e da Biblioteca Pública de São Luís.

4

Estado atual do ensino da biblioteconomia no Brasil e a questão da ciência da informação

O ensino da biblioteconomia, no Brasil, data de 1915, quando a Biblioteca Nacional iniciou o primeiro curso de formação de bibliotecários. Sobre esta fase inicial e o desenvolvimento posterior do ensino da biblioteconomia até a última década recomendamos a consulta a outros trabalhos publicados sobre o tema.[5, 6, 9, 14] Procuraremos, portanto, tecer considerações sobre a situação atual, principalmente após a vigência do currículo mínimo fixado em 1962, ressaltando os aspectos relativos ao ensino das técnicas de documentação e a questão da formação de cientistas da informação.

As informações e opiniões aqui expressas baseiam-se nos dados constantes dos programas das disciplinas que compõem os currículos de 15 cursos de graduação, do total de 19 atualmente [1972] existentes, e o curso de pós-graduação (mestrado) em ciência da informação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).

Evolução dos currículos

À orientação francesa da École Nationale des Chartes seguida pelo curso da Biblioteca Nacional, de 1915, constituído pelas disciplinas bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática, veio contrapor-se, a partir de 1929, a orientação norte-americana, com o curso então iniciado em São Paulo pelo Instituto (atual Universidade) Mackenzie. Este curso, de vida efêmera, compunha-se de catalogação, classificação, referência e organização, disciplinas que acabaram por ser adotadas por todos os cursos criados posteriormente.

Em 1962, quando funcionavam 11 cursos, o Conselho Federal de Educação aprovou o currículo mínimo dos cursos de biblioteconomia, que deveria ser seguido obrigatoriamente a partir de 1963. Essa medi-

Apresentado ao Seminário Latino-Americano sobre Formação de Cientistas da Informação, realizado na cidade do México, de 23-25/8/1972. Publicado nos anais do seminário (Publicação especial da FID/CLA, n. 6. Rio de Janeiro: IBBD, 1972, p. 11-19) e na *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 1, p. 51-58, jan./jun. 1973.

da, de cunho normativo e exigida para todos os cursos superiores que formem profissionais para o exercício de profissões reguladas em lei, como é o caso do bibliotecário, refletia uma tendência conciliadora, pois procurava generalizar uma experiência de ensino que datava do período 1929/1944, admitir no âmbito da biblioteconomia a 'nova' disciplina que era a documentação e, ao mesmo tempo, tornar obrigatório o ensino de paleografia.

Além destas duas disciplinas, o currículo mínimo incluía: história do livro e das bibliotecas, história da literatura, história da arte, introdução aos estudos históricos e sociais, evolução do pensamento filosófico e científico, organização e administração de bibliotecas, catalogação e classificação, e bibliografia e referência.

Com esse currículo mínimo dava-se um passo à frente no sentido de uma maior uniformidade no ensino da biblioteconomia e também no sentido de uma formação cultural mais diversificada do bibliotecário. No entanto, como a experiência veio a demonstrar, esse currículo mínimo, ao qual, a critério das escolas, poderiam ser acrescentadas outras disciplinas, de modo a formar o chamado currículo pleno, em algumas situações passou a ser o máximo que era oferecido. Isto se devia, provavelmente, à carência de pessoal docente e a uma percepção deficiente de todo o espectro de conhecimentos que a biblioteconomia envolve. Por outro lado, e tendo em vista a necessidade de atender a outro dispositivo legal que fixou a duração mínima do curso de biblioteconomia em 2 025 horas de atividades didáticas, assistiu-se a um superdimensionamento do conteúdo das disciplinas técnicas, principalmente catalogação e classificação, a fim de preencher o tempo disponível.

Devido à vagueza das denominações das disciplinas chamadas culturais e também por deficiências da metodologia do ensino, tais disciplinas, em muitos casos, eram apresentadas como apanhados pretensamente enciclopédicos de temas que certamente poderiam ser abordados em função das atividades profissionais do bibliotecário. Parecia que se tentava a valorização profissional do bibliotecário mais por meio da exibição de uma cultura meramente superficial do que pela sua capacidade em reconhecer, avaliar e bem cumprir com os seus objetivos profissionais para com a sociedade.

Atualmente [1972], uma comissão designada pelo Conselho Federal de Educação está reexaminando o currículo mínimo de biblioteconomia, visando à sua adequação à reforma universitária e, supõe-se, à atualização de seu conteúdo.

Características dos programas de documentação

Embora o interesse com a documentação, do ponto de vista institucional, no Brasil, remonte ao ano de 1911, quando a Biblioteca Nacional se filiou ao Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas e estabeleceu o seu Serviço de Bibliografia e Documentação,[17] o primeiro curso de documentação só veio a ser realizado em 1953. Nesse ano, Herbert Coblans, que se encontrava no Rio de Janeiro, como consultor da Unesco, para colaborar na organização do IBBD, realizou uma série de conferências sobre documentação, na Biblioteca Nacional, que foram posteriormente reunidas em livro.[3, 6]

Não se tendo verificado, no Brasil, a cisão entre bibliotecários e documentalistas, que se observou em outros países, menos por espírito de conciliação do que por deficiência da estrutura socioeconômica de país subdesenvolvido, onde a demanda de informações técnico-científicas se dava em nível compatível com a formação dada aos bibliotecários, as escolas de biblioteconomia incorporaram aos seus currículos o ensino de documentação, sem que houvesse protestos relevantes.

Em 1955, o IBBD iniciou, em nível de especialização, o seu curso de documentação científica, aberto a bibliotecários e outros graduados de cursos superiores. Embora voltado mais para a bibliografia especializada, esse curso adotou uma abordagem mais moderna em relação aos cursos de graduação então existentes, propiciando um verdadeiro programa de reciclagem e aprofundamento de estudos. Aliás, como salientou Hagar Espanha Gomes, "a área que mais se beneficiou [com esse curso do IBBD] foi a biblioteconomia".[12] Muitos dos que por ali passaram foram exercer o magistério nas escolas de biblioteconomia ou dirigir centros de documentação.[4]

É provável que as similaridades que hoje encontramos nos programas dos cursos de documentação se devam em grande parte à influência recebida no IBBD pelos atuais professores que, em diferentes anos, frequentaram o seu curso de especialização.

Os cursos de documentação que são ministrados no curso de graduação em biblioteconomia são geralmente divididos em duas partes, num total de 120 horas de aulas, em média.

Todos os programas que examinamos apresentam uma parte introdutória em que tratam do conceito, histórico, terminologia, problemas, tendências e outros aspectos genéricos da documentação, mencionando, inclusive, os conceitos de informática e ciência da informação. Os

outros tópicos que ocorrem com mais frequência são: organizações nacionais e internacionais no campo da documentação, armazenagem e recuperação da informação, normalização da documentação, barreiras linguísticas ao intercâmbio de informações, indexação de livros e periódicos, indexação coordenada, cooperação entre centros de documentação, elaboração de trabalhos científicos, organização e administração de centros de documentação, disseminação seletiva de informações, sistemas manuais e semimecânicos de seleção documentária, técnicas reprográficas, patentes, codificação, tipos de documentos, e classificações especializadas.

As escolas que não oferecem cursos com a denominação específica de mecanização e automação, introdução ao processamento de dados, ou informática incluem no conteúdo dos cursos de documentação os estudos sobre a aplicação de equipamento convencional e computadores na mecanização de serviços de bibliotecas e na recuperação de informações.

O tipo de informação fornecida aos alunos varia, de uma escola para outra, desde uma visão panorâmica da mecanização até instruções mais detalhadas sobre operação de máquinas, elaboração de fluxogramas, linguagens de computação, teoria da informação, etc. Anna da Soledade Vieira, em trabalho recente, analisa os currículos de automação em quatro escolas brasileiras de biblioteconomia.[21]

O curso de pós-graduação em ciência da informação do IBBD

Em 1970, o IBBD deu início a esse curso, em nível de mestrado, visando

> à criação da classe de cientistas da informação, à formação de técnicos de alto nível para direção de centros de informação das instituições científicas e industriais e ao aprimoramento de professores das escolas de graduação em biblioteconomia e documentação do Brasil.[13]

É interessante verificar que não conseguimos encontrar qualquer preocupação do IBBD em definir o que entende por ciência da informação, considerando-se as diferenças de pontos de vista acerca dessa disciplina.

Esse curso compõe-se das seguintes disciplinas obrigatórias: organização de serviços de informação, catalogação avançada, sistemas de classificação, técnica de indexação e resumos, processamento de dados na documentação, e três disciplinas optativas entre as seguintes: programação, epistemologia, didática, teoria dos conjuntos, metodologia da

pesquisa, linguística, teoria da comunicação. Como pré-requisitos para ser aceito no curso, o candidato deverá ter cursado, no mínimo, quatro dentre as disciplinas catalogação, classificação, bibliografia, organização e administração de bibliotecas, matemática superior, estatística, economia, lógica, sociologia e história da filosofia.

Discussão

Como disse Lancour,

> um dos esportes favoritos dos bibliotecários especializados é colecionar os catálogos das 35 escolas [norte-americanas] de biblioteconomia e tabular os cursos ministrados sobre biblioteconomia especializada. Os resultados desse tipo de pesquisa são, para os bibliotecários especializados, uma fonte inesgotável de irritação.[16]

Convém, portanto, que façamos aqui a ressalva de que nossas considerações, baseadas no teor dos programas, têm valor relativo, sendo um elemento indicativo que precisaria ser associado a outros fatores, a fim de se obter uma imagem mais fidedigna. Valem, no entanto, em nosso entender, para identificar, pelo menos, a orientação dos respectivos cursos.

Em geral, o ensino da biblioteconomia, no Brasil, ao lado das características de conteúdo de cursos que examinamos, revela as seguintes tendências:

- predominância do ensino prático (e, muitas vezes, exageradamente tecnicista) em detrimento do estudo dos aspectos teóricos e fundamentais dos problemas biblioteconômicos. Dá-se pouca importância àquela "sound theoretical approach to the analysis of problems" e em vez de se procurar inculcar no aluno uma atitude mental há mais uma preocupação em produzir uma enciclopédia ambulante de informações factuais, de que fala Foskett;[22]
- ausência de uma abordagem integrada das atividades e serviços da biblioteconomia/documentação que faça uso das técnicas de análise de sistemas e encare as diversas disciplinas como um todo orgânico e não como partes isoladas e estanques. Continuam as escolas, em geral, a insistir em "suposições e métodos empíricos da antiga biblioteconomia e que não mais correspondem à complexidade atual do mundo dos conhecimentos registrados", conforme salienta Shera;[18]
- fidelidade dogmática a códigos de catalogação, normas de documentação e sistemas de classificação, muitas vezes idolatrados com

cegueira que não vislumbra os fins a que devem servir e ignorância do processo de entropia a que estão sujeitos em face da dinâmica da informação documental, do avanço da tecnologia da informação e da psicologia dos usuários;
- esforço no sentido de incorporar informações sobre a tecnologia mais recente, mas sem que isso altere a estrutura global dos cursos.

Isso com relação à biblioteconomia e documentação. E que dizer acerca da formação de cientistas da informação? Antes de tudo, o que é ciência da informação? Será o que dizem Artandi,[1] Borko,[2] Farradane,[7,8] Foskett,[10] Goffman,[11] Klempner[15] e tantos outros, ou será apenas um castelo de areia como pretende Vagianos?[20] Poderemos, nas condições atuais, tentar formular um currículo e ensinar ciência da informação?

No caso da América Latina, ao falarmos em ciência da informação talvez estejamos pensando em outra coisa. Pelo menos a isso somos levados ao compararmos o currículo do curso de ciência da informação do IBBD com aquilo que a maioria dos autores citados considera como sendo essa ciência. Há uma espécie de defasagem entre o título do curso e os títulos e conteúdos (segundo os programas) das disciplinas que o compõem.

Farradane[7] assinalou que a busca desse *continuum* teórico, seja ele a ciência da informação norte-americana ou a informática soviética, continua sendo uma mescla de diferentes disciplinas e não uma disciplina científica unificada, tendo se tornado tão teórica que suas bases se distanciam cada vez mais das atividades práticas. Afirmamos que o extremo pragmatismo do ensino da biblioteconomia precisa ser superado, mas não será admissível que ao superá-lo venhamos a incorrer no extremo oposto de uma abstração alienada do processo social.

Conclusões

Procuramos indicar a necessidade de uma profunda reformulação do ensino da biblioteconomia no Brasil. Este processo de revisão não poderá ser empírico e deverá basear-se, conforme o demonstrou Schur,[17] na fixação dos objetivos educacionais e profissionais, tendo em vista que qualquer programa de ensino é um subsistema de um sistema maior que é o ensino do país, o qual, por sua vez, é um subsistema da política nacional, e assim sucessivamente.

Antes de se cogitar da formação de profissionais de uma ciência

ainda difusa e indefinida, deveremos revigorar, atualizar e enriquecer a biblioteconomia, incorporando-lhe os descobrimentos que lhe forem pertinentes realizados sob o rótulo de ciência da informação, em função precípua dos interesses nacionais e de uma visão coerente, sistemática e integrada de todas as técnicas que, em qualquer nível ou sob qualquer nome, têm o mesmo objetivo universal: recolher, organizar, recuperar e difundir os registros do conhecimento, em seu sentido mais amplo.

Referências

1. Artandi, Susan. *An introduction to computers in information science*. Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1968, p. 8-9.
2. Borko, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.
3. Coblans, Herbert. *Introdução ao estudo de documentação*. Trad. de Maria Antonieta Requião Piedade. Rio de Janeiro: DASP, 1957. 149 p. (Ensaios de administração, n. 8)
4. Curso de documentação científica. *IBBD Notícias Diversas*, v. 2, n. 2, p. 25-33, fev. 1964.
5. Dias, Antonio Caetano. *O ensino da biblioteconomia no Brasil*. Rio de Janeiro: IPASE, 1955. 32 p. (Coleção IPASE, 20)
6. ———. *Tendências modernas do currículo no ensino da biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, 1964. 28 p. (Coleção Biblioteconomia e Documentação, 1)
7. Farradane, J. Professional aspects of information science and technology. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 6, p. 398-410, 1971.
8. ———. Training for information science. *Journal of Documentation*, v. 26, n. 3, p. 261-265, Sept. 1970.
9. Fonseca, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. *Revista do Livro*, v. 2, n. 5, p. 95-124, mar. 1957.
10. Foskett, D.J. 'Informatics'. *Journal of Documentation*, v. 26, n. 4, p. 340-369, Dec. 1970.
11. Goffman, William. Information science: discipline or disappearance. *Aslib Proceedings*, v. 22, n. 12, p. 589-596, Dec. 1970.
12. Gomes, Hagar Espanha. *Formação profissional no campo dos conhecimentos especializados*. Trabalho apresentado ao Seminário sobre Informação Científica, Técnica e em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IBBD, 1967. 4 p.
13. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Cursos especializados e de pós-graduação – IBBD/UFRJ*. Rio de Janeiro: IBBD, 1970. 12 p.
14. Jackson, William Vernon. Library education in Brazil. In: Kent, Allen; Lancour, Harold, ed. *Encyclopedia of library and information science*. New York: Marcel Dekker, 1970, v. 3, p. 237-259.
15. Klempner, Irving M. A unified curriculum for information science. *College and Research Libraries*, v. 30, n. 4, p. 335-341, July 1969.
16. Lancour, Harold. The training of special librarians in the United States. *Aslib Proceedings*, v. 5, n. 4, p. 271-275, 1953.
17. Schur, Herbert. A systems approach to education and training in information

science and technology. In: ISLIC International Conference on Information Science, Tel Aviv, 29 August–3 September, 1971. *Proceedings*. Tel Aviv, Israel Society of Special Libraries and Information Centres, 1972, v. 2, p. 517-528.

18. SHERA, Jesse H. Sobre bibliotecología, documentación y ciencia de la información. *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas*, v. 22, n. 2, p. 62-70, mar./abr. 1968.
19. SILVA, Manuel Cícero Peregrino da. A Bibliotheca Nacional em 1911. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 34, p. 647-684, 1912.
20. VAGIANOS, Louis. Information science: a house built on sand. *Library Journal,* v. 97, n. 2, p. 153-157, Jan. 15, 1972.
21. VIEIRA, Anna da Soledade. A automação no currículo de biblioteconomia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 1, n. 1, p. 2-31, mar./set. 1972.
22. WILSON, J.J.; FOSKETT, D.J.; SAUNDERS, W.L. Library theory and practical training: a forum. *Aslib Proceedings*, v. 23, n. 5, p. 225-236, May 1971.

NOTA DE 2015

Marlene Oliveira, Gabrielle Francinne Carvalho e Gustavo Tanus Souza ampliaram e aprofundaram, em 2009, alguns dos temas abordados neste artigo, ali lembrado. Constatam que "as críticas arrazoadas sobre as influências no ensino de biblioteconomia ficaram, durante este tempo relatado [1911–2009], de alguma maneira, escondidas." (Trajetória histórica do ensino da biblioteconomia no Brasil. *Informação & Sociedade: Estudos*, v. 19, n. 3, p. 13-24, set./dez. 2009. Disponìvel em: http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3754. Acesso em: 22 fev. 2015.) Retomei algumas dessas questões em 2014, na palestra "Em busca dos temas perdidos", aqui reproduzida nas p. 355-371, e aí procurei analisar um pouco mais a observação tantas vezes repetida (e não fui exceção a isso) de que o curso da Biblioteca Nacional seguiu a "orientação francesa da École Nationale des Chartes".

5

O livro no futuro e as perspectivas da tecnologia gráfica

Há um provérbio chinês que diz: "Fazer profecias é extremamente difícil, principalmente quando se trata do futuro." E, se isso dizem os chineses, que há milênios manipulam o seu tradicional oráculo *I Ching*, o célebre 'livro das transmutações', que tudo prevê, imaginemos então a dificuldade com que se defronta aquele que só dispõe das tendências do presente e das realizações do passado para esboçar um quadro prospectivo do livro em nosso mundo.

Procuraremos, portanto, apontar algumas tendências que poderão ou não se concretizar, dependendo da persistência de determinadas variáveis que hoje podem ser identificadas. Essas variáveis, capazes de interferir no processo de desenvolvimento do livro, não são apenas as de tipo tecnológico, mas, também, e provavelmente de forma predominante, as de tipo social.

Em princípio, podemos considerar a evolução da tecnologia como infinita, o que permitiria a realização das mais ousadas suposições, desde que mantidas no quadro das possibilidades lógicas e racionais. Mas sabemos que a tecnologia não pode ser desvinculada de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais. E, como esses são, a longo prazo, os mais imponderáveis, fica patente a dificuldade em se afirmar categoricamente qual será o futuro. Muitas vezes, segundo nos mostra a história, as linhas em que se desenvolvem esses fatores não tecnológicos são bruscamente alteradas, invalidando os prognósticos mais flexíveis e ponderados.

Veja-se, por exemplo, que Herman Kahn e Anthony J. Wiener, em *O ano 2000*, estruturaram um sistema de "futuros alternativos", para que o analista pudesse "ver melhor o que é que deve ser evitado ou facilitado" e também "ganhar uma perspectiva útil sobre os tipos de decisões que podem ser necessárias".[5]

~ Palestra na Semana do Livro e da Biblioteca de 1973, patrocinada pela Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, na Biblioteca Demonstrativa de Brasília. Reprodução do texto publicado na revista *Educação*, Brasília, v. 3, n. 10, p. 84-90, out./dez. 1973.

E qual será o futuro a ser examinado? O do ano 2001, início do miraculoso 'terceiro milênio' que está tão perto de nós? Ou o futuro inimaginável das cronologias cósmicas? Dos anos-luz? De um tempo que nem sabemos se existirá? E como imaginar o livro no futuro, em que a preposição implica, no seu matiz semântico, o reconhecimento de que esse veículo de comunicação foge à transitoriedade que tanto caracteriza a sociedade de consumo?

Esclarecemos que o futuro será aqui considerado em seus aspectos mais imediatos: os próximos 27 anos e 334 dias, ou seja, até o ano 2000, que marca o fim deste século.

Convém lembrar que há pelo menos dois tipos tradicionais de preocupações com o livro no futuro. Uma delas, que poderíamos chamar de ordem cultural, é a que procura antever o comportamento de sociedades vindouras (quase sempre totalitárias) em face do livro como veículo de comunicação de ideias consideradas antagônicas ao paradigma sociopolítico dessas sociedades.

Exemplos desse tipo de preocupação são os romances *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury, ou *1984*, de George Orwell. Nessas verdadeiras antiutopias, ou distopias, caracterizadas por uma espécie de descrença no futuro da humanidade no sentido de uma evolução constante rumo a uma civilização cada vez mais aperfeiçoada, é comum verificarmos essa antevisão do livro ameaçado em sua sobrevivência. Mas, talvez, representem elas uma parábola em que temas contemporâneos são transplantados para um futuro em que a crítica torna-se menos contundente em face do distanciamento cronológico. Parece, por exemplo, que Ray Bradbury estava mais interessado em denunciar a intolerância do período mccarthista do que propriamente em escrever um romance de ficção científica.

O segundo tipo de preocupação identifica-se pela adoção ingênua e simplista de um tecnologismo a-histórico e que tem representantes não só no campo da ficção científica, mas também no campo da pesquisa considerada séria e responsável, como é o caso de J.C.R. Licklider em sua obra *Libraries of the future*. Para Licklider e os que a ele se filiam, o livro está inevitavelmente fadado a desaparecer sob o impacto de veículos de comunicação mais eficientes criados pela moderna tecnologia. Este pesquisador de certa forma sintetiza a média das opiniões dos adeptos dessa orientação nas seguintes palavras:

> Quando as páginas impressas são encadernadas de modo a formar livros ou revistas, atenuam-se ou desaparecem muitas das características que as páginas, se-

> paradamente consideradas, possuem como veículo de informações. Os livros são volumosos e pesados. Contêm muito mais informações do que aquelas que o leitor pode apreender num determinado momento e o excesso muitas vezes oculta a parte que ele deseja ver. Os livros são muito caros para que sua posse seja universal e circulam com muita lentidão, impossibilitando o desenvolvimento de um serviço público eficiente.[4]

Sem a superficialidade de Licklider e de maneira complexa, num tipo de argumentação antilinear em que as referências históricas se entrecruzam num ziguezague às vezes caótico, e onde os fatores culturais se apertam no leito de Procusto da tecnologia, temos a controvertida posição de Marshall McLuhan. A fim de ressaltar exatamente o caráter controvertido de suas teses, permitimo-nos citar aqui a opinião de um professor de biblioteconomia do Canadá, segundo o qual devemos encarar McLuhan "como alguém que, talvez, tenha tido uma percepção maior do que a de muitos bibliotecários no que se refere ao valor dos livros e das bibliotecas para a civilização".[8] Aliás, é do próprio McLuhan a afirmação de que os "valores associados à palavra escrita e impressa devem ser uma parte permanente da herança humana".[6]

Não têm faltado respostas a posições como a de Licklider. Daniel Melcher, ex-presidente de uma grande editora norte-americana, afirmou em defesa do livro:

> Na gíria dos meninos do computador, o livro *é on-line*, em tempo real, de alta densidade e de acesso aleatório. Pode-se consultá-to sem conhecer Fortran, Cobol ou Algol. Pode-se processá-to sem ter de pagar sozinho, ou rachando as despesas, aluguéis mensais que equivalem a um resgate de rei.[7]

Inicialmente, trataremos do impacto da tecnologia sobre o livro no futuro a partir das tendências que atualmente já podem ser diagnosticadas. Fica claro, portanto, que pressupomos que o livro permanecerá, mas que sofrerá alterações. Pois, evidentemente, não podemos nos escravizar a uma visão beatífica do livro, como instrumento de culto, com todas as características de uma liturgia imutável. O livro em si é um instrumento, um meio, um veículo de comunicação que deve servir a objetivos socialmente válidos. Se, para a consecução desses objetivos, ele tiver de sofrer alterações, deverá sofrê-las.

Como veremos a seguir, atualmente [1973] o livro vem se beneficiando de inúmeros progressos tecnológicos, os quais, no entanto, têm a cada passo confirmado certas características essenciais que seguramente virão a perdurar: a possibilidade de acesso aleatório, a pausa da leitura sempre

que necessária, a relativa perenidade da informação escrita, a exigência de uma atitude ativa e participante do leitor, as entrelinhas por onde passa muito do que um autor gostaria mas não poderia dizer de forma direta, sua portabilidade e o fato de dispensar aparelhos especiais para a leitura.

Em mais de meio milênio de história, as técnicas tipográficas passaram por bem poucas modificações, embora quase todas tenham tido enormes consequências sociais, principalmente no que se refere à ampliação da penetração da palavra impressa, conforme o demonstra Robert Escarpit em *La révotution du livre*.[3] O ofício tipográfico, no entanto, parecia resistir às mudanças dos tempos:

> Seriam ainda possíveis na era eletrônica esses processos antiquados, desajeitados e ineficientes, como a composição em metal? Pesados lingotes metálicos, medidas contrárias às do sistema métrico e uma terminologia completamente não científica. Quem acreditaria que tais coisas ainda pudessem existir?

Essa é a exclamação indignada de Victor Strauss,[11] colaborador de *Publishers' Weekly*, uma das mais importantes revistas do campo da indústria editorial.

O que Strauss queria demonstrar era a necessidade de a indústria editorial abandonar seus superados esquemas artesanais e lançar mão da pesquisa científica e da tecnologia, pois, como já dizia Paul Otlet, em 1934,

> o documento típico do futuro deverá incorporar todas as possibilidades herdadas, acrescidas daquelas que seja possível adquirir; será uma síntese das mais eficientes características adquiridas, associadas às finalidades que lhe deverão ser atribuídas.[9]

A composição em linotipo, introduzida em 1886, foi predominante na grande indústria gráfica, principalmente no século XX. Era essa máquina que produzia a composição em lingotes metálicos, em processo também designado como 'composição a quente'. Atualmente ela vem sendo substituída por um processo de fotocomposição, em que as matrizes dos tipos são películas fotográficas e a composição, acionada por teclado, movimenta um mecanismo que vai projetando as letras desejadas num filme que servirá para a elaboração de uma matriz de impressão para o sistema *offset*.

Há máquinas de fotocomposição que são operadas por computador. Todos os bibliotecários conhecem o *Index Medicus*, instrumento indispensável para a pesquisa bibliográfica em medicina. Esta publicação foi

pioneira ao implantar, em 1964, um sistema integrado que permitia a automação da armazenagem e recuperação de informações e a fotocomposição das páginas das edições mensais e anuais do *Index Medicus*. A fotocomposição controlada por computador é um sistema hoje já bastante difundido, encontrando-se inclusive no Brasil.

A tendência futura parece ser no sentido da adoção crescente do sistema de fotocomposição, principalmente para publicações de grande tiragem, uma vez que este é o sistema de composição que melhor se adapta à impressão *offset*. Além disso, para trabalhos de grande complexidade, como livros científicos, que utilizem grande número de símbolos e sinais pouco comuns, as máquinas fotocompositoras oferecem uma variedade de soluções que superam de longe a tradicional linotipo.

A fotocomposição, no entanto, ainda não solucionou algumas das deficiências da tipografia tradicional, como, por exemplo, a necessidade de editoração do texto e revisão de provas, que representam um ponto de estrangulamento no fluxo de uma produção verdadeiramente industrial.

Para solução desse problema, foi levantada a sugestão de um sistema de computadores que, através de terminais, permitiriam ao autor ou editor de texto reverem, verificarem e acrescentarem partes a um texto armazenado em computador, antes de enviá-lo ao processo de composição, em fotocompositoras de alta velocidade que prepariam as páginas para impressão em poucas horas, dispensando também o trabalho de revisão de provas.

Estuda-se também a possibilidade de se dispor, no futuro, de um sistema automatizado de redação/editoração/composição, o qual integraria praticamente numa única sequência operacional essas funções que, atualmente, como vimos, são independentes e isoladas. Esse sistema contaria com um terminal de tubo de raios catódicos (monitor), do tamanho de uma lauda de original, acoplado a um teclado de máquina de escrever. O autor do texto poderia então utilizar o teclado para a redação direta de seu trabalho e, através de sua visualização no monitor, iria fazendo as correções e alterações e indicando as marcações de caráter editorial. A memória da máquina iria armazenando o texto, o qual, depois de pronto, ela forneceria à fotocomposição.[1]

Isso me lembra um velho jornalista de província, de quem recebi muito mais do que os rudimentos da arte tipográfica, e que, corcovado sobre a caixa de tipos, à luz de lamparina, criava diretamente no componedor, catando letra a letra, o texto de seus artigos e editoriais. Sem

originais, sem necessidade de revisão tipográfica, a composição ia diretamente para a paginação e impressão. A máquina de escrever, editorar e compor do futuro estabelece assim um vínculo com uma prática do passado e mostra que, basicamente, não se altera o mecanismo de criação intelectual quando a máquina é criada para servir ao homem.

No futuro, a aplicação do computador abrangerá provavelmente todas as fases da produção do livro, incluindo o controle da impressão e encadernação. A automação do processo de encadernação adquire grande importância devido à crescente proliferação de diferentes versões de uma mesma publicação em função de sua clientela. Alvin Toffler, em seu livro *Future shock*, mostra que uma das soluções que as revistas norte-americanas de grande circulação encontraram para sobreviver à concorrência da televisão foi a publicação de edições regionais e especializadas. Diz ele que

> entre 1959 e 1969, o número de revistas norte-americanas que ofereciam edições especializadas passou de 126 para 235. Assim, cada revista de grande circulação nos Estados Unidos imprime atualmente edições relativamente diferentes para diferentes regiões do país, sendo que alguns editores chegam a oferecer até uma centena de variações. Edições especializadas também se destinam a diversos grupos, como os grupos profissionais. Os 80 000 médicos e dentistas que recebem semanalmente o *Time* têm em mãos uma revista que difere de alguma forma daquela que é recebida pelos professores, cuja edição, por sua vez, é diferente da que é enviada aos universitários.[12]

Essa nova característica das revistas de grande circulação fez surgir a necessidade de um equipamento que pudesse incluir ou omitir seletivamente determinadas partes do texto. A esse equipamento seriam dadas instruções para formar cada exemplar da revista segundo o perfil dos interesses do usuário que iria recebê-lo. Como vemos, trata-se de uma espécie de disseminação seletiva da informação elaborada na própria origem das publicações.

Este interessante aspecto da diversificação de edições de uma mesma publicação é um dos argumentos utilizados por Toffler para demonstrar que, ao contrário do que se supõe, a tendência futura de uma sociedade que tenha superado o nível primário de aplicação da tecnologia será mais no sentido de uma maior diversificação de produtos, em função dos interesses individuais dos consumidores, do que no rumo de uma tão temida padronização de produtos e necessidades.

Conforme assinala Doebler, há pouco mais de dez anos

> a impressão e encadernação se caracterizavam por uma produção do tipo para-an-

da, em que as operações isoladas eram realizadas por máquinas isoladas e o material era armazenado e transportado manualmente, de uma etapa para outra.[1]

A tendência futura será no sentido de se aperfeiçoar e difundir um equipamento, que já existe, que transforma a produção dos livros num verdadeiro processo industrial, em linha contínua. Trata-se do sistema Cameron de produção de livros, o qual, a partir de uma bobina de papel, imprime o texto, reúne as páginas (soltas e não mais dobradas em cadernos), cola-as pela lombada e coloca a capa, numa única operação que não demora mais de um minuto para um livro comum.[1, 2]

Uma das conquistas tecnológicas que foram consideradas como uma ameaça ao livro foram as microformas. Inicialmente, o microfilme e, mais recentemente, a microficha. Hoje, depois de muitos anos de experiência com essas formas miniaturizadas da informação gráfica, Allen B. Veaner, da Stanford University, analisando a literatura sobre o assunto, afirma que "as microformas não podem preencher muitas das funções das cópias em papel, principalmente no que se refere à facilidade de anotação, universalidade e conveniência para o usuário".[13]

No entanto, assim como o livro terá o seu papel assegurado no futuro, as microformas também desempenharão uma função específica. Poderão até integrar-se ao texto de certos livros, sendo utilizadas para a apresentação de materiais tabulares, bibliografias e outras informações não narrativas e acompanhando os textos como parte indispensável deles.

Poderá difundir-se no futuro a prática, já em vigor, de editores de revistas científicas fornecerem edições microfilmadas ou impressas dessas publicações. Igualmente poderá ter ampla difusão o sistema de edição em microformas de coleções selecionadas de obras clássicas e fundamentais sobre um tema ou um campo do conhecimento. A *Encyclopaedia Britannica*, por exemplo, lançou recentemente uma coleção de obras clássicas da cultura norte-americana em microfichas transparentes. Trata-se da Microbook Library of American Civilization, composta de 19 mil volumes. As microfichas ocupam o espaço equivalente a 30 gavetas de um fichário comum. Um dos requisitos essenciais para o êxito de um programa desse tipo é a existência de um sistema eficaz de indexação — caso contrário a localização da informação se transforma num verdadeiro suplício — e a portabilidade, precisão e conforto dos aparelhos de leitura.

O moderno conceito da utilização de meios múltiplos (multimídia) como veículos de informações, que já encontramos implantado em

muitas bibliotecas que não colecionam apenas materiais gráficos tradicionais, mas também filmes, discos, fitas magnetofônicas, videocassetes, ou seja, toda a trapizonga dos recursos audiovisuais, é uma visão de que, no futuro, todos esses meios se integrarão e exercerão uma influência recíproca, sem que um deles provoque o desaparecimento do outro. O livro, por exemplo, tem adquirido uma nova configuração, que tende a se acentuar com a utilização de algumas técnicas audiovisuais, não só no que se refere a obras didáticas e científicas como também literárias.

Obras de medicina e de arte, por exemplo, vêm acompanhadas de coleções de diapositivos que melhoram e facilitam o estudo. Os discos acompanham livros e revistas de histórias infantis, facilitam o ensino de idiomas, registram as vozes dos poetas, gravam os batimentos cardíacos em suas variações normais e patológicas. Se esta coexistência é uma realidade frutífera, por que ela se alteraria no futuro?

Para aqueles que se preocupam, muito justamente, com o equilíbrio ecológico, não deixa de ser interessante saber que talvez um dia não seja mais necessário abater verdadeiras florestas para a produção do papel de celulose. Em alguns países, como os Estados Unidos, Canadá, Japão, Grã-Bretanha e Itália, vêm sendo feitas pesquisas visando à fabricação de um papel de plástico à base de polietileno. Livros e jornais já foram impressos nesse 'papel' em caráter experimental.

De certa forma, as possibilidades tecnológicas são ilimitadas no que se refere à evolução dos meios de comunicação, entre os quais colocamos os livros e formas afins. Fazemos questão, portanto, de repetir que essas possibilidades tecnológicas não parecem almejar a destruição do livro. Provocarão, evidentemente, alterações em sua forma e produção, o que certamente o transformará num bem de utilização cada vez mais comum e de acesso mais fácil para todos.

Um grande historiador do livro, S.H. Steinberg, disse que "a coexistência pacífica da imprensa, do som e da imagem está garantida em grande parte pela configuração psicológica da raça humana",[10] tendo em vista as variações individuais, em termos da maior ou menor receptividade às informações percebidas pela visão, audição e músculos.

Resta-nos falar da sobrevivência do livro, como tal, em sociedades futuras, para as quais esse veículo de comunicação possa se tornar inconveniente, por veicular mensagens contrárias a interesses de um Estado todo-poderoso. Como já dissemos, este não é um problema apenas do futuro. Na própria terra de Gutenberg, há cerca de 25 anos, as fogueiras de livros marcaram um período de intolerância e despotismo.

Este é um problema, portanto, muito mais sociológico do que tecnológico e, por isso, é muito mais difícil de sobre ele se especular. Os que são adeptos incondicionais das novas formas de comunicação de massa aproximam-se bastante também dos que defendem um rígido controle da informação e da criação literária e artística. Uma vez que os sistemas de comunicação de massa são estruturas que exigem alto investimento, burocratizadas, dependentes de concessões oficiais, elas se prestam à medida para veicular uma propaganda tendenciosamente voltada para a apologia de instituições e regimes retrógrados.

O livro, no entanto, permanece como a única porta para a expressão de ideias e posições que desafiem a intolerância e o anestesiamento cultural. Já disse McLuhan que, hoje em dia, com uma máquina xerox o próprio autor se transforma também em seu editor. E antes, com o mimeógrafo, isso também era um fato. Mesmo tendo diante de si a barreira de um sistema industrial que possa ser impermeável às novas ideias, ou de um Estado que as rechace com violência, o homem, na solidão mais íntima que encontrar, com o mínimo de recursos técnicos, sempre poderá, através do livro, dar vazão à sua criatividade, à sua indignação.

Em *Fahrenheit 451*, cerceados, perseguidos, os personagens que procuram preservar os livros clássicos da humanidade não esmorecem diante do êxito dos bombeiros de novo tipo, a quem compete incendiar os livros. Exilados nos bosques, eles dão verdadeira vida àqueles livros e cada um se transforma num livro-homem, confiando à memória aquilo que se procurava apagar do registro gráfico.

Referências

1. Doebler, Paul D. Publication and distribution of information. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 5, p. 223-257, 1970.
2. ———.Technology's challenge to publishers. *Publishers' Weekly,* v. 201, n. 15, ii, p. 115-117, April 10, 1972.
3. Escarpit, Robert. *La révolution du livre*. 2. éd. Paris: Unesco, 1972. 168 p. Edição brasileira: *A revolução do livro.* Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1976. 156 p.
4. Licklider, J.C.R. *Libraries of the future*. Cambridge, ma: mit Press, 1965. 219 p.
5. Kahn, Herman; Wiener, Anthony J. *O ano 2000*. Trad. de Raul de Polillo. São Paulo: Melhoramentos: Universidade de São Paulo, 1968. 508 p.
6. McLuhan, Marshall. Is book dead? *College & University Business*, v. 43, n. 6, p. 35-36, Dec., 1967.
7. Melcher, Daniel. The future of the book. *Publishers' Weekly*, v. 195, n. 20, p. 34-35, May 19, 1969.
8. Neil, Sam. Books and Marshall McLuhan. *Library Quarterly*, v. 41, n. 4, p. 311-319, Oct. 1971.

9. OTLET, Paul. Avenir et anticipation du livre. In ——. *Traité de documentation*. Bruxelles: Mundaneum, 1934, p. 429-431.
10. STEINBERG, S.H. *Five hundred years of printing*. 2. ed. Harmondsworth: Penguin, 1961. 394 p.
11. STRAUSS, Victor. Betwixt cup and lip. *Publishers' Weekly*, v. 197, n. 4, p. 263-265, Jan. 26, 1970.
12. TOFFLER, Alvin. *Future shock*. London: Pan Books, 1970. 517 p. Edição brasileira: *O choque do futuro*. Trad. de Marco Aurélio de Moura Matos. 4. ed. São Paulo: Artenova, 1973. 407 p.
13. VEANER, Allen B. Micropublication. *Advances in Librarianship*, v. 2, p. 165-186, 1971.

NOTA DE 2015

No final da década de 1980 começou a carreira bem-sucedida da editoração eletrônica (*desktop publishing*) com as características que se antecipavam na década anterior e que foram resumidas no artigo de Paul D. Doebler (n. 1, da lista de referências). Nesses últimos 25 anos, os recursos oferecidos pela tecnologia da informação (programas e equipamentos) superaram todas as soluções surgidas desde meados do século XV. Para uma visão histórica abrangente, ver: ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro: princípios da técnica de editoração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon; São Paulo: Editora Unesp, 2008, particularmente as páginas 331-342 e 493-499 sobre as técnicas modernas de composição e impressão.

Para se iniciar no debate sobre livro eletrônico e as consequências econômicas e sociais das mudanças na produção e difusão de textos, ver: DARNTON, Robert. *A questão dos livros: passado, presente e futuro*. Trad. de Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 231 p.

Este texto foi lido na Biblioteca Demonstrativa do Instituto Nacional do Livro, depois subordinada à Biblioteca Nacional, quando estava em vigor o Ato Institucional n. 5 (1968–1978), a expressão mais crua e cruel da ditadura militar, que, entre outros golpes contra a cidadania, fez recrudescer a censura. Poucos meses depois, foi publicado na revista *Educação* editada pelo Ministério da Educação. Será que nenhum dos censores de plantão percebeu a mensagem final que enaltecia a liberdade de expressão?

6

Sistemas de informação: visão e revisão

A colocação deste tema na ocasião em que se encerra este ciclo de estudos organizado pela Associação Paulista de Bibliotecários sobre filosofia e tecnologia da informação constitui uma tarefa árdua para este apresentador. Cada um dos tópicos que foram propostos contém substância para todo um curso de estudos de duração bem mais extensa do que as duas horas de que dispomos. Essa circunstância nos levou a vacilar entre uma abordagem minuciosa e uma visão panorâmica. Esforçamo-nos por ficar numa posição intermediária, tentando, na medida do possível, oferecer uma perspectiva crítica do tema analisado. Perspectiva crítica que mais do que nunca se torna necessária, num momento em que começamos a perceber as reais dimensões e as consequências da informação num mundo em crise.

A simples expressão 'sistemas de informação' possui conotações variadas, segundo a especialização e os pontos de vista de quem a enuncia. Com a crescente utilização de computadores no processamento da informação — que pode ser de distintos tipos — tornou-se ainda mais confusa a noção de sistemas de informação, como veremos a seguir. Embora a noção de sistema seja uma presença constante na história, pois sempre encontramos a tendência à formulação de esquemas, mais ou menos simples, que ajudavam o homem a compreender o mundo e seus problemas, a conceituação atual de sistema é bastante complexa. Parker conceitua sistema como um conjunto de componentes

> que interagem reciprocamente no âmbito de uma fronteira que filtra tanto a taxa de fluxo de insumos como a de produtos do sistema. Os próprios componentes podem ser sistemas, quando então serão citados como subsistemas. O sistema que estiver sendo objeto de análise pode ser componente de um sistema maior que poderemos chamar de suprassistema. Uma reunião de componentes que não interagem não é um sistema, mas simplesmente um amontoado de componentes. Um subsistema pode servir de componente de mais de um sistema, como quando um indivíduo é parte tanto de um grupo familiar como de um grupo de trabalho, entre outros.[1]

~ Palestra de encerramento do ciclo de estudos sobre Filosofia e Tecnologia da Informação, organizado pela Associação Paulista de Bibliotecários, em São Paulo, em 1974.

A interação entre os componentes e o aspecto teleológico das funções de um sistema são características básicas de uma organização sistêmica. Por isso, Churchman considera que, do ponto de vista da teoria geral dos sistemas, não se poderia considerar uma biblioteca tradicional como uma organização sistemática, pois as partes que a compõem e as funções que ela pretende exercer não se acham orientadas segundo uma integração de meios e fins e um ajustamento adequado às necessidades do usuário, nem se acha definida a sua situação como subsistema de um sistema mais amplo. Este poderia ser o da entidade maior a que ela se filia e o próprio sistema social em que a biblioteca se insere.*

No documento básico sobre o projeto Unisist encontra-se uma interessante análise que ilustra os diferentes significados dados à expressão 'sistema de informação'. Lá está dito que

> o papel principal de tal sistema é harmonizar os diferentes componentes da cadeia de transferência de informações, dos produtores aos utilizadores — através de agentes intermediários de transformação (editoras, bibliotecas, serviços de resumos, etc.) — e de redefinir-lhes a forma e as funções de maneira a minimizar os custos e a maximizar a eficácia do processo geral de comutação.[2]

E um sistema mundial de informação científica, acrescenta, deve ser

> interpretado como um 'sistema de sistema', ou melhor, como uma rede de sistemas, cujos elementos. são os sistemas documentários em funcionamento no mundo. [...] Na medida em que esses elementos podem ser organizados em redes regionais ou setoriais, a expressão 'rede de redes' é igualmente aplicável.[3]

Para Vickery um sistema de informação é uma organização de pessoas, materiais e máquinas que facilita a transferência de informações entre pessoas, exercendo uma função social: auxiliar a comunicação humana.[4]

Tal concepção, bastante ampla, inclui tanto a comunicação documentária como a não documentária. Ambas, na realidade, como se observa na prática, são complementares uma da outra. Nesta apresentação consideraremos como sistema de informação aquilo que também é conhecido como um serviço ou centro de informação que lida fundamentalmente com registros formais do conhecimento.

Que não se percam de vista a observação de Lancaster e sua tipologia de sistemas de informação, que acrescentam novos dados à questão:

* Churchman, C.W. *The systems approach*. New York: Delacorte Press, 1968, p. 105-108.

> um sistema de recuperação de informações não informa (isto é, modifica o conhecimento) o usuário sobre o tema de sua consulta. Simplesmente informa sobre a existência (ou inexistência) e o paradeiro dos documentos que se relacionam com essa consulta.[5]

Os tipos de sistemas de informação, segundo o mesmo autor, seriam os:

- sistemas de recuperação de documentos, que fornecem ao usuário os textos integrais dos documentos;
- sistemas de recuperação de referências, que apresentam apenas as citações bibliográficas dos documentos; e
- sistemas de recuperação de dados, que geralmente recuperam dados, sob a forma de palavras ou números.

A propósito da ressalva feita por Lancaster de que um sistema de recuperação de informações realmente não modifica o conhecimento, seria interessante fazer alguns comentários sobre outra suposição comum, segundo a qual a organização dos documentos num sistema pode propiciar a criação de conhecimentos, como subproduto automático das relações entre assuntos que uma linguagem de indexação pode revelar. Essa suposição, como salienta Sharp,[6] pertence a muitos autores que, por exemplo, discutindo as vantagens da indexação pós-coordenada ou referindo-se à recuperação mecânica de informações, consideram que essas técnicas podem ser utilizadas para revelar correlações entre dados que antes não estavam relacionados, o que significaria criar novos conhecimentos. No entanto, por mais sofisticadas que sejam as técnicas de recuperação de informações, não se pode assegurar (e até hoje não se constatou) que o sistema sozinho possa dar um produto diferente do insumo recebido.

Sharp cita a história de um personagem de Dickens que teria se aprofundado no conhecimento da metafísica chinesa simplesmente lendo sobre metafísica ("na letra M") e sobre a China ("na letra C"), na *Encyclopaedia Britannica*, e, a seguir, feito a devida combinação 'lógica' das informações lidas, o que lhe proporcionou o almejado saber.[6]

Desenvolvimento de sistemas de informação

Liston e Schoene[7] apresentam uma metodologia de seis etapas para o planejamento de um sistema de informação:

1. Identificação de todas as características do sistema a ser projetado que tenham sido previamente estabelecidas, ou seja, os parâmetros fixos. Por parâmetros os autores consideram um conjunto de características (assunto a ser abrangido,

técnica de indexação, forma do produto de saída, etc.) que juntos descrevem o sistema em sua totalidade. Os parâmetros são de dois tipos: fixos e variáveis. Os parâmetros fixos referem-se às características que escapam ao controle do planejador do sistema. Os parâmetros, variáveis ou simplesmente variáveis, são aquelas características que ele pode controlar ou decidir.

2. Identificação de todas as características do sistema a ser projetado que estejam sujeitas ao controle do planejador — os parâmetros variáveis.
3. Identificação, dentro de cada variável, de todas as possíveis soluções que o planejador pode logicamente adotar — as opções. As opções são escolhas que o planejador faz diante de cada variável que, logicamente, podem ser pelo menos duas.
4. Identificação, dentro de cada variável, dos fatores que afetam a escolha entre as várias opções existentes.
5. Identificação dos fatores que serão atingidos por uma escolha entre as opções existentes dentro de cada variável.
6. Análise das variáveis e dos fatores que atingem e são atingidos por cada escolha a fim de determinar a sequência lógica em que as decisões devem ser adotadas e como as decisões devem ser tomadas.

Apesar da contribuição metodológica da análise de sistemas ao planejamento de sistemas de informação apresentadas por Liston e Schoene, estes autores consideram ser isso 'arte' para a qual inexistem procedimentos de aceitação generalizada. "Se o planejador de sistemas de informação utiliza uma metodologia, esta, muitas vezes, é pessoal, não sendo necessariamente aplicada de forma coerente."[8]

Debons e Montgomery[9] mostram que o planejamento pode ser estático, quando adota um protótipo, ou dinâmico, quando evolui. Os conceitos sobre planejamento de sistemas de informação quando surgiram, em fins da decada de 1950 e começo da de 1960, eram do tipo estático, pois o projeto do sistema era fixo, dependendo intensamente da complexidade dos padrões estabelecidos para os componentes, enunciados claros dos objetivos do sistema e critérios bem definidos para a consecução desses objetivos. Para esse fim eram usados frequentemente modelos matemáticos e técnicas de simulação.

Segundo os mesmos autores, a teoria dinâmica do planejamento propõe que a configuração final do plano seja o resultado de numerosos fatores e que ele evolua em decorrência de alterações dos objetivos, das condições ambientais e das mudanças no processo de planejamento. Isso pode implicar uma organização à base de módulos, em que os componentes mantêm certa independência entre si, embora permaneçam sempre orientados para o objetivo inicialmente definido, a fim de tirar proveito das mudanças tecnológicas e da evolução do próprio projeto.

A revisão da literatura feita por esses autores mostra que as teorias sobre o planejamento de sistemas de informação ainda se acham num estado de evolução, de tal modo que "realmente não sabemos, na maioria dos casos, porque os sistemas de informação são bem sucedidos, quando o são".

Os usuários

É sabido que as necessidades de informação e os hábitos de obtenção e uso da informação por parte dos usuários devem constituir uma etapa preliminar no planejamento de um sistema de informação que se destina a atender a uma comunidade determinada. Para sistemas abertos com ampla clientela, externa a uma instituição, com usuários cuja identificação é imprevisível, a satisfação desse requisito prévio torna-se bastante difícil. No caso dos sistemas orientados para uma disciplina, o perfil dos usuários poderá ser tão amplo e diversificado que tornará talvez infrutífero o esforço para conhecê-lo. É possível, neste caso, que somente através de um esforço de retroalimentação se consiga definir como o sistema está servindo aos usuários.

Em recente revisão da literatura, Martyn[10] caracterizou três tendências dos estudos sobre usuários. Numa primeira época, na década de 1960, empregou-se o método de coleta de informações através de questionários preenchidos pelo próprio usuário. Os objetivos desse tipo de estudo, que desejava saber como o usuário utilizava as informações de seu campo, eram muito amplos e seus resultados chegavam a ser até conflitantes.

Desde meados da década de 1960, esse tipo de estudo começou a ser substituído pelo emprego de técnicas mais sofisticadas e de observação indireta, como análise de citações, métodos mais elaborados de investigação sociológica, como os que foram adotados no estudo dos sistemas informais de transmissão de informações. Martyn acrescenta que

> embora os resultados produzidos pelas pesquisas sobre usuários realizadas nesse período tenham inegavelmente modificado as atitudes e os preconceitos dos técnicos de informação, eles tiveram poucos efeitos diretos sobre os planejadores de sistemas de informação, que em muitos casos estavam preocupados com os problemas de adaptar-se à convivência com o computador.[11]

A terceira tendência que ora emerge trata de pesquisar o efeito da informação, numa tentativa de descobrir o papel da informação na ino-

vação e nos trabalhos em curso. Essa parece ser uma orientação mais frutífera, principalmente porque terá de analisar certos parâmetros sociais que dizem respeito aos sistemas de informação. Muitas vezes nos perguntamos: de que vale dispor de informação que me aponta uma solução para um problema, se não está em minhas mãos o poder de agir? Dispõe-se de informações que mostram que o óleo bromado, usado em refrigerantes, faz mal à saúde. Mas continuamos tomando esses refrigerantes. Sabe-se que muitos agentes ativos presentes na poluição industrial transformam o homem num ser totalmente sujeito a doenças e mazelas. Mas que fazer? Muitas vezes as informações existem mas não são condicionantes de uma decisão. Outras vezes uma decisão é adotada apesar das informações que não a recomendam.

Ê preciso evitar a tendência à excessiva formalização metodológica dos estudos sobre usuários. Esse é um campo de investigação social que tem todas as limitações e a relatividade de qualquer estudo sociológico. O próprio Martyn conclui que "as necessidades de informação são extremamente complexas e variadas, e também os usuários".[12]

Para aprimorar o conhecimento desse elemento tão complexo e variado talvez fosse interessante que se pesquisasse sobre como aqueles cientistas e estudiosos que estiveram no *research front* de seu tempo utilizavam e produziam informações. Tais pesquisas poderiam basear-se nas redes de citações bibliográficas, nos depoimentos autobiográficos desses cientistas ou nas observações de terceiros. Mais uma vez, então, se veria atestada a importância dos processos informais de comunicação entre os membros da 'congregação invisível' (o *invisible college*).

Por exemplo, uma decisão que desencadeou um processo tecnológico cujas implicações estarão eternamente presentes em nossas vidas é encontrada, nos seguintes termos, em carta que Albert Einstein assinou e que foi entregue a Franklin Delano Roosevelt, em 2 de agosto de 1939:

> trabalho recente de E. Fermi e L. Szilard, que me foi comentado ainda no manuscrito original, leva-me a crer que o elemento urânio pode transformar-se numa nova e importante fonte de energia no futuro imediato. [...] Esse novo fenômeno (uma reação nuclear em cadeia) poderia também levar à construção de bombas, sendo admissível, embora muito menos certo, que assim podem ser construídas bombas extremamente poderosas de um novo tipo.[13]

Einstein, solicitado por um pequeno grupo de pesquisadores, assinou a carta em que uma mensagem informal serviria de base para uma decisão histórica. Ou, por exemplo, saber como Darwin, cujos estudos tanta

influência exerceram sobre a sociedade, elaborava seus trabalhos. Diz ele:

> Como em vários de meus livros vali-me amplamente de fatos observados por outros autores, e, como sempre tenho lidado simultaneamente com assuntos muito distintos, posso informar que guardo de 30 a 40 pastas em armários, cujas prateleiras são rotuladas, onde posso colocar rapidamente uma referência ou uma nota avulsa. Compro muitos livros e nas suas páginas finais faço um índice de todos os fatos que dizem respeito ao meu trabalho; ou, se o livro não me pertence, redijo à parte um resumo que vai para uma grande gaveta que tenho cheia de resumos. Antes de começar a trabalhar num assunto, examino todos esses pequenos índices e faço um índice geral e classificado, e, apanhando uma ou várias pastas pertinentes, tenho todas as informações que coletei durante a minha vida prontas para serem usadas.[14]

Era esse o sistema de informação usado por Charles Darwin.

As linguagens de indexação

Manoel Adolpho Wanderley, há dois anos [1973], publicou sua dissertação sobre linguagem documentária, que sintetiza e discute muito bem os aspectos mais relevantes das relações entre linguística e documentação, coloca inúmeras perguntas que, à sua maneira, explicam mais do que afirmam. Diz ele:

> a tradução dos registros e materiais escritos numa representação em linguagem documentária — eis o que tanto define uma quanto a outra das citadas modalidades de tratamento bibliográfico. E o criador de um sucedâneo ou substituto (*surrogate*) para o texto, que coisa tenta senão indicar, de antemão, as orientações de cada 'item', com mira no liberar a mensagem virtual e no fazê-la alcançar o receptor a que se destina?[15]

Representamos com uma linguagem de indexação o teor dos registros, quer adscrevendo conceitos aos textos, com base num vocabulário externo, quer descrevendo-os com as palavras que lhe são próprias, extraídas do vocabulário interno. Essas mesmas operações também podem ser chamadas de atribuição (*assigment*) e derivação (*derivation*).

O conceito de adscrição ou atribuição pressupõe um vocabulário externo: uma linguagem de indexação que seja uma classificação ou uma lista de descritores de assuntos. No que se refere à elaboração dessas linguagens de indexação, as metodologias disponíveis permitem a organização de vocabulário que, do ponto de vista formal, contém, controlados e interrelacionados, os termos que serão usados para traduzir a linguagem natural dos documentos para a linguagem do sistema e que

deverá representar de forma estruturada os conceitos presentes nos documentos.

Com o advento do tesauro sentiu-se uma euforia nos arraiais da ciência da informação. Euforia igual à de quando se divulgaram as classificações facetadas. E teve início a proliferação dos tesauros simples ou facetados sem muita preocupação de compatibilizá-los entre si. Instrumento que pretende ser dinâmico para acompanhar a própria evolução dos conhecimentos, muitas vezes a inércia dos sistemas transforma-o num dinossauro tão emperrado quanto a mais enumerativa e antiquada das classificações bibliográficas.

Não que o tesauro ou as classificações facetadas sejam imprestáveis. O que acontece é que houve uma superestimação de suas potencialidades antes de que a prática viesse a corroborar suas vantagens e desvantagens. Muitas vezes sentimos na área da documentação uma situação análoga à da moda: enquanto está na moda e se usa é lindo, quando cai de moda, não presta.

E ainda há outro problema que resiste a qualquer encaminhamento de solução: O que é um assunto? Como distinguir a atinência (*aboutness*) de um documento? Podemos ensinar a alguém todos os truques de uma linguagem de indexação, mas como fazê-lo indicar de forma inequívoca e coerente o conteúdo de documentos extremamente variados? Como diz Jessica L. Harris, a

> elucidação, por meio de princípios teóricos, da análise de assuntos complexos tem até agora frustrado todos que a tentaram. Nenhum esquema, por mais satisfatório que seja do ponto de vista intelectual, conseguiu descrever de forma adequada o universo real de temas sobre os quais as pessoas escrevem.[16]

O aperfeiçoamento dos computadores fez surgir a possibilidade de automatizar o processo de indexação. Desde 1958 e mais particularmente na década atual [a de 1970] a indexação automática é uma espécie de quimera perseguida pelos que acreditam nela e execrada pelos que a consideram exatamente uma quimera. Salton, por exemplo, afirma que as evidências indicam "que os processos atualmente existentes de análise (automática) de texto são pelo menos tão eficazes quanto os métodos de indexação manual mais convencionais".[17] Para Wellisch "o julgamento individual do indexador é necessário para a escolha do termo certo ou mais adequado entre uma série de possíveis termos candidatos".[18]

A indexação automática, definida por Karen Sparck-Jones como as técnicas automáticas de "análise e caracterização de documentos para

manipulação de suas descrições durante a pesquisa e para geração da linguagem de indexação utilizada para esses fins,"[19] tem merecido muitas pesquisas (e gasto muito dinheiro), envolvendo pesquisadores que abrangem uma área tipicamente interdisciplinar.

Atualmente existem sistemas de informação que trabalham com análise automática de textos, parciais ou complexos, armazenados em computador. A propósito, em conferência que pronunciou no 8° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, F.W. Lancaster considerou viável que os sistemas de informação do futuro sejam do tipo que utiliza indexação automática.*

Karen Sparck-Jones, uma das maiores especialistas na matéria, reconhece, no entanto, que

> em termos gerais, as pesquisas realizadas mostram que técnicas bem simples, utilizando palavras-chave com ponderação estatística, são bastante eficazes. Os conhecimentos de que dispomos no momento sugerem que um sistema de indexação automática plausível e operacional seria da seguinte forma: entrada composta de títulos e resumos; a análise eliminaria palavras não significativas; a descrição atribuiria pesos à frequência interna do documento; a linguagem de indexação atribuiria a separação de sufixos; e a consulta analisaria pesos baseados na frequência da coleção, ordenando a saída ou produto de acordo com o coeficiente de coincidência normalizado.[19]

Segundo a mesma autora, porém, isso é prematuro e ainda necessitamos de mais e melhores pesquisas sobre indexação automática.

Outro dado importante que prejudica a adoção da indexação automática diz respeito ao problema de entrada de textos integrais, ou mesmo parciais, que sirvam de matéria para a análise e processamento dos termos que eles contêm e que servirão de base para a recuperação. O desenvolvimento da editoração automática de textos para impressão poderia gerar um subproduto legível por computador.

A título de dúvida

Falar de sistemas de informação para especialistas em sistemas de informação, num momento em que a própria pesquisa científica, que leva à produção de novas informações, é questionada e se discute a conveniência de um crescimento zero, não é fácil nem reconfortante.

* Para mais informações sobre indexação automática, ver Lancaster, F.W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2004, p. 284-338.

Os ideais que levaram homens como Paul Otlet, Henri Lafontaine, H.G. Wells, Vannevar Bush e muitos outros a sonharem com o acesso fácil e imediato à informação estão sempre presentes, ora mais fracos, ora mais fortes, como agora [1974], quando se volta a falar do controle bibliográfico universal. Animava-os e anima os de hoje uma crença inabalável na imparcialidade e necessidade irretorquível da pesquisa, gerando conhecimentos que, se fossem bons, seriam utilizados e, se fossem geradores de malefícios, seriam esquecidos. A realidade histórica tem mostrado, e de forma cada vez mais contundente, que nem sempre o homem busca apenas o que é bom.

Não dizemos isso para mostrar que os sistemas de informação podem veicular conhecimentos que, se aplicados, gerarão malefícios. Eles deverão continuar sempre organizando e difundindo informações, 'boas' ou 'más'.

Os sistemas de informação, em suas diversas formas, terão muita utilidade para quem é especialista num campo do conhecimento? Não funcionariam com mais proveito para aqueles que estão se iniciando no campo e que, mais tarde, identificados seus colegas, estabelecidos seus contatos com o *invisible college*, dispensariam a assistência de um serviço de informação?

O usuário — objetivo essencial para qualquer sistema de informação — é muitas vezes ignorado a favor de preocupações com as técnicas, de forma totalmente não sistêmica. A variedade de métodos de planejamento e avaliação pode criar mirabolantes sistemas de informação. Eles jamais conseguirão, no entanto, distanciar-se das limitações sociais, econômicas e políticas do ambiente. E, se não levarem em conta essas limitações e as reais necessidades dos usuários, determinadas pelo seu comportamento e pelas exigências sociais, poderemos então dizer, como na anedota psicanalítica — que diz que o neurótico constrói castelos de areia, o psicótico os habita e o psicanalista cobra aluguel —, que nosso planejador de sistema de informação, considerado pelas técnicas, constrói sistemas iguais a castelos de areia que os usuários habitam e dos quais os bibliotecários cobram aluguéis.

Referências

1. Parker, Edwin B. *A systems theory analysis of feedback mechanisms for information systems*. Congresso Internacional de Documentação. Buenos Aires, 1970. 22 p.
2. Unisist. *Étude sur la réalisation d'un système mondial d'information scientifique*. Paris: Unesco, 1971, p. 39.
3. Ibidem, p. 94.

4. Vickery, B.C. *Information systems*. London: Butterworths, 1973, p. 1.
5. Lancaster, F. Wilfrid. *Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation*. New York: Wi1ey, 1968, p. 1.
6. Sharp, John R. Where do we go from here? *Aslib Proceedings*, v. 23, n. 1, p. 33-46, Jan. 1971. A citação de Charles Dickens encontra-se no capítulo 51 de *As aventuras de mr. Pickwick*, de que existem algumas traduções para o português.
7. Liston, Jr., David M.; Schoene, Mary L. A systems approach to design of information systems. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 22, n. 2, p. 115-122, Mar.-Apr. 1971.
8. Ibidem.
9. Debons, Antony; Montgomery, K. Leon. Design and evaluation of information systems. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 9, p. 25-55, 1974.
10. Martyn, John. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 9, p . 3-23, 1974.
11. Ibidem
12. Ibidem, p. 20
13. Fermi, Laura. *Atoms in the family: my life with Enrico Fermi*. Chicago: University of Chicago Press, 1954. 267 p.
14. Darwin, Francis (ed.) *The life and letters of Charles Darwin including an autobiographical chapter*. New York: App1eton, 1898, v. l, p. 80.
15. Wanderley, Manoel Adolpho. Linguagem documentária: acesso à informação; aspectos do problema. *Ciência da Informação*, v. 2, n. 2, p. 175, 217, 1973.
16. Harris, Jessica L. Document description and representation. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 9, p. 81-117, 1974.
17. Salton, G. Automatic text analysis. *Science*, v. 168, p. 335-343, 1970, cit. por Sparck-Jones, Karen (19).
18. Wellisch, H. A flow chart for indexing with a thesaurus. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 23, p. 185-191, 1972, cit. por Sparck-Jones, Karen (19).
19. Sparck-Jones, Karen. Progress in documentation: automatic indexing. *Journal of Documentation*, v. 30, n. 4, p. 393-432, Dec. 1974.

7

A biblioteconomia nos países em desenvolvimento: o olhar estrangeiro

Estrangeiros radicados em outros países e consultores internacionais produziram um volume substancial de informações sobre as características dos serviços de bibliotecas e de informação, bem como sobre a biblioteconomia/documentação do mundo em desenvolvimento, como resultado de seu trabalho ou de sua missão em diversos países ao longo dos anos.

Poucos daqueles que cruzaram as fronteiras de sua terra natal resistiram à tentação de divulgar suas impressões acerca de uma experiência que, para alguns, deve ter sido uma espécie de mergulho numa realidade excitante ou desalentadora, com todas as consequências de um choque cultural e temporal. Alguns até mesmo para lá se dirigiram com a ideia, proclamada ou disfarçada, de perpetuar nas páginas de um livro suas opiniões sobre as idiossincrasias daqueles povos e instituições alienígenas em prol do enriquecimento intelectual de quem realmente acredita que a Terra não é plana nem acaba daqui a alguns quilômetros. Alguns talvez até se sintam como um Marco Polo redivivo, a desvelar para a civilização um imprevisível novo mundo bibliotecário. É bastante provável que um punhado daqueles que escreveram sobre as bibliotecas dos países em desenvolvimento jamais tenha tido de enfrentar os perigos que infestam essas terras exóticas. De vez em quando percebe-se uma espécie de emulação com a série de Ripley 'Acredite se quiser'.

Há quase 40 anos, apresentei esta dissertação de mestrado (*The portrait of librarianship in developing societies as sketched by the foreign observer*) à Loughborough University, no Reino Unido, sob a orientação do professor Peter Havard-Williams. Recomendada pelo professor Herbert Goldhor, da Graduate School of Library and Information Science da University of Illinois, uma versão resumida foi publicada por essa escola na série Occasional papers (n. 148, 1981. 46 p.). O mesmo texto foi incluído numa coletânea organizada por J. Stephen Parker (*Information consultants in action*. London: Mansell, 1986, p. 25-74). Posteriormente, a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas chegou a traduzir a versão resumida, mas não logrou publicá-la. Esta é, portanto, a primeira edição deste trabalho em português, e corresponde ao texto integral da dissertação, alterada a forma de remissão das citações.

Brewster, em seu livro sobre assistência técnica norte-americana a bibliotecas de outros países, arrola uma bibliografia de mais de quarenta páginas, abrangendo material, publicado ou inédito, que interessa ao estudo, exclusivamente, das atividades dos Estados Unidos no campo da biblioteconomia em países estrangeiros.[21]

A maior parte da bibliografia sobre biblioteconomia internacional trata de um único país, adotando um enfoque descritivo ou crítico. Destaca-se dessa bibliografia um conjunto de documentos que podem ser isolados por sua preocupação idêntica em inferir, a partir de uma gama de experiências pessoais, uma estrutura abrangente da totalidade de padrões multifacéticos das bibliotecas e da biblioteconomia nos países em desenvolvimento.

Essa tentativa de unificar uma variedade de países sob uma denominação exclusiva e abrangente facilitou a realização de numerosos estudos sobre como diferentes instituições e disciplinas se apresentam nas circunstâncias predominantes nessa espécie de antítese do mundo desenvolvido. Assim, surgiram estudos sobre medicina, ciência, administração, educação, política, etc., em países em desenvolvimento. É desnecessário dizer que muitas vezes um trabalho que tem um título genérico abarca somente poucos países de um continente ou região do mundo.

O presente estudo não implica a irrelevância dos trabalhos que foram publicados sobre a biblioteconomia nos países em desenvolvimento. Ele parte da hipótese de que ainda não foram avaliados quanto à sua contribuição para uma melhor compreensão do papel das bibliotecas nas sociedades em desenvolvimento e a correta identificação das causas e fatores que levaram o desenvolvimento em geral das bibliotecas a seguir caminhos que não são exatamente similares aos caminhos que foram trilhados pelos países desenvolvidos. Por outro lado, seria conveniente conhecer em que medida esses trabalhos estimularam um processo de autocrítica e investigação por parte dos bibliotecários dos países em desenvolvimento. Outra possibilidade a pesquisar é se se transformaram em estéreis lugares-comuns que não merecem qualquer atenção.

O objetivo deste trabalho é fazer um levantamento das opiniões e apreciações genéricas a respeito das bibliotecas e da biblioteconomia dos países em desenvolvimento emitidas por observadores de países desenvolvidos. Como não procura salientar os problemas e as características de determinado país, sua preocupação principal serão os trabalhos em que se fazem avaliações e julgamentos generalizados sobre a categoria econômica e sociológica denominada 'países em desenvolvimento',

seja de um ângulo descritivo/crítico, seja de um ângulo orientado por uma intenção prescritiva ou normativa. Eventualmente serão considerados estudos sobre um país, na medida em que incluam proposições generalizadas ou deixem claros certos pontos desprezados pelos estudos de natureza abrangente.

Este estudo não é de caráter histórico e tampouco é um levantamento exaustivo da parcela da bibliografia que coincide com os conceitos expressos em seu título. Deve-se encará-lo mais como um corte transversal que se faz dessa literatura, tendo sido feitos esforços no sentido de alcançar uma cobertura dos trabalhos mais representativos, cujas observações principais serão aqui resumidas, do ponto de vista de um autóctone de um país em desenvolvimento.

Ao longo deste estudo, os termos 'bibliotecas' e 'biblioteconomia' serão empregados como se também incluíssem os conceitos de serviço de informação e documentação, exceto quando se mencionar o contrário no próprio texto.

1 Desenvolver ou subdesenvolver, eis a questão

1.1 O que é um nome?

O primeiro obstáculo, embora não seja o principal, a ser superado por quem se lança a escrever sobre os países em desenvolvimento é representado pela terminologia variada que tem sido empregada para designar as regiões do mundo onde vivem quase dois terços de sua população.

Cohen e colaboradores observaram a mesma dificuldade e afirmaram que o vocabulário cambiante adotado para denotar esses países talvez revele como eles são percebidos de seu exterior. Em sua opinião, isso foi parcialmente resolvido por decreto quando as organizações internacionais apresentaram sua versão autorizada e a expressão 'sociedades em desenvolvimento' "veio a dar ressonâncias mais otimistas aos relatórios da ONU".[32]

Essa guerra de palavras é extremamente interessante, em especial quando comparada com a ampla aceitação da expressão 'país desenvolvido'. Achou-se que o termo 'subdesenvolvimento' era suscetível de suscitar "conotações ofensivas" ou "desfavoráveis".[36, 74] Alguns autores, mais preocupados com o progresso tecnológico, costumavam classificar e designar as sociedades como pré-industriais, industriais e pós-industriais, que correspondiam, respectivamente, a países onde a maioria da população economicamente ativa estivesse empregada e a maior parte

do produto nacional bruto derivasse do setor primário (agricultura e mineração), do setor secundário (manufatura e processamento) ou do setor terciário (serviços).

Lerner deu ênfase ao processo de modernização das sociedades que eram designadas, segundo essa perspectiva, como tradicionais, transicionais e modernas.[75] Esta tipologia teve grande impacto nos estudos de comunicação, em particular quando tratavam do papel da comunicação de massa no processo de desesenvolvimento ou modernização. A voga dessa nomenclatura esteve associada à crescente importância dos métodos estrutural-funcionalistas no estudo das sociedades em desenvolvimento, que tinham como objetivo descobrir maneiras de descrever e denominar essas sociedades como 'tipos ideais' isolados de um complexo de relações internacionais que daria significado a essas tipologias.

Também se percebe isso em Riggs, que exemplifica, mediante uma metáfora, as diferentes estruturas da sociedade. A passagem da luz através de um prisma deu-lhe a ideia de sociedades fundidas, difratadas e prismáticas, sendo estas últimas as que outros denominam sociedades em desenvolvimento. E são 'prismáticas' porque apresentam ao mesmo tempo elementos das sociedades fundidas (relativamente não diferenciadas, primitivas) e das difratadas (as desenvolvidas).[97] O fato de Riggs haver admitido a existência simultânea, na sociedade prismática, de características que pertencem tanto às formas menos complexas quanto às mais complexas de organização da sociedade é de certo modo comparável ao chamado dualismo de estruturas econômicas predominante em sociedades em desenvolvimento, como se verá mais adiante. Em 1957, no entanto, Riggs utilizara uma tipologia dicotômica não isenta de um certo charme: *agraria* e *industria* [em latim no original].[96]

Moravcsik e Ziman também lançaram mão de termos metafóricos de certo modo comparáveis aos de Riggs. Para eles, os países pertenciam ou a Paradisia ou a Dominatia, correspondendo o primeiro termo aos subdesenvolvidos e o segundo termo aos países "metropolitanos poderosos". Embora essa pareça ser uma descrição simplista, eles desenvolveram com mais detalhes a relação necessária que existe entre essas duas categorias:

> Neste contexto, é essencial perceber que a imensa distância entre Dominatia e Paradisia é tanto psicológica quanto material. Quando falamos sobre a contínua dependência dos países menos desenvolvidos em relação aos países adiantados, não queremos dizer apenas que a autoridade política formal transformou-se em dominação econômica; queremos dizer que os países adiantados continuam a exercer

> uma influência esmagadora sobre o resto do mundo, de forma intelectual, cultural, social e espiritual. Esta dependência não material é tão aviltante, frustrante — e em última análise alienante — quanto a exploração econômica e política.[85]

Outros termos foram usados ao longo dos anos, como, por exemplo, países atrasados, países ultramarinos, países menos desenvolvidos, países de desenvolvimento recente, etc. Nações emergentes, Terceiro Mundo (uma expressão, para Dean "curiosamente transcendental")[37] e países não alinhados são denominações que surgiram com fortes conotações políticas que geralmente foram ressaltadas pelos líderes dos países de independência recente, principalmente depois da conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955. Nessa conferência, essas nações insistiram em que deveriam opinar a respeito dos problemas mundiais. Queriam, se possível, manter-se equidistantes dos blocos dominantes numa tentativa de fomentar a construção de suas identidades nacionais, sem se engajar numa submissão aberta ou disfarçada a potências estrangeiras. O futuro iria mostrar quão idealista e prematuro era esse compromisso.

Para os bibliotecários ingleses, trabalhar no ultramar geralmente significava viajar para fora de sua ilha, indo para uma ex-colônia do Império e, por extensão, ultramar implicava subdesenvolvimento.[27, 55]

Outras complicações foram acrescentadas a essa guerra de palavras com o amplo emprego na literatura especializada e na imprensa de língua inglesa da palavra *West* (Ocidente) para indicar todos os países industrializados, como se alguns países localizados na mesma região não fossem subdesenvolvidos. Ficam claras as implicações disso, e, sobretudo, a identificação entre ser civilizado e ser ocidental.

Tendo em vista que, para o propósito deste trabalho, as expressões países ou sociedades desenvolvidos e países ou sociedades em desenvolvimento são relativamente inequívocas, elas serão preferidas em detrimento de outras antes mencionadas, ainda que também não estejam livres de críticas. Se se puder invocar a autoridade dos léxicos em favor desta opção, aceitemos a definição do *Concise Oxford dictonary* (1976) e ponhamos um ponto final nessa guerra de palavras. Assim, a expressão 'país em desenvolvimento' é aqui empregada para designar um "país pobre ou primitivo que esteja desenvolvendo melhores condições econômicas e sociais".

1.2 Quais são os países em desenvolvimento?

Uma vez tomada a decisão sobre determinada expressão, neste caso

'país em desenvolvimento', deveremos agora encetar um esforço para definir conceitualmente as condições que são comuns a todos esses países e, se possível, fazer uma lista deles. Se a escolha de um termo não é uma tarefa fácil, muito mais intrincadas são as questões concernentes à definição desse termo num nível que seja menos descritivo do que o de um dicionário.

Hodder levou em conta o conceito de subdesenvolvimento como uma situação, embora se possa argumentar que se trata muito mais de um processo, diferença esta implícita na própria ideia transmitida pelo verbo 'desenvolver', que é dinâmica e não estática. Em suas palavras:

> Por subdesenvolvimento se designa a situação, característica dos países em desenvolvimento, em que os níveis e as taxas de crescimento da renda real e do capital por habitante são baixos em comparação com a Europa ocidental, a América do Norte e a Austrália.[58]

Definições como essa, segundo Bernstein, não consideram a possibilidade de 'estar subdesenvolvendo-se', o que "exclui qualquer compreensão do subdesenvolvimento como um processo, como um fenômeno que surgiu historicamente".[15]

Finsterbusch definiu o desenvolvimento nacional como "o aumento da capacidade de uma nação em controlar e processar seus recursos e seu meio ambiente por meio de tecnologia e organização avançadas".[40] Assim, supomos que ser subdesenvolvido é carregar um rótulo que mostra a posição do país numa espécie de escala analógica em que os valores podem aumentar de forma constante, inclusive os que expressam o hiato absoluto entre os que estão à frente e os que estão atrás.

Hodder estava ciente das limitações de sua definição no que tange aos aspectos qualitativos da vida, e Finsterbusch acrescentou uma advertência importante ao chamar a atenção para os vieses, suposições e omissões de sua definição de desenvolvimento nacional, pois

> descuidamos da distribuição do controle ambiental dentro das sociedades, que muitas vezes varia consideravelmente de uma região para outra e de um grupo para outro. Nossa definição tem um viés ocidental, uma vez que não damos à preocupação oriental com o autocontrole a mesma importância que atribuímos à preocupação ocidental com o controle do meio ambiente.[40]

Para esse autor, conhecimento e organização são os dois principais fatores do desenvolvimento, proposição esta que se reveste de certo interesse para os bibliotecários.

Quando a definição se torna difícil pode-se tentar descrever os temas em estudo e encontrar suas características comuns ou seus universais. A respeito dos países em desenvolvimento, Stavenhagen advertia que um dos problemas é que "essas nações, geralmente agrupadas para fins descritivos, são frequentemente tão diferentes entre si quanto são diferentes de um país desenvolvido", e ao falar delas como um grupo é preciso "abstrair de sua diversidade e concentrar nossa atenção naqueles aspectos que, de fato, têm em comum".[106]

Diversos autores tentaram identificar as características compartilhadas pelos países em desenvolvimento de todo o mundo ou de uma região, como o Oriente Médio ou a América Latina. Hodder, economista cujo livro aqui citado trata em particular da questão do desenvolvimento nos trópicos úmidos, identificou as seguintes características:

1. Baixa expectativa de vida ao nascer
2. Taxas elevadas de mortalidade infantil
3. Condições de saúde deficientes da população
4. Analfabetismo generalizado
5. Baixa renda *per capita*, junto com pobreza e endividamento
6. Produção de subsistência geralmente dominante
7. Economias não diversificadas e voltadas para o setor primário
8. Reduzida indústria manufatureira
9. Ausência de aplicação em larga escala de métodos científicos e tecnológicos na agricultura e na indústria
10. Mercados reduzidos.

John Dean, bibliotecário que teve a oportunidade de trabalhar em países em desenvolvimento, também apresentou sua lista de características comuns, que em geral coincidem com as de Hodder. No entanto, ele salienta a dependência dos países em desenvolvimento em matéria de mão de obra estrangeira; economia baseada na monocultura; alta taxa de desemprego; comunicações internas ruins; e um meio ambiente tropical ou semitropical (p. 12).[36]

A fim de mostrar como alguns autores tendem a extrapolar um caso particular para toda a variedade de países em desenvolvimento, tomemos a característica 'economia baseada na monocultura' mencionada por Dean e a comparemos com os dados disponíveis. Segundo o Fundo Monetário Internacional, em estudo que abrange os principais produtos de exportação de 37 países em desenvolvimento durante um ano (1966 ou 1967), cada um dos países estudados exportava em média três produtos e, na realidade, o número de países que possuíam uma 'eco-

nomia baseada na monocultura' era bastante pequeno: Bolívia (estanho, 63%), Irã (petróleo, 91%), Iraque (petróleo, 92%), Líbia (petróleo, 99%) e Mauritânia (minério de ferro, 91%) (p. 90-91).[60]

Gunton, outro bibliotecário, em sua proposta de um programa de desenvolvimento bibliotecário para países da British Commonwealth, não hesitou em chamar de "dificuldades intrínsecas" aspectos que aqui têm sido considerados como "características comuns".[51] Essas dificuldades são compartilhadas pelos trópicos, o que em si mesmo é uma espécie de fatalismo geográfico. Os aspectos levantados por Gunton e que não foram contemplados pelos autores até agora citados são: distâncias consideráveis; populações multilíngues; desconhecimento generalizado ou ideia equivocada sobre o papel das bibliotecas; tradição de comunicação oral; posição subalterna das mulheres, que inibe a educação informal no lar; clima insalubre; a ausência, fora das relações tribais, de qualquer esforço em prol do desenvolvimento do grupo; uma apatia por parte dos que detêm a autoridade (frequentemente autocrática) em relação à melhoria da educação ou do ensino universal.[51]

Thompson, ao escrever sobre o desenvolvimento bibliotecário no Oriente Médio, teve a oportunidade de confirmar quão equivocadas podem ser generalizações que só percebem o que ele chama de "homogeneidade superficial" de uma região, reconhecida corriqueiramente como um padrão de convincente similaridade.[108] É preciso esclarecer, porém, que existe uma consciência das dificuldades impostas por essas generalizações, e, com raras exceções, os autores aqui citados estão de acordo quanto às diferenças relativas entre os países em desenvolvimento.

Talvez valha a pena comparar essas características antes citadas, que seriam típicas dos países em desenvolvimento, com os chamados indicadores de desenvolvimento social, político e cultural arrolados e criticados por Hoogvelt. Este autor mencionou a importância desses indicadores que em geral têm sido 'promovidos' como "condições para o desenvolvimento econômico" e assim têm afetado a elaboração das políticas de governos e organizações internacionais. Esses indicadores são: grau de urbanização; taxas de analfabetismo e ensino profissionalizante; circulação de jornais; democracia política (medida pela existência de um sistema multipartidário e a transferência regular do poder executivo por meio de eleições secretas); livre empresa; secularização (isto é, institucionalização da 'racionalidade' como norma comportamental predominante); grau de mobilidade social; diferenciação ocupacional; proliferação de associações voluntárias, inclusive, por exemplo, sindi-

catos; unidade nacional (em oposição ao faccionalismo étnico e denominacional); padrões de família nuclear, e judiciários independentes (p. 61).[60]

Finsterbusch, em estudo sobre os métodos de mensuração do nível nacional de desenvolvimento, comparou-os e verificou que os resultados da aplicação de cada método eram muito similares para todas as nações com população acima de cinco milhões de habitantes em 1965, salvo a Coreia do Norte e o Vietnã do Norte, para os quais não havia dados. Em sua conclusão, os países mais desenvolvidos eram os Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e os do noroeste da Europa. Havia uma camada intermediária formada pelo resto da Europa, Japão, Argentina, Venezuela e África do Sul, seguidos pelo "resto da América Latina, o Oriente Médio e um punhado de países asiáticos. No pé da escada estão os restantes países asiáticos e africanos."[40]

A Unesco provavelmente adotou critérios levemente diferentes ao determinar quais os países que são desenvolvidos e quais são os em desenvolvimento. No *Statistical yearbook* de 1974 aparecem como desenvolvidos todos os países europeus, URSS [atual Rússia], Estados Unidos da América, Canadá, Japão, Israel, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul. O resto do mundo pertence aos países em desenvolvimento (p. 36).[109]

Existe, não obstante, segundo a Unesco, um certo número de países que se acham no pé da escada e são considerados como os "países menos desenvolvidos" de todos. Em 1976 eram: Afeganistão, Alto Volta, Bangladesh, Butão, Botswana, Burundi, Chade, Dahomé, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Haiti, Laos, Lesoto, Malaui, Maldivas, Mali, Nepal, Níger, República Árabe do Iêmen, República Central Africana, República Democrática Popular do Iêmen, Ruanda, Samoa Ocidental, Sikkim, Somália, Sudão, Tanzânia e Uganda.[110]

Algumas observações merecem ser feitas quando tratamos dos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, são mais a regra do que a exceção num mundo onde a população que vive em condições de escassez e permanente carência ultrapassa de longe o número daqueles que vivem nas condições de bem-estar das chamadas nações desenvolvidas. Calculou-se que, por volta de 1980, a população dos países em desenvolvimento corresponderá a três bilhões e 250 milhões, enquanto a população dos países afluentes chegará a um bilhão e 200 milhões. Em segundo lugar, os países em desenvolvimento apresentam uma gama extremamente diversificada de características históricas, sociais, eco-

nômicas e culturais que, embora guardem relação com características similares dos países desenvolvidos, somente podem ser compreendidas de forma útil quando são examinadas sem viés cultural e sem preconceitos históricos.

1.3 Haverá uma razão para estar 'em desenvolvimento'?

Se existem dificuldades para descrever e definir os 'países em desenvolvimento' e para identificar suas características comuns, muito mais difícil e controvertido é procurar descobrir as causas do subdesenvolvimento e compreender as relações causais entre desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Foram propostas várias teorias para explicar as causas do subdesenvolvimento, teorias essas que variam segundo o modelo social, político e mesmo científico predominante em cada época. Assim, o subdesenvolvimento foi explicado com base nas limitações que o meio ambiente exerce sobre o indivíduo (o "ambiente tropical ou subtropical" de Dean, ou o "clima insalubre" de Gunton"), a inferioridade das 'raças' que originalmente povoavam as regiões subdesenvolvidas ou a baixa qualidade moral ou física das populações resultantes da mestiçagem durante o período de colonização, etc.

Não é raro depararmo-nos com textos que veem fatos que são evidentes efeitos do subdesenvolvimento como se fossem causas primárias desse processo. Uma afirmação encontrada em trabalho recente pode implicar a negação da causação histórica, além de tomar os efeitos como causas:

> O subdesenvolvimento é um acidente da história e é o produto de dois fatores, ambos os quais interessam aos bibliotecários. Trata-se do analfabetismo e do baixo crescimento econômico. A provisão de livros é um passo importante para sanar o primeiro, e a provisão de informação é uma necessidade para sanar o segundo (p. 7).[20]

Eis o tipo de interpretação ingênua que não pode ajudar os bibliotecários a terem uma compreensão melhor do processo do subdesenvolvimento.

Atualmente, a opinião segundo a qual o processo de subdesenvolvimento deve ser explicado historicamente, no contexto econômico do desenvolvimento global, tem apresentado provas substanciais e revelado novas percepções que têm resistido a desafios e críticas feitas com

seriedade. Isso se deve em grande parte ao aparecimento de pesquisadores oriundos dos próprios países em desenvolvimento, que se libertaram das ideologias estapafúrdias que procuravam as causas do subdesenvolvimento dentro do próprio sistema subdesenvolvido. Sintomas eram tomados como agentes causais e, em última análise, os países em desenvolvimento eram tidos como vítimas irredimíveis de suas próprias mazelas. Alguns obscuros 'acidentes' da natureza e da história deram forma e força a um destino implacável.

Bernstein salientou como dois aspectos importantes desta abordagem que a) o desenvolvimento social é inseparável do desenvolvimento econômico, e b) a perspectiva a adotar ao se estudar o processo de desenvolvimento deve ser histórica, superando "a noção de 'antecedentes históricos' a favor da compreensão teórica do desenvolvimento e do subdesenvolvimento como processos históricos".[15]

Celso Furtado, por exemplo, deu ênfase à relação entre estruturas socioeconômicas desenvolvidas e subdesenvolvidas:

> O advento de um núcleo industrial na Europa do século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial da época e finalmente condicionou o desenvolvimento econômico posterior em quase todas as regiões do mundo.[43]

A conclusão similar chegaram dois autores norte-americanos: "Grande parte da miséria e da doença do mundo é indiretamente o produto da expansão europeia."[6]

Celso Furtado aduzia que o desenvolvimento da Europa ocidental primeiramente acompanhou as fronteiras das divisões políticas predominantes no continente europeu na época, mas, posteriormente, no que ele chama de "segunda linha de desenvolvimento", essas fronteiras se deslocaram "para onde quer que ainda houvesse terras desocupadas com características similares às da própria Europa". Isso ocorreu na Austrália e na América do Norte, e as populações que emigraram para essas regiões "levaram consigo técnicas e hábitos de consumo europeus, e ao encontrarem uma grande abundância de recursos naturais, alcançaram rapidamente níveis bem mais elevados de produtividade e renda".[43]

Segundo ainda Celso Furtado, uma terceira linha de desenvolvimento na expansão da economia industrial europeia caracterizou-se pela ocupação de regiões onde existiram antigos sistemas econômicos de tipo pré-capitalista. Essas estruturas arcaicas, sob o impacto da expansão capitalista, deram origem a estruturas híbridas

> em parte tendendo a se comportar como um sistema capitalista, em parte perpetuando as características do sistema anterioremente existente. O fenômeno atual do subdesenvolvimento constitui precisamente uma questão desse tipo de economia dualista.[43]

Como se mencionou antes, essa estrutura dualista assemelha-se ao tipo de sociedade que Riggs denominou "prismática" no sentido de que dentro das sociedades em desenvolvimento coexistem elementos de uma estrutura arcaica e elementos de uma estrutura moderna.

No entanto, Theotônio dos Santos apresentou algumas críticas implícitas à abordagem feita por Celso Furtado, advertindo que a análise do processo de desenvolvimento não deve "concentrar-se numa relação formal e abstrata entre duas etapas de um sistema (tradicional–moderno, capitalismo–feudalismo".[102] Para ele, as sociedades subdesenvolvidas seriam mais bem denominadas "sociedades dependentes", em virtude de estarem subordinadas a outros países que detêm o controle do mercado mundial e da tecnologia mais avançada.

Esse conceito de dependência adquiriu uma crescente influência nos estudos das sociedades subdesenvolvidas, principalmente porque contribuiu para localizar essas sociedades numa estrutura sistemática de relevância histórica. Por exemplo, Hoogvelt, cujo livro recente procura apresentar uma abordagem eclética construída com contribuições da escola estrutural-funcionalista e da interpretação histórica marxista dos processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, reconheceu que

> o subdesenvolvimento no mundo contemporâneo é uma forma particular de desenvolvimento capitalista, a saber, o capitalismo dependente. Tanto as epidemias de fome da Índia e Bangladesh quanto as fortunas fabulosas dos emirados árabes são sintomas da mesma dependência (p. 76).[60]

Naturalmente, como afirmou Theotônio dos Santos, a dependência é um fator condicionante que afeta não só as economias dos países dependentes, mas também sua vida política, social e cultural.

Uma das conotações irônicas da expressão 'país em desenvolvimento' é que esse processo pode tornar-se perene, envolvendo uma dependência imutável em relação ao mundo desenvolvido que continuará a se desenvolver, não importa quão baixa seja sua taxa de crescimento. Esta ideia de um hiato insuperável entre os dois mundos constitui uma das grandes preocupações de governos e especialistas, segundo Wallerstein, e, com base numa série de indicadores, "o hiato econômico entre

os países mais e os menos desenvolvidos parece estar aumentando e não se estreitando, apesar dos pretensos esforços de inúmeros grupos e governos".[113]

Trata-se de um hiato que permeia toda a vida econômica e social dos países em desenvolvimento. Num campo restrito como a biblioteconomia, por exemplo, Gardner observou, durante visita que realizou 14 anos depois de ter estado na Índia, que o hiato estava aumentando entre o desenvolvimento bibliotecário do Reino Unido, por um lado, e o da Índia, Paquistão, Sri Lanka, Myanmar e Turquia, por outro lado.[44]

Um aspecto importante ao se tentar compreender o processo de desenvolvimento refere-se à mobilização de recursos e às formas de utilização do excedente econômico nacional, sendo este "aquilo que sobra do produto total depois que se subtrai o consumo necessário" e que se pode investir (p. 156).[60] Porém, como Wallerstein salientou:

> o ciclo natural de um país subdesenvolvido é que as pressões dos quadros internos e do mundo externo por consumo são tão grandes que todo o excedente é assim absorvido, não deixando recurso de alguma importância para o investimento social coletivo, e, por isso, a longo prazo não sobra quantidade significativa para esse investimento social coletivo.[113]

Na África, por exemplo, esse excedente econômico disponível é praticamente drenado para o exterior "na forma de lucros remetidos para o estrangeiro por empresas estrangeiras ou consumido por elites nacionais amantes da boa vida", e não há estímulo algum para que outros setores produtivos gerem um excedente maior.[9]

Para a perspectiva do presente estudo essas seriam as características mais importantes concernentes ao processo de subdesenvolvimento que deveriam ser compreendidas. Recapitulemos:

- o subdesenvolvimento não é um acidente, mas um fato historicamente explicável;
- o subdesenvolvimento somente pode ser totalmente compreendido como um processo histórico em que ambas as categorias de desenvolvimento e subdesenvolvimento se imbricam como formas simbióticas de organização econômica na estrutura do modo de produção capitalista;
- as economias em desenvolvimento são basicamente de tipo dualista, em que formas arcaicas de organização econômica coexistem com formas modernas;
- a dependência em relação às economias dos países desenvolvidos limita o pleno aproveitamento dos recursos naturais dos países em desenvolvimento, visando à melhoria de suas condições de vida em geral. A dependência permeia e condiciona todos os aspectos da vida nacional dos países em desenvolvimento ao ponto em que a simples preservação da identidade nacional e dos valores

culturais passa a depender de uma cultura estrangeira. Isto talvez seja mais forte em países que se tornaram independentes há menos tempo do que nos países em desenvolvimento mais antigos, em virtude de nos primeiros os vínculos com as ex-metrópoles serem ainda relativamente fortes;

- encontram-se dentro de um país em desenvolvimento sintomas de dependência de uma região em relação a outra quando uma área mais desenvolvida drena os recursos e a mão de obra de uma área menos industrializada em proveito próprio. Teríamos aqui um outro nível de associação parasitária.

As soluções que frequentemente foram tentadas dentro da estrutura do modo capitalista de produção não satisfizeram às expectativas que foram alimentadas pela ilusão de que a experiência dos países desenvolvidos podia ser reproduzida no mundo em desenvolvimento. De fato, o crescimento econômico (que é diferente de desenvolvimento) tem ocorrido em quase todos os países em desenvolvimento, às vezes com taxas impressionantes que chegaram até mesmo a justificar o emprego da expressão 'milagre econômico'. Um bibliotecário inglês, impressionado com esses sintomas de crescimento, afirmou que havia países "desenvolvendo-se vigorosamente" ou "a um ritmo animador".[92]

É óbvio que esse crescimento não foi acompanhado pela ruptura da relação de dependência nas relações internacionais e por uma reforma completa das estruturas arcaicas internas que também freiam o processo de desenvolvimento independente. No entanto, esse crescimento contribuiu para fortalecer cada vez mais as riquíssimas elites locais, que, por definição, são resistentes à mudança, enquanto copiam o estilo de vida de suas contrapartidas dos países desenvolvidos com os quais em geral mantêm vínculos econômicos.

Por fim, os problemas econômicos dos países tropicais (subdesenvolvidos) "jamais poderão ser compreendidos, muito menos resolvidos, fora do contexto das relações de comércio internacional ora existentes" (p. 241).[58] Realmente, este é um dos aspectos mais importantes a levar em conta, especialmente por aquelas pessoas dos países desenvolvidos que sinceramente almejam compreender e ajudar os países em desenvolvimento.

Embora seja um fato de conhecimento comum que ao longo dos anos as condições do comércio internacional pioraram para os países em desenvolvimento, parece que essa situação só foi amplamente percebida pela opinião pública e os governos do mundo industrializado depois que os países produtores de petróleo tomaram a decisão de vender seu principal produto de exportação por um preço mais alto. Este

aumento de preço destinava-se a permitir que esses países pudessem arcar com o sempre crescente aumento dos preços das mercadorias que tinham de importar; criaria também o excedente econômico necessário para os investimentos sociais e de infraestrutura, preparando-os para um futuro quando as reservas de petróleo estiverem exauridas.

Acostumamo-nos nos países em desenvolvimento a assistir aos constantes aumentos de preços das mercadorias e serviços importados dos países desenvolvidos, enquanto os preços de venda das matérias-primas e produtos agrícolas [*commodities*] exportados pelos países em desenvolvimento não sobem na mesma proporção e, de fato, sofrem um decréscimo relativo constante. Hodder não hesitou em comentar que

> As atuais relações do comércio internacional perpetuam a troca tradicional de manufaturas ocidentais por matérias-primas e tornam bastante difícil o tipo de progresso econômico rápido, baseado em mercados externos, que desempenhou um papel tão importante no aumento da prosperidade nas etapas iniciais da história econômica da maioria dos países do mundo desenvolvido (p. 241).[58]

A objetividade e pragmatismo dos comentários de Hodder justificam a longa transcrição de seu texto:

> Além dos motivos humanitários comuns, existem argumentos extremamente práticos para que se estabeleçam melhores oportunidades de intercâmbio e comércio para os países tropicais, inclusive o fato de que imensos mercados potenciais do próprio mundo em desenvolvimento jamais poderão ser concretizados enquanto o poder aquisitivo da massa da população permanecer baixo: a prosperidade da Grã-Bretanha como nação comercial, por exemplo, dependerá a longo prazo da expansão contínua dos mercados mundiais, e em particular do surgimento de novos mercados para produtos sofisticados nos países mais pobres. Além disso, os países desenvolvidos estão percebendo cada vez mais que os países em desenvolvimento tropicais respondem atualmente por cerca de dois terços do total de votos das Nações Unidas; e o tipo de estabilidade política que se requer com tanta urgência nesses países é improvável que se desenvolva numa situação em que a instabilidade econômica e o sofrimento são endêmicos e onde continua a haver poucos indícios de melhorias substanciais nos padrões de vida (p. 241-242).[58]

Do ponto de vista norte-americano uma opinião algo similar e talvez mais contundente foi expressa pelos autores de estudo patrocinado pelo Center for International Studies do Massachusetts Institute of Technology:

> Os interesses mais importantes dos Estados Unidos serão afetados de forma crucial pela maneira como a transição para a vida moderna ocorrer no mundo. Nossa in-

> fluência política, nossa posição militar, nossa saúde econômica, toda a qualidade de vida de nossa sociedade dependerão em alguma medida de como se der a evolução das sociedades tradicionais. Por conseguinte, devemos nos preocupar para que a influência dos Estados Unidos seja exercida de modo a ajudar essas sociedades a caminharem em direções compatíveis tanto com seus interesses a longo prazo quanto com os nossos próprios interesses (p. ix-x).[83]

1.4 De cultura, alfabetização e clima

O etnocentrismo um tanto vulgar, que predomina em círculos da opinião pública dos países adiantados e também entre alguns autores que não podem ser louvados por seu respeito à verdade científica e ao método histórico, leva à ignorância do fato de que a herança cultural de alguns países em desenvolvimento, longe de ser insignificante, representa um imenso repositório de admiráveis realizações de cultura. Conforme afirmaram Lázár e Balazs, qualificar países como em desenvolvimento "é um critério econômico, que amiúde está em contradição aparente com os elevados valores espirituais e vetustos valores culturais das áreas menos desenvolvidas do mundo".[73]

Não se pode planejar o desenvolvimento das bibliotecas no Oriente Médio, por exemplo, sem levar em consideração sua "herança cultural extraordinariamente rica", como observou Thompson.[108] Aliás, "é para o Oriente Médio que nos voltamos para encontrar os registros mais antigos das grandes bibliotecas do mundo antigo".[76]

É ocioso lembrar que alguns dos atuais países em desenvolvimento foram a sementeira de muitas das mais importantes realizações da civilização: Grécia, Índia, China, Egito, Irã e mesmo a Coreia, onde se sabe que tipos móveis de impressão já eram usados em 1234, ou seja, quase dois séculos antes de a mesma técnica ser 'inventada' na Europa.[30]

A riqueza da cultura africana criada antes da colonização vem sendo progressivamente revelada à admiração do mundo, e seu impacto na renovação de algumas formas da arte dos países desenvolvidos mostrou quão vigorosa ela é. O fato de não ser uma cultura letrada não diminui sua importância, mas serve de testemunho de que se poderia construir uma sociedade 'alternativa' com base na comunicação oral. Mengsteab (1972), escrevendo sobre a Etiópia, salientou sinceramente a importância da literatura oral para os países em desenvolvimento.[80]

O modelo ocidental de desenvolvimento tem estado centrado no emprego inelutável da alfabetização, independentemente das críticas que o domínio e a utilização da escrita possam ter suscitado, de Platão

a McLuhan. Alguns aspectos interessantes foram abordados por Goody e Watt:

> [...] a proliferação desmesurada [...] caracteriza a tradição escrita em geral: a mera dimensão do repertório da literatura significa que a proporção do todo que um indivíduo conhece deve ser uma parte infinitesimal em comparação com o que ele obtém da cultura oral. A sociedade letrada, simplesmente por não ter sistema algum de eliminação, nenhuma 'amnésia estrutural', impede o indivíduo de participar integralmente da tradição cultural total em qualquer medida que se compare com o que é possível em sociedades não letradas. [Em sociedades letradas o indivíduo torna-se] um palimpsesto composto de camadas de crenças e atitudes que pertencem a diferentes etapas do tempo histórico.[48]

Esse e outros comentários semelhantes sobre as desvantagens dos usos da alfabetização não devem levar-nos a nos arrependermos do papel que ela desempenha em nossas vidas, mas aceitar o fato de que civilização e desenvolvimento, do modo como são entendidos numa sociedade tecnológica, estão intimamente relacionados com a capacidade de ler e escrever. Embora a alfabetização não seja o tipo de panaceia que uma vez se pensou que fosse, não é possível negar sua importância irresistível no processo de comunicação, na preservação e transmissão do conhecimento e na difusão de inovações.

Os países em desenvolvimento têm carradas de razões para lutar pela alfabetização universal, mas felizmente essas razões são muito mais importantes do que as que desencadearam a frustração de Gardner quando se deu conta da possibilidade de ter o carro consertado por alguém que "não sabe ler, que quase todas as máquinas que você usa foram montadas e são mantidas por pessoas que somente podem aprender pelo método do 'mostre como'".[44]

Se for verdade o que Lancour sugeriu, de que "falando em termos gerais, as bibliotecas públicas alcançaram seu desenvolvimento mais intenso em países onde existiam as taxas mais baixas de alfabetização",[72] isso revelaria que a relação entre alfabetização e desenvolvimento de bibliotecas não é uma relação simplista.

Nicole Robine, pesquisadora do Institut de Littérature et de Techniques Artistiques de Masse, em Bordeaux, situou corretamente a função da alfabetização no quadro geral da cultura. Para ela, a leitura é parte de um todo: "Ela não é toda a cultura." E continua:

> E terá sido algum dia? Tudo depende do sentido que se dê à palavra cultura. Se a tomamos no sentido antropológico do termo, certamente que não. Atualmente não

> se pode, menos que antes, preocupar-se com a leitura sem prestar atenção a tudo que a cerca, a tudo que a sugere e que, por sua vez, lhe faz concorrência. Não se pode esquecer que a leitura não passa de um elemento do imenso efeito de comunicação e de ressonâncias que é a cultura no sentido literário e antropológico (Robine, 1970).[98]

Se a importância da alfabetização é às vezes acentuada como causa imediata do desenvolvimento, o clima é, por outro lado, geralmente responsabilizado pelo atraso dos países em desenvolvimento, e já mencionamos a identificação entre localização tropical e subdesenvolvimento. Supunha-se que isso tivesse sido despejado na lixeira dos conceitos deterministas obsoletos, porém um conjunto de afirmações garimpadas da bibliografia de biblioteconomia talvez indique que essa concepção ainda esteja viva.

Comecemos com Benge, cujo livro representou uma das obras mais esclarecedoras até hoje publicadas sobre a posição das bibliotecas na sociedade. Em suas palavras,

> um clima tropical reduz a possibilidade de isolamento das pessoas, e, além disso, deve-se encarar o fato de que o calor e principalmente a umidade são influências enervantes que afetam a atividade mental e as ocupações voltadas para o lazer (p. 189).[13]

Do lado norte-americano a contribuição que nos deu Lester Asheim para o estudo da biblioteconomia no meio tropical é bastante importante. Para ele, a influência do clima não pode ser subestimada porque

> Não é mera coincidência o fato de muitos dos países em desenvolvimento se acharem em região tropical. O calor, a umidade, as chuvas torrenciais, os climas enervantes de muitos desses países impõem uma limitação às atividades e drenam energia, tornando impossível que se trabalhe segundo o ritmo que surge mais naturalmente nas regiões mais temperadas (p. 58).[11]

Já foi mencionado que Gunton considerava o "clima insalubre" tropical como uma das dificuldades intrínsecas para o desenvolvimento bibliotecário.[51]

Hutchings apelou para "o calor exasperante do sol tropical" para justificar o estabelecimento de bibliotecas departamentais ou de faculdade, que ficassem próximas dos leitores, ao invés de acervos centralizados. Para ele o "calor implacável" não constitui apenas uma questão de preocupação quando "não se pode segurar o volante da direção [do carro] por estar quente demais", mas também algo que pode ter consequências mais sérias:

> Já se disse, com certo grau de verdade, que o desenvolvimento intelectual é mais rápido nos climas temperados. Não acredito que isso seja devido a uma superioridade inata; de fato, nada encontrei que sugerisse isso. Mas tenho certeza de que o calor exaure tanto a mente quanto o corpo, que ele enseja uma mansa ociosidade, senão uma inércia absoluta, e que o futuro desenvolvimento intelectual dos países quentes está atrelado à sua capacidade de compensar os efeitos do sol por meio de venezianas e ar-condicionado e o uso de material de construção que não funcione como aquecedor.[62]

Plumbe, entre outros, argumentou a favor de uma "biblioteconomia tropical".[27, 28, 55, 91] (Benge (p. 189) fez críticas a isso).[12, 13] E avisava aos bibliotecários ingleses que fossem trabalhar no exterior para que estivessem preparados para suar, serem picados por inúmeras espécies de insetos e viajar sem qualquer condição de conforto.[92] Em que medida essas opiniões são objetivas e apropriadas ou subjetivas e exageradas? Será verdade que um clima temperado acelera o desenvolvimento intelectual enquanto um clima quente torna lerda toda atividade mental?

Cipolla, falando das taxas de analfabetismo na Europa do século XIX, lembrava que

> dificilmente é possível imaginar países onde a neve e a estação fria ocorram com mais abundância do que a Rússia e a Sibéria. No entanto, o analfabetismo da população adulta aproximava-se ali dos 90% (p. 74).[31]

Até o conceito de doenças tropicais, no sentido de que sejam condicionadas exclusivamente por condições climáticas, não resiste a um enfoque que não seja subjetivo. Pesquisas sobre a epidemiologia e etiologia do tracoma contribuíram para mostrar que o clima está longe de ser o responsável pela ocorrência de diferentes doenças nos trópicos. Por exemplo,

> [o tracoma] não depende, ao contrário do que se acreditava há meio século, de um clima quente, seco e poeirento ou da desnutrição, ou da presença de insetos portadores [...] Sabe-se agora que ele é endêmico nos ermos árticos da Sibéria, nos desertos do Egito e da Austrália, entre vegetarianos, carnívoros exclusivos, comedores de peixe, caçadores nômades, habitantes de cidades, em áreas assoladas por mucuins e em regiões onde esses mosquitos são desconhecidos. Devemos procurar alhures, além dessas condições ambientais, a causa de sua difusão em certos lugares. Quando essas condições forem eliminadas ficaremos aparentemente com um único fator comum, a saber, um baixo nível de higiene pessoal e limpeza. Que isso é importante o demonstra a observação de que o tracoma desaparece espontaneamente de uma região assim que se eleva seu padrão de vida e higiene (p. viii).[79]

Os críticos do clima tropical subestimam certos aspectos importantes.

Em primeiro lugar, as variações de tempo e temperatura na região tropical de que resultam climas razoavelmente agradáveis. Em segundo lugar, a arquitetura e o vestuário desenvolvidos ao longo dos anos pela população autóctone na maioria dos países tropicais são adequados aos rigores do clima. Foi uma imitação servil dos estilos de vida europeus, geralmente por parte dos *évolués*, ou a incapacidade dos estrangeiros em adaptar as soluções arquitetônicas dos climas temperados aos requisitos de um país tropical, que introduziu algumas formas absurdas de habitação e vestuário nos países de clima quente. Em terceiro lugar, a adaptação do indivíduo a seu ambiente natural — para uma pessoa oriunda de um país tropical viver numa casa com calefação durante o inverno europeu pode ser tão desconfortável quanto o calor e a umidade do clima tropical o são para um estrangeiro. Paule Salvan, comentando sobre a adaptação à França de estudantes estrangeiros de biblioteconomia, observou que o clima francês era um dos principais obstáculos à adaptação fisiológica e psicológica dos alunos procedentes da África e do Oriente Médio.[101]

Na realidade, o clima, como os gostos e as cores, podem ser uma questão de preferência pessoal. George Gardner, botânico inglês que viajou bastante através do Brasil entre 1836 e 1841, concluiu a narrativa de sua viagem com as seguintes palavras:

> Não foi sem muito pesar que saí do Brasil, pois a vida que ali levei era livre e independente; o clima adequava-se mais à minha saúde do que o da Inglaterra; e o país é belo e mais rico do que qualquer outro do mundo no que tange àqueles objetos a cujo estudo dediquei toda a minha vida (p. 562).[45]

Observações similares são encontradas em outros autores e servem para mostrar quão equivocadas podem ser as generalizações quando se estudam a realidade e os problemas dos países em desenvolvimento. Deve-se exigir que os observadores deixem de lado seus vieses e preconceitos e que se esforcem para ver o mundo em desenvolvimento com olhos isentos, a fim de não continuarem perpetrando comentários errôneos e ridículos como os que foram feitos por Downs quando dirigia a escola de biblioteconomia da universidade de Illinois:

> Em recursos naturais, a América Latina carece de depósitos de carvão e minério de ferro dos quais depende a indústria pesada [...] a falta de energia e garra, tipicamente latino-americana, sua falta de disposição para o trabalho pesado, para se erguer por suas próprias forças, ao invés de depender que outros o façam para si [...].[38]

Não é esse um belo exemplo do chauvinismo norte-americano?

Borchardt, da Austrália, nos trouxe um toque de compreensão:

> Nem sempre é verdadeiro afirmar que as regiões subdesenvolvidas sejam de fato subdesenvolvidas porque seus habitantes não trabalham com bastante afinco. Com muita frequência trabalham com muito mais empenho do que nós; no entanto seus resultados são modestos devido à falta de organização, falta de mecanismos que poupem o esforço braçal e muitas vezes porque sua estrutura social impede uma distribuição justa das rendas e dos lucros.[19]

Etnocentrismo e provincianismo podem ser viseiras muito perigosas quando se avaliam culturas estrangeiras. O observador estrangeiro talvez esteja procurando realidades que se coadunem com aquelas com as quais está acostumado em seu próprio país. Assim, pode vir a ignorar tudo de diferente que esteja acontecendo diante de seus olhos porque isso não tem nenhum significado para si, ou, o que é pior, poderá tomar a exceção, que é mais evidente, como se fosse a regra, que é menos notável.

2 As variáveis invariáveis

2.1 Edição de livros e leitura

Parece transparente a existência de uma espécie de causação circular entre edição e leitura: onde a alfabetização é predominante publicam-se mais livros porque certamente serão lidos, e à medida que as pessoas leem, querem ler mais e comprar mais livros, e assim por diante. Nesses sistemas, a biblioteca desempenha um importante papel porque ela funciona como uma espécie de consumidor cativo que inevitavelmente influi no planejamento e na escala da produção de livros. Para Penna, Foskett e Sewell, um serviço bibliotecário bem-desenvolvido é essencial

> caso se queira romper o círculo vicioso de baixa demanda e baixa provisão, pois ele pode proporcionar vendas garantidas de uma grande quantidade de material, e, ao tornar disponível esse material por meio de empréstimos gratuitos, também pode criar um público leitor e finalmente um público comprador de livros (p. 105).[89]

Um elemento importante no segmento inicial desses sistemas é a comunidade de pessoas que teriam algo a comunicar ao público em geral. Assim, a existência de autores que verbalizem as criações de suas mentes ou as que surjam das formas comunitárias de criatividade é vital para a

sobrevivência de uma indústria editorial. Isso pode ser substituído artificialmente pela importação de obras criadas em outros países, especialmente em tempos de intolerância, ou quando o crescimento da capacidade industrial não acompanha o nível da produção intelectual do país. Benge disse que nos países em desenvolvimento uma das dificuldades que afetam o comércio e a indústria de livros é a falta de suficiente demanda local (p. 193).[13] E Perry-Widstrand comentou que, na África oriental, onde 75–80% da população não sabiam ler, as bibliotecas e os livros não tinham grande importância.[90]

Lacy destacou a "relação íntima entre desenvolvimento bibliotecário e desenvolvimento da indústria editorial" e que "a indústria editorial não poderá sobreviver enquanto não houver bibliotecas para comprar livros".[71]

Um autor que dedicou especial atenção à indústria editorial nos países em desenvolvimento foi Philip G. Altbach, que insistiu, em diversos trabalhos, no fato de que os países industrializados dominam o sistema de distribuição do conhecimento, e os países do Terceiro Mundo permanecem na periferia do sistema intelectual mundial. Segundo Altbach, existe uma distribuição desigual dos 'produtos' intelectuais, causada por uma série complexa de fatores, que incluem acontecimentos históricos, relações econômicas, língua, alfabetização e a natureza dos sistemas educacionais. Segundo ele, as nações industrializadas têm se beneficiado com o controle que exercem sobre os meios de distribuição do conhecimento e às vezes têm se valido de sua superioridade em detrimento dos países em desenvolvimento.[2] Ele também ressaltou o papel especial das bibliotecas no estímulo ao desenvolvimento de uma indústria editorial nacional:

> As bibliotecas constituem outro mercado importante para os livros. Nos Estados Unidos, o mercado proporcionado diretamente pelas bibliotecas corresponde a cerca de 11% do total. Nos países em desenvolvimento, o mercado das bibliotecas muitas vezes constitui uma proporção ainda maior do mercado editorial. As bibliotecas são particularmente importantes para certos tipos de livros. Por exemplo, cerca de 80% dos livros infantis editados nos Estados Unidos são comprados pelas bibliotecas. Os livros especializados também dependem muito das bibliotecas. Nos Estados Unidos, bem mais da metade dos livros editados por editoras universitárias são vendidos a bibliotecas, e alguns observadores calculam que essa proporção chegue a 80%. Num país de Terceiro Mundo, como a Índia, as vendas de livros especializados às bibliotecas correspondem a cerca de 80%–90%. Sem as vendas feitas às bibliotecas seria virtualmente impossível editar obras especializadas.[3]

É interessante observar, no entanto, que um país em desenvolvimento como o México haja alcançado êxito em criar uma indústria editorial relativamente forte, apesar da reconhecida deficiência das bibliotecas desse país e da insuficiência de recursos financeiros para manter um programa regular de aquisições nas bibliotecas existentes (p. 16-30).[17]

Davinson observou que os países em desenvolvimento carecem de uma indústria editorial local porque "nos tempos coloniais suas necessidades eram supridas pela metrópole" (p. 32).[34] A condição colonial, portanto, teria deixado esses países sem a competência resultante de uma ampla tradição editorial, e muitas vezes eles teriam de começar do zero no campo complexo da produção e distribuição de livros.

Alguns dos chamados países em desenvolvimento mais antigos, como as três maiores nações latino-americanas — Argentina, Brasil e México —, foram mais felizes no sentido de que alcançaram sua independência mais cedo, e mesmo nos tempos coloniais havia uma produção local de livros, apesar de o Brasil ter chegado tardiamente a esse campo, pois foi só em 1808 que a imprensa se estabeleceu no país em caráter definitivo. O fato de as antigas metrópoles — Espanha e Portugal — não terem conseguido manter um nível de desenvolvimento econômico similar ao de outros países europeus pode ter causado uma certa estagnação de sua indústria editorial, que careceu da força necessária para competir com suas ex-colônias.

O fato de na América Latina o problema do multilinguismo, pelo menos no que concerne à cultura literária, não chegar às mesmas proporções encontradas em alguns países africanos, por exemplo, pode ter sido um ponto favorável ao desenvolvimento da indústria editorial local. Em virtude de o espanhol contar com uma grande população de falantes fora da América Latina, a indústria editorial mexicana e argentina podia confiar nas exportações, a fim de produzir em grande escala. E um dos bons mercados externos para os livros em espanhol é [era] o Brasil, onde os profissionais de nível superior em geral compreendem [compreendiam] a língua irmã do português, com um mínimo de instrução formal nesse idioma e, eventualmente, sem qualquer instrução específica. Em 1965, por exemplo, o Brasil ocupava o décimo quarto lugar entre os países importadores de livros do México, sendo o segundo país de língua diferente do espanhol nessa lista (o primeiro lugar era ocupado pelos Estados Unidos, onde vive uma grande população hispanófona). A indústria editorial brasileira, no entanto, não goza das mesmas facilidades devido à incapacidade de as pessoas de língua cas-

telhana entenderem o português com a mesma facilidade. Além dessa dificuldade, Portugal impõe encargos fiscais à importação de livros do Brasil.

Os países recém-independentes podem defrontar-se com uma situação um tanto diferente, e provavelmente eram esses os países que Altbach tinha em mira quando escreveu:

> Em muitos casos, as instituições culturais e as escolas tradicionais se atrofiaram sob o colonialismo. O emprego no setor 'moderno' era inalcançável por quem não soubesse a língua europeia, e essa língua tornou-se gradativamente o meio de expressão utilizado pelo comércio, a política, a ciência e a administração. A edição de livros acompanhou essa corrente. A língua dos colonizadores desintegrou seriamente as línguas autóctones, muitas vezes retardando sua evolução ou mesmo destruindo-as como expressões de uma 'cultura superior'. A controvérsia a respeito do bengali e o inglês entre os intelectuais de Bengala no século passado [séc. XIX] é indicativa das lealdades divididas e da confusão causadas pela imposição de línguas ocidentais.[1]

Por outro lado, os países em desenvolvimento que utilizam em sua indústria editorial uma língua que não seja uma das mais conhecidas no mundo desenvolvido provavelmente experimentarão uma espécie de isolacionismo cultural, havendo exceções particularmente no terreno das obras de ficção. Mas, em geral, pode-se dizer que no contexto da indústria editorial mundial os países desenvolvidos têm dado pouca atenção à produção científica e técnica dos países em desenvolvimento, o que pode ser revelado, por exemplo, por uma rápida consulta ao *Index translationum* da Unesco.

D.C. Smith Jr. corretamente lembrou a seus leitores como os especialistas dos países em desenvolvimento se acostumaram a recorrer aos materiais publicados na Europa e nos Estados Unidos, enquanto as ferramentas bibliográficas dos países desenvolvidos "têm sido notavelmente deficientes quanto à inclusão de material oriundo dos países em desenvolvimento". Em sua opinião isso se devia em parte à incompetência linguística dos países desenvolvidos em lidar com as línguas dos países em desenvolvimento, uma explicação que não explica tudo porque também a "cobertura das muitas publicações asiáticas e africanas em inglês e francês tem sido muito irregular". Sua expectativa era de que a melhoria da cooperação bibliográfica e um aumento do número de norte-americanos com maiores aptidões linguísticas modificariam essa situação.[105]

Esta relação entre edições científicas e técnicas e cobertura bibliográfica adquiriu renovada importância com o desenvolvimento dos sis-

temas internacionais de informação. Agravaram-se as barreiras linguísticas à comunicação científica, e isso não constitui apenas uma questão do código linguístico utilizado para a transmissão de ideias por meio da palavra escrita, mas também uma questão da linguagem de indexação empregada no armazenamento e recuperação de informações. Wellisch denunciou o emprego predominante de um idioma na recuperação da informação e juntou sua voz à daqueles que alertaram para a participação cada vez menor do inglês na comunicação científica universal. Segundo ele, embora o inglês seja atualmente predominante como linguagem de indexação (a linguagem da literatura secundária), o mesmo não acontece com os documentos primários que são produzidos num número crescente de idiomas, que varia entre 70 e 80. Sabe-se que mais da metade dos documentos resumidos no *Chemical Abstracts* foram originalmente publicados em línguas diferentes do inglês, e outras disciplinas apresentam um aumento similar de documentos em línguas estrangeiras.[114]

Wellisch analisou a posição dos países em desenvolvimento no fluxo internacional de informações:

> Todos naturalmente são favoráveis a esquemas que permitam às nações em desenvolvimento compartilhar os serviços de informação criados nos países em desenvolvimento [*sic*; leia-se países desenvolvidos], mas isso continuará sendo conversa fiada enquanto a língua desses serviços apresentar dificuldades para a maioria de usuários nos países em desenvolvimento ou se eles não puderem comportar-se de forma interativa com os sistemas devido à falta de conhecimentos linguísticos adiantados. Os usuários dos países em desenvolvimento poderão até mesmo chegar a sentir que são deliberadamente excluídos dos repositórios do conhecimento mundial ao lhes serem oferecidas informações numa língua que é aparentemente simples e universal, mas que, contudo, não possibilita uma utilização integral das fontes porque suas dificuldades ocultas e o vocabulário cambiante constituem sérios obstáculos à formulação de consultas e à busca da informação.[114]

O mesmo autor salientou a necessidade de uma linguagem universal de comutação para fins de indexação, com o objetivo de superar esse problema. Isso também foi objeto de um interessante trabalho de Michel Menou acerca da utilização de linguagens de indexação nos países em desenvolvimento.[82]

Ao analisar os problemas concernentes à indústria editorial nos países em desenvolvimento não se podem omitir os diferentes programas que foram patrocinados por instituições norte-americanas com o objetivo de desenvolver indústrias editoriais nacionais ou distribuir publicações dos Estados Unidos no Terceiro Mundo. O interesse nor-

te-americano por esse problema remonta à década de 1940, quando a difusão de propaganda nazifascista levou o governo norte-americano a elaborar planos que contrabalançassem os efeitos dessa propaganda que provavelmente encontraria uma audiência particularmente suscetível nos países em desenvolvimento.

Na América Latina, por exemplo, por causa de óbvias razões geopolíticas, a chamada política de 'boa vizinhança' constituiu um dos principais instrumentos para a divulgação de ideias políticas norte-americanas, utilizando principalmente o intercâmbio cultural, transmissões de rádio e filmes que incorporavam elementos distorcidos da cultura e do estilo de vida 'latino-americanos' vistos pela óptica da indústria cinematográfica de Hollywood. Em 1941, Hanke insistia na utilização de livros nesse programa porque "por meio da palavra impressa podemos alcançar, com nossos romances, histórias e poesias, em suma, com nosso pensamento norte-americano, um círculo de leitores cada vez maior na América Latina".[53]

Ele mencionava que um programa de livros deveria incluir não apenas a distribuição de livros em inglês, mas também estimular a tradução de livros norte-americanos.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, o advento do período da guerra fria levou os Estados Unidos a mostrar uma crescente preocupação com a comunicação e a informação internacional, a fim de "enfrentar a propaganda soviética e levar outros países a uma compreensão maior e [...] mais amigável dos Estados Unidos e de suas políticas", bem como "tornar disponíveis os conhecimentos técnicos como um meio de assistência ao desenvolvimento econômico no exterior".[70] Esses propósitos seriam contemplados de modo mais eficaz por intermédio da divulgação de livros norte-americanos.

Um programa desse tipo seria grandemente facilitado com a crescente aceitação do inglês, na época, como uma *lingua franca* internacional, "especialmente naquelas partes do mundo onde nações recentemente constituídas carecem de uma língua comum", acrescentava Lacy. Este mesmo autor calculava que no Oriente Médio e na Ásia haveria algo em torno de 10 milhões de pessoas que sabiam ler inglês razoavelmente bem, número esse que tendia a aumentar e que abrangia

> a maioria dos homens que controlam os governos e a economia da região e a maior parte daqueles cujo pensamento criativo proporciona liderança intelectual e transforma o conhecimento ocidental para atender às necessidades asiáticas.

Esse argumento terminava com uma frase de júbilo: "A União Soviética não tem essa vantagem."[70]

Para o público que não falasse inglês seria promovido um programa de materiais produzidos localmente, em línguas nativas, com o apoio de um subsídio que "não precisa ser grande e pode ser concedido por meio do pagamento de direitos e a tradução ou compra de determinado número de exemplares para distribuição gratuita, ou ambos".[70]

Programas similares a esse e outros que privilegiavam exclusivamente a distribuição de livros produzidos localmente foram implantados em diferentes partes do mundo em desenvolvimento. Embora já se tenham passado quase dez anos desde que esses programas foram totalmente implantados, parece que até agora não veio a público qualquer avaliação abrangente de seus efeitos, especialmente no que tange àqueles aspectos que interessam ao desenvolvimento da indústria editorial e das bibliotecas. Segundo Altbach, pelo menos na Índia um programa norte-americano teve alguns aspectos negativos porque os livros subsidiados tendiam a expulsar do mercado seus concorrentes produzidos localmente e que eram mais caros por não receberem subsídios.[1]

Com referência à indústria editorial as atividades envolvidas em fazer com que os livros cheguem aos pontos de venda formam provavelmente o ponto mais fraco nos países em desenvolvimento. Conforme Isenberg: a) os editores dão pouca importância à publicidade de seus livros e tanto o público quanto os livreiros não tomam conhecimento de publicações importantes; b) os editores não têm conhecimento claro dos mercados potenciais e não podem calcular com precisão a tiragem de determinado livro; c) as livrarias são subcapitalizadas, têm lucros limitados, são organizadas de forma medíocre e sem imaginação, têm baixo *status*, e como consequência contam com poucos livros em estoque; d) as regiões rurais praticamente não dispõem de livros; e) não existem bibliografias nacionais adequadas e outros instrumentos de referência, sendo difícil encontrar os livros e seus títulos; f) o comércio livreiro caracteriza-se em geral por uma concorrência implacável.[64]

As deficiências chocantes das bibliotecas públicas, a debilidade da indústria editorial e dos sistemas de distribuição de livros, as altas taxas de analfabetismo, a escassez generalizada e um clima quente são alguns dos ingredientes que levaram à conclusão generalizada de que nas sociedades em desenvolvimento a leitura não representa um "hábito sólido", conforme disse Bonny. Ele acrescentou que nessas sociedades seria preciso que houvesse uma evolução "segundo um padrão diferente daquele

de países onde existe atualmente uma sólida tradição de bibliotecas", e em matéria de desenvolvimento de bibliotecas "a educação para a leitura talvez seja uma fase preliminar indispensável".[18]

Benge afirmou que tem sido bastante observado que nos países em desenvolvimento a leitura é "em grande parte utilitária em sentido estrito" e "não se lê muito a literatura de ficção, tendo havido frequentes sugestões de que, se houvesse mais romancistas locais, os hábitos de leitura seriam diferentes" (p. 188).[13] De acordo com Robert Escarpit a maioria dos livros importados da França e do Reino Unido pelos países da África subsaariana são livros escolares, e a produção local corresponde a apenas 15% das necessidades mínimas de livros. E ele aduz, no que concerne aos livros escolares, que a ajuda externa é "insuficiente, danosa, mas existe". Porém no que diz respeito à literatura de ficção a presença estrangeira inexiste ou é reduzida na área do livro de leitura geral, notadamente do livro literário. "Ora, nas regiões depauperadas esse é precisamente o gênero de livro que a produção local tem menos condições de fornecer."[39]

O mesmo especialista francês, que reconhecia estar adotando uma sugestão de estímulo à leitura na França formulada, no século XIX, pelo historiador e filósofo Jules Michelet (1798–1874), propôs um modelo que atenderia às necessidades crescentes de leitura nos países em desenvolvimento e que constaria de quatro etapas: 1) proporcionar uma motivação para a leitura; 2) buscar a motivação apropriada na autoconsciência das massas da população; 3) confiar essa tarefa inovadora a jovens escritores que ainda não sejam conhecidos no campo literário; 4) basear o conteúdo nos problemas concretos da existência cotidiana das massas, sem introduzir questões irrelevantes.

As cifras disponíveis sobre hábitos de leitura são escassas e desatualizadas. Extrapolações baseadas nos levantamentos existentes tendem a ser deformadas. Dá-se pouca atenção à leitura funcional (de obras que não sejam de ficção), e faz-se um julgamento de valor quanto à qualidade de qualquer tipo de escrito ficcional, quer dizer, deve corresponder à 'cultura superior'. Escarpit demonstrou que é extremamente difícil, com base nas estatísticas sobre literatura, estabelecer não só um denominador comum para tudo que se chame literatura, como também delimitar uma fronteira nítida entre seus diferentes níveis. Ele achava que seria uma tolice ignorar a popularidade legítima de escritores como Ian Fleming, por exemplo, e descartá-los em nome de um hipotético padrão de literatura. E pergunta ele: "Como afirmar que tal romance de aventuras,

tal romance policial é mais 'literário' do que outro, e isso para todos os países, para todos os públicos, para todos os níveis?" Seu argumento é muito importante:

> Mais valem com certeza romances em série para todos os leitores possíveis do que poucas leituras de alta qualidade reservadas a uma elite. Cultivar uns e outros em guetos separados não é absolutamente uma solução. A infelicidade dos países desenvolvidos é que sua elite intelectual é numericamente bastante importante para constituir um mercado editorial relativamente rentável que tende a se autonomizar e a empurrar o leitor 'popular' para uma literatura industrial.[39]

Os padrões de leitura são naturalmente influenciados pela seleção dos títulos que é feita pelas editoras. E quando essas editoras não se preocupam com aspirações e valores nacionais, a cultura literária local terá de superar mais um obstáculo. Apesar de todas as deficiências do mercado editorial dos países em desenvolvimento, as empresas editoriais estrangeiras, ou multinacionais, ali investem enormes recursos financeiros. Por coincidência, em certos países isso aconteceu após os programas de desenvolvimento do livro financiados por instituições norte-americanas na década de 1960, que já foram mencionados. O que é mais curioso, no caso do Brasil, é que isso foi também acompanhado pela insolvência de algumas empresas nacionais tradicionais que ou foram assumidas por concorrentes multinacionais ou colocadas sob intervenção estatal num último esforço para salvar uma estrutura combalida de cair em mãos de corporações estrangeiras. No entanto, um dos objetivos proclamados pelo programa norte-americano era fortalecer a indústria editorial local.

Margaret Anderson, ao descrever alguns aspectos relativos à indústria editorial na África, observou que:

> Alguns textos estrangeiros, principalmente sobre matemática e ciência elementar, poderiam ser facilmente adaptados e/ou traduzidos localmente para serem usados pelos recém-alfabetizados no vernáculo apropriado, mas as empresas multinacionais usufruem de tremendas vantagens econômicas com a edição de livros, uma vez que seu capital lhes permite aguardar o período necessário para recuperar os custos da impressão com as vendas em seu próprio território.[5]

Outros testemunhos poderiam ser invocados para mostrar como a indústria editorial nos países em desenvolvimento enfrenta inúmeras restrições, algumas delas consequência direta da penetração de empresas multinacionais na produção e distribuição de livros. Este é um aspecto que os bibliotecários dos países em desenvolvimento devem ter em conta ao planejar os serviços bibliotecários.

2.2 O sistema educacional e a utilização de livros

Asheim, no livro que é reputado como leitura básica sobre o tema da biblioteconomia em países em desenvolvimento, descreveu uma situação que outros autores também consideraram como sendo característica das bibliotecas nas sociedades em desenvolvimento:

> O cliente da biblioteca é tipicamente um usuário do local, mas não dos livros. Isso, naturalmente, reflete o método de ensino que prevalece na maioria dos países do mundo com exceção dos Estados Unidos. [...] não é de espantar que a a maior parte das salas de leitura nas bibliotecas de todos os tipos estejam vazias de livros. Cadeiras e mesas são os únicos requisitos; os estudantes trarão seus próprios manuais e as cópias mimeografadas das anotações de aulas que atenderão a todas as suas necessidades de leitura (p. 11-12).[11]

Perry-Widstrand afirmou que na África oriental "os estudantes do curso secundário, bem como os estudantes universitários, tendem a usar as instalações da biblioteca como salas de estudo".[90]

Em 'Paradisia', ou seja, nos países em desenvolvimento, até o nível do bacharelado ou do mestrado, o ensino é muitas vezes pedantesco, e o aprendizado é apenas um pouco melhor do que a memorização de textos de livros recomendados.[85]

Em artigo sobre bibliotecas médicas em países em desenvolvimento (que, aliás, geralmente são consideradas entre as melhores bibliotecas nessas regiões do mundo) Reynolds afirmou que um obstáculo ao desenvolvimento e reconhecimento das bibliotecas "é a ausência de utilização do acervo da biblioteca pelos estudantes e docentes" e "a grande ênfase dada à memorização de manuais, e quase nunca se pedem leituras colaterais".[94] Observação similar fora feita antes por Lacy.[71]

Reynolds é um dos poucos autores que se arriscaram a sugerir uma explicação para esse fenômeno, se bem que limitada ao corpo docente:

> Os salários são tão baixos em muitos países em desenvolvimento que os membros do corpo docente devem suplementar sua renda com outros empregos, de modo que praticamente não lhes sobra tempo para usarem a biblioteca. Também há uma relutância em usar a biblioteca porque isso seria uma indicação de que o professor não saberia tudo que deveria saber acerca de sua especialidade (Reynolds, 1969).[94]

Berninghausen fez advertência, endereçada aos bibliotecários norte-americanos que fossem trabalhar como consultores no exterior:

> Num ambiente universitário é bem possível que ele [o bibliotecário] descubra que

> a principal utilização dada à biblioteca é como 'sala de estudo', um lugar onde os estudantes se sentam para estudar em seus manuais e anotações de aulas. Se houver uma coleção de referência, estará coberta de pó, pois os professores e estudantes quase não têm ideia da biblioteca como fornecedora de informações relevantes para os assuntos que ensinam e estudam.[14]

Benge admitia que, na maioria das ex-colônias inglesas, a presença de uma tradição autoritária afeta a vida intelectual. Isso leva os estudantes a aguardarem que seus professores apresentem as respostas, e os livros não são empregados para pesquisas individuais (p. 189).[13]

E a ladainha continua. Asheim, num artigo que de certa forma antecipava o conteúdo das conferências que iria pronunciar no ano seguinte (1966), tinha definido as questões sempre presentes: "a aula expositiva sem interrupção, um único manual, sistema de exames por examinadores externos" e a "repetição como papagaio do manual e das anotações de aula", a fim de obter aprovação nos exames. Essas eram características que deveriam dificultar o uso intensivo de livros, o estudo e o pensamento independente. (Lacy falou do dilema do ensino por memorização *versus* ensino por pesquisa que dependa de recursos destinados à investigação, a saber, o material da biblioteca.)[71] Asheim acrescentou que o "aluno cursa as disciplinas obrigatórias sem ter praticamente disciplinas optativas, e todas dentro de sua própria faculdade".[10]

Quase ao mesmo tempo que Asheim, Bonny queixava-se da deficiência de leitura e compreensão, a tendência de estudar num manual quase decorando-o ou de assimilar apenas as anotações feitas pelos professores, e a atitude passiva dos estudantes em relação ao professor.[18]

Depois de um quadro tão melancólico é quase impossível acreditar que nos países em desenvolvimento o processo formal de transmissão de conhecimentos por meio de organizações educacionais tenha algum dia produzido uma população educada com o mínimo de capacitação para gerir uma sociedade menos que primitiva. Downs externou a opinião de que "existem muitas razões para se duvidar da qualidade do ensino superior na América Latina".[38]

Antes de nos estendermos sobre este assunto, seria conveniente retornar à crítica de Asheim acerca do sistema de exames feitos por examinadores externos, a fim de avaliarmos se se trata de uma generalização relevante. Parece que essa característica do sistema educacional é encontrada apenas em algumas antigas colônias britânicas que a herdaram do sistema educacional estabelecido pela metrópole, e Asheim deveria estar ciente disso, pois ele escreveu que as potências coloniais

haviam "estabelecido universidades que refletiam o sistema de ensino superior da época".[10] Apesar disso, omitiu as ressalvas necessárias, pois, conforme observou Cave, "os anos de administração colonial britânica produziram apenas semelhanças superficiais entre os territórios".[28]

Johnson escolheu duas ex-colônias britânicas — Sri Lanka e Paquistão — para testar a hipótese de que a existência de uma administração colonial comum em dois países localizados na mesma região do mundo teria resultado em um desenvolvimento paralelo das bibliotecas. Sua conclusão foi que, apesar da herança comum da administração colonial e do fato de que se haviam tornado independentes com um ano de diferença, a partir de então a evolução de suas bibliotecas não se dera de modo paralelo. Este exemplo servia para mostrar, segundo Johnson, que é provável que as condições locais exerçam um papel dominante que supera o impacto de uma experiência colonial comum.[67]

Ora, seria o caso de perguntar se os países em desenvolvimento deveriam ter esperado para iniciar a oferta de oportunidades de educação, principalmente educação universitária, somente depois que um bom sistema de bibliotecas universitárias tivesse sido implantado, de preferência segundo os padrões norte-americanos ou ingleses, ou tomado a decisão de enfrentar o dilema educacional com base nos minguados recursos disponíveis, inclusive a síndrome do livro didático único.

Hutchings queria saber quantos livros um estudante de graduação chegaria a dominar durante um ano de estudo. Analisando os diferentes coeficientes de tempo que diferentes textos exigiriam para serem totalmente compreendidos (não apenas lidos), ele indagava se a devoção à quantidade de leituras estaria relacionada com o número de livros inferiores que resultaram do dilema do publicar ou perecer. Seu argumento poderia ser comparado com o de Asheim:

> Chegaríamos talvez à conclusão de que as necessidades dos estudantes poderiam muito bem ser atendidas em certas situações emprestando-lhes seu '*kit* de livros' por um ano? Se, além disso, proporcionássemos local para os estudantes se sentarem a uma mesa, não necessariamente numa biblioteca, não se alteraria da noite para o dia nossa concepção bibliotecária da proporção entre leitores e livros e nosso serviço para os leitores?[62]

Ele explicou que esse tipo de indagação lhe ocorreu enquanto refletia sobre universidades fora do Reino Unido "onde, em certo sentido, as questões se tornam óbvias a partir de uma situação social que é desconhecida e, portanto, mais expressiva", mas ele argumentava que não

deveria ser malcompreendido, pois acreditava que as leituras diversificadas eram necessárias "quando não fosse pelo menos para fugir das limitações dos professores", especialmente naquelas disciplinas em que é importante conhecer as opiniões de diferentes pessoas. E esclarecia que "para mim a reflexão é tão importante quanto a leitura, e ela corre o risco de se tornar uma arte esquecida; no entanto, é graças à reflexão que nos apropriamos e nos apossamos do conhecimento".[62]

O x do problema talvez não esteja só na disponibilidade de material de leitura. Como disse o psicanalista brasileiro Chaim Samuel Katz:

> [...] vemos o conhecimento instituído nas universidades, nos cursos de pós-graduação ou em grupos de educação profissional, tornando-se cada vez mais estreito, impondo aos participantes certos autores e seus textos, formas muito limitadas de pensar seus campos, maneiras únicas de ler esses textos.[68]

Um observador estrangeiro pode ter uma maneira diferente de ver a realidade norte-americana, conforme é exemplificado por esta história contada por Carnovsky:

> Um estudante austríaco, em idade madura, escreveu: 'Os métodos de ensino são muito diferentes e é penoso adaptar-se a alguns deles. O ensino universitário norte-americano e as escolas de biblioteconomia levam o estudante pela mão e o dirigem dia e noite. Há pouca liberdade, e ainda me lembro de meu assombro quando participei da seguinte conversa: 'Você está lendo um livro interessante. Para quem você o está lendo?' Não parece natural que alguém possa ler um livro para si mesmo, mas sempre para um curso.[25]

No mesmo artigo Carnovsky informava que um estudante de biblioteconomia escocês, nos Estados Unidos, queixou-se de que "quase todas as aulas eram ministradas no estilo de conferências e eram de frequência obrigatória".

Aparentemente esses delírios excessivamente chauvinistas estão desaparecendo, ao se perceber que "as críticas do dr. Asheim se aplicam com a mesma propriedade tanto a uma grande parte da Europa quanto aos países emergentes do mundo",[35] e começam a surgir no cenário pessoas com novas perspectivas. A opinião de Dorothy Anderson sobre a não utilização dos livros das bibliotecas provavelmente revela um enfoque mais realista, pois ela acha que mesmo quando os estudantes não estão utilizando o acervo eles estão usando os outros recursos necessários ao estudo que a biblioteca oferece: tranquilidade, local e tempo. E isso é extremamente importante em lugares onde as condições sociais

são limitadas e muitos estudantes vivem em casas com excesso de moradores.[4]

E não se pode afirmar que essa seja uma situação exclusiva dos países subdesenvolvidos. No Japão, somente de 20 a 30% dos estudantes do curso secundário que usam bibliotecas leem o material que ali se acha disponível; o resto só vai à biblioteca para utilizá-la como local de estudo.[119]

Com referência ao uso de livros e informação nos países em desenvolvimento, Gonod e Beverly observaram que um estudo efetuado na Colômbia revelou que as bibliotecas particulares eram usadas como uma importante fonte de informação por cientistas, e parecia que as relações de trabalho interpessoais constituíam sua principal fonte de informação. E comentaram:

> Em sociedades caracterizadas pela insegurança no emprego, onde os mecanismos de poder se acham corporificados em pessoas, a informação é mais que tudo uma fonte de poder. Possuir informações de maneira exclusiva é uma garantia de segurança; transmiti-las ostentosamente exalta o prestígio social de quem possui a informação. Essas incoerências não promovem o fluxo de informações e ideias, e a obstrução das comunicações que se observou às vezes tem raízes profundas que não se encontram no nível da psicologia individual, mas no nível das estruturas sociais totais.[49]

Hilton também constatou a importância das bibliotecas particulares na América Latina:

> Os membros da elite latino-americana têm se orgulhado tradicionalmente de suas bibliotecas particulares como prova positiva de sua genuína devoção à cultura. Uma biblioteca formada criteriosamente demonstrava que seu proprietário era uma pessoa de elevada percepção cultural e zelo. [...] A América Latina conta com uma esplêndida tradição de bibliotecas particulares.[57]

No Oriente Médio, Thompson notou uma "inerradicável tendência à bibliomania" e a riqueza e as dimensões das coleções particulares são de tal ordem que provavelmente constituem a base de importantes bibliotecas públicas de pesquisa, além de estimular um amplo interesse pelos livros. Essas bibliotecas particulares "certamente terão um efeito saudável na marcha dos acontecimentos referentes às bibliotecas".[108]

Em face disso, fica difícil aceitar a generalização externada por um bibliotecário de um país em desenvolvimento (Índia) segundo a qual nos países em desenvolvimento é rara a tradição de formar bibliotecas particulares, e, ao contrário dos países ocidentais, muito poucas doações estão disponíveis.[69]

Uma observação feita por Strickland na África sugere que as perspectivas não são tão melancólicas quanto algumas das citações anteriores poderiam indicar. Ele verificou que "onde existem os livros apropriados existe uma demanda voraz e crescente por eles".[107]

Constata-se, mais uma vez, que o desenvolvimento bibliotecário não pode ser isolado do desenvolvimento global da sociedade e que, alcançadas certas condições básicas, a imagem deprimente com que tão amiúde se pintam os serviços bibliotecários nos países em desenvolvimento talvez oculte contornos imprevistos de força e criatividade.

2.3 A não seleção e quase aquisição de material

A imagem surrada dos bibliotecários nos países em desenvolvimento apresenta estes profissionais como catalogadores muito rígidos, que geralmente carecem do conhecimento e da base cultural exigida pelo trabalho de seleção do material para a biblioteca. Sem prestígio, os bibliotecários trabalham no contexto de sistemas que padecem da inflexível dependência da administração da biblioteca a uma autoridade que está sempre disposta a interferir no trabalho profissional deles. Isso leva os bibliotecários dos países em desenvolvimento a não fazerem uso do direito de selecionar as aquisições para a biblioteca.

Asheim afirmou que a seleção de livros, da forma como é praticada nos Estados Unidos, é muito rara nos países em desenvolvimento. Em muitos deles

> uma grande parte do acervo depende de doações e permuta, e o que aparecer será aceito. [...] de qualquer modo, o selecionador raramente é o bibliotecário. Nas universidades e faculdades, a seleção encontra-se totalmente nas mãos do corpo docente, muitas vezes cabendo a palavra final a uma comissão de diretores ou mesmo do vice-reitor (p. 17).[11]

Em sua opinião, os métodos de licitação e compra em livrarias locais são tais que a verdadeira seleção acaba sendo feita pelo livreiro. A situação é tão ruim que a gente

> tem vontade de perguntar por que é preciso um bibliotecário profissional se ele não tem nenhuma responsabilidade pela seleção de livros, o serviço de referência, os serviços para o leitor ou o controle administrativo (p. 18).[11]

Borchardt procurou descobrir alguns motivos que estariam por trás das aparentes dificuldades enfrentadas no processo de seleção de livros pelo

bibliotecário de um país em desenvolvimento, ou, como ele o chamava, "o bibliotecário sem formação cultural anglo-saxônica ou europeia". Segundo ele, uma vez que a maior partes das revistas que publicam críticas de livros reflete uma cultura estrangeira, fica muito difícil para esse bibliotecário compreender "a infraestrutura cultural e o aparato crítico em que essas críticas se baseiam". E mais

> A avaliação crítica, o comentário que julga o conteúdo, as nuanças das insinuações, o discreto elogio e a alusão matreira graças a um provérbio, uma citação ou uma hipérbole, tudo isso parece bastante natural ao sofisticado leitor do *Times Literary Supplement* ou do *Figaro Littéraire*, de *Nature* ou do *Scientific American*, mas, para quem o inglês ou o francês ou qualquer outra língua de um país altamente industrializado, economicamente adiantado e culturalmente sofisticado não constitui uma herança nativa, não poderá beneficiar-se (se esta for a palavra certa) apropriadamente do espírito e da sabedoria, da imprecisão e dos caprichos da crítica profissional de livros. E sejamos bastante claros a esse respeito: nenhum curso de biblioteconomia até hoje criado pode superar essa dificuldade que o estudante dos países subdesenvolvidos tem de enfrentar a esse respeito.[19]

Para esse autor, as dificuldades enfrentadas pelo bibliotecário são agravadas pela necessidade que ele tem de selecionar material em diferentes línguas e, por isso, é natural que tome atalhos no processo de seleção de livros que não parecem ortodoxos para o observador estrangeiro:

> Diante da demanda de implementar um programa urgente de desenvolvimento técnico e econômico, o bibliotecário que se formou em seu próprio país dispõe de pouco tempo para aprender os refinamentos da seleção de livros e provavelmente conta com pouco estímulo para aplicá-los."[19]

Esses comentários deixam claro que o processo de seleção está completamente ou em sua maior parte fora das mãos dos bibliotecários dos países em desenvolvimento. O que não fica claro, porém, são os fatores condicionantes que levaram a essa situação, admitindo-se que ela haja sido descrita de forma verdadeira e que se aplique corretamente à maioria dos países em causa. Embora ambos os autores citados tenham adotado enfoques diferentes, revelam uma coincidência básica quanto à hipótese de que os bibliotecários desses países carecem das aptidões necessárias para executar tal atividade.

Em virtude de a seleção de material para a biblioteca ser apenas uma faceta de um conjunto complexo de elementos direta e indiretamente vinculados à diversificação da produção local de livros — a disponibilidade de controle bibliográfico nacional, a existência de esquemas de

divulgação e crítica das publicações, e a imediata provisão de fundos para a aquisição de material bibliográfico atualizado —, torna-se muito difícil aceitar que somente o bibliotecário mereça ser culpado por essas deficiências do processo de seleção. E isso diz respeito apenas à seleção de material local corrente.

Numa situação em que geralmente os recursos são escassos e, quando se tornam disponíveis, têm de ser imediatamente comprometidos — na América Latina "na corrida pelos recursos financeiros da universidade, as bibliotecas geralmente são lanterninhas"[57] — é compreensível que a seleção comumente seja feita de forma improvisada, dependendo em grande parte das sugestões dos membros do corpo docente e outros usuários.

Uma questão que se deve suscitar é que seria natural que o observador supusesse que, em geral, os bibliotecários dos países em desenvolvimento estão de fato conscientes da necessidade de selecionar não apenas material corrente, mas também retrospectivo, a ser comprado ou obtido por doação, mas que a realidade circundante e as dimensões socioculturais em que esses bibliotecários têm de encontrar validade para suas tarefas talvez sejam diametralmente diferentes daquelas que prevalecem no país do observador.

Seria irônico, para não dizer improvável, que o processo de seleção nas bibliotecas dos países em desenvolvimento não refletisse em geral a debilidade dominante de toda a estrutura bibliotecária existente nesses países. Não estamos a alegar que a seleção (e o descarte) não seja válida ou necessária. O que estamos sugerindo é que não se podem transplantar os mesmos métodos dos países industrializados para todo o espectro de países em desenvolvimento.

Antes de tratar da questão da aquisição podemos acrescentar que a posição extremamente complacente dos bibliotecários em face da seleção de doações talvez esteja em grande parte condicionada pelo legítimo anseio de acumular material para um uso futuro. Quando o dinheiro é curto qualquer doação que possa ser útil será bem-vinda.

A seleção é inevitavelmente um acaso quando a aquisição de material para a biblioteca está sujeita aos altos e baixos dos orçamentos, aos caprichos da administração, à inflação sistemática que torna proibitiva a compra de moeda forte para pagar os livros e as assinaturas de periódicos estrangeiros. Talvez, porém, existam sinais de mudança, pois há seis anos Veenstra e Restrepo afirmaram que em muitos países da América Latina o novo profissional bibliotecário

> está encontrando uma maior aceitação da necessidade de melhorar as bibliotecas, e está começando a desafiar ativamente os obstáculos ao desenvolvimento bibliotecário, inclusive os orçamentos insuficientes, os prédios inadequados e os complicados processos de compra. Particularmente no mundo acadêmico ele está encontrando apoio nos usuários de sua biblioteca e nos administradores da universidade.[112]

Dan Lacy escreveu em 1966 que a típica biblioteca latino-americana "quase não dispõe de verbas para compra de livros [e] cada dólar destinado à biblioteca tem de competir com necessidades tremendas e indispensáveis de uma diversidade de outros serviços sociais do país".[71]

Asheim identificou claramente os problemas concernentes às aquisições feitas no exterior que as bibliotecas dos países em desenvolvimento têm de enfrentar:

> Existe o problema das divisas estrangeiras. Existe o problema das ferramentas bibliográficas. Existe o problema do limitado apoio financeiro, aliado aos preços dos livros fixados para um mercado de nível de renda muito mais elevado, e os custos adicionais de transporte e os acréscimos que incidem sobre as importações. Existe o problema dos impostos de importação. Existe o problema do conflito entre a insistência do governo estrangeiro em somente aprovar o pagamento depois que a mercadoria for entregue e a insistência de nossas editoras em receber o pagamento adiantado. Existe o problema da língua e a adaptabilidade de livros estrangeiros às necessidades locais mesmo quando a língua é a mesma (Asheim, 1965).[10]

Em suma, pode-se dizer que há uma espécie de situação bipolar em que os apertos financeiros acarretam controles administrativos e burocracia. O comportamento dos usuários deve ser levado em conta, pois eles podem exercer pressão para a aquisição de material estrangeiro que às vezes é supérfluo ou poderia ser substituído por textos locais.

Não é raro encontrar professores universitários que, por puro esnobismo, pressionam a biblioteca para comprar a edição original de um livro estrangeiro apesar da existência de traduções confiáveis produzidas localmente. Em geral, trata-se de docentes que fizeram estudos de pós-graduação no estrangeiro e que ficaram inseparavelmente ligados a valores estrangeiros, inclusive os valores linguísticos.

No Brasil, existe pelo menos um periódico científico que é escrito inteiramente em inglês, pois seu objetivo é mais o de alcançar um público estrangeiro do que ser lido pelo estudante brasileiro que está fazendo sua graduação em física e que ainda carece de conhecimento funcional da língua inglesa. Poder-se-ia dizer que se trata de uma espécie de sub-

serviência ideológica a valores estrangeiros disfarçada por uma pretensa preocupação com a comunicação internacional.*

O estímulo artificial ao consumo e a obsolescência embutida contribuem para um alarmante volume de publicações nos países desenvolvidos, que, a longo prazo, afetará os raquíticos orçamentos das bibliotecas dos países em desenvolvimento. A indústria do conhecimento vai adquirindo progressivamente todas as características da 'grande indústria' capitalista, em que os livros são mercadorias que precisam ser vendidas, independentemente de seu conteúdo ou sua função. Muitas edições novas de um livro às vezes em pouco alteram a edição original; no entanto, são anunciadas como se incluíssem material novo que tornasse dispensável a edição anterior.

A duplicidade de periódicos de resumos e índices é outro sintoma da competição que ocorre na indústria da informação. Em nosso próprio campo, o bibliotecário tem de se defrontar com as pressões dos professores para assinar *Library Literature*, *Library and Information Science Abstracts*, *Information Science Abstracts* e *Bulletin Signalétique*, e eventualmente a edição em inglês da publicação russa *Referativnyi Zhurnal (Informatics*).

A reutilização de um texto envolto em nova capa e com título diferente não é rara. Por exemplo, o livro *Perspectives on publishing*, organizado por Philip G. Altbach e Sheila McVey, editado por Lexington Books em 1976, fora anteriormente publicado como o fascículo de setembro de 1975 dos *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Uma biblioteca que assinasse este periódico e que já tivesse recebido esse fascículo poderia vir a comprar o livro, a pedido de um usuário, a menos que essa situação ocorresse em bibliotecas especializadas pequenas onde o bibliotecário tem a possibilidade de compulsar e indexar os periódicos e assim estar ciente de seu conteúdo.

A proliferação de coletâneas de diferentes assuntos acrescentou um novo ônus às bibliotecas. Apesar da utilidade prática das coletâneas, que reúnem num formato maneiro material disperso em periódicos e livros,

* A partir da década de 1990 cresceu o número de periódicos brasileiros publicados em inglês. A coleção SciELO, por exemplo, informa que aceita que os textos dos periódicos sejam publicados em qualquer idioma, "com ênfase no português e inglês", mas que "devem maximizar o número de artigos originais e de revisão no idioma inglês de acordo com sua área temática e orientação principal". O programa de apoio a revistas científicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) permite que os recursos financeiros por ele alocados sejam utilizados no pagamento de serviços de tradução. [Nota de 2015.]

não é difícil verificar que a maioria ou quase todos os textos ali incluídos podem ser localizados na biblioteca que gastou dinheiro ao comprar uma dessas publicações.

Benge mencionou o problema adicional da aquisição de material antigo. Uma solução conveniente para isso é comprar esse material em microformas, se houver equipamento para leitura e cópia. E não só o equipamento, mas as peças sobressalentes que podem ser de difícil obtenção num país em desenvolvimento. Mas, segundo Benge, haverá itens que são quase impossíveis de obter:

> Por exemplo, em países que foram colônias, raramente é possível fazer uma pesquisa histórica no próprio país, porque os arquivos, ou parte deles, são conservados na antiga metrópole. Às vezes, principalmente se mais de uma potência europeia houver estado a atropelar o país, as fontes de informação estarão espalhadas pelo mundo inteiro. Isso proporciona ao pesquisador oportunidades agradáveis de viajar, mas dificulta a obtenção de resultados em curto prazo. (Além dos milhões de pessoas que falam a língua inglesa além do idioma materno, tudo o que hoje resta do Império Britânico é uma multiplicidade de extensas coleções de documentos oficiais em Londres: os bibliotecários são os últimos imperialistas!) (p. 194).[13]

Michel Menou chegou a calcular que

> até 80% (isto é, vários milhares) de documentos de grande valor, como documentos antigos ou arquivos administrativos, estão na posse de instituições estrangeiras. Para reconstruir um acervo, é preciso enviar uma missão ao exterior para localizar, selecionar e microfilmar documentos a um custo de no mínimo três dólares por unidade.[81]

Não só a aquisição, mas também a compilação de bibliografias retrospectivas pode ser ocasionalmente prejudicada

> em ex-territórios 'coloniais' onde as bibliotecas são frequentemente desprovidas de documentos retrospectivos, porque os materiais para seu desenvolvimento foram levados para as bibliotecas dos antigos senhores coloniais. [...] Há muitos exemplos dos melhores acervos bibliográficos relativos a determinado país que agora pertencem a bibliotecas das antigas potências coloniais e não à própria nação emergente.[34]

As guerras e conquistas coloniais também contribuíram para a riqueza das bibliotecas dos países desenvolvidos. Livros e documentos eram tratados como um butim muito apreciado. Depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a "força aérea norte-americana transportou, para os EUA, enormes coleções de documentos capturados dos alemães, italianos e, mais tarde, japoneses".[61] Uma maneira prática de aumentar

os acervos das bibliotecas com a qual os países em desenvolvimento não podem contar.

Na maioria dos países em desenvolvimento, o ônus da aquisição de material estrangeiro recai mais sobre as bibliotecas universitárias e especializadas, e disso resultam consequências para o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica.[5] Moravcsik e Ziman indagam

> como é possível fazer pesquisas num país onde a *Physical Review* chega com um ano de atraso, onde a melhor biblioteca possui apenas exemplares esfrangalhados dos manuais para cursos de graduação cuja data remonta a uma geração [...]?[85]

Como exemplo da falta de equidade entre as comunidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, eles afirmaram:

> O acesso aos periódicos em Paradisia [países em desenvolvimento] é limitado porque as revistas mais importantes são editadas nos países cientificamente adiantados, porque são caras e devem ser pagas com moedas caras, e porque são pesadas e isso aumenta o custo do porte aéreo. Somente de modo esporádico relatórios e separatas chegam aos centros de pesquisa de Paradisia, em virtude de a maioria desses documentos ser oriunda de países cientificamente adiantados, de seu transporte para outros países ser caro e sua produção ser limitada, em tiragens normalmente destinadas aos grupos de pesquisa de maior prestígio, isto é, os dos países adiantados.[85]

Na opinião desses autores, "somente uma política deliberada de justiça social interna" poderia manter unida a comunidade científica mundial "numa época que talvez seja muito difícil e desarmônica". E formularam uma pergunta que sugeria uma solução:

> Qual o custo anual, por exemplo, de remeter gratuitamente exemplares dos principais periódicos científicos para todas as instituições científicas reconhecidas dos países menos desenvolvidos? Talvez dez milhões de dólares (quem sabe?), que corresponde apenas a uma fração minúscula das despesas anuais com informação científica nos países adiantados. O problema não é se deve ser feito, mas decidir quais das muitas instituições sociais apropriadas [...] devem realmente arcar com o custo disso.[85]

Cinco anos antes, Arntz e Brugghen haviam sugerido que para os países em desenvolvimento seria "um grande favor se os países mais ricos lhes enviassem regularmente seus relatórios mais recentes", os quais são de difícil obtenção com moedas desvalorizadas.[8] Relato recente de Siddique[103] mostra as dificuldades que um país em desenvolvimento — neste caso Bangladesh — tinha de enfrentar para receber regularmente os periódicos dos países adiantados cujas assinaturas eram pagas por intermédio de agências de assinaturas renomadas.

Siddique, em suas investigações, mostrou que o serviço local de correios não era o único culpado. Toda uma cadeia de circunstâncias, que começa com o tipo de embalagem usada pelo editor, que parece não se preocupar com as vicissitudes do correio de superfície, seu desconhecimento de geografia, conforme mostram os erros grosseiros de endereçamento, e que termina com o cinismo daqueles que se recusam a substituir fascículos extraviados, com base em argumentos que não permitem discussão, mostra que, se os editores e livreiros dos países desenvolvidos tivessem um pouco mais de respeito por seus clientes dos países em desenvolvimento, estes provavelmente apresentariam menos monstruosidades em sua prática bibliotecária. No Brasil, os bibliotecários estão acostumados a receber encomendas endereçadas a 'Rio de Janeiro, Argentina' enviadas por editoras de países adiantados.

2.4 Sísifo e o Minotauro: o tormento da catalogação e da classificação

A metáfora talvez pareça artificial e pedante, porém nos dá uma ideia mais convincente de como a gente se sente quando se defronta com o perturbador envolvimento dos bibliotecários com a catalogação e a classificação nos países em desenvolvimento descrito por observadores estrangeiros e normalmente reforçado por depoimentos locais escritos pelos bibliotecários nativos. As principais características da catalogação e classificação nos países em desenvolvimento estariam implícitas na metáfora: uma repetição infinita de um trabalho sem aparente resultado prático, por mais que a gente se esforce, e as complicações do próprio trabalho. A fragilidade da metáfora está em que ela também transmite o sentido de algo indesejável, algo que somente por acaso ou castigo teria sido imposto ao homem, enquanto que na situação atual estaríamos lidando com uma verdadeira "veneração à catalogação e à classificação". Nas palavras de Asheim, "os bibliotecários dos países subdesenvolvidos, tanto os formados quanto os leigos, veneram a catalogação e a classificação".[11]

O mesmo autor usara como entretítulo de seu artigo de 1965 sobre bibliotecas universitárias de países em desenvolvimento a expressão "devoção à classificação", e ficara impressionado com os "muitos anos de livros sem catalogar aos quais o usuário não podia ter acesso".[10]

Dez anos depois, assim se expressava um observador inglês:

> a maioria dos departamentos de catalogação do Terceiro Mundo está entulhada de livros [...] Atrasos provocados por complexas regras de catalogação mantêm os materiais fora das estantes durante o tempo em que seriam mais úteis: isto é, enquanto são novos e atuais.[77]

Dirigindo-se a norte-americanos que aspiravam a trabalhar como consultores em bibliotecas de países em desenvolvimento, Berninghausen advertia para o risco de eles se envolverem com o detalhamento inútil ou o aperfeiçoamento das técnicas de catalogação, uma vez que

> Os bibliotecários locais ficam impressionados, às vezes obcecados, com a 'ciência' da catalogação, e o consultor norte-americano pode gastar seu tempo com os bibliotecários, sem chegar ao cerne do problema, que é garantir o interesse e a compreensão da importância das bibliotecas pelas pessoas de fora da área, como as autoridades governamentais, os administradores das universidades, os corpos docente e discente.[14]

A afirmativa acima coincide com a posição de Borchardt para quem os consultores devem dar mais atenção às atividades de proselitismo e propaganda, principalmente no campo das bibliotecas públicas, pois "a criação de um clima de opinião favorável é muitas vezes mais essencial do que a aplicação de regras corretas de catalogação".[19]

Quando os bibliotecários estão obcecados ou devotados à catalogação é claro que não abrirão mão dessa devoção em favor de sistemas cooperativos de catalogação, e os livros inevitavelmente serão catalogados tantas vezes quantas forem as bibliotecas que os possuam. Isso também faz parte do padrão.

O excessivo zelo na catalogação encontra paralelo com o apego à classificação ao ponto em que se torna um "fim em si mesmo em muitos desses países".[10] Os bibliotecários podem mostrar-se extremamente inclinados a uma classificação minuciosa quando os livros são armazenados pelo número de registro em estantes fechadas, a classificação exaustiva de cada livro é levada ao último nível possível de especificidade permitido pelas tabelas, independentemente de quantos itens existam nas classes superiores, a um ponto tal que provavelmente levou Vann[111] a dizer que "parecia haver muito mais entusiasmo classificatório e interesse intelectual abstrato no estrangeiro do que o que seria aparente nos Estados Unidos", um fato que certamente tem de causar surpresa a bibliotecários norte-americanos para quem seus "esquemas de classificação são dispositivos pragmáticos para ajudar o usuário, não sistemas filosóficos ideais para ordenar o universo do conhecimento".[11]

Os produtos que resultam do processo de catalogação/classificação — os próprios catálogos — são, naturalmente, instrumentos inúteis e irrelevantes. Asheim foi extremamente crítico do emprego do catálogo sistemático em alguns países em desenvolvimento que visitou, não por causa de uma deficiência inerente desse catálogo em comparação com o catálogo-dicionário, mas porque o "catálogo sistemático acaba sendo um catálogo topográfico, uma ficha por livro, sem índice e sem remissivas".[10] Até onde se justifica a crítica com base em defeitos ocasionais na elaboração desse tipo de catálogo ou refletirá ela a posição usual de alguns bibliotecários dos EUA com relação aos catálogos sistemáticos?

Embora o artigo de Thompson mostrasse uma certa má vontade com o uso da Classificação Decimal Universal e do catálogo sistemático no Oriente Médio, ele levantou algumas questões pertinentes:

> Quem somos nós para estabelecer o catálogo-dicionário como um evangelho quando muitas de nossas bibliotecas de pesquisa vêm fazendo mudanças drásticas em sua política de catalogação de assuntos? Quem somos nós para condenar o catálogo sistemático, que frequentemente tem sido um instrumento admirável quando feito de modo apropriado? Será que podemos realmente defender o arranjo sistemático de livros nas estantes das bibliotecas de pesquisa como sendo superior ao arranjo por tamanho e *numerus currens*?[108]

Redmond acrescentou uma justificativa razoável para a utilização de catálogos sistemáticos em países em desenvolvimento onde é falada mais de uma língua ou onde as línguas faladas não estão entre as principais línguas da ciência.[93]

A fidelidade dos bibliotecários norte-americanos ao catálogo-dicionário e à Classificação Decimal de Dewey pode chegar a extremos. Embora o uso de um sistema de classificação numa biblioteca de acervo fechado, como uma biblioteca nacional, não seja pertinente e possa até representar uma prática que causa perda de espaço, muitas vezes urgentemente necessário, a equipe de consultores que contribuiu para a reorganização da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 1945, apresentou "um plano de reorganização que incluía a adoção, com modificações, da Classificação Decimal de Dewey e os cabeçalhos de assuntos da Library of Congress" (p. 16).[21] Essa recomendação foi devidamente implementada.[84]

Asheim estava convencido de

> que uma grande parcela do envolvimento inútil em detalhes insignificantes da classificação e catalogação que se encontra em muitas bibliotecas estrangeiras deriva em

> parte do ensino [de biblioteconomia] ministrado por norte-americanos, tanto aqui quanto em outros países.[10]

Birdsall, que adotou os conceitos de *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade), de Ferdinand Tönnies, na tentativa de compreender o processo social que leva ao desenvolvimento de bibliotecas, contestou esse enfoque ao lembrar que "o desenvolvimento de técnicas eficientes é uma característica de *Gesellschaft*", e

> é possível que a preocupação com as técnicas nos países em desenvolvimento seja um reflexo da mudança social que está ocorrendo nessas nações. É possível que a preocupação das nações em desenvolvimento com as técnicas não seja, como a maioria dos norte-americanos parece pensar, simplesmente uma estreiteza de visão, mas, antes, uma reação apropriada e necessária a seu estádio particular de desenvolvimento?[16]

As orientações confusas transmitidas por consultores estrangeiros, principalmente quando são oriundos de culturas diferentes, mereceram este comentário de Hilton:

> Um representante dos EUA diz aos bibliotecários que adotem a classificação da Library of Congress. Depois chega um consultor europeu e aconselha a adoção da Classificação Decimal Universal (CDU). A tendência na América Latina é usar a CDU, porém os norte-americanos podem oferecer mais apoio financeiro. Só isso basta para provocar no infeliz latino-americano um caso de esquizofrenia. A única solução está em os países adiantados concordarem com uma política comum, de modo que o país beneficiário não seja apanhado no meio de um fogo cruzado de sistemas conflitantes (p. 718-719).[57]

Chantal escreveu sobre como uma simples técnica, como a de incluir entradas de títulos num catálogo em fichas, pode refletir dois enfoques diferentes — inglês e norte-americano —, com subsequentes problemas para o país que esteja recebendo consultoria de especialistas que expressem opiniões conflitantes.[29]

McCarthy afirmou que todo o sistema de catalogação é "um desperdício monstruoso de recursos humanos e materiais", disso sendo responsáveis os bibliotecários dos países desenvolvidos, "não os do Terceiro Mundo" e um exemplo é a adoção forçada das AACR/ISBD como padrões internacionais que são inconvenientes para os países em desenvolvimento. No caso do Brasil, uma situação mais comum "seria a produção de um catálogo coletivo universitário, e seria melhor se tivessem sido aconselhados *a adotar a versão britânica das AACR*" (grifo nosso).[77]

Aqui já existia na época uma tradução para o português do texto norte-americano das AACR.

Os trabalhos acima citados revelam uma preocupação comum com uma situação que é considerada característica dos países em desenvolvimento e que dificultam não só seu desenvolvimento bibliotecário, mas também a construção de uma imagem mais positiva da profissão de bibliotecário. Por conseguinte, a atividade do bibliotecário acaba identificada com uma espécie de veneração fanática à catalogação, que implica o distanciamento do público, aliada a outros sintomas comuns ao 'bibliotecário de fichas de catálogo'. O clichê é anedótico, mas observações relatadas na literatura indicam que deve ser verdadeiro, em certa medida.

Diz-se que a devoção à catalogação e à classificação acarreta a existência de pilhas de materiais à espera de processamento nas bibliotecas dos países em desenvolvimento. É assim que o fenômeno é visto em algumas (provavelmente a maioria) das bibliotecas visitadas pelos observadores e generalizado para todo o mundo em desenvolvimento. Por outro lado, admite-se que regras de catalogação simplificada ou menos complexa contribuiriam para a solução do problema. Até que ponto essa é uma interpretação pertinente? Vejamos o caso de um outro ângulo. As fichas catalográficas da Library of Congress ou da *British National Bibliography* são redigidas com relativo grau de complexidade de catalogação, sendo seu objetivo oferecer dados bibliográficos confiáveis, exatos e tão completos quanto possível. É o fornecimento desses serviços que pode reduzir os custos de mão de obra e acelerar a rotina da catalogação em grandes bibliotecas gerais, sempre que os usuários potenciais do serviço consigam chegar a um consenso.

Assim, poder-se-ia afirmar que não é a complexidade da catalogação em si mesma que constitui a essência do problema. Este deve ser procurado na falta de vontade de cooperar, nas reais dificuldades colocadas pela magnitude da tarefa de criar centros de processamento nacionais ou locais. Seria irracional supor que, como regra, os bibliotecários dos países em desenvolvimento continuassem a se apegar ao processo tedioso e sisifista de catalogar materiais que, devido à quantidade e velocidade de crescimento, tendem a desafiar qualquer esforço humano, simplesmente porque não conseguem deixar de adorar a vaca sagrada da catalogação.

2.5 O dilema crucial: os livros são para usar *versus* os livros são para a posteridade

Grandes coleções de livros e manuscritos; inexistência de descarte; o bibliotecário ou curador responde pelos materiais da biblioteca (responsabilidade pessoal pelo patrimônio); alguns livros de fato são emprestados, mas não as poucas revistas existentes; inúmeros acervos de livros aos quais o acesso é proibido; os livros em geral se encontram em armários trancados e estantes fechadas; as estantes podem ser tão altas que fica impossível alcançar ou identificar todos os livros; aos usuários das bibliotecas negam-se a possibilidade de bamburrar entre as estantes e os benefícios surpreendentes da serendipidade; os pontos de controle da entrada onde os usuários devem confirmar que têm "mãos inocentes e coração puro" (Salmos 24:4); o uso dos livros pode ser virtualmente proibido pelas regras impostas aos calouros; complexos sistemas preventivos para evitar o furto de livros; livros atrás de telas metálicas ou de portas envidraçadas, ou armários trancados a chave; exigências de identificação para os usuários que adentram a biblioteca; taxas de inscrição ou caução em dinheiro para o empréstimo de livros... estas são algumas das características mais conspícuas ou defeitos típicos descritos em alguns dos relatos sobre a biblioteconomia em países em desenvolvimento escritos por observadores estrangeiros. Constituem prova suficiente de que os serviços (?) bibliotecários têm ali a finalidade de proteger o livro contra o usuário e não para o usuário como ocorre nos Estados Unidos, segundo Asheim (p. 26).[11]

Ainda não encontramos relatos de livros acorrentados em bibliotecas de países em desenvolvimento, mas seriam necessárias correntes quando existe um rico arsenal de ardis e dispositivos destinados a manter os livros intocados por mãos humanas?

Com base em impressões causadas por essas características, Berninghausen construiu esta imagem:

> Em muitas partes do mundo onde estiveram consultores de biblioteconomia norte-americanos, a ideia que ali se tem de biblioteca é limitada. Uma biblioteca é uma coleção de manuscritos e livros antigos, raros e valiosos. Não se destina ao uso de ninguém, exceto os pesquisadores mais respeitados. Não guarda relação com um programa de estudos. Nada tem a ver com a vida cotidiana. Numa biblioteca assim, é natural e justificável a política de conservar tudo sob sete chaves. Não há necessidade de um sistema de circulação. Não há necessidade de serviços gerais de referência. Naturalmente, não existem estantes de livre acesso. E embora nossa tendência seja ignorar o fato, as bibliotecas norte-americanas de livros e manuscritos raros funcionam exatamente segundo as mesmas diretrizes.[14]

A esta altura, deve-se atentar para o fato de que seria um anacronis-

mo inferir que essas descrições referem-se a situações atuais e se supõe que seus autores não tiveram a intenção de fazer afirmações definitivas. Asheim escreveu com base no contato pessoal com os países em desenvolvimento, que se verificou entre 1961 e 1966, quando era diretor do International Relations Office da American Library Association. Berninghausen provavelmente familiarizou-se com os países em desenvolvimento nos primeiros anos da década de 1960.[21]

Um texto mais recente, que data de 1970, implica que, pelo menos do ponto de vista de Benge, a situação não tinha mudado:

> Se for gasto dinheiro suficiente com as bibliotecas, haverá a preocupação necessária com a preservação dos materiais que conseguiram adquirir, pois o bibliotecário é essencialmente um guardião; os livros deverão ficar trancados. Em tempos desfavoráveis (e muitos países não conheceram tempos diferentes) a preservação das coisas bem como a sobrevivência pessoal passam a ser uma virtude e um dever (p. 193).[13]

A preocupação com a preservação levou, obviamente, à acumulação de material bibliográfico de modo que as bibliotecas antigas das regiões em desenvolvimento contêm tanto material imprestável que, sem prejuízo, poderia ser armazenado num depósito.[100]

O descarte cooperativo proposto por Rydings provavelmente será recebido com alguma boa vontade e mesmo mais entusiasmo pelos países em desenvolvimento do que a mera eliminação de livros velhos, pois, como salientou Benge:

> Um consultor estrangeiro [...] poderá cometer um erro ao recomendar que materiais da biblioteca, antigos e desatualizados, sejam descartados, ou que o acesso aos livros seja tão aberto ou liberal quanto possível. Isso pode ser um equívoco, mesmo em bibliotecas universitárias, onde é impossível repor o material (p. 193).[13]

Pode-se argumentar que a preocupação excessiva com a preservação dos materiais da biblioteca em países em desenvolvimento talvez corresponda a um estádio quase inevitável no processo de evolução histórica dos serviços bibliotecários de determinado país. Na China, por exemplo, um longo período de 'acumulação de estoques' foi considerado como seu primeiro estádio de desenvolvimento bibliotecário, que durou todo o feudalismo até a etapa final da dinastia Ching (1840).[95]

A prevalência do princípio de 'responsabilidade pessoal' em países do Oriente Médio e da América Latina parece estar fortemente ligada ao valor de veneração conferido ao livro nessas sociedades. Ademais, a permanência intrínseca atribuída à palavra impressa pode também ter

sido conferida, de certo modo, ao seu suporte, em tal medida que, no Brasil, para fins orçamentários e contábeis, os livros e revistas são classificados como material permanente. Isso é bastante irônico num país onde as condições climáticas e ambientais normalmente constituem sério obstáculo a desafiar a conservação dos materiais bibliográficos por um período de tempo razoavelmente longo. Para não mencionar a meia-vida da literatura científica e técnica de certas áreas em bibliotecas de pesquisa. Deve-se acrescentar que, apesar dessa classificação estapafúrdia dos materiais bibliográficos como material permanente, desconhecem-se casos em que os bibliotecários do Brasil hajam sido penalizados pelo descumprimento dessa norma. Porém, como os livros fazem parte do patrimônio da instituição, haverá necessidade de realização de inventários periódicos, e o descarte de livros pode envolver processos complicados.

Não se pode subestimar o ônus representado, ao longo dos anos, pela preservação de materiais bibliográficos e manuscritos nas condições de insuficiência de recursos financeiros que prevalecem nos países em desenvolvimento. Em muitos deles, especialmente no Oriente Médio e Ásia, o acesso que é hoje possível a registros que são da mais alta importância para a história da humanidade foi garantido graças à diligência de pessoas e instituições em condições quase insuportáveis.

Mudanças políticas e sociais resultaram em que tesouros passassem da custódia de pessoas ricas para a responsabilidade de Estados que, como regra, não possuíam condições para lidar com esse problema em escala nacional, principalmente quando a sociedade como um todo apresentava necessidades mais prementes. Mesmo um país desenvolvido, como a França, ainda possui milhões de volumes sem catalogar, dispersos em suas bibliotecas públicas, quase dois séculos depois de terem sido confiscados da aristocracia. Esses livros estão bem protegidos dos leitores do mesmo modo que aqueles dos países em desenvolvimento.

No Brasil, a preservação dos materiais bibliográficos que foram transferidos de Lisboa para o Rio de Janeiro por dom João, príncipe regente de Portugal, ao fugir das tropas napoleônicas, em 1808, proporciona um interessante caso para estudo e discussão. De repente, uma colônia tropical que vegetava sem escolas (a não ser as da Companhia de Jesus), sem universidades, imprensa ou bibliotecas públicas, viu-se inundada com 60 000 volumes que alcançavam 28 anos mais tarde o total de 100 000 volumes.[45] Naquela época, a população total do país não passava de quatro milhões e o número de habitantes alfabetizados

do Rio de Janeiro era provavelmente inferior ao da quantidade de volumes que vieram a formar a Biblioteca Nacional. A riqueza dessa coleção, que está fartamente documentada, tem representado um desafio permanente para as autoridades e profissionais brasileiros. As condições de sua preservação têm sido objeto de estudo de consultores nacionais e estrangeiros e mesmo de uma comissão parlamentar de inquérito realizada em 1966.

Em seu depoimento nessa comissão do Congresso Nacional, um ex-diretor da Biblioteca Nacional comentou que o príncipe regente de Portugal transferira um acervo tão rico para um país onde o analfabetismo era quase total e sem usuários, a não ser um punhado de intelectuais. Com o passar dos anos, tornou-se um local de leitura que atendia a estudantes do ensino médio, pois inexistia a clientela especializada a quem ela se destinava. Suas coleções eram fundamentalmente humanísticas e podem ter sido usadas por alguns estudiosos, sem que haja em algum momento desempenhado o papel que deveria "desempenhar na cultura brasileira porque as condições culturais do país [naquela época] estavam muito abaixo do nível do acervo da Biblioteca Nacional".[33]

Devido à falta de bibliotecas públicas, é comum, nos países em desenvolvimento, as bibliotecas nacionais funcionarem como bibliotecas públicas também, e disso pode resultar uma ameaça à melhor conservação dos próprios materiais que, se supõe, elas deveriam coletar para a posteridade. Na América Latina, constatou-se que as bibliotecas nacionais atendem a todos os tipos de leitores.[65]

Asheim não deixou passar em branco esse aspecto:

> Com muita frequência, a biblioteca nacional deve, por falta de alternativa, desempenhar a função de biblioteca pública, e, como consequência, não é nem uma biblioteca nacional adequada nem uma biblioteca pública adequada (p. 5).[11]

Dorothy Anderson observou que nos países em desenvolvimento serão encontrados esquemas que diferem daqueles dos países desenvolvidos: uma biblioteca pública ou um centro de documentação que desempenha as funções de biblioteca nacional, ou uma biblioteca universitária que tem a responsabilidade de biblioteca nacional. Para ela, "as funções são a primeira prioridade", e o importante é que sejam desempenhadas, "e não em qual edifício ou sob qual identidade são inicialmente realizadas".[4]

Burston observou que "bibliotecas nacionais/públicas são uma ca-

racterística dos países em desenvolvimento", e parece que ele aceita essa característica com uma atitude mais natural do que a de Asheim.[22] Muito recentemente, o diversificado padrão de bibliotecas nacionais em países em desenvolvimento foi estudado por Xuereb.[118]

Seria injusto pressupor que os bibliotecários, como regra, desenvolvam esforços para proteger os livros contra os leitores. Isso merece ressalvas. Naturalmente, nas bibliotecas nacionais, quanto mais proteção for dada ao livro, melhor, pois ali ele deve ser preservado para ser usado pelo maior número possível de gerações sucessivas. Em outros tipos de bibliotecas a preocupação excessiva com a integridade das coleções pode ser vista como uma forma de assegurar que determinado livro seja utilizável pelo maior número de leitores. O furto de livros não é exclusividade dos países em desenvolvimento e, mesmo em países desenvolvidos, ele é muitas vezes justificado com base na necessidade extrema por parte de leitores que, por algum motivo, não podem retirá-los da biblioteca por empréstimo.

Numa biblioteca universitária da Colômbia, vi estudantes erguerem os braços e se renderem a guardas de segurança, no ponto de controle na saída do recinto, que revistavam seus corpos e pertences em busca de material retirado ilegalmente da biblioteca. Surpreendentemente, os estudantes, que jamais hesitavam em fazer manifestações contra os erros e abusos do governo e da administração universitária, pareciam aceitar como procedimento natural essa revista humilhante. Por quê? Como uma situação como essa se compara com o emprego, nos países desenvolvidos, de dispositivos de detecção eletrônica que, quando acionados, podem ser tão humilhantes quanto o sistema não automático?

Até onde prevalece a situação descrita por Asheim em 1965 nos países em desenvolvimento em geral? Para ele,

> Serviço — fazer com que os livros cheguem às mãos dos leitores — não é o objetivo fundamental das bibliotecas. A aquisição de livros, sua cuidadosa organização e sua preservação, sim; acesso rápido e fácil a eles, não. E, se o acesso não for o objetivo, então algumas das questões que julgamos naturais passam a ser irrelevantes.[10]

Supondo que isso ainda seja verdadeiro para a maioria das bibliotecas na maioria dos países em desenvolvimento, temos de avançar um pouco mais e perguntar: Por quê? Generalizações descritivas podem ser úteis numa primeira e superficial abordagem do terreno. Agora já tivemos tantas dessas descrições que elas estão se tornando repetitivas e inúteis e perdendo sua credibilidade. Chegou a hora de relatos menos impressio-

nistas e pesquisas mais sistemáticas sobre os fatores que contribuíram para que a situação das bibliotecas seja o que é nos países em desenvolvimento. Conforme observou Asheim:

> Há, normalmente, motivos para o que as pessoas fazem, mesmo que não sejam os nossos motivos. Antes de condenarmos sem delonga um padrão de comportamento que parece não se ajustar a nossas ideias preconcebidas, devemos tentar descobrir quais foram os motivos que levaram a isso. Ainda podemos não aceitar tais motivos como válidos para nós, mas podemos descobrir um contexto diferente de validade para avaliar o padrão de comportamento e seu uso por outros (p. 31).[11]

2.6 Cooperação: um apelo à dissensão

Asheim ficou muito impressionado com as condições das bibliotecas universitárias dos países em desenvolvimento, principalmente com os aspectos relativos à coordenação, cooperação e proliferação de bibliotecas de faculdades, departamentos e institutos. Disse ele:

> Cada uma dessas bibliotecas separadas dentro de uma universidade pode ter regras e regulamentos próprios, seus próprios sistemas — ou sistema algum — de catalogação e classificação, suas próprias restrições quanto ao uso, e total independência em relação a qualquer supervisão administrativa centralizada. Raramente existe cooperação entre elas para o intercâmbio de informação, empréstimo entre bibliotecas ou aquisição coordenada (p. 6).[11]

Whitten Jr. e Minder confirmaram a existência de notável resistência à ideia de cooperação na Turquia, e ao estabelecer um programa de ensino de biblioteconomia nesse país dedicaram especial atenção a que houvesse um curso sobre cooperação e redes, que destacasse "os aspectos comportamentais da cooperação, bem como os aspectos técnicos das redes". E em sua opinião

> os problemas básicos de cooperação na Turquia não são uma questão de aprender técnicas norte-americanas, porque a cooperação depende de conjuntos culturalmente determinados de relações pessoais, e os pressuspostos de cooperação de uma cultura não podem ser transferidos sem modificação para uma outra cultura.[115]

A situação predominante na Turquia era considerada característica do Oriente Médio em geral onde

> as rivalidades e os ciúmes pessoais e a falta de flexibilidade dentro das próprias universidades trabalharam contra qualquer sistema administrativo centralizado, embora as vantagens disso sejam óbvias para o pessoal acadêmico mais perspicaz.[59]

Munn observou que nos países em desenvolvimento há pouca ou nenhuma coordenação de esforços, mas apenas a cooperação que as autoridades, individualmente, permitem; as bibliotecas costumam ficar concentradas numa área geográfica e o resto do país é muito mal servido. O amplo reconhecimento social da importância das bibliotecas pode, afinal, levar a uma proliferação a esmo de bibliotecas e

> Muitos dos países em desenvolvimento são caracterizados por uma formidável sucessão de bibliotecas, criadas ao longo dos anos por vários ministérios, departamentos e institutos à medida que surgiam a necessidade e a oportunidade. O desenvolvimento em geral não é planejado nem coordenado.[86]

Esse fato já fora observado por Benge que o considerou como uma tendência de os países em desenvolvimento imitarem o modelo das nações desenvolvidas, e apesar das sugestões feitas a favor da coordenação de pelo menos todas as bibliotecas de ministérios do governo em países africanos, "as pressões dos ministérios normalmente frustram esse processo" (p. 197).[13]

Arntz assinalou que

> Para que a documentação seja totalmente eficaz, deve ser alcançado o mais alto grau de cooperação no país em desenvolvimento. Se uma unidade, um usuário, ou uma administração não sabe mais o que seu vizinho está fazendo, quais são suas exigências — isto é, se existe uma falta de coordenação e cooperação — a informação poderá estar armazenada sem ser usada num lugar onde não é necessária e estar faltando onde é necessária.[7]

As citações anteriores revelam que estamos lidando com duas facetas do problema da 'administração egoísta', que assola as bibliotecas dos países em desenvolvimento. A cooperação dificilmente se realizará quando a coordenação for evitada de todas as formas. Enquanto a cooperação pode desenvolver-se com base em arranjos informais entre bibliotecários, a coordenação requer decisões mais formais e é natural que ocorra mais como resultado de uma imposição externa e coercitiva. No entanto, esquemas cooperativos informais tendem ao fracasso, como foi revelado por pesquisas, e o planejamento da cooperação tornou-se obrigatório, do mesmo modo que em outros aspectos dos serviços bibliotecários. É muito fácil entoar loas à cooperação bibliotecária, mas é muito difícil implementá-la.[104]

A coordenação e a cooperação devem ser consideradas metas do planejamento bibliotecário nacional e não podem ser entregues aos ca-

prichos de bibliotecários e autoridades governamentais. O Estado tem a responsabilidade de garantir um serviço de bibliotecas totalmente coordenado e o nível exigido de cooperação por meio de legislação específica e adequada.[54]

Talvez seja verdade, como sugeriu Benge, que o desenvolvimento bibliotecário nos países em desenvolvimento haja sido grandemente condicionado pela imitação de modelos importados das nações industrializadas. E se deve acrescentar que, na época em que houve a maior parte dessa importação, a cooperação e a coordenação não haviam atingido a primazia hoje alcançada nos países desenvolvidos. Não é surpresa, por exemplo, verificar que, na primeira conferência geral da Unesco, realizada em 1946, foi tomada a decisão de estimular a promoção em todo o mundo de sistemas de bibliotecas públicas nos moldes do modelo anglo-saxão-escandinavo.[26] Campbell afirma que as bibliotecas públicas dos países em desenvolvimento seguiram os modelos de outros países e que é preciso realizar pesquisas que busquem as formas mais eficazes de atender aos requisitos locais.[23]

As bibliotecas públicas-piloto criadas em diferentes países, com apoio financeiro internacional ou recursos locais, foram planejadas para exibir para a população o conceito de uma biblioteca pública moderna orientada para o fornecimento de serviços a uma ampla variedade de usuários e que destacasse sua superioridade em relação a outras bibliotecas existentes, de modo que naturalmente se desenvolveu uma espécie de complexo de superioridade e isolamento. Não foram modelos que acentuassem a necessidade de uma abordagem sistêmica na organização dos serviços bibliotecários.[52]

Parker[87, 88] pôs em relevo as questões que envolvem a cooperação bibliotecária nos países em desenvolvimento. Suas conclusões mostram quão complexa é a organização do compartilhamento de recursos e a quantidade de fatores a serem levados em conta, a fim de romper o círculo vicioso que emperra os avanços rumo à cooperação. É claro que um objetivo básico de qualquer programa de compartilhamento de recursos deve ser o melhoramento dos serviços oferecidos aos usuários pelas bibliotecas envolvidas. Mas

> Um obstáculo fundamental à consecução desse objetivo, na maioria dos países em desenvolvimento, é, muito simplesmente, a falta de recursos. Os acervos das bibliotecas são muitas vezes inadequados para atender às necessidades dos usuários, e, mesmo quando são adequados, são com frequência subutilizados. A falta de pessoal qualificado impede o desenvolvimento adequado, seja das coleções de documentos,

> seja de programas de instrução de usuários, e, mesmo onde isso não constitui problema, os bibliotecários amiúde têm de lutar com recursos financeiros insuficientes, estruturas organizacionais pesadas e falta de apoio legislativo básico. A falta de recursos, longe de estimular o compartilhamento, muitas vezes produz o efeito oposto. Os bibliotecários não podem compartilhar aquilo que não possuem, e podem até sentir que, se muito pouco for compartilhado entre muitos, todos terminarão tendo menos do que tinham no começo.[88]

Em trabalho apresentado em seminário recente, Rydings afirmou que a escassez generalizada de recursos nas bibliotecas dos países em desenvolvimento torna sem sentido qualquer tentativa de compartilhá-los, pois bibliotecas onde os acervos são muito pequenos para atender às necessidades de seus próprios clientes não podem torná-los disponíveis para uma clientela maior.[100]

O tema da cooperação bibliotecária nos países em desenvolvimento tem sido de particular interesse para bibliotecários dos países desenvolvidos. Foi esmiuçado, numa dissertação de mestrado, por Bowden,[20] e o IFLA/Unesco Pre-Session Seminar for Librarians from Developing Countries, realizado em Antuérpia, em setembro de 1977, foi dedicado ao estudo do compartilhamento de recursos nesses países.[63]

A mera descrição das deficiências características da cooperação e da coordenação, bem como de outras áreas dos serviços bibliotecários, não basta para traçar uma análise detalhada da situação que leve à compreensão de suas causas e sua eliminação. Gelfand logrou compreender que a falta de coordenação das bibliotecas universitárias da América Latina tinha razões históricas que poderiam ser identificadas na maneira como o ensino superior evoluiu nesse continente, baseado em faculdades e institutos em grande parte autônomos, autossuficientes, situados em locais separados e "frequentemente muito distantes entre si, tanto física quanto socialmente". Para Gelfand, a formação de bibliotecas nas faculdades provavelmente contribuiu para o sentido de posse que demonstram sempre que se fala em coordenação e cooperação (p. 42).[46]

Na opinião de Parker, um sério obstáculo ao compartilhamento de recursos seria o comportamento não cooperativo dos próprios bibliotecários, talvez devido a rivalidades pessoais ou profissionais baseadas num "sentido de insegurança decorrente de ameaças, reais ou imaginárias, ao emprego ou *status*, que teriam a ver com a ideia de cooperação". Parker sugere ainda que esse comportamento pode ter origem em limitações financeiras que ameaçam a própria biblioteca e, por conseguinte, surgirão atitudes defensivas e a mentalidade de se sentir sitiado.[88]

Em certo sentido, os argumentos de Parker coincidem com a explicação oferecida há onze anos por Asheim, para quem:

> Onde as oportunidades são poucas, qualquer pessoa com qualificações e interesses semelhantes é, de modo muito mais premente, um rival potencial. Qualquer realização por parte de outro importa em risco para a posição de alguém na competição renhida pela conquista dos poucos empregos bons que existem. Onde tal situação predomina, considera-se simplesmente temerário e não admirável alguém subordinar seus próprios interesses a algum bem maior (p. 55).[11]

Para esse autor existe algo na organização social dos países em desenvolvimento em geral que dificulta a implantação de esforços cooperativos, que restringe certas realizações, como uma eficiente associação de bibliotecários, a ausência de catálogos coletivos, listas de periódicos, bibliografias nacionais e outras ferramentas que exigem uma ampla colaboração entre pessoas e instituições.

Existe um conceito, bastante difundido, segundo o qual os países em desenvolvimento podem lançar mão da experiência das nações desenvolvidas, a fim de evitar a repetição de erros e a perda de tempo 'reinventando a roda'. Estariam eles em posição de saltar certas etapas históricas de desenvolvimento e progredir num ritmo mais rápido do que o dos países desenvolvidos (ver, por exemplo, Munn).[86] No entanto, Rydings argumentou que os críticos oriundos dos países desenvolvidos talvez estejam esperando que os países em desenvolvimento corram antes de saberem andar, ao serem instados a implantar projetos de cooperação bibliotecária quando inexiste a necesária infraestrutura.[100]

Birdsall, comentando a abordagem de Asheim, identifica a situação por ele descrita com algumas características intrínsecas ao tipo de organização social primitiva que Tönnies denominou *Gemeinschaft* (comunidade).[16]

Se algumas das deficiências características das bibliotecas dos países em desenvolvimento, até aqui vistas, podem ser explicadas no âmbito do quadro restrito do modelo da biblioteconomia em determinados países, quer dizer, no nível da microbiblioteconomia, somente será possível compreender a existência ou não de obstáculos à coordenação e cooperação quando isso for examinado no quadro maior da estrutura da sociedade e das relações sociais predominantes na sociedade em geral. Assim, é no nível da macrobiblioteconomia que os bibliotecários dos países em desenvolvimento devem procurar descobrir seus caminhos para alcançar a necessária coordenação dos serviços bibliotecários

e a cooperação que atualmente fazem parte do conceito de bibliotecas orientadas para os usuários.

2.7 Remediadas e empobrecidas

Em países onde a disponibilidade de recursos financeiros para as bibliotecas é geralmente limitada, as bibliotecas especializadas normalmente contam com relativa abundância de recursos. Por outro lado, as bibliotecas públicas, como regra, batalham para manter sinais mínimos de vida vegetativa. Este é o quadro geral descrito na literatura.

Em 1959, Strickland observava que, na África, as bibliotecas universitárias e especializadas eram adequadas para atender à demanda e, em virtude de seus usuários serem pessoas que normalmente exerciam algum poder de autoridade, havia provisão de fundos para que se mantivessem em funcionamento. Não se pode exagerar a importância disso, pois, como disse Gunton,

> São tantas as bocas a clamar por qualquer centavo do tesouro nacional que as bibliotecas podem ser consideradas, na melhor das hipóteses, como desejáveis, mas inviáveis, e, na pior das hipóteses, algo não agendado para se desenvolver até que sejam decorridos 20 anos."[50]

Asheim disse que a primeira coisa que seria observada por um bibliotecário norte-americano num país em desenvolvimento seria a quase total ausência de bibliotecas públicas no sentido como essas instituições são compreendidas nos EUA. Haveria bibliotecas assim denominadas, mas não poderiam ser consideradas como tais, mas como salas públicas de estudo para estudantes que ali iriam ler seus próprios livros, ou pesquisadores a utilizar materiais raros ali existentes (p. 3-4).[11]

Bibliotecários ingleses observaram que em 1964 a situação das bibliotecas públicas nos países subdesenvolvidos da Commonwealth era extremamente ruim, havia uma falta generalizada de reconhecimento das funções das bibliotecas e os recursos que recebiam não eram suficientes para que pudessem realizar seu trabalho.[28, 56]

A limitação de recursos é o eterno problema das bibliotecas públicas nos países em desenvolvimento, segundo Dorothy Anderson:

> As bibliotecas públicas não são necessariamente uma alta prioridade mesmo quando sejam de fato mencionadas no plano de desenvolvimento de um país: sempre há outros esquemas mais compensadores e mais óbvios com os quais pareceria possível desenvolver a economia do país ou sua imagem no estrangeiro ou seus recursos

> naturais. As bibliotecas públicas deveriam ser vistas, nos termos que os planejadores da economia entendem, como um investimento para o crescimento: não hoje, mas dentro de 20 anos surgirá o custo–benefício.[4]

Para Gilmore a importância das bibliotecas nos países em desenvolvimento pode ser questionada, e em sua opinião pelo menos a biblioteca pública não tem ali grande papel a desempenhar. Nesses países as bibliotecas são tão elitistas, senão mais, quanto nos países desenvolvidos, em virtude de uma grande parcela da população ser analfabeta e assim permanecer.[47]

Asheim (p. 7) e Gilmore descreveram o oposto mais feliz das bibliotecas públicas miseráveis: as bibliotecas de pesquisa e as especializadas. Estas seguem muito de perto o padrão das bibliotecas especializadas encontradas em países desenvolvidos e, como integram o processo de desenvolvimento, contam em geral com recursos e pessoal suficientes.[11, 47]

Os contrastes entre bibliotecas especializadas e bibliotecas públicas também estarão presentes na situação dos bibliotecários que trabalham nos dois tipos de instituição, e os salários são em geral mais altos nas especializadas do que nas públicas. Isso, obviamente, irá afetar o ensino de biblioteconomia, pois, como Dean afirmou, existe uma tendência

> de as escolas [de biblioteconomia] dos países em desenvolvimento, conscientemente ou não, procurarem produzir um bibliotecário que esteja orientado especificamente para a satisfação das necessidades de bibliotecas da elite intelectual de seu país. Raramente é dada atenção suficiente às necessidades dos grupos socioeconômicos menos privilegiados, dos recém-alfabetizados, e assim por diante.[37]

O mesmo autor tentou produzir um tipo diferente de bibliotecário, mas ele sabia que seus esforços seriam em vão porque os melhores salários eram pagos por bibliotecas universitárias e especializadas.

O fracasso de algumas bibliotecas públicas dos países em desenvolvimento tem sido às vezes relacionado com a circunstância de que elas representavam tentativas de extrapolar para um meio social diferente o tipo de biblioteca pública que se desenvolveu no ambiente anglo-saxão.[42] No entanto, as bibliotecas especializadas bem-sucedidas que existem nos países em desenvolvimento são uma réplica muito mais exata das que se encontram nos países industrializados do que as bibliotecas públicas. Apesar disso têm encontrado apoio e na maioria dos casos oferecem serviços eficientes. Isso poderia ser explicado pelo fato de que as bibliotecas especializadas desempenham uma função que é reconhecida

pela sociedade em desenvolvimento: seus usuários tiveram que aprender a respeitar e utilizar a informação, e é por meio da literatura científica e técnica que estabelecem comunicação com seus pares dentro ou fora de seu país. Muitos estudaram em países desenvolvidos de onde levaram para suas terras a experiência com o uso de materiais bibliográficos. A função da biblioteca especializada é manifesta.

Quando a clientela potencial das bibliotecas públicas chega a compreender a função deste tipo de biblioteca, logo passa a utilizar os recursos disponíveis e pode até vir a sentir frustração se o serviço for interrompido. É improvável, contudo, que a estrutura triádica da função das bibliotecas públicas na sociedade seja totalmente apreendida. Em geral, dá-se ênfase ao papel educacional e os usuários não buscam a biblioteca para obter informação ou recreação. As bibliotecas públicas tendem a ser lugares apinhados de estudantes, do curso primário ao universitário. Eles compreendem esta função da biblioteca pública.

Essa preocupação com a função das bibliotecas públicas também tem estado presente na literatura que trata dos países desenvolvidos. Parece que, enquanto nas sociedades em desenvolvimento as bibliotecas públicas desempenham uma função mais importante na área educacional, nas sociedades industriais a proliferação de escolas e universidades provocou uma redução da função educativa da biblioteca pública.[117]

Os bibliotecários, a fim de obterem sucesso ao vender a ideia das bibliotecas públicas nos países em desenvolvimento, têm de enfrentar a crescente concorrência dos meios de comunicação de massa. Robinson observou que na Jamaica o bibliotecário de áreas rurais tem de se esforçar bastante para manter o público interessado na leitura depois do impacto do rádio e da televisão tanto educativos quanto recreativos.[99]

A enorme importância do papel educacional das bibliotecas públicas nos países em desenvolvimento foi observada por Benge que reconheceu que em alguns desses países esse tipo de biblioteca deveria ser instalado nas escolas, ao contrário de desenvolver um sistema de bibliotecas totalmente separado (p. 190).[13]

Em suma, as bibliotecas públicas do mundo inteiro terão de se adaptar às mudanças que ocorrem constantemente nas sociedades em geral. A própria permanência dos sistemas de bibliotecas públicas nos países desenvolvidos como instituições viáveis, os obstáculos que têm dificultado o desenvolvimento de outros sistemas de bibliotecas e os fatores que afetam a atividade de leitura são aspectos que ainda merecem ser investigados para que se possa compreendê-los totalmente.[24, 78]

O fato de as bibliotecas públicas nos países em desenvolvimento terem causado tanta depressão em observadores estrangeiros, que em muitos casos estavam com o olhar voltado para instituições que, supostamente, haviam sido criadas segundo o modelo oferecido pelas sociedades desenvolvidas, pode ser uma indicação de que nesses países é impossível copiar o tipo anglo-saxão de biblioteca pública. São transplantes que tendem a ser rejeitados pelo organismo hospedeiro.

Hutchings exprimiu com encantadora engenhosidade a percepção de que as bibliotecas públicas não devem ser réplicas padronizadas de um modelo ideal no mundo inteiro:

> Jamais na Malaia [hoje Malásia] senti a aterradora degradação humana de nossas [ao Reino Unido, refere-se o autor] favelas industriais, as cinzentas e monótonas ruas, as pessoas cinzentas e mal trajadas, algumas tentando com bizarra afetação parecer diferentes. Talvez as bibliotecas públicas possam trazer alguma luz para esses lugares escuros aqui em nossa terra, e assim contribuir em algo para a maior felicidade da maioria, mas vacilo diante das sugestões para a Malaia. De qualquer modo, as bibliotecas existem para a felicidade, ou seu objeto apropriado é perturbar? Não será essa ideia de que as bibliotecas contribuem para a felicidade algo que simplesmente acentua a consciência que temos de nossas vidas apáticas vividas em lugares apáticos e em climas depressivos?

E acrescentou:

> Naturalmente, as bibliotecas públicas se desenvolverão, de uma ou outra forma, nesses países de desenvolvimento recente. Gostaria, porém, de pensar nelas como uma evolução orgânica, associada ao aumento da alfabetização e uma cultura literária endêmica, mudando à medida que a população envelhece e se torna mais sofisticada, começando nas cidades e se espraiando segundo os ditames das circunstâncias e dos recursos.[62]

3 Da etiologia e da terapêutica

Nos capítulos anteriores foi feita uma tentativa de pôr em destaque as características mais marcantes descritas por observadores estrangeiros como típicas da biblioteconomia subdesenvolvida. Outros sintomas poderiam ter sido incluídos nesta revisão da literatura, como, por exemplo, os que afetam o ensino da biblioteconomia, a situação e o prestígio da profissão, a utilização da ajuda estrangeira, a inexpressiva produção intelectual dos bibliotecários nesses países, que está ligada à escassez de periódicos de biblioteconomia, etc.

O mero processo de arrolar sintomas seria inútil sem o processo adi-

cional de análise que levasse à identificação das causas dessa situação 'patológica' e, se possível, à terapêutica necessária para curar a doença.

Asheim, principalmente no segundo capítulo de seu livro (1966), aprofundou-se em alguns aspectos que considerava como fatores condicionantes presentes no sistema social e que explicariam as deficiências que ele apontara no primeiro capítulo. A tradição aristocrática e seus efeitos negativos no ideal da educação universal, deferência à idade, à autoridade e ao passado, características de *Gemeinschaft* dominantes nas relações sociais e na organização da família, e a intensificação desse complexo pelo colonialismo. Para Asheim, no entanto, o colonialismo não eliminou os aspectos negativos existentes antes de seu advento nas sociedades tradicionais, mas, antes, manteve e apoiou "as predisposições existentes na cultura" (p. 41)[11] e sua influência continuou mesmo depois da extinção oficial do colonialismo.

A importância do passado colonial não pode ser subestimada e não é fácil para os países em desenvolvimento apagar as marcas deixadas pelo colonialismo:

> Embora a geração atual se revolte contra as autoridades coloniais ou outras anteriores, ela vem de uma tradição que se curva à autoridade; embora haja derrubado o domínio político das potências coloniais, ainda vive sob a influência de seus símbolos, rituais e regras; por isso, a devoção a sistemas e rotinas antiquados, a cerimônias e protocolo, a modelos e exemplos que derivam do próprio sistema que eles imaginam estar repudiando (p. 43).[11]

Asheim, provavelmente, interpretou de modo equivocado o fato de que o processo de independência de uma metrópole colonial nem sempre implica a tomada do poder político, no país que se tornou independente, pelos grupos mais avançados da população. A descolonização política formal pode ser uma tarefa aparentemente simples, e outras formas menos evidentes de dominação podem ainda ser aplicadas não só pela antiga metrópole mas por uma nova potência. Grupos econômicos locais bem como indivíduos podem atuar como testas de ferro das potências neocoloniais. Sob o diáfano verniz da independência política o país permanece atado a interesses estrangeiros e transnacionais que possuem uma influência ampla e profunda nas sociedades em desenvolvimento.

O conceito de dependência descrito na seção 1.3 torna-se pertinente para nos oferecer uma abordagem menos subjetiva para a compreensão do processo de subdesenvolvimento e como ele influi no variado espectro da vida social nos países em desenvolvimento.

A fragilidade dessa abordagem e de outras similares está em que tendem a pressupor que a resistência à mudança por uma sociedade melhor está profundamente arraigada nas tradições que a sociedade como um todo preza. Não dão a devida atenção ao fato de que a falta de vontade de mudar pode ser aspiração de grupos minoritários das sociedades em desenvolvimento, e que esses segmentos são exatamente aqueles que detêm o poder e lutam pela manutenção de seus privilégios.

Se se aceitar que a causa do insuficiente desenvolvimento bibliotecário desses países depende da qualidade da educação, poder-se-ia suscitar uma outra questão: por que o sistema educacional é como é? E daí uma segunda questão: uma mudança formal no sistema educacional estimulará o desenvolvimento dos serviços bibliotecários?

Segundo Jackson, são duas as causas que levam ao fracasso dos países latino-americanos na superação da situação ruim dos serviços bibliotecários por meio de um plano nacional de desenvolvimento de bibliotecas: a) a impossibilidade de os bibliotecários convencerem os educadores e as autoridades incumbidas do planejamento nacional sobre o papel que as bibliotecas e centros de documentação devem desempenhar no atendimento das necessidades de informação em âmbito nacional; e b) a impossibilidade de bibliotecários e documentalistas coordenarem seus esforços. E acrescentava:

> Nos círculos profissionais, bibliotecários e documentalistas têm desperdiçado tempo e energia digladiando entre si por causa da terminologia ou discutindo por causa de regras catalográficas, quando deveriam estar cooperando para estudar a situação dos serviços bibliotecários e promover a criação de um plano nacional que ajudasse a todos eles .[66]

Assim, se os bibliotecários receberem instrução sobre como convencer as autoridades quanto à importância das bibliotecas e se esses bibliotecários firmarem uma trégua em suas querelas domésticas e partirem para trabalhar de modo cooperativo, estará superada a maioria das dificuldades e nascerá um caprichado sistema nacional de informação e bibliotecas. Não será isso um pouco ingênuo?

Quantos milhões de dólares foram gastos em ajuda ao desenvolvimento de bibliotecas nos países em desenvolvimento nos últimos trinta anos? Os resultados alcançados foram proporcionais ao dinheiro aplicado? Qual foi o papel benéfico que os consultores estrangeiros desempenharam na biblioteconomia dos países em desenvolvimento?

Há treze anos, Gardner queixava-se:

> Houve excessiva duplicação de esforços no campo das bibliotecas por parte de organizações do exterior — Unesco, Ford Foundation, plano Colombo, Asia Foundation, para citar apenas alguns. Se ao menos todas pudessem se unir e decidir sobre um projeto que fosse realizado até o fim. Muitas vezes hoje em dia um especialista é mandado ao exterior numa missão de curta duração. Como um arqueólogo, descobre uma estratificação de relatórios anteriores elaborados por outros especialistas sobre o mesmo assunto [...] A única coisa que mantém alguém longe do desespero nesse tipo de trabalho é que, de vez em quando, muito tempo depois que a missão foi esquecida, alguém lê uma carta, vê um item na literatura profissional, e se dá conta de que alguém ressuscitou seu relatório, limpou-lhe a poeira e dele implementou partes, talvez numa forma nova e modificada. A semente começou a germinar. Mas, nesse passo, decorrerá um longo tempo até que se produza uma colheita.[44]

4 Conclusões

O estudo da amostra anterior de relatos e opiniões sobre bibliotecas e biblioteconomia nos países em desenvolvimento indica que, em geral, seus autores não superaram o primeiro nível de descrições impressionistas. As comparações, quando feitas, careciam do emprego de metodologia apropriada e frequentemente implicavam um julgamento de valor. O modelo e a situação típica foram os que predominam nas sociedades industrializadas. A maioria dos relatos é marcada pelos efeitos do chamado choque cultural e os preconceitos sobre os quais cada autor baseia sua concepção do mundo.

As generalizações excessivas são uma característica da maioria dos trabalhos aqui examinados. Às vezes, os autores extrapolam para um grupo de países ou para todo o Terceiro Mundo sua limitada experiência pessoal num país em desenvolvimento. O resultado é enganador, devido às variações que existem entre esses países na esfera da vida social e cultural, da história, tradições e costumes, etc. As premissas podem ser verdadeiras, mas a conclusão é falsa. É comum constatar que as conclusões podem ser verdadeiras, mas as premissas são falsas ou não são percebidas. Apresenta-se ao leitor um conjunto de conclusões, e ele tem que acreditar nelas com base no simples prestígio da palavra impressa ou da preeminência do autor.

Além das generalizações que abrangem todo o grupo de países em desenvolvimento, também se encontram generalizações sobre um país. Essas generalizações nada teriam de errado se pudessem resistir à prova do tempo e proporcionassem um referencial teórico que servisse para a identificação de causas e o estabelecimento de correlações entre situações de diferentes países que se encontrassem em níveis diversos ou semelhantes de desenvolvimento.

De certa forma, parece que os trabalhos que procuraram abranger toda a gama de países em desenvolvimento foram escritos prematuramente. Em geral, não levaram em conta estudos sobre países tomados individualmente que estivessem disponíveis na época. Estudos comparativos em que fossem adotados os métodos apropriados teriam lançado mão da contribuição desses relatos e da experiência pessoal de cada autor. Mesmo, porém, quando esta experiência pessoal fosse suficientemente representativa, o autor deveria mencionar claramente os países que tinha em mente ao inferir suas conclusões. O resultado final seria um 'padrão compreensível' que proporcionaria maior compreensão não só da situação das bibliotecas, mas também do mundo que nos cerca; deveriam ser encetados esforços para evitar a compilação de amontoados de casos carentes de significado.[41]

A leitura desses materiais dá a impressão de que os autores, embora interessados nas bibliotecas em certo meio social, isto é, o mundo em desenvolvimento, não perceberam, em geral, que existe uma relação de causa e efeito entre subdesenvolvimento e a oferta de serviços bibliotecários. Além disso, não conseguiram perceber o complexo de relações socioeconômicas que ligam países desenvolvidos a países em desenvolvimento e que inevitavelmente se farão refletir na situação das bibliotecas de ambos os lados. Isso não quer dizer que cada uma das deficiências características da biblioteconomia num país em desenvolvimento esteja diretamente associada a uma causa cujas raízes estejam num país industrializado. As coisas não são tão simples assim.

Os autores não procuraram examinar as características de outras instituições dos países em desenvolvimento e compará-las com as bibliotecas. Eventualmente, devido às relações óbvias, escolas e universidades foram levadas em consideração do ponto de vista da leitura e do uso dos livros. Mas por que não procuraram examinar o grau de eficiência de outras instituições, como hospitais, o serviço público, as prisões, as empresas, etc.? Se tivessem lançado o olhar de modo mais amplo, teriam conseguido verificar que as bibliotecas são apenas um dentre inúmeros exemplos de disfunção da estrutura social. A especificidade do processo de subdesenvolvimento implica certas normas de funcionamento das instituições e de comportamento humano que permeiam toda a sociedade.

Em séculos passados, relatos interessantes e confiáveis foram publicados por naturalistas estrangeiros, principalmente sobre a África e as Américas. Esses relatos de viagens permanecem válidos no que concerne à descrição da flora e da fauna das regiões visitadas, com exceção dos

ocasionais e justificáveis equívocos causados pelas limitações, na época, do conhecimento e do instrumental científico. No entanto, quando esses naturalistas tentavam interpretar uma situação social, além de descrevê-la, normalmente não conseguiam evitar que aplicassem seus padrões culturais a uma situação que exigia que fosse examinada de um ponto de vista contrário. O observador teria de colocar de lado seus conceitos sobre certo e errado, bom e mau, feio e bonito. Somente com o advento dos modernos métodos de pesquisa sociológica e antropológica tornou-se possível para o observador estrangeiro oferecer uma contribuição sistemática para a compreensão das culturas exóticas.

Para que o observador estrangeiro compreenda uma cultura diferente da sua tem de assumir a mesma posição dos nativos, pois deve adquirir uma percepção desse mundo que parta de dentro dele. Infelizmente, muitos bibliotecários estrangeiros que visitam um país em desenvolvimento não conseguem deixar de se comportar como os visitantes de um jardim zoológico povoado por animais fantásticos. E esses animais ou causam admiração ou repulsa. Em último caso, mereceriam ser dissecados e empalhados para que fossem observados com mais segurança.

No que tange à situação das bibliotecas, deve-se levar em conta um complicador adicional. Os especialistas estrangeiros nem sempre estão simplesmente descrevendo ou interpretando uma dada realidade. Talvez estejam tentando mudar essa realidade por meio de recomendações e sugestões que, amiúde, são imitações servis dos modelos com que estão acostumados. Se o modelo não funcionar, a culpa será do contexto diferente. Outro ser mitológico entra em cena, além de Sísifo e do Minotauro: Procusto.

Uma pesquisa que bibliotecários de um país em desenvolvimento poderiam fazer trataria das distorções e obstáculos ao desenvolvimento bibliotecário causados pela importação de modelos e técnicas, muitas vezes em decorrência da presença de consultores nesse país. Isso não implica que esse tipo de pesquisa deixasse de considerar o papel positivo de especialistas estrangeiros no desenvolvimento bibliotecário local.

Talvez haja uma contribuição positiva na análise feita pelo observador estrangeiro imbuído de uma preocupação autêntica em compreender e ajudar. Sua atitude independente, sua maior experiência e seu domínio de novas técnicas e métodos de pesquisa podem ter consequências benéficas para determinado país. Conhecem-se exemplos do papel positivo desempenhado no estabelecimento de serviços bibliotecários, em condições de enormes dificuldades, por muitos consultores e também por

bibliotecários que emigraram para outro país. Politicamente, a opinião de um especialista estrangeiro pode ter um impacto maior do que a de um bibliotecário nativo, fato este que revela uma espécie de complexo de inferioridade típico da situação do subdesenvolvimento.

O que se está discutindo não é o evidente papel positivo do bibliotecário estrangeiro que trabalha num país em desenvolvimento, mas a maneira como ele descreve e interpreta sua atividade nesse país. Para tal fim, o que importa não é a aparência externa do desempenho de determinada tarefa, mas a racionalização que ele faz das condições circundantes que tenham uma relação com a oferta de serviços bibliotecários e como o bibliotecário nativo ou seu substituto tenta realizar tarefa semelhante.

As confissões de um bibliotecário estrangeiro num país em desenvolvimento são importantes não apenas para que compreendamos a maneira como ele nos vê, mas também porque elas contribuirão para a construção do sistema de opiniões e estereótipos predominantes nos países industrializados acerca de situação da biblioteconomia nos países em desenvolvimento em geral. Ademais, em toda crítica vinda de um observador estrangeiro está implícito um desafio, e os bibliotecários locais podem adquirir maior consciência de uma dada situação e responder ao desafio ao tomarem em suas mãos a total responsabilidade pelo desenvolvimento dos serviços bibliotecários locais.

Não existe uma coincidência homogênea de opiniões na literatura sobre países em desenvolvimento, principalmente em trabalhos recentes que mostram uma certa preocupação com o estudo de causas e uma espécie de autocrítica quanto ao papel desempenhado por consultores estrangeiros. Não é raro ler trabalhos que questionam o chamado 'imperialismo cultural' na biblioteconomia e o crescente reconhecimento da contribuição positiva que alguns bibliotecários de países em desenvolvimento trouxeram não só para promover o desenvolvimento bibliotecário nesses países, mas também para enriquecer o acervo universal de conhecimentos da biblioteconomia.

A contribuição da biblioteconomia comparada para tornar algumas questões menos obscuras e dissipar preconceitos e atitudes irracionais não pode ser subestimada. Somente com o emprego de métodos de pesquisa confiáveis, como os que atualmente estão sendo aplicados em pesquisas de biblioteconomia comparada, é que conseguiremos superar os relatos impressionistas que têm sido tão comuns neste campo.

Será preciso realizar pesquisas sobre a estrutura dos serviços bibliotecários de países tomados isoladamente, antes que se comece qualquer

tentativa de abarcar todo o mundo em desenvolvimento. A colaboração de bibliotecários nacionais e estrangeiros na realização desses estudos sobre países vistos isoladamente provavelmente resultará em trabalhos onde tanto a visão e experiência externas quanto o toque local de pertinência e exatidão se darão as mãos para obter o melhor dos dois mundos.

Um ponto importante que foi levantado recentemente é a própria relevância nos países em desenvolvimento dos serviços bibliotecários e de informação da forma como foram estruturados pelo e para o mundo industrializado. Isso suscita uma questão fundamental: até onde é viável uma estrutura de bibliotecas no quadro das limitações econômicas e sociais do subdesenvolvimento? Está implícita aqui a questão que indaga se os serviços bibliotecários têm prioridade e relevância em países onde a grande maioria da população faz pressão para que lhe sejam atendidas outras necessidades básicas.

Toda a questão da oferta de serviços de bibliotecas e informação nos países em desenvolvimento e as diferentes formas que podem assumir em distintas realidades sociais, econômicas e culturais adquire maior magnitude em face das tendências recentes de internacionalização dos métodos e técnicas no campo das bibliotecas e da informação, bem como a utilização crescente de tecnologia avançada. Será o mundo em desenvolvimento capaz de conciliar o 'bibliotecário descalço'[116] com o 'bibliotecário robô' ?

Independentemente de como essa e outras questões similares possam ser vistas pelo observador estrangeiro, ainda permanece uma última verdade: constitui responsabilidade exclusiva da comunidade de usuários dos países em desenvolvimento decidir sobre qual o tipo de serviços a que almejam, segundo suas necessidades e recursos. É responsabilidade exclusiva dos bibliotecários do mundo em desenvolvimento utilizar da melhor forma possível suas aptidões e seu conhecimento para chegar a um acordo com relação às necessidades dos usuários, dentro das limitações, restrições e potencialidades de suas respectivas sociedades.

Referências

1. Altbach, P.G. Publishing in developing countries. *International Social Science Journal*, v. 26, n. 3, p. 458-473, 1974.
2. ———. Literary colonialism: books in the Third World. In: ——; McVey, S. (ed.) *Perspectives on publishing*. Lexington: Lexington Books, 1976, p. 83-101.
3. ———. Publishing and the intellectual system. In: ——; McVey, S., ed. *Perspectives on publishing*. Lexington: Lexington Books, 1976, p. 3-15.
4. Anderson, D. The public library and its readers: a comparison of the aims and ob-

jectives of the public library in developed and developing countries. *International Library Review*, v. 4, n. 4, p. 433-442, 1972.
5. Anderson, M. Library and information services: components in planning for national development. In: Shera, J.H. *Introduction to library science: basic elements of library service*. Littleton, co: Libraries Unlimited, 1976, p. 158-195.
6. Arensberg, C.M.; Niehoff, A.H. *Introducing social change: a manual for American overseas*. Chicago: Aldine, 1964. 229 p.
7. Arntz, H. The role of documentation in developing countries. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 25, n. 1, p. 12-17, 1971.
8. ———; Brugghen, W. van der. Needs of developing countries in documentation. In: Handling of nuclear information. Proceedings of the Symposium on the Handling of Nuclear Information organized by the International Atomic Energy Agency, and held in Vienna, 16-20 February, 1970. Vienna: International Atomic Energy Agency, 1970, p. 429-434.
9. Arrighi, G.; Saul, J.S. Socialism and economic development in tropical Africa. *Journal of Modern African Studies*, v. 6, n. 2, p. 141-169, 1968. Excertos reimpressos em: Bernstein, H., ed. *Underdevelopment and development: the Third World today*. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 284-297.
10. Asheim, L. University libraries in developing countries. *ala Bulletin*, v. 59, n. 9, p. 795-802, 1965.
11. ———. *Librarianship in the developing countries*. Urbana, il: University of Illinois Press, 1966. 95 p. (Phineas L. Windsor series in librarianship)
12. Benge, R.C. An expatriate in an emergent country. *Library Association Record*, v. 63, n. 10, p. 331-333, 1961.
13. ———. *Libraries and cultural change*. London: Clive Bingley, 1970. 278 p.
14. Berninghausen, D.K. The American library consultant overseas. *International Library Review*, v. 1, n. 1, p. 97-105, 1969.
15. Bernstein, H. Introduction: development and the social sciences. In: ——(ed.) *Underdevelopment and development: the Third World today*. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 13-30.
16. Birdsall, W.F. Social change and library development. In: Williamson, W.L. (ed.) *Assistance to libraries in developing nations; papers on comparative studies.* Madison, wi: University of Wisconsin Library School, 1971, p. 15-22.
17. Bixler, P. *The Mexican library*. Metuchen, nj: Scarecrow Press, 1969. 129 p.
18. Bonny, N.V. Notes on library development. *Library Association Record*, v. 67, n. 9, p. 293-296, 1965.
19. Borchardt, D.H. Library services in underdeveloped areas. *Journal of Education for Librarianship*, v. 9, n. 2, p. 123-137, 1968.
20. Bowden, R. *A survey of the opportunities for regional cooperation in library services in developing countries*. Loughborough University of Technology, Department of Library and Information Studies, 1974. 75 p. (Master's dissertation)
21. Brewster, B.J. *American overseas library technical assistance, 1940–1970*. Metuchen, nj: Scarecrow Press, 1976. 434 p.
22. Burston, G. National libraries: an analysis. *International Library Review*, v. 5, p. 183-194, 1973.
23. Campbell, H.C. Metropolitan public library research in developing countries. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 27, n. 1, p. 18-21, 1973.

24. ———. *Public libraries in the urban metropolitan setting*. London: Clive Bingley, 1973. 298 p.
25. Carnovsky, L. The foreign student in the American library school. i. *The Library Quarterly*, v. 43, n. 2, p. 103-125, 1973.
26. Carter, E.J. Historical studies in documentation. Theodore Besterman: a personal memoir. *Journal of Documentation*, v. 33, n. 1, p. 79-87, 1977.
27. Cave, R. The Library Association... of the United Kingdom? *Library World*, v. 62, n. 724, p. 91-93, 1960.
28. ———. A plan for Commonwealth library development. *Library Association Record*, v. 66, n. 2, p. 53-56, 81, 1964.
29. Chantal, J. de. Co-opération internationale: donner ou recevoir? *Canadian Library*, v. 22, n. 3, p. 141-145, 1965.
30. Choi, M.-H. Role of books in developing Korea. In: Books and national development. Seminar report. April 27-29, 1968, Academy House. Seoul: Korean Publishers Association, 1968, p. 13-18. (eric report ed 038 145)
31. Cipolla, C.M. *Literacy and development in the West*. Harmondsworth: Penguin, 1969. 143 p.
32. Cohen, R.; Shanin, T.; Sorj, B. The sociology of 'developing societies': problems of teaching and definition. *The Sociological Review*, v. 25, n. 2, p. 351-375, 1977.
33. Cunha, C.F. Depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as atuais condições em que se encontra a Biblioteca Nacional e se está atendendo às finalidades que inspiraram a sua criação. Avulso publicado no *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 8 abril 1967. Suplemento ao n. 32, p. 5.
34. Davinson, D. *Bibliographic control*. London: Clive Bingley, 1975. 124 p.
35. Dean, J. [Recensão do livro de Lester Asheim *Librarianship in the developing countries*.] *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 22, n. 2, p. 90-92, 1968.
36. ———. *Planning library education programmes; a study of the problems involved in the management and operation of library schools in the developing countries*. London: Andre Deutsch, 1972. 137 p.
37. ———. Library education and curriculum prob!ems in the developing countries. In: Parr, E.A.; Wainwright, E.J. (ed.) Curriculum design in librarianship, an international approach. Proceedings of the Colloquium on Education for Librarianship held at the Western Australia Institute of Technology, August 28–30,1973. Perth: Wait Aid, 1974, p. 89-98.
38. Downs, R.B. Library problems of emerging nations. *Law Library Journal*, v. 57, p. 377-382, 1964.
39. Escarpit, R. Littérature et développement. In: ——— (ed.) *Le littéraire et le social: éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris: Flammarion, 1970, p. 245-257.
40. Finsterbusch, K. Recent rank ordering of nations in terms of level and rate of development. *Studies in Comparative and International Development*, v. 8, n. 1, p. 52-70, 1973.
41. Foskett, D.J. (ed.) *Reader in comparative librarianship*. Englewood: Information Handling Press, 1977. 333 p.
42. Francis, F.C. Library. In: New Encyclopaedia Britannica (Macropaedia). v. 10, 1975, p. 866.
43. Furtado, C. Elements of a theory of underdevelopment – the underdeveloped structures. Excerto do capítulo 4 do livro *Development and underdevelopment*.

University of California Press, 1964, p. 127-140. In: Bernstein, H. (ed.) *Underdevelopment and development: the Third World today.* Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 33-43.
44. Gardner, F.M. The place of the library in the educational, sociological and economic development of the underdeveloped countries. In: Baumfield, B.H. (ed.) *Librarianship overseas*. London: Library Association, 1964, p.9-18.
45. Gardner, G. *Travels in the interior of Brazil, principally through the Northern provinces, and the gold and diamond districts, during the years 1836–1841*. London: Reeve, 1846. 562 p. (Reimpressão: New York: ams Press, 1970)
46. Gelfand, M.A. *University libraries for developing countries.* Paris: Unesco, 1968. 157 p. (Unesco manuaIs for libraries, 14)
47. Gilmore, K. Developed and developing countries, an evolutionary process? In: Martin, W.J. (ed.) *Library services to the disadvantaged*. London: Clive Bingley, 1975, p.176-185.
48. Goody, J.; Watt, I. Literate culture: some general considerations. In: Musgrave, P.W., ed. *Sociology, history and education: a reader*. London: Methuen, 1970, p. 75-86.
49. Gonod, P.; Beverly, J. Constraints on the international flow of information in Latin America. *Proceedings of the American Society for Information Science*, v. 9, p. 219-228, 1972.
50. Gunton, D.H. A library in the tropics: a history and a blueprint. *Library Association Record*, v. 63, n. 5, p. 149-154, 1961.
51. ———. A library programme for the newer Commonwealth countries. *Library Association Record*, v. 64, n. 10, p. 382-386, 1962.
52. Hafenrichter, J.L. Library development in developing countries: a systemic approach. *Libraries in International Development*, n. 43, p. 1-2, 1972.
53. Hanke, L. Is cooperation with Latin American libraries possible? ala *Bulletin*, v. 35, p. 665-669, 709, 1941.
54. Harrison, K.C. The importance and relevance of librarianship for developing countries in the Commonwealth; text of a Commonwealth Foundation lecture. *Commonwealth Foundation Occasional Paper*, n. 33, p. 15-26, 1975.
55. Harrod, L.M. British librarianship overseas. *Library Association Record*, v. 62, n. 12, p. 407-409, 1960.
56. ———. Introduction. In: Baumfield, B.H. (ed.) *Librarianship overseas*. London: Library Association, 1964, p. 6-8.
57. Hilton, R. *The scientific institutions of Latin America with special reference to their organization and information facilities*. Stanford: California Institute of International Studies, 1970. 748 p.
58. Hodder, B.W. *Economic development in the tropics*. 2.ed. London: Methuen, 1973. 263 p. (University paperbacks, 236)
59. Holloway, M.F. Patterns of library service in the Middle East. *Library Trends*, v. 8, n. 2, p. 192-208, 1959.
60. Hoogvelt, A.M.M. *The sociology of developing societies*. London: Macmillan, 1976. 202 p .
61. Horrocks, N. The u.s. in world librarianship. *Library Journal*, v. 101, n. 1, p. 221-223, 1976.
62. Hutchings, F.G.B. Presidential address. *Library Association Record*, v. 69, n. 6, p. 185-190, 1967.

63. IFLA/UNESCO Pre-Session Seminar for Librarians from Developing Countries. August 30–September 4, 1977. Antwerp University Library. Papers. Parts I and II.
64. ISENBERG, A. Toward better book distribution in Asian countries. *Indian Book Industry*, Aug./Sept., 1970, p. 35-55. Citado por ALTBACH, P.G. Publishing in a transitional society: the case of India. In: ALTBACH, P.G.; MCVEY, S. (ed.) *Perspectives on publishing*. Lexington: Lexington Books, 1976, p. 141-155.
65. JACKSON, W.V. *Aspects of librarianship in Latin America*. Champaign, IL: Illini Union Bookstore, 1962. 119 p.
66. ———. Planning library development in Latin America. *Journal of Library History*, v. 8, p. 78-85, 1973.
67. JOHNSON, D.C. Bibliographical controls and some other indicators of the status of librarianship in Ceylon and Pakistan, an essay in comparative librarianship. In: WILLIAMSON, W.L. (ed.) *A search for new insights in librarianship; a day of comparative studies*. Madison: University of Wisconsin Library School, 1976, p. 16-39.
68. KATZ, C.S. Procurando aprender. *Opinião*, Rio de Janeiro, n. 204, 1 out. 1976, p. 22.
69. KUMAR, K. *Research libraries in developing countries*. Delhi: Vikas Publishing House, 1973. 464 p.
70. LACY, D. The rôle of American books abroad. *Foreign Affairs*, v. 34, n. 3, p. 405-417, 1956.
71. ———. The library in the underdeveloped countries. *Catholic Library World*, v. 38, p. 229-237, 1966.
72. LANCOUR, H. The library in underdeveloped lands. In: ENCYCLOPEDIA Americana. New York: Americana Corp., 1965, v. 17, p. 370-372.
73. LÁZÁR, P.; BALAZS, S. National information systems of developing countries. In: INTERNATIONAL FORUM ON INFORMATICS. Moscow: All-Union Institute for Scientific and Technical Information, 1969, v. 1, p. 388-409.
74. LENGYEL, P. *Approaches to the science of socio-economic development*. Paris: Unesco, 1971. 383 p. Chapter 1: Concepts, definitions and classifications.
75. LERNER, D. *The passing of traditional society: modernizing the Middle East*. New York: Free Press of Glencoe, 1958. 466 p.
76. LOHRER, A. School libraries in Iran and the Near East. *ALA Bulletin*, v. 63, n. 9, p. 1284-1289, 1969.
77. MCCARTHY, C. Colonial cataloguing. *New Library World*, v. 76, p. 55-56, 1975.
78. MCCLELLAN, A.W. Reading: the other side of the equation. *Journal of Librarianship*, v. 9, n. 1, p. 38-48, 1977.
79. MANN, I. *Culture, race, climate and eye disease: an introduction to the study of geographical ophthalmology*. Springfield: Charles C Thomas, 1966. 580 p.
80. MENGSTEAB, A. Information needs. (A contribution with a specific application to Ethiopia.) In: FID/DC Committee for Developing Countries. Organization of information services in less industrialized countries: seminar. Budapest, 31 August-12 September 1972. 3 p.
81. MENOU, M.J. Specific cost-benefit aspects in the design of information systems in less developed countries. *Proceedings of the American Society for Information Scienc*e, v. 10, p. 145-146, 1973.
82. ———. Quelques remarques sur l'élaboration et l'utilisation des langages d'indexation dans les pays en voie de développement. *Documentaliste*, v. 10, n. 3, p. 127-131, 1973.
83. MILLIKAN, M.F.; BLACKMER, D.L.M. (ed.) *The emerging nations: their growth and United States policy.* London: Asia Publishing House, 1962. 168 p.

84. Moraes, R.B. Relatório do Diretor da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde, relativo ao exercício de 1946. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 2, p. 203-231, 1974.
85. Moravcsik, M.J.; Ziman, J.M. Paradisia and Dominatia: science and the developing world. *Foreign Affairs*, v. 53, n. 4, p. 699-724, 1975.
86. Munn, R.F. The use of modern technology in the improvement of information resources in developing countries. *International Library Review*, v. 3, n. 1, p. 9-13, 1971.
87. Parker, J.S. Regional co-operation in library services: an opportunity for developing countries. *IFLA Journal*, v. 2, n. 1, p. 1-33, 1976.
88. ———. Library resource sharing in developing countries: objectives and obstacles. In: IFLA/UNESCO Pre-Session Seminar for Librarians from Developing Countries. Antwerp University Library, August 30- September 4, 1977. Papers. Part I, 11 p.
89. Penna, C.V.; Foskett, D.J.; Sewell, P.H. (ed.) *National library and information services: a handbook for planners*. London: Butterworths, 1977. 227 p.
90. Perry-Widstrand, R. Library services – for whom? In: Wallenius, A.-B. (ed.) *Libraries in East Africa*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies, 1971, p. 9-19.
91. Plumbe, W.J. Introduction. *Library Trends*, v. 8, n. 2, p. 125-129, 1959.
92. ———. British librarianship overseas. *Library Association Record*, v. 62, n. 9, p. 272-274, 1960.
93. Redmond, D.A. Small technical libraries. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 18, n. 2, p. 49-79, 1964.
94. Reynolds, C.F. Medical libraries in developing countries. *International Library Review*, v. 1, n. 4, p. 423-429, 1969.
95. Richnell, D.T.; Nelson, H. Libraries in the People's Republic of China: a report of a visit, June 1976. *Journal of Librarianship*, v. 9, n. 1, p. 1-16, 1977.
96. Riggs, F.W. Agraria and industria – toward a typology of comparative administration. In: Siffin, W.J. (ed.) *Toward the comparative study of public administration*. Indiana University, 1957, p. 23-110. Citado por Prestus, R.V. Behavior and bureaucracy in many cultures. *Public Administration Review*, v. 19, n. 1, p. 25-35, Winter 1959.
97. ———. *Administration in developing countries, the theory of the prismatic society*. Boston: Houghton Mifflin, 1964. Citado por Hoogvelt (1976).
98. Robine, N. La lecture. In: Escarpit, R. (ed.) *Le littéraire et le social; éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris: Flammarion, 1970, p. 221-244.
99. Robinson, J.L. Rural library development in Jamaica. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 27, n. 4, p. 213-218, 1973.
100. Rydings, H.A. Co-operative acquisition for libraries of developing countries: panacea or placebo? In: IFLA/UNESCO Pre-Session Seminar for Librarians from Developing Countries. Antwerp University Library, August 30-September 4, 1977. Papers. Part 1,10 p. (Preprint 6)
101. Salvan, P. A library education policy for the developing countries. The views of Miss Paule Salvan. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 22, n. 4, p. 177-182, 1969.
102. Santos, T. *La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*. Santiago: Siglo 21, 1969. Reimpresso como 'The crisis of development theory and the problem of dependence in Latin America' in: Bernstein, H. (ed.) *Underdevelopment and development: the Third World today*. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 57-80.

103. Siddique, A.B. Subscribing to foreign journals in Bangladesh. In: IFLA/UNESCO Pre-Session Seminar for Librarians from Developing Countries. Antwerp University Library, August-30-September 4, 1977. Papers. Part 1, 7 p. (Preprint 26)
104. Sinclair, M.P. A typology of library cooperatives. *Special Libraries*, v. 64, n. 4, p. 181-186, 1973.
105. Smith, Jr., D.C. The bright promise of publishing in developing countries. In: Altbach, P.G.; McVey, S. (ed.) *Perspectives on publishing*. Lexington: Lexington Books, 1976, p. 117-128.
106. Stavenhagen, R. Changing functions of the community in underdeveloped countries. *Sociologica Ruralis*, v. 4, p. 315-331, 1964. Reimpresso em: Bernstein, H. (ed.) *Underdevelopment and development: the Third World today*. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 83-96.
107. Strickland, J.T. Patterns of library service in Africa. *Library Trends*, v. 8, n. 2, p. 163-191, 1959.
108. Thompson, L.S. Awakening library consciousness in the Middle East. *The Library Quarterly*, v. 24, p. 154-168, 1954.
109. Unesco. *Statistical yearbook*. Paris, 1974.
110. ———. 29 least developed countries. *IFLA Journal*, v. 2, n. 2, p. 130, 1976.
111. Vann, S.K. Citado por Berninghausen, D.K. (1969).
112. Veenstra, J.G.; Restrepo, H. The acquisition of library materials from the U.S.A. and Canada. In: Seminar on the Acquisition of Latin American Library Materials, 16. Puebla, 1971. *Final report and working papers*. Washington: Organization of American States, 1973, v. 2, p. 115-133. (Reuniones bibliotecológicas, 23)
113. Wallerstein, I. The state and social transformation: will and possibility. *Politics and Society*, v. 1, p. 359-364, 1971. Reimpresso em: Bernstein, H. (ed.) *Underdevelopment and development: the Third World today*. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 277-283.
114. Wellisch, H. Linguistic and semantic problems in the use of EngIish-language information services in non-English speaking countries; or, how to install an elevator in the tower of Babel. *International Library Review*, v. 5, p. 147-162, 1973.
115. Whitten, Jr., B.; Minder, T. Education for librarianship in developing nations: the Hacettepe experience. *Journal of Education for Librarianship*, v. 14, n. 4, p. 220-233, 1974.
116. Wijasuriya, D.E.K.; Huck-Tee, L.; Nadarajah, R. *The barefoot librarian: library developments in Southeast Asia with special reference to Malaysia*. London: Clive Bingley, 1975. 120 p.
117. Worsley, P. Libraries and mass culture. *Library Association Record*, v. 69, p. 259-267, 270, 1967.
118. Xuereb, P. National libraries in developing countries. In: Lock, R.N. (ed.) *Manual of library economy: a conspectus of professional librarianship for students and practitioners*. London: Clive Bingley, 1977, p. 47-60.
119. Yayoshi, M. [A problem in library services to young adults.] (Em japonês.) *Tosh. kan-Kai*, v. 27, n. 2, p. 31-36, 1975. Resumo em: *Library and Information Science Abstracts* 76/208.

8

Necessidades educacionais da administração de bibliotecas

Escrever sobre a formação acadêmica para a administração de bibliotecas é escrever sobre a formação em biblioteconomia em geral, pois as técnicas gerenciais têm implicações em todos os aspectos da prestação de serviços de leitura e informação. A administração deve desempenhar um papel principal na biblioteconomia contemporânea, pois a profissão deve ajustar-se a um mundo sobrecarregado de problemas financeiros, conflitos sociais e a busca por uma nova identidade social. Precisamos ter consciência de que

> o administrador bem-sucedido de uma biblioteca ou centro de informação é aquele que se aproxima de seus usuários e os compreende, que dá mais importância a eles do que ao seu sistema, que conhece os custos de seu serviço, que conta com um quadro de pessoal com diferentes níveis de capacitação e mantém um programa permanente de relações públicas. Podemos começar a resolver nossos problemas de processamento da informação assim que reconhecermos que temos de solucionar um problema de administração.[1]

Passado mais de um século desde a fundação da primeira biblioteca pública, em Salvador,[2] a profissão amadureceu, o número de cursos aumentou e surgiu uma crise tanto no campo de operações do bibliotecário quanto no domínio do ensino de biblioteconomia. Essa crise chegou ao ponto de terem se tornado uma constante os relatos ácidos sobre as deficiências da profissão, que vão desde a diatribe ridícula de um jornalista[3] até análises sérias e construtivas por parte de bibliotecários estrangeiros[4, 5] e alguns questionamentos por parte de bibliotecários locais.[6, 7]

Em resumo, são os seguintes os principais problemas que têm sido considerados característicos da situação da biblioteconomia no Brasil:

1. Carência permanente de recursos financeiros que assegurem um fornecimento contínuo de novos materiais de leitura, principalmente nas bibliotecas públicas e escolares e até mesmo, ocasionalmente, em bibliotecas universitárias e especializadas.

~ Traduzido, com modificações, de "Educational needs for library management in a developing country", *Studies in Library Management*, v. 4, p. 13-25, 1977.

2. Consequência dessas limitações econômicas, a tendência a manter sob rígido controle as coleções das bibliotecas, sem livre acesso do público às estantes, mesmo em algumas bibliotecas especializadas.

3. Cooperação insignificante entre bibliotecas e bibliotecários.

4. Atraso cada vez maior na catalogação. Em 1971, havia 3 304 680 volumes não catalogados nos diferentes tipos de bibliotecas, o que correspondia a quase 30% do total de materiais catalogados.

5. Preocupação irresistível com minúcias na catalogação dos materiais.

6. Desperdício de recursos, quando existem, devido à desatenção com procedimentos administrativos básicos.

7. Não aceitação da colaboração que profissionais de outras áreas podem dar para a solução de problemas da biblioteca e a consequente incapacidade de trabalhar em equipe e fazer pesquisas interdisciplinares.

8. Concentração dos bibliotecários qualificados em tarefas rotineiras que poderiam ser executadas com igual zelo e a um custo menor por pessoal auxiliar ou paraprofissionais.

9. Inclinação a se deixar seduzir por qualquer novidade tecnológica, seja uma máquina de escrever elétrica, uma copiadora ou a vaca sagrada do computador.

10. Os bibliotecários estão sempre dispostos a cantar loas à cooperação, ao compartilhamento de recursos e à integração de serviços, desde que 'suas' bibliotecas não tenham de abrir mão de sua autonomia e da consequente liberdade de eles continuarem como dirigentes intocáveis de seus domínios autônomos.

A necessidade de mudança

O objetivo deste trabalho é tratar dos efeitos que mudanças no ensino de técnicas administrativas a estudantes de biblioteconomia poderiam trazer para a situação rapidamente esboçada nos itens acima.

As considerações e observações que se seguem somente podem ser generalizadas para o caso do Brasil: o maior país em desenvolvimento do mundo ocidental, uma nação emergente que dispõe de vasto potencial de recursos humanos e naturais para enfrentar uma gama enorme e complexa de problemas econômicos, sociais e culturais. Apesar das condições favoráveis à mudança devidas à história relativamente curta da nação e a uma população predominantemente jovem, as forças dominantes foram sempre bem-sucedidas em seu esforço de afastar o país de mudanças sociais radicais para a planície da conciliação e das soluções de compromisso, o que geralmente tem implicado a manutenção de estruturas arcaicas com nova roupagem. A inovação e a modernização são aceitas desde que não signifiquem uma ruptura nas estruturas consagradas da vida nacional.

A herança colonial e a inclusão progressiva do país na economia mundial como exportador de matérias-primas e importador de produtos

industrializados amarraram sua economia a investimentos estrangeiros. O processo de industrialização que teve início há cerca de 40 anos tornou-se em grande parte dependente de capital e tecnologia estrangeiros.

As consequências do subdesenvolvimento sobre a vida social de um país são muitas vezes difíceis de identificar. Reconhece-se, contudo, que as nações em desenvolvimento como um todo tendem a admitir como 'melhores' e por conseguinte mais apropriadas às suas necessidades as técnicas que foram bem-sucedidas em países industrializados. Assumindo todos os riscos das generalizações, arrisco-me a dizer que essa é uma síndrome que também afeta a biblioteconomia. Os bibliotecários acostumaram-se a importar modelos e técnicas prontas, no pressuposto de que aquilo que funciona num país desenvolvido funcionaria no Brasil. É dispensável dizer que a posição extremada de recusar qualquer contribuição estrangeira também está sujeita a críticas. O que se quer dizer aqui é que a ausência de crítica e de avaliação objetiva dessas técnicas e métodos importados são aceitas passivamente.

Quando lemos sobre o ensino da biblioteconomia no Brasil, somos informados de que inicialmente houve uma fase europeia, que mostrava a influência da École des Chartes francesa e à qual se seguiu uma fase norte-americana, caracterizada pela ênfase em catalogação, classificação e referência, e depois por um esforço para conciliar numa mesma estrutura o conflito biblioteconomia/documentação.*

Avaliação por ex-alunos de cursos de biblioteconomia

Em 1973, a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais colheu depoimentos de alunos e ex-alunos sobre a qualidade do ensino que ela oferecia tendo em vista as atuais exigências feitas aos profissionais. Durante o seminário que se seguiu à coleta de informações, uma bibliotecária escolar levantou a necessidade de uma abordagem mais prática no ensino de administração de bibliotecas, destacando que os bibliotecários recém-formados enfrentavam dificuldades quando tinham que lidar com situações administrativas da vida real. Uma bibliotecária de universidade declarou que a escola de biblioteconomia deveria ter como objetivo formar os estudantes de tal modo que pudessem fazer e implantar um plano com objetivos bem definidos, fazer um orçamento com o emprego das técnicas mais atualizadas, em suma, uma pessoa capaz de tomar decisões.[8]

* Sobre essas influências ver, neste volume (p. 355-377), "Em busca dos temas perdidos".

No mesmo ano, o Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília realizou um amplo levantamento entre seus ex-alunos, a fim de avaliar a qualidade do ensino que oferecia. Um questionário com 44 itens foi enviado a 102 ex-alunos residentes em Brasília de um total de 113 que se haviam formado entre 1966 e 1973. Foram respondidos 67 questionários, cujas informações foram tabuladas. Foi realizado um seminário de um dia com a presença de mais de 70% dos ex-alunos. Depois da apresentação dos dados levantados com o questionário, a plateia teve a oportunidade de fazer comentários.

Embora os resultados desse levantamento não sejam suficientes para retratar a situação como um todo, eles foram extremamente úteis para que os professores corrigissem deficiências e evitassem duplicidade no conteúdo dos cursos. Com relação ao ensino de administração de bibliotecas, somente 1% respondeu que a matéria havia sido ensinada de modo insatisfatório ou não ensinada de modo algum. Oito por cento reclamaram que o curso de organização e administração de bibliotecas havia sido ministrado com excessiva memorização de detalhes que dificultavam uma compreensão abrangente da biblioteconomia. Esse curso apareceu em primeiro lugar no que se referia à ausência de princípios fundamentais e ao mero aprendizado de rotinas (14 e 11% respectivamente). Também se colocou em primeiro lugar quanto a não acompanhar os últimos avanços na áea (37%). Quatro e 2% respectivamente responderam que deveria ser dada mais atenção às técnicas de planejamento e que o curso fosse ministrado de acordo com a realidade brasileira; em ambos os casos, o curso apareceu em primeiro lugar em comparação com as outras disciplinas.

É importante observar que 17 dos ex-alunos entrevistados (25%) haviam iniciado outro curso superior após a conclusão do curso de biblioteconomia e que oito deles preferiram o curso de administração, seguindo-se o de direito (três), educação, economia, história, matemática, letras e psicologia, com um aluno cada um. Quinze de um total de 17 ex-alunos afirmaram que estavam fazendo outro curso universitário porque desejavam melhorar suas qualificações a fim de melhorar a qualidade de seu trabalho. Somente um ex-aluno respondeu que o motivo para fazer outro curso era sua vontade de abandonar a biblioteconomia.

Quando lhes foi perguntado sobre o que julgavam mais apropriado para melhorar sua competência em biblioteconomia — concluir um curso de graduação em outra área ou fazer um curso de especialização (educação continuada) no campo da biblioteconomia — 89% deram

preferência ao curso de especialização. Assim, podemos inferir que a inexistência de um programa permanente de cursos de especialização nas escolas de biblioteconomia é um fator que força os bibliotecários a seguir outros cursos de graduação. Benefícios econômicos podem também ser um fator importante, uma vez que muitos empregadores oferecem sistemas de gratificações proporcionais ao número de anos ou de cursos superiores que o empregado frequentou.

Se a universidade iniciasse um programa de cursos de especialização, as preferências seriam, em ordem decrescente de interesse, por mecanização e automação de bibliotecas, indexação e planejamento (administração).

Uma análise dos programas da disciplina de administração de muitas escolas revela que, de fato, aos estudantes estão sendo ensinadas as rotinas técnicas mais rudimentares da organização e administração o que transformou algumas escolas de biblioteconomia em escolas profissionalizantes, as quais não podem, absolutamente, ser comparadas com instituições de ensino superior, conforme observou recentemente um consultor estrangeiro.[9]

A formação em nível profissionalizante e a falta de pessoal auxiliar adequadamente capacitado levam a um círculo vicioso de que é exemplo assustador o orçamento destinado ao pagamento de salários de bibliotecários que desempenharão tarefas auxiliares de rotina que poderiam ser perfeitamente executadas por paraprofissionais com um nível de remuneração menor. Isso também evitaria o número crescente de bibliotecários que se sentem frustrados em termos de autorrealização.

Uma explicação geralmente apresentada para justificar o baixo nível de preparação dos bibliotecários é a base educacional e cultural extremamente deficiente dos estudantes de biblioteconomia. Isso é verdade, mas não é exclusividade das escolas de biblioteconomia e constitui uma característica desalentadora do ensino superior no Brasil. Nos últimos anos, as matrículas nas universidades saltaram de 180 000, em 1966, para quase um milhão, dez anos depois. [Em 2013, decorridos 37 anos, esse total chegava a 7,3 milhões de universitários.] Enquanto outras carreiras se esforçam para superar esse novo desafio, ao procurarem conciliar quantidade com qualidade, as escolas de biblioteconomia têm se mantido, em geral, como espectadoras tranquilas de uma situação que aparentemente não conseguem compreender e controlar.

Escolas de biblioteconomia com professores de tempo integral são muito poucas, não passam de quatro num total de 27. Mesmo em es-

colas que contam com docentes de tempo integral, os estudantes são sempre de tempo parcial. Estes dependem em grande medida de anotações feitas durante as aulas ou de textos distribuídos pelos professores. Carecem de fluência em inglês ou outras línguas estrangeiras. A oferta de manuais em português não é suficiente para atender a todas as matérias básicas ensinadas nas escolas de biblioteconomia. A tradução de manuais de administração não parece ser factível ou conveniente, uma vez que a maioria dos que são editados em outros países tem uma orientação local. Os especialistas brasileiros em administração de bibliotecas deveriam, portanto, começar urgentemente a escrever textos de qualidade superior à das pouquíssimas 'cartilhas' atualmente existentes e que não se justificam num curso de nível superior.

Embora haja carência de livros de administração, a catalogação contou, durante os últimos 20 anos, com uma oferta razoável de materiais, inclusive duas edições do código de catalogação da biblioteca Vaticana, uma edição das regras de catalogação anglo-americanas, além de textos originais de brasileiros.

É universalmente aceito que a ênfase excessiva num determinado segmento do conteúdo intelectual da biblioteconomia pode resultar em profissionais míopes, numa profissão defeituosa, girando em torno de temas que se tornam sem sentido em seu isolamento da realidade. Catalogação e classificação são geralmente tidas como os pontos dominantes no ensino. Por exemplo, uma escola de biblioteconomia relatou que ministra 360 horas de aulas sobre catalogação de um total de 2 025 horas de curso completo, que é o mínimo exigido para a graduação.

A abordagem gerencial

Os bibliotecários agora reconhecem que a administração poderia fornecer-lhes os meios para a análise e a solução da maioria dos problemas cruciais de que padecem as bibliotecas e, consequentemente, a profissão. No entanto, levando-se em consideração as características do desenvolvimento da biblioteconomia no Brasil, seria prudente não alimentar expectativas muito ambiciosas, pois sempre existe o perigo de a administração ser simplesmente uma nova onda, uma panaceia capaz de adiar mais uma vez a mudança radical de meios, métodos e atitudes, que é necessária. É provável que o mesmo tipo de crítica feita à catalogação venha a se estender à administração, caso não se concretize a premissa básica de mudança. Conforme salientou Guy,

> A administração de bibliotecas não é um fim em si mesma; ela é simplesmente um mecanismo instalado para ajudar a se prestar o melhor serviço possível aos usuários da biblioteca. A instalação de métodos modernos de gestão num serviço bibliotecário somente porque são novos e eficientes em outros contextos é despropositada, a menos que o produto final da biblioteca — o serviço que presta aos usuários — seja melhorado.[10]

Abigail de Oliveira Carvalho alertou para a necessidade de o gerente da biblioteca conhecer a situação de 'busca de informações' no seu contexto social. O administrador ou gerente da biblioteca

> deve estar sensibilizado para o impacto social da biblioteca na comunidade e para a necessidade de que a biblioteca atenda às necessidades da comunidade. Deve estar voltado para usuários e objetivos mais do que para procedimentos e meios.[11]

Ela salienta que essa abordagem exige mais um generalista do que um especialista.[11]

Devem ser encetados esforços no sentido de evitar o transplante simplista de técnicas dos países desenvolvidos para a realidade de um país em desenvolvimento, pois numa nação emergente as demandas feitas aos bibliotecários com níveis inferiores de capacitação e experiência podem ser muito mais exigentes e complexas do que nos países desenvolvidos onde o trabalho em equipe, uma longa tradição de especialização e com a formação dos bibliotecários ocorrendo numa idade menos jovem do que aqui resultam num quadro bastante diferente. Dean, que trabalhou em países em desenvolvimento, acentuou essa diferença:

> O programa de ensino apropriado para os estudantes nos países em desenvolvimento pode variar consideravelmente daquele que é oferecido nos países desenvolvidos. Por exemplo, há uma necessidade evidente nos países emergentes de o egresso de uma escola de biblioteconomia possuir uma base razoável em administração, pois, devido à simples escassez de mão de obra de alto nível, o jovem formado ascenderá a uma posição de responsabilidade gerencial imensamente mais cedo que sua contraparte nos países desenvolvidos. No país emergente, o jovem bibliotecário muitas vezes se verá organizando comissões, recrutando pessoal, preparando orçamentos e negociando com arquitetos, tendo como base uma experiência profissional relativamente escassa — uma situação que raramente acontece em outros lugares.[12]

A situação atual [1977] do ensino da biblioteconomia no Brasil coincide com o quadro que Dean traça sobre a formação de bibliotecários em países em desenvolvimento no que tange às técnicas gerenciais:

> Em minha opinião, muito poucas escolas de biblioteconomia dos países emergentes dão suficiente atenção ao aspectos gerenciais da biblioteconomia. Não estou sugerindo que se possa ensinar a pessoas que não possuem potencial a serem gerentes, mas pelo menos pode-se preparar as pessoas que de fato tenham potencial gerencial para o tipo de problema que poderão encontrar relativamente cedo em suas carreiras profissionais, e, possivelmente, pouco depois de se formarem.[12]

Identificar quais as competências gerenciais que são necessárias aos bibliotecários na atual sociedade brasileira é uma tarefa que deveria resultar de amplo levantamento das práticas educacionais nas escolas de biblioteconomia e de uma análise da diversidade de qualificações em diferentes níveis da proficiência exigida por uma sociedade em desenvolvimento. A reforma a ser implantada deve tentar evitar a continuação da

> tendência de as escolas nos países em desenvolvimento, consciente ou inconscientemente, procurarem formar um bibliotecário orientado especificamente para a satisfação das necessidades, em termos de bibliotecas, da elite intelectual do respectivo país. É raro dar atenção suficiente às necessidades dos grupos socioeconômicos menos privilegiados, como os recém-alfabetizados e assim por diante.[12]

E os esforços para superar isso são frustrados

> devido a uma variedade de motivos, um dos quais, naturalmente, sendo o fato de nos países novos os cargos materialmente mais compensadores se encontrarem em geral nas bibliotecas universitárias e especializadas.[12]

Dados coletados pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília quando do estudo antes mencionado mostraram que 45% de um total de 67 ex-alunos trabalhavam em bibliotecas especializadas, 16 em bibliotecas universitárias, quatro em bibliotecas escolares e apenas um trabalhava em biblioteca pública. Esses números podem ser diferentes em outros lugares, porém, no que tange ao país como um todo, acredita-se que somente 10% do total de bibliotecários (aproximadamente 5 500) trabalham em bibliotecas públicas.

Maria Augusta da Nóbrega Cesarino dá especial importância à necessidade de uma revisão radical e com uma nova abordagem dos currículos das escolas de biblioteconomia e pleiteia "um conhecimento científico profundo" ao contrário de uma "discussão filosófica ou literária" das questões em pauta, a fim de evitar mudanças "feitas por acréscimo, motivadas por impulsos, ou guiadas operacionalmente por supostas pressões de uma parte do mercado de trabalho".[13]

Se os bibliotecários estiverem dispostos a evitar o "divórcio entre a administração de bibliotecas e a biblioteconomia", nas palavras de Holroyd,[14] deverão começar a trabalhar imediatamente com o objetivo de identificar as mudanças que são necessárias. Muito poucos dos cursos de graduação em funcionamento poderão declarar a razão de sua existência. Continuar ensinando organização e administração de bibliotecas conforme o antiquado esquema da 'marcha do livro na biblioteca' é se comportar como o avestruz num mundo desafiador e hostil.

As expectativas quanto ao ensino de pós-graduação

O então Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) começou, em 1970, a ministrar um curso de mestrado em ciência da informação com o objetivo de formar cientistas da informação, preparar mão de obra de alto nível para a direção de centros de informação de instituições científicas e industriais, e aperfeiçoar professores dos cursos de graduação de biblioteconomia e documentação.[15] Faz parte desse curso, como disciplina obrigatória, a organização e administração de serviços de informação, e dele têm participado professores estrangeiros com experiência em técnicas modernas de administração e vem contribuindo para a formação de uma nova atitude nessa área. A ex-presidente do IBBD constatou, depois dos três primeiros anos de implantação desse programa, que o estudo da administração de sistemas de informação deve ser enfatizado ainda mais, pois isso parecia ser o melhor meio para transmitir ao novo profissional a "mentalidade aberta, indagadora e, sobretudo, empresarial que dele se espera".[16] Ela também identificou a ocorrência no Brasil da mesma situação que Dean afirmou ser característica de países em desenvolvimento:

> devido à falta de pessoal qualificado para uma demanda crescente, pessoas sem experiência e preparo — bibliotecários, ou não — estão iniciando, em grande quantidade, atividades de documentação e informação em posição de chefia. Os resultados, na maioria das vezes, têm sido bem desastrosos e têm concorrido, cada vez mais, para o desprestígio da classe.[16]

Em 1975 a Escola de Bibliotecomia da Universidade Federal de Minas Gerais deu início a seu programa de mestrado tendo como área de concentração a administração de bibliotecas e com o objetivo de preparar professores para as escolas de biblioteconomia e administradores e pesquisadores em biblioteconomia. Os alunos desse curso devem frequen-

tar duas disciplinas da área de administração: princípios e prática de planejamento e administração de bibliotecas, e princípios e prática de administração. A primeira abrangerá temas relativos ao planejamento de sistemas bibliotecários em nível nacional e internacional, o papel de organizações nacionais e internacionais no desenvolvimento das bibliotecas, e a aplicação de técnicas de planejamento e controle às bibliotecas. A segunda disciplina tratará de teorias modernas de planejamento, controle e administração de recursos, processo decisório, administração empresarial, administração por objetivos, simplificação do trabalho, administração de projetos, desenvolvimento organizacional, custos, pesquisa operacional, técnicas administrativas de planejamento e controle (simulação, PERT, CPM, GANT e PPBS).

O Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Brasília está planejando a implantação de um curso de mestrado, para começar em julho de 1977, com duas áreas de concentração: a) planejamento, organização e administração de sistemas de informação e b) recursos e técnicas de documentação e informação científica. A primeira área será apropriada para bacharéis em biblioteconomia e a segunda para bacharéis de outros campos do conhecimento e também para bibliotecários. O programa da área de administração será bastante interdisciplinar e será desenvolvido com a participação de diferentes departamentos da universidade, como os de administração, comunicação social, economia, estatística, sociologia, etc.

Alguns comentários finais

O Brasil é um exemplo de nação em desenvolvimento que segue a chamada estratégia de modernização para superar seu atraso econômico e social. A modernização da estrutura administrativa do país, em âmbito federal, estadual e municipal, tornou-se questão prioritária e uma secretaria especial foi criada, no Ministério do Planejamento, com a missão de implantar a reforma administrativa. As bibliotecas serão incluídas nessa reforma, independentemente de serem subordinadas às autoridades federais, estaduais ou municipais. A propósito, a Câmara dos Deputados foi a primeira instituição a ter sua biblioteca analisada por especialistas em administração e posteriormente reformada para atender à onda de modernização. A Biblioteca Nacional está com sua reforma em curso. O novo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) é o resultado da reforma do antigo IBBD.

Os administradores agora se deram conta de que as bibliotecas também são 'organizações formais', que podem ser um sistema de um subsistema, o nó de uma rede, em suma, que elas podem ser vistas de uma perspectiva gerencial científica, que inclui, como uma dedução tardia, a aplicação dos computadores ao trabalho em bibliotecas e informação.

Assim, parece que chegou ao fim a era romântica em que os bibliotecários administravam suas bibliotecas com base na improvisação e eram tratados de forma condescendente por seus superiores. Hoje, espera-se que os bibliotecários sejam capazes de definir metas e objetivos, elaborar um projeto e propor e defender um orçamento.

As atividades de gerenciamento de bibliotecas formam a interface com o meio institucional que é representado pela organização à qual a biblioteca serve e da qual recebe sustentação financeira. Normalmente, os recursos, meios e equipamentos que são necessários ao funcionamento da biblioteca são fornecidos por uma instituição de fora que vê a biblioteca entre outras entidades que estão competindo por recursos e alegando que suas prioridades são muito mais prementes do que aquelas expostas pelo bibliotecário.

As autoridades que controlam a alocação de verbas para a biblioteca não estão interessadas em saber quais são as regras de catalogação ou o sistema de classificação que a biblioteca adota. Para elas a biblioteca é uma caixa-preta: elas fornecem as verbas e esperam que a biblioteca fornecerá os produtos ou serviços que correspondem à imagem que elas têm sobre o que é uma biblioteca. Na hipótese de as verbas serem fornecidas e os produtos da biblioteca não corresponderem a essa imagem, essas autoridades poderão decidir que as despesas com o funcionamento da biblioteca não se justificam. Poderão até mesmo substituir o bibliotecário ou buscar uma solução institucional diferente que deixe de lado a biblioteca.

Atualmente, o ensino de biblioteconomia no Brasil em nível de graduação está voltado para a formação de bibliotecários que serão proficientes nos limites internos da caixa-preta. É claro que há algumas exceções.

O jovem bibliotecário (e, me arrisco a dizer, a maioria dos bibliotecários experientes) não consegue, em geral, elaborar um plano para a implantação de um serviço de biblioteca ou informação que seja integrado ao planejamento global do ambiente institucional. Sua primeira preocupação será fazer uma lista minuciosa de material de escritório, formulários e equipamentos, junto com os indefectíveis regulamentos. É bastante provável que não preste atenção alguma à identificação da

comunidade de usuários, a abrangência do acervo, a política de aquisição, os serviços a serem oferecidos, o orçamento, uma previsão do desenvolvimento futuro, etc.

Antes que se execute o estudo acima mencionado, talvez seja possível buscar algumas soluções alternativas visando a melhorar a situação atual. As escolas de biblioteconomia que fazem parte de universidades deverão buscar a colaboração adicional dos cursos de administração dessas universidades de modo que os estudantes de biblioteconomia possam fazer o maior número possível de disciplinas pertinentes desses cursos. O corpo docente das escolas de biblioteconomia também deve ser estimulado a fazer cursos de pós-graduação nas escolas de administração. As escolas e associações de bibliotecários devem ser estimuladas a implantar programas de educação continuada orientados para técnicas modernas de administração. A clientela desses cursos seria agrupada segundo o tipo de biblioteca, o que tornaria mais fácil a oferta desses programas para aquelas instituições que têm a incumbência de promover o desenvolvimento das bibliotecas universitárias, das bibliotecas especializadas e das bibliotecas públicas, respectivamente, a Secretaria de Educação Superior e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas do Ministério da Educação e Cultura, o IBICT e o Instituto Nacional do Livro.

Trata-se de sugestões pessoais que levaram em consideração o fato de que há uma necessidade urgente de mudanças no ensino de biblioteconomia. A inércia institucional, porém, postergará essas mudanças para futuro distante. Enquanto isso, se nada for feito, a profissão perderá espaço e acabará por abrir mão de seus compromissos sociais para outras instituições. Um dos mais notáveis bibliotecários brasileiros, Edson Nery da Fonseca, disse certa feita, parafraseando Clemenceau, que as bibliotecas são um assunto muito sério para serem confiadas a bibliotecários. Os bibliotecários brasileiros devem dar o melhor de si para evitar que essas palavras se tornem um truísmo em futuro próximo.

Referências

1. HOLM, B.E. Library and information center management. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 5, p. 351-375, 1970.
2. CASTELO BRANCO, Pedro Gomes Ferrão. *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos*. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811, p. 3. Reprodução fac-similar, integral, deste plano encontra-se no artigo de Edson Nery da Fonseca publicado na *Revista do Livro*, a. 2, n. 5, p. 107-110, mar. 1957.

3. Tavares, Júlio (pseudônimo de Carlos Lacerda). Mais cultura sobre a ignorância. *O Estado de S. Paulo*, 8 mar. 1970, p. 14. Carlos Lacerda foi jornalista, editor, bibliófilo e político, presente na história brasileira desde a década de 1940 até sua morte em 1977. É emblemática sua visão estereotipada da profissão de bibliotecário, "[...] a simples arrumação, catalogação e defesa dos livros, algumas providências de orientação do leitor, em suma, os rudimentos de uma profissão para principiantes ou para pessoas sós, profissão pela qual se começa ou se acaba a vida, é não somente estúpido como é cruel confinar a um curso universitário. O resultado é este: bibliotecários consumados, mas poucos; ou reprovados desanimados, e muitos. Assim não melhoram as bibliotecas, apenas aumentam as frustrações." "[...] a exigência de curso universitário para começar a profissão de bibliotecário é uma estupidez que não tem mais tamanho."
4. Havard-Williams, Peter. seo: a biblioteconomia no Brasil. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 3, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 1975.
5. McCarthy, Cavan. *Developing libraries in Brazil, with a chapter on Paraguay*. Metuchen, nj: Scarecrow Press, 1975.
6. Fonseca, Edson Nery da. *Ser ou não ser bibliotecário*. Brasília: Gráfica-Piloto da Universidade de Brasília, 1966.
7. Lemos, Antonio Agenor Briquet de. Vacilações e tendências do ensino da biblioteconomia. *Caderno Cultural do Correio Braziliense*, n. 173, 19 mar. 1971, p. 3. Reproduzido nas p. 14-22 deste volume.
8. Ferreira, Maria Luiza Alphonsus de Guimaraes. Seminário sobre 'A formação do bibliotecário face às exigências profissionais da atualidade'. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 2, n. 2, p. 251-261, set. 1973.
9. Belzer, Jack. *Report submitted to capes on education for librarianship in Brazil*. 1976.
10. Guy, L.C. Teaching the management of libraries. *Library Association Record*, v. 70, n. 4, p. 91-95, Apr. 1968.
11. Carvalho, Abigail de Oliveira. Função gerencial – direção de biblioteca. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 5, n. 1, p. 60-71, mar. 1976.
12. Dean, J. Library education and curriculum problems in the developing countries. In Parr, E.A.; Wainwright, E.J. (ed.) *Curriculum design in librarianship: an international approach*. Perth: Wait Aid, 1974, p. 89-98.
13. Cesarino, Maria Augusta da Nóbrega. O ensino da biblioteconomia: um currículo a ser mudado. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 2, n. 1, p. 43-59, mar. 1973.
14. Holroyd, Gileon. The study of organisations. *Studies in Library Management*, v. 1, 1972, p. 111-133.
15. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Cursos especializados e de pós-graduação – ibbd/ufrj*. Rio de Janeiro: ibbd, 1970. 12 p.
16. Gomes, Hagar Espanha. Experiência do ibbd em programas de pós-graduação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 3, n. 1, p. 13-26, mar. 1974.

9

"Não leio, não imagino, trabalho muito"

O tema deste encontro — a biblioteca como fator de cultura, informação e lazer — constitui um truísmo da biblioteconomia em suas preocupações com a devida caracterização das funções essenciais da biblioteca pública como instituição social. Embora pareça não existirem dúvidas quanto à validade dessas funções, formuladas de modo abrangente e universal, sente-se que, ao tentarmos entendê-las no contexto particular do Brasil, não se tem ainda uma visão clara de como a biblioteca pública pode contribuir para a educação, a informação e o lazer de seus usuários reais e potenciais. Também não sabemos qual dessas funções deve ser a prioritária no momento atual do desenvolvimento da sociedade, quando se torna difícil atender de forma equilibrada a cada uma delas. Além disso, elas se entrelaçam de tal forma, conforme se verá adiante com a definição do que seja lazer, que não se pode falar delas de modo isolado.

Outro fato que se deve ter em mente é que o tipo de biblioteca pública que se tem procurado implantar no Brasil é uma réplica do modelo institucional surgido nos países anglo-saxões e escandinavos no século XIX. Réplica que tem procurado ser fiel, às vezes de forma totalmente artificial, em termos sociais e culturais, não só aos métodos e técnicas, mas também em relação aos objetivos da biblioteca pública.

Uma breve visão histórica faz-nos remontar ao ano de 1886, na Inglaterra vitoriana, e examinar os vinte motivos que, segundo Thomas Greenwood, justificavam a criação de uma biblioteca pública em cada cidade de seu país. Entre essas razões destacava-se, ao lado do papel educacional, a função da biblioteca como lugar de repouso, recreação e desenvolvimento do indivíduo, para não falar de que a construção de

~ Versão revista e ampliada da conferência de abertura do II Encontro de Bibliotecários da Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB), realizado em São Paulo, na Biblioteca Mário de Andrade, nos dias 14 e 15 de agosto de 1978. Uma versão resumida foi publicada no *Suplemento Cultural* de *O Estado de S. Paulo*, em 7 jan. 1979, com o título de "A função da biblioteca pública".

um prédio para a biblioteca traria a valorização imobiliária do lugar. A biblioteca também contribuiria para melhorar o nível cultural do trabalhador inglês, considerado, então, inferior ao dos operários do continente, de modo a deixar sensibilizado o orgulho nacional. Também não escapou a Greenwood a intuição de que, da mesma maneira que o ensino fundamental obrigatório, a biblioteca pública seria um excelente meio de manter os jovens ociosos longe das perniciosas tentações das ruas, atraindo-os para o ambiente disciplinador e puritano das bibliotecas públicas.[1]

Quarenta anos depois, no mesmo país, o relatório da comissão de bibliotecas públicas, ligado ao ministério da Educação (Public Libraries Committee do Board of Education),[2] talvez refletindo uma nova época, cansada dos rígidos valores éticos e do enaltecimento do trabalho quase como uma forma de ascetismo, que marcaram a construção do imperialismo inglês na era vitoriana, e às voltas com o desânimo e a descrença decorrentes de uma fase de recessão e desemprego, dava uma ênfase muito maior ao alívio do tédio das horas de ócio sem se preocupar com benefícios de ordem intelectual ou educacional. Como dizia o relatório, importante era tornar o homem mais feliz, principalmente o camponês, era fazer com que a biblioteca pública, como se diria hoje, contribuísse para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos ou para o aumento da 'felicidade nacional bruta', indicador social bem mais expressivo do que o celebrado crescimento do produto nacional bruto.

No Brasil, ao dirigir-se pela primeira vez aos deputados do jovem Império, em 3 de maio de 1823, dom Pedro destacava, no rol de providências que tomara para promover a educação, a compra, "para engrandecimento da Biblioteca Pública", de uma "grande coleção de livros dos de melhor escolha".[3] Mais de um século depois, em 1935, o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública era bastante explícito ao considerar a Biblioteca Nacional, a mesma "Biblioteca Pública" a que se referira dom Pedro, como "uma instituição educativa, destinada a exercer grande influência na cultura intelectual das massas" e que poderia constituir-se num "centro de estudo e elaboração de planos, de diretrizes e de informações, destinado a colaborar na organização de bibliotecas populares, das mais singelas às mais custosas, em todos os pontos do território nacional".[4]

Voltando-se ao século XIX será possível constatar que os objetivos das bibliotecas públicas ligavam-se aos objetivos da educação, o que às vezes era declarado de uma maneira que revelava que a educação, por

Há mais de um século, José Veríssimo dizia...

"Os nossos antepassados do século do descobrimento e primitiva colonização certo leriam pouquíssimo, devendo ser bem raros os que soubessem ler. Como todos os povos católicos, os portugueses sempre leram muito pouco; ainda hoje são fracos leitores. Na própria França, então, como nos séculos posteriores, até o XIX, a leitura era apenas a prática de um escol da sociedade." [...] "Porque não poderá talvez haver dúvida que foi a Reforma, pela obrigação imposta aos seus fiéis de ler a Bíblia, ao que o catolicismo latino foi, ao contrário, sempre infenso, quem criou na Europa moderna o hábito da leitura, e é o que explica que os povos protestantes tenham muito mais esse hábito que os povos católicos. Aprender a ler é para o protestante uma necessidade religiosa, pois sua cultura religiosa se faz quase exclusivamente pela leitura da Bíblia; para o católico é dispensável, que à sua edificação piedosa basta a lição oral, até feita em língua que ele não entende." [...] "Os jesuítas ensinavam; foram eles que ensinaram a ler ao Brasil, e quase tudo o mais que aqui se aprendeu nos dois primeiros séculos. Mas a sua instrução não fazia senão ocupar a memória, e não ia jamais além do indispensável à educação, ao jeito especial, que eles queriam dar ao espírito. A sua pedagogia foi como nenhuma outra finalista, e assim foi menos que nenhuma própria a despertar a curiosidade, a ânsia de saber, o espírito de pesquisa, de que a leitura é o principal instrumento. Eles demais não punham o educando em face do livro, para que ele o lesse e interpretasse; usavam de preferência das apostilas, método estúpido, ainda hoje aliás em voga nos nossos principais estabelecimentos de ensino. Não é possível que quem aprende por apostilas, por edições truncadas, por seletas, chegue a conhecer e amar os autores e ganhe amor à leitura." (Veríssimo, José. O que liam nossos maiores. *Almanaque Brasileiro Garnier*, v. 1, 1903, p. 161-164.)

"Ora em casa também pouco se lê; na máxima parte delas não há livros, nem mesmo como alfaias da sala de visitas ou do gabinete de conversa. Afora romances franceses e os romances-folhetim das folhas diárias, a nossa mulher nada lê, e aqueles mesmos escolhe-os mal." [...] "E o homem brasileiro, o burocrata, o capitalista, o negociante, o industrial, o político, o mundano e até o 'doutor', acompanham-na de perto: algum romance francês, se sabem esta língua, o que é corriqueiro, principalmente se é a novela picante, os jornais do dia, e nada mais; ultimamente os magazines franceses ilustrados, imitados do inglês." [...] "As causas verdadeiras de lermos tão pouco são as que dei no meu artigo deste Almanaque do ano passado: a desestima dos portugueses pela leitura, a influência do catolicismo, depois da Reforma infenso à leitura e desconfiado dos livros; a falta de leitura durante o tirocínio escolar, no qual se não desperta na criança o gosto de ler, e a ausência de uma literatura apropriada à infância e à puerícia, mediante a qual adquirissem os nossos filhos o gosto e o hábito da leitura." (Veríssimo, José. Leitura e livros. *Almanaque Brasileiro Garnie*r, v. 2, 1904, p. 202-205.)

si só, teria poderes mágicos para elevar o país a uma melhor situação social. Isso se encontra bem claro no discurso com que o bispo dom Antônio de Macedo Costa celebrou a inauguração das novas instalações da Biblioteca Pública do Pará, em 1871. Para ele, ao se abrir aquela biblioteca abriam-se novas perspectivas para "o amor crescente das leituras úteis, dos estudos sérios" necessário para elevar as gerações novas "a grau mais subido de cultura e desenvolvimento".[5]

É provável que o júbilo com a abertura de bibliotecas fosse restrito aos anseios intelectuais de uma reduzida elite de letrados, pois as camadas mais amplas da população não deveriam ter acesso a oportunidades educacionais e culturais. Como bem assinalou Oliveira Lima, referindo-se à vida social na época da corte de dom João VI, "o carinho pelas coisas intelectuais" estava restrito a uma elite de eclesiásticos e seculares, sendo que a maioria da população livre estava "entregue a ocupações mais positivas, amontoada nas suas casas pequenas, baixas e feias, desprovidas de comodidades, faltas mesmo de asseio escrupuloso". A ignorância era comum numa sociedade que não só carecia dos meios educacionais como revelava "geral antipatia ao ensino e limitada sede de angariar conhecimentos".[6]

Em trabalho sobre a cultura no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1821, Maria Beatriz Nizza da Silva pôde constatar que os livros que, provavelmente, eram os mais vendidos na época tratavam de temas de interesse de uma elite desocupada. Livros de caráter recreativo, destinados a ensinar jogos de salão, adivinhações e outros passatempos que caracterizavam as reuniões sociais das classes ociosas. Ao lado de tais livros tinham grande importância os textos religiosos devocionais, muitos dos quais tinham sido originalmente escritos dois séculos antes. Destacavam-se ainda as novelas romanescas, que, guardadas as devidas proporções, corresponderiam, mais tarde, aos folhetins de jornais e, mais recentemente, às fotonovelas e telenovelas. Tais obras, segundo a autora, não correspondiam absolutamente a um gosto literário dito elevado e sofisticado, mas sua demanda era de tal ordem que a própria Impressão Régia chegou a imprimir algumas, como a que se intitulava *História da donzela Teodora, em que se trata de sua grande formosura e sabedoria*.[7]

Quem leria essas obras? Maria Beatriz Nizza da Silva lamenta que não seja possível saber qual a faixa social que consumia esses contos e novelas, embora reconheça que deveria haver "um gosto, talvez inconfessado" entre a população evidentemente letrada, pois não só se compravam as de produção local como quase todas as que eram impressas

em Lisboa. Não é impossível admitir que a maioria dos que asseguravam o seu consumo fossem membros da classe dominante onde deveria concentrar-se o maior número de pessoas alfabetizadas. É provável, portanto, que não se possa considerar essa classe dominante, em termos de hábitos de leitura, como uma classe homogênea sem diferenciações internas. Uma parte minoritária dela teria um gosto que se identificaria com a chamada 'alta cultura' e certamente consideraria vulgares os hábitos de leitura da maioria de sua classe. Aquela minoria, em decorrência de sua maior influência política, iria progressivamente moldando a própria orientação das bibliotecas existentes segundo os seus padrões e preconceitos culturais.

Mas, retornando ao problema da leitura, não se pode deixar de considerar que mesmo os analfabetos teriam e têm acesso às obras escritas através da leitura em voz alta por um alfabetizado. Essa prática deve ter sido muito mais importante do que se supõe, como sugere a seguinte colocação feita por Antônio Cândido a respeito do papel que tiveram a retórica e o nativismo no processo de comunicação social:

> A ação dos pregadores, dos conferencistas de academia, dos glosadores de mote, dos oradores nas comemorações, dos recitadores de toda hora, correspondia a uma sociedade de iletrados, analfabetos ou pouco afeitos à leitura. Deste modo, formou-se, dispensando o intermédio da página impressa, um público de auditores, muito maior do que se dependesse dela e favorecendo, ou mesmo requerendo no escritor certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura e prejudicou entre nós a formação dum estilo realmente *escrito* para ser *lido*. A grande maioria dos nossos escritores, em prosa e verso, *fala* de pena em punho e prefigura um leitor que ouve o som da sua voz brotar a cada passo por entre as linhas.[8]

Em síntese, se ainda se lê pouco no Brasil de hoje em dia, lia-se muito menos há mais de um século e meio. Fenômeno que, na época, era comum também em Portugal, pois, segundo as observações de Tollenare, quando ali esteve, em 1816, não havia justificativa para que o governo censurasse obras políticas, uma vez que ali se lia muito pouco. Segundo Tollenare, a classe média portuguesa era mais sensível às cerimônias religiosas do que às discusssões políticas "que esclarecem sobre os direitos dos povos". E acrescentava que isso era o resultado do pouco de leitura e de instrução.[9]

Uma análise da situação dos hábitos de leitura e dos objetivos das bibliotecas públicas, a partir de uma perspectiva histórica, poderá revelar, segundo supomos, que cada sociedade, em seus diferentes momentos históricos, mostrará situações diferentes quanto ao uso da leitura e das bibliotecas determinadas por condições concretas e relativas e não

por categorias ideais e absolutas. Numa sociedade escravocrata, em que a aristocracia divertia-se nos saraus enquanto a massa da força de trabalho, analfabeta, sem identidade individual ou social, estiolava-se no eito, a função da leitura e da biblioteca seria inevitavelmente diversa daquela de uma sociedade capitalista, ainda que do tipo capitalista dependente.

Feitas essas considerações sobre as funções das bibliotecas públicas e o papel da leitura, passemos agora a fazer algumas observações a respeito do lazer. Em primeiro lugar, procuremos uma definição, embora saibamos que cada um de nós tem pelo menos uma ideia geral do que isso seja, posto que trabalhamos e ansiamos pelo dia de descanso, longe do trabalho compulsório e extenuante. Aliás, nem mesmo o Criador pôde prescindir de tal dia de repouso. É possível que a definição proposta por Dumazedier, um dos eminentes pesquisadores sobre o lazer, seja aceita pela maioria. Para ele, lazer é

> um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda , para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.[10]

Vê-se que o lazer não é o tempo livre em si. Ele é a ocupação e utilização desse tempo livre, de forma voluntária, sem coerções e controles. São as coisas que fazemos no tempo livre que constituem o lazer, o qual não se confunde com o ócio, com ou sem dignidade, ou com o *dolce far niente*. No lazer o indivíduo se envolveria numa atividade que pode ter um significado que às vezes se esgota em si mesma, aparentemente ilógica, como a mania que têm certos ingleses de passar horas nas cabeceiras das pistas dos aeroportos, anotando os prefixos dos aviões que aterram ou decolam (*plane spotting*), ou que pode transcender a mera ação individual para repercutir na vida social, como a prestação de assistência aos desvalidos ou a atividade política como membro de um partido.

Muitos teóricos admitem que o lazer seria o mecanismo mais apropriado que resta ao indivíduo para escapar dos constrangimentos do trabalho fragmentado — ou trabalho em migalhas, na expressão de Georges Friedmann[11] — que caracteriza a organização fabril na chamada civilização industrial. Essa fragmentação do trabalho é não só um fator de exaustão física do indivíduo, como também se torna, pela sua repetição mecânica, um elemento a mais de anestesiamento intelectual.

À alienação resultante do fato histórico de que o trabalhador não é mais senhor do produto de sua força de trabalho acrescenta-se a pos-

sibilidade de que o próprio tempo livre que ele conquistou venha a ser apropriado por novos mecanismos de utilização do ser humano como objeto de lucro, agravando ainda mais sua transformação em um ser sem possibilidades de autorrealização fora do trabalho compulsório e num plano em que suas potencialidades alcançassem total florescimento. Resistir a essa tendência será conscientizar-se de que o lazer é conquista do indivíduo, que dele deve dispor como lhe aprouver, em sua luta pela superação da alienação.

A segunda observação é que o lazer somente pode existir se do tempo dedicado ao trabalho compulsório e às obrigações familiares e sociais sobrar algum tempo livre. Note-se que não se trata de tempo livre apenas em relação ao trabalho compulsório. Se assim fosse, diríamos que o brasileiro que, teoricamente, deve trabalhar oito horas por dia teria, pelo menos, oito horas diárias de lazer, uma vez que as outras oito horas seriam dedicadas ao repouso, o que corresponde à divisão do dia em três ciclos de oito horas. A realidade, porém, é diferente, pois as obrigações familiares, o estudo formal realizado por pessoas que também trabalham, e o transporte entre a casa e o local de trabalho absorvem grande parte das 16 horas que sobram após as oito de trabalho obrigatório. É claro que existem os sábados e domingos, embora esses dois dias de repouso semanal não sejam uma prática generalizada no Brasil.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, correspondente ao quarto trimestre de 1973, mostram que na época 54% da população econômica ativa trabalhavam entre 40 a 49 horas semanais. O número de pessoas que trabalhavam acima de 50 horas por semana chegava a 30% do total da população ativa, o que mostra que um número expressivo de brasileiros trabalha acima do máximo permitido em lei.[12]

Dentre os que trabalham, a posição das mulheres é ainda mais restritiva em termos de lazer. Sua situação, de um modo geral, é sobrecarregada pelos afazeres domésticos, como bem demonstrou Ecléa Bosi em seu estudo sobre a leitura entre operárias da cidade de São Paulo.[13] Chegar a casa de volta do trabalho não significa para elas o fim da jornada de trabalho, mas o início de uma outra, à qual se acham presas quase que de modo inexorável, em circunstâncias mais desgastantes e alienantes do que o próprio trabalho remunerado que exercem fora de casa.

No caso particular da leitura como forma de lazer, exigem-se alguns pré-requisitos, dos quais o mais importante é a capacidade de compreensão da linguagem escrita num nível que deve estar acima da simples e básica categoria de alfabetizado, segundo a definição do Mobral. Em-

bora a leitura seja considerada normalmente como uma atividade agradável, não se pode esquecer que ela exige esforço, disciplina e concentração.

Sérgio Milliet, cujo nome está tão ligado a esta biblioteca pública, já assinalara que as causas do desinteresse pelo livro e, consequentemente, pela leitura não se devem unicamente a razões de ordem econômica, como o alto preço dos livros em comparação com o poder aquisitivo da maioria da população. Segundo ele, haveria também razões psicológicas profundas que, no entanto, não chegou a identificar.[14]

Podemos considerar como uma dessas razões psicológicas profundas de que falava Sérgio Milliet a motivação que é necessária para que as pessoas se sintam estimuladas a buscar aquele *plaisir de lire* de que fala Robert Escarpit.[15]

Quanto à motivação — definida como "os processos internos que nos incitam a satisfazer alguma necessidade"[16] — é bem conhecido o modelo elaborado por Maslow que mostra as necessidades humanas hierarquizadas em ordem decrescente de importância sob a forma de uma pirâmide em cuja base estariam as necessidades fundamentais e que se referem à sobrevivência do indivíduo, como saciar a fome e garantir a segurança física. Num nível mais acima estaria a categoria de base social em que as necessidades determinantes são o amor e o sentimento de pertencer ao grupo, além do respeito próprio. No ápice da pirâmide seriam encontradas as necessidades de base intelectual, traduzidas pela autorrealização, compreensão e conhecimento, ou seja, a aquisição e assimilação de conhecimentos.[17] Haveria, assim, vários graus de motivação determinados por necessidades, mais ou menos prementes, de tal forma que sem se satisfazer uma necessidade fundamental, como a fome, não se poderiam adquirir conhecimentos, faltando a motivação para isso. A propósito, sabe-se que no Brasil a frequência e o rendimento dos alunos na escola primária estão em função direta do fornecimento de merenda escolar.

É claro que a motivação para a leitura será mais forte quando dela resultarem consequências que assegurem a sobrevivência do indivíduo em melhores condições dentro da sociedade. Nos países em desenvolvimento tem sido observado que a educação formal é um mecanismo importante, talvez o único, de ascensão social.[18] Por exemplo, os estudos de Luiz Pereira sobre trabalhadores de São Paulo mostram que a própria 'visão operária', que ele pôde observar nos depoimentos de vários operários, valoriza o estudo como sendo fundamental para "subir de

classe".[19] Mas não o estudo informal, através do uso de bibliotecas, por exemplo, pois não podemos ignorar que é através da posse de qualificações formais, devidamente atestadas por diplomas e certificados, que se dá o reconhecimento das habilidades do indivíduo. Para que os estudos realizados livremente nas bibliotecas pudessem conferir a essas instituições o caráter efetivo de 'universidades do povo', como queria o historiador Thomas Carlyle, seria preciso autorizá-las a expedir diplomas, como universidades de fato... A propósito, cabem aqui um parêntese e uma pergunta. Por que, ao invés de considerar a biblioteca pública como a universidade do povo, Carlyle não lutou para que o povo (leia-se, os trabalhadores) do Reino Unido pudesse ter acesso à verdadeira universidade, que, evidentemente, em sua época não era do povo?

Ora, como acreditamos que a motivação para a leitura, no caso brasileiro, está diretamente ligada à necessidade de melhoria das condições de vida do indivíduo, através do estudo formal, não é de espantar que os levantamentos realizados sobre o uso e a frequência de bibliotecas públicas tenham mostrado que são os estudantes os seus maiores usuários, que a elas recorrem para consulta e leitura de materiais diretamente ligados aos seus compromissos escolares. Regra a que não foge nem mesmo a Biblioteca Nacional.

Carlos Alberto Medina, tanto nas pesquisas que tem realizado como naquelas que foram objeto de revisão em seu trabalho sobre a função social do livro na realidade brasileira, constatou que a leitura não se constitui numa das atividades marcantes ligadas ao lazer. Cita, por exemplo, uma pesquisa realizada em Brasília sobre hábitos de lazer por Maria Laís Mousinho Guidi que mostrou que embora a leitura estivesse em quarto lugar como forma de lazer efetivo (7,8% do total de respostas), sua posição caía para décimo quinto lugar (1,6% do total) quando se tratava do lazer a que as pessoas almejavam. Nada mais natural, portanto, que Medina concluísse que "o hábito de leitura é marcadamente escolar e obrigatório".[20]

Odília Clark Peres e Célia Maria Fulgêncio verificaram, em 1972, que 98% dos frequentadores da seção de empréstimo domiciliar da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, em Belo Horizonte, eram estudantes, 60% dos quais eram secundaristas e os outros, universitários. Na seção de consulta a proporção de estudantes beirava a totalidade: 99%.[21]

Podemos, então, perguntar se não é chegado o momento de revermos nossa política bibliotecária, em termos globais, de modo que os

serviços prestados pelas bibliotecas públicas se coadunem com nossa realidade social. Isso, naturalmente, não implica que se abandone o objetivo de oferecer oportunidades para ampliar o uso das bibliotecas públicas por parte daquelas pessoas que disponham de tempo livre para a leitura como forma de lazer, e de tornar seu número cada vez maior.

Para alcançar esse objetivo será preciso encontrar meios adequados para atrair para as bibliotecas públicas aquelas pessoas que, mesmo dispondo de tempo livre, mostram-se refratárias à leitura ou têm dificuldade de acesso a materiais impressos. Como, por exemplo, a parcela alfabetizada daqueles 48% de pessoas que, em levantamento realizado nos bairros periféricos de São Paulo, em 1971, responderam que nada faziam durante seu tempo livre.[22] Em situação pior (ou seria melhor?) estavam 52% dos entrevistados durante levantamento sobre lazer realizado em maio último [1978] entre a população metropolitana do estado do Rio de Janeiro, que inclui sua capital e mais treze municípios. Durante um fim de semana esses 52% da amostra populacional estudada não tinham saído de suas casas, procurando evitar qualquer atividade em que tivessem de incorrer em alguma despesa. E os que saíram de casa — a outra metade — o fizeram para realizar alguma atividade lucrativa que lhes permitisse aumentar a renda familiar. Nada mais natural, portanto, que uma dona de casa retrucasse, irritada, para seu entrevistador: "Lazer? Ora, nem fale disso".[23]

O comentário do redator do jornal que publicou os resultados preliminares dessa pesquisa no Rio de Janeiro esclarece que "os entrevistados tinham vaga noção" do que era lazer. Além disso, ao serem interrogados, não escondiam seu mau humor e diziam com bom senso, segundo o jornal, que lhes interessava possuir, antes de tudo, água e esgotos, além de luz em suas casas.[23] Eis aí, quem sabe, uma sugestão para as bibliotecas públicas se aproximarem desses leitores refratários, a qual seria buscar uma forma de despertar-lhes a motivação para procurar nos livros das bibliotecas as informações que lhes propiciassem a compreensão dos motivos que geram essa situação de carência de serviços básicos e das formas de organização comunitária capazes de contribuir para sua superação.

Isso, naturalmente, exigirá que as bibliotecas se aproximem do universo cultural desses grupos carentes. Universo cultural que não é o da cultura supostamente universal imposta pela classe hegemônica. A situação que foi assinalada por Maria Beatriz Nizza da Silva, no Rio de Janeiro do século XIX, os estudos quanto aos hábitos de leitura de operá-

rias de São Paulo feitos por Ecléa Bosi, ou o trabalho pioneiro de Acácio Ferreira[24] sobre lazer operário na Bahia, publicado em 1959, indicam que a leitura que absorve a maior parte do tempo da maioria da população que pode ler, na sociedade como um todo, não é a leitura de alto nível de elaboração que circula dominantemente entre as elites intelectuais. Por isso é que temos de procurar melhor entender afirmações que, embora feitas num outro contexto social, tendem a ser generalizadas, como aquela externada por um autor inglês para quem uma das funções principais da biblioteca pública é "ampliar as áreas de recreação, ampliar o acesso a formas de alta cultura anteriormente limitadas a uma minoria".[25]

De acordo com esse raciocínio, o lazer deveria proporcionar a oportunidade de todos os indivíduos fruírem formas superiores de cultura, o que pressupõe que a elas deveria ser dada prioridade pelas bibliotecas públicas em detrimento do que fosse inferior e, portanto, popular e vulgar. A elevação da consciência artística das massas significaria o seu resgate do obscuro mundo de formas 'primitivas' de arte e sua iniciação num mundo de refinada fruição estética. Theodor Adorno analisou o que existe por trás dessa dicotomia entre 'alta cultura' e 'cultura popular', mostrando que a crítica cultural moderna

> encontra uma fonte de conforto no divórcio entre cultura 'elevada' e 'popular', arte e recreação, conhecimento e visão do mundo descomprometida. Seu antifilistinismo excede o da classe superior de Atenas na medida em que considera o proletariado mais perigoso do que os escravos. A noção moderna de uma cultura pura e autônoma indica que o antagonismo tornou-se inconciliável. Isso é o resultado de uma ideologia que em seu orgulho e insolência se entroniza como ser-em-si-mesma.[26]

Se as bibliotecas públicas merecem este adjetivo (público = relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade), por que deveriam elas contribuir para o esteticismo estreito e dogmático que emana de uma ideologia comprometida com valores que não são os da maioria da população? Mesmo o julgamento de valor que está vinculado a conceitos como arte acadêmica e figurativa, arte abstrata e moderna, arte utilitária e não utilitária, com as respectivas instituições ligadas à arte, pode estar a serviço de uma ideologia que aliena ainda mais o homem de si mesmo e de seu mundo. E, ainda como disse Adorno,

> quanto mais completamente o processo de vida, inclusive o lazer, é dominado por ordens sociais modernas [...] mais todos os fenômenos espirituais trazem a marca de tais ordens. Ou, então, podem contribuir diretamente para a perpetuação do

> sistema, sob a forma de recreação ou edificação, sendo fruídas como expoentes do sistema exatamente por causa de seu caráter socialmente preformado.[26]

Uma jornalista inglesa, num simpósio sobre bibliotecas e lazer, chamou a atenção para o distanciamento que as pessoas podem sentir diante de instituições que se identificam com uma visão de mundo própria das classes altas. Segundo ela, não foi ainda solucionado em seu país o problema de as pessoas da classe operária se sentirem intimidadas por essas instituições, entre elas a biblioteca dita pública. Para tais indivíduos a biblioteca "é um lugar especial que as pessoas cultas utilizam e onde seus filhos instruídos aprendem a usar os serviços por ela oferecidos".[27]

A fim de se transformarem em bibliotecas para o povo — melhor é dizer bibliotecas *do* povo — as bibliotecas públicas e, naturalmente, os bibliotecários, terão de superar as concepções equivocadas e os preconceitos que têm servido de base para que não sejam incorporadas nas atividades de tais instituições as manifestações da cultura popular, do folclore, das outras culturas que permeiam toda a sociedade, dos movimentos de contracultura. Para isso será preciso também dar ao povo o direito de participar do processo permanente de formação e atuação da biblioteca. Esta deve ser criada segundo as aspirações e características daquelas parcelas majoritárias da população que, supostamente, justificam a existência das bibliotecas públicas.

Finalmente, cabe ainda uma indagação. Qual a origem social das pessoas que efetivamente utilizam as bibliotecas públicas? Virão elas daqueles 68% de brasileiros que ganham menos de 1,08 salários mínimos por mês? Ou do grupo extremo de 1% que ganham mais de 10,8 salários mínimos? Ou das faixas intermediárias — a de 9,1%, que ganha entre 2,7 e 10,8 salários mínimos por mês, e a de 21,5%, que ganha entre 1,8 e 2,7 salários mínimos por mês?*

Estamos, sem dúvida, muito longe da situação a que chegou a Inglaterra, cuja associação de bibliotecários pôde definir, em 1971, o objetivo global das bibliotecas públicas daquele país nos seguintes termos:

> Contribuir para apoiar a qualidade de vida em todos seus aspectos — educacionais, econômicos, industriais, científicos e culturais, e promover o conceito de uma socie-

* Segundo dados do censo de 2010, a distribuição de renda passara a ser a seguinte: 41,5% ganhavam menos de um salário mínimo; 30%, de um a dois salários; 10,5%, de dois a três salários; 8,5%, de três a cinco salários; 6%, de cinco a 10 salários; 2,5%, de 10 a 20 salários; e 1% acima de 20 salários mínimos.

> dade democrática na qual exista igualdade de oportunidades para que todos se desenvolvam como cidadãos verdadeiros, com personalidades integrais e equilibradas, propiciando um aumento da soma total da felicidade do homem e da consciência de si mesmo, de seus semelhantes e de seu meio ambiente. Tal contribuição se fará através das bibliotecas públicas como uma instituição de múltiplos propósitos: informação, educação e cultura. Ela deverá difundir gratuitamente os registros da experiência humana, sob a forma de livros e materiais afins, para todos que os solicitem, assim provendo e estimulando o livre fluxo de informações e ideias.[28]

Os objetivos da biblioteca pública no Brasil também deverão ser definidos para que se possa saber com mais clareza pelo que lutamos, para que se possa ter uma política de ação prática e objetiva. Esses objetivos deverão estar impregnados de nossa realidade e do esforço consciente com que temos de contribuir para a superação das deficiências presentes. De tal modo que nós, bibliotecários, também possamos identificar qual foi nossa participação no dia em que não venham mais ser ouvidas respostas como aquela que Ecléa Bosi ouviu de uma operária paulista a quem solicitou que comentasse sobre algum livro que tivesse lido: "Não leio, não imagino, trabalho muito".

Referências

1. Greenwood, Thomas. Why should every town have a public library? In: ———. *Public libraries: a history of the movement and a manual for the organization and management of rate-supported libraries*. 4. ed. 1894. Reprinted by University Microfilms, 1971. Primeira ed.: 1886. A terceira edição, de 1890, está disponível em: https://archive.org/details/publiclibraries00greegoog. Acesso em: 27 dez. 2014.
2. Report on public libraries. Kenyon report, 1927. Apud McGolvin, L.R. *The public library system of Great Britain*. 1942, p. 2.
3. Discurso do imperador dom Pedro perante a assembleia geral, constituinte e legislativa do Império do Brasil, em 3 de maio de 1823. *Diario da Assemblea Geral, Constituinte, e Legislativa do Imperio do Brasil*, n. 3, p. 17, 1823. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/161195/per161195_1823_00003.pdf. Acesso em: 27 dez. 2014.
4. Brasil. Presidência da República. *Plano de reorganização do Ministerio da Educação e Saude Publica apresentado ao Poder Legislativo pelo Presidente da Republic*a. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 39-40.
5. Costa, Antônio de Macedo apud Viana, Artur. A Biblioteca e Arquivo Público [do Pará] – resumo histórico. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 3, n. 1, p. 85-102, jan./jun. 1975. (O texto original deste artigo foi publicado nos *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*, t. 1, p. i-xxvii, 1902.)
6. Lima, Oliveira. *Dom João vi no Brasil 1808–182*1. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945, v. 1, p. 107-108 e 120.
7. Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro (1808–1821)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 246 p. (Brasiliana, 363).
8. Cândido, Antônio. *Literatura e sociedade.* 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 81.

9. Tollenare, Louis-François de. *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818.* Paris: Presses Universitaires de France, 1971, v. 1, p. 77.
10. Dumazedier, Joffre. *Lazer e cultura popular*. Trad. de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Prespectiva, 1973, p. 34.
11. Friedmann, Georges. *O trabalho em migalhas; especialização e lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1972. 283 p.
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios; 4° trimestre de 1973; população – mão-de-obra – salário – instrução – domicílio*. Rio de Janeiro: ibge, s.d. (Documento gepd, n° 61).
13. Bosi, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1972. 178 p.
14. Milliet, Sérgio. *Diário crítico; 9° volume: 1953–1954*. São Paulo: Martins, 1957, p. 131-132.
15. Escarpit, Robert. *Le plaisir de lire.* Conferência pronunciada na reunião sobre 'Reading for Pleasure' realizada em 9/9/1977 durante o Congresso Mundial de Bibliotecários patrocinado pela ifla em Bruxelas.
16. Child, Dennis. *Psychology and the teacher*. London: Holt, 1973, p. 30.
17. Maslow, A.H. apud Child, Dennis, op. cit., p. 36.
18. La Belle, Thomas J.; Verhine, Robert E. Nonformal education and occupational stratification: implications for Latin America. *Harvard Educational Review*, v. 45, n. 2, p. 160-190, May 1975.
19. Pereira, Luiz. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965, p. 152, 181.
20. Medina, C.A. *A função social do livro na atual realidade brasileira.* Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais; Sindicato Nacional de Editores de Livros, 1975. 73 p.
21. Peres, Odília Clark; Fulgêncio, Célia Maria de O. Pesquisa sobre os usuários da Biblioteca Pública de Minas Gerais "Prof. Luís de Bessa". *Revista da Escola de Biblioteconomia da ufmg*, v. 1, n. 2, p. 101-112, set. 1972.
22. Recursos humanos da Grande São Paulo. 1971, v. 1, apud Requixa, Renato. *O lazer no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 98-99.
23. Grande Rio trabalha muito no fim de semana. *Jornal do Brasil*, 28 maio 1978, 1° cad., p. 18.
24. Ferreira, Acácio. *Lazer operário: um estudo de organização social das cidades*. Salvador: Progresso, 1959. 117 p.
25. Gerard, David E., ed. *Libraries and leisure*. London: Diploma Press, 1975, p. 11.
26. Adorno, Theodor W. Cultural criticism and society. In: Connerton, Paul (ed.) *Critical sociology: selected readings*. Harmondsworth: Penguin, 1976, p. 258-276.
27. Lipman, Beate apud Gerard, David, p. 63.
28. Public library aims and objectives. *Library Association Record*, v. 73, n. 12, p. 233-234, Dec. 1971.

10

Programas internacionais: seu impacto e sua implantação em países em desenvolvimento

É com o máximo de cautela que faço estas considerações sobre matéria concernente aos países em desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque não tenho procuração desses países para tecer comentários sobre o impacto e a implantação, em seus territórios, de programas internacionais no campo da biblioteconomia e da informação. Em segundo lugar, porque é extremamente difícil, para não dizer impossível, fazer generalizações sobre países que, por razões estatísticas, políticas e de outros tipos, são agrupados sob o rótulo comum de países em desenvolvimento.

Nos dias atuais, este mundo é em sua maior parte um mundo em desenvolvimento ou subdesenvolvido, em termos de extensão territorial, utilização e não utilização de recursos naturais, história e tradições, cultura e aspirações, e, por último, em termos dos vínculos econômicos e políticos que tornam essa parte majoritária do mundo dependente de um pequeno aglomerado de nações ricas e industrializadas. No mundo em desenvolvimento, também chamado Terceiro Mundo, vive a maioria da população deste planeta, e seus problemas tornam insignificantes os problemas com que se defrontam as nações industrializadas. Somos antes a regra que a exceção.

A história nos ensina, ironicamente, que alguns dos países que hoje são chamados em desenvolvimento foram outrora nações poderosas, cujo domínio se estendia sobre imensos territórios. Lamentavelmente, os países que hoje são dominantes conhecem as lições da história e farão todo o possível para evitar semelhante regressão. Embora os países em

Apresentado na conferência comemorativa do 10º aniversário do International and Comparative Librarianship Group da Library Association do Reino Unido, realizada na Loughborough University of Technology, de 23 a 25 de setembro de 1977. Nesta versão para o português, o autor fez algumas modificaçõess de forma, mas que não alteraram o conteúdo original. O texto em inglês foi publicado em Burnett, D.; Cumming, E.E. (ed.) *International library and information programmes*. London: Library Association, 1979, p. 69-82. Publicado em português na *Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 7, n. 2, p. 201-217, set. 1978.

desenvolvimento apresentem uma gama muito variada de situações, de tal forma que dois países nunca se assemelham totalmente, o que torna desorientadora sua classificação sob um termo comum, parece existir uma espécie de consenso geral sobre o que é e quais são os países em desenvolvimento. Espero que os leitores compartilhem desse consenso, poupando-me a tarefa de descrever e identificar cada um deles. O objetivo deste trabalho é traduzir certas ideias e observações gerais quanto à relevância para os países em desenvolvimento de alguns dos principais programas internacionais que foram ou vêm sendo desenvolvidos no setor de bibliotecas e informação científica.

Tenho a impressão de que cada país em desenvolvimento tem o dever de, no momento oportuno, realizar estudos sobre as formas como tais programas estão sendo implantados dentro de suas fronteiras. Por exemplo, no número de julho/agosto de 1977 do *Boletín de la Unesco para las Bibliotecas* foram publicados artigos que tratam da aplicação da International Standard Bibliographic Description (ISBD), um desses programas, na compilação de bibliografias nacionais de países da África, Ásia e América Latina.[1, 2, 3] À medida que relatórios como esses forem sendo publicados, ter-se-á em mãos um quadro mais completo da situação, que permitirá que se façam estudos comparativos e generalizações mais pertinentes.

Sabe-se que, através das atividades da Unesco, IFLA, FID e ISO, além de organizações nacionais estrangeiras, como a Ford Foundation e outras instituições de fomento, os países em desenvolvimento têm acumulado uma certa experiência em matéria de diplomacia da cooperação internacional. Tal experiência, entretanto, parece não ter servido para fazer com que os programas internacionais aqui citados se orientassem para o atendimento das reais necessidades e interesses dos países em desenvolvimento. Esse fato viria a ser lembrado, em 1972, por um bibliotecário de país desenvolvido, então presidente da IFLA, ao referir-se ao projeto Unisist:

> Não há dúvida de que a proclamada preocupação do projeto Unisist para com os países em desenvolvimento não consegue ocultar o fato de que seus promotores estejam pensando em termos de sociedades altamente industrializadas. Não é um perigo imaginário que o Unisist venha a contribuir para aumentar ainda mais a distância que separa os países em desenvolvimento dos países desenvolvidos.[4]

Quem estiver disposto a provocar o sr. Liebaers poderá replicar com as mesmas palavras, dizendo que, durante sua existência, a IFLA só veio a

tomar conhecimento da existência dos países em desenvolvimento nos últimos anos. Além disso, alguns dos próprios programas que são atualmente apoiados por essa organização de caráter internacional, mas que se esforça por manter-se tão perto quanto possível de suas origens europeias, são programas muito mais adequados às condições do mundo industrializado do que às necessidades dos países em desenvolvimento. Como, por exemplo, o Controle Bibliográfico Universal ou UBC.

O conceito do UBC implica como motivação básica a promoção de um sistema mundial de controle e intercâmbio de informações bibliográficas, como um passo necessário para possibilitar o acesso às publicações em escala universal. Tem sido reiterado que o UBC procura concentrar seu principal esforço nos países em desenvolvimento. Mas, como bem chamou a atenção Stephen Parker, bibliotecário inglês que tem experiência de trabalho no Terceiro Mundo, é possível que esse esforço venha a acarretar mais benefícios para os países industrializados, que procuram avidamente constituir seus acervos bibliográficos de publicações dos países em desenvolvimento. Parker também destacou um ponto importante que seria a ênfase excessiva no controle bibliográfico, o qual pode levar ao descuido ou desinteresse para com o estabelecimento de sistemas nacionais de bibliotecas, requisito indispensável ao desenvolvimento da indústria editorial nos países em desenvolvimento.[5] Está claro que quando Parker teceu esses comentários, o conceito do UBC ainda não fora incorporado aos objetivos do programa NATIS, mas isso não invalida a substância do pensamento desse autor.

Todos sabem que dentro do programa do UBC foram instituídas normas bibliográficas internacionais para a descrição de monografias, publicações seriadas e materiais não bibliográficos, conhecidas como ISBDs. Essas normas têm sido alvo de diferentes tipos de críticas. No boletim da Unesco mencionado acima, encontram-se críticas ao fato de elas não terem levado em conta certos usos bibliográficos e linguísticos, principalmente aqueles encontrados em países asiáticos. A ênfase dada pelas ISBDs ao emprego de símbolos de pontuação pode parecer ridícula nas culturas cujos idiomas não empregam símbolos de pontuação.[6]

Também existem dificuldades que não são decorrentes do padrão cultural de determinado país e que estão relacionadas com o nível de desenvolvimento bibliotecário e a disponibilidade de mão de obra especializada. Essas dificuldades podem ter como causa aqueles esforços que são despendidos na implantação de regras extremamente minuciosas, prescritas para o registro bibliográfico básico ou completo. Tais re-

gras são dominadas por uma excessiva preocupação com o documento impresso, refletindo as complexas necessidades das grandes bibliotecas gerais da Europa e dos Estados Unidos e não levando em conta as necessidades de bibliotecas voltadas para os usuários de forma prioritária, como devem (ou deveriam) ser as dos países em desenvolvimento. Isso não quer dizer que se esteja ignorando a ressalva de que podem ser elaborados registros bibliográficos menos detalhados a partir do registro completo, que é recomendado apenas para a agência bibliográfica nacional, conquanto que sejam respeitadas a ordem e a pontuação prescritas em cada ISBD...

Em 1973, a professsora Nilcéa A. Rossi Gonçalves, que lecionava catalogação na Universidade de Brasília, expressava o seu desapontamento com a ISBD. Em artigo que parece não ter recebido a atenção que merecia, ela colocava alguns dos principais problemas que a obediência servil à ISBD iria acarretar em bibliotecas brasileiras, principalmente aqueles ligados aos custos e à necessidade de manter atualizados os catálogos das bibliotecas em face de uma produção bibliográfica crescente.[7]

Compreender-se-á melhor a inquietação dessa professora se se acrescentar que a implantação da ISBD no Brasil poderá representar um sério golpe no movimento, que ganhava força, a favor da adoção de regras catalográficas simplificadas, a fim de acelerar o processamento dos materiais. Em 1971, nunca é demais lembrar, havia em nossas bibliotecas mais de três milhões de livros à espera de catalogação, sem contar o meio milhão em condições semelhantes na Biblioteca Nacional, onde alguns tinham sido adquiridos na época de sua fundação, há mais de 150 anos. O total de livros não catalogados correspondia, assim, a 30% do patrimônio bibliográfico existente nas bibliotecas do país, conforme dados fornecidos ao IBGE. Não quero dizer que esse exemplo implique que a adoção de uma catalogação simplificada ou detalhada seja a única razão para justificar a eficácia ou ineficácia do processamento técnico. Deve-se, porém, considerá-lo como um mecanismo para suscitar uma questão fundamental, a saber: no campo das bibliotecas e da informação, o que é bom para um país desenvolvido também o será para um país em desenvolvimento? Conforme Wijasuriya comentou:

> A tendência a resistir à adoção de normas internacionais pode decorrer simplesmente do fato de as instituições que formulam essas normas frequentemente fazerem caso omisso, talvez de forma inconsciente, das convenções, práticas ou problemas encontrados fora do mundo europeu-norte-americano, Esta tendência deve ser superada se se quiser alcançar universalmente um objetivo almejado.[2]

Críticas semelhantes a estas não significam que a normalização seja em si mesma indesejável. Entretanto, elas põem em evidência o fato de que, ao serem formuladas, as normas deverão levar em consideração as peculiaridades nacionais de uma ampla variedade de países, bem como deverão ser ouvidos representantes nacionais que possuam a devida competência, para que tais normas sejam de índole menos restrita. Do contrário, como se chegará à interpretação de registros bibliográficos através das barreiras linguísticas e como se fará a conversão desses registros a uma forma legível por computador?

As regras catalográficas dominantes refletem a estrutura de uma organização heterogênea das técnicas de produção do livro nas nações ocidentais e que resultam de diferentes tradições nacionais ou, simplesmente, da mera ignorância dos impressores e editores ou dos caprichos dos autores. Muitos problemas de catalogação são problemas que decorrem dos baixos padrões da indústria editorial. Parece que uma posição razoável a ser adotada internacionalmente seria o estabelecimento e a adoção, de fato, de normas para produção e apresentação de livros e outros suportes de informação. Tais normas deveriam ser estabelecidas e obedecidas com o objetivo de facilitar a descrição bibliográfica e a identificação de autoria, Assim se aceleraria o processo de catalogação e se estaria contribuindo para impedir a ressurrreição, como fetiches, das regras catalográficas.

Se me permitirem uma analogia com a medicina, direi que os bibliotecários inventaram uma enorme estrutura de regras casuísticas para tentar curar os males que afetam a produção de materiais impressos no que concerne à sua identificação e descrição. Esta espécie de biblioteconomia curativa ou terapêutica parece estar fadada ao fracasso, uma vez que os novos remédios jamais conseguem provocar o desaparecimento das doenças.

Da mesma forma que nas ciências da saúde a melhor arma contra as doenças infecciosas é preveni-las por meio da imunização, também deveríamos experimentar novas abordagens no domínio da biblioteconomia preventiva. E a catalogação na fonte é um bom exemplo disso que aqui chamo de biblioteconomia *preventiva*. Além da catalogação na fonte, o Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Seriadas (ISDS) e o Número Internacional Padronizado do Livro (ISBN) são exemplos dessa abordagem preventiva e do tipo de relação que deve existir, nacional e internacionalmente, entre os produtores e os organizadores de documentos, a fim de serem encontradas soluções adequadas para os

problemas criados pela crescente complexidade da produção bibliográfica e da provisão de acesso a essa produção.

O futuro da catalogação na publicação não parece ser muito promissor em vista da natureza exclusivista da ISBD. Como se sabe, seguindo as ISBDs, a agência bibliográfica nacional estabelecerá o registro bibliográfico autorizado para cada nova publicação aparecida no país. A ênfase nesse aspecto e os argumentos relativos à prática atual da catalogação na publicação, desenvolvidos no documento de base da conferência da Unesco sobre bibliografias nacionais, realizada em Paris, em setembro de 1977, deixam evidente que o registro feito para a catalogação na publicação jamais poderá substituir "o registro autorizado definitivo preparado pela agência bibliográfica nacional". Esse documento de base, contudo, recomenda a melhoria dos atuais métodos de catalogação na publicação e que seja incluído um mínimo de elementos em cada registro, de conformidade com a ordem e a pontuação ditadas pela ISBD.[8]

Considera-se o controle das informações bibliográficas como uma etapa fundamental para o intercâmbio de arquivos bibliográficos entre as agências bibliográficas nacionais. A palavra intercâmbio, em qualquer língua, equivale a dar ou oferecer algo em troca de alguma outra coisa. Na sua forma substantiva ou verbal sempre está implícita a noção de reciprocidade. É duvidoso, no entanto, que, com tal sentido, possa ocorrer algum intercâmbio entre dois países ou regiões cujas produções bibliográficas não sejam equivalentes, pelo menos em termos numéricos. Será que a Library of Congress estaria disposta a aceitar numa base permanente o intercâmbio das fitas MARC com as fitas CALCO que estão sendo planejadas para o Brasil?

É evidente que a palavra intercâmbio é empregada de forma figurativa nesse contexto. Será necessário que haja algum pagamento, pelo menos para cobrir os custos de produção das cópias das fitas magnéticas ou das bibliografias nacionais impressas. Só a título de curiosidade e para exemplificar, é bom lembrar que o preço de venda das fitas MEDLARS, em base não comercial, que só cobre os custos de reprodução, é da ordem de 500 dólares. Numa transação estritamente comercial essas mesmas fitas podem chegar a custar 50 mil dólares.[9]

É de se presumir que, uma vez tendo tido acesso aos arquivos bibliográficos estrangeiros, os países em desenvolvimento identifiquem materiais relevantes para serem adquiridos. É razoável supor que a melhoria nos processos de divulgação de novas publicações estimulará uma demanda maior de materiais bibliográficos dos países desenvolvidos nos

países em desenvolvimento. Numa situação em que a deterioração das condições de comércio para os países em desenvolvimento é uma constante, a aquisição desses materiais no estrangeiro exigirá o desembolso de moeda forte e a consequente resistência das autoridades financeiras a aprovar a importação de publicações do exterior no volume exigido pelos bibliotecários e usuários.

Além das medidas que já foram tomadas em tratados e acordos internacionais, visando a facilitar a aquisição de materiais bibliográficos em países estrangeiros, parece que seria apropriado e necessário ampliar o conceito de nação mais favorecida para aqueles países em desenvolvimento que enfrentam dificuldades monetárias na aquisição de materiais bibliográficos em países industrializados.

Qualquer política visando a facilitar a importação de livros, periódicos e bases de dados bibliográficos não deve constituir-se num estratagema para permitir a prática do *dumping* do mercado editorial dos países em desenvolvimento por parte das nações industrializadas e a sufocação da indústria editorial local.

No que se refere à implantação do conceito de redes internacionais, foi sugerido, em documento editado pela Unesco, que o Terceiro Mundo teria a lucrar

> com a inovação social de bibliotecas e centros de informação interativos sem ter de basear sua ação na premissa de que tais atividades, que levariam a uma ligação internacional em rede, precisariam depender de grandes computadores. [...] Como o saber é um recurso nacional e todo país deve procurar incrementar e utilizar esse recurso, é essencial que se faça todo o possível para se conseguir uma ligação com outros países, mesmo que seja por meio da chamada 'parasitologia de redes'. Isso consiste em fazer avançar as técnicas existentes, desde o correio comum, correio aéreo, telex, telefone, terminais interativos acionados por discagem até interconexões por linhas dedicadas, de modo que o país poderia considerar-se um nódulo na rede de informações/computador/telecomunicações e não um 'império de informações' nacional, estanque e administrado burocraticamente. Se se verificar que um serviço em outro país da região é melhor ou mais desenvolvido, sua utilização, de um ponto de vista nacional, liberará forças para outras atividades e, assim, poderá ocorrer uma divisão do trabalho entre os países.[10]

Peço desculpas pela extensão desta citação, mas ela se justifica pela reputação de seu autor, pelo fato de achar-se num documento editado pelo programa Natis, e porque sintetiza uma visão unilateralmente tecnicista do problema.

A imagem descrita acima não deixa de ser atraente. Mas há dois

pontos que gostaria de levantar. Em primeiro lugar, parece que, em geral, os custos de teleprocessamento internacional são relativamente altos para a capacidade de gastos de muitos países em desenvolvimento. Em segundo lugar, suponho que essa proposta seria muito pertinente num mundo sem fronteiras políticas e onde os países não fossem presas constantes da suspeita. Se o saber é um recurso nacional, por que cargas d'água iria um país abrir mão da posse e controle desse recurso? O país que viesse a aceitar o fato de depender de uma base de dados localizada fora de seu território, a fim de obter as informações necessárias, passaria também a depender de restrições e alterações de política no país fornecedor das informações. Por outro lado, esse argumento de uma divisão do trabalho em escala mundial já foi empregado antes, e com frequência, para justificar a perpetuação de um sistema de trocas pelo qual os países em desenvolvimento exportam matérias-primas e importam manufaturados.

Ideias como 'comunicação' e 'intercâmbio', que são frequentemente utilizadas para justificar programas internacionais no campo da biblioteconomia e da informação técnico-científica, exigem que sejam mais bem explicadas. Antes de tudo, é preciso deixar claro que elas implicam uma participação bilateral. Essa reciprocidade pode ser conseguida com menos dificuldade quando as partes interessadas compartilham características culturais similares e níveis comparáveis de desenvolvimento socioeconômico, para não citar a questão da autodeterminação política, Sempre que um dos parceiros não conseguir equiparar-se com o outro, em termos de poder econômico e político, tornar-se-á extremamente penoso chegar a uma solução de compromisso que seja aceitável e justa. Dar e receber é uma arte desconcertante quando se tem mais a receber do que a dar.

Já toquei nos problemas ligados ao acesso a documentos nos países em desenvolvimento. Um programa que vise a proporcionar o acesso universal às publicações representa um passo positivo na concretização do princípio de livre fluxo de informações entre as nações. Não adianta estimular a utilização de arquivos bibliográficos computarizados nos países em desenvolvimento se os documentos primários para os quais eles remetem não existirem localmente, pelo menos em proporção satisfatória.

Uma solução bastante promissora e viável para os países em desenvolvimento é a realização de atividades regionais e locais no que se refere ao acesso aos documentos. Nenhum planejamento de infraestruturas

nacionais de serviços de bibliotecas e informação pode omitir o exame sério da criação de um sistema para a utilização racional de recursos financeiros na formação de acervos bibliográficos. Esse planejamento deve ter em conta as atividades de empréstimo interbibliotecário, aquisição cooperativa, expurgo (ou desaquisição, para usar um neologismo já corrente na literatura em inglês) e armazenagem cooperativa.

Em escala internacional, não parece que os países em desenvolvimento tenham conscientemente criado obstáculos ao acesso às publicações por parte das nações industrializadas. Quando esses obstáculos existem, trata-se de uma das inúmeras deficiências provocadas pelo subdesenvolvimento. As atividades desempenhadas pelos escritórios da Library of Congress em vários países em desenvolvimento mostram que as publicações se encontram ali, e basta alguém disposto a ir cavar à sua procura.

Os países em desenvolvimento devem esperar e ver em que medida o programa de Acesso Universal às Publicações afetará positivamente a provisão de documentos às suas clientelas locais. Alguns desses países poderão até mesmo considerar a possibilidade de que esse programa lhes dê condições de reivindicar às antigas metrópoles a devolução daqueles materiais bibliográficos e de arquivos que outrora foram tomados de sua posse legítima...

Outro ponto a examinar no presente contexto é a participação dos países em desenvolvimento na produção e utilização de serviços de informação computadorizados de caráter internacional. A divisão desses serviços em duas áreas, uma sob o controle de organizações intergovernamentais e a outra que pertence e é comercializada por governos nacionais e/ou empresas comerciais privadas, tende a transplantar para os países em desenvolvimento a mesma competição que caracteriza a situação atual nos países industrializados. Afinal, esta é a era da indústria da informação. E uma indústria deve vender para sobreviver.

Quando, nos países em desenvolvimento, as autoridades e os profissionais não estão a par das implicações que envolvem a aquisição de sistemas de informação computadorizados produzidos no exterior, é possível que, após tomada a decisão de adquiri-los, venham a defrontar-se com consequências desastrosas. Às vezes, a decisão foi tomada sem o devido exame dos custos de processamento envolvidos e a mão de obra especializada que seria necessária à operação do serviço. Considerando que as necessidades de informações e o comportamento dos usuários são comumente ignorados por aqueles que tomam as decisões, os servi-

ços proporcionados por um sistema caro e sofisticado não atenderão às expectativas daqueles que se deixaram seduzir pelos vendedores e suas promessas maravilhosas.

Os países em desenvolvimento não podem colocar de lado o fato de que esses sistemas de informação computadorizados existem e de que eles devem ser utilizados sempre que isso seja viável e conveniente. O problema é saber qual dos dois tipos de serviços acima citados é o mais adequado para as características particulares de um país em desenvolvimento. Aqueles sistemas de informação que até agora foram desenvolvidos e são mantidos por organizações governamentais internacionais, sob a égide de agências especializadas das Nações Unidas, são provavelmente mais compatíveis com as necessidades dos países em desenvolvimento, posto que não se acham comprometidos com uma determinada clientela nacional. Além disso, como têm de ser verdadeiramente internacionais, a cobertura que dão a assuntos que interessam mais de perto aos países em desenvolvimento, e a atenção que têm de dar à organização interna dos arquivos, por causa de sua fácil utilização por usuários de diferentes contextos culturais e linguísticos, são vantagens que dificilmente outros sistemas podem oferecer.

As nações em desenvolvimento não são um deserto uniforme de ideias, hipótese que parece estar implícita no lugar-comum de que essas nações são mais consumidoras do que produtoras de informações. Se, na área científica e tecnológica sua participação na produção universal de informações é apenas uma pequena parcela, que, não obstante, tem de ser indexada por qualquer sistema que almeje ao internacionalismo, no campo da erudição humanística e das ciências sociais essas nações contam com longa e respeitável tradição. É provável que, para alguns países em desenvolvimento, o acesso a esse último tipo de informações seja extremamente importante no processo de descolonização ideológica e reorganização de antiquadas estruturas sociais, políticas e econômicas. Em suma, as mudanças sociais, que são tão necessárias nos países em desenvolvimento, não poderão ocorrer somente com a utilização de conhecimentos gerados no campo das ciências puras e da tecnologia.

Existem países subdesenvolvidos e países subdesenvolvidos. Todos podem parecer iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros. Algumas das considerações aqui feitas e dos julgamentos emitidos certamente serão irrelevantes para alguns ou até para a maioria desses países. Este é um risco difícil de evitar quando se fazem generalizações. Essas, contudo, foram feitas a partir da perspectiva de quem se situa num de-

terminado país em desenvolvimento e ao qual é bastante provável que sejam aplicadas.

A participação do Terceiro Mundo em programas internacionais no campo dos serviços de bibliotecas e informação é um direito inalienável e um compromisso sério. Os países dessa parte do mundo têm de enfrentar um desafio muito maior do que aquele que enfrentam os países desenvolvidos, pois frequentemente têm de atacar em diversas frentes ao mesmo tempo. Até mesmo a possibilidade de nós não repetirmos os erros dos países industrializados, que é apregoada tão amiúde, não constitui uma verdade absoluta. Os erros e equívocos cometidos pelos países desenvolvidos na construção de seus serviços de bibliotecas e informação não estão sujeitos a ocorrer num contexto social e histórico diferente e ainda assim manterem as mesmas características em termos de causas e efeitos. Por trás das afirmativas de que podemos evitar erros está a ideia de que a solução que funcionou numa sociedade desenvolvida haverá de funcionar numa subdesenvolvida. Na realidade, temos de incorrer em erros. Normalmente, esta é a melhor forma de aprender e desenvolver as aptidões que levam à criação de novas maneiras de fazer as coisas e à aquisição de independência de pensamento e ação.

Referências

1. Aje, S.B. isbd application to African national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries,* v. 31, n. 4, p. 216-222, 1977.
2. Wijasuriya, D.E.K. isbd application to Asian national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 31, n. 4, p. 223-232, 1977.
3. Monte-Mór, J.; Gomes, H.E. isbd application to Latin American national bibliographies. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 31, n. 4, p. 233-239, 254, 1977.
4. Liebaers, H. *ifla News,* v. 42, n. 3, Nov. 1972, apud Parker (5).
5. Parker, J.S. International librarianship – a reconnaissance. *Journal of Librarianship,* v. 6, n. 4, p. 219-232, 1974.
6. Kerr, R.; Clarke, T.C. The development of the International Standard Bibliographic Description (isbd) and some problems for non-Roman scripts. *Unesco Bulletin for Libraries,* v. 31, n. 4, p. 210-215, 1977.
7. Gonçalves, N.A.R. A isbd e sua utilização nas bibliotecas. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, n. 2, p. 159-166, 1973.
8. International Congress on National Bibliographies. Paris, 1977. *The national bibliography: present role and future developments, prepared by the ifla International Office for ubc*. Paris: Unesco, 1977. 97 p. (pgi-77/ubc/2)
9. A case worth noting in case you hadn't heard. *American Libraries,* v. 8, n. 4, p. 172, Apr. 1977.
10. Tell, B. *Design and planning of national information systems (natis); a paper for government planners*. Paris: Unesco, 1976. 58 p. (com-76/natis/7)

Nota de 2015

Desde 1977, quando este texto foi escrito, os programas nele mencionados foram extintos ou sofreram mudanças significativas. Em 1978 o Unisist fundiu-se com o Natis, que nascera de uma dissidência na Unesco entre a divisão responsável pela informação científica e a divisão responsável por bibliotecas. Mais informações sobre o conflito entre Unisist e Natis, inclusive ruídos de bastidores, encontram-se em: Liebaers, Herman. *Mostly in the line of duty: thirty years with books*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1980, p. 63-69; e p. 200-201, sobre o conflito entre Adam Wysocki (Polônia) e Célia Zaher (Brasil). Dessa fusão surgiu o Programa Geral de Informação (PGI) que, em 2000, deixou de existir, sendo substituído, junto com o Programa Intergovernamental de Informática (IIP), pelo Programa Informação para Todos (IFAP). O escritório do Programa Universal de Disponibilidade de Publicações foi desativado em 2003 (ver avaliação desse programa em Parent, I. The IFLA UAP and UBC programmes: a lasting impact on information services in the global society. *Alexandria*, v. 16, n. 2, p. 69-75, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1177/095574900401600202. Acesso em 6 fev. 2025. Uma análise meticulosa desses programas encontra-se em Lor, Peter Johan. The IFLA–UNESCO partnership 1947–2012. *IFLA Journal*, v. 38, n. 4, p. 269-282, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0340035212463138. Acesso em: 6 fev. 2025. Ainda sobre o Unisist e outras ações da Unesco, ver Rose, John B. The UNESCO General Information Programme and its role in the development of regional co-operative networks. *Iatul Quarterly*, v. 3, n. 4, p. 231-245, 1989. Disponível em: http://docs.lib.purdue.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1175&context=iatul. Acesso em: 6 fev. 2025. Luiz Antonio Gonçalves da Silva defendeu tese, em 1994, na Universidad Complutense de Madrid: *Estudio histórico comparativo de los programas de información y documentación de la UNESCO y su impacto en los paises de América Latina*, sobre a qual Maria Esther de Araújo Coutinho publicou extensa recensão em *Ciência da Informação*, v. 23, n. 3, p. 377-382, set./dez. 1994.

Com o desenvolvimento da microinformática e das telecomunicações e o advento da internet, muitas das razões, principalmente financeiras e políticas, que justificavam a atuação de organismos multilaterais, como a Unesco, deixaram de existir. A universalização do acesso à informação, um dos postulados do Unisist/Natis, saiu das mesas de debates e se tornou um fato da realidade, mesmo que essa universalização não esteja ocorrendo segundo o espírito igualitário presente nessa ideia desde Paul Otlet.

Desnecessário dizer que as atividades da Unesco sofreram perda dos aportes financeiros dos EUA, entre 1984 e 2002, período em que deixou de participar da organização, por discordar de sua orientação voltada para a criação de uma 'nova ordem internacional' no campo da comunicação e informação.. Em 2011, os EUA voltaram a suspender sua participação nessa organização, por causa do reconhecimento do Estado palestino pela Unesco.

No campo prático, iniciativas do setor privado, tanto multinacionais quanto nacionais, como, por exemplo, o Online Computer Library Center (OCLC) vêm concretizando muitas das ideias que ocupavam as mentes dos visionários da informação até o início do século XXI.

11

Sobre a viabilidade de centrais de processamento técnico no Brasil

Desde 1911 que a preocupação com a cooperação nacional e internacional traduziu-se no regulamento da Biblioteca Nacional por iniciativa de seu diretor na época, Manuel Cícero Peregrino da Silva, que planejava criar um catálogo coletivo dos acervos das bibliotecas do país, promover a catalogação cooperativa com o fornecimento de fichas impressas que seriam permutadas com as do Institut International de Bibliographie, em Bruxelas, e introduzir na prática bibliotecária a utilização da Classificação Decimal Universal.[1] Quase 30 anos seriam necessários para que essas ideias começassem a ser postas em prática, mas não sob a égide da Biblioteca Nacional.

A distribuição de fichas catalográficas impressas seria iniciada em 1942 pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Cinco anos mais tarde esse serviço seria transferido para a Fundação Getulio Vargas e finalmente, em 1954, passou a fazer parte do recém-criado Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), como Serviço de Intercâmbio de Catalogação, o qual recebia as informações das bibliotecas cooperantes na medida em que catalogavam suas aquisições. Adotava-se o código de catalogação da Biblioteca Vaticana e o processo de revisão era muito criterioso e meticuloso. Depois de revistas, as fichas eram enviadas para o Departamento de Imprensa Nacional para a produção tipográfica. Esse processo foi substituído por máquinas Flexowriter, que permitiam a reprodução das fichas, quando solicitadas, a partir de fita perfurada de papel.

Durante sua existência, o serviço produziu fichas de mais de cem mil livros, mas seu impacto nas bibliotecas do país foi irrelevante, pois em 1968 somente 300 bibliotecas informavam serem usuárias das fichas impressas.[2] O número de bibliotecas especializadas e universitárias era

Apresentado no IFLA/UNESCO Pre-Session Seminar on Resource Sharing of Libraries in Developing Countries. Antuérpia, 1977. Publicado em: VERVLIET, H.D.L. (ed.) *Resource sharing of libraries in developing countries*. München: Saur, 1979, p. 99-104. (IFLA publications, 14)

duas vezes maior que isso, sem mencionar as bibliotecas públicas (cerca de 1 500) e a Biblioteca Nacional. As condições operacionais do serviço, em geral, não eram satisfatórias e, pouco a pouco, ele foi minguando.

Em 1 de julho de 1971 foi iniciado o programa de catalogação na publicação (CIP), em São Paulo, e, em novembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade, respectivamente, da Câmara Brasileira do Livro e do Sindicato Nacional de Editores de Livros. Os dois centros de catalogação foram instalados nas cidades onde se concentra a maioria das editoras. As atividades de ambos são articuladas, a fim de garantir a uniformidade de procedimentos. Um número crescente de livros editados por editoras privadas inclui os dados de catalogação na publicação.[3, 4, 5]

No ano passado [1978] a Biblioteca Nacional deu início à produção de seu *Boletim Bibliográfico* com o emprego de equipamento de processamento de dados. Esta publicação corresponde à bibliografia nacional corrente e existe desde 1918 com o objetivo de informar sobre as aquisições da biblioteca em cumprimento ao depósito legal. A utilização de computador para a produção do *Boletim Bibliográfico* significa a culminação dos estudos iniciados há alguns anos no IBBD sob a responsabilidade de Alice Príncipe Barbosa com a finalidade de desenvolver um formato bibliográfico para catalogação por computador e que pudesse ser também utilizado como base para o desenvolvimento de um sistema informatizado de catalogação cooperativa.[6] Esse formato é designado CALCO (de CAtalogação Legível por COmputador), e é compatível com o MARC e a ISBD além de atender às características próprias da literatura produzida no Brasil.

Jannice Monte-Mór, diretora da Biblioteca Nacional, declarou que, se essa experiência com o CALCO, que está sendo executada para a Biblioteca Nacional pelo centro de processamento de dados do Ministério da Educação e Cultura, conquistar aceitação nacional, será possível criar uma grande base de dados bibliográficos capaz de fornecer uma gama de produtos diferentes, desde a bibliografia nacional trimestral e suas edições acumuladas até fichas catalográficas impressas, listas de editoras, bibliografias de assuntos e autores, etc.[7] Em comunicação pessoal ao autor, a diretora da Biblioteca Nacional vê a possibilidade de desenvolver esse sistema de tal modo que possa substituir o hoje extinto catálogo coletivo nacional de livros, que era mantido pelo IBBD e não foi incluído na estrutura do novo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que substituiu o IBBD em 1976.

Um programa que também teve início na década de 1940 na Fundação

Getulio Vargas foi o catálogo coletivo nacional de periódicos. Trata-se do mais importante programa cooperativo com coordenação descentralizada (similar ao modelo de serviço duplo de Sinclair)[8] que abrange bibliotecas especializadas e universitárias. É administrado pelo IBICT que recebe informações sobre as coleções de periódicos de mais de 800 bibliotecas, tanto isoladamente, quanto organizadas em sistemas ou catálogos coletivos regionais que coletam os dados e enviam os formulários preenchidos para o sistema informatizado mantido pelo IBICT.

No final de 1976 a base de dados do catálogo coletivo nacional contava com informações sobre um total acumulado de mais de 55 mil títulos de periódicos nas diferentes regiões do país. Desde que o sistema informatizado foi iniciado, no final da década de 1960, foram publicados dois catálogos coletivos temáticos, um para ciências exatas e tecnologia (1971) e outro para ciências naturais e agrícolas (1975). Está no prelo o catálogo coletivo de ciências biomédicas. Um catálogo coletivo regional para o estado de São Paulo, incluindo periódicos nas áreas de documentação/biblioteconomia, foi publicado recentemente.

As bibliotecas cooperantes podem receber listagens de suas próprias coleções, as quais serão úteis para atualização dos registros ou para empréstimo entre bibliotecas no caso de bibliotecas e unidades de sistemas de informação localizadas em cidades diferentes.

O IBICT considera o catálogo coletivo nacional de periódicos como sendo de importância fundamental para a promoção de programas de empréstimo entre bibliotecas e aquisição cooperativa.

É válido salientar que a experiência do IBICT na operação de catálogos coletivos compilados manualmente ou informatizados tem sido levada a outros países da América Latina.

Tendências futuras

No quadro das condições econômicas, sociais e culturais existentes no Brasil, parece que se deve descartar a centralização monolítica das atividades bibliográficas, em favor de um sistema integrado onde a cooperação seja obtida como resultado de programas claramente definidos em níveis diferenciados e articulados segundo diversos enfoques, como, por exemplo, proximidade geográfica, qualidade e a especialização dos acervos, subordinação administrativa (federal, estadual, municipal ou privada), recursos de processamento de dados e telecomunicações, etc. Há consenso de que as limitações econômicas que os países em desen-

volvimento enfrentam e que às vezes também ocorrem em países desenvolvidos sejam o principal argumento em favor da cooperação bibliotecária. O grande dilema está em como montar um sistema cooperativo de tal forma que todas as partes envolvidas dele participem ativamente e os custos de manutenção sejam compartilhados igualitariamente.

Na verdade, o Brasil, como sociedade subdesenvolvida, tem vacilado muito ao considerar a otimização dos escassos recursos por meio de uma maior cooperação entre os serviços de biblioteca e informação, inclusive com a plena utilização de serviços centralizados de catalogação. Os motivos do fracasso do mencionado Serviço de Intercâmbio de Catalogação não devem ser explicados somente por causa das deficiências intrínsecas desse serviço. Discussões bizantinas quanto às vantagens e desvantagens de códigos de catalogação e sistemas de classificação sempre estiveram associadas a uma resistência inflexível à implantação efetiva da cooperação. Os bibliotecários podem até estar dispostos a cooperar e mesmo integrar serviços redundantes, conquanto que não tenham de abrir mão de sua autonomia e consequente liberdade para continuar como dirigentes intocáveis de seus feudos autossuficientes. Conforme afirmou Sinclair em relação à situação nos Estados Unidos: "com poucas exceções, os bibliotecários aceitam o conceito de cooperação, mas constatam que é muito mais difícil praticá-la do que pregá-la".[8]

As tentativas de institucionalizar acordos de cooperação e centrais de processamento devem levar em conta as características históricas específicas e até mesmo o caráter nacional. Seria pueril tentar fechar os olhos a esses aspectos subjetivos. Apesar dos muitos obstáculos, parece que alguns fatores surgiram nos últimos 20 anos, os quais devem ser assimilados criteriosamente ao se estabelecerem as bases sobre as quais serão construídos futuros esquemas de cooperação. Tais fatores decorrem não apenas da experiência brasileira, mas também de acontecimentos no cenário internacional. Tendo em mente esses fatores procurarei embarcar numa espécie de adivinhação sobre que forma terão as coisas no domínio das centrais de processamento.

1) A Biblioteca Nacional poderá tornar-se uma agência bibliográfica nacional efetiva, responsável pelas atribuições previstas no Controle Bibliográfico Universal em escala nacional, a saber: a) estabelecimento do registro bibliográfico padronizado de cada nova publicação feita no país; b) publicação desses registros, no menor tempo possível, numa bibliografia nacional que seja editada com regularidade; c) produção e distribuição dos registros num formato físico padronizado (fichas, regis-

tros legíveis por computador ou alternativas aceitáveis); d) recebimento e distribuição no país de registros similares produzidos por outras agências bibliográficas nacionais; e e) finalmente, se as circunstâncias o permitirem, a criação de uma bibliografia nacional retrospectiva da produção editorial do país.[9] Atualmente, é importante mencionar que a Biblioteca Nacional está adotando as medidas necessárias para implantar o sistema ISBN no Brasil.

2) O IBICT poderá cada vez mais assumir seu novo papel como agência normativa e coordenadora da informação científica e técnica, além de fornecer certos serviços centralizados, como, por exemplo, o catálogo coletivo nacional de periódicos. Se a Biblioteca Nacional implantar o catálogo coletivo nacional de livros, não haverá motivo aparente que impeça uma futura transferência para a Biblioteca Nacional do catálogo coletivo de periódicos.

Na medida em que se criam e se desenvolvem novas bibliotecas e sistemas de informação especializados, que utilizam técnicas modernas informatizadas e que estejam ligados a sistemas internacionais ou deles sejam subsistemas, a produção de bibliografias correntes que cubram a literatura publicada em periódicos brasileiros de ciência e tecnologia poderá ser transferida do IBICT para essas bibliotecas e serviços de informação, cujos índices e resumos deverão ser compatíveis com formatos internacionalmente aceitos e que se integrem a bases de dados disponíveis internacionalmente. É desnecessário dizer que o IBICT e a Biblioteca Nacional deverão estabelecer relações muito próximas e traçar políticas bem definidas para mútuo entendimento.

Atualmente [1977], o sistema ISSN está sendo implantado pelo IBICT.

3) O Instituto Nacional do Livro (INL), órgão do Ministério da Educação e Cultura responsável pelo desenvolvimento da indústria editorial e dos serviços de bibliotecas públicas, poderá desempenhar um papel importante como interface entre as editoras e as bibliotecas. Poderá também tornar-se ativo na coordenação dos serviços de bibliotecas públicas do país mediante a implantação da integração desse setor com os serviços a serem oferecidos pela Biblioteca Nacional e o IBICT.

4) É previsível que, onde as condições forem favoráveis, como em estados mais desenvolvidos, como São Paulo, esquemas cooperativos locais sejam criados, a fim de atender a finalidades específicas. Em Brasília, por exemplo, a disponibilidade, no Senado Federal, de equipamento de processamento eletrônico de dados e a competência que aí se desenvolveu em matéria de tratamento informatizado de informações biblio-

gráficas poderão estimular a organização de programas de cooperação locais ou regionais. Essas iniciativas locais não devem ser dificultadas, mas antes absorvidas e orientadas pelo sistema nacional, o qual precisaria contar com poderes para implantar a compatibilidade e o livre intercâmbio de dados e garantir que não haveria qualquer duplicação de trabalho.

5) Os centros existentes de catalogação na publicação provavelmente manterão e expandirão o programa atual que tem um imenso potencial para todos os tipos de bibliotecas e serviços de informação.

Paradoxalmente, um país que luta com tantos problemas básicos, como doenças endêmicas, saneamento insuficiente e uma elevada taxa de analfabetismo, encontra-se na situação de que a solução de um problema aparentemente simples de controle bibliográfico de uma produção editorial que não passa de 10 mil títulos por ano tenha de depender da utilização de equipamentos de informática que são de aquisição e operação extremamente caras. Ironicamente, essa máquina hoje onipresente talvez tenha o dom mágico de mudar uma das características dos bibliotecários brasileiros e forçá-los a abandonar seus caprichos pessoais e aceitar a necessidade de interdependência, cooperação e integração.

Referências

1. Brasil. Leis, decretos, etc. Decreto 8 835, de 11/7/1911. Aprova o regulamento da Bibliotheca Nacional. In: *Collecção das leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1911*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 2, p. 168-188, 1915.
2. Sambaquy, Lydia de Queiroz. *Plano quinquenal de trabalho 1966–1970*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1965, p. 12.
3. Carneiro, Regina. Catalogação-na-fonte. *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Municipal Mário de Andrade*, v. 28, p. 77-93, 1971.
4. Cataloguing-in-publication: 2: a Brazilian short experience. *International Cataloguing*, v. 1, n. 2, p. 5-6, 1972.
5. Clapp, Verner W. Cataloguing in publication; a new programme of pre-publication cataloguing in the United States of America, with comments on similar programmes. *Unesco Bulletin for Libraries*, v. 27, p. 2-11, 1973.
6. Barbosa, Alice Príncipe. *Projeto calco: catalogação cooperativa automatizada*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação, 1973. 130 + 47 + 22 p.
7. Monte-Mór, Jannice (entrevista a José Augusto Guerra). Dos incunábulos à microfilmagem e ao computador. *Cultura*, Brasília, n. 6, p. 67-82, 1976.
8. Sinclair, Michael P. A typology of library cooperatives. *Special Libraries*, v. 64, n. 4, p. 181-186, 1973.
9. Penna, C.V.; Foskett, D.J.; Sewell, P.H. (ed.) *National library and information services: a handbook for planners*. London: Butterworths, 1977, p. 183.

Nota de 2015

Informações históricas sobre catalogação e catalogação cooperativa:

Modesto, Fernando. *Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século xxi*. Disponível em: https://1library.org/document/q5nj8w7q--panorama-cataloga%C3%A7%C3%A3o-brasil-d%C3%A9cada-primeiros-anos--s%C3%A9culo-xxi.html. Acesso em: 6 fev. 2025.

Sobre a rede Bibliodata:

Fioravante, Moacyr Antonio. Redes cooperativas no Brasil: o futuro da rede Bibliodata. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 9., 1996, Curitiba. *Anais*. Curitiba: ufpr, 1996, v. 1, p. 83-94.

Santos, Paulo César dos; Alencar, Maria de Cléofas Faggion. A dinâmica de funcionamento da rede Bibliodata e os profissionais da informação atuantes. *Transinformação*, v. 11, n. 2, p. 113-126, maio-ago. 1999.

"Em 2009, a fgv e o ibict assinaram o termo de cessão de uso de software nº 3/2009, visando à transferência da rede Bibliodata para administração do instituto. A partir de 2013, a rede Bibliodata passa a funcionar sob a responsabilidade do ibict." Disponível em: http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/rede-bibliodata. Acesso em: 17 mar. 2015. Nessa data o serviço ainda não havia sido reiniciado.

12

A biblioteca pública em face da demanda social brasileira

Peço-lhes que formem em suas mentes a seguinte imagem. Estamos no salão de uma biblioteca pública municipal. Numa cidade nova, fundada há cerca de quarenta anos, capital de um estado em acelerado crescimento. Nesse salão de leitura encontram-se umas duas dezenas de jovens, estudantes do primeiro e segundo graus. À direita, numa sala separada por um balcão, acham-se dispostas estantes de livros, vigiadas por atentos servidores. Os leitores não têm livre acesso às estantes. À esquerda, na sala de trabalho dos funcionários, o catálogo da biblioteca. Os leitores não têm acesso ao catálogo. Os estudantes, disciplinada e mecanicamente, copiam de esfrangalhadas enciclopédias as suas 'pesquisas', com o indicador esquerdo percorrendo as linhas do texto enquanto a mão direita transcreve os passos considerados relevantes. Mãos e braços movem-se com a articulação de um pantógrafo. As mentes estão distantes. No centro do salão, dominador, mas desleixadamente sentado no canto de uma mesa, um guarda de segurança, uniformizado e apetrechado, impõe respeito à integridade dos livros utilizados, enquanto a mão direita repousa, ostensivamente, sobre o cabo do revólver no coldre pendente da cintura. Todos os que entram naquele 'templo do saber' não podem esquivar-se dessa visão. Espaço e tempo dessa imagem: agosto de 1978, Goiânia, capital de Goiás.

Ali não trabalham bibliotecários devidamente qualificados. O diretor é um escritor que frequenta as rodas do poder. Como é amante da boa leitura foi requisitado de suas funções em outro órgão. O seu salário é duas vezes superior ao de um bibliotecário do serviço público federal. E por que ele não se encontra aqui na biblioteca? Porque a biblioteca funciona muito bem e apenas de vez em quando ele dá um pulinho aqui para despachar no seu gabinete. E por que tantos controles? Por que não

Conferência na abertura da I Semana de Estudos Bibliotecários na Paraíba, em 23/10/1978, organizada pela Associação Profissional de Bibliotecários da Paraíba. Publicada na *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 12, n. 3/4, p. 203-210, jul./dez. 1979.

há livre acesso às estantes? Por que não há livre acesso nem mesmo ao catálogo? Por que não se emprestam livros para leitura fora da biblioteca? Porque este povo é muito ignorante, porque se se der uma colher de chá ele vai estragar tudo; os catálogos, os livros, e vai roubar, ou não devolver os livros emprestados. Enfim, esse povo está num baixo astral.

Evidentemente essa não é uma situação típica em todos os seus detalhes. Felizmente nem todas as bibliotecas públicas brasileiras chegam a tal nível de proibições, de intolerância e de espírito repressivo. Por outro lado, essa imagem indica que, apesar de tudo, existe uma demanda social pelos serviços da biblioteca, pois os usuários não desanimam diante dos controles e dos obstáculos ao uso dessa instituição.

É mais do que sabido que são os estudantes, principalmente os do ensino fundamental, o mais representativo grupo de usuários da biblioteca pública. Estudos realizados mostraram que eles correspondem a cerca de 90% do total de frequentadores da biblioteca. Este fato não é, em si mesmo, negativo ou contraproducente. Reflete determinadas características da realidade social e de como objetivos atribuídos à biblioteca, transplantados de uma outra cultura para o meio brasileiro, são negados ou alterados pela própria prática social. Contraproducente é a maneira desorientada, mecanicista e ineficaz como os estudantes fazem uso da biblioteca e da leitura, o que certamente reflete a ineficiência e a desorientação do processo educacional e de reformas educacionais que se pretende impor sem a correspondente infraestrutura institucional.

Pode-se dividir a população de usuários da biblioteca pública em dois grandes grupos. Um seria o que já vimos, formado por estudantes que a ela se dirigem para fazer suas 'pesquisas' escolares. Sua ida à biblioteca não resulta de outras motivações, mas é o desencargo, muitas vezes com enfado e desinteresse, de um dever escolar. Pode-se até admitir que o hábito de frequentar a biblioteca em grupos seja uma forma inconsciente de superar o tédio e o desagrado de uma atividade cujo significado não lhes foi explicado adequadamente. Terminados os anos de estudos, livres da coerção de ir à biblioteca fazer 'pesquisas', terá sobrado a ojeriza a esse local e a incompreensão dos objetivos da leitura. Da mesma forma que a obrigação de analisar gramaticalmente *Os lusíadas* levou muita gente a odiar Camões. Ou detestar o latim, depois de Júlio César e Cícero.

O outro grupo, que corresponde a menos de 10% dos leitores da biblioteca pública, é constituído de adultos que dominam a técnica da leitura e que provavelmente se utilizam da biblioteca para a leitura recrea-

tiva ou cultural. Por alguma razão desenvolveram um hábito de leitura e dispõem de tempo para se dedicar a isso. Mas a representatividade estatística desse grupo é praticamente irrelevante. Usualmente partimos do pressuposto de que o aumento do número de bibliotecas e a melhoria de suas condições de funcionamento servirão para atrair um maior número de usuários desse grupo. Tal pressuposição admite que haja uma motivação espontânea para a leitura sem levar em consideração um complexo de fatores econômicos, sociais e culturais que funcionam em sentido contrário, estorvando a aquisição do hábito de ler.

Ê importante que se compreenda que a leitura não tem um significado meramente individual, que se poderia traduzir no prazer de ler por ler. A leitura justifica-se na medida em que assume uma validade social, em que faz parte de todo um projeto de construção de sociedade voltada para o objetivo supremo de assegurar condições de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Somente no âmbito de um processo de desenvolvimento em que a valorização integraI do ser humano é considerada como o objetivo máximo, ao qual tudo mais deve estar subordinado, é que se pode almejar tornar universal e consequente o acesso à leitura.

Por mais que compreendamos qual deva ser o papel da biblioteca pública em nossa sociedade contemporânea, não podemos deixar de admitir que ela é apenas um dos elementos na estrutura de serviços culturais e educacionais. Supor, por exemplo, que a difusão do livro seja intrínseca e qualitativamente superior e desejável à de outros meios de comunicação será confundir o meio com a mensagem.

Não se pode querer que a biblioteca esteja acima dos condicionamentos políticos, sociais e econômicos; acima dos interesses de classe, intocável na sua imparcialidade cultural, protegida pela aura de uma cultura universal, descomprometida, sublime e quase angelical.

A formação dos acervos das bibliotecas está sujeita a diferentes tipos de cerceamento, como os paradigmas culturais dominantes, os modismos, as ideologias que justificam o poder político, os currículos educacionais e o consumismo estimulado pela indústria cultural. Poeticamente, pode-se dizer que a biblioteca é toda a memória do mundo, mas, com efeito, em cada momento histórico, numa determinada sociedade, o leitor estará explorando as camadas mais superficiais, porque contemporâneas, dessa memória. Nem todos descerão às camadas mais profundas ou terão possibilidades de ler essa memória segundo um código que contrarie as posições e interesses daqueles que, afinal de contas, têm

o seu controle nas mãos. A estes interessa que a leitura — talvez fosse melhor dizer 'as leituras' — não contribua para o processo de abandono da chamada consciência ingênua e a conquista da consciência crítica que permite a compreensão do processo social e a ação visando à sua mudança.

Não se pode afirmar que, passados 167 anos desde que se fundou a primeira biblioteca pública em Salvador, essa instituição tenha sido cooptada pela sociedade brasileira como um todo. E, menos ainda, pelo Estado. Comprova isso, no âmbito administrativo, o fato de que as bibliotecas públicas, tanto as antigas como as novas, têm tido o seu destino definido pelos caprichos dos governantes, que fazem caso omisso dos argumentos dos técnicos e dos próprios usuários.

Durante muitos anos a fundação de bibliotecas públicas no Brasil dependeu mais da iniciativa de uma classe média tutelar, de natureza patrimonialista, cuja consciência ingênua via a educação como o único fator que determinaria o progresso. Essa era uma visão que não pertencia exclusivamente à época e a este país, mas remontava a outros tempos e lugares. Para esse tipo de consciência os males da sociedade seriam defeitos de instrução e os vícios e erros dos homens o resultado da simples ignorância.

A biblioteca pública, numa sociedade atrasada, dependente e periférica, servia para que as classes dominantes flertassem com as classes dominadas, oferecendo a estas uma instituição que é reconhecida universalmente como símbolo de civilização e progresso. E essa ação devolvia ao seu sujeito os valores implícitos nesse símbolo, proporcionando também mais reconhecimento e prestígio social. Por outro lado, de acordo com seu espírito tutelar, apregoava que quem quisesse subir na vida pelo estudo e sacrifício pessoal teria à sua disposição escolas e bibliotecas. É a atitude de farisaica de quem diz que, num país de tantas oportunidades, somente é pobre quem quer. Ou só não estuda quem não quer. Trata-se ainda do arrazoado que se baseia na crença carismática de que uma instituição isolada pode levar a mudanças sociais sem que seja antes necessário fazer mudanças na própria infraestrutura econômica e social.

Esse tipo de biblioteca pública vem marcado pelas aspirações e pelos mitos dos membros ditos cultos das classes médias. Ora, como não existe uma única cultura que emane de todos os homens, mas, sim, diferentes culturas correspondentes aos diferentes estamentos e classes sociais, é, compreensível que seria a cultura sancionada pelos padrões de refinamento vigentes que estaria representada na biblioteca pública outorgada

pela munificência tutelar. Mas, paradoxalmente, as mesmas classes que abriam bibliotecas para 'democratizar' a cultura continuavam cultivando o hábito de formar suas enormes bibliotecas particulares.

Na sociedade dependente, menoscaba-se o valor social e individual do "saber só de experiências feito". Culto não é aquele que sabe dominar um ofício ou uma técnica e que tem condições de estabelecer uma perfeita interação com a própria natureza. Culto é aquele capaz de ruminar o discurso sancionado pelas elites intelectuais, mesmo quando a ideologia aí implícita seja desumanizadora e violente o relacionamento dos homens entre si e com a natureza. Da mesma forma que na sociedade colonial os senhores construíam seus oratórios e capelas particulares, para não se misturarem com a plebe, os mecenas das bibliotecas públicas homiziavam-se nos seus templos particulares do saber, longe do ambiente pouco prestigioso das salas de leitura pública.

E as bibliotecas públicas, mesmo não frequentadas por essas elites, são por elas lembradas quando se trata de encontrar um vazadouro para as duplicatas e livros sem valor algum que estão ocupando espaço em suas bibliotecas particulares.

Enquanto isso, as classes para as quais supostamente tinham sido criadas essas bibliotecas não as utilizavam, fosse porque carecessem da necessária motivação, fosse porque não dispusessem de tempo livre, ou, simplesmente, porque eram analfabetas.

Existe, no contexto do qual algumas características foram ressaltadas acima, uma demanda por serviços de biblioteca pública. Há uma demanda efetiva, que pode ser conhecida, embora de forma não muito confiável, consultando-se as estatísticas do IBGE. E há uma demanda potencial que pode ser estimada em função da população alfabetizada existente. Por sua vez, a biblioteca exerce uma demanda sobre o mercado da edição de livros, revistas, jornais e materiais audiovisuais, uma vez que ela tem de se prover desses recursos documentais, a fim de prestar serviço a sua clientela efetiva e potencial.

Cálculos pessimistas apontam a inexistência de biblioteca pública em cerca de 70% dos municípios brasileiros. Estimativas mais otimistas diminuem esse número para 50%. Se essas cifras se referissem a bibliotecas que apresentassem uma média de desempenho compatível com uma norma mínima de prestação de serviços, até que elas poderiam

ser consideradas aceitáveis. O que acontece, porém é que a um número reduzido de bibliotecas eficientes contrapõe-se uma imensa maioria de serviços ineficientes, estáticos, medíocres, para não dizer miseráveis.

No período 1973/74, a população alfabetizada residente nas áreas urbanas do país era da ordem de 43 milhões de habitantes. Somando-se todos os acervos existentes em todos os tipos de bibliotecas do país, em dezembro de 1974, havia então um total de 20 milhões de livros à disposição da população alfabetizada urbana, estando aí incluído o acervo da Biblioteca Nacional, que se aproxima dos dois milhões de volumes.

Vale abrir um parêntese, pois o que vem a seguir é de particular relevância para a responsabilidade profissional dos bibliotecários. Os 20 milhões de livros que estão à disposição dos usuários não incluem aqueles volumes que não podiam ser ainda utilizados porque não estavam catalogados. Assim, em dezembro de 1974, para 20 milhões de livros catalogados havia quatro milhões e 600 mil que não estavam catalogados. Quer dizer que 23% do patrimônio bibliográfico nacional achavam-se encerrados nas salas de trabalho dos bibliotecários, inacessíveis ao público.

Note-se que essa proporção verificada em 1974 é inferior à que havia em 1971, quando o número de livros não catalogados chegava a quase 30% do total de catalogados. De 1971 a 1974 o acervo total de todas as bibliotecas passou de 13 milhões e 790 mil para 20 milhões e 200 mil, sendo o incremento percentual da ordem de 46%. Fecha o parêntese.

Voltando àqueles 20 milhões de livros disponíveis, em 1974, constata-se que havia menos de meio volume por habitante alfabetizado. A norma recomendada pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) é de dois volumes *per capita*, e, tomando-a por base, o *deficit* da provisão de livros, somente para a população urbana alfabetizada maior de cinco anos, chegava a 66 milhões de volumes em 1974. Se considerarmos apenas o acervo total das bibliotecas públicas, a situação piora ainda mais, pois então teríamos a média de um livro para cada grupo de cinco pessoas alfabetizadas na área urbana.

Quanto ao número de pessoas que utilizaram bibliotecas públicas em 1974 o seu total correspondeu a somente 30% da população urbana alfabetizada, caindo para 21% quando comparado com a população alfabetizada total. Não se pode deixar de assinalar que esta estatística deve ser considerada *cum grano salis*, uma vez que, provavelmente, aquilo que o IBGE chama de "número anual de leitores" não corresponde ao total de indivíduos diferentes que utilizaram as bibliotecas, mas sim à soma do cômputo diário dos leitores que usaram as bibliotecas.

Uma ideia talvez mais próxima da realidade será obtida se compararmos esse número anual de leitores, que foi da ordem de 13 milhões, com o total das consultas no local — 16 milhões — e de empréstimos a domicílio — 5 milhões.

Se levarmos em conta as deficiências que assolam as bibliotecas públicas teremos de concluir que seu índice de utilização foi bastante razoável, pelo menos em termos quantitativos. Isso se torna ainda mais evidente quando compararmos as estatísticas relativas a essas bibliotecas com as que se referem às bibliotecas universitárias.

Em 1974, os acervos das bibliotecas universitárias eram, no total, inferiores aos das bibliotecas públicas em cerca de dois milhões de volumes. No entanto, o "número anual de leitores" correspondia a somente cerca de 50% do número de leitores da biblioteca pública. Também as consultas e empréstimos a domicílio aproximavam-se da casa dos 50% em comparação com o movimento das bibliotecas públicas.

A propósito, creio que nós, bibliotecários, temos o direito e o dever de pôr em questão a tipologia de bibliotecas que para cá transplantamos de outros países. Existiria lugar e seria conveniente em nossa sociedade manter limites tão rígidos e precisos entre biblioteca nacional, bibliotecas universitárias, bibliotecas escolares, bibliotecas especializadas e bibliotecas públicas? De um modo geral essa tipologia tem resultado em instituições estanques, compartimentadas, que não se comunicam e que, muitas vezes, competem entre si como se fossem estabelecimentos comerciais. Por que essas bibliotecas são instituições cativas de clientelas autônomas, infensas ao apelo para que sirvam a setores mais amplos da sociedade que as mantêm?

Vejamos, agora, qual a demanda que as bibliotecas exercem sobre o mercado editorial. No ano de 1974 a indústria editorial produziu 8 300 títulos de diferentes tipos de livros, totalizando uma tiragem de quase 192 milhões de exemplares. Cerca de 101 milhões desse total correspondem a livros didáticos, inclusive os textos do Mobral. Considerando que as bibliotecas não adquiram livros didáticos nem textos do Mobral, pode-se admitir que seja válido fazer comparações com os restantes 91 milhões de exemplares produzidos, no que se refere às aquisições feitas pelas bibliotecas. Estas, em 1974, adquiriram menos de um milhão e meio de volumes, aí se incluindo os importados. Ou seja, nossas bibliotecas adquiriram pouco mais de um por cento da produção bibliográfica nacional de um ano, o que mostra quão débil é a força da biblioteca como consumidor no mercado editorial brasileiro.

E, talvez, a situação ainda seja pior, pois essas aquisições feitas pelas bibliotecas correspondem em cerca de 50% a livros distribuídos pelo Instituto Nacional do Livro (INL), o qual, de 590 mil volumes distribuídos em 1972, passou para 800 mil volumes distribuídos em 1977. Isso quer dizer que com os orçamentos das próprias bibliotecas são efetivamente adquiridos bem menos volumes do que aqueles arrolados nas estatísticas.

Constata-se, portanto, que a indústria do livro no Brasil tem a sua produção voltada para o consumo individual. Ao contrário do que ocorre em outros países, aqui as bibliotecas pouco contribuem para a expansão do mercado de consumo do produto editorial. As bibliotecas públicas, que são mantidas, em sua maioria, por administrações municipais que nem sempre dispõem dos recursos necessários à manutenção de um mínimo de serviços básicos para as comunidades, encontram-se na permanente expectativa de um futuro de vacas gordas.

Aplicar anualmente o valor de dez salários mínimos na aquisição de materiais bibliográficos é um requisito que mostra a indigência da maioria de nossas prefeituras, principalmente quando esse valor é a contrapartida que os prefeitos têm de aplicar para que as bibliotecas municipais, que mantêm convênio com o INL, recebam doações adicionais desse órgão. Para concluir estas considerações estatísticas salienta-se que o INL distribui aproximadamente 450 volumes por ano para cada biblioteca convenente, o que é uma amostra limitada da produção bibliográfica nacional.

É claro que o estudo da demanda por serviços bibliotecários não se esgota com a análise desses pontos. Em outra oportunidade, examinamos a questão da responsabilidade de tempo livre para utilização da leitura como forma de lazer principalmente entre a população ativa do país. Vimos, então, que são bastante limitadas as possibilidades de a leitura transformar-se numa atividade generalizada para ocupação do tempo livre enquanto persistirem as atuais condições de trabalho da maioria da população ativa, que são bastante limitativas, pois, de fato, é reduzidíssimo o tempo livre de que se dispõe, uma vez cumpridas as obrigações sociais e econômicas necessárias à sobrevivência dos indivíduos.

Outro ponto a considerar é a integração da leitura no contexto mais amplo do processo de comunicação social, de modo a se corrigir a situação atual em que certos meios, principalmente a televisão, tendem a monopolizar a quase totalidade daquele mínimo de tempo livre de que

dispõem, principalmente, as parcelas mais pobres da população urbana. A serem verdadeiros os dados recentemente divulgados por uma empresa que controla índices de audiência, segundo os quais o brasileiro assiste em média a seis horas e 40 minutos diários de televisão, média que aumenta em uma hora aos domingos, deduz-se que um plano nacional de incremento à leitura não poderá deixar de considerar a própria televisão como um meio eficiente para explicar e ensinar à população o significado da leitura. Mas logo se percebe que, para isso, também faz falta um plano nacional de transformação do conteúdo atualmente dado à televisão no Brasil. Vale a pena acrescentar que o referido estudo revelou que os lares onde mais se assiste à televisão são aqueles em que: 1) há crianças até 11 anos; 2) moram mais de cinco pessoas; 3) a dona de casa tem mais de 40 anos; e 4) o chefe da família tem no máximo o curso primário. (Cf. *Jornal do Brasil*, 22/10/1978, cad. B, p. 3.)

Parece-nos que existe uma concepção, equivocada em nosso entender, e que decorre do suposto universalismo, ainda que nominal, das técnicas bibliotecárias, segundo a qual a biblioteca como instituição pode ser transplantada de um país para outro sem que seja preciso passar por adaptações e modificações. Ora, isso é um contrassenso e uma ingenuidade. Não se pode fazer caso omisso de que a biblioteca, da mesma forma que outras organizações sociais, é o resultado de pressões e demandas que a forjam dentro de uma sociedade específica constituída de indivíduos que diferem, por sua formação educacional, tradições, necessidades e aspirações, dos de outras sociedades. A biblioteca como instituição e as técnicas que a fazem funcionar devem coadunar-se com a realidade social de um determinado país e não com formas ideais, que a sociedade desse país pode vir a rejeitar. Se o resultado desse processo de compatibilização for uma biblioteca, com as correspondentes técnicas, que se aproxime daquilo que se considera o padrão internacional, não teremos porque nos queixar. Mas isso terá ocorrido dentro de um processo natural que se nutre da realidade objetiva e não como um mecanismo artificial imposto de fora para dentro e de cima para baixo.

Resolver a questão bibliotecária não é simplesmente abrir bibliotecas a esmo sem que antes se tenha definido, no nível político e cultural, a função que essas bibliotecas desempenharão no processo histórico de desenvolvimento, que rompa a situação de dependência, e na luta pela

superação da consciência ingênua, fruto dessa mesma dependência. Mesmo a utilização de novas técnicas, consideradas mais eficazes, como o planejamento bibliotecário, somente adquirirá relevância na medida em que foram submetidas ao batismo de fogo da prática social e subordinadas a um projeto político e cultural definido pela sociedade como um todo.

Monteiro Lobato disse que um país se faz com homens e livros.* A frase é bonita e inspirada, mas carece de maior sentido em seu reducionismo estreito. Entre homens e livros há mais obstáculos e precipícios do que caminhos retos ladeados de roseiras. Entre homens e livros, estes como instrumento de conhecimento e de mudança da realidade, interpõem-se tantas outras prioridades, interpõem-se tantos interesses contrários a que o conhecimento efetivo do real seja amplamente apreendido e difundido. E, seria ainda o caso de perguntar ao criador da irônica Emília: e com que homens, e com que livros se faz um país?

* A frase está em *América* (11. ed., Brasiliense, 1962, p. 45), obra em que Monteiro Lobato falou de suas observações e impressões sobre os EUA durante o período de 1927 a 1931, quando foi adido comercial do Brasil em Nova York. Na capital norte-americana, depois de visitar os monumentos a George Washington e a Abraham Lincoln, e também a Library of Congress, traduziu sua admiração com essas palavras que se tornaram célebres. E disse ainda: "Ter homens, para um país, é ter Washingtons e Lincolns, forças tão marcantes que sobre sua obra não pode a morte." [...] "Nos livros está fixada toda a experiência humana. É por meio deles que os avanços do espírito se perpetuam." Da forma e nos contextos em que costuma ser citada, soa como uma receita que Monteiro Lobato estaria passando para os países atrasados, particularmente o Brasil.

13

Qual a importância da censura nas bibliotecas brasileiras?

A censura oficial, pelo menos no que diz respeito à biblioteca, é bastante antiga entre nós e sua história se confunde com a própria história da censura em Portugal. Rubens Borba de Moraes diz ironicamente que

> a censura, como a prostituição, parece ser um mal difícil de se erradicar. Sempre alerta, existe desde o Império Romano até hoje. Vive há dois mil anos das mesmas razões falaciosas: defender a Moral, a Religião e o Estado.[1]

Aliás, é curioso observar que nos estatutos da Real Biblioteca do Rio de Janeiro, atual Biblioteca Nacional, que foram editados em 1821, encontra-se, no seu artigo XI, a determinação de que os interessados, os consulentes daquela biblioteca, somente teriam acesso aos livros que estivessem "conforme as leis tanto civis como eclesiásticas sobre a leitura dos livros".[2]

Nós, bibliotecários, muito raramente tivemos a oportunidade de nos manifestarmos a respeito da censura. E creio que, de um ponto de vista profissional, coletivo, foi apenas em 1954, no 1° Congresso de Biblioteconomia, no Recife, que houve uma manifestação explícita contra a censura. Mais tarde, em 1977, uma outra manifestação clara contra a censura que era feita aos materiais bibliográficos importados.

Existem diferentes tipos de censura que interferem de alguma forma na atuação do bibliotecário e na formação dos acervos das bibliotecas. Nós procuramos tipificá-las da seguinte forma: 1) a censura oficial, de responsabilidade clara do Ministério da Justiça; 2) a censura oficiosa, de responsabilidade diluída em escalões da administração, e que quase sempre se anuncia no nível da direção do órgão ao qual a biblioteca está subordinada; 3) a censura feita pelos próprios bibliotecários, em função

~ Apresentação no painel sobre direito à informação e publicada nos anais do 10° Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Curitiba, 1979 (Associação Bibliotecária do Paraná, v. 3, p. 1158-1161). Versão corrigida e modificada.

de certas ideias nebulosas sobre o que não deve ser colocado em mãos do leitor, e 4) a censura difusa, resultante do tipo de estrutura social e política que leva à dicotomização da cultura em dois campos estanques e qualitativamente antagônicos, representados pela chamada alta cultura ou cultura das elites e a cultura popular.

Se a primeira categoria de censura é abrangente, prejudicando todas as camadas da população e diferentes instituições da sociedade, as outras categorias atingem de modo exclusivo os usuários da biblioteca.

Contra a censura oficial, do ponto de vista profissional, pouco há o que fazer, uma vez que os bibliotecários, como funcionários do Estado e também como cidadãos devem acatar essas leis; leis que, embora existam, não quer dizer que sejam legítimas. Cabe então ao profissional, através dos mecanismos de pressão da sociedade civil, tratar de lutar contra uma lei injusta, contra uma lei iníqua, e assim fazer a sociedade avançar de maneira realmente democrática.

Essa censura oficial fez com que algumas bibliotecas adotassem a decisão de retirar do acervo as obras proibidas. Seja um simples armário ou uma caixa forte, poucas são as bibliotecas que não contam com seu inferno de obras proibidas. Elas ficam guardadas até que sejam esquecidas ou que algum fato novo, de caráter político ou social, venha a anular a proibição ou, menos raramente, dar-lhes o reconhecimento de obras de merecido valor.

Outro exemplo é o caso recente [maio de 1977] da censura a materiais bibliográficos importados. Uma medida estapafúrdia, logo repelida por muitas instituições e personalidades, inclusive os bibliotecários. Mas esta medida provocou certamente prejuízos a muitas bibliotecas, que curiosamente são mantidas pelo próprio governo, que fornece o dinheiro para comprarmos materiais no exterior. Compramos esses materiais e o governo os confisca. Creio que essa medida deixou de ser posta em prática de maneira efetiva, mais devido à percepção posterior de que seria necessário um enorme contingente de mão de obra na Empresa de Correios e Telégrafo (ECT), a fim de abrir todos os pacotes procedentes de outros países, do que realmente à eficácia dos protestos e das pressões que foram feitas. Por outro lado, isso não quer dizer que não existe censura postal. Existe censura postal, todos nós sabemos. Ela não é feita de forma disseminada, sistemática, mas eventualmente são pinçados no tráfego postal brasileiro certos objetos que são submetidos à censura.

Na mesma época em que se tentou implantar essa censura postal, verificamos, pelo menos, um caso concreto muito curioso. Uma biblioteca

que distribuía para outros países listas de duplicatas, que poderiam interessar a quem delas estivesse precisando, teve uma dessas listas interceptada ao ser devolvida pela biblioteca estrangeira à biblioteca daqui. A lista foi encaminhada à administração da universidade responsável pela biblioteca com a informação de que ali estavam assinalados, por uma biblioteca de um país cujo modelo político é considerado incompatível com o modelo político aqui existente, materiais brasileiros que não convinha que lá existissem, pois poderiam denegrir a imagem do Brasil no exterior, e coisas do gênero. Como essa lista foi interceptada? Foi interceptada por instituições, por entidades do próprio governo e enviada à reitoria de uma universidade.

Essa é uma censura 'oficiosa'. Ela não se baseia em lei alguma, não é baixada por uma autoridade que assume abertamente a responsabilidade política e jurídica pelo fato, é tratada sigilosamente, percorre caminhos sub-reptícios e vem sempre protegida pela tácita ameaça de que seu não cumprimento tornará 'marcada' a pessoa que disso tiver a ousadia. Essa censura oficiosa, nas épocas de maior obscurantismo e caça às feiticeiras, chegou a produzir seu índice particular de livros proibidos. E não foram poucas as bibliotecas brasileiras que recebiam essas listas de livros que não deveriam ser incorporados às suas coleções, apesar de tais obras nunca terem sido proibidas por qualquer tipo de censura oficial. Lembro-me, por exemplo, de que as mudanças políticas ocorridas em Portugal, em 1975, provocaram uma grande preocupação junto aos executores dessa censura oficiosa. Pois, de uma hora para outra, a descolorida produção bibliográfica portuguesa dos tempos do salazarismo, dos tempos idílicos da comunidade luso-brasileira, que estimulou a criação de centros de cultura portuguesa no Brasil, assumiu cores tão revolucionárias que, se não fosse controlada, transformaria tais centros em verdadeiros entrepostos de literatura dita subversiva.

A terceira categoria aqui estabelecida para a censura se deve à própria atuação do bibliotecário. Sabemos, mesmo que queiramos mascarar isso como política de aquisição, como critério de seleção, etc., que o bibliotecário faz censura. Ela é exercida sob o manto protetor de uma suposta competência profissional, e é mais difícil de analisar do que a censura que se deve à ação de uma autoridade governamental. A limitação de recursos financeiros pode ser um argumento para deixar de comprar obras que trazem a marca do inconformismo ou daquilo que foge às convenções. Ou, com sua influência, impedir que jovens leiam alguns livros mesmo que estejam disponíveis no acervo. De um modo

geral a censura atinge vários tipos de bibliotecas, mas principalmente as bibliotecas públicas, escolares e universitárias. Sei de um caso de uma biblioteca pública, por exemplo, que não permite aos seus leitores, crianças, que leiam *O menino de engenho*, de José Lins do Rego, muito embora ele seja leitura recomendada nas próprias escolas. Há também o caso de uma biblioteca que compra uma enciclopédia, cujos tomos são divididos por assuntos, e que retira do conjunto e coloca no inferno particular da biblioteca o volume correspondente ao corpo humano porque, evidentemente, o corpo humano possui partes chocantes para certas pessoas que nasceram por mecanismo que desconhecemos...

Outra biblioteca onde ocorreu esse mesmo trabalho de bowdlerização chega a lembrar o que foi feito no Vaticano ou na Galleria degli Uffizi com o apagamento de partes pudendas do corpo humano.

Um caso interessante acontecia na Inglaterra. Numa época de recessão econômica os bibliotecários das bibliotecas públicas se davam ao trabalho de tarjar todas as tabelas de corridas de cavalos que apareciam nos jornais diários, a fim de que os desempregados não gastassem dinheiro em apostas.

A leitura nas bibliotecas públicas tem sido um mero cumprimento de um dever escolar. Todos sabemos disso. Luiz Augusto Milanesi, em seu excelente livro *O paraíso via Embratel*, mostra numa pequena comunidade de São Paulo, como, na prática, se efetivou essa mudança no espírito de nossas bibliotecas públicas. De uma biblioteca pública criada para uma elite, para difundir a alta cultura, e que vai sendo progressivamente assimilada como uma biblioteca exclusivamente escolar.

Ora, também sabemos que a seleção dos temas a serem tratados em qualquer programa de ensino, isto é, a definição de um currículo de qualquer disciplina, e as leituras recomendadas expressam sempre um critério de seleção de informações adotado pelo professor ao isolar da totalidade dos conhecimentos de uma área aqueles tópicos que considera relevantes para o aprendizado dos alunos. O professor faz, consciente ou inconscientemente, uma opção por temas que supõe que sejam os mais importantes. Ele tem em suas mãos o controle dos conhecimentos a serem transmitidos. Consequentemente, pode-se imaginar que isso dá ensejo a algum tipo de censura, ou de limitação de acesso a determinadas informações. A biblioteca, por sua vez, reforça essa restrição de acesso a outros conhecimentos e a outras orientações, na medida em que serve aos seus usuários o tipo de leitura que corresponde às recomendações do professor. Este, usualmente, não pede ao aluno que relate

sua experiência de leituras escolhidas ao seu gosto, mas que tome um número determinado de títulos de uma lista que nem sempre prima por ser uma seleção equilibrada de temas e orientações.

Não temos condições de afirmar que em todos esses casos o comportamento dos bibliotecários tenha sido homogêneo. É provável que um grande número tenha cumprido com presteza e eficiência as determinações superiores para expurgar do acervo as obras censuradas. É possível que muitos tenham simplesmente ignorado essas determinações e aguardado os acontecimentos, sabedores de que a fiscalização do cumprimento de dispositivos legais é algo tão aleatório quanto o próprio cumprimento automático desses dispositivos. É possível ainda que uma minoria tenha até mesmo se antecipado a essas determinações e implantado, no feudo de suas bibliotecas, sua versãozinha particular da censura oficial.

Na realidade, os tipos de censura citados acima não esgotam as possibilidades de cerceamento do direito à liberdade de acesso à informação. As pressões da sociedade civil, em qualquer época, porém, acabam por fazer recuar a ação da censura oficial. Mesmo que, no caso brasileiro, tenhamos ciclos de ascensão, decadência e nova ascensão da censura, numa prova de que sempre vivemos num Estado ou poder tutelar, conforme o conceito de Alexis de Tocqueville, frequentemente lembrado por Carlos Castelo Branco.*

No momento, vivemos um ciclo de decadência da censura, semelhante ao que se viveu entre 1955 e 1968, muito embora durante esse período tenham ocorrido surtos mais ou menos fortes de censura oficial. Parece existir uma concepção generalizada de que, se não fosse a censura oficial, o bibliotecário brasileiro seria um profissional aberto, verdadeiramente liberal (sem trocadilho), fiel cumpridor do juramento que está inscrito em sua carteira de identificação do conselho profissional: "Prometo tudo fazer para preservar o cunho liberal e humanista da profissão de bibliotecário, fundamentado na liberdade de investigação científica e na dignidade da pessoa humana." Se analisarmos um pou-

* Carlos Castelo Branco, jornalista, assinava a "Coluna do Castello", que o *Jornal do Brasil* publicou de 1963 a 1993. Em 2/6/1977, Castellinho publicou "As heresias do mundo moderno" http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=7763) e no dia 11 "Das formas de censura" (http://www.carloscastellobranco.com.br/sec_coluna_view.php?id=7771), que contribuem para compreender aquele momento político. Sobre o conceito de poder tutelar, ver Alexis de Tocqueville, *De la démocratie en Amérique*, 1866, v. 3, parte 4, cap. 6, p. 520-521.

quinho mais detidamente esse compromisso, veremos que ele tem muito pouco de comprometedor, em termos de defesa do direito à liberdade de expressão do pensamento e acesso à informação, porque não basta apenas assegurar liberdade de investigação, se você não assegura a liberdade de difusão dos resultados dessa investigação..

É provável que a censura oficial seja uma forma cômoda de obstar o acesso a publicações que nós mesmos gostaríamos de censurar, por nossos próprios meios, mas que não o fazemos por receio de assumir responsabilidade. Existem, no entanto, situações em que se configura, como foi salientado acima, a intolerância do bibliotecário, muitas vezes condicionado por preconceitos e posições morais anacrônicas.

Ainda que se careça de dados concretos para caracterizar a biblioteca pública brasileira como uma instituição de classe média, principalmente porque a própria conceituação de tal classe, na situação brasileira, ainda está sujeita a opiniões divergentes, o que se pode deduzir é que o comportamento profissional da maioria dos bibliotecários reflete uma concepção de mundo, uma visão de mundo, típica daquelas camadas que são convencionalmente designadas por classe média. Assim, refletimos certos valores morais, atitudes e preconceitos que são normalmente identificados com essa classe média. Do ponto de vista bibliotecário, creio ser possível destacar, principalmente, uma atitude tutelar em face do usuário, uma posição política acrítica — o que não quer dizer que não existe uma posição política, porque, quando alguém diz que não está fazendo política, ao afirmar isso está fazendo política — que leva à aceitação passiva de princípios básicos da ideologia hegemônica, um certo farisaísmo quanto a temas considerados tabus, como a vida sexual, e a defesa intransigente dos princípios de sua religião.

Ora, censura não é apenas aquela ideia vulgar que se tem sobre a proibição de circulação de determinadas obras. Censura é também discriminar leitores, seja pela idade, seja pelo grau de escolaridade, seja porque não traz um documento que comprove sua residência ou de que tem existência legal como cidadão fichado e numerado.

Não creio que se possa fazer uma análise mais consequente da prática e da repercussão da censura sobre nossas bibliotecas sem considerarmos essas instituições em função do tipo de organização social e política do Estado que as mantém. Além do que será necessário melhor conhecer quais são os valores morais e intelectuais sancionados pelos grupos que detêm o controle efetivo da vida social, e que influem na concepção que serve de base ao nosso trabalho como bibliotecários. Também não

se pode deixar de considerar qual o tipo de ideologia em que se baseia a formação de nossas bibliotecas. A propósito, consideremos rapidamente a questão do modelo anglo-americano de biblioteca pública que aqui se procurou (ou se procura) implantar.

A militância dos bibliotecários norte-americanos e de suas associações em prol da liberdade de expressão é um fato extremamente positivo e que revela que nos Estados Unidos a censura, tanto oficial como não oficial, de fato existe. O mesmo se pode dizer da Inglaterra. Os valores formais em que se assenta a biblioteca pública anglo-americana enaltecem a liberdade de expressão. Mas os valores reais indicam que essa meta está longe de ser alcançada.

Alguns talvez se lembrem do filme norte-americano *No despertar da tormenta* (*Storm center*), dirigido por Daniel Taradash, com Bette Davis, realizado na época do mccarthismo, que contava o dilema de uma bibliotecária que levava a sério a concretização do valor formal que determina a prática da liberdade de acesso à informação, da liberdade de leitura.

Por outro lado, seria interessante lembrar uma tese que muitas vezes é citada na bibliografia brasileira de biblioteconomia, refletindo as concepções de José Ortega y Gasset a respeito da missão do bibliotecário. Ortega y Gasset atribuiu ao bibliotecário a missão de policiar a produção de livros.* Na realidade ele usou a mesma imagem que o professor Wilson Martins usou neste painel a respeito da necessidade de controlar o tráfego urbano. E ele dizia que, para isso, seria necessário estimular o acesso e a produção dos bons livros e desestimular a produção dos maus livros, domando o livro enfurecido que se voltava contra o seu criador. Ora, o filósofo espanhol, no nosso entender, expressava antes uma ideologia particular do que uma generalização de valor universal. Em primeiro lugar é preciso saber quem julga quais são os bons livros e os maus livros. Por outro lado, é bom lembrar que, no mesmo dia em que Ortega y Gasset pronunciava o discurso de abertura do 1° Congresso Internacional de Bibliotecários, em Madri, ali se realizava uma concorrida reunião do partido fascista espanhol, prenunciando os tempos de intolerância que logo se abateriam sobre a Espanha.

Suponho que o dilema da liberdade de acesso à informação deve ser examinado nos marcos da realidade política e social. E cabe também

* Sobre as concepções de Ortega y Gasset, ver, neste volume, "Circunstância e recepção de *Missão do bibliotecário*", p. 330-344.

indagar se existem valores universais que efetivamente nos sirvam para fundamentar nossa luta por uma absoluta liberdade de expressão e acesso à informação. Se, como dizem alguns, a liberdade de expressão está condicionada pela ideologia da classe hegemônica, seremos obrigados a reconhecer que sempre existirá censura, pelo menos enquanto as sociedades estiverem organizadas com base no domínio de umas classes sobre as outras, mesmo quando haja uma alternância no poder.

Se as bibliotecas são, como as escolas, aparelhos ideológicos do Estado, será forçoso reconhecer que o Estado inevitavelmente tratará de utilizá-las como um dos meios que levam à criação do consenso social que permite a manutenção da mesma estrutura de poder. Pelo menos enquanto houver a crença de que a palavra impressa pode, sozinha, abalar as estruturas do Estado ou transformar em sátiros debochados os jovens inocentes que têm as mãos queimadas pelo fogo infernal que emana de um livro do marquês de Sade, Henry Miller ou Cassandra Rios.

Referências

1. Moraes, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2006, p. 58.
2. Estatutos da Real Bibliotheca mandados ordenar por Sua Magestade. Rio de Janeiro: Na Regia Typographia, 1821, § xi. In: Moraes, Rubens Borba de, op. cit., p. 227.

Nota de 2015

O decreto-lei n° 1 077, de 22/1/1970, proibia "publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação", inclusive "as publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil". Ciente de que a proibição dos materiais estrangeiros não estava sendo respeitada, o Ministério da Justiça baixou, em 25/5/1977, a portaria n° 427, que, com a finalidade de regulamentar os procedimentos que seriam adotados na fiscalização da entrada dessas publicações, provocou forte reação. Dois meses depois, o ministro da Justiça esclarecia que estariam fora dessa fiscalização "as publicações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático". Para mais informações: *Jornal do Brasil*, de 30/7/1977, 1° cad., p. 13. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_09&pasta=ano%20197. Acesso em: 18 mar. 2015.

A palestra aqui transcrita foi feita, portanto, num momento em que a censura estava sendo rapidamente derrubada e se transformava em um dos elementos de barganha com a oposição no processo de abertura política iniciado por Ernesto Geisel. A pequena repercussão que teve essa fala em jornais do dia seguinte (*O Estado de S. Paulo*, *Estado de Minas*, *Jornal de Brasília*, *Diário do Grande* abc) insere-se no quadro de esperança no fim do regime autoritário.

O *Estado de S. Paulo* procurou conhecer, em reportagem publicada em 29/7/1979, a opinião de bibliotecários da Biblioteca Nacional, Biblioteca Pública do

Paraná, Universidade de São Paulo (Biblioteca Central e Faculdade de Ciências Sociais (?), Universidade de Brasília, e bibliotecas públicas do Recife e de Porto Alegre. Um 'alto funcionário' da Biblioteca Nacional admitiu que várias vezes ela era visitada por agentes dos órgãos de repressão que consultavam o catálogo e retiravam as fichas dos autores considerados subversivos, e que "esse assunto há muito deixou de ser novidade". A diretora da Biblioteca Central da Universidade de São Paulo declarou que nunca tinha ouvido "falar em censura nas bibliotecas da universidade". Ela admitiu que "a verdadeira censura [...] ocorre quando há um corte nas verbas para a compra de livros [...] impossibilitando que todos os livros necessários sejam comprados; mas o que é comprado está nas prateleiras, mesmo obras consideradas de esquerda, que são usadas e estudadas". A diretora da Biblioteca Central da Universidade de Brasília disse que teve conhecimento da retirada de obras do catálogo por determinações superiores. O então diretor do Instituto Nacional do Livro, escritor Herberto Sales, foi contundente e classificou as afirmações do palestrante como "absurdamente mentirosas". E aduziu: "Por ser muito loquaz, esse rapaz é capaz de tirar conclusões onde nada existe. É possível dar qualquer garantia de que nenhuma restrição existe no sistema nacional de bibliotecas. É claro que o INL não vai editar obras que sejam contra a Revolução, mas distribui qualquer uma, mesmo de esquerda, que venha a receber." Herberto Sales, quinze dias depois de essa reportagem ser publicada, teria escrito ofício ao jornalista Carlos Chagas, chefe da sucursal de *O Estado de S. Paulo*, em Brasília, em que declarava que não havia censura na Biblioteca Demonstrativa do INL em Brasília, que não estivera presente ao congresso em Curitiba, e que "em hipótese alguma eu chamaria de mentiroso um cidadão, sobretudo o prof. Briquet, nome que admiro e respeito como bibliotecário de alto valor e a cujos excelentes serviços profissionais já tenho recorrido como diretor do Instituto Nacional do Livro". Na ocasião, recebi das mãos de Emir Suaiden, assessor de Herberto Sales, uma cópia dessa carta. Parece-me que o jornal não a publicou. Essa reportagem termina com estas palavras e o comentário patético do romancista Moacir Scliar. "Em Porto Alegre, apesar de livros retirados jamais retornarem aos fichários, a censura nas bibliotecas é quase tão sutil como nos demais estados ou, como diz o escritor Moacir Scliar, 'biblioteca, hoje, é uma coisa tão omissa, tão insignificante, que se ocorreu algum caso de censura deve ter passado despercebido.'"

Na época, eu exercia o cargo de secretário de documentação do Ministério da Saúde. A cobertura feita pelos jornais foi observada pelo coronel que chefiava a divisão de segurança e informação do ministério, que levou ao secretário geral sua insatisfação com a minha fala. O secretário geral (cargo que passou a ser posteriormente denominado secretário executivo), dr. Ernani Guilherme Fernandes da Mota, a quem eu era diretamente subordinado pediu-me que lhe encaminhasse esclarecimentos. Fiz isso, lançando mão de argumentos contrários à censura do então ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portela. E lembrei minha experiência no campo do ensino, terminando o ofício com as seguintes palavras: "Seria dispensável, além de imodesto, continuar arrolando as oportunidades em que tenho me manifestado publicamente sobre temas profissionais no Brasil e no exterior. Mas não considero dispensável reiterar que não suponho ser exigência para ocupar o cargo de secretário do Centro de Documentação do Ministério da Saúde [...] ter de abrir mão de meu dever de participar do estudo, da análise e da discussão objetiva dos problemas fundamentais e de princípio que dizem respeito à profissão liberal

de bibliotecário. Assim como jamais me furtei, enquanto bibliotecário e professor universitário, a dar minha colaboração ao desenvolvimento da profissão [...], não posso, no gozo dos meus direitos de cidadão, privar-me de emitir livremente as minhas opiniões profissionais, tratando, evidentemente, de não confundir esse meu comportamento dentro da sociedade com a minha atuação como ocupante de um cargo de confiança do excelentíssimo senhor ministro da Saúde." A carta foi datada de 21/8/1979. Continuei no cargo até solicitar exoneração e voltar para a Universidade de Brasília, em 1983.

Somente os coronéis das divisões de segurança e informação, em suas guaritas de sentinelas da exceção, nos órgãos da administração e das universidades, é que não viam que a ditadura começava a ficar encurralada, para usar a imagem empregada por Elio Gaspari no título de um de seus livros.

Há muitos estudos sobre censura e bibliotecas. Exemplos:

Leitão, Barbara J.M. *Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na era Vargas e regime militar.* São Paulo: Interciência, 2011. A tese original está disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18102010-164858/pt-br.php. Acesso em: 19 mar. 2015.

Lima, Marcia H.T. de Figueredo; Bastos, Milton Jorge Moreira. Efeitos de 64: procurando os livros censurados em bibliotecas cariocas e fluminenses. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (enancib), 11. *Anais*..., 2010, p. 1-25. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3439/2565. Acesso em: 6 fev. 2015.

Reimão, Sandra. "Proíbo a publicação e circulação..." – censura a livros na ditadura militar. *Estudos avançados*, v. 28, n. 80, p. 75-90, 2014; Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684. Acesso em: 19 mar. 2015.

Soares, Gláucio Ary Dillon. Censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4, n. 10, p. 21-43, jan./jun. 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm. Acesso em: 19 mar. 2015.

14

A formação de recursos humanos para melhorar o acesso e a utilização da informação em ciência e tecnologia

A proposição implícita no título deste trabalho não constitui nada de revolucionário. Se consultarmos qualquer especialista envolvido em atividades de formação de recursos humanos na área da informação, o seu discurso revelará que a meta perseguida na prática docente é a otimização do acesso e da utilização da informação. No entanto, uma análise efetiva dos currículos e da prática profissional do produto emanado dos cursos dessa área porá em evidência que esse discurso está eivado de valores formais que não encontram correspondência nos valores reais predominantes na prática profissional.

O discurso contemporâneo dos especialistas em informação enfatiza conceitos que, embora não sejam novos, adquiriram uma predominância inquestionável no contexto das dificuldades econômicas e das próprias limitações operacionais de cada instituição dedicada à informação nos dias de hoje.

Conceitos como uso compartilhado de recursos — nova expressão que designa a ideia de cooperação interbibliotecária —, transferência de informações, coleções básicas, seletividade de acervos, crescimento zero de grandes bibliotecas universitárias e de pesquisa, internacionalização do acesso a sistemas computadorizados de informação, a mercantilização da distribuição de informações e a articulação crescente entre os diferentes setores que lidam com a informação documental, envolvem a preocupação com o uso e acesso aos conhecimentos. Este último ponto, o do acesso, fundamenta os estudos que, por exemplo, estão sendo feitos no âmbito do programa denominado Disponibilidade Universal de Publicações, e cujas implicações são extremamente relevantes para a economia bibliotecária dos países em desenvolvimento.

Há algum tempo repercute neste país a tendência, surgida no exterior de que sejam mais bem conhecidas as necessidades efetivas dos

No 5° Congresso Regional de Documentação da FID/CLA, Rio de Janeiro, 1980.

usuários de informação científica e tecnológica. Isso se tem feito sentir em estudos realizados no âmbito da docência e da pesquisa ou da prática profissional, neste caso como ponto de fundamentação para programas de disseminação seletiva de informações. Essa tendência, da qual têm resultado conhecimentos extremamente interessantes sobre hábitos de utilização e necessidades de informação de algumas comunidades de usuários, desde o homem comum até especialistas altamente sofisticados, parece que ainda não repercutiu de forma generalizada sobre os cursos de formação de pessoal na área da informação.

Se dividirmos as atividades ligadas à organização e utilização da informação documentária em três segmentos ou subsistemas, teremos as atividades de administração, processamento e busca/recuperação/disseminação de documentos. Pelo que se tem podido observar, existe uma maior concentração de esforços de ensino/aprendizagem no segundo desses segmentos, que, curiosamente, é aquele que mais se distancia dos condicionamentos e pressões do ambiente dos usuários. Se incluirmos no setor da administração todas as atividades relacionadas com a aquisição de documentos, incluindo sua seleção e descarte, e as tarefas de gestão orçamentária, planejamento, avaliação, supervisão e gerência institucional, veremos que este subsistema não é considerado com a amplitude e as implicações políticas, econômicas e administrativas que são desejáveis.

Em trabalho de 1977 [reproduzido nas p. 125-137 deste volume], tive a oportunidade de chamar a atenção para o fato de que uma das principais carências na formação de recursos humanos em biblioteconomia está na reduzida atenção dada ao ensino de técnicas de administração nos cursos de graduação. E isso se torna ainda mais problemático ao se verificar que a demanda do mercado de trabalho faz com que muitas vezes bibliotecários recém-graduados, sem aquele "saber só de experiências feito",* sejam levados a assumir posições administrativas superiores, onde o desconhecimento das técnicas de gerência e planejamento torna o seu desempenho infeliz, para não dizer desastroso. Diga-se de passagem que essa parece ser uma característica geral dos países em desenvolvimento, conforme pude assinalar no mesmo trabalho.

O terceiro elemento, que chamei de busca/recuperação/disseminação de documentos, encontra-se em melhor situação, uma vez que a matéria bibliografia e referência atende, nem que seja formalmente, ao

* *Os lusíadas*, canto IV, 94.

requisito de dar aos alunos o conhecimento básico necessário para a realização das chamadas pesquisas bibliográficas e o atendimento de consultas de usuários. Neste campo, porém, pelo menos nas bibliotecas universitárias e especializadas, o desempenho profissional será altamente prejudicado pelo pouco ou nenhum conhecimento do código semântico, dos objetos e métodos dos diferentes campos do saber. É natural que, mais cedo ou mais tarde, virá o domínio da substância essencial do campo de atuação, adquirido pela aprendizagem em serviço ou, até mesmo, por cursos formais na área correspondente.

Pode-se falar de outro elemento, ligado ao subsistema acima, que é o do treinamento de usuários, normalmente feito fora das escolas de biblioteconomia, por iniciativa de bibliotecários que procuram transmitir aos clientes reais e potenciais de sua instituição o conhecimento básico que lhes dê autonomia para se orientarem por si mesmos no labirinto enervante da literatura especializada e das estruturas bibliotecárias.

Outro ponto que talvez seja de interesse para o tema deste trabalho e a organização curricular de cursos na área da informação é o reconhecimento da existência de diferentes níveis de prestação de serviços de informação. A imagem tão utilizada de que a localização de um horário de trem num guia ferroviário constitui fenômeno semelhante ao de um especialista que busca informações num índice sobre um tema altamente complexo de seu campo é verdadeira em sua globalidade, mas esconde um aspecto essencial que é o acervo de conhecimentos prévios necessários ao entendimento de cada um desses dois tipos de informação. Surge, portanto, a partir deste exemplo, o problema dos níveis de prestação de serviços e, consequentemente, o nível de formação de recursos humanos necessários para o atendimento de uma demanda diferenciada. Essa abordagem por níveis de prestação de serviço talvez seja mais frutífera do que a tipologia atualmente adotada de divisão por tipos de bibliotecas ou centros de documentação/informação.

Na biblioteconomia, embora o discurso dos responsáveis pelo seu ensino procure reiterar a preocupação com a formação generalista, o que temos, na prática, é uma situação extremamente curiosa. Em primeiro lugar, seria necessário definir o que é ser especialista ou generalista. Trata-se de ser especialista numa técnica bibliotecária ou especialista na provisão de informações a especialistas de uma área? Trata-se de ser generalista no sentido de alguém que domina todas as técnicas bibliotecárias ou que domina alguns ou todos os ramos do conhecimento? Ou se trata da vocação aplicada a um ou vários tipos de bibliotecas?

Pelo que tenho podido observar, salvo melhor juízo, quando se fala em formação de especialistas ou generalistas, o que se tem em mente é o bibliotecário adestrado num determinado tipo de biblioteca, o que se justifica ou pelo treinamento em serviço, ou pelo crédito numa disciplina de bibliografia especializada, ou, ainda, por cursos de especialização em bibliotecas universitárias, escolares, etc.

Quando falo em níveis de prestação de serviços, estou me referindo à complexidade variável desses serviços, a qual determina uma correspondente complexidade dos segmentos que antes denominei administração e processamento documental. Se querem um exemplo, ei-lo: a proposta do Instituto Nacional do Livro para treinamento de pessoal auxiliar, principalmente como se acha consubstanciada no manual *Os livros são para ler*, e seu oposto, que é o programa de mestrado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

É sabido que a formação profissional deve estar prioritariamente voltada para o atendimento das necessidades sentidas pela maioria da população. Assim, quando penso num bibliotecário generalista, penso naquele profissional que esteja capacitado a prestar atendimento às necessidades básicas em matéria de informação da grande maioria da população. Ou seja, o grupo de profissionais que se incumbirá de organizar uma rede de serviços básicos de informação para a maioria da população. Muitos devem ter percebido a semelhança dessa proposta com o que acontece no campo da prestação de serviços de saúde e, por conseguinte, no campo da formação de recursos humanos em saúde. Com todos os riscos de qualquer analogia, parece-me que a comparação é válida, principalmente porque ambas as profissões estão voltadas para o atendimento da população em setores básicos para a melhoria de sua qualidade de vida, e ambas são marcadas por distorções e desvios muito aparentados, como seja a ênfase num atendimento elitista e a preocupação com uma tecnologia sofisticada quando ações simplificadas podem cumprir os mesmos objetivos com menores dispêndios econômicos e maior utilização e valorização do capital humano.

Toda essa digressão trouxe-nos à questão dos níveis de prestação de serviços, em que a informação em ciência e tecnologia, para o consumo de cientistas e tecnólogos, situa-se no ápice de uma pirâmide, que tem por base os níveis primário e secundário. Este ápice da pirâmide, que, provavelmente, absorve uma parte substancial dos recursos financeiros e humanos aplicados em informação, não está utilizando de forma compensatória o acervo documental colocado a sua disposição. Esta

afirmativa fundamenta-se nas opiniões de diferentes bibliotecários, na minha própria prática profissional e nas permanentes lamúrias ouvidas no meio acadêmico quanto ao baixo índice de leitura e consulta aos materiais de bibliotecas. Em outros termos, poder-se-ia dizer que a análise de custo–benefício não é animadora e tende a piorar na medida em que se verifica uma irrefreável tendência de aumento dos preços dos materiais bibliográficos e da aquisição de sistemas de referência que utilizam alta tecnologia.

Sendo impossível ou desaconselhável refrear essa tendência, pois sempre se acredita que existe uma demanda latente, que a qualquer instante pode se tornar ativa, surge a especulação sobre como melhorar o acesso e a utilização dessa informação. E uma das respostas estaria no nível da formação de recursos humanos. Isso, no entanto, implicaria mudanças importantes tanto na formação dos processadores de documentos quanto de seus usuários potenciais.

No primeiro caso, creio que uma das mudanças requeridas será o rebaixamento da prioridade atualmente dada ao segmento de processamento, concedendo-se mais atenção aos setores da administração e busca/recuperação/disseminação de documentos. Mas essa alteração de prioridades deverá ocorrer de maneira crítica, em que não se percam de vista as características do contexto brasileiro, suas limitações e seus atributos culturais.

Por outro lado, é conveniente que as modificações no ensino estejam associadas a mudanças comportamentais dos próprios profissionais e a mudanças institucionais. Aprimorar o uso e o acesso aos documentos exigirá a remoção de obstáculos que ainda dificultam o uso compartilhado de recursos, a redistribuição de acervos, o planejamento das aquisições e do descarte, a intensificação da prática do empréstimo interbibliotecário de todas as formas de materiais, a eliminação do serviço exclusivo a clientelas cativas, e uma preocupação séria e engajada para que os conhecimentos registrados se transformem em fatores de melhoria da vida de todos nós.

Não se poderá contribuir para a melhoria da utilização da informação, criando o hábito de consulta aos documentos, se os acervos forem mantidos fechados ou se os alunos de graduação não puderem ter acesso livre aos periódicos de seu interesse. Temos observado que, em face do aumento da demanda, a atitude comum é procurar refreá-lo através da imposição de exigências e entraves de diferentes tipos. Àquele fato positivo não se responde com um aumento do quantitativo de pessoal ou de

recursos financeiros, mas com a construção de paredes, balcões de separação do público e diminuição de horas de funcionamento.

Vemos, assim, de passagem, que não se pode isolar a formação profissional da própria prática profissional. As duas se relacionam fortemente e, por sua vez, dependem das circunstâncias históricas e dos condicionamentos culturais, sociais, políticos e econômicos.

É importante salientar que quaisquer mudanças radicais, de caráter qualitativo, somente poderão ocorrer no marco de uma abordagem interdisciplinar da formação e da prática profissional em todos os seus níveis. Os profissionais da informação têm de compreender, de uma vez por todas, que a essência de seu mister, de seu ofício, está exatamente nessa ineludível força que atrai e aglutina pessoas com formação e interesses tão diversificados. Insistir no exclusivismo, nos privilégios corporativos de uma classe, é contribuir para anular um dos aspectos mais atraentes de nosso campo de ação e reduzir a sua relevância social. Na busca de formas e meios de atingir o objetivo de aperfeiçoar o uso e o acesso à informação, os cursos de graduação e pós-graduação na área terão infalivelmente de questionar sobre como esse aperfeiçoamento contribuirá para que as atividades de pesquisa e desenvolvimento se compatibilizem com as necessidades efetivas da maioria da população do país, sem prejuízo das pesquisas de ponta que sejam viáveis.

Não se deve pensar que apenas a formação de recursos humanos ajustados aos objetivos aqui delineados seja condição única e suficiente para sanar a subutilização dos acervos. Outros fatores interagem para que possa subsistir a situação atual, e certamente os mais importantes estão fora de nossa área de competência profissional. Refiro-me, particularmente, à estrutura educacional, ao modelo de desenvolvimento adotado, à dependência econômica e tecnológica, às formas de envolvimento da comunidade no esforço de superação do subdesenvolvimento, em síntese, ao que se poderia chamar de ambiente do sistema.

Ainda que esteja fora de nossa alçada profissional, esse ambiente deve merecer nosso exame, pois de seu conhecimento depende a orientação que possamos dar à nossa prática profissional. Evitar esse envolvimento, esse questionamento, será reduzir nossa especialidade a uma aberração sociológica ou, na melhor das hipóteses, a um epifenômeno marginal à própria prática social.

15

A transferência de informação entre o Norte e o Sul: utopia ou realidade?

Especialistas em informação de uma das maiores regiões do Terceiro Mundo, confrontados com o dilema e o desafio em que se constitui a luta pela superação da dependência e da pobreza, e em busca de mecanismos que tornem a utilização da informação, em todas as áreas da ciência, da técnica e da cultura, uma das ferramentas básicas no processo de conquista de uma vida melhor e mais digna para nossos povos, consideramos como da maior relevância o tema proposto para este 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação — a transferência de informação.

Não porque, isoladamente, a informação seja o elixir maravilhoso que poderá curar todos nossos males, mas porque ela representa, quando administrada apropriadamente e com soberania de decisões, um dos instrumentos que podem acionar as mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais todos almejamos. Por outro lado, esta ocasião será propícia para que indaguemos também sobre como a informação tem servido para perpetuar os mecanismos de dependência e de desagregação social e cultural dos países subdesenvolvidos. E, não menos importante, talvez se possa iniciar aqui o processo de formação de uma consciência crítica do papel que, como profissionais da informação, temos desempenhado e viremos a desempenhar no estabelecimento de formas de transferência de informações que contribuam efetivamente para aquelas mudanças.

Nesta apresentação, a transferência de informação é vista como o conjunto de atividades que visam a transferir de um país para outro ou entre vários países informações que se achem registradas em algum tipo de suporte material, em qualquer área da cultura, em seu sentido mais amplo, e

~ Conferência de abertura do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Salvador, de 21 a 26 de setembro de 1980. Publicada em *Ciência e Cultura*, v. 33, n. 2, p. 300-304, fev. 1981, e na *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 12, n. 1, p. 61-74, mar. 1983. Feitas mudanças de forma e estilo.

que podem ser tanto primárias quanto secundárias. Abrange, portanto, os materiais de informação tradicionais e os que foram recentemente incorporados ao processo de comunicação social, como as fitas magnéticas de computador, materiais audiovisuais, etc. Considera tanto a transferência realizada por agentes comerciais, como livreiros e editores, como aquela que se faz por intermédio de organismos governamentais ou agências internacionais. Não abrange a transferência vertical de informações, dentro de um único país, ou aquela que tem lugar entre os indivíduos, sem a mediação de instituições especializadas, como as bibliotecas.

Da óptica dos países dependentes, a transferência de informação é geralmente considerada como a aquisição de registros informacionais nos países desenvolvidos — ou países centrais da ordem econômica mundial —, que são os maiores produtores de informação, e nos quais a indústria da informação é hoje um elemento que, quase sempre, acompanha e se integra às atividades de outros setores industriais, seja dentro dos próprios países desenvolvidos, seja em suaas ramificações internacionais.

Embora também sejam produtores de informação, os países subdesenvolvidos não têm a expressão dos países centrais e, além disso, sua comunidade acadêmica e científica tende a menoscabar e a subutilizar a própria produção nacional, inclusive como meio de comunicação de resultados de pesquisas. Por mais que se respeite e acate a aspiração dos cientistas à maior difusão possível de suas pesquisas e estudos, não se pode deixar de estranhar que pesquisas que foram financiadas por um país em desenvolvimento, realizadas em suas instituições, tenham os seus resultados publicados preferencialmente em meios de comunicação dos países desenvolvidos, os quais têm assim, entre outras vantagens, a de mais rapidamente tirar proveito de qualquer contribuição relevante eventualmente encontrada nos resultados de tais pesquisas.

Esse fato reflete também a circunstância de que, provavelmente, a maioria das pesquisas que se realizam nos países em desenvolvimento está muito mais enfocada em problemas que não nos dizem respeito, sob a alegação de que a ciência é neutra e universal, do que para a procura de soluções concretas para questões concretas que se encontram no cotidiano desses países.

Sendo um processo bilateral, também existe a transferência de informação dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Só que essa forma de transferência, apesar das dificuldades suscitadas por nossa organização administrativa e comercial, está

longe de se defrontar com os obstáculos que enfrentam os países em desenvolvimento para obter transferência no sentido inverso. Todos sabemos, por exemplo, que a Library of Congress possui escritórios instalados em muitos países subdesenvolvidos para a coleta de documentos relevantes, que são enviados para sua sede em Washington. O próprio êxodo de trabalhos originais produzidos por cientistas do Terceiro Mundo para revistas científicas de países desenvolvidos é uma forma eficaz de obter essa transferência de informação.

As diferenças quantitativas e qualitativas certamente respondem pela existência de um desequilíbrio no balanço da transferência de informação entre as nações. Isso, associado a interesses comerciais e de hegemonia política, põe por terra as aspirações a um intercâmbio destituído de interesses materiais no âmbito da cooperação internacional entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido.

As preocupações que temos com o aprimoramento dos meios de acesso à informação não nos devem levar ao erro de superdimensionar sua importância, vendo-a de forma isolada quase como motor único e exclusivo das mudanças sociais. Em 1968, por exemplo, um renomado especialista norte-americano, Harold Borko, que inclusive esteve certa vez no Brasil, como consultor, disse que a informação deve ser considerada "como um meio pelo qual uma nação em desenvolvimento pode aumentar seu produto nacional bruto, elevar o padrão de vida de seus cidadãos e reduzir a distância entre as nações que têm e as que não têm". Para ele a informação é um bem (*commodity*) que "deve ter livre curso entre as nações em benefício mútuo de todas".[1] Essa colocação simplificada tem sido repetida até por bibliotecários e especialistas em informação dos países em desenvolvimento quando escrevem artigos sobre o papel da informação no desenvolvimento econômico e social. Suas tiradas excessivamente otimistas e generalizadoras lembram, com a devida vênia dos nossos anfitriões, o condoreirismo grandiloquente de Castro Alves, que via no livro a redenção dos povos desta América.

Durante as décadas de 1950 e 1960, estiveram em grande voga as ideias sobre modernização das estruturas administrativas e introdução de inovações tecnológicas nos países subdesenvolvidos, como forma de superação do atraso técnico e social, sem que fosse necessário alterar as estruturas políticas e econômicas desses países. Na mesma época, coincidentemente, tiveram grande impulso os programas de assistência bilateral entre países do Terceiro Mundo e nações desen-

volvidas, principalmente os Estados Unidos, visando ao fornecimento, gratuito ou subsidiado, de publicações técnicas, científicas e didáticas àqueles países. Não se pode deixar de reconhecer que esse tipo de transferência de informações desempenhou certo papel na introdução de técnicas, processos, métodos e até formas de pensamento e ação política que contribuíram para a adoção de soluções que levaram ao agravamento da dependência, se bem que, agora, mascarada pela modernização de certos setores da vida administrativa e social.

A transferência de informação, feita de forma dependente e sem análise crítica, pode, na área tecnológica, gerar demandas artificiais por produtos supérfluos ou criar uma competitividade absurda que se reflete, por exemplo, na proliferação de produtos que têm a mesma finalidade. A indústria farmacêutica representa o exemplo característico dessa proliferação nefasta de produtos: a Organização Mundial da Saúde afirma que bastariam cerca de 200 medicamentos essenciais para tratar as doenças, chegando o seu diretor a afirmar que com 50 remédios faria milagres nos países subdesenvolvidos. Enquanto isso existem mais de sete mil produtos diferentes nas farmácias brasileiras.

Não adiantam boas intenções para encontrar soluções justas para a transferência de informações entre o Norte e o Sul. Ninguém discorda dos princípios que justificam o livre fluxo de informação e o compartilhamento internacional dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas que se encontram em inúmeros estudos e recomendações da Unesco.[2] Mas todos sabemos como a retórica acerca do 'livre fluxo internacional da informação' até hoje não deixou de ser simplesmente isso: mera retórica.

Existem atualmente cerca de 25 países que terminaram sua primeira revolução industrial e mais 12 outros que estão numa etapa mais avançada, a que se dá o nome de sociedade pós-industrial. Por outro lado, há cerca de 60 países que ainda se acham em etapa pré-industrial, caracterizada por atividades ligadas à explotação e exportação de produtos primários, da agricultura, silvicultura, pesca e mineração. A eles se somam cerca de 40 nações que passam pelas primeiras fases da industrialização, adotando políticas de substituição de importação de certos bens de consumo primário e produtos intermediários, em que a tecnologia industrial empregada é em grande parte importada do exterior.

É nesse quadro de predominância numérica do subdesenvolvimento, compartilhado, em diferentes graus, por uma centena de países, e de controle efetivo das trocas internacionais e da produção de conheci-

mentos científicos e tecnológicos por parte de uma minoria inferior a 40 países, que se deve examinar a questão da transferência da informação.

Uma das características da organização científica da maioria dos países industrializados e pós-industriais é que a informação é tratada como mercadoria sujeita às leis do mercado, à semelhança de qualquer produto industrial. Borko, de certa maneira, tinha razão, ao dizer que a informação contribui para aumentar o produto interno bruto de um país. Porém, até agora, ela só tem aumentado o PIB dos países desenvolvidos. Nas sociedades pós-industriais, as atividades ligadas à informação, em sentido mais amplo, respondem por uma parte significativa do seu produto interno bruto (PIB), sendo de se esperar que até o final do século essa participação da informação na economia desses países será majoritária. Enquanto isso, os países em desenvolvimento têm o seu balanço de pagamentos onerado com a transferência de divisas fortes para os países centrais, destinada à aquisição dessa nova especiaria — a informação (só que nos tempos das especiarias éramos nós que as produzíamos, o que não significa muito, pois afinal o dinheiro ia mesmo era para a metrópole).

Outra questão interessante é que as informações transferidas dos países desenvolvidos sob a forma de documentos não podem ter aqui, devido ao nosso próprio nível de desenvolvimento, o mesmo valor de uso que têm nas sociedades de origem. Exemplifiquemos. A assinatura de uma revista *x*, especializada numa área bastante complexa, custa mil dólares por ano. Se, no Brasil, durante um ano, forem lidos apenas dez artigos dessa revista, cada artigo terá custado para nós cem dólares. Teria saído mais barato adquirir cópias numa biblioteca estrangeira.

É auspicioso verificar que organizações internacionais, como a Unesco, vêm mostrando ultimamente uma percepção mais arguta dos problemas da informação nos países em desenvolvimento. Na quarta reunião do Unisist sobre planejamento e implementação de atividades nacionais de informação em ciência e tecnologia, realizada em maio deste ano [1980], chegaram à conclusão de que a distinção que se faz entre países ricos e países pobres em informação não é necessariamente uma questão de ordem quantitativa, mas, antes, uma questão de grau de utilização das informações disponíveis.[3]

E por que as informações disponíveis não são utilizadas? Estaria a resposta a isso, como muitos pretendem, simplesmente na falta da chamada educação dos usuários potenciais? Ou estaria no fato de que os contextos em que as informações são produzidas diferem dos contextos encontrados no Terceiro Mundo? Ou estaria a resposta implícita

no próprio modelo de desenvolvimento que despreza o saber local, ou que dele prescinde pela importação de pacotes tecnológicos? Ou seria a soma de tudo isso e algo mais?

No campo da saúde, a Organização Mundial da Saúde vem advertindo sobre o papel da transferência de informações médicas dos países centrais no agravamento das distorções que existem na educação médica e nos sistemas de atenção à saúde de muitos países em desenvolvimento. Como se sabe, nesses países, os grandes problemas de saúde da maioria de sua população podem ser resolvidos com a adoção de medidas simplificadas de prevenção e tratamento das doenças mais comuns, ao lado de medidas de melhoria das condições de saneamento e habitação. Não é um ensino médico voltado para uma medicina altamente especializada e o emprego de uma multiplicidade de equipamentos cada vez mais complexos, destinados ao diagnóstico das afecções crônico-degenerativas, que resolverão os problemas básicos de saúde do povo brasileiro. Mas, a informação encontrada em nossas bibliotecas médicas reflete não essa necessidade social mais ampla, mas as características de um contexto altamente desenvolvido onde, talvez, aqueles graus de complexidade e sofisticação encontrem justificativa social. .

Os profissionais da informação dos países em desenvolvimento devem assumir papel crítico em face da questão da transferência da informação. Não se trata de fechar as fronteiras a essa transferência, mas, sim, de adotar critérios de seletividade na determinação daquelas informações que venham a ter vigência social em nosso contexto, e que, além de assegurar o progresso da ciência e a transmissão de conhecimentos, contribuam para a solução de nossos problemas. Trata-se de ser seletivo na importação da informação, de montar esquemas efetivos de utilização compartilhada da informação, de criar sistemas eficazes e participantes de disseminação e difusão de informações.

É claro que isso somente será viável na medida em que cada país definir políticas científicas e modelos de desenvolvimento que estejam voltados para a solução efetiva dos problemas básicos nacionais, de forma autônoma, duradoura, e que beneficie todos os segmentos da sociedade.

Fala-se muito ultimamente em desenvolvimento endógeno, e na necessidade de cada país se comprometer em assegurar o seu desenvolvimento científico e tecnológico com base na própria capacidade científica e tecnológica autônoma. A possibilidade de êxito desse desenvolvimento endógeno ou autossustentável depende muito da implementação de uma nova ordem econômica internacional, da qual resulte

um tratamento justo dos países subdesenvolvidos nas relações de troca internacionais, a eliminação da dependência ou os mecanismos que a propiciam, e a diminuição do hiato científico e tecnológico que separa o Norte do Sul.

O desenvolvimento endógeno, com pleno aproveitamento e controle nacional das riquezas de um país, envolve a necessidade de reformulações na política e na prática da transferência de informação. No setor da informação científica, isso exigirá uma ênfase maior na utilização das informações produzidas localmente e que sejam apropriadas para a solução de problemas específicos, e num maior intercâmbio de informações entre países em desenvolvimento que tenham características em comum, seja por razões culturais ou de proximidade geográfica.

Mas, à medida que uns problemas vão tendo sua importância reduzida, outros vão surgindo com aspectos de ainda maior gravidade. No processo de expansão da indústria da informação para fora dos países centrais, os sistemas computadorizados de informação, ou bases de dados bibliográficos, produzidos nesses países, passam a ser o carro-chefe dessa indústria. Países subdesenvolvidos, que não resolveram ainda problemas fundamentais como o acesso aos próprios documentos ou a criação de uma imprensa científica estável, veem-se assediados e muitas vezes seduzidos pelos mercadores desse novo produto. Faz poucos dias, num congresso internacional, fui assistir ao que deveria ser uma sessão técnica sobre sistemas computadorizados de informação biomédica, mas que, de fato, se constituiu numa enervante sessão de promoção de vendas. Ali, o representante do Commonwealth Agricultural Bureaux, por exemplo, mostrava a excelência de suas bases de dados, que supunha eu serem voltadas para a agricultura e disciplinas afins em sua maioria, como fonte de informações bibliográficas em medicina e saúde para os países subdesenvolvidos. De outro lado, a National Library of Medicine (NLM) anunciava a maravilha eletrônica que será a nova geração do sistema MEDLARS. Enquanto isso, a Excerpta Medica recusou-se a fazer uma demonstração de seu sistema porque o reduzido comparecimento de participantes não justificava o investimento.

Hoje fazem-se várias indagações sobre a validade de sistemas computadorizados de informação científica que têm cobertura mundial continuarem sendo mantidos e comercializados por instituições privadas ou instituições governamentais de um país. Graças à iniciativa de organismos do sistema das Nações Unidas, certas áreas do conhecimento dispõem hoje de sistemas de informação verdadeiramente interna-

cionais, uma vez que são operados e mantidos por agências das Nações Unidas. Mas, a medicina tem seus dois grandes sistemas de informação de cobertura internacional ou no setor privado ou numa agência governamental, respectivamente a Excerpta Medica do grupo Elsevier, dos Países Baixos, e a National Library of Medicine (NLM), nos EUA. Essa situação pode originar o ensejo de utilizar a informação como forma de pressão e até mesmo como um dos elementos vitais no bloqueio ou boicote a um país. Basta citar o exemplo da biblioteca de medicina de Teerã, a qual, enquanto o xá esteve no poder, teve acesso, ao sistema MEDLARS da NLM. Derrubado o xá, e deterioradas as relações entre o Irã e os Estados Unidos, foi suspenso o fornecimento do serviço do MEDLARS ao Irã, prejudicando não só aquele país, mas vários outros da região, que também tinham acesso a esse serviço mantido em Teerã.

As facilidades do teleprocessamento facilitam grandemente a transferência de informação no que se refere à sua operação técnica. Tais facilidades, no entanto, podem ser anuladas pelas desvantagens criadas com a centralização do sistema num país. Numa crise internacional, basta desligar um botão e se interrompe a transferência da informação.

Os problemas que enfrentamos no campo da transferência da informação não devem ser imputados exclusivamente à ação das nações desenvolvidas. Também nós, profissionais da informação, e os usuários a quem temos de servir têm sua responsabilidade nessa situação, seja por omissão, seja por alienação, seja por absorção acrítica e passiva de ideias que nada têm a dizer nesta parte do mundo.

Quando o próprio mundo desenvolvido enfrenta graves problemas resultantes da aplicação desordenada do conhecimento científico e dos avanços tecnológicos, de que é um dos muitos exemplos a crescente deterioração do meio ambiente em escala mundial, os países em desenvolvimento têm de ser cada vez mais críticos em relação ao transplante automático daquelas soluções que possam repetir aqui os mesmos agravos ao homem e à natureza que foram ali perpetrados. Os profissionais da informação devem participar do esforço global das sociedades subdesenvolvidas em prol da adoção de modelos de desenvolvimento que não destruam sua individualidade como nações, que não abastardem sua identidade cultural, que não aprofundem ainda mais os desníveis sociais, que não contribuam para tornar inóspito este mundo para nossos descendentes.

Finalmente, convém reiterar nossos aplausos pela convocação deste congresso latino-americano, num momento em que, mais do que nun-

ca, é necessário reforçar os laços de cooperação e integração regional e aperfeiçoar os mecanismos de intercâmbio de experiências entre as nações deste hemisfério. E salientar a felicidade da escolha desta cidade de Salvador para sede do congresso. Pois, para nós, brasileiros, ela não é apenas um marco histórico — nossa primeira capital — mas, também, a melhor síntese daquilo que se poderia considerar como expressão do espírito e da vocação do verdadeiro povo deste país. E nada melhor também do que fazer um congresso sobre transferência de informação exatamente nestas terras que acolheram pela primeira vez o conquistador estrangeiro, dando início a mais um capítulo da expansão do capitalismo europeu, lançando as sementes da futura dependência e subdesenvolvimento, e produzindo, com a carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, comunicando a descoberta da nova terra, o nosso primeiro caso de transferência de informação.

Referências

1. Borko, H. National and international information networks in science and technology. *afips '68 Proceedings of the December 9-11, 1968, Fall Joint Computer Conference*, part ii, p. 1469-1472, 1968. Disponível em: www.computer.org/csdl/proceedings/afips/1968/5072/00/50721469.pdf. Acesso em: 19 maio 2015.
2. Ver, por exemplo, United Nations Conference on Science and Technology for Development (uncstd). Vienna, 1979. *New perspectives in international scientific and technological knowledge and of its application to development in all countries*. 1979. 73 p. (a/conf.81/bp/unesco) Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/Ulis/cgi-bin/ulis.pl?catno=39930&set=00555C90EC_1_241&gp=&lin=1&ll=f. Acesso em: 20 maio 2015.
3. Unisist. General Information Programme. *Fourth Unisist meeting on the planning and implementation of national information activities in science and technology.* Seminar on Information for Problem Solving in Socio-Economic Development. Reston, va, 5-9 May 1980. (pgi-80-ws/26. Paris, 1980. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000042091. Acesso em: 6 fev. 2025.

Nota de 2015

Em 2006, tive a oportunidade de, também em Salvador, revisitar alguns dos temas aqui abordados na conferência que se encontra nas p. 323-329 deste volume. Considerações pertinentes encontram-se no capítulo "Periódicos eletrônicos: problema ou solução?", nas p. 307-322 deste volume.

16

Infraestrutura da literatura biomédica: considerações acerca de um núcleo de revistas brasileiras do setor saúde

Uma vez que os periódicos especializados ainda constituem o veículo principal de comunicação científica, é inteiramente compreensível que esta série de reuniões sobre as atividades futuras da Bireme e seu papel na difusão de informações biomédicas na América Latina seja iniciada com este exame da situação das revistas de saúde editadas no Brasil.

Este trabalho limita-se ao exame de certas características das revistas médicas brasileiras, principalmente aquelas que foram escolhidas para serem indexadas no *Index Medicus Latino-Americano* (IMLA).

Resumo histórico

A tardia introdução da imprensa no Brasil, que se deu em começos do século XIX, fez com que os trabalhos escritos por médicos brasileiros até aquela data fossem publicados em revistas de outros países, principalmente Portugal.

A primeira revista médica surgirá ainda bem mais tarde, em 1827, quase 20 anos após a introdução da imprensa e a implantação do ensino médico no país. Fundada por um médico francês radicado no Brasil, Joseph-François Xavier Sigaud, essa revista, que se intitulava *Propagador das Sciencias Medicas* ou *Annaes de Medicina, Cirurgia e Pharmacia*, teve, como a grande maioria de suas sucessoras, vida efêmera, pois logo no ano seguinte desaparecia, após a publicação de dois números.

O aparecimento dessa e de quase 50 outras revistas médicas no século XIX não eliminou totalmente a prática que então se adotava de pu-

Apresentado na reunião sobre necessidades de informação médica e a experiência brasileira em redes de informação, realizada em Brasília, de 28 a 30 de novembro de 1979, sob os auspícios da Organização Pan-Americana da Saúde. Publicado em *Educación Médica y Salud*, v. 15, n. 4, p. 406-423, 1981. Reproduzido em *Comunicação & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 85-100, mar. 1982.

blicar artigos médicos e travar polêmicas científicas nas páginas dos jornais diários, ainda que os autores tivessem de pagar por isso. Em 1862, a *Revista Médica do Rio de Janeiro* se anuncia como opção gratuita para a difusão de trabalhos médicos.

Dificuldades em seguir o calendário de publicação, improvisação, reduzida tiragem e circulação limitada, vida efêmera e duplicações desnecessárias caracterizarão a grande maioria das revistas médicas do século XIX. Apenas duas tiveram vida relativamente longa, tendo chegado até o século XX: a *Gazeta Médica da Bahia* e o *Brasil-Médico*.

Essas dificuldades e a sucessão de fracassos não desestimularam os fundadores de novas revistas. Dinah Población et al. estimaram em cerca de quase dois mil o total de títulos de revistas médicas editadas entre 1827 e 1978.[1] Mesmo que se excluam dessa estimativa muito generosa publicações de caráter noticioso, o total certamente será superior ao milhar.

Mortalidade das revistas

Dos 182 títulos de revistas indexados pelo *Índice-Catálogo Médico Brasileiro* em 1939, sobreviviam, em 1970, apenas 47 (26%), conforme se pode verificar pela análise da publicação *Periódicos Brasileiros de Ciência e Tecnologia (PBCT)*.

Dos 74 títulos de periódicos escolhidos para inclusão no IMLA, apenas 18 tinham sido fundados nos primeiros 40 anos do século XX (tabela 1). Isso significa que apenas 10% dos periódicos indexados pelo *Índice-Catálogo Médico Brasileiro* em 1939 ainda estavam em circulação: os outros 90% correspondiam a revistas suspensas ou cuja qualidade havia baixado tanto a ponto de se tornarem irrelevantes.

Tabela 1. *Data de fundação dos títulos indexados no IMLA*

Anos	Títulos	%	
1900–1909	2	2,7	
1910–1919	2	2,7	24%
1920–1929	5	6,7	
1930–1939	9	12,2	
1940–1949	19	25,7	
1950–1959	11	14,9	76%
1960–1969	16	21,6	
1970–1977	10	13,5	

A reduzida taxa de sobrevivência parece ser confirmada pelo estudo de Dinah Población et al., segundo o qual apenas 18% das revistas fundadas durante o decênio 1960–1969 sobreviviam ao final desse período.

Em 1968, o IBICT editou um guia das publicações periódicas correntes (*Periódicos Brasileiros de Cultura*), arrolando 2 049 títulos, em todos os campos do conhecimento, que circulavam em 1960. Desse total, 340 (17%) correspondiam a revistas biomédicas. Em separado, eram relacionados 945 títulos interrompidos ou para os quais não se dispunha de informações completas, os quais perfaziam 46% do número de títulos que, por critérios muito flexíveis, eram então considerados correntes em todos os campos do conhecimento. O total de títulos biomédicos nessa mesma situação era de 130, ou seja, 38% das revistas biomédicas consideradas correntes e 14% do total de títulos suspensos em todos os campos do conhecimento.

Em 1975, o IBICT voltou a fazer novo levantamento, abrangendo apenas as revistas de ciência e tecnologia. Apesar dessa drástica limitação, o número total de títulos subiu para 2 927, incluindo as publicações suspensas. A publicação resultante desse levantamento, *Periódicos Brasileiros de Ciência e Tecnologia*, publicada em 1977, não relaciona separadamente os títulos suspensos, tornando difícil calcular esse total para todos os ramos do conhecimento. Verificamos, porém, no caso particular das revistas biomédicas, que dos 393 títulos 67 (17%) tinham sido considerados suspensos. O total geral de títulos biomédicos correspondia então a 13 % do total de revistas editadas em ciência e tecnologia (ver tabela 2).

Tabela 2. *Totais de revistas segundo diferentes fontes*

Fonte	Ano	Total de títulos
Índice-Catálogo Médico Brasileiro	1949	154
Periódicos Brasileiros de Cultura	1960	340
Periódicos Brasileiros de Ciência e Tecnologia	1970	326
Bibliografia Brasileira de Medicina	1970	152
Anuário Estatístico do Brasil	1975	49
Tulio Arends	1976	266
Dinah Población et al.	1979	136

Pode-se supor que, como o número de títulos indexados entre 1937 e 1977 permaneceu relativamente estável, as taxas de nascimento e mortalidade durante o período mantiveram-se quase equivalentes, ocupando os novos títulos o lugar dos que tinham desaparecido (ver tabela 3).

Periodicidade

Das 74 revistas indexadas pelo IMLA, 38% são publicadas trimestral-

mente, seguindo-se os periódicos bimestrais, que representam 16%, acompanhados pelos mensais, que constituem 15% do total, pelas revistas quadrimestrais (8%), pelas semestrais (4%) e pelas anuais (3%).

Tabela 3. *Totais de revistas indexadas na* Bibliografia Brasileira de Medicina *entre 1937 e 1977*

Anos	Número de títulos indexados
1937/1938	179
1939	182
1940	154
1941/1952	223
1957	115
1958	135
1965	82
1966	128
1967	116
1968	113
1969	94
1970	152
1971/1972	192
1973/1974	128
1974/1975	92
1975/1977 (pt. 1)	57
1975/1977 (pt. 2)	30

Nota: Não foram editados os volumes correspondentes aos anos 1953/1956, 1959/1964 e 1972/1973. A acentuada redução do número de títulos indexados nos dois últimos volumes publicados pode ser atribuída, em parte, à decisão adotada pelo IBICT de indexar apenas "um núcleo de revistas brasileiras expressivas para o assunto" (Cf. Introdução do v. 20, pt. 2 (1975/1977) da *Bibliografia Brasileira de Medicina*).

A periodicidade acima indicada é aquela almejada mas raramente obedecida pelas revistas, que se encontram, na maioria, em atraso crônico. No citado estudo de Dinah Población et al., foi verificado, em abril de 1979, que apenas 12 das 136 revistas consideradas correntes haviam publicado algum fascículo com data do corrente ano, 65 ainda estavam com a data de 1978 e o resto, correspondendo a 43% do total, ainda se encontrava nos anos de 1976 e 1977, lentamente marchando para um atraso cada vez maior, num claro prenúncio de uma morte próxima.

Com frequência, os editores lançam mão do artifício de editar volumes acumulados, cobrindo vários anos e assim trazendo a revista para a data do ano corrente. Tudo indica que raramente essa solução resolve os problemas estruturais que levaram ao atraso. As próprias revistas de instituições governamentais, que, teoricamente, não teriam dificuldades

financeiras, pois são subsidiadas com recursos do orçamento público, defrontam-se com esse obstáculo, talvez porque os cortes orçamentários e as mudanças administrativas tendam, por um tropismo irresistível, a se abater sobre as atividades ligadas à cultura, entre as quais as revistas e as bibliotecas são alvo de particular atenção.

Tiragem

Não é fácil obter informações indiretas sobre a tiragem das revistas médicas. As obras de referência consultadas e os fascículos das próprias revistas nos permitiram conhecer a tiragem de somente nove (12%) dos títulos indexados no IMLA, a saber:

Jornal Brasileiro de Medicina	45 000 exemplares
Revista da Associação Médica Brasileira	35 000 exemplares
Revista Brasileira de Odontologia	10 000 exemplares
Revista Médica do HSE	10 000 exemplares
Jornal de Pediatria	7 000 exemplares
Jornal Brasileiro de Ginecologia	6 000 exemplares
Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia	3 000 exemplares
Pediatria Prática	3 000 exemplares
Arquivos de Neuro-Psiquiatria	900 exemplares

Esses dados não podem ser considerados significativos para a maioria das revistas indexadas no IMLA. Para conhecer com exatidão sua tiragem, será necessário fazer um inquérito junto aos respectivos editores.

Os dados acima podem apenas ser indicativos de que os limites máximo e mínimo correspondem, respectivamente, a revistas de circulação dirigida, sustentadas por uma publicidade maciça de fornecedores de produtos e equipamentos médicos, ou por associações que congregam elevado número de profissionais, e a periódicos de cunho mais científico, com pouca ou nenhuma propaganda. O caso da *Revista Médica do HSE* corresponde à situação atípica de uma revista editada por um dos maiores hospitais do país, mantido pelo governo federal e que conta com recursos humanos e financeiros suficientes para assegurar a distribuição gratuita de uma publicação que contribui para o prestígio da instituição.

Editoras

No que se refere à identificação das instituições responsáveis pela edição das 74 revistas indexadas no IMLA, analisamos 68 títulos, que representam 92% do total. Os dados encontram-se na tabela 4.

Tabela 4. *Instituições responsáveis pela edição das revistas*

Tipo de instituição	Número de títulos	%
Associação profissional	32	47
Instituição de ensino	11	16
Instituição oficial	8	11
Instituição de pesquisa	5	7
Editora comercial	4	6
Hospital	3	4
Sociedade científica	2	3
Sociedade científica + sociedade profissional	1	1
Sociedade profissional + hospital	1	1
Sociedade profissional + instituição de ensino	1	1

Praticamente a metade das revistas indexadas no IMLA é editada por associações profissionais, que incluem desde a Associação Médica Brasileira e suas filiadas até pequenas associações de âmbito institucional. O segundo lugar ocupado nessa lista pelas instituições de ensino mostra que elas têm papel muito importante no processo de comunicação biomédica. Mas, ao mesmo tempo, isso pode revelar certo isolacionismo institucional do mundo acadêmico.

As 27 revistas editadas por instituições de ensino, instituições oficiais, instituições de pesquisa e hospitais são publicadas por entidades que, em sua quase totalidade, dependem, direta ou indiretamente, de recursos governamentais. Isso põe em relevo a reduzida participação das editoras comerciais no total de títulos editados.

A análise das diferentes listas de periódicos examinadas durante a elaboração deste trabalho mostrou o progressivo desaparecimento, a partir da década de 1960, das revistas publicadas por laboratórios farmacêuticos. Algumas destas, apesar de seu evidente objetivo publicitário, conquistaram reputação entre a comunidade médica, principalmente quando davam acolhida a trabalhos de pesquisa sem qualquer ligação com o laboratório mantenedor da revista. Muitas eram publicadas por laboratórios farmacêuticos nacionais e desapareciam na medida em que tais laboratórios faliam ou eram adquiridos por empresas estrangeiras. O desaparecimento de outras, publicadas por laboratórios estrangeiros, provavelmente se deveu a que muitas revistas editadas por associações profissionais ou editoras comerciais passaram a constituir uma solução menos onerosa e mais 'neutra' para a difusão de literatura promocional.

A revista *Folha Médica*, designada como órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira de Médicos Assessores da Indústria Farmacêutica e da Sociedade Franco-

-Brasileira de Medicina, publicou um total de 224 artigos durante 1978. Desse total, 152 trabalhos (68%) eram descrições de ensaios clínicos de medicamentos, alguns deles ainda inexistentes no mercado farmacêutico brasileiro. O que parece confirmar a definição dada por Albert Szent-Györgyi aos medicamentos e drogas. Para o cientista húngaro, medicamento "é uma substância que, quando injetada num animal, produz um artigo".[2]

Distribuição dos títulos por especialidade

Na qualificação das revistas segundo as especialidades, levamos em conta unicamente a denominação do periódico. Portanto, a inclusão do nome de uma especialidade no título de uma publicação foi o único critério de sua colocação em determinada área. As revistas de medicina em geral ou que são publicadas por hospitais foram qualificadas como de clínica geral. Não se trata de uma classificação lógica, mas, para chegar a um resultado lógico, seria necessário fazer uma análise dos artigos nelas publicados durante um período de tempo significativo, a fim de determinar os assuntos predominantes para cada uma.

A tabela 5 mostra a distribuição dos títulos indexados no IMLA segundo as especialidades. Verifica-se que a maior concentração está no campo que denominamos clínica geral, seguindo-se a área de revistas interdisciplinares. Depois vem a área de saúde mental e neurologia (incluindo psicanálise, psicologia, neurologia, neurocirurgia e psiquiatria) com um total de oito títulos. Todas as demais especialidades contam com um número variável entre três e um título.

Duas áreas, a da saúde pública e a da enfermagem, apesar de sua enorme importância social, contam com reduzido número de revistas. Dispensa comentários a ausência de uma revista especializada em nutrição e alimentação.

Também chama a atenção a ausência de uma revista nacional de educação sanitária. A revista *A Saúde do Mundo*, publicada em português pela Organização Mundial da Saúde, apesar de sua alta qualidade, atinge um grupo limitado de leitores e o seu conteúdo é, naturalmente, de caráter internacional, o que não contempla as necessidades específicas do Brasil.

Tabela 5. *Distribuição dos títulos de revistas e médicos por especialidades*

Especialidade	Número de títulos	%	% de médicos sobre o total de 77 256 (1)
Clínica geral	17	23	32,2
Interdisciplinar	9	12	—
Saúde mental e neurologia	8	11	4,2
Ginecologia e obstetrícia	3	4	12,0
Medicina tropical	3	4	—
Saúde materno-infantil	3	4	14,2
Análises e patologia clínica	2	3	4,3
Cardiologia	2	3	6,3
Cirurgia	2	3	3,5
Enfermagem	2	3	— (2)
Odontologia	2	3	—
Oftalmologia	2	3	3,1
Microbiologia	2	3	—
Anestesiologia	1	1	2,5
Cancerologia	1	1	—
Administração hospitalar	1	1	—
Dermatologia	1	1	1,7
Educação médica	1	1	— (3)
Gastroenterologia	1	1	1,2
Hanseníase	1	1	—
Ortopedia	1	1	3,5
Otorrinolaringologia	1	1	3,0
Reumatologia	1	1	—
Radiologia	1	1	1,4
Saúde ocupacional	1	1	—
Tuberculose	1	1	—
Urologia	1	1	1,6

(1) Dados de 1978. Fonte: Relatório anual da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica, 1978/1979.
(2) Em 1973, havia 10 000 enfermeiros no país.
(3) Em 1973, havia 6 811 docentes em cursos de medicina de graduação. Fonte: MEC, Ensino Superior, 1973.

Língua

A análise de 1 161 artigos publicados em 27 (36%) títulos dos 74 escolhidos para indexação no IMLA durante 1978 mostra significativa predominância de trabalhos em português, com apenas 50 artigos (4%) escritos em inglês e 1% em outros idiomas.

Apesar dessa predominância ocorrem situações um tanto absurdas. Por exemplo, recentemente uma revista de instituição oficial publicou um trabalho comparativo entre diferentes inseticidas que podem ser empregados contra os vetores da doença de Chagas. Esse trabalho, que mereceria ampla divulgação entre o pessoal de saúde pública, que em geral não conhece a língua inglesa, foi publicado nesse idioma,[3] acompanhado de resumo informativo em português, o que evidencia inversão de valores.

Produtividade de artigos

Fizemos dois levantamentos do número de artigos publicados nas revistas médicas. O primeiro baseou-se no número de referências incluídas numa série de volumes da *Bibliografia Brasileira de Medicina*, no período 1965/1975 (tabela 6).

Tabela 6. *Número de artigos indexados na* Bibliografia Brasileira de Medicina *entre 1965 e 1975*

Ano	Número de títulos de revistas	Número de artigos indexados
1965	82	1 000 (estimativa)
1966	128	2 000 (estimativa)
1967	116	2 400 (estimativa)
1968	113	2 150 (estimativa)
1969	94	3 032
1970	152	4 113
1971/1972	192	6 635
1973/1974	128	2 554
1974/1975	92	3 179
	Total	27 063

O segundo levantamento abrangeu 27 títulos de revistas publicadas em 1978 e incluídas entre as 74 indexadas no IMLA. Foram arrolados 1 161 artigos, o que nos dá uma média de 43 artigos por revista. Aplicando-se essa média aos 47 títulos restantes, encontraríamos um total de 3 182 artigos publicados durante um ano por todas as revistas do IMLA. Esse número aproxima-se do total de 3 179 artigos indexados na *Bibliografia Brasileira de Medicina* de 1974/1975 e publicados em 92 títulos de revistas.

A produção média anual entre 1965 e 1975 foi de 2 700 artigos. Os valores anuais não mostram um crescimento simétrico, existindo variações inexplicáveis de um ano para outro, no que se refere tanto ao número de títulos de revistas quanto ao número de artigos. No entanto, parece-nos admissível supor que o valor médio de 3 000 artigos por ano esteja relativamente próximo das cifras reais, pelo menos nos sete últimos anos.

Para conhecer o crescimento efetivo da literatura biomédica, seria necessário, em face da desconfiança que provocam em nós os dados da tabela 6, fazer uma contagem do número de artigos ou do número de páginas, por ano ou volume, ou simplesmente medir o espaço ocupado nas prateleiras de uma biblioteca por sucessivos volumes completos das revistas de determinada área do conhecimento. Para isso podem ser utilizadas tanto as revistas primárias quanto as secundárias. A conta-

gem de artigos indexados numa publicação secundária — a *Bibliografia Brasileira de Medicina* — não nos proporcionou dados que possamos considerar absolutamente confiáveis, embora sejam indicativos de uma tendência.

Diante da impossibilidade de fazer, em curto tempo, um estudo completo das tendências do crescimento da literatura científica brasileira e, em particular, da literatura biomédica, tomamos, a título de simples ilustração, o caso da *Revista Brasileira de Biologia*. Esta vem sendo publicada regularmente durante os últimos 38 anos, é considerada uma revista de qualidade, prestigiada pelos pesquisadores dessa área, conta com o apoio de órgãos governamentais de financiamento de pesquisas, é editada por uma instituição respeitada e, finalmente, representa um campo de conhecimento em que o Brasil conta com profícua e prestigiosa tradição de pesquisas.

Para avaliar o crescimento dessa revista, calculamos o número total de páginas de cada volume anual, entre 1941 e 1978. Esses volumes, cujo formato original ainda se conserva, foram agrupados em períodos de cinco anos, menos o último grupo, que cobre apenas três anos, calculando-se a quantidade média de páginas por volume anual.

Os dados da tabela 7 sugerem a necessidade de estudos mais amplos para investigar se a chamada 'explosão da informação' também ocorreu no Brasil e se teve as mesmas características do fenômeno observado nos países desenvolvidos. Pelo crescimento da *Revista Brasileira de Biologia*, parece que esse aumento exponencial da informação biomédica começa a se fazer sentir a partir de 1971. Os três últimos anos são particularmente indicativos dessa tendência. Também se pode supor que a estabilidade, sem queda de nível científico, é fator essencial para que uma revista conquiste o respeito dos meios científicos nacionais e assim obtenha colaborações de qualidade e em número suficiente para assegurar a obediência ao calendário de publicação.

Tabela 7. *Crescimento da* Revista Brasileira de Biologia*, de 1941 a 1978*

Período	Total de páginas no período	Média de páginas por volume anual
1941/1945	2 669	534
1946/1950	2 677	535
1951/1955	2 243	449
1956/1960	2 502	500
1961/1965	2 261	452
1966/1970	2 648	530
1971/1975	3 454	691
1976/1978	2 821	940

O crescimento da *Revista Brasileira de Biologia* a partir de 1971 pode também ser um reflexo do maior incremento dado pelo governo aos programas de pós-graduação o pesquisa.

Indexação de revistas brasileiras no exterior

Um dos argumentos utilizados para justificar a evasão de artigos científicos brasileiros para publicações estrangeiras é o de que nossas revistas são desconhecidas da comunidade científica internacional. Segundo se alega, em geral, seus artigos não são indexados nas publicações de resumos e índices de circulação internacional. Analisaremos, a seguir, alguns trabalhos recentes que examinaram a indexação de revistas biomédicas brasileiras em publicações secundárias estrangeiras.

Dinah Población et al.,[1] no artigo já citado, mostram que 113 (83 %) dos 136 títulos que consideraram correntes eram indexados nas publicações que examinaram (*Index Medicus*, *Excerpta Medica*, *Biological Abstracts*, *Current Contents*, *Science Citation Index* e *Tropical Diseases Bulletin*); 44 títulos eram indexados em apenas uma publicação secundária, e 69 em duas ou mais.

Analisando em 1978 os títulos de revistas brasileiras indexados, entre 1975 e 1977, em *Biological Abstracts*, *Chemical Abstracts*, *Index Medicus* e *Current Contents*, Anneliese Cunha et al. encontraram um total de 411 títulos de revistas, 166 (40,6%) dos quais correspondiam à área biomédica.[4] Esse total é superior ao que seria de se esperar em face dos totais de títulos de revistas médicas correntes que apresentamos anteriormente. Seria importante conhecer quais foram os títulos que as autoras consideraram como sendo de biomedicina.

Maria Teresinha Dias de Andrade, em estudo sobre a repercussão da *Revista de Saúde Pública* na literatura mundial, medida através dos artigos indexados em seis publicações secundárias estrangeiras, considerou "muito bom" o total de 116 artigos indexados, sobre 298 publicados.[5]

Brennen e Davey,[6] fazendo a análise de revistas indexadas no *Tropical Diseases Bulletin*, demonstraram que, entre os 41 títulos de revistas que permitiriam uma cobertura de 53,7% da literatura periódica de medicina tropical, a *Revista do Instituto de Medicina Tropical de São Paulo* ocupava o 12° lugar, com 173 citações. A *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* estava em 36° lugar, com 73 citações.

Não parece, portanto, totalmente procedente o argumento segundo o qual somente a publicação de artigos em revistas estrangeiras poderá

assegurar sua difusão entre a comunidade científica internacional. As revistas brasileiras que mantêm padrões aceitáveis de qualidade científica, periodicidade regular e obediência às normas internacionais de apresentação de artigos em periódicos científicos, não desprezando a inclusão de resumos informativos corretamente redigidos em língua de ampla circulação internacional, encontram seu lugar nos índices e publicações de resumos internacionais.

É natural e justificável, no entanto, que essas publicações secundárias, por mais que pretendam ao universalismo, adotem critérios de seleção de revistas e artigos a serem indexados. Uma vez que refletem os hábitos de utilização da informação das comunidades científicas a que se destinam prioritariamente, e que, em última instância, são as que as mantêm financeiramente, não se pode delas reivindicar que abranjam de forma mais ampla ou até mesmo exaustiva as revistas científicas de países periféricos da ordem econômica e política internacional. Insistir nesse ponto será reforçar a própria dependência desses países.

Assim também, é natural e justificável que o Brasil e outros países em desenvolvimento elaborem suas próprias publicações secundárias, em que se faça da forma mais abrangente possível o controle bibliográfico da produção científica nacional.

Discussão e conclusões

Repete-se em relação às revistas médicas uma característica comum aos países subdesenvolvidos: elevadas taxas de natalidade associadas a altos índices de mortalidade. E a preocupação com o excesso populacional também se encontra com relação ao excesso de periódicos especializados.

Reclamar do excesso de publicações não é hábito de nossos dias. Já no Eclesiastes (12:12) encontra-se a advertência de que "não há limite para fazer livros, e o muito estudar enfado é da carne". Em 1613, um autor se queixava de que "uma das mazelas desta época é a multiplicidade de livros; sobrecarregam tanto o mundo que ele não pode digerir a abundância de matéria inútil que é incubada e lançada ao mundo todos os dias"; ou, como diria outro autor, mais tarde, no século XVIII, "esta é realmente a década da revista, e se deveria procurar limitar seu número e não aumentá-lo, pois também poderão vir a existir periódicos demais".[7]

No Brasil, em janeiro de 1944, ao apresentar ao público o primeiro

número da *Revista Brasileira de Medicina*, seus editores se queixavam de que havia no país um "excesso" de revistas médicas de qualidade discutível, manifestando a esperança de que se repetisse aqui o fenômeno de "seleção natural" que levara ao desaparecimento, nos Estados Unidos, das revistas de qualidade inferior. Lamentavam ainda os abusos da propaganda de "um número imenso de especialidades farmacêuticas", cujas revistas chegavam gratuitamente às mãos do prático, muitas delas procurando, "com hábil técnica psicológica", colocá-lo sob tutela, "manobrando-o quanto à escolha e dosagem dos medicamentos". E continuavam dizendo que

> os próprios profissionais, mesmo alguns da mais alta categoria, parecem ignorar que os artigos dessas publicações perdem seu valor e seu cunho científico, sendo praxe não os citar em bibliografias e sim antes considerá-los trabalhos mercenários, razão, aliás, que, noutros casos, pode explicar realmente seu aparecimento.[8]

Quando se realizou o 11° Congresso Nacional de Medicina, em 1962, a situação das revistas era motivo de inquietações quanto à sua qualidade e difusão. Infere-se das recomendações aprovadas pela mesa-redonda sobre imprensa médica organizada por aquele congresso que a seleção de originais para publicação não era feita com o devido rigor, que os atrasos eram devidos à inexistência de um editor devidamente remunerado e de que havia abuso de propaganda farmacêutica em jornais e revistas não destinados exclusivamente à classe médica. Daí a ideia de que fosse editada uma revista bilíngue, intitulada *Selected Papers of Brazilian Medical Literature*, destinada a "divulgar os melhores trabalhos científicos brasileiros".[9] Em 1968, uma editora comercial iniciou a publicação da *Revista Brasileira de Pesquisas Médicas e Biológicas*, cujos objetivos correspondiam às aspirações expressas nessa recomendação da mesa-redonda de 1962.

Em 1967, a bibliotecária do então Departamento Nacional da Criança fez um modesto inquérito pioneiro para averiguar as razões da morte prematura dos periódicos médicos nacionais.[10] Lamentavelmente, o texto publicado não apresenta dados numéricos sobre quantas respostas foram obtidas, limitando-se, praticamente, a transcrever os depoimentos de dois médicos com experiência na edição de revistas e a apresentar as seguintes recomendações para a melhoria dessas revistas: 1) diminuir o seu número, antecipando-se à recomendação semelhante que Tulio Arends faria, em 1976; 2) vinculação das revistas a instituições respon-

sáveis e qualificadas ou a editoras comerciais especializadas; 3) orientação da publicidade para os periódicos de mais alto nível; e 4) aquisição pelo governo de assinaturas de revistas para distribuição no interior do país.

Arends,[11] preocupado com a desmesurada proliferação de revistas médicas na América Latina, estabeleceu aquilo que denominou "coeficiente ótimo de revistas médicas", determinado pelo cálculo da média de médicos por publicações médicas existentes em 11 países fora do continente latino-americano que contassem com mais de 100 revistas médicas. Assim, obteve a média de 799 médicos por revista. O mais sério problema dessa média é que foi baseada na realidade de países desenvolvidos, onde o processo da comunicação científica não é necessariamente igual ao dos países em desenvolvimento.

Aplicado à situação brasileira atual, o coeficiente proposto por Arends indica que o número ideal de revistas médicas brasileiras seria da ordem de 100. Se ao total de médicos somarmos o total de enfermeiros, esse número ótimo passa para 113 títulos.

Ao concluirmos este trabalho, acreditamos ser importante destacar os seguintes pontos:

1. Nos últimos anos começa a se estabilizar a edição de revistas médicas mais representativas, embora não se tenha alterado fundamentalmente a tendência antiga de promover a publicação de revistas sem a necessária infraestrutura que lhes assegure uma vida útil prolongada.

2. A obediência ao calendário de publicação dessas revistas ainda deixa a desejar, principalmente no caso de publicações editadas por organismos oficiais e instituições de ensino e pesquisa.

3. Há excessiva dispersão por especialidades, com reduzida cobertura de áreas importantes para o desenvolvimento social e o bem-estar da maioria da população, como é o caso das revistas de saúde pública e educação sanitária.

4. A estrutura da indústria farmacêutica implantada no país provoca uma inflação de anúncios e trabalhos científicos de qualidade duvidosa elaborados em função da promoção de medicamentos.

5. Conforme salientou Stepanenko,[12] ainda persiste certa falta de planejamento na organização de nossas revistas científicas, revelada principalmente pela não utilização de profissionais especializados em editoração e edição.

6. Toda a área da comunicação científica carece de um planejamento adequado, que caberia às entidades mais representativas dos seto-

res científicos do país, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a Academia Brasileira de Ciências e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. No caso particular das ciências da saúde, esse planejamento deveria contar com a colaboração do Ministério da Saúde, da Academia Nacional de Medicina, da Associação Médica Brasileira, do Ministério da Previdência e Assistência Social e da Biblioteca Regional de Medicina e Ciências da Saúde.

7. O controle bibliográfico da produção biomédica em nível nacional deve ser aprimorado, com o fortalecimento do IMLA e mesmo a edição de um subproduto dele, abrangendo apenas as revistas brasileiras.

8. O controle bibliográfico em nível internacional parece negar as expectativas mais pessimistas, sendo razoável admitir que se tornará mais amplo na medida em que forem superadas as principais deficiências de que padecem as revistas médicas brasileiras.

Num exame mais profundo da estrutura da comunicação biomédica no Brasil, não se poderá deixar de examinar o fenômeno emergente de uma imprensa médica alternativa. Essa imprensa resulta do aparecimento de um novo tipo de associação de profissionais da saúde preocupados em debater as deficiências e os dilemas da prestação de serviços de saúde no país. É importante examinar, portanto, o papel que podem ter no planejamento dessa comunicação os centros de estudos sobre saúde que já existem em algumas cidades. Um deles, o do Rio de Janeiro, publica uma revista — *Saúde em Debate* — que é o melhor exemplo desse tipo de imprensa alternativa.

Finalmente, convém ter em conta que a comunicação em saúde reflete as características mais amplas da sociedade em que se insere e, particularmente, o modelo dominante no sistema de educação superior, de pesquisa e de prestação de serviços de saúde. Alterações nesse modelo certamente provocarão alterações na estrutura da comunicação científica em geral.

Para encerrar, um último exemplo das pressões do sistema social sobre a edição de uma revista científica. Foram os obstáculos à comunicação entre a França e o Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, que propiciaram o aparecimento da *Revista Brasileira de Biologia*. Até então, os membros da Sociedade de Biologia do Brasil publicavam seus trabalhos nos *Comptes Rendus* da Société de Biologie de Paris. Como aconteceu com outros bens manufaturados que então importávamos do exterior, tivemos de aqui mesmo produzir esses bens, num processo de substituição de importações que caracterizou uma etapa de nosso de-

senvolvimento industrial. A adoção de mecanismos de substituição de importações no campo da comunicação científica, hoje em dia, talvez reforçasse sua estrutura e contribuísse para diminuir a evasão de divisas.

§ *Agradecimento*. Agradeço à saudosa colega Maria Ângela de Carvalho Lechuga (1950–1992) pela inestimável ajuda na análise das revistas indexadas no IMLA.

Referências

1. Población, Dinah Aguiar; Belluzzo, Regina Célia B.; Gerola, Ivani; Cardoso, Jurema; Figueiredo, Maria Cecília; Camargo, M. Julieta A.S. Periódicos biomédicos brasileiros: problemas de produção e normalização. *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*. Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 1979, v. 2, p. 572-589.
2. Cit. por Coblans, Herbert. The control and communication of bio-medical information. *Annali dell'Istituto Superiore di Sanità*, v. 6, p. 138-150, 1970. Disponível em: http://www.iss.it/binary/publ/cont/Pag138_150ParteI_IIIAnno1970.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.
3. Pinchin, R. et al. Slow-release insecticides for triatomine control: activity and persistence; preliminary field trials. *Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais*, v. 30, p. 44-63, 1978.
4. Cunha, Anneliese Carneiro da; Ferreira, Virgínia Lobo; Graeber, Marily; Carvalho, Laís Fernandes. Divulgação científica em periódicos brasileiros. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,* v. 11, n. 1/2, p. 43-46, jan./jun. 1978.
5. Andrade, Maria Teresinha Dias de. A *Revista de Saúde Pública* na literatura mundial. *Revista de Saúde Pública*, v. 12, n. 3, p. 259-262, set. 1978.
6. Brennen, Patrick W.; Davey, W. Patrick. Citation analysis in the literature of tropical medicine. *Bulletin of the Medical Library Association*, v. 66, n. 1, p. 24-30, jan. 1978.
7. Apud Kronick, David A. *A history of scientific & technical periodicals.* 2. ed. Metuchen, NJ: Scarecrow, 1976, p. 171.
8. Apresentação. *Revista Brasileira de Medicina*, v. 1, n. 1, p. 1-2, jan. 1944.
9. Imprensa médica no Brasil; conclusões. *Boletim da Academia Nacional de Medicina*, v. 134, n. 2, p. 169-170, ago. 1962.
10. Ferreira, Havilah Cunha Pinto. *Sugestões para melhoria dos periódicos nacionais*. Trabalho apresentado ao v Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, 1967, 11 p.
11. Arends, Tulio. Las revistas médicas latinoamericanas; diagnóstico de la situación y proposiciones para mejorarlas. *Investigación Clínica,* v. 17, n. 1, p. 1-17, 1976.
12. Stepanenko, Alexis. Produção da informação formal/apresentação da informação: problemas gráficos. *Anais da 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação.* Rio de Janeiro: IBICT, 1978, v. 1, p. 187-193.

17

Para onde vão as bibliotecas públicas?

Para indagar sobre as perspectivas que tem a biblioteca pública brasileira é preciso, naturalmente, partir do conhecimento das razões e pretextos que foram utilizados para justificar a instalação dessa instituição no Brasil. Tem-se, portanto, um caminho longo a percorrer nessa reconstituição social e histórica. Isso, porém, não pode ser feito aqui. Vamos nos limitar a algumas colocações gerais.

Em primeiro lugar, a questão da justificativa. Da mesma forma que as classes cultas dos países europeus, os homens cultos do Brasil do século XIX acreditvam no poder que as bibliotecas teriam de elevar o espírito das pessoas, de torná-las melhores por meio da difusão da 'boa' leitura, dos 'bons' autores. O conceito de bom sendo aquele definido por essas classes cultas, que eram, invariavelmente, frações da própria classe dirigente.

Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco, em 1811, na Bahia, queria entrar "em relação de ideias com os escritores da Europa".[1] Mário de Andrade, em 1939, em São Paulo, queria criar o "hábito popular de leitura".[2] São dois extremos: o primeiro, aristocrático, preocupado com o acesso à alta cultura europeia; o segundo, liberal, igualitário, democratizante, afirmando que as bibliotecas "populares" seriam "verdadeiras escolas disfarçadas, de ensino extraescolar". Em ambos os casos encontram-se dois traços comuns: a visão da biblioteca como alternativa da escola formal e voltada para o acesso a níveis superiores de cultura (em relação aos níveis inferiores da cultura do povo), fosse a europeia ou a "nossa cultura" de que falava Mário de Andrade, e a posição que julga e define qual o tipo de biblioteca que servirá ao povo, sem que este seja ouvido a respeito.

É interessante observar que até agora não conseguimos localizar, em documentos legais, um enunciado claro sobre os objetivos das bibliotecas públicas, que indicasse quais as competências que o Estado atribui a essas instituições. Não estamos aqui nos referindo às frases feitas, aos lugares-comuns encontrados na retórica dos administradores e políticos

Publicado em *Palavra-Chave*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 11-12, maio, 1982.

quando inauguram bibliotecas ou quando falam sobre elas em solenidades tipo 'dia do livro', 'dia do bibliotecário', etc. Estamos pensando em um posicionamento explícito da classe hegemônica em relação ao papel da biblioteca pública. Por exemplo, o decreto-lei n° 92, de 21/12/1937, que criou o Serviço Nacional de Teatro, diz em seu primeiro artigo: "O teatro é considerado como uma das expressões da cultura nacional, e a sua finalidade é, essencialmente, a elevação e a edificação espiritual do povo". Ou, então, uma declaração direta de censura, como a que aparece no regulamento da Biblioteca Militar, do mesmo ano de 1937: "Não poderão ser aceitas nem compradas obras de inspiração contrária à moral, à Pátria e suas glórias, às instituições militares, de caráter subversivo nem de propaganda política".

O decreto-lei n° 93, assinado no mesmo dia do que criou o Serviço Nacional de Teatro, e que criou o Instituto Nacional do Livro (INL), limita-se a dizer que caberá a este órgão "incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional". Talvez o mesmo burocrata que redigiu o decreto-lei do Serviço Nacional de Teatro, se tivesse sido convocado a dar sua colaboração na redação do texto do INL, poderia sugerir que se usassem suas mesmas palavras, aplicadas agora às bibliotecas, pois a mesma justificativa — "a elevação e a edificação espiritual do povo" — identifica-se com a conceituação usual de biblioteca pública presente no discurso das classes governantes e de certa intelectualidade.

Na realidade, as bibliotecas públicas têm sobrevivido, sem rumo e sem objetivos claros, com suas funções sendo definidas a reboque das práticas técnicas e não como uma busca constante de satisfazer a necessidades expressas pela própria comunidade. Mas, ao se falar em comunidade, corre-se o risco de se incorrer numa falácia. A comunidade, e aqui estamos nos referindo à maioria da população, pode ser contagiada pelos conceitos e preconceitos da classe hegemônica no que se refere aos ideais de cultura. O povão pode não entrar na biblioteca pública, pois acha que ali existem apenas textos difíceis que fogem à sua compreensão. Sua atitude é de reverência e respeito ao 'templo do saber'. A literatura de que gosta não encontraria lugar em instituição que, pela arquitetura, pelo silêncio e pelo tipo de gente que a utiliza, está mais perto de um lugar de culto religioso do que de uma instituição que ofereça algo de concreto para o seu cotidiano.

Não é tão fácil obter a participação da comunidade na construção e gestão da biblioteca pública. Esta é uma instituição mantida pelo Estado

e sujeita aos seus controles. No caso brasileiro, a experiência tem demonstrado que, de um modo geral, existe uma espécie de animosidade do Estado para com a população, principalmente os que são deserdados da sorte ou do poder. Como se traduziria, em face disso, a participação dessa comunidade? Na escolha dos responsáveis pela biblioteca? Na definição dos materiais que devem compor o seu acervo? Na fixação do horário de funcionamento? Nas funções que a biblioteca deverá exercer? Na integração com outros serviços da comunidade? Ou se limitaria às campanhas para arrecadar doações de livros ou de dinheiro? Ou, no melhor estilo norte-americano, à criação, no nosso caso, de anódinas associações de amigos da biblioteca? Por que não entregar a gestão da biblioteca pública às associações de moradores?

Em todas essas considerações, partimos (no caso particular, um profissional que como muitos outros resolve arvorar-se em porta-voz da maioria, sem ter a vivência e a convivência que legitimem essa posição) do pressuposto de que a população está realmente interessada e necessitando de bibliotecas públicas. Desenvolvemos todo um esquema teórico para justificar a necessidade dessas instituições. Esse esquema, difundido amplamente, nos é depois devolvido pela própria comunidade. Não estaríamos confundindo o eco de nossos apelos com a voz autêntica do povo a clamar por um serviço de biblioteca?

O que justificaria a demanda por bibliotecas públicas? Deixando de lado o objetivo da autoeducação, cujo valor, como mecanismo de mobilidade social é bastante discutível numa sociedade que somente valoriza o saber conferido pelo diploma, por que motivo, fora do campo educacional, alguém recorreria à biblioteca pública?

Coloquemos a questão de outra forma: o que teria a biblioteca pública a oferecer à maioria da população para que esta se apropriasse efetivamente de uma instituição que, pelo adjetivo, aspira a ser sua? Não se trata de, ingenuamente, dar respostas com base em números, em estatísticas de frequência e uso de materiais. Trata-se de conhecer, com base em critérios qualitativos, qual o papel que a biblioteca pública deve desempenhar para atender às necessidades sentidas ou latentes da população que recebe apenas as migalhas do bolo econômico. Qual o sentido da biblioteca pública para os que vivem/sobrevivem de salário mínimo e menos que isso, para os bóias frias e outros tipos de trabalhadores rurais, como os pequenos proprietários proletarizados, os meeiros, arrendatários, posseiros e agregados, e os trabalhadores das favelas e periferias urbanas?

Não se pode deixar de examinar a situação da biblioteca pública da perspectiva mais ampla das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira. Essas desigualdades, como é tão sabido, atingem todos os aspectos da existência das pessoas. Da moradia à educação, da alimentação ao lazer, da saúde à morte, tudo isso se acha distribuído de forma cruelmente desigual. E, nos últimos anos, essas desigualdades têm se acentuado ainda mais. A constatação dessas desigualdades tem levado a duas posições. Uma, que reivindica uma distribuição equitativa de bens e serviços, de modo a tornar efetivamente universal o usufruto, em condições de igualdade, de todas as vantagens que a sociedade atual pode oferecer. Outra, que procura criar serviços ajustados às carências da maioria da população, com sua participação mais efetiva, e no mesmo grau de despojamento e modéstia que caracteriza a existência desses grupos. Essa posição está quase sempre marcada por um engajamento social e político, em que se almeja culminar todas essas iniciativas de ação social com a conscientização das pessoas em termos da realidade em que vivem e de como superar as limitações dessa própria realidade.

Alguém, examinando essa última hipótese, poderia, cinicamente, perguntar por que os pobres têm, além de todas as suas dificuldades para sobreviver, de ainda arcar com o ônus adicional de montar suas próprias bibliotecas? Enquanto isso, em lugares onde moram pessoas de mais alto poder aquisitivo, o Estado constrói bibliotecas públicas, às vezes de requintado e dispendioso padrão arquitetônico, sem que recaia sobre os moradores desses locais qualquer ônus adicional. Por que as maiores e mais completas bibliotecas públicas não são construídas pelo Estado nas regiões mais densamente povoadas por habitantes de menor poder aquisitivo e que, logicarnente, precisariam mais dos serviços de uma biblioteca do que os moradores de melhor situação econômica que podem, pelo menos em princípio, pagar pelos livros de que precisam?

Essas colocações podem parecer inadequadas e até mesmo angustiantes. Mas, acreditamos que é preciso analisar a sua pertinência, a fim de que possamos indicar um caminho para a biblioteca pública brasileira. De início, sabemos que somente dentro de um projeto mais amplo de reconstrução social e política, em que todos os segmentos da sociedade possam debater e decidir sobre o que melhor lhes convém, é que se poderá esboçar uma solução que tenha vigência social. Isto é, que não seja nem uma dádiva da classe hegemônica nem um serviço de qualidade inferior, simplificado e adaptado às limitações dos desprivilegiados.

Referências

1. Castelo Branco, Pedro Gomes Ferrão. *Plano para o estabelecimento de huma bibliotheca publica na cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos*. Bahia: Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811, p. 3. Reprodução fac-similar, integral, deste plano encontra-se no artigo de Edson Nery da Fonseca publicado na *Revista do Livro*, a. 2, n. 5, p. 107-110, mar. 1957.
2. Andrade, Mário de. Bibliotecas populares. *Revista do Livro*, a. 2, n. 5, p. 7-8, mar. 1957. (Documento inédito escrito em 1939.)

18

Planejamento e coordenação da informação científica e tecnológica no Brasil

O interesse governamental com o desenvolvimento da informação científica surge, no Brasil, no início da década de 1950, em decorrência da decisão da Unesco de promover a instalação, num grupo de países em desenvolvimento, de centros nacionais de documentação. Por essa época, já existia uma atividade de documentação na área de ciências sociais, particularmente a que se desenvolvia em torno da recém-criada Fundação Getulio Vargas. É junto a essa instituição que a Unesco buscará os contatos para efetivar a sua proposta de estabelecimento de um centro nacional de documentação.

Dos entendimentos entre a Fundação Getulio Vargas e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), que fora criado em 1951, este organismo aceitou a responsabilidade pela implementação da proposta da Unesco. Assim, em 1954, por decreto presidencial, foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. As finalidades do IBBD eram: a) promover a criação e o desenvolvimento dos serviços especializados de bibliografia e documentação; b) estimular o intercâmbio entre bibliotecas e centros de documentação, no âmbito nacional e internacional; e c) incentivar e coordenar o melhor aproveitamento dos recursos bibliográficos e documentários do país, tendo em vista, em particular, sua utilização na informação científica e tecnológica destinada aos pesquisadores.

O país encontrava-se, então, no início de um novo ciclo de desenvolvimento industrial, marcado por uma crescente intervenção do Estado na economia, tendo como fulcro a política de substituição de importações e a construção das indústrias de base.

~ Conferência na Biblioteca Nacional de Portugal, em 4 de junho de 1986, quando diretor (1985–1989) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Publicada em *Ciência da Informação*, v. 15, n. 2, p. 107-115, jul./dez. 1986. Esta versão contém mudanças e correções.

No campo científico e tecnológico, acentuava-se a preocupação com a energia nuclear, marcada pela defesa das jazidas de minerais radioativos, como o tório e o urânio, até então expostas a uma exploração desinibida e predatória de empresas estrangeiras. Com efeito, a questão da energia nuclear foi a principal motivação para que se criasse o Conselho Nacional de Pesquisas.

Na época da criação do IBBD, eram bastante limitados os serviços de informação especializados em ciência e tecnologia. Havia, principalmente, algumas bibliotecas, em instituições de ensino e pesquisa, sobretudo na área das ciências médicas e biológicas. Essas bibliotecas estavam concentradas nas cidades mais importantes, particularmente, no Rio de Janeiro e São Paulo.

Mas, aparentemente, os pesquisadores que atuavam nessas localidades não tinham grandes exigências em termos de informação científica, se for verdadeiro o depoimento, em 1956, de um renomado especialista, para quem os problemas bibliográficos se reduziam à necessidade de melhor capacitação dos bibliotecários.

Na realidade, os problemas existiam. Assim, o IBBD concentrou suas atividades na questão do acesso aos documentos primários, do controle bibliográfico da produção científica nacional e do aperfeiçoamento de recursos humanos.

De acordo com essas três linhas de atuação, dedicou-se à elaboração de um catálogo coletivo nacional de publicações periódicas, ao fornecimento de cópias de artigos científicos obtidas em bibliotecas do país e do exterior, à compilação e publicação de bibliografias especializadas da produção científica brasileira por áreas do conhecimento, e à realização de um curso regular de especialização, ao qual se seguiu, em 1970, a criação do curso de mestrado em ciência da informação.

Dez anos depois de iniciar suas atividades, em 1964, o IBBD havia conseguido alcançar um razoável prestígio entre a comunidade de ciência e tecnologia, graças, principalmente, aos serviços que ele proporcionava. Por várias razões, sua existência tornara mais visível, fora do meio dos profissionais de biblioteconomia, a relevância para o país da informação científica. No entanto, devido à sua proposta de órgão monolítico, suas preocupações com o planejamento ou a coordenação eram praticamente inexistentes.

Nesse ano — 1964 — sobreveio o golpe militar que provocou importantes mudanças na vida política, econômica e administrativa do país. No âmbito do IBBD, configura-se uma crise de liderança suscitada pelo

afastamento, em 1965, de sua fundadora e diretora durante mais de dez anos.

A primeira manifestação de setores ligados ao regime militar com relação à informação científica e tecnológica vamos encontrar nas recomendações de um seminário sobre educação e segurança nacional, realizado em 1966.* Nessa reunião, que procurava explorar as vantagens de uma associação mais estreita entre setores da sociedade civil e as instituições militares, particularmente no campo da educação e do civismo, participaram representantes de vários órgãos de governo e o então presidente do IBBD.

A comissão desse seminário que estudou o tema relativo à criação de "um órgão nacional de coleta de dados e informações de natureza cultural", baseada na premissa de que a segurança nacional é decorrência do progresso científico e cultural e, consequentemente, "problema de todos aqueles que atuam nos domínios da cultura", recomendou a criação de uma "rede nacional de informações científicas". O órgão central dessa rede seria o IBBD, com seu nome mudado para Instituto Brasileiro de Documentação e Informação, e que, entre outras atribuições, deveria estar voltado para a mais intensiva utilização de métodos computadorizados no armazenamento e recuperação de informações.

Algumas das recomendações desse seminário, principalmente, no setor educativo, vieram a ser concretizadas. À falta de informações mais precisas, somos levados a supor que não se tratava de uma reunião inconsequente. Principalmente porque fora organizada pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, com o apoio da Universidade do Estado da Guanabara. Por isso, atribuímos a esse encontro a res-

* Sobre esse seminário, de 19 de outubro a 11 de novembro de 1966, na Escola Superior de Guerra, junto com a então Universidade do Estado da Guanabara, ver CUNHA, Luiz Antonio. *A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007, p. 86-88, e CAMPIGLIA, Oscar. Seminário de Educação e Segurança Nacional. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 3, 11 dez. 1966. Também o *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19, 22 e 25 out., 9, 10, 11 e 12 nov. 1966. O *Correio da Manhã*, de 12/11, em matéria intitulada "Transformar IBBD em fundação pode dar dólar" informava que uma das comissões do seminário sugerira subordinar o IBBD ao Estado-Maior das Forças Armadas. Deveria ser criada uma Rede Nacional de Informação como centro catalisador de todas as informações e dados culturais, científicos e técnicos. Segundo Luiz Antonio Cunha (p. 88), disseram que os civis, além de "rasgarem papéis", não teriam a necessária "tenacidade" para dirigir o IBBD; seu presidente, Oscar Campiglia, que estava há menos de três meses no cargo, era um civil requisitado à Universidade de São Paulo. Em julho de 1968 foi substituído por Célia Ribeiro Zaher.

ponsabilidade de ter lançado, no meio que naquele momento histórico detinha o poder político, a semente de que germinaria a ideia de um planejamento mais amplo das atividades de informação em ciência e tecnologia.

Três anos depois, o Ministério da Indústria e do Comércio, que criara, em 1968, no Instituto Nacional de Tecnologia, um exemplar Centro de Informação Tecnológica, sugere ao governo a criação de uma rede nacional de informação tecnológica. Segundo documento de autoria da fundadora desse centro, Ângela Pompeu Serran, foi essa sugestão que levou o governo a incluir em seu Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo para 1970–1973 a meta de implantar um sistema de informações sobre ciência e tecnologia, que trataria de integrar os esforços realizados isoladamente por diferentes instâncias governamentais. Isso era considerado um meio de aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico.

Embora esse programa de metas não pretendesse ser um novo plano global — ressalva que provavelmente o governo militar se impunha pelas suas origens marcadamente favoráveis a um capitalismo regulado pelo 'livre jogo das leis do mercado' e por ter derrubado um governo constitucional que elaborara um plano trienal para 1963–1965, reputado como o primeiro instrumento de política econômica global e globalizante — mas um documento de "sentido eminentemente prático e mais voltado para a execução, definindo os objetivos nacionais e as metas estratégicas setoriais, as realizações principais, os programas e os projetos de alta prioridade nos principais setores",* ele não teve vida longa.

Em 1971, a presidência da República divulgou o texto do 1° Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período 1972–1974. Nele, a proposta delineada no Programa de Metas e Bases relativa à informação científica aparece mais bem elaborada.

Entre o 1º PND e o 3º PND (1980–1985) ocorreu um fato até hoje carente de explicação. É o seguinte. Em decorrência do citado Programa de Metas e Bases, um grupo de estudos de nível governamental elaborou, nos primeiros anos da década de 1970, um amplo trabalho definindo a forma que teria o almejado Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Entregues os resultados ao governo, em 1973, eles caíram, pouco a pouco, no total esquecimento. Por motivos até hoje ignorados, mencionar a sigla SNICT tinha se transformado em tabu.

* MÉDICI lança plano de metas e bases do governo. *Jornal do Brasil*, 2 out. 1970, p. 12.

Durante praticamente dez anos, de 1966 a 1975, o IBBD viera perdendo terreno e não conseguia acompanhar a marcha dos acontecimentos. Uma das evidências disso foi a maneira como ele foi situado nas recomendações finais da proposta do SNICT. Entrementes, com a expansão do processo de industrialização, a modernização das estruturas de serviços públicos, principalmente das telecomunicações, a ampliação das matrículas no sistema educacional e o aparecimento de novas instituições voltadas para a pesquisa, ampliou-se significativamente o número de unidades de informação.

Paradoxalmente, a evolução do setor de informação se dava sem muita relação com a letra dos planos. Estes, sem exceção, eram listas de projetos, muitos dos quais vinham sendo implantados há algum tempo, e que eram costurados apressadamente. A sua inclusão nos 'planos' não assegurava a liberação automática de recursos, mas era, sem dúvida, um trunfo que podia ser utilizado politicamente como justificativa para obtenção de financiamentos extraorçamentários ou empréstimos de organismos internacionais ou mesmo nacionais.

Foram inúmeras as críticas, em geral, aos dois primeiros planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico. O terceiro, para o período 1980–1985, procurava ser "um documento de diretrizes de política, definidas de modo participativo e que servirão para orientar as ações dos setores público e privado". Ao contrário dos dois planos anteriores, não apresentava um elenco de programas, projetos e atividades. Estes deveriam ser objeto de documentos que foram denominados de 'ação programada'.

De todos os três planos, esse foi o que concedeu ao IBICT o tratamento de mais alto nível, reconhecendo a necessidade de seu fortalecimento, "como órgão central com condições institucionais e materiais para desempenhar funções de coordenação, descentralizada, das atividades de informação em ciência e tecnologia no país".

Essa menção promovia o reencontro com o espírito das mudanças implantadas em 1976, quando o IBBD foi substituído pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), segundo as quais este deveria ser um órgão de fomento e coordenação, com a missão de promover a efetivação de um sistema nacional de informação em ciência e tecnologia, integrado por sistemas setoriais de informação, abrangendo todas as formas de atividades de documentação e informação.

Foi seguindo essa linha que, em 1984, tornou-se possível a elaboração de um documento de ação programada em informação em ciência

e tecnologia. Não tendo a pretensão de um plano, conseguiu reunir, de forma sintética e objetiva, as características de um diagnóstico (expresso sob a forma de problemas de maior relevância) e de um conjunto articulado de diretrizes e atividades prioritárias.

Em comparação com a época dos estudos relativos ao SNICT, os tempos agora eram melhores. O regime militar estava em sua fase agônica e se respiravam os ares do processo de abertura. Basta comparar a quantidade de instituições e pessoas que participaram dos dois estudos para se constatar que, em 1984, houve pelo menos um maior envolvimento não só do governo como também de instituições da sociedade civil.

Outro aspecto importante a ser salientado em relação à 'ação programada' é que a sua elaboração foi inteiramente conduzida pelo IBICT, sob a coordenação da Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia do Conselho Científico e Tecnológico do CNPq.

Pela sua relevância e atualidade, cremos ser válido indicar a forma como se conduziram os trabalhos de elaboração desse documento. Numa primeira etapa, foram identificadas sete áreas consideradas prioritárias, com a subsequente designação de grupos de trabalho para cada uma delas. A esses grupos coube a tarefa de apontar os problemas respectivos mais relevantes e as diretrizes e atividades conducentes ao seu equacionamento ou solução. Essas áreas foram: geração de documentos primários, formação e desenvolvimento de coleções, automação de bibliotecas, bases de dados bibliográficos, difusão e uso da informação, recursos humanos, e assuntos internacionais relacionados com informação científica e tecnológica.

Numa segunda etapa, todas as propostas oriundas dos diferentes grupos de trabalho foram compatibilizadas por um grupo de acompanhamento formado por representantes de cinco instituições.

A versão preliminar foi distribuída a mais de mil pessoas e instituições da área de informação em ciência e tecnologia. Críticas e sugestões foram analisadas, e o texto final apreciado e aprovado pela Comissão de Informação em Ciência e Tecnologia do CNPq. O documento de ação programada é importante repositório de sugestões e diretrizes para a administração do setor de informação em ciência e tecnologia.

Duas outras atividades de planejamento merecem ser citadas. Uma delas é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), financiado parcialmente pelo Banco Mundial. Faz parte dele um subprograma de informação científica e tecnológica, sob a responsabilidade do IBICT.

A elaboração desse subprograma exigiu um grande esforço de diagnóstico da situação da informação científica e técnica no país, um intenso trabalho de negociação para definição dos projetos a serem financiados, e o estabelecimento de um mecanismo de acompanhamento e avaliação. Ele está sendo executado, com o objetivo de melhorar os serviços de informação nas áreas de química, geociências e tecnologia mineral, biotecnologia e instrumentação. O montante total dos recursos a serem investidos é de aproximadamente seis milhões de dólares. Contam-se com recursos adicionais de oito milhões de dólares para a informação tecnológica a cargo do Ministério da Indústria e do Comércio. Mais um milhão de cruzados para os programas horizontais de execução direta.

Uma das características interessantes do PADCT é a participação de representantes das áreas citadas, quase todos pesquisadores, no processo de seleção das instituições que receberão os recursos para implementação dos projetos.

A segunda atividade de planejamento recente é o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias, elaborado pelo Ministério da Educação. Ele foi feito a partir da análise de inúmeras recomendações oriundas de seminários sobre bibliotecas universitárias, que têm sido realizados nos últimos quinze anos. Um texto que consolidava, compatibilizava e atualizava essas recomendações foi encaminhado a quase todo o universo de instituições potencialmente interessadas, que apresentaram suas críticas e sugestões.

Trata-se de um plano bastante abrangente, que conta com recursos financeiros de grande porte, e que, entre outros objetivos, pretende estabelecer um mecanismo de aquisição planificada de publicações periódicas. Neste preciso momento, está em fase de implantação a secretaria executiva desse programa, sendo prematuro antecipar quais serão os seus resultados.

Pela importância que tem para a informação científica no Brasil, o IBICT acompanha com bastante interesse esse programa, colaborando com os técnicos do Ministério da Educação na sua implementação.

O atual plano de trabalho do IBICT

A administração iniciada em julho de 1985 deparou-se com um fato novo, representado pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, ocorrida em março do mesmo ano, com a restauração do regime

democrático. O advento do Ministério da Ciência e Tecnologia não determinou o desaparecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, ao qual se acha subordinado o IBICT. Foram feitas, porém, certas modificações na competência do conselho, havendo expectativas de que outras mudanças poderão vir a ser feitas. Uma delas seria a vinculação direta do IBICT ao Ministério da Ciência e Tecnologia.*

Tais mudanças implicaram e implicam uma reavaliação das propostas de trabalho que o IBICT vinha seguindo. Naturalmente, procuram-se evitar bruscas mudanças de curso, e os nossos esforços são dirigidos no sentido de aproveitar todos aqueles componentes de planos e programas feitos anteriormente e que se coadunem com a nova realidade da administração e do próprio país.

Uma importante decisão adotada ultimamente foi a de identificar aquelas atividades de caráter horizontal, não especializadas, que pudessem ser realizadas diretamente pelo IBICT. Simultaneamente, foi reexaminada a forma como o instituto se relacionava com os demais componentes do setor de informação, visando a dotá-lo de critérios que fixem responsabilidades comuns em atividades compartilhadas.

Para o triênio 1987–1989, foram definidos os seguintes subprogramas, a serem desdobrados em projetos, a saber:

1. Apoio ao desenvolvimento de serviços especializados de informação em ciência e tecnologia. Inclui atividades de identificação de necessidades de informação, levantamento de potencialidades, prestação de assessoramento e assistência técnica especializada.

2. Difusão de informações em ciência e tecnologia. Prevê o fortalecimento do serviço de informação referencial do IBICT, para melhor informar aos interessados quais as instituições que, no país, podem atender às suas necessidades de informação. Neste subprograma está incluída a continuação da publicação mensal, iniciada em 1986, dos *Sumários*

* Renato Archer, ministro da Ciência e Tecnologia de 1985 a 1987, tinha como meta transferir os institutos subordinados ao CNPq para o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Por determinação de seu secretário executivo, Luciano Coutinho, redigi minuta de decreto que permitiria essa transferência. O IBICT seria o primeiro instituto a ser transferido. Na época, o CNPq era presidido por Crodowaldo Pavan, contrário a essa transferência. A proposta de transferência do IBICT não foi aprovada. Em agosto de 2000, quando os personagens eram outros, o IBICT e demais institutos passaram para a alçada do Ministério da Ciência e Tecnologia, com exceção do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) que se transformou em organização social.

Correntes Brasileiros. Contempla, também, os serviços de disseminação de informações oferecidos pelo IBICT à comunidade de especialistas em informação.

3. Registro da produção científica brasileira. A inexistência de um controle adequado da produção nacional em todas as áreas do conhecimento, tanto de materiais convencionais quanto não convencionais, é causa de muitas deficiências na provisão de serviços de informação satisfatórios. O IBICT orientará e apoiará outras instituições para que produzam, de forma descentralizada, as bibliografias ou bases de dados bibliográficos, por especialidade, disciplina ou problema. Prevê-se, ainda para o corrente ano, o início da implantação, no IBICT, de uma base de dados multidisciplinar da literatura científica brasileira publicada em periódicos, com as características de um índice de citações.

4. Divulgação científica. Constitui preocupação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a implementação de um programa integrado de divulgação científica, do qual participem suas diferentes unidades. Esse programa visa a levar ao conhecimento da população em geral os benefícios sociais que a adequada aplicação da ciência e da técnica pode trazer para o país. A ação do IBICT estará orientada para a formação de um núcleo de materiais audiovisuais, para ampla utilização pelos interessados, o reprocessamento de informações científicas e técnicas para linguagem acessível e sua divulgação nos meios de comunicação social, e a realização de palestras e exposições sobre ciência e técnica para o público em geral.

5. Acesso a documentos primários. Este subprograma engloba as atividades do Programa de Comutação Bibliográfica, mantido em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação, e que possibilita a operação de uma rede cooperativa, de âmbito nacional, de fornecimento de cópias de artigos científicos; e do SICTEX, que, sob a responsabilidade executiva do Ministério das Relações Exteriores, coleta informação de difícil acesso em alguns países industrializados. Faz parte deste subprograma o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas, que contém informações sobre acervos de mais de 80 mil títulos de periódicos em quase 900 bibliotecas.

Esse catálogo coletivo está totalmente computadorizado, utilizando metodologia e programas desenvolvidos pelo IBICT. Está ligado à Rede Nacional de Comutação por Pacotes, o que facilita a sua consulta, em linha, por meio de terminais de computador, por usuários remotos.

6. Acesso a bases de dados em ciência e tecnologia. Inclui a manu-

tenção, no Rio de Janeiro, em colaboração com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, de um terminal de acesso a bases de dados estrangeiras sediadas em grandes sistemas, como o DIALOG, ORBIT, QUESTEL e, futuramente, o STN, da Alemanha Federal, e o INFOLINE.

O IBICT desenvolve, desde 1977, um esforço intenso no sentido de adquirir para processamento em centros nacionais fitas magnéticas de sistemas de informação estrangeiros. O seu papel foi fundamental na instalação do Centro de Informações Nucleares, da Comissão Nacional de Energia Nuclear, no Rio de Janeiro, que hoje processa localmente a base de dados do Sistema Internacional de Informação Nuclear (INIS).

Cerca de 40 das mais importantes bases de dados estrangeiras são hoje regularmente adquiridas por instituições brasileiras. O seu uso, no entanto, quase sempre está limitado aos utilizadores das instituições onde essas bases residem. A fim de criar condições de acesso a usuários remotos, o IBICT, junto com outras instituições, está realizando um estudo relativo à implantação de um sistema de acesso público a bases de dados. Faz parte desta linha de atividades o desenvolvimento, de forma descentralizada, de bases de dados nacionais.

7. Informação para apoio ao planejamento de ciência e tecnologia**.** A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia veio tornar mais premente a necessidade de contarmos com meios adequados para coleta e processamento de informações de todos os tipos, que possam subsidiar a formulação da política nacional de ciência e tecnologia. Nessa linha, o IBICT processa e difunde, por processos informatizados, dados relativos a pesquisas em andamento no país e sobre instituições atuantes em ciência e tecnologia. Prevê-se, a médio prazo, a implantação de bases de dados que contenham indicadores estatísticos em ciência e tecnologia.

8. Desenvolvimento de recursos humanos. Este subprograma abrange diferentes atividades de formação e capacitação de pessoal, que incluem o apoio a programas formais de pós-graduação em biblioteconomia e ciência da informação.

9. Padronização e normalização. Este subprograma, que inclui a devida articulação com outras instituições que contemplam interesses comuns, abrange o desenvolvimento de manuais, recomendações, propostas de normas, ferramentas para o trabalho de documentação, metodologias especiais, etc.

10. Desenvolvimento de métodos informatizados. Diante da necessidade de se promover o uso mais efetivo de computadores nas atividades de informação, privilegiando a adoção de equipamentos de fabricação

nacional, o IBICT vem trabalhando no desenvolvimento de suportes lógicos que possibilitem o processamento de informação bibliográfica em computadores de pequeno e médio porte.

11. Cooperação internacional. A informação em ciência e tecnologia tem inúmeras implicações internacionais. Várias são as instituições, estrangeiras ou internacionais, que atuam nesse campo e buscam relacionamento e cooperação com o Brasil. De nossa parte, também muito nos interessamos pelo estabelecimento de vínculos de cooperação com outras nações.

No caso particular de Portugal, devemos registrar a colaboração estabelecida entre a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da qual resultou a tradução para o português do tesauro SPINES, sobre política científica e tecnológica. O IBICT, que também participou desse trabalho, espera que essa colaboração seja mantida e ampliada.

O IBICT tem sido, tradicionalmente, o canal para o estabelecimento de projetos de cooperação internacional no setor de informação. No momento, por exemplo, estamos concluindo negociações com a União Latina para a realização de projetos de interesse comum no campo da terminologia científica e da informática linguística.

A criação de um catálogo coletivo, informatizado, de traduções de artigos e relatórios técnico-científicos, bem como a ampliação e atualização de um cadastro de tradutores, que se encontra na Secretaria de Tecnologia Industrial, do Ministério da Indústria e do Comércio, fazem parte de nossos planos no domínio das soluções possíveis para a questão da barreira linguística.

Considerações finais

Por mais canhestras e pouco felizes que tenham sido as tentativas de planejamento do setor de informação em ciência e tecnologia, elas contiveram alguns aspectos positivos. Em primeiro lugar, ficou evidente que o setor assumiu alguma visibilidade perante o Estado o que levou a reforçar a consciência de setores mais amplos da sociedade para a importância da informação científica e técnica.

Em segundo lugar, pela própria natureza das atividades de planejamento, que requerem negociações e a busca de consenso, possibilitou aos especialistas em informação, principalmente os bibliotecários, a oportunidade de romper as redomas de cristal em que habitualmente

se abrigam, levando-os a pôr à prova a validade de um discurso usualmente metafórico e lírico.

A integração desses profissionais num processo que costumava ser dominado pelos tecnocratas da burocracia estatal se, por um lado, levou-os a se contaminarem de muitos dos vícios e defeitos típicos dessa casta organizacional, permitiu, por outro lado, que adquirissem um maior domínio das técnicas de planejamento e uma melhor compreensão das complexidades inerentes à construção de serviços de informação ajustados às necessidades sociais.

É claro que houve um momento em que o planejamento passou a ser, no setor de informação, um fim em si mesmo. Era a época em que os cristãos-novos convertidos a esse credo dedicavam-se, incansavelmente, a produzir relatórios e mais relatórios, com planos, programas e projetos. Na grande maioria das vezes, não saíram do papel. Em alguns casos, porém, essa orgia papirófila deixou efeitos residuais positivos. Mesmo no caso frustrado do SNICT, aqui mencionado, algumas propostas vieram a se concretizar, como é o caso do Sistema de Informação Científica e Tecnológica do Exterior (SICTEX), do Ministério das Relações Exteriores, que é responsável pela coleta e difusão de documentos não convencionais produzidos nos países industrializados mais importantes.

Convém não perder de vista as vicissitudes do planejamento nas condições de um país subdesenvolvido. O exercício intelectual de planejar, como ação que identifica carências, estabelece metas, define prioridades e indica os meios para alcançar os resultados previstos, pode ser perfeitamente executado, dada a existência da competência técnica. O busílis da questão é executar os planos. Sobre isso correm as mais curiosas anedotas, onde o tema principal gira em torno do tecnocrata planejador que, em face das dificuldades de execução dos seus planos, dá de ombros, reiterando que, como planejador, seu mister está concluído. Os 'executores' que se lixem.

Isso nos leva ao patamar mais alto onde se situa o poder político de fato. É esse poder político que, em última instância, decide, numa sociedade de baixo índice de participação popular, sobre onde e como aplicar o excedente econômico. E, numa escala de prioridades, os recursos financeiros disponíveis são atribuídos a finalidades outras, de uma maneira que quase sempre passa ao largo de preocupações com os interesses sociais ou a própria racionalidade inerente ao processo de planejamento.

Temos exemplo recente de um programa, resultado de uma ação de planejamento, que, mesmo contando com recursos financeiros perfeita-

mente definidos, foi sendo sucessivamente submetido a cortes orçamentários, de tal modo que hoje ele é uma diáfana imagem das ambiciosas propostas originais. Este é um caso ainda mais complicado do que o descrito no parágrafo anterior. Tudo estava definido e havia o compromisso de que o programa seria executado, pois os recursos financeiros estavam definidos. Mas, as mudanças na administração, as pressões de outros setores que consideram os seus pleitos mais prioritários e que detêm maior poder de barganha política, no assédio a recursos que são inexoravelmente finitos, para não dizer limitados, acabaram por levar a alterações substanciais de decisões dadas como inarredáveis.

A coordenação constitui outro dilema. A ideia em que se baseia é extremamente razoável, tendo em vista a própria escassez de recursos e a necessidade de serem evitadas superposições de competências e duplicações de esforços. Nas condições específicas do Brasil, do ponto de vista administrativo, político e cultural, a coordenação governamental é bastante complicada.

Em alguns setores, como, por exemplo, o da eletricidade ou das telecomunicações, essa coordenação alcançou alto nível de eficiência. Criaram-se fortes estruturas técnicas e burocráticas, as quais, pela própria natureza dos serviços prestados e dos condicionamentos econômicos, para não se falar do monopólio que o Estado exerce, permitiram que se alcançasse a almejada coordenação.

No âmbito do setor de informação em ciência e tecnologia, qualquer possibilidade de coordenação depende de dois fatores essenciais. O primeiro deles é colocar numa mesma instância ou instituição tanto as prerrogativas de planejamento quanto os recursos financeiros a serem repassados para os demais responsáveis pelas atividades de informação. O segundo é a própria complacência dos outros componentes do setor em se deixarem coordenar.

No caso brasileiro, as atividades de informação são realizadas, em sua maior parte, por instituições do setor público. Este, porém, não se apresenta de forma homogênea, estando subdividido em diferentes órbitas de poder. Assim, temos os órgãos da administração direta, que são relativamente suscetíveis a mecanismos de coordenação. Já os órgãos da chamada administração indireta, que também se subdividem em diferentes categorias, possuem relativa independência quando comparados com os da administração direta. Estão neste caso, por exemplo, as universidades federais consideradas como autarquias.

Outro ente importante é o das chamadas fundações de caráter públi-

co, que gozam ainda de maior independência de ação. Algumas universidades e instituições de pesquisa encontram-se nesta situação.

Girando em órbita própria e usufruindo de amplos poderes em suas políticas e decisões, além de contarem com recursos bastante vultosos, encontram-se as grandes empresas estatais. O seu raio de ação é amplo e diversificado. Vão desde a Petrobras, que é hoje uma das vinte maiores empresas do mundo ocidental, até instituições de pesquisas, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que é responsável por um complexo sistema de informação em ciências agrícolas.

Finalmente, mas não menos importante, existe o setor privado. Este, em termos de serviços tradicionais de informação, não chega a ser significativo. No entanto, sua importância tende a crescer na esfera de serviços computadorizados, inclusive no que tange ao acesso a bases de dados internacionais. Uma certa coordenação, em face da importância estratégica e econômica do fluxo de dados transfronteiras e da lei de reserva de mercado para equipamentos de processamento de dados, é aqui exercida pela Secretaria Especial de Informática, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como se configuraria, numa situação tão complexa, a proposta de coordenação? Não temos uma resposta para isso. Num regime de tipo autoritário, é bastante provável que se consiga alcançar essa meta. Aí a complacência dos coordenados é obtida não por consenso, mas pela simples força. Numa sociedade democrática, principalmente quando as aspirações de participação estiveram sufocadas durante tanto tempo, cresce a ojeriza à coordenação, encarada, geralmente, como tutela do Estado sobre as instituições da sociedade civil e os indivíduos. Estes, particularmente, no caso da informação científica, são um elo muito sensível e bastante refratário a aceitar orientações normativas ou racionalizadoras. São os usuários — utentes, utilizadores — que resistem a aceitar normas ou procedimentos que, de alguma maneira, impliquem a colocação de alguma dificuldade adicional no acesso fácil, livre e desimpedido a toda e qualquer informação que imaginem possa interessar-lhes.

Acreditamos que, numa sociedade democrática, a possibilidade de se chegar a algum tipo de coordenação do setor de informação dependa, fundamentalmente, de se alcançar um nivelamento médio das disponibilidades, dos recursos existentes, e da melhoria geral da qualidade dos serviços. Conquistado um certo padrão de serviços de qualidade, corrigidas as desigualdades mais graves no acesso à informação, assegurada uma repartição mais equânime dos recursos financeiros, talvez se possa

chegar a um grau de satisfação mínima que possibilite a discussão de propostas de coordenação.

Em certas áreas da vida social, muitas vezes o raciocínio e a crítica carregados de conotações ideológicas (no sentido hipostático do conceito de ideologia) provocam distorções e deformações que inibem ou desvirtuam a própria prática social. No Brasil, os profissionais da informação ainda não ideologizaram, de modo relevante, a reflexão sobre suas atividades. Em compensação, é com extrema ductilidade que se deixam amoldar por modismos, por palavras mágicas, por modelos ideais elucubrados no exterior e que tentam impor sobre uma realidade que fazem questão de ignorar. Aqui, então, surge a hipostasia. O ideal, a ficção alienígena, é tomada como verdade em si mesma, de aplicação universal.

São modismos perversos. Palavras reducionistas, em torno das quais as pessoas realizam uma coreografia idolátrica. Ali estão os totens. Palavras fetichizadas, como planejamento, coordenação, sistema e tantas outras.

A criação e funcionamento de serviços de informação decorrem de necessidades sociais determinadas. São construções do homem, emanadas de um contexto historicamente determinado. É nesse contexto, com seus condicionamentos, inclusive de natureza cultural, que se devem erigir essas organizações. Pensá-las em termos ideais, onde inexistam os conflitos que levam ao encontro de soluções objetivas e possíveis, somente contribuirá para a perpetuação desse monótono bailado em torno de palavras.

19

Política de informação em ciência e tecnologia

Ao falarmos de política, neste trabalho, estaremos usando a palavra no sentido de um conjunto de preceitos e orientações, baseado em princípios suficientemente genéricos e consensuais, que levam a determinadas ações dirigidas a determinados fins.

Com a complexidade cada vez maior da vida econômica e a ampliação do poder de planejamento do Estado, passou-se a ter políticas para os mais diversos setores. De início voltadas para as atividades economicamente produtivas, foram sendo estendidas a outras áreas da vida social, onde as razões de ordem econômica são menos importantes ou inexistentes. Assim é que, se temos uma política energética, uma política de informática ou uma política de preços mínimos para os produtos agrícolas, também podemos ou poderemos ter uma política cultural, uma política indigenista, uma política de saúde, e assim por diante.

Qualquer que seja a política que se venha a formular para um determinado setor, ela se justifica em função de dois pressupostos essenciais. Um deles é o direito que têm os cidadãos de exigir do Estado os meios que propiciem a efetivação daquelas atividades que lhes assegurarão o melhor usufruto possível dos bens, serviços e prerrogativas compatíveis com o grau de desenvolvimento da sociedade. O outro pressuposto é o dever do Estado de atender às reivindicações e direitos dos cidadãos, de forma justa e equitativa.

As constituições de muitos países contêm exemplos de princípios, indicações ou até mesmo formas de ação prescritas, que configuram políticas dos tipos de que estamos falando. O último substitutivo de texto da nossa futura Constituição, apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, logo no início do capítulo dedicado à ordem econômica e financeira, estabelece um dos princípios de uma política econômica ao dizer:

Conferência no 14º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado no Recife, de 20 a 25 de setembro de 1987, quando diretor (1985–1989) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Publicada em *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 18, n. 1, p. 3-11, jan./jun. 1990.

> A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social e os seguintes princípios: I) soberania nacional; II) propriedade privada; III) função social da propriedade; IV) livre concorrência; V) defesa do consumidor; VI) defesa do meio ambiente; VII) redução das desigualdades regionais e sociais; VIII) pleno emprego; e IX) tratamento favorecido para as empresas nacionais de pequeno porte. [Com pequenas alterações de redação, este texto foi mantido na versão da Constituição aprovada em 1988. Nota de 2015.]

Qualquer política, conforme aqui definida, deverá, portanto, procurar atingir objetivos que correspondam às aspirações sentidas pela comunidade, em seus diversos segmentos e segundo seus interesses mais diversificados. Por exemplo, uma política de comunicação social deve levar em conta tanto os interesses do público quanto os das empresas que atuam no setor, além dos próprios interesses do Estado em seu papel de regulador de conflitos e que, por deter os instrumentos de planejamento, deve zelar pela compatibilização de políticas que se imbricam ou se complementam.

A necessidade de adotar determinada política é condicionada por fatores históricos e sociais objetivos. Nem sempre a mera existência de atividades, econômicas ou não, que se revistam de identidade socialmente perceptível e de interesse por parte da comunidade, é razão suficiente para que haja uma política correspondente. Assim como não se pode estabelecer agora uma política de turismo interplanetário, pois isso ainda é uma utopia, também seria ridículo pedirmos que houvesse uma política de higiene pessoal, por mais corriqueiras e, supomos, generalizadas que sejam as práticas de asseio ou não asseio dos cidadãos.

Uma política pode ser adotada para estimular e orientar o desenvolvimento de um setor mesmo incipiente, quando existem indícios concretos de que ele tende a adquirir alta relevância econômica ou social. A política brasileira de informática ilustra este caso.

Pode-se ter uma política sem que a mesma exista devidamente formulada, com rigor jurídico e validação legal. Fala-se, então, de que a política é implícita. Em outras palavras, a inexistência de uma política formalmente explicitada pode ser, em si mesma, uma política. Da mesma forma que o homem que diz não ser político e não fazer política está, por isso mesmo, sendo político e fazendo política, a inexistência de uma política configura, por sua omissão, a política resultante dessa omissão. Se não temos uma política explícita de efetiva redistribuição da riqueza concentrada, temos uma política implícita de manutenção das

desigualdades econômicas. Mas existem complicadores. Mesmo que, neste exemplo das desigualdades econômicas, tivéssemos uma política explícita que determinasse a sua correção, ela poderia não ser levada à prática, se o equilíbrio das forças políticas favorecesse aqueles que defendem a concentração da riqueza. Esta ressalva é importante para que não sejamos seduzidos pela concepção equivocada de que uma política, ou até mesmo uma norma jurídica clara e validada pela maioria da população, seja a solução global e perfeita para os problemas de um setor. Veja-se, por exemplo, o que está acontecendo com a reforma agrária.

É claro que a inexistência de uma política explícita dá lugar a maiores riscos de manipulação e submissão dos menos privilegiados do que quando essa política se acha devidamente expressa por meio dos mecanismos legítimos de ordenação da vida social.

Pode-se considerar, também, que a soma das decisões e realizações num dado setor, quando guardam uma certa coerência entre si, passam a configurar uma política, embora esta não se ache assim formulada e formalizada.

Outro dado importante, a ser citado nestas considerações introdutórias ao tema, é que toda política é essencialmente dinâmica, devendo ajustar-se permanentemente às modificações que ocorrem, tanto na sociedade quanto nas relações mais amplas dessa sociedade com as de outras partes do mundo. Uma política pode contribuir para equacionar problemas em âmbito nacional e, ao mesmo tempo, agravar o nível de relacionamento entre Estados.

Temos ou não uma política de informação em ciência e tecnologia (ICT)?

Vistas as ponderações feitas antes sobre políticas implícitas e explícitas, julgamos adequado fazer essa pergunta. A isso também nos levou um levantamento da bibliografia concernente, que nos mostrou haver diferenças entre os que têm escrito sobre essa questão no Brasil.

Remontemos a 12 anos passados. Em 1975, na 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação, Tânia Mara Botelho e Vânia Maria Rodrigues Hermes de Araújo constatavam que as diretrizes da política em ICT deveriam refletir os objetivos da política em ciência e tecnologia, mas que era difícil caracterizar essa política de ICT. As autoras, ao fazerem sugestões sobre os requisitos que essa política deveria ter, particularmente quando afirmam que "há necessidade de se criar um organismo central

para traçar as diretrizes políticas em ICT", deixam em nosso espírito a convicção de que para elas o país não contava ainda com essa política de ICT.[1]

Cinco anos mais tarde, passada a fase de substituição do Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (IBBD) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Salvador, em 1980, teve como um de seus temas a questão da política de transferência de informação, o que, naturalmente, levou alguns participantes a abordarem a questão maior da política de informação.

Comecemos pela posição do então presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque. Para ele, definir uma política de ICT consistia em "explicitar os princípios sobre os quais deverão basear-se as atividades nacionais relativas à produção, tratamento, transferência e acesso à informação".[2] E essa política existia, uma vez que o CNPq e o IBICT contavam com os mecanismos organizacionais para isso, sob a forma de órgãos colegiados dos quais emanavam as políticas. Estas se consubstanciariam nos chamados documentos de ação programada. A leitura da intervenção do ex-presidente do CNPq deixava claro que havia uma política de ICT, sendo a principal evidência disso a própria existência do IBICT e da chamada Rede Nacional de Informação em Ciência e Tecnologia. Tudo muito definido, muito harmônico, muito articulado. Só que, mais adiante, veremos o que diz o documento de Ação Programada de Informação em Ciência e Tecnologia, elaborado seis meses antes do término da gestão do dr. Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque como presidente do CNPq.

No mesmo congresso estava o professor Antônio Miranda, na época assessor de planejamento bibliotecário da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e uma das cabeças que mais têm cogitado sobre as questões de planejamento e política de informação do país. Sua posição contrasta com a do ex-presidente do CNPq. Para Antônio Miranda a situação não era tão cristalina. Ele reconhecia a necessidade de uma política de informação que não estivesse "dissociada de uma política nacional global, o chamado modelo nacional de desenvolvimento", o qual antecederia a política nacional de informação. Para ele, o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) seria "a corporificação dessa tese, como segmento da política nacional de informação, em seu aspecto exclusivo de informação científica e tec-

nológica". Aqui existiria uma certa confluência com a opinião do autor anteriormente citado. No entanto, o resultado a que se chega, terminada a leitura do trabalho do professor Miranda, e conhecendo-se o seu posicionamento crítico e polêmico, é de que para ele não estava assim tão evidente a existência de uma política nacional de ICT. Ou aquilo que se dizia ser uma política de ICT carecia dos requisitos para tal.[3]

Na ocasião, Bernadete Santos Campello e colaboradoras foram bastante taxativas ao clamarem pela necessidade de que houvesse uma política nacional de informação, que deveria ter "como preocupação inicial conceituar a expressão 'informação científica e tecnológica'".[4]

Ainda durante o referido congresso, em trabalho marcado por um forte posicionamento político e uma análise ideológica das questões da ICT no Brasil, Maria Yêda de Filgueiras Gomes e Judith Rebeca Schleyer partiram do pressuposto de que a política nacional de ICT se achava expressa nos planos básicos de desenvolvimento científico e tecnológico (PBDCTs), embora o fizessem com ressalvas.[5]

Um ano depois, o especialista norte-americano Victor Rosenberg, que esteve algumas vezes no Brasil, como professor e consultor, admitia que tínhamos uma política de informação. Para ele, na medida em que tínhamos uma política de informática, tínhamos a de informação, pelo menos naqueles aspectos em que a informática se relaciona com a informação e interfere na sua difusão e utilização.[6] Mais recentemente, em 1986, outro especialista norte-americano, Ralph Edfelt, insiste na mesma observação.[7]

Vejamos agora o documento de ação programada em ICT, que data de outubro de 1984, quando agonizava o último dos PBDCTs do período da ditadura militar. Como vimos antes, a sua elaboração deveria ter sido o resultado previsto do estabelecimento da política nacional de ICT, a qual, segundo o depoimento do então presidente do CNPq, existia.

De certo modo, a proposta virara de ponta-cabeça. E a ação programada em ICT reconhece expressamente a inexistência de uma política nacional de ICT, chegando a recomendar que fosse iniciado o debate que levaria à formulação e legitimação dessa política pelo Congresso Nacional nos tempos, que então se prenunciavam, quando ocorreria uma reordenação da nossa vida política, baseada em fundamentos democráticos. Ressalte-se que esse documento foi elaborado de modo a contar com o maior número possível de sugestões e críticas de diversos setores da administração e da sociedade. Assim, ele não reflete posições pessoais, mas a síntese de opiniões e sugestões convergentes. Além disso,

é um marco que assinala a adoção do preceito tão bem enunciado por Maria Lúcia Andrade Garcia, segundo o qual as "proposições e prescrições oferecidas por organismos/consultorias estrangeiros aos países em desenvolvimento em geral" deveriam ser substituídas pelos "produtos da reflexão de especialistas brasileiros, a partir das evidências reunidas e dos objetivos de autonomia da ciência e tecnologia nacionais".[8]

Em suma, não temos ainda uma política explícita nem de informação, em sentido geral, nem de informação em ICT. Se temos uma política implícita, provavelmente será muito árduo o esforço arqueológico de desenterrá-la das sucessivas e impenetráveis camadas de sedimentos de opiniões apressadas e superficiais e de práticas aleatórias e desencontradas.

Se quisermos, por tolerância e prudência, concluir que o conjunto das atividades, projetos, programas e iniciativas que hoje existem no setor de ICT correspondem a uma construção empírica, a partir da prática, de uma política de ICT, chegaremos, quem sabe, a uma sombria constatação. A de que a política assim construída se aproxima muito mais de uma aberração teratológica do que de uma saudável, consciente e coerente construção da realidade.

A razão disso talvez esteja na própria debilidade do setor de informação em geral e na ausência do que poderíamos chamar de especificidade histórica da maioria das instituições governamentais do setor. As missões, os objetivos, as atribuições das nossas instituições de informação são, muitas vezes, atributos assumidos por pessoas na sua função de dirigentes eventuais ou responsáveis circunstanciais por certas atividades no setor e não um compromisso que a história e a prática social fizeram impregnar nas instituições. Assim, atividades na área de informação algumas vezes se transformam em serviços nômades, vagando de um lugar para outro, ao sabor da ciranda das mudanças de dirigentes impostas pela nossa política administrativa. A saudável competição entre instituições pela ocupação de espaços vazios, onde sua atuação é exigida pela sociedade, transforma-se numa melancólica luta pela personalização do território ocupado. E nessa ocupação valem todos os meios.

Outra falha provocada pela inexistência dessa política é a que leva à atuação disfuncional de algumas instituições. Exorbitando de suas áreas de competência específica constroem seus enclaves no setor de informação. Outras, que têm missões específicas neste setor, sentem-se estimuladas a perpetrar, aqui e ali, surtidas guerrilheiras contra o território do vizinho.

Precisamos de uma política de ICT?

As evidências e opiniões de que dispomos até este momento levam, salvo melhor juízo, a constatar que necessitamos realmente de uma política de ICT. Apesar de todos os pesares, reunimos um acervo de acertos e desacertos, de tentativas e erros, sobre o qual bem podemos avançar com propostas que realmente contribuam para o delineamento de um projeto de política nacional. Vale a pena lembrar que a ação programada em ICT chegou a formular uma proposta de princípios que poderiam servir para a elaboração de uma política nacional de ICT. São eles:

> 1. Compete ao Estado instituir e manter um sistema de informação científica e tecnológica, de âmbito nacional, em todos os campos do conhecimento.
> 2. Na instituição desse sistema, será adotada uma estrutura descentralizada, com coordenação central, integrando num todo coerente e cooperativo os organismos do setor público, com a devida participação do setor privado.
> 3. O planejamento das atividades de ICT deve ser efetivamente integrado nos planos nacionais de desenvolvimento, por meio, especificamente, dos planos de desenvolvimento científico, educacional, cultural e tecnológico.
> 4. No planejamento e operação das atividades de ICT, deve ser assegurada a plena democratização do acesso e utilização da informação, por parte de todos os usuários.
> 5. Em todos os segmentos das estruturas de ICT, do nível da geração ao da difusão, deve ser devidamente considerado o importante papel a ser desempenhado pelos conhecimentos produzidos no país.[9]

Mas definir os princípios não é tudo. Como salientou Löhner, em trabalho sobre ICT na Alemanha Federal, outras questões devem ser objeto de uma política de ICT. Como, por exemplo, no caso alemão:

- a atuação do setor público *versus* a atuação do setor privado na provisão de serviços de informação;
- os critérios de tarifação e cobrança de serviços;
- competição *versus* divisão de funções e cooperação entre serviços ou instituições de informação;
- grau de centralização das atividades;
- estrutura de sistemas e serviços por disciplina (área do conhecimento) ou por problema;
- serviços estrangeiros *versus* autonomia nacional;
- abertura dos recursos nacionais à demanda estrangeira.[10]

Parece-nos que alguns desses pontos são também pertinentes à situação brasileira. Em nosso caso, poderíamos ainda acrescentar outros pontos de divergência ou conflito a serem dirimidos. Por exemplo:

- definição clara e inequívoca do que entendemos como ICT em face das demandas sociais (ICT é só informação bibliográfica?);
- federalização, estadualização, municipalização ou regionalização dos serviços de ICT;
- definição de prioridades na prestação de serviços quando se defrontam as unidades de informação com demandas de clientes externos à instituição a que se acham vinculadas;
- separação ou centralização numa só instituição das responsabilidades pela coordenação, assistência técnica e fomento às atividades de ICT;
- solução do impasse criado com o monopólio das atividades técnicas de processamento, análise e difusão de ICT por um único estamento profissional, quando, efetivamente, se trata de um complexo de atividades que exigem um enfoque multiprofissional;
- definição das formas de cooperação entre os diferentes setores da administração que desenvolvem atividades básicas para o desenvolvimento e prestação de serviços de ICT, como, por exemplo, o Ministério das Comunicações.

Consideração final

Não podemos prescindir de uma política nacional de ICT. A cada dia ela se torna mais necessária, seja pelo acúmulo de erros, desperdícios e insuficiências que conseguimos amealhar nos últimos anos, seja pelos desafios que nos coloca o próprio crescimento da área, as novas possibilidades tecnológicas, a mercantilização crescente do setor e os problemas de natureza internacional que surgem a cada dia.

No entanto, não podemos admitir que o estabelecimento dessa política se faça de forma fechada, ao arbítrio de vontades pessoais ou de veleidades supostamente institucionais. E não esqueçamos que a palavra 'política' vem de *polis*, que significa cidade e, por extensão, seus habitantes. Se existe, na formulação de uma política, a necessidade de definir os fins (aquilo de que precisamos) e como alcançá-los (os meios), seria inaceitável deixar de lado aqueles a quem essa política deve servir: os usuários, em sua individualidade, e a sociedade brasileira como um todo.

Referências

1. Botelho, Tânia Mara; Araújo, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Infra-estrutura de informação: considerações sobre o problema. *Anais da 1ª Reunião Brasileira de Ciência da Informação*, v. 1, p. 173-184, 1978.

2. Albuquerque, Lynaldo Cavalcanti de. Política de informação em ciência e tecnologia. *Anais do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação*, v. 3, p. 57-63, 1980. E também Aguiar, Afrânio Carvalho. *Política de informação em ciência e tecnologia*. Brasília: ibict, 1990. 9 p. [mt 0060]
3. Miranda, Antônio. Política de transferência de informação: uma abordagem preliminar. *Anais do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação*, v. 3, p. 39-56, 1980.
4. Campello, Bernadete Santos et al. A informação no contexto da política científica nacional. *Anais do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação*, v. 2, p. 1017-1043, 1980.
5. Gomes, Maria Yêda de Filgueiras; Schleyer, Judith Rebeca. Transferência da informação e democracia. *Anais do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação*, v. 2, p. 647-678, 1980.
6. Rosenberg, Victor. Information policies of developing countries: the case of Brazil. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 33, n. 4, p. 203-207, July 1982.
7. Edfelt, Ralph. Telematics, public policy, and economic development with special reference to Brazilian protectionism. *Information Society*, v. 4, n. 3, p. 187-203, 1986.
8. Garcia, Maria Lúcia Andrade. Políticas e programas nacionais de informação científica e tecnológica. *Ciência da Informação*, v. 9, n. 1-2, p. 5-39, 1980.
9. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict). *Ação programada em ciência e tecnologia; informação em ciência e tecnologia*. Brasília, 1984. 69 p.
10. Löhner, F. *Policies for scientific and technological information*. Gesellschaft für Information und Dokumentation (gid), 1979. 11 p. (Texto datilografado.)

20

Estado da arte da informação digital em ciências sociais

O primeiro passo a dar neste trabalho seria dizer quais são as ciências sociais. Trata-se de questão tão controvertida quanto classificar, de modo a encontrar unanimidade de aceitação, quais são as ciências exatas, as ciências experimentais ou as humanidades. Não foi à toa que surgiu a divisão simplista das ciências em rígidas (*hard*) e flexíveis (*soft*). Proposta um tanto irônica e falaciosa, pois não só pressupõe, a depender do ponto de vista do observador, que o que é *hard* é confiável, posto que científico, e o *soft*, não. Ao procurar definir ciências sociais e diferençá-las das humanidades, o grande especialista em comunicação científica A.J. Meadows esquivou-se sub-repticiamente, apelando para duas citações que na realidade não esclareceram a situação. Uma dessas citações, a menor, mostra com que grau de desconfiança quem não é cientista social vê as ciências flexíveis:

> Aqueles que pensam e chegam a algum lugar são matemáticos. Aqueles que pensam e não chegam a lugar algum são filósofos. Aqueles que não pensam e chegam a algum lugar são cientistas naturais. Aqueles que não pensam e não chegam a lugar algum são humanistas."[1]

Maurice Line, que estudou as necessidades e os hábitos de utilização da informação em ciências sociais, no Reino Unido, reconhece que, com exceção de sociologia, ciência política e economia, não há consenso quanto às que seriam as outras disciplinas formadoras dessa grande área. Para ele, a maioria das pessoas incluiria, além das três consensuais, a antropologia social, a psicologia e a administração; algumas pessoas incluiriam a educação e outras, a história. E o que há de comum é que lidam com seres humanos que interagem em grupos. A interação entre seres muito imprevisíveis resulta num campo de instabilidade e incerteza.[2]

~ Apresentado na Reunião Internacional de Especialistas em Informação Científica Digital, promovida pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e a Unesco, em São Paulo, de 26 a 27 de março de 2002. Revisto e modificado.

Se se abre o leque de opções de modo a abranger as ciências humanas, a quantidade de disciplinas ou subáreas cresce bastante. A título de exemplo, a lista de 376 periódicos com texto completo disponível em linha no campo das ciências sociais (*Social science online periodicals*), difundida pelo centro de documentação em ciências sociais e humanas da Unesco, cobre: ciências administrativas (administração, negócios e ética, desenvolvimento); antropologia; bibliografia; ciência cognitiva (linguística e psicologia); economia; demografia; meio ambiente; ciências sociais em geral; história; assistência humanitária; humanidades, cultura e sociedade; justiça e direito (criminologia, direitos humanos); metodologia; filosofia (religião, ética); ciência política; psicologia; bem-estar social; sociologia; e estudos femininos e de gênero.

Para facilitar as coisas, neste trabalho, consideram-se ciências sociais aquelas disciplinas que aparecem mencionadas nos objetivos das revistas que se dizem de ciências sociais, revistas essas que, por sua vez, são selecionadas para terem artigos seus incluídos em bases de dados que alegam serem bases dedicadas às ciências sociais. Assim, conforme resulta do exame da tabela 1, as ciências sociais seriam, em ordem alfabética: antropologia, ciência política, demografia, economia, geografia, história e sociologia. Convém esclarecer que uma ou outra base de dados das que foram examinadas incluem alguns títulos de direito, artes e literatura, os quais não foram incluídos na tabela mencionada.

Ciências sociais no Brasil

Apesar de haver uma longa tradição de estudos sociais no país, muitos autores atuais consideram que tais estudos eram em sua maior parte de caráter diletante, amadorístico ou pré-científico. Diletantes ou pré-científicos, o fato é que sempre houve, principalmente a partir de meados do século XIX, uma intensa produção bibliográfica na área dos estudos históricos, impulsionados pelo apoio de dom Pedro II à criação e manutenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de congêneres em diversas províncias do Império. O período que vai, *grosso modo*, da Maioridade à Proclamação da República foi marcado no plano cultural e político pela busca ou definição da identidade nacional, esforços esses que tinham como fulcro o estudo do processo de formação da nação, além, evidentemente, dos embates políticos do momento.

Em face da carência de universidades, e uma vez que os estudos superiores estavam limitados aos campos tradicionais do direito, medici-

na e engenharia, não é surpresa que esses estudos encontrassem como nicho institucional esses institutos históricos e os cursos de direito. Sem excluir a possibilidade de até mesmo no ambiente dos cursos de engenharia e medicina, ou da carreira militar, surgirem expoentes do pensamento social, característica que não havia de todo desaparecido em pleno século XX. Não era vedada aos interessados que professavam as áreas das ciências exatas e experimentais a possibilidade de se aventurar em estudos nas áreas sociais e humanísticas. E daí surgiram obras imprescindíveis aos estudos brasileiros, algumas delas tendo alcançado repercussão não igualada por obras egressas do mundo acadêmico.

De grande parte dessa produção bibliográfica ficou-nos o legado do monumental *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, obra reeditada duas vezes e que constitui fonte imprescindível de consulta para muitos pesquisadores das ciências humanas e sociais no Brasil.

É a partir da década de 1930, com a Universidade do Distrito Federal, a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a Universidade de São Paulo e a Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, que aparecem os primeiros estudos formais na área das ciências sociais em sentido estrito, particularmente sociologia, economia e antropologia. Essas escolas receberam professores estrangeiros, especialmente franceses, cuja atuação foi influente nessas disciplinas e também na história.

Apesar da ditadura de 1930 a 1945, houve grande avanço dos estudos sociais, talvez devido aos resíduos inerciais do impulso que tivera no século anterior a investigação centrada na busca da identidade nacional, do caráter nacional, da chamada realidade nacional, enfim, da compreensão ampla do processo de formação da nação. Esses anos assistem ao surgimento de clássicos como *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Formação do Brasil contemporâneo (colônia)*, de Caio Prado Júnior, e de um fenômeno editorial cuja importância somente veio a se atenuar nas últimas décadas do século XX: as séries bibliográficas que tinham como eixo o estudo do Brasil a partir dos mais variados ângulos, de que foram os exemplos mais notáveis a coleção Brasiliana, da Companhia Editora Nacional, e a coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio Editora.* É nesse período que se fundam duas instituições que exercem

* Para um estudo abrangente sobre o tema, ver SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, 2010. 488 p. (Memória Editorial, 6)

papel importantíssimo na realização de estudos relacionados com a realidade brasileira: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação Getulio Vargas, ambas com longa experiência na coleta, organização e difusão de informações primárias essenciais para estudos demográficos, socioeconômicos, políticos e históricos.

Nas quase duas décadas que medeiam de 1945 a 1964 ampliaram-se, com o retorno ao regime democrático, as condições favoráveis ao surgimento de iniciativas de caráter institucional que contribuiriam para o desenvolvimento das ciências sociais. Surgem basicamente dois tipos de instituições: as de caráter governamental ou semigovernamental, que iriam coletar e produzir informações econômicas, políticas e sociais, e as de cunho acadêmico, voltadas para o ensino e a pesquisa.

A estrutura ainda incipiente do setor sofre golpe gravíssimo com a ditadura militar, em 1964. Com o passar dos anos, e superada a fase mais violenta do arbítrio, tem início um processo de rearticulação de professores e pesquisadores em torno de organizações não governamentais, bem como das universidades onde isso era possível, além do que, dentro do próprio aparelho de estado, profissionais da área das ciências sociais vão pouco a pouco abrindo condições para a sua institucionalização. Mario Brockmann Machado deixou um curioso depoimento acerca dessa situação. Em 1975 ele foi trabalhar na Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), onde participou "do processo de construção institucional das ciências sociais no Brasil, iniciado pela Fundação Ford". Diante do clima repressivo, precisava, em suas palavras, 'camuflar' os projetos de ciências sociais, como foi o caso do primeiro pedido de apoio institucional ao Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1977, que foi enviado para a Secretaria de Planejamento, em Brasília, entre os projetos do Instituto Militar de Engenharia e da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer).[3]

Simon Schwartzman, em estudo sobre a formação da comunidade científica, tocou brevemente na questão da especificidade das ciências sociais quando cotejadas com as exatas ou de base experimental.[4] Parece evidente que essa especificidade ou diferença reflete-se também na questão da comunicação e da informação em ciências sociais. Pelo menos é certo que no Brasil a informação científica dessas duas áreas do conhecimento — a das exatas e a das sociais — não apresenta as mesmas características de desenvolvimento, nem as mesmas necessidades. Mas, para não simplificar demais a situação, talvez conviesse lembrar as palavras do mesmo Simon Schwartzman no sentido de que talvez coubesse

> [...] examinar também o que se produz em termos das ciências sociais que se pretendem mais acadêmicas e científicas; em que medida, por exemplo, a incorporação dos estilos e procedimentos próprios da atividade acadêmica (sistemas de *peer review*, revistas especializadas, cursos de pós-graduação, congressos científicos, etc.) produzem de fato resultados significativos, ou não vão além da simples cópia dos estilos de outras disciplinas para efeitos de prestígio e reconhecimento.[5]

Para Maurice Line, no contexto britânico, as características dessa especificidade tornariam as ciências sociais menos suscetíveis ao controle bibliográfico da produção intelectual, devido à notável diversidade entre as diferentes ciências sociais, à inerente instabilidade dos temas, à falta de terminologia comum ao longo do tempo e entre os diversos países, aos fortes vieses políticos e nacionais, punições de somenos no caso de duplicação de pesquisas, e aparente falta de interesse da parte dos cientistas sociais pela melhoria dos serviços de informação.[2]

Jannice Monte-Mór, em trabalho de 1987, que continua válido em suas considerações essenciais, comentou as diferenças e até a discriminação, inclusive no âmbito das organizações internacionais, entre serviços de informação em ciências exatas e os das ciências sociais. Ela faz uma boa análise da história dos esforços para se introduzir, no Brasil, alguma forma de controle bibliográfico eficaz. Em matéria de esforços para superação das deficiências no setor, a autora lembra a atuação que chegou a ter a Ford Foundation, durante a ditadura militar, para fortalecer a área de informação em ciências sociais. Disso surgiu o Grupo de Documentação em Ciências Sociais, cujas atividades não tiveram grandes consequências. Esse é um texto bastante informativo e para ele encaminhamos o leitor interessado numa visão histórica mais detalhada.[6]

A situação atual

Grande parte das informações factuais de que se valem os pesquisadores das ciências sociais, principalmente em economia e sociologia, são captadas e processadas por órgãos governamentais e algumas instituições particulares de direito público, como acontece com algumas fundações federais, estaduais e municipais. Esses serviços de informações estatísticas puderam, em prazo relativamente curto, migrar para o modo de recuperação em linha, porque haviam iniciado suas operações com o emprego de técnicas informatizadas. O IBGE foi pioneiro na utilização de máquinas de processamento da informação com cartões perfurados, na realização do censo demográfico de 1920. Assim, a história do tratamento digital da informação estatística tem mais de 80 anos. É provável

que a existência de um órgão nacional dinâmico e cujos procedimentos no campo da coleta de dados estatísticos são de certa forma normativos, que é o caso do IBGE, haja contribuído para a relativamente rápida evolução da informatização do setor de informações estatísticas. Ao lado do IBGE destaca-se, particularmente na área econômica, a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), cujas bases de dados estão acessíveis na internet.

Para os pesquisadores de ciência política é relevante a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, com estatísticas sobre eleições a partir de 1994. Este é um serviço que poderia oferecer uma cobertura que abrangesse séries históricas mais amplas, pois os dados existem em formato impresso pelo menos desde 1945.

Em alguns estados, existem órgãos locais que coletam e difundem informações estatísticas, como, por exemplo, em São Paulo, a Fundação SEADE, em Minas Gerais, a Fundação João Pinheiro, no Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Distrito Federal, a Comissão de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), no Rio Grande do Sul a Fundação de Economia e Estatística, além de organizações não governamentais, entre as quais se destaca o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Convém ainda citar a atuação da Fundação Carlos Chagas, que recentemente colocou à disposição dos interessados um banco de dados sobre o trabalho das mulheres, com séries históricas a partir de 1970. Este é um exemplo de reacondicionamento e agrupamento de informações numéricas oriundas de diferentes fontes de domínio público tendo como alvo uma clientela mais específica ou diferenciada.

As bibliotecas virtuais de ciências sociais, economia e estudos culturais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), relacionam bases de dados (http://www.sibi.ufrj.br/bibliotecas-virtuais.htm).

As publicações primárias

A partir de diversas fontes fizemos um levantamento dos periódicos científicos de ciências sociais. Não é exaustivo, mas certamente contém uma amostra significativa dos títulos atualmente editados na área. As principais fontes que utilizamos foram: as listas de periódicos indexados ou cadastrados em: *Researching Brazil Bibliographic Index* (Duke University Library), *Sociological Abstracts*, *Handbook of Latin American Studies*, *Data Índice* (Instituto Universitário de Pesquisas), *Hispanic*

American Periodicals Index (HAPI Online), *Latindex*, Latin American Network Information Center (University of Texas), Social and Human Sciences Documentation Center (Unesco), *List of Brazilian Serials for 2002* (Library of Congress Office, Rio de Janeiro), bem como o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Também nos valemos de notícias veiculadas no boletim eletrônico *Ciências Sociais no Brasil*, da Fundação Getulio Vargas. Vários sítios da internet foram examinados, com destaque para algumas universidades e sociedades científicas, bem como o projeto Scielo e as bibliotecas virtuais de economia e ciências sociais da UFRJ, antes mencionadas.

Chegamos a 177 títulos, que pertencem às áreas mencionadas e mais educação, psicologia e ciência da informação, que estão contempladas entre as ciências sociais aplicadas e ciências humanas na lista de periódicos do projeto Scielo. Esses 177 títulos são considerados correntes pelas fontes examinadas, mas convém ter em mente que a tradição da comunicação científica no Brasil exige que se considere com razoável tolerância o conceito de corrente. A agonia de um periódico pode ser lenta e cheia de surpresas, e não é fácil emitir um atestado de óbito. É quase certo que foram omitidos alguns títulos que ainda circulam, e incluídos outros que desapareceram. De qualquer modo acreditamos ser uma amostra válida. Se não conhecêssemos, mesmo por aproximação, o universo dos periódicos impressos, não nos seria possível ter uma ideia do que representa o conjunto dos periódicos em formato digital.

As universidades públicas respondem por quase a metade dos periódicos publicados em ciências sociais. Se a elas forem somados os estabelecimentos privados de ensino e as instituições públicas de pesquisa, a participação do setor de ensino e pesquisa passa para 70% do total.

Tabela 1. *Quem publica os periódicos impressos*

		%
Universidades e faculdades públicas	83	46,89
Universidades e faculdades privadas	25	14,12
Instituições não governamentais	18	10,16
Instituições públicas de pesquisa	16	9,03
Sociedades científicas	16	9,03
Instituições governamentais	15	8,47
Editoras privadas	3	1,69
Editora + universidade pública	1	0,56

Desses 177 títulos 40 apresentam-se como eletrônicos, existindo quase

todos também em formato impresso em papel. Desses 40 periódicos eletrônicos 16 estão presentes no Scielo. Como se sabe, a metodologia adotada pelo Scielo determina que os títulos ali presentes ofereçam duas formas de apresentação, para atender de modo mais completo aos requisitos técnicos característicos de um produto que aproveite os recursos de navegabilidade da internet e também à comodidade de leitura em formato impresso em papel.

Tabela 2. *Quem publica os periódicos eletrônicos*

		%
Universidades e faculdades públicas	16	40,00
Instituições públicas de pesquisa	9	22,50
Instituições governamentais	7	17,50
Universidades e faculdades privadas	3	7,50
Instituições não governamentais	3	7,50
Sociedades científicas	2	5,00

Assim, a publicação dos periódicos eletrônicos, pelo menos por enquanto, continua na mesma situação dos periódicos impressos, em que é mínima a participação das sociedades científicas.Destacamos esse fato porque existe, particularmente na área das ciências rígidas, uma perceptível preocupação com a publicação de periódicos ditos institucionais, isto é, que não estejam sob a égide da neutralidade e da exogamia que seriam garantidas pelas sociedades científicas. Apesar disso, embora não esteja identificado nas tabelas, encontramos um número pequeno, mas que acreditamos venha a crescer, de periódicos surgidos no âmbito de programas de pós-graduação e a eles vinculados, destinados à divulgação de trabalhos de docentes e discentes desses cursos. Com as facilidades da edição eletrônica será natural o surgimento de novos títulos subordinados a unidades de ensino.

No que tange aos periódicos eletrônicos, predomina a publicação dúplex, isto é, a forma eletrônica é derivada da forma impressa e com ela coexiste. (Foram pouquíssimos os casos de periódicos exclusivamente eletrônicos, sendo apenas dois voltados para a publicação de resultados de pesquisas.) Houve um caso de distribuição do texto em formato de imagem, mas se tratava de uma coleção retrospectiva de um único título que havia sido gravada em cederrom. Temos praticamente o formato digital sendo utilizado como um mecanismo de distribuição do produto gráfico sem qualquer característica que o torne superior, do ponto de vista do usuário, ao produto impresso.

Comparando-se nossa situação com a escala do processo 'evolutivo'

rumo a uma era totalmente digital, sugerido por Lancaster,[7] constituído de seis etapas, estaríamos ainda na segunda etapa. Na primeira etapa a informática é utilizada apenas no processo de produção de uma publicação impressa; na segunda etapa, acrescenta-se a distribuição do mesmo texto em formato digital (o que chamamos publicação dúplex). Com o advento da terceira fase é quando surgem periódicos inteiramente novos, criados no ambiente digital e para serem distribuídos por meio eletrônico, embora ainda guardem em sua forma vestígios de sua herança genética, ou melhor, tipográfica. Temos alguns exemplos dessa terceira fase, mas ainda tão no começo que se torna difícil fazer uma avaliação.

É auspicioso observar que, talvez sob a inspiração do projeto Scielo, a ideia de um centro agregador de publicações eletrônicas esteja a contagiar outras instituições, se assim pudermos inferir a partir do exemplo do Centro Virtual de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais, que tem o objetivo de montar uma biblioteca virtual de textos e publicações eletrônicas. No momento produzem os periódicos *Conjuntura Política* e *Teoria e Sociedade*, além de terem digitalizado a coleção completa (1974–1980) dos *Cadernos do* DCP.

Segundo Lancaster, a partir do quarto estádio é que os periódicos eletrônicos passam a incluir uma gama maior de recursos oferecidos pela informática, quando incorporam interação entre leitores e autores, há a utilização de recursos de multimídia até, finalmente, haver uma integração dos recursos de interação/colaboração com os recursos de multimídia. Embora essa previsão de Lancaster haja sido feita em 1985, o fato é que algumas de suas ideias foram ou estão sendo concretizadas.

Vejamos, por exemplo, algumas das características que se acham presentes numa importante revista médica (*British Medical Journal*) e que ilustram muito bem o que significa a interatividade no processo de comunicação científica. Em cada artigo dessa revista, por sinal acessível gratuitamente na internet, o leitor encontra:

- vínculo com o endereço eletrônico do autor do artigo
- vínculo entre o número da referência no texto para a referência propriamente dita no final do artigo
- vínculos para artigos do mesmo autor
- opção de visualizar um texto abreviado do artigo (não é o resumo), recurso que permite encaminhar o artigo para um amigo
- vínculo com a referência do artigo na base PubMed (Medline) o que abre novas possibilidades de buscas
- mostra referências de artigos afins na base PubMed

- permite a importação da referência do artigo que esteja sendo visualizado para um programa de gerenciamento de citações, como o EndNote ou ProCite
- vínculo que possibilita a fácil busca no Medline de artigos do(s) mesmo(s) autor(es)
- emite um alerta para o leitor no momento em que novos artigos vierem a citar o artigo que estiver sendo visualizado
- vínculo que leva da citação do artigo na lista de referências para um sítio onde o texto completo ou o resumo desse artigo esteja disponível.

As características de hipervínculos que encontramos nos periódicos eletrônicos de ciências sociais examinados foram os vínculos com os endereços eletrônicos dos autores, com outros trabalhos do mesmo autor presentes na coleção Scielo e com o sistema Lattes de currículos de pesquisadores (não em todos os casos).

A oferta de textos antigos ou clássicos constitui, para certos pesquisadores das ciências sociais, uma grande ajuda na realização de seus trabalhos. Nessa linha é importante ressaltar o trabalho de digitalização de publicações oficiais seriadas feito pelo Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras do Center for Research Libraries e o Latin-American Microform Project. Estão disponíveis na internet as mensagens dos presidentes das províncias (1830–1930), as mensagens executivas (1889–1993), os relatórios ministeriais (1821–1960) e o *Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro* (1844–1889). A Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, implantou recentemente um projeto de livros eletrônicos, sendo de se esperar que logo se tornem disponíveis documentos que, por seu número e relevância, venham a ser utilizados pelos cientistas sociais.*

As bases de dados bibliográficos em ciências sociais

No artigo citado de Jannice Monte-Mór estão evidentes os percalços por que têm passado as ciências sociais no que tange à organização de um repositório sistemático e confiável da produção bibliográfica brasileira na área. Esgotados os esforços heroicos e de todas as formas louváveis da FGV e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), nos tempos da *Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais*, foi somente graças ao esforço do IUPERJ que se passou a contar com o Data Índice,

* Trata-se da Biblioteca Nacional Digital, da qual faz parte a Hemeroteca Digital Brasileira, onde, desde 2012, esses e milhares de outros títulos de periódicos podem ser consultados (http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/).

única base de dados bibliográficos dedicada exclusivamente ao campo das ciências sociais, com cobertura das publicações periódicas brasileiras.

Convém lembrar que o IBICT, no período de 1986 a 1990, publicou o periódico *Sumários Correntes Brasileiros: Ciências Sociais e Humanas*, no molde, tanto quanto possível, dos *Current Contents*. Como resultado do processo de produção dos *Sumários Correntes* teríamos uma base de dados multidisciplinar. Se esse trabalho não houvesse sido suspenso, mas, sim, melhorado e ampliado, seria razoável supor que hoje a comunidade de pesquisadores em ciências sociais e humanas disporia de um controle bibliográfico bastante satisfatório.

As bases de dados que, no momento, indexam periódicos brasileiros de ciências sociais, e que estão disponíveis na internet são:

Data Índice. IUPERJ.

HLAS online (*Handbook of Latin American Studies*). Library of Congress Hispanic Division. 1936.

Hispanic American Periodicals Index (HAPI Online). University of California Latin American Center.

Researching Brazil Bibliographic Index. Durham, NC: Duke University Library.

CLASE: Citas latinoamericanas en ciencias sociales y humanidades. Universidad Nacional Autónoma de México.

Produção científica no Sistema de Currículos Lattes, do CNPq.

Algumas bibliotecas brasileiras, universitárias e especializadas, mantêm catálogos em linha de acesso público onde se encontram referências a artigos de ciências sociais publicados em revistas brasileiras. A Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI), coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, de que participam as bibliotecas da Câmara dos Deputados e do poder judiciário, mantém bases de dados de artigos de periódicos e de jornais, que podem ser úteis aos cientistas sociais. A Biblioteca do IBGE também indexa periódicos brasileiros de interesse para as ciências sociais, e o mesmo acontece nas bibliotecas da Fundação Carlos Chagas, Fundação Joaquim Nabuco, e também em algumas bibliotecas universitárias. Em geral, porém, os artigos são selecionados para indexação com base na demanda prioritária dos usuários das instituições a que pertencem as bibliotecas, e, por isso, embora sejam serviços úteis, não se pode afirmar que tornem prescindível a exis-

tência de um programa abrangente de controle bibliográfico em ciências sociais, nos moldes do que acontece, por exemplo, na área biomédica, com o trabalho desenvolvido pela Bireme, no Brasil, e, de forma multidisciplinar, com o International Consortium for the Advancement of Academic Publications (ICAAP).

A base de dados de produção científica, que é um subproduto do sistema de currículos Lattes, tem características próprias que a distanciam do ideal de uma base de dados bibliográficos construída com o rigor metodológico e a obediência a normas e critérios internacionais exigidos por esse tipo de empreendimento. O objetivo dessa base da produção científica é o de relacionar a produção científica de "pesquisadores com bolsas em vigência no CNPq", e ela conta com cerca de três milhões de referências em todas as áreas de atuação desses pesquisadores. O total de currículos individuais alcança mais de 20 mil, num universo de mais de 11 mil grupos de pesquisas identificados no país. Desse total de grupos de pesquisas, segundo dados do ano 2000, um total de 5 720 (50,56%) pertence às áreas das humanidades (3 144), ciências humanas (1 675) e ciências sociais aplicadas (901).

Comparem-se esses índices com a participação dos periódicos de diferentes áreas na distribuição de recursos do Programa de Apoio a Publicações Científicas do CNPq para edição de periódicos tradicionais, para o ano de 2001. Verifica-se que as três áreas sociais/humanísticas (ciências humanas, letras/artes e ciências sociais aplicadas) recebem 23,44% do total de recursos, embora editem 39,41% dos 137 títulos e os respectivos grupos de pesquisa correspondam a mais de 50% do total. Há explicações para isso que não passam pela questão da discriminação: as revistas das áreas flexíveis são de produção mais barata, a produção científica seria menor (54 títulos contra 83), a periodicidade é menor, etc. Mas, seria o caso de perguntar: e essas diferenças gerais em detrimento das ciências sociais e humanas não seriam o resultado de um processo cumulativo de tratamentos desiguais?

Conclusões

Permanece válida a observação, feita por mais de um autor, de que as ciências sociais, em matéria de organização e disseminação das informações bibliográficas que produzem e de que precisam, enfrentam tratamento discriminatório em benefício das ciências de base experimental. As realizações ocorridas nesse setor têm sido fragmentárias, isoladas,

sem maior apoio das instituições de financiamento. Inexiste uma instituição de ensino/pesquisas/serviços, que, sem solução de continuidade ao longo dos anos, tenha podido se afirmar como fonte de iniciativas e metodologias no campo da informação documental.

A transição para a era da informática e da telemática está sendo feita com dificuldades, pois não se trata de uma evolução natural, como se deu em outros setores e em outros países. Queremos dizer que, em muitos países, quando a internet surgiu, muitas bases de dados bibliográficos nacionais estavam estruturadas e também existia, no setor editorial, uma razoável experiência com a geração de textos de forma eletrônica. Os periódicos eletrônicos que existem praticamente nada acrescentam em termos de flexibilidade de uso e interatividade aos periódicos impressos.

Sugerimos que sejam feitos estudos sobre a viabilidade de o projeto Scielo ser ampliado, inclusive com a oferta de treinamento intensivo aos responsáveis por periódicos eletrônicos; avançar na publicação de periódicos eletrônicos para que chegue a uma situação de maior interação e cooperação entre autores, leitores e editores; estudar a possibilidade de ampliar a cobertura e melhorar a qualidade em geral do Data Índice, para que se transforme na base de dados por excelência de publicações brasileiras em ciências humanas e sociais, incorporando os desenvolvimentos encontrados em outras bases de dados, principalmente os mecanismos eletrônicos de solicitação e obtenção de cópias de documentos; fortalecer os portais das ciências sociais como um todo ou de suas disciplinas, e criá-los, quando necessário, mantendo-os eficientes e atualizados.

Referências

1. Meadows, A.J. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999, p. 42–43.
2. Line, Maurice B. Social science information – the poor relation. *inspel*, v. 33, n. 3, p. 131–136, 1999.
3. Machado, Mario Brockmann. A Fundação Ford, a finep e as ciências sociais. In: Miceli, Sergio (org.) *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: fapesp: Ed. Sumaré, 1993, p. 99–105.
4. Schwartzman, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: finep; São Paulo: Ed. Nacional, 1979. 481 p.
5. ———. *A institucionalização das ciências sociais na América Latina*. Trabalho apresentado na reunião sobre Estado e Ciências Sociais na América Latina, Brasília, maio de 1989. 6 p. Disponível em: https://archive.org/details/CienciaSocial. Também pertinente ao tema: O lugar das ciências sociais. In: ——. *A redescoberta da cultura*. São Paulo: Edusp, 1997, p. 29-44. Disponível em: https://archive.org/details/ARedescobertaDaCultura/page/n39/mode/2up). Acesso em 6 fev. 2025.

6. Monte-Mór, Jannice. Documentação em ciências sociais. *Ciência da Informação*, v. 16, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 1987.
7. Lancaster, F.W. The paperless society revisited. *American Libraries*, v. 16, n. 8, p. 553–555, 1985. Cit. por: Tenopir, Carol; King, Donald. *Towards electronic journals; realities for scientists, librarians, and publishers.* Washington, dc: sla Publishing, 2000, p. 327.

Anexo 1
Periódicos eletrônicos

1. Afronotícias. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes. Informativo quinzenal distribuído por correio eletrônico, publicado pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos. www.ucam.edu.br/unidades/ceaa/html/afronoticia.asp
2. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. Edição fac-similar, feita em cederrom, de toda a coleção publicada de 1940 a 1998. Disponível na Rede no formato de imagem. www.museuhistoriconacional.com.br
3. Análise Conjuntural. Curitiba. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Edição dúplex. www.ipardes.gov.br/publicacoes_aconjuntural.html
4. bndes Setorial. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Edição dúplex. www.bndes.gov.br/conhecimento/bnset/
5. Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
6. Boletim de Finanças Públicas. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
7. Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília. Ministério das Relações Exteriores. Edição dúplex. www.mre.gov.br/unir/webunir/bila/lista.htm
8. Boletim de Política Industrial. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
9. Boletim Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
10. Brazilian Electronic Journal of Economics. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. Editado apenas em linha. "The first Brazilian economics journal published entirely on line." www.beje.decon.ufpe.br
11. Cadernos cedes. Campinas. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
12. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília. Embrapa. Edição dúplex. www.embrapa.br/novidade/publica/abre.htm
13. Cena Internacional. Brasília. Universidade de Brasília. Exclusivamente eletrônica. www.relnet.com.br/pgn.cena.lasso
14. Ciência da Informação. Brasília. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br e www.ibict.br
15. Como Vai a População Brasileira? Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
16. Conjuntura Online. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Exclusivamente em linha. www.ipea.gov.br/ipeapupe.html
17. Conjuntura Política. Exclusivamente em linha. http://cevep.ufmg.br/bacp/default.htm

18. Csonline: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. Exclusivamente em linha. www.csonline.ufjf.br/csoiex.htm
19. Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. IUPERJ. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
20. Educação & Sociedade. Campinas. Centro de Estudos Educação e Sociedade. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
21. Educação e Pesquisa. São Paulo. Universidade de São Paulo. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
22. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
23. Estudos de Psicologia. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
24. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
25. Imprim@atur: Revista Virtual de Ciências Humanas. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. Exclusivamente em linha. www.cfh.ufsc.br/~imprimat/
26. Mana: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro. Museu Nacional. Edição dúplex. No Scielo. www.scielo.br
27. Omnes Urbes - Todas as Aldeias: Revista Virtual de Antropologia. Florianópolis. UFSC. Exclusivamente em linha. www.cfh.ufsc.br/~aldeias/projeto/projeto/htm
28. Planejamento e Políticas Públicas. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Edição dúplex. www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp/ppp22.html
29. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Exclusivamente em linha. www.ipea.gov.br/pub
30. Psicologia. São Paulo. Universidade de São Paulo. Edição dúplex. No Scielo: www.scielo.br
31. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
32. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília. Universidade de Brasília. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
33. Revista BNDES. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Exclusivamente em linha. www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/revista.asp
34. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. ANPOCS. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
35. Revista Brasileira de História. São Paulo. Associação Nacional dos Professores Universitários de História. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
36. Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. Instituto Brasil Relações Internacionais. Edição dúplex. www.ibri-rpbi.org.br/rbpif.lasso
37. Revista de Antropologia. São Paulo. Universidade de São Paulo. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
38. Revista de Sociologia e Política. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. Edição dúplex. No Scielo www.scielo.br
39. Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História. São João del-Rei. ufsjr. Edição dúplex. www.decis.funrei.br/rtgerais/
40. Teoria e Sociedade. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. Exclusivamente em linha. http://cevep.ufmg.br/publicacoes/teoria.htm

Anexo 2
Lista geral de periódicos de ciências sociais

* Periódico eletrônico. ** Periódico eletrônico disponível no Scielo.

1. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1986.

2. Acta Amazonica. Manaus. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 1971.
3. África: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1978.
4. Afro-Ásia. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 1965.
5. * Afronotícias. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes.
6. Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
7. Ambiente e Sociedade. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1997.
8. América Hispânica. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
9. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro. 1876.
10. * Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro. 1940. (Edição fac-similar (1940–1998), na Rede.)
11. Anais do Museu Paulista; história e cultura material. São Paulo. 1922.
12. Anais do Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1968.
13. * Análise Conjuntural. Curitiba. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). 1979.
14. Análise & Conjuntura. Belo Horizonte. Fundação João Pinheiro. 1986.
15. Análise Econômica. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1983.
16. Anos 90. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1993.
17. Antropolítica. Niterói. Universidade Federal Fluminense. 1995.
18. Anuário Antropológico. Tempo Brasileiro/Universidade de Brasília. 1972.
19. Archè Interdisciplinar. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes. 1992.
20. Archetypon. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes. 1992.
21. BIOB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro. ANPOCS. 1977.
22. * BNDES Setorial. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. 1995.
23. Boletim Banco Central do Brasil. Brasília. Banco Central.
24. * Boletim de Conjuntura. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
25. * Boletim de Finanças Públicas. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1997.
26. * Boletim de Integração Latino-Americana. Brasília. Ministério das Relações Exteriores. 1991.
27. * Boletim de Política Industrial. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
28. Boletim DIEESE. São Paulo. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.
29. Boletim do Centro de Memória da Unicamp. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1989.
30. Boletim do Museu Nacional. Rio de Janeiro. 1942.
31. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi: série antropologia. Belém. 1984.
32. * Boletim Mercado de Trabalho. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1996.
33. * Brazilian Electronic Journal of Economics. Recife. Universidade Federal de Pernambuco. 1997.
34. Caderno CRH. Salvador. Universidade Federal da Bahia. 1987.
35. Caderno de Ciências Sociais. Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 1991.
36. Caderno de História. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo. 1977.
37. Caderno Espaço Feminino. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia.
38. Cadernos AEL. Campinas. Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas. 1992.
39. ** Cadernos CEDES. Campinas. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).
40. Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1995.

41. Cadernos de Campo. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1991.
42. * Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília. Embrapa. 1984.
43. Cadernos de Estudos Sociais. Recife. Fundação Joaquim Nabuco. 1985.
44. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. Fundação Carlos Chagas. 1971.
45. Cadernos de Sociologia. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1996.
46. Cadernos do CEAS. Salvador. Centro de Estudos e Ação Social. 1969.
47. Cadernos do ISER. Rio de Janeiro. Instituto Superior de Estudos de Religião. 1974.
48. Cadernos IPPUR. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1987.
49. Cadernos Pagu. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1993.
50. * Cena Internacional. Brasília. Universidade de Brasília. 2001.
51. ** Ciência da Informação. Brasília. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
52. Ciência e Cultura. São Paulo. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 1949.
53. Ciência e Trópico. Recife Fundação Joaquim Nabuco. 1973.
54. Ciência Hoje. Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. 1982.
55. Civitas: Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2001.
56. Comunicação e Política. Rio de Janeiro. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.
57. * Como Vai a População Brasileira? Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1995.
58. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 1947.
59. * Conjuntura Online. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1999.
60. * Conjuntura Política. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais.
61. Contemporaneidade e Educação. Rio de Janeiro. Instituto Estadual de Cultura e Educação Continuada. 1996.
62. Contexto internacional. Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 1985.
63. Crítica marxista. São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. 1994.
64. * csonline: Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2001.
65. Cultura Vozes. Petrópolis. Editora Vozes. 1992.
66. ** Dados: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. IUPERJ. 1966.
67. Economia e Sociedade. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1992.
68. ** Educação & Sociedade. Campinas. Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES).
69. ** Educação e Pesquisa. São Paulo. Universidade de São Paulo.
70. Episteme. Criciúma. Universidade do Sul de Santa Catarina. 1993.
71. Epistéme: Filosofia e História das Ciências em Revista. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1996.
72. ** Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro. Universidade Cândido Mendes. 1978.
73. Estudos Avançados. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1987.
74. ** Estudos de Psicologia. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
75. Estudos de Sociologia. Araraquara. Universidade Estadual Paulista. 1996.
76. Estudos Econômicos. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1971.
77. Estudos Feministas. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1992.
78. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. Associação de Pesquisa e Documentação Histórica. 1988.
79. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1975.
80. Estudos Leopoldenses: Série História. São Leopoldo. Unisinos. 1997.
81. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1993.
82. História. São Leopoldo. Unisinos.
83. História. São Paulo. Universidade Estadual Paulista. 1982.
84. ** História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz.
85. História & Perspectivas. Uberlândia. Universidade Federal de Uberlândia. 1988.

86. História Econômica & História das Empresas. São Paulo. Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica. 1998.
87. História em Revista. Pelotas. Universidade Federal de Pelotas. 1994.
88. História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral. São Paulo. 1998.
89. História, Questões & Debates. Curitiba. Associação Paranaense de História. 1980.
90. História Social. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1994.
91. Histórica. Porto Alegre. Associação de Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1996.
92. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1995.
93. Horizontes: Revista de Ciências Humanas. Bragança Paulista. Universidade São Francisco. 1990.
94. Humanidades. Brasília. Universidade de Brasília. 1982.
95. Humanas. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1993.
96. Idéias. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1994.
97. Ilha: Revista de Antropologia. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.
98. Imaginário: Revista do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória da Universidade de São Paulo. São Paulo.
99. * Imprim@atur: Revista Virtual de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.
100. Informações Econômicas. São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. 1971.
101. Intercom. São Paulo. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. 1978.
102. Interseções. Rio de Janeiro. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1999.
103. Locus: Revista de História. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora. 1995.
104. LPH: Revista de História. Mariana. Universidade Federal de Ouro Preto. 1990.
105. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. 1984.
106. Lugar-Comum. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.
107. ** Mana: Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro. Museu Nacional. 1995.
108. Margem. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1993.
109. Methodus: Revista Científica e Cultural da Universidade Estácio de Sá. Rio de Janeiro. 1998.
110. Mosaico: Revista de Ciências Sociais. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo. 1998.
111. Nova Economia. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 1990.
112. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. 1981.
113. * Omnes Urbes - Todas as Aldeias: Revista Virtual de Antropologia. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.
114. Opinião Pública. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1993.
115. Parcerias Estratégicas. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia. 1996.
116. Perspectiva Econômica. São Leopoldo. Unisinos. 1968.
117. Perspectiva Econômica: Cooperativismo. São Leopoldo. Unisinos.
118. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais. São Paulo. Universidade Estadual Paulista. 1976.
119. Pesquisa e Planejamento Econômico. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1972.
120. Pesquisas: Antropologia. São Leopoldo. Instituto Anchietano de Pesquisa. 1957.
121. Pesquisas: História. São Leopoldo. Instituto Anchietano de Pesquisa. 1957.
122. * Planejamento e Políticas Públicas. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 1989.
123. Plural. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1994.
124. Política Externa. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1992.
125. * Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
126. Pós-História. Assis. Universidade Estadual Paulista. 1993.
127. Pós: Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Brasília. Universidade de Brasília. 1997.
128. Premissas. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1992.

129. Projeto História. São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1981.
130. ** Psicologia. São Paulo. Universidade de São Paulo.
131. ** Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
132. ** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília. Universidade de Brasília.
133. RAE Revista de Administração de Empresas. São Paulo. Escola de Administração de Empresas. 1961.
134. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. João Pessoa. Universidade Federal da Paraíba. 1982.
135. Reflexão. Campinas. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 1975.
136. Religião e Sociedade. Rio de Janeiro. Instituto de Estudos da Religião. 1977.
137. REN Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza. Banco Econômico do Nordeste. 1973.
138. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas. Universidade Estadual de Campinas. 1990.
139. * Revista BNDES.
140. ** Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 1986.
141. Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro. Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior. 1985.
142. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 1947.
143. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. 1944.
144. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais.
145. Revista Brasileira de Estudos da População. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. São Paulo. 1983.
146. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1939.
147. ** Revista Brasileira de História. São Paulo. Associação Nacional de Professores Universitários de História. 1981.
148. * Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 1958.
149. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política.
150. Revista da SBPH. São Paulo. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. 1986.
151. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. 1954.
152. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas. 1967.
153. ** Revista de Antropologia. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1953.
154. Revista de Ciências Humanas. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 1982.
155. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 1970.
156. Revista de Economia Política / Brazilian Journal of Political Economy. São Paulo. Editora 34. 1981.
157. Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília. Sociedade Brasileira de Economia Rural. 1988.
158. Revista de História. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1950.
159. Revista de História. Vitória. Universidade Federal do Espírito Santo. 1990.
160. Revista de História Regional. Ponta Grossa. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 1996.
161. ** Revista de Sociologia e Política. Curitiba. Universidade Federal do Paraná. 1993.
162. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1966.
163. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. 1839.
164. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo. 1991.
165. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 1937.
166. Revista Euro-Americana. Brasília. Faculdade Euro-Americana.

167. Revista Novos Rumos. São Paulo. Instituto Astrojildo Pereira. 1986.
168. Revista USP. Universidade de São Paulo. 1989.
169. Sociedade e Estado. Brasília. Universidade de Brasília. 1986.
170. Sociologia. São Paulo. Fundação Escola de Sociologia e Política. 1939.
171. Tempo. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996.
172. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1962.
173. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1989.
174. * Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História. São João del-Rei. Universidade Federal de São João del-Rei. 1999.
175. * Teoria e Sociedade. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 1997.
176. Território. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1996.
177. Vária História. Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais. 1984.

21

Análise crítica de uma revista institucional: as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*

Um esclarecimento sobre o conceito de revista institucional torna-se necessário ao iniciarmos este trabalho. Em princípio, as revistas são institucionais, com exceção daquelas que representam a iniciativa de um indivíduo ou de indivíduos, fora da égide de uma organização. Institucionais no sentido de que tanto uma sociedade científica, quanto uma universidade, uma escola isolada, uma empresa comercial ou um clube de futebol são instituições, sociologicamente falando.

Como, no entanto, o uso da expressão 'revista institucional' parece ter assumido, no meio editorial, o significado de uma publicação periódica estrita e exclusivamente vinculada aos interesses e objetivos de uma determinada organização, aceitaremos essa acepção restrita no curso deste trabalho e das discussões que se seguirão.

Antes, porém, queremos registrar a tipologia consignada por Jill Lambert para as publicações periódicas do ponto de vista de seus publicadores (editoras), sem considerar, portanto, sua diversificação segundo seus objetivos. Assim, do ponto de vista das organizações envolvidas na edição de revistas, temos as que são publicadas por a) associações científicas e organizações profissionais; b) editoras comerciais; c) organizaçoes sem fins lucrativos; d) estabelecimentos de ensino; e, finalmente, e) instituições governamentais e de pesquisa (p. 31-37).[15] A revista que é objeto deste trabalho inclui-se, portanto, no grupo *e*, ou seja, aquelas que são editadas por instituições governamentais e de pesquisa.

Sem forçar a aceitação da ideia de que Oswaldo Cruz teria copiado, na organização do Instituto de Soroterapia, o modelo do Institut Pas-

~ Apresentado no 1° Seminário sobre Editoração Científica de Revistas Editadas no Estado de São Paulo, de 21 a 22 de novembro de 1991, no Instituto Agronômico de Campinas, em comemoração ao cinquentenário da revista *Bragantia*. Publicado nos anais do seminário (Campinas: Instituto Agronômico, 1993, p. 65-71; debate, p. 72-80 [não incluído nesta edição]. (Documentos IAC, 31) e nos *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n. 2, p. 161-169, abr./jun. 1993. Com correções.

teur, onde fez sua 'pós-graduação', o que foi analisado por Nancy Stepan (p. 77),[21] não se pode excluir a possibilidade de que esse centro de pesquisa francês ofereceu a Oswaldo Cruz vivências e experiências que ele iria adotar e adaptar à instituição que lhe estava sendo confiada.[5]

Dentre aquilo que viu no Institut Pasteur certamente o impressionou a existência de uma revista própria, os *Annales de l'Institut Pasteur*, fundada em 1887. A iniciativa de editá-la seria devida ao fato de que a "revista oficial da Académie des Sciences era um veículo formal demais para noticiar as pesquisas do Instituto", segundo a citada Nancy Stepan (p. 74).[21] Efetivamente, os *Annales* foram lançados um ano antes da inauguração do Institut Pasteur.[14]

O decreto n° 1 802, baixado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo presidente da República, em 12 de dezembro de 1907, que criou o Instituto de Patologia Experimental de Manguinhos, determinava que

> os estudos procedidos no Manguinhos serão publicados, a título de Memórias; ao passo que se forem confirmando as experiências. As Memórias serão distribuídas pelas escolas profissionais, de medicina, de veterinária e de agricultura, existentes no país, constituindo objeto de permuta com as publicações estrangeiras do mesmo gênero (artigo 1°, parágrafo 9°).[4]

Teria Oswaldo Cruz julgado que as revistas então existentes no país não eram adequadas para veicular os resultados das pesquisas realizadas no instituto que dirigia? É provável que sim. As tentativas feitas até então para se editar revistas científicas não tinham sido muito auspiciosas. As poucas que tinham sobrevivido levavam uma existência precária. Na área médica destacava-se a revista *Brasil-Médico* (1887–1971), fundada pelo médico Antônio Augusto de Azevedo Sodré (1864–1929), provavelmente como iniciativa individual e com recursos próprios. Ele, além de médico e professor, chegou a ser deputado federal e prefeito do então Distrito Federal. No *Brasil-Médico* vários pesquisadores de Manguinhos publicaram trabalhos, tanto antes quanto depois da fundação das *Memórias*, inclusive Carlos Chagas, que ali veiculou sua nota prévia sobre a tripanossomíase americana.

Os 60 trabalhos de Carlos Chagas publicados em revistas estão distribuídos da seguinte forma: 1°) *Brasil-Médico*, com 17 artigos; 2°) *Memórias*, com 10 artigos; 3°) *Bulletin de la Société de Pathologie Exotique* e *Comptes Rendus de la Société de Biologie*, com três artigos cada uma. Quinze artigos foram publicados em 14 outras revistas estrangeiras. e os restantes 12 artigos apareceram em igual número de revistas nacionais.[6]

Havia carência de canais apropriados à publicação de trabalhos científicos. Durante anos, conforme assinala Artur Neiva, escrevendo em 1922, sobretudo no campo da história natural, contribuições de valor tinham sido publicadas em jornais diários.[17] Ao se percorrer a bibliografia de Adolfo Lutz constata-se que ele chegou a publicar até no *Diário Oficial* do Pará.[18] No primeiro decênio do século XX surgiram outras revistas que seriam utilizadas pelos pesquisadores de Manguinhos, como a *Revista da Sociedade Scientifica de São Paulo* (1905–1913), e a *Revista Médica de São Paulo* (1889–1914), entre outras.

Nenhuma dessas publicações poderia, porém, arcar com o tipo de artigo, em geral minucioso e extenso, além de bilíngue, que as *Memórias* iriam publicar. Com sua característica de registro permanente do que se pesquisava no instituto, até a década de 1960, a revista publicava textos que não seriam aceitos em revistas dedicadas a artigos nas dimensões habituais. Um desses últimos trabalhos, por exemplo, foi a completíssima monografia sobre trematódeos do Brasil, com 886 páginas e 557 figuras, editada em 1969.[22]

No primeiro regulamento do instituto, estabelecia-se que a "impressão das *Memórias* poderá ser feita onde maiores vantagens houver para que a realização dos trabalhos que eles encerrarem seja a mais perfeita possível". Dificilmente essa exigência seria atendida pelas revistas existentes.

Embora Henrique de Beaurepaire Aragão afirme que Oswaldo Cruz "em fins de 1908 tinha resolvido editar as *Memórias*",[3] o fato é que, como vimos, no decreto de 1907 estava consignada a responsabilidade de o instituto publicar sua revista. E continua Beaurepaire Aragão:

> Como não houvesse, na época, no instituto, quem pudesse cuidar do assunto (a implantação da revista) ele [Oswaldo Cruz] tomou a si todo o trabalho desde a escolha das máquinas impressoras, seleção dos tipos, encomenda do papel, entendimentos com litógrafos e especialistas na feitura de clichês, a seleção dos tradutores para os artigos e finalmente ainda a revisão das provas, sem demonstrar, como de costume, o menor enfado por todo o labor rotineiro que tomara a si.
>
> Graças ao seu dedicado esforço, em abril de 1909 apareceu o primeiro fascículo das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* muito bem impresso, tendo cada artigo um texto em português e outro em francês, inglês ou alemão à vontade do autor para tornar o assunto acessível aos leitores estrangeiros desconhecedores do nosso idioma. [...] Durante muito tempo encarregou-se Oswaldo dos trabalhos relativos à publicação das *Memórias*, esmerando-se para que saíssem perfeitas e unicamente quando tinha de ausentar-se passava a tarefa a [Adolfo] Lutz que a executava com muito zelo e boa vontade (p. 37).[3]

Apesar de somente em 1927 aparecer no fascículo 1 do volume 20 um colofão com a indicação da impressão na "Typographia do Instituto Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro – Brasil", podemos acreditar, pelo depoimento de Beaurepaire Aragão, que essa foi a oficina que imprimiu a revista desde seu início até 1940. Em 1941, a impressão passou a ser feita na Imprensa Nacional, que, pelo regimento de 16 de julho de 1940 (decreto n° 5 963), tornava-se responsável pela execução de todos os trabalhos gráficos das repartições federais. Dessa forma, foram extintas as oficinas gráficas dessas repartições.

Ao montar sua própria tipografia, o instituto certamente procurava atender ao critério de qualidade exigido pelo seu regulamento. O envolvimento de Oswaldo Cruz na edição das *Memórias* respaldava-se também no regulamento, que determinava que só poderiam ser publicados com o nome e responsabilidade do instituto os trabalhos que fossem aprovados pelo diretor. Entre as competências deste estava a de 'autorizar' a publicação dos trabalhos científicos.[4]

Em depoimento sobre a personalidade de Oswaldo Cruz, Ezequiel Dias, que foi um de seus colaboradores mais próximos, diz que ele talvez revisasse os artigos. Os

> estudos assim elaborados recebiam a sua influência benéfica, embora muitas vezes o assunto não lhe fosse da especialidade. É que ninguém como ele sabia entrever as causas de erro, as aparências enganosas, as conclusões ilógicas.[10]

Ao contrário do que acontece hoje em dia com revistas 'institucionais' de caráter pouco sério, Oswaldo Cruz jamais se valeu das páginas da revista que fundou e dirigiu para se autopromover. Ouçamos de novo o depoimento de Ezequiel Dias:

> esse homem extraordinário, assim que conseguiu a primeira turma de discípulos suficientemente versados em assuntos de laboratório, tratou de fundar uma revista magnífica; mas desde esse dia nunca mais veio à luz um trabalho original firmado por seu nome.[4]

As *Memórias* eram, portanto, uma revista tipicamente 'institucional' no sentido de que desempenhavam o papel de arquivo (repositório) da produção científica do órgão que a editava. Era uma publicação fechada à colaboração externa, a não ser quando se tratava de trabalhos realizados com a colaboração de pesquisadores de outra instituição. Assim é que, em 1923, surge, logo após o sumário, a seguinte informação: "As

Memórias, órgão oficial do Instituto Oswaldo Cruz, são reservadas exclusivamente à publicação de trabalhos originais nele realizados."

Essa informação é repetida em todos os fascículos até 1956 quando o advérbio 'exclusivamente' é substituído por 'precipuamente'. Três anos depois, em 1959, ocorre nova mudança no conteúdo dessa informação, que explicita que a revista é "destinada à divulgação de trabalhos de pesquisa original elaborada por membros do corpo científico do Instituto Oswaldo Cruz, *excepcionalmente* [grifo nosso] incluindo colaboração de autores estranhos à instituição". Esta advertência deixa de aparecer com o número 3/4 do volume 74, em 1976. A partir de 1980, no editorial que inaugura sua nova fase, diz o editor J. Rodrigues Coura que as *Memórias* "abrem as suas páginas para publicação de trabalhos de outras instituições nacionais e estrangeiras com a condição de que sejam originais e de bom nível, dentro das suas normas de publicação".[8]

Na fase que podemos qualificar de novíssima, iniciada em 1989, sob a editoria de Eloi S. Garcia, implantam-se mudanças na política geral, com a colaboração de editores associados

> em diferentes áreas do conhecimento científico, objetivando tornar mais dinâmica a escolha dos conselheiros e estimular a apresentação de artigos e revisões de alta qualidade científica. Outro ponto acordado foi a apresentação de artigos, preferencialmente, em inglês. Os artigos em português poderão ser submetidos após uma concordância prévia do editor. Assim, solicitamos aos autores que apresentem seus artigos no idioma inglês.[11]

Compara-se essa mudança ao que determinava o regulamento do decreto de 1907 que estipulava que os trabalhos a serem publicados poderiam ser escritos "em diversas línguas, mas deles haverá sempre uma edição em português".[4] Outra vez o instituto se aproximava de seu congênere francês. Também, em 1989, os *Annales de l'Institut Pasteur*, considerados "o farol internacional da pesquisa francesa" mudavam seu título, nas três seções em que já se havia subdividido, para *Research in Microbiology*, *Research in Virology* e *Research in Immunology*.

Uma mudança também significativa ocorrida poucos anos antes foi a associação do instituto com o grupo editorial Elsevier — provavelmente a maior empresa do mundo no campo da edição de publicações científicas e técnicas — que passou a ser a editora dos antigos *Annales*. Nessa época, mesmo antes de adotar o título em inglês, abrindo mão do que marcava sua origem e vinculação institucional, já se verificava que, embora quase 58% dos artigos fossem originários de países francófonos,

84% desses artigos eram redigidos em inglês. Em país tão cioso de sua tradição linguística, particularmente pela função de *lingua franca* internacional que o francês desempenhou nos campos científico, literário e diplomático, durante muitos anos, esse fato alcançou tal repercussão a ponto de merecer reportagem numa revista popular de grande circulação, a *Jours de France*.[7] No editorial de lançamento da *Research in Microbiology* dizia seu redator-chefe que "todas as revistas devem agora encontrar suas raízes na comunidade internacional em geral e interagir com uma ampla rede de cientistas e instituições".[14]

Em trabalho de 1989, Marly de Carvalho Willcox, editora administrativa da revista, apresenta dados adicionais relativos à história das *Memórias* e algumas informações sobre as características dos trabalhos publicados no período 1980–1988. Os textos oriundos do próprio Instituto Oswaldo Cruz corresponderam a 61,9% (351) de um total de 567 artigos publicados no período. Outras instituições nacionais contribuíram com 26,4% (150 artigos) e de instituições estrangeiras vieram 66 artigos (11,7%), 49 dos quais procediam de países da América Latina.[23]

Atualizando esses dados, verificamos que, durante os dois anos de 1989 e 1990, foi publicado um total de 190 artigos, dos quais 38 (20%) haviam sido produzidos exclusivamente no Instituto Oswaldo Cruz. Artigos que eram o resultado da colaboração entre pesquisadores do instituto com os de outras instituições, brasileiras ou estrangeiras, somaram 58 (30,8%). A participação de trabalhos de pessoas estranhas à instituição totalizou, nesses dois anos, 94 artigos, ou seja, quase a metade (49,47%) do total de artigos publicados. A comparação destes dados com os do trabalho de Willcox deve ser feita com cautela, pois não sabemos se o que ela contou como trabalhos "produzidos na própria instituição" inclui o que separamos como trabalhos feitos em colaboração entre pesquisadores do instituto e de outras instituições nacionais ou estrangeiras.

No período de 1989–1990, foram publicados 44 trabalhos de autores de instituições estrangeiras, ou seja 23,15% do total, número percentualmente significativo tanto para esses dois anos quanto em comparação com o período de 1980 a 1988.

Ainda que seja proeminente a participação de trabalhos oriundos da própria organização que edita a revista, verifica-se o fato inquestionável de que ela tende a se caracterizar por um certo equilíbrio entre artigos, digamos, 'endógenos' e 'exógenos'. Em relação a estes últimos deve-se salientar a importância que passam a ter alguns países latino-america-

nos como fontes de artigos publicados. Assim, a revista não somente se torna um veículo de difusão da produção científica nacional, sem limitações de qualquer tipo, como também caminha para justificar o lema que passou a estampar em sua capa a partir de 1987: "An international journal of biological and biomedical research".

Essa abertura da revista caracteriza-se também pela adoção formal e sistemática dos procedimentos de avaliação de originais encaminhados para publicação. Se tudo leva a crer que, durante muitos anos, essa avaliação estava concentrada na pessoa do diretor do instituto, hoje em dia, o processo de avaliação é amplo, envolvendo um conselho editorial de notáveis e a colaboração de consultores e especialistas.

A evolução histórica desse processo mostra que somente em 1942 surgiu a figura de um diretor-responsável. Em 1947, passou a haver dois responsáveis. Em 1959, a revista apareceu com a indicação de um "redator-secretário das publicações", o qual, em 1964, foi substituído pela mera indicação de responsabilidade "Setor de Publicações e Divulgação". Em 1965, surgiu uma "comissão de redação das publicações" formada por três pesquisadores, número que baixou para dois em 1968, voltou a ser três em 1970, e passou para cinco em 1975. Em 1976, desapareceram os nomes das autoridades do instituto e até mesmo os da comissão de publicações e, em seu lugar, registrou-se "número revisado pela Assessoria Editorial das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* em 1979". Na nova fase, iniciada em 1980, aparece "um novo Conselho Editorial, em nível nacional", nas palavras de Rodrigues Coura.[8]

Uma das instituições que mais refletem, no início do século XX, a virada histórica representada pelo primeiro esforço significativo de modernização do país, é Manguinhos. Sua criação e florescimento relacionam-se, como causa e efeito, com aquele momento em que a população carioca gabava-se do novo visual de sua cidade e da chegada de novas tecnologias trazidas pelo novo século. Esse orgulho ficou sintetizado na frase famosa: "o Rio civiliza-se", que refletia, entre outros progressos, o saneamento em que Oswaldo Cruz teve papel tão importante.

Era essa uma das ocasiões em que se manifestava o sempre recorrente anseio de modemidade, caracterizado então pela crença na capacidade infinita da ciência e da tecnologia propulsoras do progresso, capazes de superar tudo que antes parecia inalcançável.

No caso do Instituto de Manguinhos, e de acordo com o testemunho de Ezequiel Dias, Oswaldo Cruz "queria o que houvesse de melhor no mundo". Para uma ciência que se tornava cada vez mais complexa seria

inevitável "uma complicação de maquinismos, instalações e pormenores arquitetônicos" [...] em que se

> ressalta o uso do ditafone para gravar os protocolos das autopsias, o impressor de endereços para a expedição das *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*; as *Memórias* com o seu texto em duas línguas e a riqueza das ilustrações coloridas; [...] a opulência da biblioteca com os seus quatro andares de aço, toda iluminada por dentro, e os seus 40 mil volumes e suas 1 000 revistas científicas; a sala de leitura, lindamente luxuosa, com as estalactites alvas a contrastarem com as admiráveis obras de madeira (p. 22).[10]

Se as atividades do instituto já haviam conquistado a Europa com o êxito alcançado por sua participação na 12ª Conferência Internacional de Higiene, em 1907, em Berlim, suas *Memórias* também logo seriam reconhecidas no estrangeiro. Uma revista surgida também em 1909, o *Bulletin Mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique*, organismo internacional fundado em 1907 e precursor da Organização Mundial da Saúde, já registrava em seu número de maio de 1910 o artigo de Carlos Chagas sobre a "nova tripanossomíase humana" publicado no fascículo 2 do tomo 1, de agosto de 1909, das *Memórias*.

A repercussão internacional, objetivo sempre buscado por pesquisadores, instituições científicas e as revistas que estas editam, estava sendo alcançada como se vê por esse exemplo e pela indexação regular das Memórias em todas as publicações secundárias importantes, em âmbito internacional, publicadas neste século, como o *Index Medicus*, *Biological Abstracts*, *Excerpta Medica*, *Tropical Diseases Bulletin* e outras.

A revista foi indexada no *Science Citation Index* (SCI), de 1969 até o número 3 do volume 71, de 1974. Somente 15 anos depois, em 1989, ela voltou a ser abrangida por esse índice de citações. Pelos dados do SCI, artigos publicados nas *Memórias* foram citados 50 vezes na literatura internacional do ano de 1974, 20 das quais pelas revistas *Journal of Immunology* (quatro vezes), *Transactions of the Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene* (quatro vezes), *Toxicon* (quatro vezes), *Journal of Parasitology* (três vezes), *Proceedings ot the Helminthological Society of Washington* (três vezes) e *Bulletin of Entomological Research* (duas vezes). As restantes 30 citações ocorreram em 27 outros títulos. Observe-se que 37 (74%) das citações registradas em 1974 corresponderam a artigos publicados nas *Memórias* até o ano de 1964, ou seja, dez anos antes da data em que foram editados os artigos citantes (p. 353).[12]

Com o retorno das *Memórias*, em 1989, à lista de revistas brasileiras cobertas pelo *Science Citation Index*, esperamos que os próximos dados

a serem divulgados pelo Institute for Scientific Information abranjam uma série histórica mais representativa, de modo a contribuir para revelarem em que medida as alterações introduzidas na revista a partir da década de 1980 ampliaram a sua 'citabilidade' internacional.

O nascimento e a sobrevivência das *Memórias*, como publicação não vinculada a uma sociedade científica, refletem a especificidade das condições em que se deu o início de nosso desenvolvimento científico. Em outros países as sociedades científicas tiveram papel notável no processo de edição de periódicos especializados que alcançaram êxito e alto índice de sobrevivência, tendo sido secundário o papel das instituições governamentais como editoras dessas publicações. O conflito, nesses países, se deu principalmente entre sociedades científicas e editoras comerciais. A origem desse conflito é posterior ao término da Segunda Guerra Mundial, prendendo-se, pelo que se supõe, à participação crescente das editoras comerciais no mercado da edição de revistas científicas após essa época, participação essa ensejada pelo fato de haver então sociedades científicas que somente publicavam em suas revistas artigos de autores que fossem seus membros (p. 11).[15]

No Brasil, as sociedades científicas sempre levaram uma vida de carência e crises, desde as primeiras tentativas do século XIX, a não ser quando se punham sob a proteção do Estado, como é o caso, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Imperial Academia de Medicina e tantas outras. Às vezes, nem mesmo o mecenato estatal era suficiente. Por exemplo, os *Annaes da Medicina Pernambucana*, fundados em 1841 pela Sociedade de Medicina de Pernambuco, com o subsídio de dois contos de réis anuais decretado pela Assembleia Legislativa da província, não conseguiram sobreviver ao terceiro ano, depois de seis números publicados, o último deles ocupado exclusivamente pela polêmica de um autor contra um seu colega de sociedade.[1]

Como afirmaria Artur Neiva oitenta anos depois, "as sociedades científicas no Brasil, sobretudo aquelas onde predominam médicos, são verdadeiros rinhadeiros" (p. 25).[17] As principais revistas científicas que se afirmaram na primeira metade do século XX ou eram 'institucionais' ou dependiam de iniciativas e financiamento de pessoas físicas. No caso das poucas revistas de sociedades surgidas nesse período e que vingaram até nossos dias, temos os atuais *Anais da Academia Brasileira de Ciências* que surgiram em 1917 sob o título de *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, mas cujos primeiros dez anos de vida foram problemáticos. Embora não tenhamos encontrado informação sobre a

concessão de subsídios do Estado, constatamos que em seus primeiros três anos ela foi impressa na Imprensa Nacional e, em 1926, nas Oficinas Tipográficas do Ministério da Agricultura (p. 31).[20]

A publicação de revistas por sociedades científicas assume maior importância somente a partir de meados do século XX, mas sempre sujeita às vicissitudes decorrentes das deficiências organizacionais e da falta de recursos financeiros. A partir de determinado momento histórico, por razões que merecem ser investigadas, passou-se a prejulgar a qualidade das revistas ditas institucionais. Pelo seu caráter, em geral, de publicações que se restringiam a publicar a produção científica de uma organização, e pela ausência (ou ocultação) de mecanismos formais e colegiados de avaliação de originais, começou a predominar a opinião de que tais revistas fugiam ao modelo saudável de comunicação científica.

Dos cinco pré-requisitos exigidos pelo Programa de Apoio a Revistas Científicas do CNPq e da FINEP para a escolha de publicações a serem financiadas (p. 69),[19] as *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* não atendem, atualmente, apenas ao que recomenda que as revistas sejam de preferência mantidas por uma sociedade científica de âmbito nacional. Este pré-requisito, que não exclui a possibilidade de apoio a revista institucional, reflete a preocupação de fortalecer as atividades editoriais de organizações abertas que estariam menos sujeitas aos vieses e ao paroquialismo de outros tipos de organizações. Estar-se-ia, assim, induzindo o desenvolvimento da editoração de periódicos científicos conforme os moldes que determinaram a evolução dessas publicações nos principais países desenvolvidos do Ocidente.

Uma das vantagens, pelo menos, de uma revista institucional, no caso brasileiro, é que seu financiamento muitas vezes já está garantido no orçamento da instituição de que depende. As revistas de muitas sociedades científicas, ao contrário, devem negociar a obtenção de uma parcela dos recursos (também do Estado) que são distribuídos indiretamente pelas agências de financiamento. Nem mesmo o sucesso de público da revista *Ciência Hoje*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), levou-a a se tornar autossustentável.*

Não há dúvida de que, embora tenha sido, durante a maior parte de sua existência, uma revista 'fechada', as *Memórias* alcançaram excelente reputação nacional e internacional. Acreditamos que isso tenha sido menos a consequência da eventual obediência a padrões formais de organização editorial e muito mais o resultado lógico da seriedade, da

competência e da dedicação de todos os que se envolveram na criação e no desenvolvimento do Instituto Oswaldo Cruz, para não falar do carisma de seu fundador. Em outros termos, uma revista institucional é tão boa (ou tão ruim) quanto a instituição a que esteja vinculada.

Apesar das crises a que estão sujeitas todas as instituições governamentais, sejam essas crises de origem interna ou externa, como a Revolução de 30 ou o golpe de 1964, as *Memórias* mantiveram um padrão de qualidade e regularidade poucas vezes encontrado em publicações congêneres brasileiras, A coleção do período de 1909 a 1979 constitui uma verdadeira enciclopédia das nosologias genericamente designadas como nossas 'grandes endemias' e um repositório ainda valioso dos esforços de sucessivos grupos de pesquisadores para compreendê-las e resolvê-las em escala social. De suas páginas transborda, nesse período, a preocupação constante em revelar e desvendar nossos problemas de saúde pública.

O êxito das *Memórias* reflete o êxito do instituto e este, como afirma Nancy Stepan,

> em parte foi consequência da criação de um sistema interligado, envolvendo ciência básica e aplicada, treinamento e emprego de cientistas, produção e consumo de conhecimentos científicos dentro do Brasil" (p. 148).[21]

Chamamos a atenção para a última parte dessa afirmação — "produção e consumo de conhecimentos científicos dentro do Brasil" — que coloca diante de nós o velho problema de ciência nacional *versus* ciência internacional. E a questão mais específica de qual é a clientela prioritária de uma revista científica brasileira.

Com a nova fase, posterior a 1980, as *Memórias* passam a encarar um novo desafio. Deixando de lado uma maneira 'caseira' de fazer revista científica, orientando-se para um mercado internacional de consumidores de informação, sua avaliação tenderá a ser feita muito mais em função do impacto que ela causar nesse mercado do que de seu papel dentro das fronteiras nacionais.

A opção por uma revista que não usa como língua de comunicação o idioma oficial do país (o português, segundo determina o artigo 13 da Constituição Federal), opção que não é exclusiva das *Memórias*, talvez revele, como no caso do Institut Pasteur de Paris, que a preocupação

* A partir de 2003 publicada pelo Instituto Ciência Hoje, organização social de interesse público vinculada à SBPC.

está mais em buscar raízes na comunidade internacional do que em criar um sólido mercado interno de consumidores da produção científica aqui gerada.

Em relação com esse ponto tem-se a questão complementar da evasão de artigos de autores brasileiros para revistas estrangeiras. Na opinião de Lancaster, os cientistas brasileiros preferem publicar em inglês e não em português "porque as revistas de língua inglesa são consideradas mais prestigiosas e porque muitos desses cientistas realizaram estudos fora do Brasil". E continua esse especialista, que tem conhecimento direto de nossa situação:

> Isso cria uma situação um tanto anômala, na qual os resultados das pesquisas brasileiras são mais acessíveis no estrangeiro do que em seu próprio país. O fortalecimento dos periódicos nacionais, unido a uma elevação na qualidade do ensino superior, principalmente no nível do doutorado (ocasionando mais estudos de pós-graduação no país e menos no exterior), quase certamente resultará em aumento da publicação de trabalhos nas revistas nacionais e uma diminuição da publicação em outras partes.[16]

Sabemos que estas preocupações podem exalar um ranço de conservadorismo e xenofobismo arcaicos e anacrônicos. Vale a pena, porém, lembrar que a opção por uma língua diferente da língua nacional para a comunicação de conhecimentos científicos "deve responder a motivações culturais e não refletir uma hegemonia política e econômica" e que, por exemplo, no caso da França pelo menos,

> o abandono da língua francesa traduz uma mudança na maneira de pesquisar, nos problemas estudados e uma adaptação a padrões e modas que provêm fundamentalmente dos Estados Unidos.[13]

Para quem se preocupa com a questão da construção de uma cultura nacional, resta o consolo de que talvez o internacionalismo da ciência seja equivalente ao que encontramos no campeonato automobilístico de fórmula 1: o motor do carro é japonês, o chassi e outros componentes são ingleses, os patrocinadores são de várias origens, o piloto nasceu em São Paulo, tem domicílio fora do país, passa férias em Angra dos Reis, fala em inglês nas entrevistas, mas todos sentimos o coração vibrar de patriotismo, pois, em nossa imaginação, foi o Brasil que subiu ao pódio.

Referências

1. Annaes da Medicina Pernambucana (1842–1844). Estudo introdutório do

Prof. Leduar de Assis Rocha. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977. 345 p.
2. Aragão, Henrique de Beaurepaire. Carlos Chagas, diretor de Manguinhos. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 51, p. 1-10, 1953.
3. ——. Notícia histórica sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 48, p. 1-50, 1950.
4. Barbosa, Plácido; Resender, Cássio Barbosa de. *Os serviços de saúde pública no Brasil especialmente na cidade do Rio de Janeiro de 1808 a 1907 (esboço histórico e legislação).* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, v. 1, p. 155-161.
5. Benchimol, J.L. (coord.) *Manguinhos do sonho à vida: a ciência na* belle époque. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz–Fiocruz, 1990. 248 p.
6. Carlos Chagas (1879–1934); bio-bibliografia. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1959. 44 p. (Reproduzida em Chagas, Carlos. *Coletânea de trabalhos científicos.* Brasília: Editora Universidade de Brasilia, 1981, p. 769-780.)
7. Castello, M. Société Institut Pasteur: le virus anglophone. *Jours de France*, Paris , n. 1790, p. 19-21, 24 avr. 1989.
8. Coura, J. Rodrigues. Editorial. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 75, n. 12, p. 5, 1980.
9 ——. Memória das *Memórias. Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 82, n. 1, p. 151-153, jan./mar. 1987. Série de artigos que continuam em volumes posteriores.
10. [Dias, Ezequiel.] Traços de Oswaldo Cruz. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 15, n. 1, p. 5-57, 1922.
11. Garcia, Eloi S. Editorial. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 84, n. 2, p. 141, abr./jun. 1989.
12. Garfield, Eugene (org.) *Journal Citation Reports: a bibliometric analysis of references processed for the 1974* Science Citation Index. Philadelphia: Institute for Scientific Information, 1976. (Science Citation Index, 1975 Annual, v. 9)
13. Giambiagi, M.S.; Giambiagi, M. Sobre a produção científica, a indústria dos *papers* e outras histórias. *Ciência e Cultura*, v. 35, n. 10, p. 1442-1451, out. 1983.
14. Kourilsky, Philippe. Editorial. *Research in Immunology*, v. 140, n. 1, p. 5, jan. 1989.
15. Lambert, Jill. *Scientific and technical journals*. London: Clive Bingley, 1985. 191 p.
16. Lancaster, F.W. *Indexação e resumos: teoria e prática.* Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1993, p. 266.
17. Neiva, Artur. *Esboço historico sobre a botanica e zoologia no Brasil; de Gabriel Soares de Souza, 1587, a 7 de setembro de 1922.* São Paulo: Soc. Impressora Paulista, 1929, p. 132. (2ª ed., Editora Universidade de Brasília, 1989. 44 p.)
18. ——. Adolpho Lutz 1855–1940. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 36, n. 1, p. i-ix. 1941.
19. Oliveira, Eloisa da Conceição Príncipe de. *O apoio governamental às publicações periódicas científicas: o Programa de Apoio a Revistas Científicas do CNPq e da FINEP*. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980. 130 p. (Dissertação de mestrado)
20. Paim, Antonio. Por uma universidade no Rio de Janeiro. In: Schwartzman, Simon (org.) *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1982, p. 17-96.
21. Stepan, Nancy. *Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica*. Rio de Janeiro: Artenova: Fundação Oswaldo Cruz, 1976. 188 p.

22. Travassos, Lauro; Freitas, J.F. Teixeira de; Kohn, Anna. Trematódeos do Brasil. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 67, p. 1-886, 1969.
23. Willcox, Marly de Carvalho. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*: 80 anos de editoração. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, v. 84, n. 3, p. 435-439, jul./set, 1989.

22

De bibliotecas

Uma das principais consequências sociais da invenção da escrita e de suportes de baixo custo, duráveis e portáteis, para os registros escritos foi a formação de coleções desses registros. Coleções que viriam a ser conhecidas pelo nome de bibliotecas.

As bibliotecas têm origem muito antiga. Sua sobrevivência como instituição, adaptando-se a mudanças políticas, sociais e tecnológicas, seria suficiente para deixar evidente que lhes cabe desempenhar uma importante função, embora essa função nem sempre alcance pleno reconhecimento em todas as sociedades, por razões de ordem histórica e cultural. Basicamente tidas como repositórios de materiais impressos, tem-se uma visão mais adequada de sua função se as encaramos da perspectiva cultural, como memória coletiva do grupo social e, por extensão, da própria humanidade, e da perspectiva de serviço público voltado para o fornecimento de informações/conhecimentos necessários ao exercício de atividades profissionais, e de meios que ensejem a fruição do saber e o prazer da leitura. Mais recentemente incorporou-se à biblioteca, particularmente a biblioteca pública, a preocupação em propiciar o acesso a informações que contribuam para o pleno usufruto da cidadania.

Conceito

Nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros. Para haver uma biblioteca, no sentido de instituição social, são necessários três pré-requisitos: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, e uma comunidade de usuários, efetivos ou potenciais, com necessidades de informação conhecidas ou pressupostas, e o local, o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca.

Capítulo "Bibliotecas" em *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*, org. por Bernadete Santos Campello, Paulo da Terra Caldeira e Vera Amália Amarante Macedo (Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998, p. 345-366). Com correções e alterações.

A palavra biblioteca, que tem origem na forma latinizada *bibliotheca* do vocábulo grego *βιβλιοθήκη* (*bibliotheke*) (de *βιβλίον* (*biblion*), livro, e *θήκη* (*theke*), o estojo, compartimento, escaninho onde se guardavam os rolos de papiro ou pergaminho, por extensão a estante e, finalmente, o lugar das estantes com livros), passou a ser a forma dominante na língua portuguesa apenas no começo do século XIX. Antes, a palavra preferida era livraria, assim como, em inglês, *library* é biblioteca e não livraria. O *Vocabulario portuguez & latino* (1712), de Rafael Bluteau, remete de 'bibliothèca' para 'livraria' e define esta como "lugar onde estão muitos livros em estantes; e o 'bibliothecàrio' é quem "tem a seu cargo huma livraria".

A palavra era empregada pelos gregos da mesma forma que outras (*demosia grammata*, *chreophylakion*, *grammateion*, *grammatophylakion*, *syngraphophylakion*) para designar locais públicos e privados onde eram guardados os registros da escrita em diversos suportes: tabuletas de argila, dípticos e polípticos de madeira, cacos de cerâmica, pergaminho, folhas e rolos de papiros, e com diversas finalidades.[1]

Em geral, define-se hoje a biblioteca como um acervo de materiais impressos (livros, periódicos, cartazes, mapas, etc.), ou não impressos, como filmes cinematográficos, fotografias, fitas sonoras, discos, microformas, cederrons, devedês, programas de computador, etc.), organizados e mantidos para leitura, visualização, estudo e consulta.

Quanto aos materiais que reúne, há situações em que a biblioteca parece duplicar as atividades dos arquivos e museus, quando, por exemplo, reúne e conserva manuscritos, artefatos e objetos diversos. A Biblioteca Nacional durante alguns anos abrigou uma coleção de moedas e medalhas, posteriormente transferidas para o Museu Histórico Nacional, também no Rio de Janeiro. De seu acervo atual consta uma excelente coleção de manuscritos importantes para a história do Brasil e a história da literatura brasileira. Coleções de manuscritos são encontradas em outras bibliotecas nacionais.

Para fins práticos, e da perspectiva de sua função, consideramos os centros de documentação como uma forma de biblioteca especializada, sendo que muitas vezes não se consegue vislumbrar a diferença que existe entre um centro de documentação que assim se denomine e uma biblioteca especializada que assim se denomine. A mesma semelhança é encontrada em serviços que se denominam centros de informação.

Além dos pré-requisitos citados, o conceito de biblioteca baseia-se em cinco postulados, que foram até mesmo erigidos em leis da biblio-

teconomia pelo bibliotecário indiano S.R. Ranganathan: 1) os livros são para usar; 2) a cada leitor seu livro; 3) a cada livro seu leitor; 4) poupe o tempo do leitor; 5) a biblioteca é um organismo em crescimento.[2] Desses postulados resulta que a finalidade da biblioteca é promover a efetiva utilização de seus materiais e não ser um mero local de custódia; de que os acervos devem ser formados segundo as necessidades efetivas dos usuários; que estes devem ter ao seu dispor serviços organizados e eficientes; e que, pelo fato de tender ao crescimento incessante, é preciso que haja mecanismos de seleção e descarte adequados.

Para tornar mais clara nossa compreensão do papel da biblioteca, talvez valha a pena apelar, como já fizeram inúmeros outros autores, para uma analogia com o ser humano. Este, em sua memória, é capaz de armazenar conhecimentos, informações, experiências de sua vida pessoal, enfim, o arquivo de sua existência. Ao morrer, porém, por mais rica e avantajada que seja sua memória, tudo isso, todas essas informações desaparecem, apagam-se, sem chance de recuperação. Nas últimas palavras do androide do filme *Blade runner*, tudo que foi visto e experimentado acaba por se perder "como lágrimas na chuva". Por exemplo, em sociedades ágrafas, cada indivíduo, por meio da transmissão oral da cultura, torna-se depositário da história do grupo. A morte do último indivíduo do grupo leva consigo toda a memória do grupo.

A escrita permitiu a fixação, de forma mais ou menos perene, a depender de seu suporte, de tudo aquilo que antes se confiava à memória individual, 'endossomática', isto é, interna no corpo. E, dos diferentes suportes que se utilizaram e se utilizam para a escrita, foi o papel, principalmente quando empregado na forma de códice ou livro, para receber a escrita, que permitiu que se criasse uma memória social duradoura. Uma memória dita 'exossomática', isto é, externa ao corpo do indivíduo.[12]

Da mais antiga coleção de tabuletas de argila dos assírios e babilônios até as mais avançadas bibliotecas virtuais, eletrônicas ou digitais, todas giram em torno da mesma ideia de memória exossomática: o local onde se reúnem dados, informações, conhecimentos, em síntese, mentefactos (obras que são produto da criação intelectual), de modo organizado e dinâmico, tendo em vista sua eventual recuperação e utilização.

Histórico

A existência de coleções de documentos está comprovada na primeira metade do terceiro milênio antes da era comum (AEC). Na cidade su-

méria de Nippur, nas escavações feitas no local onde existiu seu templo mais antigo, foram descobertas mais de 20 mil tabuletas de argila sobre os mais diversos temas: gramática, registros cartoriais, listas de nomes de lugares, deuses e templos

> plantas e artefatos utilitários feitos de madeira e bronze, fórmulas médicas, enunciados de palavras para exorcismo de espíritos que causam enxaquecas e paralisias, textos rituais, e muito mais (p. 7).[1]

Com base em novos achados arqueológicos, a biblioteca mais antiga que se conhece é a que foi revelada nas escavações das ruínas de Ebla, hoje denominada Tell Mardikh, na Síria, a pouco mais de 50 km de Aleppo. Por volta de 2500 AEC, Ebla alcançara a posição de importante centro comercial. Das ruínas do palácio real, que permaneceram soterradas por quase cinco mil anos, os arquéologos, na década de 1970, puderam resgatar mais de 20 mil tabuletas em escrita cuneiforme e também ter uma noção mais precisa sobre como a biblioteca estava organizada.[3] Os arqueólogos

> tiveram um golpe de sorte fenomenal: defrontaram-se com o aposento onde ficava o arquivo principal repleto de cerca de duas mil tabuletas de argila que estavam ali depositadas no momento em que, por volta de 2300 ou 2250 AEC, invasores atearam fogo ao palácio. A sala era um retângulo que media aproximadamente 3,5 × 4 m, e as tabuletas foram encontradas empilhadas no chão. Aparentemente eram guardadas em prateleiras de madeira ao longo das paredes e, quando as prateleiras queimaram, as tabuletas desabaram.[4]

A biblioteca de Assurbanipal, rei da Assíria (668–627 AEC), ficava em seu palácio de Nínive e contava com cerca de 25 mil tabuletas, que continham transcrições e textos que Assurbanipal mandara coletar sistematicamente em templos de seu reino, antecipando uma prática que seria comum entre monarcas europeus, do Renascimento até praticamente o século XIX, para não citar a coleta de materiais bibliográficos em vários países mantida regularmente pela Library of Congress.

Os egípcios, que foram os primeiros a utilizar os talos do papiro na fabricação de um suporte da escrita, também tiveram bibliotecas. Há indícios delas nas ruínas dos templos de Karnak, Marieta, Denderah e Edfu.

A origem da biblioteca nos templos, mantida e usada pela casta sacerdotal, por certo marcará, durante muito tempo, a imagem que dela se construiria em diversas sociedades. Foi muito longo o tempo para que

a biblioteca, como instituição social, se laicizasse, por assim dizer. (No Brasil, que é um caso extremo, somente em 1810 é que passamos a ter uma biblioteca fora do comando das ordens religiosas.)

Na Grécia havia bibliotecas nos templos, mas as primeiras bibliotecas importantes coincidirão com o período áureo da cultura helênica, a partir do século IV AEC. Delas conquistou grande renome a que Aristóteles criou em sua escola de filosofia, e que teria sobrevivido, pelo menos em parte, até a Roma imperial, onde teria sido consultada por Cícero no primeiro século AEC. Diz-se que a biblioteca de Aristóteles foi o modelo que inspirou Ptolomeu I Soter a fundar no século III AEC a famosíssima e quase lendária biblioteca de Alexandria, que, depois de sucessivos desastres naturais, como terremotos, e saques cometidos pelo fanatismo de diferentes grupos religiosos ou conquistadores rapaces, acabaria se perdendo totalmente.[5]

Um parêntese: em outubro de 2002, o governo egípcio inaugurou a nova biblioteca de Alexandria, ou, em sua denominação oficial, a Bibliotheca Alexandrina. Um complexo cultural, com bibliotecas, museus, áreas para exposições, centros educacionais e um centro para convenções internacionais. Em seu acervo predominam os temas relativos às antigas civilizações do Egito, até a Idade Média, além de material sobre as disciplinas contemporâneas. (www.bibalex.gov.eg).

A Idade Média foi a época das bibliotecas ligadas a ordens religiosas. Foram elas, não só no Ocidente, mas também no Oriente Médio, e não só entre sacerdotes católicos, mas também nos centros árabes de cultura, inclusive na Espanha, para não se falar no trabalho minucioso dos mosteiros irlandeses espalhados na Irlanda e no continente europeu, que preservaram para as gerações futuras o legado cultural da Antiguidade greco-romana. A essas bibliotecas de mosteiros iriam somar-se, a partir do século XIII, as bibliotecas das universidades europeias que então começavam a ser fundadas.[5,6]

Entre os séculos XIII e XV membros da nobreza europeia também se destacaram como colecionadores de livros e algumas dessas coleções viriam a formar mais tarde o núcleo de importantes bibliotecas nacionais.

Em suma, como diz Elmer D. Johnson, aquilo que começara como uma coleção de registros de diferentes origens foi se transformando no que chamamos biblioteca, "à medida que outros materiais de natureza histórica, literária ou informativa iam sendo acrescentados a ela e seu uso ultrapassava o do indivíduo que a formara".[15]

A partir da publicação do primeiro livro impresso com tipos móveis

por Johannes Gutenberg (cerca de 1452), rompe-se o longo monopólio que, no Ocidente, o livro manuscrito exerceu no campo da cultura letrada, além de também se começar a romper o quase monopólio que a Igreja exercia em matéria de produção editorial. A revolução tecnológica provocada pela imprensa promoveu, nos dois primeiros séculos que se seguiram à invenção de Gutenberg, o que poderíamos chamar de primeira grande explosão bibliográfica, com consequências políticas, econômicas, sociais e religiosas de longo alcance.

Foi no século XVIII que surgiu em alguns dos países mais adiantados da Europa, de modo quase simultâneo, o conceito da biblioteca pública moderna, aberta gratuitamente para os interessados, funcionando em horários regulares, e que colocavam à disposição dos leitores grandes acervos de livros. Eram bibliotecas financiadas por mecenas ilustres, milionários como Andrew Carnegie (1835–1918), Henry Edwards Huntington (1850–1927), John Pierpont Morgan (1837–1913), Henry Clay Folger (1857–1930) e vários outros que investiram pesadamente em bibliotecas, principalmente nos Estados Unidos.

Andrew Carnegie, nascido na Escócia, mas radicado nos EUA, financiou a construção de mais de 2 500 bibliotecas públicas, principalmente no Reino Unido e nos EUA. Henry Edwards Huntington formou uma das melhores coleções de Americana e literatura inglesa, desde 1920 abrigada na Huntington Library em San Marino, Califórnia, que possui mais de 400 mil volumes e cerca de três milhões de manuscritos. John Pierpont Morgan formou a Pierpont Morgan Library, em Nova York, cuja coleção de manuscritos medievais iluminados é insuperável. A Folger Shakespeare Library, em Washington, contém cerca de 300 mil volumes sobre a cultura inglesa dos séculos XVI e XVII, sendo a maior coleção do mundo de obras de e sobre William Shakespeare.

Tudo indica que nosso primeiro grande mecenas em matéria de biblioteca foi Pedro Gomes Ferrão Castelo Branco (†1814). Homem rico, um dos grandes senhores de engenho de seu tempo (sua ampla residência ainda existe, no centro histórico de Salvador, onde funciona a sede do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia; é o solar Ferrão). Em seu plano de criação de uma biblioteca pública em Salvador, em 1811, legou para essa instituição "todos os seus livros, e cinquenta mil-réis". Modernamente, pode-se citar a Biblioteca Guita e José Mindlin, na Universidade de São Paulo, que reúne as bibliotecas doadas por dois grandes bibliófilos: José Mindlin (1914–2010) e Rubens Borba de Moraes (1899–1986), formando um acervo superior a 20 mil volumes.

Além desse mecenato individual, lembre-se o trabalho de comunidades organizadas, principalmente as de imigrantes portugueses e seus descendentes, que criaram e mantêm os gabinetes portugueses de leitura, de que é exemplo magnífico, pela sua história, pelas instalações e acervo, o do Rio de Janeiro.

O desenvolvimento do sistema capitalista de produção, particularmente ao longo dos últimos 150 anos, ao colocar novas exigências educacionais, visando à produção e reprodução de mão de obra mais qualificada, acarretou uma grande ampliação das matrículas escolares e a elevação do nível educacional das populações dos países hoje chamados centrais ou hegemônicos. Na onda da valorização da educação como mecanismo de mobilidade entre as classes sociais, algumas instituições culturais, como as bibliotecas, particularmente as bibliotecas universitárias e públicas, adquiriram, a partir de meados do século XIX, um grande impulso, passando a ser vistas como instrumentos auxiliares do processo de educação formal e um dos mais democráticos mecanismos de realização da chamada educação permanente.

Fenômeno semelhante se deu, já no século XX, com as bibliotecas especializadas de apoio à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico. Pode-se considerar a década de 1950 deste século como o momento em que ocorreu a grande virada no processo de desenvolvimento científico e tecnológico, processo que passou a ser, nas sociedades industrializadas, o principal motor de seu desenvolvimento econômico e social. Tornava-se evidente, não apenas para uma elite reduzida, mas também para setores mais amplos da vida política e social, que se estava lidando com um novo fator de produção, que era o conhecimento novo, ou, como se passou a dizer, a informação. Passa-se a falar da sociedade da informação, como antes se falara da sociedade da máquina a vapor, da sociedade do carvão ou da sociedade do aço.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial começa a ocorrer um aumento vertiginoso da produção científica expressa na forma de artigos e livros. Fala-se da explosão da informação. E logo depois começam a ser feitas as primeiras experiências de aplicação do computador — a mais importante invenção do século e cuja matéria-prima que irá processar será exatamente a informação — visando a permitir a organização adequada do volume crescente de publicações científicas e técnicas.

Ao mesmo tempo, as bibliotecas públicas beneficiam-se, a partir de meados da década de 1960, com a revivência das ideias de democratização da cultura. Na esteira dos anos de euforia econômica que assinala-

ram o advento do chamado Estado do bem-estar social (*welfare state*) a biblioteca pública adquiriu novo vigor que se traduziu em empreendimentos que associavam numa única instituição um conjunto de atividades culturais antes dispersas.

Os centros culturais começam a se multiplicar e, como símbolo desse momento, ergue-se em Paris o Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou, também conhecido simplesmente como Beaubourg ou Pompidou. Lá, a biblioteca não será simplesmente biblioteca pública, mas 'biblioteca pública de informação', como a assinalar que se estava agora distante do ideal de biblioteca pública como mero local de espairecimento e lazer, e mais perto de uma instituição voltada para objetivos práticos e mundanos. Transformado, desde sua inauguração, em 1977, numa das grandes atrações de Paris, a afluência de visitantes que fora prevista, na fase de projeto, para ser de cinco mil pessoas por dia havia alcançado, 20 anos depois, a média de 25 mil visitantes diários, e só a biblioteca respondia por 14 mil dessas visitas. Essa 'usina cultural' recebeu, nos 20 anos seguintes à sua fundação, 150 milhões de visitantes.

Foi ainda com o excedente econômico dos anos de bonança que o Reino Unido e a França construíram os novos prédios de suas bibliotecas nacionais, talvez as últimas expressões monumentais da arquitetura de grandes bibliotecas típicas da época da hegemonia do livro como principal meio de comunicação.

O México, deu início, no final de 2002, ao processo de construção do prédio da 'Nueva Biblioteca de México': a Biblioteca Vasconcelos. Inaugurada em 2006, reconhecida mundialmente como um dos projetos mais modernos de biblioteca pública, sua missão praticamente sintetiza o ideário perseguido pelas bibliotecas públicas de hoje em dia: serviços educativos, informativos e culturais, com um acervo de mais de 500 mil volumes, inclusive multimídias, livre acesso à internet, quase 500 computadores e outros recursos.

As bibliotecas se diversificaram, seja devido ao tipo de material que reúnem, seja por causa do tipo de usuário a que atendem. Quanto ao tipo de material, há bibliotecas apenas de periódicos (hemerotecas), de filmes (filmotecas ou cinematecas), de partituras musicais, de textos em braile, de discos (discotecas), de vídeos (videotecas), de materiais didáticos, de gibis (gibitecas), etc. A ideia do acervo de coisas úteis e educativas amplia-se aos brinquedos e jogos dando origem às brinquedotecas ou ludotecas. Recentemente, bibliotecas dos EUA começaram, a oferecer acesso a equipamentos de 'impressão' de objetos em 3-D.

Quanto aos usuários, há bibliotecas públicas (abertas aos membros da comunidade em geral), bibliotecas escolares e universitárias (para estudantes e professores), bibliotecas especializadas (para estudiosos e pesquisadores) e bibliotecas especiais (para grupos especiais de usuários).

As bibliotecas públicas, que são, por definição, abertas a toda a comunidade, possuem um acervo que abrange todas as áreas do conhecimento, mas sem incluir materiais muito especializados ou de natureza estritamente técnica ou científica, a não ser em caráter esporádico e quando o desenvolvimento de suas coleções está mais sujeito ao acaso de doações aceitas sem critério e da ausência de uma política de seleção realista.

Algumas bibliotecas estaduais e municipais procuram ser depositárias da produção bibliográfica do estado ou do município. Outras formam ainda uma coleção especial onde ficam reunidos os materiais relativos ao município ou estado, o que facilita o estudo pelos pesquisadores locais.

Todas as capitais contam com bibliotecas públicas, mas sua qualidade é variada e a maioria padece de inúmeros problemas que se traduzem em atendimento insatisfatório. Outros poucos municípios, fora das capitais, possuem bibliotecas de algum interesse e serventia.

Em 2010, com a inauguração da Biblioteca de São Paulo, teve início o movimento de implantação de bibliotecas públicas modernas e integradas com as populações locais. Inspiradas em experiências, como as do México, do Chile, da Colômbia, procuram atrair e prestar serviços a todas as camadas das comunidades onde estão situadas, fazendo uso intensivo dos recursos da tecnologia da informação. No Rio de Janeiro são denominadas bibliotecas-parque.

Brasília possui uma pequena biblioteca pública, dita demonstrativa, subordinada à Biblioteca Nacional, além de outras, modestas e de precário funcionamento, subordinadas ao governo local, e situadas em algumas das regiões administrativas do Distrito Federal.

Em 2003, depois de 43 anos de fundação da capital, começou o trabalho de construção do edifício projetado por Oscar Niemeyer para a biblioteca do chamado Complexo Cultural da República. Em 2006, o prédio foi considerado concluído, mas sua abertura somente se deu em 2008, com o nome de Biblioteca Nacional de Brasília. Subordinada à Secretaria de Cultura do Distrito Federal não é uma biblioteca nacional e sua função como biblioteca pública é considerada muito insatisfatória.

O número de bibliotecas públicas com que conta a população está muito aquém do que seria necessário. São pouquíssimas as que de fato possuem acervos dinâmicos e prestam serviços compatíveis com o grau de desenvolvimento de seus respectivos municípios e com as necessidades das populações locais. Isso não quer dizer que, na busca de informações, o usuário as despreze de imediato. Às vezes podem ser encontradas agradáveis surpresas.

O acervo da maioria de nossas bibliotecas públicas caracterizam-se por possuir os seguintes tipos de materiais: publicações feitas por órgãos de governo, municipais, estaduais ou federais, principalmente os livros que eram editados ou coeditados pelo antigo Instituto Nacional do Livro; livros didáticos, quase sempre imprestáveis; romances que foram *best-sellers* em diferentes épocas; uma variedade desconexa e obsoleta de textos de nível universitário, principalmente de ciências humanas e sociais, muitas vezes doados, com pompa e cerimônia, por figuras eminentes da sociedade local. Além disso, pela pouca atenção dada à preservação, os acervos, formados por brochuras rotas e cheias de orelhas (vão longe os dias em que havia dinheiro para encadernar os livros), assemelham-se às vezes a lojas de livros de segunda mão. Verdadeiros e literais sebos.

Há exceções, como algumas bibliotecas públicas de capitais e as novas bibliotecas-parque. O acesso livre à internet, por meio de terminais fixos, ou a oferta de acesso grátis à internet por meio de redes sem fio (*wi-fi*) é um privilégio limitado a poucas comunidades.

Se as bibliotecas públicas são as instituições mais pobres do universo bibliotecário, as bibliotecas escolares são paupérrimas. Relegadas a um canto, sob a custódia de um professor afastado da função docente (como se a função da biblioteca não fosse essencialmente educacional), sobrevivendo às custas de doações de livros muitas vezes inadequados, levam uma existência vegetativa. Também aqui há exceções, tanto no setor público quanto privado, mas são tão poucas no quadro geral do país, que se torna dispensável procurar mencioná-las.

As bibliotecas universitárias são, em geral, mais bem aquinhoadas do que as públicas e escolares. Nelas se concentra a maioria esmagadora do acervo bibliográfico de todo o país. Delas existe grande pluralidade e diversidade. Podem ser únicas, como é o caso da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, ou se multiplicar em várias, às vezes dezenas, dentro da mesma universidade, como é o caso da Universidade de São Paulo. Também é, dentre as que se acham abertas à comunidade em

geral, onde existe a possibilidade de se contar com serviços de primeira categoria e atendimento profissional, inclusive com acesso à internet.

Por definição, os acervos das bibliotecas universitárias refletem grandemente as necessidades de informação dos pesquisadores e professores. Lá se encontram as maiores e melhores coleções de periódicos especializados e também os melhores acervos de obras de referência. Em sua maioria dispõem de acesso a bases de dados bibliográficos em diversas áreas do conhecimento.

Têm longa experiência nas atividades de obtenção de cópias de artigos científicos em outras bibliotecas do país e do exterior, o que certamente as torna um recurso importantíssimo para qualquer estudioso. Uma das dificuldades que podem apresentar em alguns casos é a existência de normas que restringem seu uso a docentes e estudantes da universidade a que se vinculam. Mas, pelo menos, permitem a consulta de materiais no próprio recinto da biblioteca a qualquer interessado. Quase todas as bibliotecas universitárias possuem seus catálogos disponíveis na internet, mas não de forma integrada.

Assumem importância cada vez maior as bibliotecas de faculdades, centros universitários e universidades particulares. Em cidades do interior, principalmente, são muitas vezes as melhores (e talvez únicas) fontes de informação a que a população pode recorrer.

As bibliotecas ditas especializadas são as que se acham vinculadas a instituições, públicas e privadas, que se destinam prioritariamente ao atendimento de uma clientela formada por especialistas, dedicados integralmente à pesquisa ou à prestação de serviços, embora possam também desenvolver atividades docentes. Podem ser formadas por grandes acervos, como é o caso da Biblioteca Central do Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, até coleções de pequeno porte e superespecializadas, como é o caso da Biblioteca da Rede Sarah de Hospitais, em Brasília, para não falar das bibliotecas e centros de documentação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo.

Costumam ser de boa qualidade, com serviços eficientes. Podem estar abertas ao público externo, mas apenas para consulta no recinto. Constituem, quando abertas a usuários externos, uma excelente opção para realização de pesquisas bibliográficas especializadas, em virtude de suas coleções de referência, inclusive bases de dados. Ademais, seus bibliotecários são profissionais que detêm muito bom conhecimento da terminologia e das questões da área de assuntos abrangida pela biblioteca, o que assegura uma melhor qualidade de atendimento.

Por meio dos mecanismos de busca, como o Google, e dos vínculos (*links*) encontrados em páginas pertinentes da internet, é possível identificar um grande número de bibliotecas e serviços que prestam.

Alguns desses exemplos, como os do Legislativo e do Executivo, são excelentes fontes de documentos sobre os respectivos setores de atuação, além de serem depositários das publicações e outros materiais produzidos pelo órgão. Seus acervos às vezes alcançam uma ampla gama de interesses, como acontece com as bibliotecas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que, sendo muito fortes na área do direito, não descuidam da cobertura de outras áreas, inclusive literatura, de forma seletiva.

As bibliotecas especiais são as que, devido a peculiaridades de sua clientela ou dos materiais com que lidam, ocupam categoria que as diferencia das demais. Uma biblioteca de estabelecimento carcerário é considerada especial por causa de sua clientela e localização, embora seu acervo em nada a distinga de uma pequena biblioteca pública. O mesmo se pode dizer de uma biblioteca de textos em braile destinada a deficientes visuais. Não é muito grande o número de bibliotecas especiais.

A Biblioteca Nacional é o órgão responsável, como biblioteca depositária da produção bibliográfica brasileira, pela coleta, organização, preservação e difusão de nossos bens culturais de natureza bibliográfica. É uma biblioteca de último recurso, ou seja, em princípio, recorre-se a ela depois de esgotadas as possibilidades das outras bibliotecas.

A Biblioteca Nacional é a biblioteca do Novo Mundo que mais se aproxima do modelo histórico de formação e desenvolvimento das antigas bibliotecas nacionais europeias. Como estas, sua origem está na livraria de um monarca, o rei de Portugal. Seu acervo básico atual foi constituído com o mesmo objetivo que presidia à formação das grandes coleções da nobreza e da aristocracia europeia nos séculos XVIII e XIX: reunir a melhor amostra possível do que se publicava nos mais importantes centros editoriais da época.

Além de ali se encontrar a coleção mais representativa da produção editorial brasileira desde a introdução da imprensa em 1808 até os dias atuais, a Biblioteca Nacional é fundamental para os pesquisadores de história do Brasil e de literatura brasileira. O catálogo da Biblioteca Nacional acha-se disponível na internet, embora apresente muitas deficiências, erros e omissões, e porque não registra nem uma terça parte da totalidade do acervo ali existente.

A utilização da Biblioteca Nacional exige que sejam obedecidas re-

gras rígidas. É recomendável que a pessoa interessada procure conhecê-las antecipadamente, para não perder a viagem ou passar por dissabores. Na página da Biblioteca Nacional na internet encontram-se essas informações na parte que trata do atendimento ao leitor. Por exemplo, somente é permitido portar lápis, e papéis que não possuam nada escrito. Há várias restrições quanto ao manuseio e cópia de materiais. Recomenda-se aos interessados que, para evitar contratempos, procurem antes um contato direto com a direção da instituição ou o responsável pelo setor de atendimento aos usuários, pois nem sempre a recepção oferecida pelo serviço de portaria ao cidadão anônimo é receptiva ou bem-informada, e tende a interpretar, no mínimo literalmente, as regras adotadas pela Biblioteca Nacional.

A implantação da Hemeroteca Digital Brasileira permitiu à Biblioteca Nacional colocar à disposição dos pesquisadores suas preciosas coleções de jornais e revistas.

A Biblioteca Nacional mantém no Rio de Janeiro, no prédio antigamente ocupado pelo Ministério da Educação e hoje denominado Palácio da Cultura, uma biblioteca pública que oferece serviço de empréstimo domiciliar para as pessoas residentes naquela cidade. Trata-se da Biblioteca Euclides da Cunha. Seu catálogo está disponível na internet no mesmo sítio da Biblioteca Nacional.

Finalmente, nesse elenco de tipos de bibliotecas não se pode deixar de citar as bibliotecas particulares. Hoje não têm a mesma envergadura e riqueza que ostentavam há alguns anos, em grande parte devido ao custo do espaço físico em áreas urbanas, mas também devido a mudanças nas formas de busca e obtenção de informação e, quem sabe, a mudanças nos critérios que serviam para a conquista de reconhecimento social em certas camadas ditas de elite.

Mas existem bibliotecas de excelente qualidade, ainda que na maioria das vezes fechadas ao acesso do público. Quando morrem seus detentores, o destino que lhes é dado pelos herdeiros podem ser os sebos e antiquários, quando então se dispersam, ou algumas poucas instituições que as adquirem em bloco e as tornam disponíveis para um público maior.

Um dos problemas com relação às bibliotecas particulares é saber de sua existência ou do destino que tomaram após a morte de seus proprietários. Há casos em que essa informação foi aos poucos se divulgando até alcançar amplas camadas da população de estudiosos. Muitas vezes são acervos inigualáveis na sua área de interesse.

Estrutura organizacional

As bibliotecas são organizações de maior ou menor complexidade, tendo em vista as dimensões de seu espaço físico, de seu acervo, do número e diversidade de usuários, recursos humanos, etc. No entanto, todas possuem certas características organizacionais básicas.

Em relação às atividades técnicas que se desenvolvem na biblioteca, encontram-se em geral os serviços de: seleção e aquisição de materiais; processamento técnico (catalogação/classificação); atendimento aos usuários (que inclui orientação e referência e empréstimo).

O serviço de seleção e aquisição recebe sugestões dos usuários para aquisição de materiais. Essas sugestões são avaliadas, normalmente, por uma comissão de seleção, formada por bibliotecários e usuários, que toma as decisões com base em uma política de seleção e aquisição estabelecida para a biblioteca. O mesmo serviço trata de providenciar a compra. Algumas bibliotecas também obtêm material por doação ou permuta com duplicatas ou publicações editadas pela instituição a que está vinculada. Os materiais relevantes e que atendem à maior demanda dificilmente se obtêm por doação ou permuta.

O aumento da produção bibliográfica e a rápida obsolescência da informação científica em certas áreas das ciências puras e aplicadas têm suscitado a adoção de políticas de descarte de materiais. Em bibliotecas onde a função de preservação é prioritária ou onde inexiste a possibilidade de ampliação de áreas de depósito, adota-se a microfilmagem de materiais ou, mais recente, seu armazenamento em formato digital. Ressalte-se, porém, que há dúvida quanto à durabilidade dos suportes digitais e a permanência das informações neles gravadas.

O serviço de processamento técnico concentra-se nas atividades de catalogação/classificação dos materiais e sua preparação para colocação nas estantes. A catalogação constitui um processo de criação de representações sintéticas dos documentos: as fichas catalográficas dos catálogos tradicionais ou os registros nos catálogos informatizados.

Qualquer que seja o tipo de biblioteca, a utilização eficiente de seu acervo depende de um instrumento essencial que é o catálogo da biblioteca. É essa ferramenta que vai dizer ao usuário se a biblioteca possui uma obra de determinado autor, ou sobre determinado assunto, ou com determinado título ou que pertence a uma série. Em muitos catálogos é também possível fazer uma busca pelos nomes de tradutores, colaboradores, ilustradores ou por outros pontos de acesso.

Hoje em dia são relativamente comuns os catálogos informatizados. Neles prevalecem os mesmos pontos de acesso encontrados nos catálogos em fichas, e outros mais elaborados. Por exemplo, por meio dos chamados operadores booleanos (e, ou, não) é possível, num catálogo informatizado, realizar buscas pela combinação ou exclusão de termos que representam os assuntos ou outros parâmetros. Também é possível solicitar buscas baseadas em palavras-chave que ocorram em qualquer um dos diferentes campos de dados que constituem a representação do documento. Outros recursos podem ser encontrados, dependendo da complexidade do programa de busca utilizado, como buscas por prefixos ou sufixos de palavras, por números de classificação, etc.

Os programas de recuperação tornaram-se cada vez mais amigáveis para o usuário, principalmente com o advento da internet e do que se costuma chamar Web 2.0. Isso pode ser constatado, por exemplo, em diversos catálogos de bibliotecas disponíveis na internet e em livrarias virtuais.

No processo de catalogação atribuem-se aos documentos números ou códigos que servirão para definir sua localização em acervos que podem ser formados por algumas centenas ou alguns milhões de volumes, como acontece nas grandes bibliotecas nacionais. Essa localização pode ser fixa, sem levar em conta o assunto do documento; no exemplo mais simples, é como se colocássemos o documento mais recente no final de uma fila que começou com o documento de número um. O novo documento receberá o número que lhe cabe na sequência e será colocado no lugar correspondente. Esses números ou códigos de localização fixa são chamados às vezes de cotas. Esta solução é adotada por bibliotecas que não permitem o acesso do público ao acervo.

Outra forma de localização dos materiais é por meio de códigos (numéricos, alfabéticos ou alfanuméricos) de algum esquema de classificação previamente definido. Isto é, os documentos são ordenados segundo a sucessão lógica (ou convencionada) desses códigos, de modo que serão colocados juntos os documentos que possuem códigos de localização iguais, quer dizer, que tratam dos mesmos assuntos. Esse código é conhecido como número de chamada, contendo muitas vezes um nível adicional de ordenação que permite a reunião de obras de um mesmo autor dentro da classificação respectiva. As classificações de âmbito geral mais importantes são a Classificação Decimal Universal (CDU), a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a classificação da Library of Congress, dos EUA. No Brasil são mais comuns as duas primeiras.

O serviço de atendimento aos usuários é responsável pela prestação de informações, realização de pesquisas bibliográficas na coleção de referência da biblioteca ou nas bases de dados a que tiver acesso, administração do empréstimo externo de materiais aos leitores (onde essa prática é adotada), realização de programas de treinamento sobre uso da biblioteca e pesquisa bibliográfica, realização de diferentes atividades culturais e de promoção dos serviços da biblioteca, etc.

Essa, como dissemos, é a estrutura básica de qualquer biblioteca. Dependendo de suas dimensões, variedade dos materiais, diversidade e número de usuários efetivos e potenciais, grau de informatização e área geográfica de atuação, a estrutura organizacional de uma biblioteca pode ser comparável à de uma grande empresa.

Acervo

Os acervos das bibliotecas variam segundo a natureza de seus objetivos e da clientela a que servem. Uma biblioteca infantil terá um acervo formado majoritariamente por títulos de literatura infantil e materiais de iniciação à aprendizagem, consentâneos com as faixas etárias que forem atendidas pela biblioteca. Uma biblioteca universitária será formada basicamente por textos voltados para o apoio ao ensino de graduação e pós-graduação e para a pesquisa.

A título de exemplo, pode-se dizer que nas bibliotecas públicas a parte mais importante do acervo é formada por livros. Nas bibliotecas especializadas os periódicos técnicos e científicos ocupam lugar mais importante do que os livros, devido à própria dinâmica do processo de comunicação dos resultados de pesquisas.

As bibliotecas, principalmente as mais antigas e de maior porte, possuem acervos que refletem, muitas vezes, a história de como surgiram e se desenvolveram. Com relação à Biblioteca Nacional não basta saber que ela desempenha as funções de responsável pelo controle bibliográfico e que é depositária de pelo menos um exemplar dos livros aqui editados. Para o estudioso, é importante saber que ela possui uma parte significativa de livros trazidos da Real Biblioteca, de Lisboa. Que dela fazem parte coleções importantes como a de Diogo Barbosa Machado, bibliófilo e bibliógrafo português, a do imperador dom Pedro II, conhecida como coleção Teresa Cristina, a do bibliófilo José Carlos Rodrigues, a da extinta Biblioteca Fluminense, etc. Que a biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo incorpora a biblioteca

e o arquivo particular de Mário de Andrade. Que a Casa de Rui Barbosa possui não apenas a biblioteca e arquivo do famoso jurista, mas também de outros intelectuais, além de um acervo importantíssimo sobre história e literatura brasileiras. Que a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda hoje faz parte da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Campinas. Que as bibliotecas de Homero Pires, Fernando de Azevedo, Agripino Grieco, Carlos Lacerda, Pedro Nava e outros intelectuais foram incorporadas à Biblioteca Central da Universidade de Brasília.

Assim, convém sempre procurar conhecer as peculiaridades que algumas bibliotecas apresentam em matéria de acervo.

Serviços aos usuários

Uma biblioteca-padrão oferece estes serviços básicos:

- consulta aos materiais no próprio recinto
- empréstimo domiciliar
- empréstimo entre bibliotecas
- realização de buscas bibliográficas a pedido
- respostas a consultas recebidas no serviço de referência
- orientação dos usuários quanto ao uso da biblioteca e seus serviços
- acesso a bases de dados disponíveis na própria biblioteca
- acesso a bases de dados disponíveis na internet
- acesso aos serviços disponíveis na internet, inclusive correio eletrônico
- encaminhamento do usuário a bibliotecas mais pertinentes às suas necessidades
- fornecimento de cópias de materiais de pesquisa e estudo, respeitadas as restrições definidas pela lei do direito autoral.

O grau de complexidade desses serviços pode variar bastante, tendo em vista as demandas da clientela e os recursos disponíveis, principalmente em termos de tecnologia da informação. Em bibliotecas públicas são comuns as atividades de extensão, que envolvem várias iniciativas que visam a promover a utilização do livro, como horas do conto, teatro infantil, exposições diversas, etc. Bibliotecas especializadas podem implantar e manter bases de dados de artigos científicos e outros materiais sobre assuntos de maior relevância para sua clientela.

Nem sempre todos os usuários têm acesso igualitário a todos os serviços. Há bibliotecas universitárias, por exemplo, que limitam a consulta de periódicos aos professores e alunos de pós-graduação. Também os serviços de obtenção de fotocópias de artigos em outras bibliotecas podem não ser acessíveis a alunos de graduação. Pode haver diferentes critérios quanto ao prazo de duração dos empréstimos.

Com exceção de bibliotecas de estabelecimentos particulares de ensino, que podem embutir no custo das mensalidades ou anuidades uma taxa pelo uso da biblioteca, a totalidade das bibliotecas mantidas pelo poder público presta serviços gratuitamente. Em vários países, foi introduzida nos últimos anos alguma forma de pagamento pelos serviços prestados por bibliotecas públicas.

Arquitetura

Talvez como herança do caráter de 'templo' que a biblioteca tem no imaginário universal, sua arquitetura foi e continua sendo marcada por preocupações de monumentalidade, muitas vezes como estruturas que se destacam na paisagem urbana.

Toda biblioteca conta, pelo menos, com duas importantes divisões de espaço: uma destinada ao público, onde também pode estar o acervo, e uma destinada às pessoas que trabalham na biblioteca. Nas grandes bibliotecas que não permitem o acesso direto às estantes, existem as áreas de leitura do público, áreas de depósitos e áreas de trabalho. Em torno dessas exigências básicas surgem as mais diversas variações.

Prevalecem hoje as preocupações com o equilíbrio entre identidade arquitetônica, funcionalidade e conforto para os usuários. Por outro lado, nota-se intenso aproveitamento dos mais avançados recursos da tecnologia da construção e da preservação do material do acervo.

O surgimento de novos e diferentes tipos de suportes da informação deu origem ao conceito de midiateca, que seria uma instituição voltada para a reunião, organização e uso dos chamados multimeios, como fitas de vídeo, fitas sonoras, cederrons, discos compactos, filmes, etc.

A propósito da construção de novos e grandiosos museus que atingiu a Europa e também os Estados Unidos nas décadas de 1980 e 1990 alguém disse que, enquanto as grandes catedrais do passado foram poderosos símbolos da riqueza ou importância das cidades europeias, a cultura teria agora substituído a religião como sinal mais óbvio de sucesso. Exemplos disso estariam na nova Bibliothèque Nationale, em Paris, com quatro enormes torres em forma de livro aberto, a nova sede da British Library, em Londres, a já citada Bibliotheca Alexandrina, ou as novas bibliotecas públicas de San Francisco, Phoenix e Seattle, nos Estados Unidos, e a biblioteca pública de Birmingham, no Reino Unido.

As bibliotecas na era da informática

Desde a década de 1950 que processos de mecanização/automação começaram a ser experimentados em serviços de bibliotecas e informação. Inicialmente, máquinas de processamento de informações que usavam cartões perfurados (conhecidas como máquinas Hollerith) serviram para a produção de listas de referências bibliográficas, empréstimos de materiais e outras atividades de natureza gerencial. Com a aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente a partir de meados dessa década, e o consequente aumento da produção bibliográfica, foram feitas várias experiências de utilização de computadores no processamento da informação bibliográfica.

Em meados da década seguinte, havia nos países desenvolvidos vários serviços bibliográficos totalmente informatizados, que ofereciam a possibilidade de buscas a distância por meio de terminais de telex, e, mais tarde, por terminais de computador. Assim é que, no início da década de 1970, no Brasil, vários usuários institucionais, em diferentes cidades, podiam ter acesso a bases de dados com informações legislativas e bibliográficas organizadas e mantidas pelo Senado Federal, em Brasília. Posteriormente, com o surgimento de redes dedicadas à transmissão de dados, ampliou-se a possibilidade de acesso a bases de dados sediadas em computadores remotos, inclusive em outros países.

A grande mudança nesse setor se deu a partir do início da década de 1990, com a implantação da internet, que possibilitou a interconexão de computadores de diferentes marcas e com diferentes sistemas operacionais, utilizando linhas telefônicas comuns combinadas com linhas de transmissão de dados de alta velocidade. Antes da universalização da internet, a França, com seu serviço Minitel, já antecipava o conceito de colocar ao alcance imediato das pessoas, em seu trabalho ou em sua residência, o maior volume possível de informações de qualquer tipo.

No campo das bibliotecas, a internet ensejou uma ampla difusão dos OPACS (*online public access catalogs*), que são exatamente isso: catálogos de bibliotecas disponíveis em linha e abertos à consulta remota por parte de qualquer interessado. Muitas bibliotecas que haviam informatizado seus catálogos para acesso em redes locais tornaram-nos assim imediatamente disponíveis em escala mundial. Citem-se os catálogos da Library of Congress, da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Federal de Minas Gerais, de várias bibliotecas nacionais, todos facilmente acessíveis na internet.

De grande utilidade são os catálogos coletivos em linha. Eles propor-

cionam acesso num único local e de forma integrada ao acervo de várias bibliotecas. Podem ser catálogos coletivos de periódicos, como o mantido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), ou de livros como os da França, Itália, Reino Unido, Portugal e outros países. Uma prática que tende a se ampliar é a integração virtual de catálogos de várias bibliotecas, como se vê na Europeana ou na Digital Public Library of America

No campo da informação especializada, um número cada vez maior de bases de dados de artigos de periódicos acopla-se a serviços que tornam disponíveis os textos dos artigos, fornecidos por editoras cujas revistas se encontram de forma integral na internet ou por bibliotecas que fornecem fotocópias, como as que no Brasil participam do programa Comut. No Brasil, encontram-se mais de uma centena de revistas científicas nacionais, com texto completo, de acesso gratuito, no Scielo. Este é um repositório mantido pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme). Embora sejam, na maioria, da área biomédica, ali se encontram revistas das ciências exatas, sociais, humanas e humanidades.

Bibliotecas virtuais, bibliotecas digitais e bibliotecas eletrônicas. Estas novas construções da era da informática teriam chegado para acabar com as bibliotecas tradicionais e, por extensão, com o próprio livro. Ainda existe muita confusão a respeito do que poderíamos chamar genericamente de bibliotecas eletrônicas. Em primeiro lugar, nenhuma das bibliotecas que se intitulam virtuais ou digitais correspondem, no mesmo plano ou em plano superior, às bibliotecas tradicionais.

Uma biblioteca virtual seria aquela que, oferecendo todos ou a maior parte dos serviços de uma biblioteca tradicional, inclusive o acesso aos textos dos documentos, somente existiria de forma latente (como a imagem fotográfica, registrada no negativo, mas ainda não revelada), revelando-se à medida que, lançando mão dos recursos disponíveis na internet, com o emprego dos vínculos de hipertexto, fôssemos colhendo, aqui e ali, as informações de interesse. Ao fim de uma sessão de consulta teríamos construído, pelas passagens por diferentes sítios, uma biblioteca única, que dificilmente se repetiria para outro consulente.

Um sítio na internet que se autodenomine 'biblioteca virtual' e apresente, basicamente, uma série de vínculos (*links*) com outros sítios é no máximo um cadastro ou diretório eletrônico de unidades de informação. A rapidez do salto que damos de onde estamos para onde queremos ir não altera a natureza cadastral do sítio. Às vezes, um vínculo nos leva

de um sítio, que já é uma série de vínculos, para outros que também são conjuntos de vínculos, sem que nenhum possua verdadeiramente informação substantiva. Como uróboros, engolindo a própria cauda, sentimo-nos tontos, como quando nos perdemos naqueles dicionários que apresentam definições circulares onde a definição do vocábulo alfa é a definição do vocábulo beta que tem como definição o vocábulo alfa; e voltamos ao início do círculo.

A biblioteca digital teria, além de seu catálogo, os textos dos documentos de seu acervo armazenados de forma digital, permitindo sua leitura na tela do monitor ou sua importação (*download*) para o computador que funcione como porta de acesso à internet. Sem desprezar toda a gama de opções que o sistema de hipertexto poderá oferecer em termos de interligação de sítios no universo da internet.

Nessa questão da biblioteca digital podem ainda ser citados vários projetos de digitalização de textos integrais e sua oferta na internet. Alguns podem estar vinculados a bibliotecas tradicionais enquanto outros podem até mesmo ser iniciativas isoladas de pessoas físicas ou o resultado do trabalho voluntário de inúmeras pessoas.

A facilidade que a internet oferece para que ali se coloquem textos de livre acesso suscita a necessidade de os usuários se acautelarem quanto à qualidade e confiabilidade das informações que esses textos contêm. É importante verificar sempre qual a origem do texto que está consultando, quem foi o responsável pela sua elaboração, que dê preferência aos que são divulgados por meios institucionais reconhecidos ou por pessoas que mereçam confiança. Não é raro encontrarem-se na internet as informações mais disparatadas e equivocadas.

O fato de haver confusão de conceitos e termos reflete as condições ainda pouco sólidas desse terreno que há bem pouco tempo se começou a trilhar. Mas não significa que não se venha, bem antes do que se costuma imaginar, a dispor na internet de uma variedade cada vez maior de informações como as que se encontram numa biblioteca tradicional. É claro que não será tarefa fácil digitalizar os milhões (bilhões?)de textos em formato analógico que seriam potencialmente relevantes para o maior número possível de usuários. Mas o fato de ser uma tarefa difícil não significa que seja impossível.

Referências

1. Staikos, Konstantinos Sp. *The history of the library in Western civilization: from Minos to Cleopatra*. New Castle, de: Oak Knoll Press, 2004, v. 1, p. ix.

2. Ranganathan, S.R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Trad. de Tarcisio Zandonade. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2009. 336 p.
3. Murray, Stuart A.P. *The library: an illustrated history*. New York: Skyhorse; Chicago: American Library Association, 2009, p. 8-9.
4. Casson, Lionel. *Libraries in the ancient world*. New Haven: Yale Universirty Press, 2002, p. 3.
5. Canfora, Luciano. *A biblioteca desaparecida: histórias da biblioteca de Alexandria*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 195 p.
6. Battles, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. Trad. de João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Planeta, 2003. 240 p.
7. Lyons, Jonathan. *A Casa da Sabedoria: como a valorização do conhecimento pelos árabes transformou a civilização ocidental*. Trad. de Pedro Maia Soares. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 294 p.
8. Cahill, Thomas. *How the Irish saved civilization: the untold story of Ireland's heroic role from the fall of Rome to the rise of medieval Europe*. New York: Anchor Books, 1995. 246 p. Edição brasileira: Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. 272 p,
9. Fonseca, Edson Nery da. *Introdução à biblioteconomia*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2007. 152 p.
10. Harrod, Leonard Montague. *The librarian's glossary of terms used in librarianship, documentation and the book crafts and reference book*. 4th ed. London: Andre Deutsch, 1977. 903 p.
11. Libraries and library science. *The New Encyclopaedia Britannica*, 15th ed., v. 22, p. 968-984, 1985.
12. McGarry, Kevin. *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*. Trad. de Helena Vilar de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999. 206 p.
13. Masson, André; Salvan, Paule. *Les bibliothèques*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961. 128 p. (Que sais-je?, 944)
14. Milanesi, Luís. *Biblioteca*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. 116 p.
15. Johnson, E.D.; Harris, M.H. *History of libraries in the Western world*. 3. ed. Metuchen, nj: Scarecrow Press, 1976. 354 p.
16. Ermakoff, George. *Bibliotecas brasileiras*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Edtorial, 2015. 301 p.

23

Periódicos eletrônicos: problema ou solução?

Se é fácil identificar qual foi o primeiro, ou, pelo menos, os dois primeiros periódicos científicos impressos em papel, o mesmo não se pode dizer quanto à origem do periódico eletrônico, apesar de esse fato ter ocorrido há pouco tempo. Além do vezo humano de vangloriar-se pela primazia, a disputa justifica-se por haver dúvida quanto à definição de periódico eletrônico.

Antes do advento do cederrom foram buscadas alternativas para o periódico impresso em papel: por exemplo, microfichas produzidas como saída de computador ou mesmo feitas com o emprego da técnica micrográfica tradicional, e revistas em disquetes. São hoje exemplares que pertencem à história. Na primeira metade da década de 1990, quando a internet ainda não havia se instalado no Brasil, surgiram algumas publicações em cederrom. Tenho à minha frente o número 1, datado do outono de 1994, da *Neo-Interativa*, que se anunciava como a primeira revista brasileira em cederrom. Que fim terá levado?

Parece haver consenso de que o primeiro dessa nova genealogia de produtos da comunicação científica teria sido *Postmodern Culture*. Pelo menos as pessoas que o criaram consideram-no como "o primeiro periódico eletrônico avaliado pelos pares [...], o de mais longa sobrevida, o primeiro editado por uma editora universitária, o primeiro periódico acadêmico a incluir multimídia em rede e o primeiro a ser distribuído gratuitamente." Nas palavras absolutamente imodestas de seus criadores, essa revista, mais do que qualquer outra, inventou "seu suporte, seu público e seus métodos". Surgiu em setembro de 1990 no formato de correio eletrônico, depois em disquete e, em janeiro de 1994, lançou versão em hipermídia na internet.

Quando surgiu, o periódico eletrônico se anunciava como solução para os problemas da comunicação científica. Rompiam-se os grilhões

~ Palestra no x Encontro Nacional de Editores Científicos, organizado pela Associação Brasileira de Editores Científicos, em São Pedro, SP, em 30 de novembro de 2005. Com correções. Publicada em *DataGramaZero*, v. 7, n. 3, jun. 2006. A coleção da revista não está disponível na internet.

que amarravam o artigo científico contemporâneo a uma metodologia e tecnologia ultrapassadas, velhas de mais de 500 anos, e a um produto — a revista científica — com mais de 320 anos de idade, que estava aquém das necessidades de um mundo cada vez mais globalizado. Todos exultamos. O periódico eletrônico seria também a libertação dos sistemas perversos impostos pelas editoras de periódicos científicos, inclusive as sociedades científicas, isoladamente, ou a elas associadas. Isso no mundo desenvolvido. No mundo subdesenvolvido a proposta seduzia pelo seu aparente baixo custo de produção. Era uma proposta que tinha tudo para dar certo. Finalmente a produção científica dos países da periferia poderia valer-se de um veículo de divulgação universal, principalmente agora que essa produção vinha redigida numa língua planetária: o inglês.

Era uma proposta que parecia pôr fim a quase 80 anos de insatisfação com a velha e boa revista científica. Em 1919, *Sir* Robert Abbott Hadfield, ilustre metalurgista britânico, inventor do aço-maganês, que presidiu a Faraday Society, que existiu de 1903 a 1972, quando se fundiu com outras para formar a Royal Society of Chemistry, sugeriu que fosse criada uma central que classificaria os originais de artigos e os encaminharia às revistas, com a finalidade de eliminar a dispersão dos artigos por uma ampla gama de periódicos, além da enorme demora na sua publicação e difusão. Dispersão que foi estudada e comprovada pelo documentalista inglês S.C. Bradford, que formulou a lei que leva seu nome. Também houve quem propusesse o fim das revistas, pois os artigos seriam distribuídos como unidades independentes. Reclamavam os cientistas que cada fascículo de uma revista continha apenas uma minoria de artigos de seu interesse. Que assim estavam pagando por material supérfluo.

É claro que essas propostas punham em risco os interesses das associações científicas, que eram então as principais publicadoras de revistas científicas. Haja vista a reação à proposta que J.D. Bernal formulou em 1948. Tampouco havia um mecanismo operacional que possibilitasse a implantação de uma mudança radical.[10]

As críticas aos produtores e ao modelo que ainda predominava na década de 1990 passaram a se concentrar, nos últimos anos, no aumento exagerado dos preços das assinaturas. A análise de dados estatísticos de 123 bibliotecas afiliadas à Association of Research Libraries, dos EUA, mostrou que, entre 1986 e 2004, os gastos com a aquisição de periódicos subiram 273%, enquanto com a compra de livros sofreram uma elevação de 63%. Em 2003–2004, houve um gasto médio superior a 5,5 milhões

de dólares com a assinatura de periódicos. Na mesma época os recursos eletrônicos consumiram 30% do orçamento destinado a material.

Segundo dados obtidos pelo Parlamento britânico durante inquérito realizado em 2003–2004 sobre a questão da comunicação científica, num prazo de apenas cinco anos, de 1998 a 2003, os preços dos periódicos haviam subido 58%.[8]

Há um periódico que há anos vem sendo citado como o campeão dos preços altos. Trata-se de um título (sem trocadilho) que sua editora, a Reed Elsevier, que já reclamou por ser considerada o saco de pancadas (*the whipping boy*) de bibliotecários e cientistas, não quer ceder a nenhum concorrente. A assinatura de *Brain Research* para o ano de 2006 está em US$ 23 617,00, abrangendo 66 fascículos publicados durante o ano.*

O citado relatório do Parlamento inglês destaca o fato de que os lucros das editoras de revistas científicas são excepcionalmente altos em comparação com os do resto da indústria editorial, chegando, no caso da citada Reed Elsevier, líder do mercado, a 34% de lucro operacional.

Isso me faz lembrar uma conversa que tive, acho que no início da década de 1990, com representantes das editoras da Oxford University e Cambridge University, renomadas publicadoras de revistas científicas, durante seminário sobre editoras organizado pelas editoras da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de São Paulo, em São Paulo. Perguntei-lhes qual era o ônus que as revistas científicas representavam para suas editoras, pois, na minha visão de brasileiro, periódico científico não poderia dar lucro. A pergunta os deixou no mínimo excitados. Responderam, com entusiasmo, que as revistas não representavam ônus. Pelo contrário, eram lucro certo. E acrescentaram que, se tivesse algum título novo a propor, eles teriam grande interesse em examinar a proposta.

Convém lembrar que os periódicos, em qualquer formato, não se destinam à compra por pessoas físicas. Seus consumidores principais são as bibliotecas. Esse fato talvez haja criado um mecanismo viciado de atribuição de preços, mesmo porque muitas editoras atribuíam preço mais alto para as assinaturas ditas de uso institucional.

O grupo Reed Elsevier detinha, em 2003, 28,2% do mercado mun-

* Consulta ao sítio da editora, em março de 2015, constatou que houve significativa redução no preço da assinatura dessa revista para instituições. A edição impressa custa US$ 17 458,00, e a versão eletrônica, US$ 11 984,87.

dial de informação em ciências, tecnologia e medicina (CTM), seguida pela Thomson, que adquiriu o Institute for Scientific Information (ISI), com 9,5%, Wolters Kluwer, com 9,4%, Springer, com 4,7%, John Wiley, com 3,9%, American Chemical Society, com 3,6%, Blackwell, com 3,6%, Taylor & Francis com 3,6%, e o restante (33,6%) distribuído entre diferentes fornecedores. Ou seja, apenas oito fornecedores concentram quase 70% do mercado mundial.[8] Este segmento da indústria editorial apresenta forte tendência ao monopólio e à cartelização. Vejamos esta sequência cronológica:*

- 1991 – A Reed Elsevier compra a Pergamon Press que publicava 57 títulos de ciências biomédicas indexados nas bases do ISI. Isso eleva o total de títulos biomédicos da Elsevier nessas bases para 190.
- 1997-1998 – A editora Harcourt compra 17 títulos biomédicos da Churchill Livingstone e 27 da Mosby. Com isso seus títulos biomédicos nas bases do ISI subiram de 118 para 162.
- 1998 – Wolters Kluwer adquiriu 22 títulos da Plenum Publishing, 41 da Thomson Science e 37 da Waverly, passando a ter 212 títulos nas bases do ISI.
- 2001 – A Reed Elsevier comprou a Harcourt General e com isso passou a ter 409 títulos biomédicos nas bases do ISI.[18] Atualmente, a Reed Elsevier publica 2 600 títulos de periódicos de CTM.

Parece haver uma relação significativa entre as fusões e compras de empresas e o aumento de preços das assinaturas.[15] Especula-se que haveria uma relação maligna entre o fator de impacto que a revista tem no ISI e o preço da assinatura, da mesma forma que se avalia o mérito acadêmico com base na publicação em revistas de mais alto impacto. Quer dizer, uma técnica mercadológica há muito tempo usada no setor de hotelaria e gastronomia: quanto mais estrelas tiver o hotel ou restaurante, mais caro ele será.

A análise do papel das editoras comerciais não esgota a questão do aumento de preços. Convém verificar qual é a participação das sociedades científicas nessa história. Pelo menos para 20 delas, que tiveram suas receitas divulgadas, a publicação de revistas é uma fonte generosa de recursos. Um exemplo: a American Astronomical Society (AAS), com 2 400 associados, faturou, em 1999, US$ 5 834 020,00 com a publicação de três revistas, terceirizadas junto a uma editora universitária. O orçamento total da AAS foi nesse ano de US$ 8 255 845,00.[19]

* Para a cronologia da evolução da Reed Elsevier, de 1880 a 2005, ver http://www.ulib.niu.edu/publishers/ReedElsevier.htm.

Os modelos de financiamento das revistas científicas são:

- O assinante da revista paga a assinatura e às vezes os autores também pagam para publicar seus artigos, as *page charges*.
- Os autores sempre pagam para publicar seus artigos, mas o acesso é livre.
- As instituições a que as revistas estão afiliadas arcam com os custos, sozinhas ou com apoio governamental.

É compreensível que as bibliotecas do mundo inteiro hajam sido forçadas, nos últimos 20 anos, a impor políticas rígidas de contenção de gastos e cancelamento de assinaturas. Por conseguinte, além dos aumentos que vinham sendo praticados por conta de fatores que jamais ficavam claros, surgiam novos aumentos provocados pela diminuição da procura. Isso foi particularmente danoso para os países em desenvolvimento. O acesso à informação nesses países só não entrou em colapso por causa de serviços de fornecimento de cópias, como, por exemplo, o Comut e a Bireme.

É nesse contexto que se dá o aparecimento e o rápido crescimento do número de periódicos eletrônicos. Antes de continuar, adotemos, para fins práticos, uma definição de periódico eletrônico. Proponho que se aceite esta: "Um recurso eletrônico, com artigos completos, que pode incluir elementos de multimídia, disponível na internet, e que é publicado sequencialmente, com uma designação numérica ou cronológica, e que pretende continuar indefinidamente. Pode ser a reprodução de uma revista impressa ou uma publicação exclusivamente em linha."

Se em 1991 havia mais ou menos 30 periódicos eletrônicos, hoje (23/11/2005) seu número chega a 16 587, que incluem revistas propriamente ditas e boletins. Com base na oferta de alguns agregadores de periódicos eletrônicos, podemos supor que seu número, em novembro de 2005, supera o total de 11 mil títulos.

Há estudos que têm acompanhado o uso desses materiais em universidades norte-americanas. Segundo pesquisa realizada por Carol Tenopir houve aumento na quantidade de artigos lidos após o advento da internet. Dois terços ou mais do material que hoje os cientistas leem vêm de fontes eletrônicas. Em astronomia, chega a ser de 80%. Esse estudo mostrou que o pessoal da área médica ainda é o que mais lê material impresso.[16]

Ao longo desse período acumularam-se observações que mostram que as vantagens do periódico científico eletrônico (PCE) tinham um

grande alcance, além da redução de preço. Uma dessas vantagens, pelo menos do ponto de vista dos bibliotecários e dos administradores de universidades, seria a economia de espaço nas bibliotecas. Todos se lembram dos estudos feitos por Fremont Rider, na década de 1940, que mostravam como as bibliotecas universitárias norte-americanas, cresciam de modo exponencial, dobrando de volume a cada 16 anos. Isso deu origem a uma verdadeira corrida à microfilmagem de coleções inteiras de periódicos e outros materiais, como teses. Lembram-se da University Microfilms (que hoje possui o ProQuest)? Cometeram-se loucuras com essa mania da microfilmagem.[3]

Em certa medida, foi a preocupação com a questão da disponibilidade e gestão de espaço nas bibliotecas norte-americanas que justificou o surgimento do Journal Storage Project (JSTOR). Aliás, segundo recente relatório de pesquisa, parece que no Reino Unido está ocorrendo uma mania similar, agora com a digitalização adoidada de documentos, sem os devidos cuidados de padronização e controle de qualidade .[7]

Pois bem. A economia de espaço não é a mais importante, do ponto de vista do usuário. As outras são: acessibilidade — onde houver um microcomputador ligado à internet, você terá acesso ao periódico; divulgação ilimitada: estaria garantida a distribuição em âmbito planetário, sem necessidade de embalagem, selos, correio, carteiro e atrasos; rapidez de publicação: redução do tempo entre a submissão dos originais e sua publicação; qualidade garantida pelos pares: manutenção da qualidade do sistema, pois continuaria sendo feita a revisão pelos pares; extensão ilimitada: não haveria limite para o tamanho dos artigos; ligação automática do artigo à rede de seus antecessores ou correlatos: isso seria assegurado pela vinculação (*linking*) do artigo com as referências citadas; utilização de cores sem qualquer limitação; uso de diferentes métodos de indexação; buscas fáceis; utilização de multimídia; interatividade; remissivas para outros recursos disponíveis na rede; e o aumento da utilização de material antigo.

Parece que só haveria uma desvantagem intrínseca: a incerteza quanto à permanência do suporte digital, que, segundo alguns, não passaria de 15 anos. Há outras desvantagens, por assim dizer, extrínsecas, que não dependem do veículo em si, mas de como se construíram os mecanismos políticos e econômicos de comercialização dos PCEs. Uma dessas desvantagens e que toca de perto o trabalho dos bibliotecários refere-se aos procedimentos de seleção, compra e gerenciamento dos serviços de acesso aos PCEs. E, é claro, os custos mais alto desses proce-

dimentos, em comparação com os que eram praticados com os periódicos impressos em papel.

As bibliotecas, nos países desenvolvidos, podem lançar mão de várias possibilidades de compra da licença de acesso aos PCEs:

- diretamente de cada editora, que pode oferecer um ou poucos títulos ou milhares, como Reed Elsevier;
- de empresas que prestam serviço de hospedagem de conteúdo para as editoras que mantêm periódicos em linha, como Ingenta, MetaPress, Extenza (Atypon), ou até de sociedades científicas que realizam serviço semelhante, como o American Institute of Physics (Online Journal Publishing Service);
- de agregadores comerciais, que reúnem periódicos de múltiplas editoras, como Ovid, EBSCO, OCLC (FirstSearch), etc.

Cada uma dessas opções tem suas características e elementos complicadores. Além das complexas negociações com os fornecedores, que podem exigir dos bibliotecários e administradores a mesma habilidade de comerciante da 25 de Março ou da José Paulino, é preciso controlar se o que está disponível corresponde ao que foi comprado, o desaparecimento, sem mais nem menos de títulos, interrupções no acesso, etc.

Separei para tratamento à parte uma outra grande vantagem prenunciada pelo PCE: seu baixo custo. O PCE surgia num momento crítico. Como vimos, fazia mais de 30 anos que os preços das assinaturas dos periódicos científicos vinham subindo de forma sistemática, sempre acima da inflação dos países desenvolvidos. Isso está bem resumido na página de apresentação do projeto JSTOR:

> O rápido desenvolvimento das tecnologias da informação, especialmente dos recursos de edição eletrônica, leva muitos membros da comunidade bibliotecária a crer que haverá maneiras de aliviar as pressões [dos custos]. Os custos (supostamente) menores relativos à editoração, produção, armazenamento e distribuição de conteúdo eletrônico causaram a esperança em alguns setores de que os preços das revistas realmente seriam reduzidos, ou que surgiria um modelo de publicação menos dispendioso (isto é, a publicação feita pelos próprios pesquisadores, a autopublicação). Infelizmente, nenhuma das iniciativas de edição eletrônica até hoje resultou em economia relevante para as bibliotecas. As editoras que oferecem assinaturas de versões eletrônicas e impressas tendem a vendê-las por um preço de 'pacote' [*bundled*, venda casada], em geral de 10 a 30% acima do preço da assinatura apenas da versão em papel. Relutantes em abandonar as assinaturas das versões em papel, na realidade aumentando o custo da assinatura. Nesta época ainda de experiência, as

> bibliotecas justificam esses gastos adicionais argumentando que estão oferecendo um nível mais elevado de serviço a seus usuários, ao mesmo tempo em que aprendem sobre o impacto e os padrões de uso dos formatos eletrônicos da literatura científica. Embora essas decisões possam ser tomadas (e justificadas) com relação aos primeiros experimentos eletrônicos, é improvável que essa posição possa ser sustentada indefinidamente. (Ver em www.jstor.org.)

O fato é que hoje não estamos mais numa fase experimental. O caminho está aberto para a hegemonia a curto prazo do periódico eletrônico. Em 2005, cerca de 75% dos periódicos científicos têm um equivalente eletrônico (ou espelho, se me é permitido usar essa palavra que designa as cópias de arquivos eletrônicos colocadas em diferentes lugares) ou são exclusivamente eletrônicos.[17]

Ao contrário do que acontecia com as assinaturas de periódicos impressos em papel, cujos preços eram públicos, as assinaturas de periódicos eletrônicos são flutuantes, e dependem do tipo de arranjo ou composição de títulos a que chegam cliente e fornecedor. Há contratos que incluem uma cláusula de *non-disclosure*, pela qual o cliente não pode revelar quanto pagou. Apenas a título de exemplo e com a ressalva de que não disponho de maiores detalhes sobre as condições contratuais de cada caso, vejamos quanto o consórcio de 70 bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa do estado da Virgínia (EUA) (www.vivalib.org) gastou com aquisição de periódicos em 2005:

Tipo de instituição	Quantia paga (US$)	%	Títulos
Associações científicas (6)	828 787,00	35,00	135 (2,03%
Agregadores comerciais (1)	488 459,00	21,00	5 490 (82,7%)
Editoras universitárias (5)	412 585,00	17,00	387 (5,83%)
Agregadores sem fins de lucro	342 842,00	14,00	333 (5,02%)
Editoras comerciais (3)	303 983,00	13,00	292 (4,40%)
Total	2 376 656,00		

No ano de 2003/2004, esse consórcio baixou um total de 3 654 032 artigos desses diferentes fornecedores. O agregador comercial foi responsável por 68% desse total, ou seja 2 496 984 artigos.

O outro exemplo é o da Capes. Em 2004 o consórcio Portal de Periódicos dava acesso a 8 515 títulos que eram utilizados por 135 instituições. O total despendido foi de US$ 16 280 139,00, o que corresponde a quase 50% dos investimentos com bolsas de estudos no exterior no mesmo período. Nesse portal os dados estatísticos mostram que em 2004 foram baixados mais de 12 milhões de textos completos. Quase 50% dos

textos baixados foram da editora Reed Elsevier (ScienceDirect), que, sozinha, publica 2 600 títulos. A tabela que mostra esses dados tem um segundo título que diz "acesso às bases com texto completo".[1, 6] Falta clareza. Não se sabe se "texto completo" é o mesmo que "artigo completo". Ficamos sem saber se texto completo significa artigo completo, resumo completo, patente completa, livro completo, ou seja, unidades completas de documentos. Se dividirmos o total de "textos completos" pelo total de usuários potenciais do portal, informado pela Capes como sendo de 1 321 000 docentes, estudantes e pessoal técnico, teremos 9,63 "textos completos" por usuário potencial. Seria possível informar a quantidade de páginas? Pouco ou muito?

O fornecimento de periódicos eletrônicos baseia-se não na compra de um produto, mas no aluguel ou licenciamento de uso de um serviço por prazo delimitado. A interrupção do serviço implica a perda do direito de acesso, inclusive do material retrospectivo. Esse direito poderá ser mantido desde que se continue pagando uma quantia proporcional ao uso anterior. Em síntese, ao contrário do que acontece com a publicação impressa, o usuário não conserva uma coleção mesmo depois de cancelada sua assinatura.

Foi observado, há seis anos, que nem sempre as versões impressa e eletrônica de um mesmo periódico se equivalem. Talvez hoje a situação seja diferente. Mas vale a pena levar em conta a observação dessas variações feita por Helen Atkins:[2]

- a versão autorizada e integral é a impressa, que apresenta mais conteúdo (somente são disponibilizados em linha artigos selecionados);
- a versão autorizada e integral é a eletrônica, que apresenta mais informações;
- nenhuma das duas é integral ou autorizada, ou seja, é preciso acessar ambas para obter o conteúdo na íntegra;
- as duas versões são mais ou menos equivalentes, mas pode haver diferenças nos artigos, dependendo da versão que foi acessada.

Percebe-se que vêm aumentando as manifestações de diferentes setores que revelam insatisfação com o ponto a que chegou a indústria da comunicação científica. Vários modelos alternativos têm sido propostos. Alguns, como o de Herbert Van de Sompel e colaboradores, propõem uma alteração radical no atual modelo, com a finalidade de torná-lo mais ágil, aproveitando ao máximo os recursos ainda inexplorados da

tecnologia da informação e da internet, mais garantido, com melhores filtros de qualidade e maior competitividade.[14] Outra proposta, menos abrangente, foi feita por Ulrich Pöschl, com a finalidade de criar um processo, com várias etapas, em que houvesse revisão interativa pelos pares e debates públicos.[11]

Uma observação presente em muitos estudos é que no sistema atual o poder público aloca recursos para a comunicação científica por meio de três vias, ou seja, o contribuinte paga três vezes: 1) quando desembolsa dinheiro para financiar pesquisas; 2) ao pagar os salários dos cientistas que atuam como avaliadores de originais; e 3) quando financia as bibliotecas. E, por fim, ainda tem que pagar, e caro, pelas publicações que relatam os resultados das pesquisas.

Em contrapartida, inúmeras iniciativas, em diferentes lugares, têm ensejado a criação de periódicos eletrônicos de acesso livre, bem como repositórios ou agregadores que possibilitam o uso gratuito das informações. Essa é uma área que cresce aceleradamente e que hoje forma uma espécie de cruzada em defesa da desmercantilização do conhecimento. Só me será possível, neste pouco tempo, citar alguns casos.

A Association of Research Libraries, dos EUA, iniciou em 1997 o projeto SPARC (Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition), que congrega universidades, bibliotecas de instituições de pesquisa e outras organizações. Sua finalidade é oferecer "uma resposta construtiva às disfunções do mercado no sistema de comunicação científica". O SPARC atua como incubadora de soluções alternativas aos periódicos comerciais e aos agregadores; estimula parcerias que estimulem a expansão do setor não comercial do sistema de publicação científica. Além de atividades de formação de opinião, educação dos usuários e de demonstração da viabilidade e eficiência de um sistema de edição que se contraponha ao atual, trabalha no sentido de ampliar a desagregação hoje dominante. O PubMed Central dos National Institutes of Health é exemplo de trabalho em que colaborou o SPARC. (Ver em: http://www.sparc.arl.org/about.)

Outro exemplo importante é a HighWire Press, uma divisão das Stanford University Libraries. Ela hospeda 885 periódicos de acesso gratuito ao texto integral. São periódicos de alta qualidade, todos submetidos à avaliação de originais pelos pares, e que hoje oferece mais de um milhão de artigos em linha. Ali se encontram 73 dos periódicos citados com mais frequência. (Ver em: http://home.highwire.org/about-us.)

Quanto à questão da recuperação da informação nesse mosaico, apa-

rentemente caótico, de iniciativas para facilitar o livre acesso à informação, o OAIster, desenvolvido pelo University of Michigan Digital Library Production Service, tem o objetivo de "criar uma coleção de recursos digitais, de orientação acadêmica, disponíveis gratuitamente, e que eram de acesso difícil. Contém mais de seis milhões de registros de mais de 500 instituições. (Ver em: http://oaister.umdl.umich.edu/o/oaister/.) Li notícia de que o ISI está planejando o desenvolvimento de um serviço de acesso a esse tipo de informação.

Todos conhecemos a história bem-sucedida do projeto Scielo, iniciativa da Bireme, implantada em 1998, financiada pela Fapesp e CNPq. Temos aqui um exemplo de um agregador não comercial, mantido com recursos públicos e que oferece acesso gratuito a mais de 145 periódicos brasileiros, de diferentes disciplinas, e que atendam a critérios de qualidade editorial. Além do Scielo Brasil, existem as versões de Chile, Cuba, Espanha e Venezuela, com 112 títulos. O total de revistas no Scielo é, portanto, de 257 títulos. Além de agregador, fomenta a produção de periódicos eletrônicos no continente mediante desenvolvimento e aplicação da chamada metodologia Scielo para esse tipo de edição.

Também em 1998 foi criado o African Journals OnLine (AJOL), como um projeto-piloto administrado pela International Network for the Availability of Scientific Publications (INASP). Hoje hospeda 229 periódicos de 21 países africanos, e tem projeto de desenvolver sistema similar para os países do Sul e do Sudeste asiáticos.

Um modelo interessante (do tipo 'o autor paga, mas o acesso é grátis') é o da Public Library of Science. Seu objetivo é publicar revistas com a mesma qualidade editorial e científica das revistas tradicionais, em formato eletrônico.

O serviço PubMed Central oferece acesso gratuito ao texto completo ou quase completo de 160 títulos de periódicos da área biomédica (http://www.pubmedcentral.nih.gov/about/openftlis t.html).

O Centro de Informações Nucleares da Comissão Nacional de Energia Nuclear mantém um sítio sobre periódicos de acesso livre na internet. No final de novembro de 2005, relacionava 2 209 títulos nas diferentes áreas. (Ver em http://livre.cnen.gov.br/Default1024.asp.)

O movimento em prol do acesso livre

Declarações de eminentes foros têm enfatizado a necessidade de assegurar o livre e amplo acesso aos resultados das pesquisas científicas. Em

reuniões realizadas em Berlim, Budapeste e Salvador, especialistas de variadas disciplinas e de muitos países, bem como instituições nacionais e internacionais, têm concordado com a necessidade de ser estabelecida uma política que assegure o direito à livre circulação das informações científicas.[9, 12, 18] Encontra-se uma boa introdução sobre acesso livre em http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm.

Um dos mais completos documentos sobre os aspectos econômicos e políticos da comunicação científica foi o citado relatório da comissão de inquérito do Parlamento inglês que estudou essa questão. Ali se anuncia que brevemente o Reino Unido estabelecerá uma política para lidar com a disseminação e o acesso aos resultados de pesquisas realizadas nesse país. É provável que essa política se baseie em quatro princípios fundamentais:

1. As ideias e conhecimentos resultantes de pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser tornados disponíveis e acessíveis para uso público, questionamento e análise, da forma mais ampla, rápida e eficiente que for possível.
2. Devem ser implantados mecanismos eficazes que assegurem que os resultados de pesquisas a serem publicados se submetam a rigorosa garantia de qualidade.
3. Modelos e mecanismos de acesso aos resultados de pesquisas devem ser tanto eficientes quanto eficazes em termos de custos no que concerne à utilização de recursos públicos.
4. Os resultados de pesquisas atuais e futuras deverão ser preservados e mantidos acessíveis não só durante os próximos anos mas para as gerações futuras.

A reação da Royal Society não se fez esperar. No dia 24 de novembro de 2005, soltou nota no seu sítio na internet. Ela defende o vetusto modelo que inaugurou em 1665 e declara o receio de que a implantação de uma política de apoio a periódicos de acesso livre possa ter um efeito danoso para as sociedades científicas e associações profissionais. A polêmica coloca em campos opostos os conselhos de pesquisa do Reino Unido e sua tradicionalíssima academia de ciências.

A Declaração de Salvador sobre Acesso Livre: a Perspectiva do Mundo em Desenvolvimento, aprovada em seminário internacional que se realizou junto com o 9° Congresso Internacional de Bibliotecas e Informação em Saúde, em Salvador, em setembro de 2005, reitera as posições

que vêm sendo advogadas pelos defensores desse movimento internacional.[12]

Conclusão

Durante muitos anos, apesar das críticas isoladas que despontavam aqui e ali, a revista científica reinou todo-poderosa como o veículo ideal para a comunicação de resultados de pesquisas e intercâmbio de informações entre os cientistas. Elas constituíam um elemento-chave na atuação da maioria das sociedades científicas, que as tinham como único benefício a oferecer a seus associados. Não constituíam um produto lucrativamente atrativo para a maioria das editoras comerciais.

Essa situação, acompanhando as próprias mudanças que ocorreram na estrutura da pesquisa científica, principalmente a partir da década de 1960, foi sendo modificada de forma paulatina e constante. Essa modificação consistiu essencialmente em tornar os conhecimentos produzidos pela ciência — os resultados das pesquisas — uma matéria-prima dessa nova etapa do desenvolvimento do capitalismo, de uma economia que tende cada vez mais a estar baseada na indústria do conhecimento. Matéria-prima abundante, inesgotável e, antes de tudo, fornecida gratuitamente e sem expectativa de recompensa material. Implantava-se assim, em pleno capitalismo, uma versão pós-moderna do colonizador predador que recebia dos índios pau-brasil em troca de espelhinhos e miçangas. Espelhinhos e miçangas a que equivalem os lauréis efêmeros e as pífias gratificações por produtividade científica.

É paradoxal dizê-lo, mas foram as facilidades advindas dos avanços da tecnologia da informação que geraram a crise atual. Quer dizer, a crise foi gerada por razões de ordem econômica e cultural. A inércia dos cientistas, o conservadorismo de sua maioria, a aceitação passiva do *statu quo*, a ausência de consciência crítica, a busca da quimera de critérios 'objetivos' de avaliação de mérito, o fetiche da quantificação, a adoção de uma atitude complacente diante dos problemas que os cercam.

Tudo que se havia acumulado nos últimos séculos com os avanços da tecnologia da comunicação e da informação, desde a imprensa de Gutenberg, passando pela invenção da linotipo, da impressão *offset*, das máquinas rotativas de impressão, até os computadores e a internet seriam indícios, para o marciano distante que estivesse a nos observar, de que seria chegado o momento para que se desse a plena e universal

difusão dos conhecimentos a todos os interessados a um preço acessível ou até mesmo gratuitamente.

O aumento exorbitante dos preços das assinaturas dos periódicos em papel continuou sendo praticado com os periódicos eletrônicos nos chamados *big deals* em que as grandes editoras empacotam os títulos e enrolam os compradores. O chamado *bundling* não passa de um mecanismo de venda casada. Na definição do Ministério da Fazenda:

> prática comercial que consiste em vender determinado produto ou serviço somente se o comprador estiver disposto a adquirir outro produto ou serviço da mesma empresa. Em geral, o primeiro produto é algo sem similar no mercado, enquanto o segundo é um produto com numerosos concorrentes, de igual ou melhor qualidade. Desta forma, a empresa consegue estender o monopólio (existente em relação ao primeiro produto) a um produto com vários similares. A mesma prática pode ser adotada na venda de produtos com grande procura, condicionada à venda de outros de demanda inferior. (Ver em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/codigo-de-defesa-do-consumidor/316495745)

O artigo 39 do Código de Defesa do Consumidor considera essa uma prática abusiva, ilegal, portanto. Como muito bem sintetizou o professor Jean-Mark Sens:

> a publicação eletrônica realmente não revoluciona a publicação científica, porém acentua algumas das tensões existentes em termos de flutuação de preços, durabilidade, duplicação de informação, inovação e obsolescência relacionadas com a vida efêmera dos periódicos.[13]

A situação atual é insustentável para todos os países. Para mudá-la de forma consequente e duradoura será preciso abordar o problema no contexto mais amplo dos mecanismos de incentivo à produção científica, no abandono da avaliação de desempenho com base na publicação em revistas de determinado 'fator de impacto' ou que sejam tidas como de prestígio internacional. As universidades e demais instituições de pesquisa deverão encampar o movimento internacional do acesso livre (*open access*), promover a implantação de repositórios institucionais e valorizar em primeiro lugar a publicação em revistas nacionais que estejam disponíveis gratuitamente na internet.

Referências

1. Almeida, Elenara Chaves Edler de. *Portal periódicos. capes: the Brazilian national electronic library consortium for science and technology*. 9° Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas, Salvador, 2005. Disponível em http://www.icml9.org/program/track5/activity.php?lang=pt&id=30. Acesso em: 21 nov. 2005.

2. Atkins, Helen. The ISI Web of Science: links and electronic journals. *D-Lib Magazine*, v. 5, n. 9, Sept. 1999.
3. Baker, Nicholson. *Double fold: libraries and the assault on paper*. New York: Vintage Book, 2002.
4. Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. 2003. Disponível em: https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration. Acesso: em 7 fev. 2025.
5. Budapest Open Access Initiative. 2002. Disponível em: https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/. Acesso em: 7 fev. 2025.
6. Capes. Relatório de atividades; exercício de 2004. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/CAPES_RelatorioGestao_2004.pdf/view. Acesso em: 7 fev. 2025.
7. Digitisation in the uk: the case for a uk framework. Disponível em: https://rluk.ac.uk/wp-content/uploads/2014/02/Digitisation_in_the_UK.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.
8. House of Commons. Science and Technology Committee. *Scientific publications: free for all? Tenth report of session 2003-04*. Volume 1. (Report HC 399-1). Disponível em: https://publications.parliament.uk/pa/cm200304/cmselect/cmsctech/399/399.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.
9. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (ibict). *Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica*. Brasília: [2005]. Disponível em: https://kuramoto.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/09/manifesto-sobre-o-acesso-livre-a-informacao-cientifica.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.
10. Muddiman, D. Red information science: J.D. Bernal and the nationalization of scientific information in Britain from 1930 to 1949. In: Rayward, W.B.; Bowden, M.E. (ed.). *Conference on the history and heritage of scientific and technological information systems: proceedings of the 2002 conference*. Medford, nj: Information Today, Inc. for the American Society of Information Science and Technology and the Chemical Heritage Foundation, 2004, p. 258-266.
11. Pöschl, Ulrich. Interactive journal concept for improved scientific publishing and quality assurance. *Learned Publishing*, v. 17, n. 2, Apr. 2004.
12. Salvador declaration on Open Access: the developing world perspective. International Seminar on Open Access for Developing Countries, Salvador, 2005. Disponível em: www.icml9.org/meetings/openaccess/public/documents/declaration.htm. Acesso em: 7 fev. 2025.
13. Sens, Jean-Mark. Moving digits in serials life. *Library Philosophy and Practice*, v. 6, n. 1, Fall 2003. Disponível em: https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1051&context=libphilprac. Acesso em: 7 fev. 2025.
14. Sompel, Herbert Van de. Rethinking scholarly communication; building the system that scholars deserve. *D-Lib Magazine*, v. 10, n. 9, Sept. 2004.
15. Susman, Thomas M.; Carter, David J.; Ropes & Gray llp. *Publisher mergers: a consumer-based approach to antitrust analysis*. Washington, dc: Information Access Alliance, 2003. Disponível em: https://www.arl.org/wp-content/uploads/2003/06/iaa-publisher-mergers-jun03.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.
16. Tenopir, Carol. Discovering the magic: faculty and student use of electronic journals. *Serials Librarian*, v. 49, n. 3, p. 159-164, 2005.
17. Turner, Rollo. Hidden costs of e-journals. *Serials Librarian*, v. 48, n. 1/2, p. 215, 2005.

18. Wellcome Trust. *Economic analysis of scientific research publishing*. Revised edition 10/03. Histon, Cambridgeshire: 2003. Disponível em: https://wellcome.org/sites/default/files/wtd003182_0.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.
19. Willinsky, John. Scholarly associations and the economic viability of open access publishing. *Open Journal Systems Demonstration Journal*, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: https://ojs33.demo.publicknowledgeproject.org/index.php/boot1/article/view/526/68. Acesso em: 2 fev. 2025.

Nota de 2015

A International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers, sediada em Haia, Países Baixos, divulga em seus relatórios anuais dados sobre a indústria editorial científica (www.stm-assoc.org). Por exemplo, alguns dados de 2011/2012:

- Receita total da indústria de periódicos científicos: US$ 9,4 bilhões.
- Receita total da indústria de livros científicos: US$ 4 bilhões.
- Os EUA geram 52% da receita, seguidos da Europa e Oriente Médio com 32%, a Ásia e países do Pacífico com 12%, e o resto do mundo com 4%.
- Emprega 110 000 pessoas no mundo inteiro, dos quais 40% nos EUA.
- Total de editoras de periódicos científicos no mundo: de cinco mil a 10 mil.
- Editoras de língua inglesa: 657 que produzem cerca de 11 550 periódicos (50% da produção total por título).
- Total de títulos de periódicos avaliados pelos pares: 28 100.
- Total de artigos publicados por ano: entre 1,8 e 1,9 milhão.

Dados mais recentes encontram-se em *STM global brief 2021 – Economics & market size; an STM report supplement*. Disponível em: https://stm-assoc.org/wp-content/uploads/2024/08/2022_08_24_STM_White_Report_a4_v15.pdf. Acesso em: 7 fev. 2025.

Em março de 2015, a National Science Foundation (NSF), responsável por cerca de 20% do fomento federal à pesquisa básica em universidades e faculdades dos EUA e principal fonte de recursos federais para matemática, ciência da computação, economia e ciências sociais, adotou a política de acesso livre aos resultados de pesquisas por ela financiados. Os autores de trabalhos financiados pela NSF deverão depositar um exemplar num repositório de livre acesso, em condições de ser baixado e consultado gratuitamente no máximo 12 meses depois de publicado. Outros requisitos deverão ser atendidos. Ver: https://new.nsf.gov/reports/performance/public-access-plan-todays-data-tomorrows-discoveries/. Acesso em: 7 fev. 2025.

24

O livre acesso à informação: uma nova utopia?

Faz 26 anos que, perante a plateia do Teatro Castro Alves, tive a honra e a alegria de proferir a conferência de abertura do 1° Congresso Latino-Americano de Biblioteconomia e Documentação. Era o dia 21 de setembro de 1980 e a hospitalidade soteropolitana recebia bibliotecários de todo o Brasil e de inúmeros países latino-americanos. O tema do congresso foi a transferência de informação. E o título de minha conferência foi "A transferência da informação entre o Norte e o Sul: utopia ou realidade?". Embora seja este um seminário nacional, a coexistência dele com o IV Simpósio de Diretores de Bibliotecas Universitárias da América Latina e do Caribe traz-me à mente a mesma aragem de confraternização e intercâmbio de experiências entre os colegas desta parte do Novo Mundo.

Ao receber o convite de Maria das Graças Miranda Ribeiro para apresentar a conferência de encerramento deste evento, procurei em meu arquivo aquele texto de 1980. Queria fazer uma ponte histórica entre as duas oportunidades que me foram propiciadas para assim criar a empatia entre nossas mentes e cativar a atenção de vocês. Mas, ao ler o texto, descobri que, mudadas algumas poucas palavras, aqui e ali, para atender aos modismos que teimam em inventar termos no lugar de outros existentes para expressar os mesmos conceitos, ou para incluir um ou outro avanço tecnológico, aquela conferência se apresentaria contemporânea e pertinente. Cheguei até a pensar em simplesmente relê-la, acrescentando alguns comentários ou glosas marginais, e convidar vocês a que se detivessem nessa releitura. Não a releitura praticada nas artes, quando um artista recria, de certa forma, uma obra original de um outro artista. Tampouco a releitura como desconstrução do texto. Mas a nova leitura, a leitura de novo, a leitura que vai além da primeira impressão, a leitura feita à luz de novas experiências vividas pelo leitor ao longo do tempo entre a primeira e esta releitura. Não o farei, porém. Preferi, para esta oportunidade, apresentar um texto atual, e remeter os

Conferência de encerramento do 14° Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU), realizado em Salvador, de 22 a 27 de outubro de 2006.

interessados para o texto antigo que pretendo colocar no sítio de minha editora na internet.

Encerrado este seminário, os presentes estão plenamente informados do que se entende por acesso livre ou acesso aberto aos conhecimentos. Talvez nada reste a ser acrescentado. Todos os dados, todas as definições, todas as informações, todos os projetos e realizações foram examinados. Assim, procurarei concentrar-me em alguns pressupostos, fatores ou elementos básicos no processo de produção e distribuição da informação.

O primeiro ponto a considerar é que a informação é produzida por seres humanos, como resultado de um trabalho voltado para a busca de conhecimentos. Esse trabalho pressupõe: 1) as pessoas passaram por um longo processo de formação intelectual, durante o qual nelas foram investidos recursos públicos e privados; 2) na etapa da formação profissional, principalmente na preparação de quadros proficientes em pesquisa, os investimentos são feitos de modo dominante pelo Estado, mediante recursos captados pelo pagamento de impostos por parte da sociedade como um todo. Esses investimentos incluem não apenas o pagamento dos custos diretos e indiretos da educação. Sejam públicos ou privados, os recursos investidos são resultado das riquezas produzidas no país, e, portanto, estão em algum dos compartimentos de nosso Produto Interno Produto (PIB).

As instituições que absorverão a mão de obra produzida pelas universidades e equivalentes precisam de investimentos para a implantação e manutenção de suas estruturas de pesquisa e desenvolvimento. São laboratórios, bibliotecas, pessoal técnico e auxiliar, instalações, etc. que são mantidos com recursos oriundos de nosso PIB. O Estado também mantém mecanismos diversos de fomento à pesquisa e desenvolvimento, que alocam recursos a fundo perdido para pesquisadores de diferentes áreas. O primeiro resultado visível do trabalho de pesquisa é a redação de um texto, normalmente um artigo científico.

Neste ponto, e feitas as devidas ressalvas por estar lançando mão de uma analogia, o que é algo muito perigoso na argumentação científica, gostaria de colocar perante vocês a imagem de como funciona um outro setor da economia, a siderurgia. Aqui os investimentos majoritários ocorrem na exploração do minério de ferro. Este é uma dádiva da natureza, que, por se encontrar no subsolo, pertence, por definição, ao Estado; no caso brasileiro, à União. E esta concede a quem tiver meios e competência o direito de lavra e comercialização desse minério. Este é

a matéria-prima da indústria metalúrgica e de outras que dependem do insumo de metais ferrosos.

Ao longo de sua história econômica, o Brasil, que é um dos maiores exportadores de minério de ferro do mundo, senão o maior, passou a aplicar políticas que levassem à mudança desse perfil oriundo da época em que éramos colônia: a de grande exportador de matérias-primas (como o minério de ferro) e produtos agrícolas (como o açúcar e o café) de reduzido valor agregado. Agregar valor a um produto é submetê-lo a um tratamento que modifique as características iniciais com que é obtido. Em nosso campo, se digitalizo uma publicação antes disponível apenas em suporte de papel e a coloco na rede mundial de computadores, estou agregando valor ao produto original.

Voltando ao caso da siderurgia, o empreendedor incorre em despesas desde o momento em que investe na pesquisa de novas jazidas do mineral, num esforço que nem sempre é bem-sucedido. Esses investimentos, no caso de vir a ser obtida a concessão do Estado para exploração do minério, ampliam-se grandemente na montagem de megaoperações, de que são exemplo as atividades da Companhia Vale do Rio Doce. Quer dizer, para que a Vale do Rio Doce pudesse vir a comercializar minério de maior ou menor valor agregado, como péletes ou ferro-gusa, foi preciso que realizassem gigantescos investimentos, além de ter que pagar diferentes impostos à União, estados e municípios. E até mesmo indenizar comunidades indígenas como compensação pelo uso de áreas de mineração situadas em suas terras. Depois de tudo isso, de todos esses investimentos, a empresa começará a ter lucro.

Como disse antes, o primeiro produto concreto da pesquisa científica é um texto que registra os resultados alcançados pelo pesquisador. Esses textos, que, direta e indiretamente, resultam da aplicação planejada de recursos da sociedade como um todo, diferem, do ponto de vista econômico, de qualquer minério, porque o custo de sua apropriação pelos empreendedores, como matéria-prima para produção de uma mercadoria de maior valor agregado, é praticamente nulo. Até que os resultados da pesquisa se concretizem, se textualizem numa forma compreensível e reprocessável, todos os investimentos, todos os custos correram por conta da sociedade. O comprador do minério, em qualquer de suas fases de processamento, compra efetivamente algo material, concreto, e do qual pode fazer o uso que lhe aprouver. Pode até estocá-lo à espera de melhor cotação no mercado ou destiná-lo à formação de um patrimônio familiar, como acontece com o ouro.

No mundo das publicações eletrônicas, porém, a informação, apesar de ser mercadoria, vem sendo comercializada como se fosse um serviço. Quer dizer, cobra-se do comprador o custo do serviço pelo qual a informação é reprocessada ou agregada e tornada acessível. Não compro a revista, como acontecia na época da informação não eletrônica. Assim, não invisto na formação de um patrimônio que estará disponível para consulta por um longo período de tempo.

Transferiu-se para o campo da edição de revistas científicas a mesma lógica que regulava a comercialização de serviços de agenciamento de assinaturas de revistas em papel. Neste caso, a noção da venda e compra de serviço era clara, compreensível e aceitável. As agências agiam como intermediários legítimos no processo de comercialização, do mesmo modo que os distribuidores de livros e as livrarias.

A formação das jazidas de conhecimento científico não é, ao contrário das jazidas de minérios, resultado do acaso ou determinismo da natureza, e de impossível reposição após seu esgotamento. Elas são resultado do esforço de indivíduos e dos investimentos feitos pela sociedade, que espera que esses esforços e investimentos sejam compensados pelo desvendamento de mistérios do mundo natural, pela compreensão do que acontece à nossa volta, pela solução das grandes questões que nos assediam, pelo preparo dos caminhos que levam a um futuro de paz, bem-estar e igualdade. Às vezes, tem-se a impressão de que os grandes objetivos sociais da pesquisa científica cedem lugar a interesses minúsculos, personalistas.

O mundo institucionalizado da pesquisa baseia-se em um conjunto de normas e regras de socialização, algumas bastante ritualísticas, que, a título de valorizar a meritocracia, acabaram por estimular o surgimento de mecanismos de ceva de currículos e pseudotalentos, numa espécie de mandarinato anacrônico.

Assiste-se também ao fortalecimento de mecanismos de troca de favores, de uma simbiose, às vezes denominada 'parceria', entre seres que deveriam permanecer autônomos, afastados uns dos outros, em nome do respeito à ética social e profissional. Os pesquisadores cedem, gratuitamente, os originais de seus artigos às editoras, sabedores de que terão uma remuneração direta na forma de uma avaliação que considera prioritária a publicação de textos e uma gratificação indireta e subjetiva na forma de satisfação de vaidades.

A crise da comunicação científica, que começou há mais de vinte anos, quando os preços das assinaturas de periódicos iniciaram uma sis-

temática e desabalada carreira ascensional, e que chega a assumir hoje aspectos de um atentado ao livre acesso à informação e a regras básicas de funcionamento de um capitalismo menos selvagem, não tem um único responsável. As editoras de periódicos eletrônicos e as empresas agregadoras de conteúdos não estão sozinhas nesse palco. Atores imprescindíveis são os pesquisadores que entregam dadivosamente seus textos às editoras. E é paradoxal que a crise esteja hoje alcançando um ponto intolerável quando se dispõe de tecnologia que oferece todos os meios para reduzir os custos e facilitar o acesso universal à informação. É sempre bom lembrar que a Capes gasta na manutenção do portal de periódicos um valor praticamente igual à metade do que investe com bolsas de doutorado em países estrangeiros.

O surgimento do conceito de livre acesso (ou acesso aberto) aos conhecimentos e à informação fundamenta-se nas melhores conquistas políticas e éticas do mundo contemporâneo. E o que o impulsionou foi certamente a forma abusiva e discriminativa como se organizou a edição e difusão de revistas científicas na internet. Essa forma abusiva passou a corroer o relativo equilíbrio, alcançado após décadas de construção do mercado editorial em ciência e tecnologia, entre as necessidades da demanda e as possibilidades da oferta de informação, com base em regras que permitiam a sobrevivência de todas as partes envolvidas. Mecanismos de complementação do acesso à informação, como o intercâmbio ou empréstimo entre bibliotecas, o fornecimento de cópias de artigos por parte de bibliotecas nacionais e até mesmo o surgimento da National Lending Library for Science and Technology, hoje British Library Document Supply Service, no Reino Unido, refletem um padrão de organização do fluxo da informação que era funcional e acessível à maioria dos usuários. Poderiam não oferecer a comodidade e a velocidade (a informação na ponta dos dedos) dos dias de hoje, mas eram bem mais racionais e econômicos.

Não vou me estender sobre minúcias e exemplos do livre acesso. Nem mesmo para chamar a atenção de que não se trata de acesso 'gratuito'. Afinal, nada existe de gratuito no mundo. Tenho certeza de que isso foi suficientemente abordado nos trabalhos trazidos a este seminário. Deixarei, no entanto, um comentário, que, mesmo que haja sido lembrado, precisa ser repisado, enfatizado, sublinhado, salientado e repetido à exaustão. E esse comentário refere-se à estratégia a ser adotada para que o movimento de livre acesso tenha condições de se impor como o modelo canônico de comunicação dos resultados de pesquisas. Essa

estratégia deverá incluir a luta para que se modifiquem os atuais critérios de avaliação da competência científica. Na realidade, esses critérios avaliam muito mais a produção e publicação de textos do que a competência ou proficiência de alguém em seu respectivo campo de atuação. Como foi lembrado por alguns autores, são muito mais 'indicadores de desempenho', que pouco avaliam em matéria de qualidade.

Outro ponto a considerar é a eliminação em programas de avaliação de pesquisadores e docentes de medidas que tendam a 'viciar' ou enviesar os resultados da avaliação. Quem trabalha na redação de editais de licitação para compra de materiais ou serviços conhece os esforços que devem ser feitos para evitar distorções que de certa forma encaminham o resultado para um resultado discutível.

Esta semana, ouvi o representante de uma grande empresa agregadora de conteúdos dizer que coloca à disposição das instituições interessadas em montar seus repositórios de acesso livre a tecnologia que desenvolveram com essa finalidade, não de graça, evidentemente. Para mim a ideia parece pouco compreensível, principalmente por saber que existem programas de computador de utilização gratuita que permitem a organização e gerenciamento de arquivos abertos. Será que as empresas agregadoras de conteúdo estão antevendo a possibilidade de queda na venda de seus serviços e vislumbram os repositórios institucionais e os arquivos abertos como um filão a ser explorado?

Em suma, há um aspecto que não admite dúvida. Se as pesquisas são financiadas com recursos públicos, como acontece com a maioria esmagadora das pesquisas realizadas no Brasil, os resultados dessas pesquisas devem ser colocados ao acesso do público de forma a garantir sua máxima utilização.

Uma das diferenças entre o movimento atual em prol do livre acesso e os discursos de antanho sobre a transferência internacional da informação está em que naquela época estávamos sozinhos quando defendíamos uma ordem internacional mais equitativa em matéria de informação científica. Hoje, temos um movimento realmente global, onde estão presentes instituições e indivíduos de todos os países, e onde a voz das nações mais desenvolvidas faz ecoar quase os mesmos pleitos que fazíamos há quase trinta anos.

Em nossos países também tem ganhado impulso o movimento pela criação de repositórios institucionais, arquivos abertos e bibliotecas eletrônicas agregadoras de conteúdos de periódicos eletrônicos. Isso é auspicioso e deve ser estimulado de todas as formas. No entanto, convém

lembrar que nossa produção científica talvez não corresponda a 3% da produção científica mundial. E é preciso irmos buscar os mais de 90% que faltam para completar o pleno acesso à produção científica internacional.

Esses 90% encontram-se disponíveis, em sua maioria, em provedores que não são de livre acesso, principalmente nas grandes empresas fornecedoras de periódicos eletrônicos. Temos a impressão de que estamos a reboque dos interesses dessas empresas, quando examinamos a maneira como é feita a comercialização de seus serviços. Comportamo-nos como compradores acríticos, sem conhecer todas as informações relevantes ao processo de negociação e sem deter a capacidade de negociar de modo a defender nossos interesses de consumidor.

Temos que pensar em soluções alternativas, que incluam até mesmo a montagem e operação de serviços de informação de valor agregado em que ponhamos à disposição de nossos usuários, de forma menos rapace, aqueles títulos de periódicos eletrônicos internacionais que sejam de maior demanda local.

Há 26 anos pensávamos que haveria mudanças, e que elas trariam a concretização de nossas melhores esperanças. Talvez a realidade não tenha sido aquela com que sonhávamos. Isso, porém, não nos impede de continuar sonhando. Não nos impede de continuarmos engajados nessa aventura por um mundo onde todos possam ter livre acesso aos conhecimentos científicos.

25

Circunstância e recepção de *Missão do bibliotecário*

Em 1935, fazia pouco mais de nove anos que a onda de movimentos ditatoriais de direita tivera início na Europa ocidental com a vitória dos fascistas nas eleições para o parlamento italiano.

Na Alemanha, a partir de 1918, terminada a Primeira Guerra Mundial, sucederam-se crises que acabaram culminando com o fim da chamada República de Weimar (1919–1933). Com a ascensão de Adolf Hitler ao cargo de chanceler (primeiro-ministro), os nazistas logo desencadearam intensa e brutal perseguição aos adversários políticos e a grupos ou indivíduos estigmatizados pela ideologia do regime, principalmente a comunidade judaica.

Na Espanha, a situação também era intranquila. Ali, ocorriam fatos que guardavam paralelismo com o que se passava na Alemanha. Em 1923, diante de uma séria crise política, e depois de um golpe de Estado aplicado pelos militares, o rei Afonso XII reconheceu o general Primo de Rivera como primeiro-ministro. Foi implantada uma ditadura que governou o país até 1930. A crise, que não era nova, acabou criando as condições para a derrubada do governo. Em 1931, o rei, sem abdicar, fugiu para a França. Foi então implantada a chamada Segunda República, que duraria praticamente até o início da Guerra Civil Espanhola em 1936. Três anos depois, em 1939, terminada a guerra, a Espanha entrou num dos mais longos e repressivos regimes ditatoriais que ocorreram na Europa, que somente acabaria em 1975.

Apesar da situação de instabilidade política e econômica, as bibliotecas espanholas tiveram uma fase de intenso desenvolvimento, de 1931 a 1936. O governo considerou prioritária a instalação de bibliotecas populares, e havia duas instituições responsáveis por isso: a Junta de Intercambio y Adquisición de Libros, que atuava nas áreas urbanas, e o Patronato de Misiones Pedagógicas, que trabalhava nas zonas rurais.

Posfácio à tradução brasileira do discurso de José Ortega y Gasset, publicada em 2006 por Briquet de Lemos / Livros (p. 57-82). Com modificações.

Também as editoras e livrarias participaram de iniciativas que visavam à democratização do acesso ao livro, como a instalação, com recursos próprios, de pequenas bibliotecas em zonas rurais e a realização de feiras do livro. Nas palavras de Martínez Rus, esse período caracterizou-se pela "ruptura dos circuitos de leitura socialmente restritos" até então vigentes, graças ao programa de bibliotecas e às feiras de livros "que iam ao encontro do leitor".[1, 2]

O oferecimento feito pelo governo espanhol à Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA), para que o Segundo Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, por ela organizado, se realizasse em Madri, ligava-se ao fato de haver uma política bibliotecária, que poderia ganhar impulso em um evento que reunisse bibliotecários de vários países. Seria também um fato que mostraria à opinião pública internacional que a situação política estava tranquila.[3]

Martín Oñate resumiu o clima desse período, caracterizado pela preocupação das autoridades em colocar à frente das bibliotecas "bibliotecários preparados, apaixonados por seu trabalho e comprometidos com a democracia". Foram eles que propiciaram o movimento que frutificou na realização do congresso de Madri e Barcelona.[4]

Em 20 de maio de 1935 foi aberto o congresso. Assim noticiou o evento o *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, em telegrama da agência francesa de notícias Havas, enviado de Madri:

> Realizou-se hoje no grande anfiteatro da universidade a sessão inaugural do Congresso Internacional de Bibliotecas e Bibliografia. O ato foi presidido pelo ministro da Instrução. Dom José Ortega y Gasset, professor de metafísica da universidade de Madri, pronunciou o discurso inaugural, em que enalteceu o papel eminente das bibliotecas e dos bibliotecários na cultura moderna dos povos. O ministro da Instrução fez a saudação de praxe aos delegados estrangeiros em nome do governo. Na brilhante e compacta assistência viam-se os representantes do corpo diplomático acreditado em Madri e altas personalidades das letras, ciências e artes.

Na véspera, fora realizada reunião preparatória

> sob a presidência do sr. Bishope [*sic*], diretor da biblioteca da universidade de Michigan, que saudou os delegados dos trinta e cinco países representados na conferência.
>
> O sr. Besadri [*sic*], diretor da biblioteca de Lima, anunciou aos seus colegas que pretende apresentar o projeto de constituir a federação das bibliotecas da América do Sul. O número de delegados é de cerca de 400.[5]

O nome de José Ortega y Gasset fora escolhido pelas comissões não

espanholas da IFLA para proferir a conferência inaugural do congresso. No período da República, de 1931 a 1936, o filósofo era um dos intelectuais mais respeitados e renomados da Espanha.[6] Seu livro *A rebelião das massas*, editado em 1930, aumentara grandemente sua reputação na Espanha e nos países ibero-americanos. A partir da tradução para o inglês (*The revolt of the masses*), feita em Londres, em 1932, seu reconhecimento chegou ao resto do mundo europeu e aos Estados Unidos. Por outro lado, sua ligação com o mundo do livro e da edição era um qualificativo adicional para falar aos bibliotecários reunidos em congresso internacional: desde 1919, participara da formação e desenvolvimento da editora Calpe (depois Espasa-Calpe) e fundara a *Revista de Occidente* (1923) e respectiva editora, para não falar de suas ligações de família com o mundo da imprensa.[7]

Por meio de suas atividades editoriais promoveu intensa divulgação, na Espanha e países da América do Sul, das ideias modernas no campo da filosofia, história, literatura e sociologia que estavam em curso em outros países europeus. Além disso fomentou a edição de textos de muitos jovens autores espanhóis. Sua luta a favor da modernidade o qualificava ainda mais para abrir um congresso que teria como uma das sessões plenárias o tema "Les bibliothèques et la vie moderne" (As bibliotecas e a vida moderna).

Quatorze meses depois do congresso, em 18 de julho de 1936, começou o levante militar que marcou o início da Guerra Civil Espanhola. No final de agosto, Ortega conseguiu sair da Espanha e se exilou em Paris. Em 1939, poucos meses antes da invasão da França pelo exército alemão, que ocorreu em maio de 1940, tomou o destino de Buenos Aires, onde permaneceu até 1942. Da Argentina foi para Portugal, passou algum tempo em Lisboa e regressou em 1946 a Madri. Adversário da ditadura franquista e das forças reacionárias que a apoiavam, levou uma vida de quase isolamento, até morrer em 1955.

A recepção do discurso de Ortega

O texto de Ortega foi imediatamente publicado, em espanhol, na *Revista de Occidente*, e em francês na revista *Archives et Bibliothèques*, de Paris. No clima de guerra generalizada em que viveu a Europa, é provável que seu discurso não tenha encontrado muitos leitores no continente.

Em janeiro de 1936, no entanto, sete meses depois de pronunciado o discurso em Madri, a revista norte-americana *Wilson Bulletin for Libra-*

rians publicou uma tradução parcial do texto que aparecera na *Revista de Occidente*. Na realidade, um resumo das partes intituladas "A nova missão" e "O livro como conflito". A revista deu a esse excerto o titulo de "Man must tame the book" (O homem deve domar o livro). A matéria aparece em destaque, como primeira do fascículo e ilustrada com um retrato do autor.[8]

No mesmo número da revista, seu editor, Stanley J. Kunitz, que viria a ganhar o prêmio Pulitzer de poesia de 1959, assinava uma coluna permanente — "The roving eye" — onde comentou o trecho publicado do discurso de Ortega, a quem acusou de "detrator" do livro e que teria falado para uma plateia que não percebia que seu "famoso convidado estava tranquilamente empenhado em justificar o aniquilamento" dos bibliotecários.[9] Sua crítica se voltou principalmente contra a advertência de Ortega para o número excessivo de livros e sua proposta de que o bibliotecário assumisse a organização da produção de livros. SJK, como assinava a coluna, era um intelectual *liberal*, ou seja, progressista, e um paladino da liberdade de expressão. Em números subsequentes da revista (fevereiro, março e junho de 1936) alguns leitores externaram sua opinião, favorável ou desfavorável, sobre o texto de Ortega e o comentário do editor. Um deles chegou a classificar as ideias de Ortega sobre o livro como "histeria fascista".[9]

Em 1961, H.J. de Vleeschauwer, filósofo e professor de biblioteconomia da universidade da África do Sul, publicou extenso comentário onde assinalava sua concordância em geral com as ideias de Ortega. Reconhecia que as preocupações do filósofo espanhol quanto ao excesso de livros eram legítimas, mas que a ideia de atribuir ao bibliotecário a missão de controlar a qualidade da produção bibliográfica, embora válida como utopia, era de realização impossível.[10]

O texto completo da conferência foi traduzido para o inglês, coincidentemente também em 1961, por James Lewis e Ray Carpenter, e publicado na *Antioch Review,* mas sem a parte final intitulada "Que é um livro?". No mesmo ano, a editora G.K. Hall promoveu uma edição, limitada a mil exemplares, de uma separata para distribuição a seus clientes.[11]

A *Missão do bibliotecário* voltou a ser objeto de análise, nos EUA, no final de 1970, no artigo em que Daniel Gore expôs sua posição contrária às ideias de Ortega e que pode ser sintetizada com esta transcrição:

> O que fazer de um *filósofo* que não pode enxergar distinção alguma entre regula-

> mentar o tráfego de ideias e o tráfego de automóveis? Quem pode afirmar tranquilamente que qualquer regulamentação não precisa ser autoritária? Quem pode nos dizer se existem muitos ou poucos livros, quando não pode afirmar quantos são suficientes? Pode-se perceber em Ortega y Gasset o pânico que assola um estudioso quando ele descobre as dimensões astronômicas do universo bibliográfico, e o utopista que daí surge apela para um retorno a um estado social mais primitivo, onde os filósofos possam banir os poetas e os bibliotecários banir os livros.[12]

Quatro anos depois, chegou a vez de se ouvir uma voz britânica. James Thompson externou, em livro que propunha "uma nova filosofia da biblioteconomia", sua concordância com as ideias de Ortega, com exceção da proposta ("muito ousada e radical") de atribuir ao bibliotecário a nova missão de regulador da produção de livros, pois isso seria uma função de censor. E acrescentava que a censura é algo abominado, corretamente, pela maioria dos bibliotecários. Ao fazer considerações sobre o futuro da profissão, Thompson antevia que seria marcado pela promoção do amplo acesso à informação (*learning materials*), noção que, segundo ele, "está de acordo com algumas ideias expressadas por Ortega y Gasset".[13]

Em 1982, Lester Asheim publicou o artigo "Ortega revisited", onde reconhece que, ao tentar definir a missão do bibliotecário, poucos foram tão felizes quanto o filósofo espanhol. Ortega conseguira empregar termos capazes de "prender a imaginação, servir como lema e, ao mesmo tempo, chegar a uma verdade universal subjacente tanto à prática do dia a dia quanto a seus alicerces filosóficos". Asheim salientou que a tão comentada metáfora do bibliotecário como filtro assumia novas e cada vez mais desafiadoras implicações tendo em vista as mudanças por que tem passado a profissão e os novos desafios que se colocavam perante a função social da biblioteca.[14] Mas, como lembra Nitecki,

> Asheim faz uma distinção fundamental entre dois tipos de filtros executados pelos bibliotecários: 1) a seleção original ao formar o acervo da biblioteca para os usuários potenciais, e 2) a assistência prestada com a finalidade de atender a necessidades específicas de cada cliente, a fim de possibilitar que os usuários atuem como seus próprios filtros.[15]

Mesmo a questão aparentemente plena de subjetivismo e elitismo (elitista é um adjetivo usado por muitos autores ao se referirem a Ortega)[16, 17] presente na necessidade de definir os livros que são bons e os que são ruins assume outra conotação na forma como Asheim a reexamina. Para ele, a proposta que Ortega apresentou para uma nova missão do bibliotecário continua válida, missão essa em que o livro não seria um

objeto material, mas o conceito orteguiano de uma "função viva", isto é, "um estímulo para pensar, assimilar, fazer com que o conteúdo do livro seja verdadeiramente apropriado pelo usuário".[14]

Em 1990, uma dissertação de mestrado apresentada à University of Kentucky estudou a proposta de Ortega do ponto de vista da era da informação. Resume o texto do filósofo e procura entender porque houve tão ampla aceitação entre expoentes do pensamento bibliotecário norte-americano de outras obras orteguianas, como *A rebelião das massas* e *Missão da universidade,* ao mesmo tempo que recusavam as ideias presentes na *Missão do bibliotecário,* por serem contrárias à concepção que têm dessa missão. Em sua opinião, a proposta "elitista", "antidemocrática" e "autoritária" de Ortega coincidia com o discurso de bibliotecários norte-americanos contrários à cultura de massa em detrimento dos ideais da alta cultura. Os autores do artigo baseado nessa dissertação associam as concepções de Daniel Bell acerca da 'sociedade pós-industrial' e do paradigma da informação com a proposta controladora, "paternalista" e intervencionista de Ortega. Para eles, existiria na biblioteconomia norte-americana uma grande divisão entre os bibliotecários

> que insistem em que os bibliotecários devem permanecer comprometidos com a neutralidade e a passividade, mesmo às custas de seu *status* profissional e os que insistem em que os bibliotecários devem agir rapidamente para estabelecer os alicerces da autoridade profissional no contexto do paradigma da informação. E é esta contradição que os bibliotecários continuarão a debater, estando claro que o desfecho desse debate terá implicações importantes para o papel do bibliotecário na sociedade norte-americana e as características estruturais e funcionais das bibliotecas norte-americanas.[17]

J. Christopher McConnell tratou de identificar no discurso de Ortega sua vertente mais relevante para a filosofia da biblioteconomia.[18] Para ele, o texto de Ortega é "um exemplo maravilhoso de reflexão sobre a biblioteconomia com relação a uma filosofia primeira da qual depende e da qual deriva". As sugestões de Ortega sobre a biblioteconomia "possuem grande coerência e são ainda mais significativas por terem sido colocadas no contexto maior em que ocorrem as atividades dos bibliotecários". Para McConnell, as questões teleológicas e de valor não poderiam ser respondidas adequadamente se uma análise da biblioteconomia incluísse apenas atividades isoladas, como aquisição, catalogação e circulação. E diz:

> Segundo a filosofia primeira de Ortega [...], a finalidade dos bibliotecários é ser os guardiões da necessidade social que é o livro. Agindo assim, os bibliotecários conquistam o seu valor ao prover o conhecimento de eras passadas aos indivíduos que dele precisam como auxílio para agir, para decidir por uma missão pessoal, em suma, para viver. A razão não só para a existência de bibliotecários, mas também para sua finalidade e valor, está na própria natureza da vida.[18]

Luis Hernando Lopera encontrou no texto de Ortega sugestões e sustentação teórica para uma análise sobre a responsabilidade ética da biblioteconomia e dos bibliotecários nos tempos atuais. Seu estudo parte da

> ideia orteguiana do ser humano como um ser que se vai fazendo em meio das circunstâncias do mundo, inserindo-se nessas circunstâncias, mas tomando decisões segundo sua vocação e seu projeto de vida, cumprindo uma missão pessoal e profissional que corresponde a uma necessidade social.[19]

Na Espanha, Javier Lasso de la Vega, que participou do congresso de 1935, invocou argumentos de Ortega em apoio a algumas de suas observações sobre o trabalho do bibliotecário.[20] Aliás, na intervenção que pronunciou durante o congresso de Madri, Lasso de la Vega já repercutia as palavras do discurso inaugural de Ortega.[21]

Em 1978, José López Yepes, ao examinar os principais elementos teóricos da documentação, resumiu o discurso de Ortega e observou que ali se encontra a formulação de uma teoria sobre o documento, na qual predominam as características de "finalidade, permanência e vocação de registro fiel da realidade" (p. 78).[22] Chamou a atenção também para o fato de o discurso continuar sendo de grande utilidade, pois nos transmite

> um panorama de problemas gerais que dizem respeito ao documentalista e à teoria do documento e por ser datado de uma época importante para a história da documentação, exatamente um ano depois da publicação do tratado de Otlet.[22]

No Brasil, as ideias de Ortega sobre a missão do bibliotecário encontraram ressonância, principalmente, em textos de Edson Nery da Fonseca. Em três coletâneas de 74 artigos e outros trabalhos, Ortega é mencionado 26 vezes, isto é, em quase 35% dos textos.[23, 24, 25] Também em seu livro *Introdução à biblioteconomia*, as ideias de Ortega sobre a nova missão do bibliotecário e a grande produção de livros são usadas reiteradamente como abonação às suas afirmações.[26]

Para Edson Nery da Fonseca, o discurso de Ortega "é o que de mais profundo se escreveu até hoje sobre o assunto", "melhor texto que se escreveu em qualquer língua sobre missão do bibliotecário",[27] "um dos

mais belos e profundos documentos até hoje produzidos sobre a missão do bibliotecário",[28] "a mais profunda meditação sobre o assunto, cheia de antecipações geniais sobre o que viria a ocorrer em nossos dias".[29]

Edson Nery da Fonseca divulgou, assim, no Brasil, reiteradamente, os conceitos de Ortega sobre livros e a missão do bibliotecário. Em relação à proposta de Ortega sobre a nova missão de regulador da produção de livros, Edson a considerava impraticável, pois os bibliotecários

> não têm meios de exercer a seleção *a priori* sugerida por Ortega. O que eles podem e devem fazer é a seleção *a posteriori,* deixando de adquirir os livros inúteis ou estúpidos a que se referia o grande ensaísta espanhol.[30]

Em 1981, ele apresentou sua visão do que seria uma nova missão: "fornecer leitura e informação aos neo-alfabetizados". Tanto com eles como com os socialmente marginalizados é que deve, principalmente, preocupar-se o bibliotecário brasileiro. Essa seria uma função "específica e inalienável" das bibliotecas públicas.[31]

Em 1986, ao fazer conferência sobre automação de bibliotecas, Edson Nery da Fonseca aproveitou para lembrar que a possibilidade do emprego da automação em bibliotecas teria sido aventada pela primeira vez por Ortega ao propor o estabelecimento de uma "estatística de ideias", cuja finalidade muito se aproxima do que foi realizado por Eugene Garfield, a partir de 1963, com os índices de citações e a consequente produção de indicadores estatísticos em ciência e tecnologia.[32] Essa semelhança entre a utopia de Ortega e a análise de citações hoje possibilitada pelas bases de dados do Institute for Scientific Information também foi verificada por Sosa e Harris em 1991.[17] Edson Nery da Fonseca, igualmente, lembra que Ortega falou da necessidade de criação de "uma nova técnica bibliográfica, de um automatismo rigoroso".

Essa associação entre a informática aplicada às bibliotecas e as ideias antecipadoras de Ortega y Gasset foi explorada por Rafael Capurro.[33]

Conclusão

Decorridos 71 anos, o discurso de Ortega y Gasset suscita polêmica, abre o caminho para novas deduções e aproximações, e, sobretudo, mostra-se atual, quer se concorde ou não com a sua análise e suas sugestões. Alguns dos tópicos por ele suscitados não eram novidade, nem ele disse que eram. A questão do excesso de livros, por exemplo, remontaria, de forma documentada, ao ano de 1613, quando um autor inglês

afirmou que

> um dos males destes tempos é a multiplicidade de livros; eles, de fato, sobrecarregam de tal modo a gente que não conseguimos digerir a abundância de matéria inútil que, todos os dias, é gerada e despejada no mundo.[34]

Na época em que isso foi escrito havia uma proliferação de panfletos de toda espécie, muitos de natureza satírica, política e difamatória. Estaria se referindo a eles, mais do que a livros como tais?

Ralph Waldo Emerson, em seu ensaio *Books* (1870) fala dos falsos (*false*) e verdadeiros (*true*) livros — as mesmas palavras que Ortega usou.[35] A ideia de alguém que orientasse o leitor no cipoal de livros — um filtro entre a torrente de livros e o homem — foi de certa forma antecipada por Emerson ao propor que, diante da quantidade de títulos oferecidos pelas bibliotecas aos leitores, estes teriam mais proveito se contassem com a orientação de um *professor of books*.* Emerson não diz que o bibliotecário seria esse professor. Mas também não diz que o bibliotecário não poderia ser esse professor. O que vale, no presente argumento, é a coincidência com os argumentos de Ortega.

No discurso que W.W. Bishop proferiu imediatamente antes do de Ortega, ele se queixava do excesso de publicações e que uma das responsabilidades dos bibliotecários seria atuar como o filtro necessário entre editores, autores e leitores.[36] Teria ele sido privilegiado com a leitura prévia do discurso de Ortega? E teria Ortega y Gasset lido o *Traité de documentation*, de Otlet, publicado um ano antes de pronunciar seu discurso? Otlet falava também do número crescente de publicações.

Ortega y Gasset adorava metáforas. Essa era uma característica de seu estilo, mesmo quando escrevia textos filosóficos.[37] Só que as metáforas nem sempre tornam a comunicação mais precisa, principalmente quando os conceitos que elas invocam se acham de alguma forma carregados de conotações negativas. Críticos do discurso de Ortega preferiram, às vezes, ater-se à ilação negativa sugerida pela metáfora e não ao que ela estaria designando no contexto do discurso que fora proferido. E, se levarmos em conta o contexto histórico (as circunstâncias), tudo favorecia, durante a Segunda Guerra Mundial e nos decênios que se seguiram, que o texto fosse interpretado como uma peça autoritária, para não dizer anticultural ou nazifascista.

* Credito e agradeço ao professor Tarcisio Zandonade a lembrança da pertinente citação de Ralph Waldo Emerson.

Aquela era uma época de radicalização ideológica e política. Na Alemanha, no dia 10 de maio de 1933, por iniciativa da associação alemã de estudantes, jovens universitários nazistas, com o apoio do governo, organizaram, em Berlim e outras cidades, fogueiras de livros de autores considerados 'antialemães', como Bertolt Brecht, Helen Keller, Karl Marx, Ernest Hemingway e tantos outros. A reação norte-americana foi imediata. Mais de cem mil pessoas manifestaram-se em passeata, em Nova York, contra esse crime — alguém o denominou 'bibliocausto' — do regime hitlerista.[38, 39]

Na Espanha, desde 1931, e especialmente durante os anos da guerra civil, ocorreram, em ambos os lados que combatiam, o confisco e a queima de livros, a destruição de arquivos e obras de arte.[39]

Em todos os regimes ditatoriais que então vicejaram, inclusive no Brasil, a censura, a busca, apreensão e destruição de livros eram uma prática sistemática. Para os bibliotecários norte-americanos, de longa tradição de luta pela liberdade de expressão, consubstanciada na famosa Primeira Emenda à Constituição, de 1791, qualquer declaração que implicasse cerceamento a essa liberdade era imediatamente repelida.

Nos países que conseguiram manter as liberdades democráticas durante esse período, dizer que havia livros ruins, falsos ou tolos, cuja produção deveria ser impedida e que os bibliotecários seriam os profissionais a quem caberia controlar (domar) a produção dos livros seria no mínimo uma temeridade.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, surgem nos EUA, na esteira da Guerra Fria, manifestações de intolerância e perseguição a intelectuais, que se tornaram conhecidas como mccarthismo. A reação ao mccarthismo, que teve suas variantes em outros países, fortaleceria entre os intelectuais sua resistência a qualquer palavra que pudesse sugerir ameaça à liberdade de expressão.

As ideias de planejamento estatal não só no campo da economia, mas também da vida social, adquiriram força nos anos que se seguiram à Revolução Russa de 1917. Essas ideias, às vezes de modo diluído, se faziam presentes em diferentes setores, inclusive no campo do livro e das bibliotecas. Talvez um ressaibo dessa admiração pelas possibilidades de organizar a vida social em todos os seus aspectos estivesse presente na proposta de organizar a produção do livro explicitada por Ortega. Nesse quadro, o *Traité de documentation*, de Otlet, pode ser lido como uma proposta de âmbito planetário que permitiria ordenar o mundo da informação. Seu pensamento não diverge do de Ortega quando afirma

que, em tempos de mudança e renovação, marcados por quatro fatores importantes (o comercial, o científico, o político e o social) a indústria editorial evolui no círculo desses quatro fatores e cabe a ela coordená-los de modo a atingir seu objetivo: "produzir livros eficientes quanto à quantidade e à qualidade".[40]

Em 1939, quatro anos depois do congresso de Madri, quando vivia em Buenos Aires, Ortega escreveu um prólogo para o *Diccionario enciclopédico abreviado*, publicado pela Espasa-Calpe argentina. Com o título de "El libro-máquina", esse texto foi posteriormente incluído em *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines.* Sua leitura de certo modo pode ampliar e complementar o entendimento das ideias que o filósofo emitiu no discurso de 1935. Ali reaparecem a metáfora do fenômeno da multiplicação do saber como algo indomável e a imagem dantesca de selva impenetrável:

> A cultura ou saber não se apresenta a nós como uma chave que nos permite dominar o caos e a confusão da vida, mas, ao contrário, devido a seu próprio crescimento fabuloso, converteu-se, por sua vez, na selva onde o homem se perde (p.147).[41]

Não se tratava mais da constatação de que existiam muitos livros. Ortega antecipava o conceito que seria mais tarde explorado até à exaustão: a explosão da informação. Nesse texto de 1939, Ortega não mais invocou a metáfora do bibliotecário como policial, como guarda de trânsito, como higienista da produção de livros. Agora, de certa forma antecipando o conceito bibliotecário de desseleção, seleção negativa, descarte ou desaquisição, ele reconhece ser chegada a hora de uma "reação mais fecunda diante da efetiva e justificada angústia cultural" (hoje diríamos 'sobrecarga de informação' (*information overload*).[42]

Para superar essa angústia cultural Ortega considerava necessárias três novas tarefas. A primeira delas consistiria na poda de tudo que não mais tivesse utilidade, embora ele reconhecesse a dificuldade de "discernir o supérfluo do que é necessário". (Observe-se que na literatura biblioteconômica de língua inglesa também se usa a mesma metáfora: *pruning* (poda); outra figura emprestada da terminologia agrícola, em inglês, é *weeding* (capina, eliminação de ervas daninhas), para designar o trabalho de desbaste.) Aqui vemos a ideia de obsolescência da informação que, a partir das décadas de 1960 e 1970, viria a merecer estudos que a confirmariam.

Numa segunda etapa seria preciso encontrar os meios que permitissem, de modo fácil, que se assimilasse e processasse o que viesse a sobrar. Ortega fala em possuir e manejar.

A terceira etapa consistiria em um trabalho que aliviasse as pessoas do esforço mental que têm de despender no "manejo de seu tesouro cultural". Isso exigiria uma solução mecanizada que liberasse a memória, a fim de que ela cuidasse daquilo que é necessário conservar ali, e delegasse a livros-máquina o resto "que é também necessário, mas não necessário na memória".[41]

Para Ortega um exemplo de livro-máquina seriam as enciclopédias, como o próprio dicionário enciclopédico para o qual escreveu esse texto como prólogo. Seria muito ousado deduzir que Ortega estivesse a imaginar algo realmente mecânico, como o Memex, de Vannevar Bush. Sobre esse ponto e outros relativos ao livro e sua função histórica e social, convém cotejar as ideias de Arlindo Machado,[43] Rafael Capurro,[33] Edson Nery da Fonseca[23, 24, 25, 26] e Patrick H. Dust.[44]

Em tempos de internet e publicações eletrônicas, nesta era em que praticamente tudo se reduz a informação, em que o bibliotecário tem de estar a todo instante pensando e repensando sobre seu papel social, as palavras do filósofo espanhol permanecem ricas de estímulo para o debate que busca compreender qual deve ser hoje a missão do bibliotecário e das bibliotecas. E parece que ainda há caminhos no discurso de Ortega à espera de serem palmilhados e desbravados.

Notas e referências

1. Martínez Rus, Ana. La política del libro y las ferias del libro de Madrid (1901–1936). *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n. 25, p. 217-234, 2003.
2. O *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, de 21 de maio de 1935, publicava telegrama da agência de notícias Havas: "Madri, 20 (h.) – A terceira feira do livro espanhol instalada no Paseo de Recoletos, que é a mais bela avenida da capital, obteve um sucesso bem superior ao obtido pelas manifestações precedentes do mesmo gênero. É, aliás, bem mais importante que as duas outras feiras precedentes, pelo número de casas editoras representadas, pelo número de obras expostas e pela excelente organização que lhe deu o sindicato dos editores espanhóis. Quarenta e cinco casas editoras possuem *stands* e há mais quatro consagrados aos trabalhos de artistas, gravadores e ilustradores e um à encadernação espanhola.

   Inaugurada sob a presidência do chefe do Estado, sr. Alcalá Zamora, no domingo dia 5 do corrente, a exposição é visitada diariamente por numerosas pessoas de todas as classes sociais. Calcula-se que cerca de 50 000 visitantes desfilam todos os dias diante dos *stands* e as vendas crescem rapidamente, atingindo 300 000 pesetas em dez dias.

   Os organizadores lamentam que a América espanhola não se ache representada nessa feira. O México e a Argentina haviam prometido enviar coleções; mas decidiram-se a isso muito tarde: os livros não puderam chegar a tempo para a inauguração.

   O sindicato dos editores espanhóis deseja que a feira de 1936 seja ainda mais importante que esta aspirando sobretudo à participação de todos os países de língua espanhola. Os delegados da América do Sul serão hóspedes do comitê de or-

ganização e receberão distinções honoríficas e recompensas. Será aberto um concurso para instalação da próxima feira, de que participarão arquitetos espanhóis e sul-americanos." A duração da feira foi prolongada, a fim de permitir a visita oficial dos participantes do congresso da IFLA.

3. ORERA ORERA, Luisa. María Moliner: sus aportaciones a la política bibliotecaria de la Segunda República. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, a. 16, n. 62, p. 49-62, mar. 2001.
4. MARTÍN OÑATE, Antonio. El movimiento bibliotecario em Andalucía: la Asociación Andaluza de Bibliotecarios. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios,* a. 19, n. 75/76, p. 23-34, jun./sept. 2004. Em 1935, havia na Espanha apenas 126 bibliotecários, segundo Lasso de la Vega citado por BOZA PUERTA, Mariano; SÁNCHEZ HERRADOR, Miguel Ángel. Las bibliotecas en las Misiones Pedagógicas. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios,* a. 19, n. 74, p. 41-51, mar. 2004.
5. O telegrama foi publicado na página internacional do *Jornal do Commercio,* do Rio de Janeiro, de 21 de maio de 1935. William Warner Bishop (1871–1955) foi diretor de bibliotecas e chefe do departamento de biblioteconomia da University of Michigan. Presidente da American Library Association (1918-1919) e da IFLA (1931–1936). Jorge Basadre Grohmann (1903–1980), historiador, foi diretor da Biblioteca Central da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, de 1935 a 1942, e diretor da Biblioteca Nacional do Peru, de 1943 a 1948.
6. Justo García Morales, que testemunhou o processo de organização do congresso, comenta que a escolha de Ortega y Gasset pode ter sido sugerida por Teófilo Hernando, catedrático da Facultad de Medicina, que presidia o comitê espanhol do congresso, e era grande amigo de Ortega y Gasset. Na conferência que pronunciou no centenário de nascimento do filósofo, assim o descreveu: "Dom José era algo único e distinto. Não muito alto, sem ser baixo, olhos totalmente cinzentos, pensativos, mas simples e alegres; os escassos cabelos de sua maravilhosa cabeça tratavam em vão de dissimular com elegância a calvície. Gostava de cruzar os braços, enquanto o timbre de sua voz, levemente rouco por causa do fumo, tornava-se pouco a pouco mais claro e insinuante." (GARCÍA MORALES, Justo. Ortega y Gasset y los bibliotecarios. *Boletín de la ANABAD,* v. 33, n. 3, p. 427-443, 1983.) Sobre a reação negativa dos congressistas ao oferecimento do governo alemão para sediar na Alemanha o congresso seguinte da IFLA, ver COSTA, Serpil de. Foundation and development of IFLA, 1926-1939. *Library Quarterly,* v. 52, n. 1, p. 41-58, 1982.
7. GRAY, Rockwell. *The imperative of modernity: an intellectual biography of José Ortega y Gasset.* Berkeley: University of California Press, 1989.
8. ORTEGA Y GASSET, José. Man must tame the book. *Wilson Bulletin for Librarians,* v. 10, n. 5, p. 305-307, Jan. 1936.
9. S.J.K. On taming the book. *Wilson Bulletin for Librarians,* v. 10, n. 5, p. 325-326, Jan. 1936. E comentários dos leitores na mesma revista, p. 398, 399, p. 400, 402 (Feb. 1936), p. 470 (Mar. 1936), p. 673-674 (June 1936).
10. VLEESCHAUWER, H.J. de. *Méditations sur um discours.* Pretoria: Universitet van Suid-Afrika, 1961. 51 p. (Mousaion, 45). H.J. de Vleeschauwer (1899–1986) colaborou, na condição de professor da universidade de Ghent (Bélgica), com a ocupação de seu país pelo governo alemão durante a II Guerra Mundial. Em 1946, um tribunal militar o condenou à morte, *in absentia*, por crimes de guerra. Depois de um período escondido na Suíça conseguiu ser recebido na África do Sul, onde

retomou a carreira acadêmica, na University of South Africa (UNISA). Ver: DICK, Archie L. Scholarship, identity and lies: the political life of H.J. de Vleeschauwer, 1940–1955. *Kleio*, v. 34, n. 1, p. 5-27, 2002. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00232080285310011. Acesso em: 7 fev. 2025.

11. ORTEGA Y GASSET, José. *The mission of the librarian*. Trans. by James Lewis and Ray Carpenter. *Antioch Review,* v. 21, n. 2, p. 133-154, Summer, 1961. Reimpresso como separata: Boston, MA: G.K. Hall, 1961.
12. GORE, Daniel. Against the dogmatists: a skeptical view of libraries. *American Libraries,* v. 1, n. 10, p. 953-957, Nov. 1970; reproduzido em KATZ, William (ed.) *Library literature: the best of 1970.* Metuchen, NJ: Scarecrow Press, 1972, p. 56-57; tradução para o português de Antonio Agenor Briquet de Lemos, publicada em *Revista de Biblioteconomia de Brasília,* v. 2, n. 1, p. 43-55, jan./jun. 1974.
13. THOMPSON, James. *Library power: a new philosophy of librarianship.* Hamden, CO; London: Clive Bingley, 1974, p. 10, 73-76, 108.
14. ASHEIM, Lester. Ortega revisited. *Library Quarterly*, v. 52, n. 3, p. 215-226, July 1982.
15. NITECKI, Joseph Z. *Metalibrarianship: a model for intellectual foundations of library information science.* 1993. 664 p. Disponível em: https://eric.ed.gov/?q=metalibrarianship&id=ED363346. Acesso em: 7 fev. 2025.
16. GRAY, op. cit., p. 139: "elitist tendency that marked his role as a cultural innovator and popularizer".
17. SOSA, Jorge F.; HARRIS, Michael H. José Ortega y Gasset and the role of the librarian in post-industrial America. *Libri,* v. 41, n. 1, p. 3-21, 1991.
18. MCCONNEL, J. Christopher. De metaphysica artis bibliotecarii. *Libri*, v. 42, n. 1, p. 53-62, 1992.
19. LOPERA, Luis Hernando. Una ética bibliotecológica para afrontar los retos de nuestro tiempo. *Revista Interamericana de Bibliotecología,* v. 25, n. 1, p. 65-88, ene./jun. 2002.
20. LASSO DE LAVEGA, Javier. *Manual de documentación.* Barcelona: Labor, 1969.
21. ———. La formación profesional del bibliotecario, apud GASCÓN GARCÍA (ref. 36), p. 50-51.
22. LÓPEZ YEPES, José. *Teoría de la documentación.* Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1978, p. 75-78.
23. FONSECA, Edson Nery da. *Problemas de comunicação da informação científica.* Brasília: Thesaurus Editora, 1973.
24. ———. *Problemas brasileiros de documentação.* Brasília: IBICT, 1988.
25. ———. *Ser ou não ser bibliotecário e outros ensaios contra a rotina.* Brasília: ABDF, 1988.
26. ———. *Introdução à biblioteconomia.* 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2007.
27. ———. *Ser ou não ser bibliotecário e outros ensaios contra a rotina,* p. 93, 127.
28. ———. *Problemas de comunicação da informação científica,* p. 39.
29. ———. *Problemas brasileiros de documentação,* p. 181.
30. ———. *Problemas brasileiros de documentação*, p. 184.
31. ———. *Problemas brasileiros de documentação,* p. 156-157.
32. ———. *Problemas brasileiros de documentação,* p. 68-69.
33. CAPURRO, Rafael. Perspectivas de una cultura digital en Latinoamérica. *DataGra-*

maZero, Revista de Ciência da Informação, v. 3, n. 2, abr. 2002, 14 p. Disponível em: https://www.capurro.de/bogota.htm. Acesso em: 7 fev. 2025..

34. Meadows, A.J. *A comunicação científica.* Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 1999, p. 3. O texto é de Barnaby (ou Barnabe) Rich (ou Riche) (1540?–1620?), romancista e militar inglês. Ver também: Braunt, T.; Zsindely, S. Growth of scientific literature and the Barnaby Rich effect. *Scientometrics*, v. 7, n. 3-6, p. 529-530, Mar. 1985.
35. Emerson, Ralph Waldo. Books. In: ———. *The complete works of Ralph Waldo Emerson.* Vol. 7: *Society and solitude,* 1870, p. 183. Disponível em: https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.475903/page/n187/mode/2up?q=. Acesso em: 7 fev. 2025.
36. Gascón García, Jesús. El congrés de l'ifla de 1935 (Madrid, Barcelona, etc.) història i textos. *Item: Revista de Biblioteconomia i Documentació,* n. 12, p. 37-65, gen./jun. 1993. Disponível em: https://www.raco.cat/index.php/Item/article/view/22418/22252. Acesso em: 7 fev. 2025.
37. Ortega y Gasset, José. Las dos grandes metáforas. In: ———. *Ensayos escogidos.* Madrid: Aguilar, 1957.
38. Paul Otlet, pouco mais de um ano depois, transcreveu uma notícia sobre o fato publicada no jornal *Telegraaf,* de Amsterdam, do dia 11 de maio de 1933: ''Um auto da fé de 20 mil livros aconteceu em 9 de maio de 1933, em Berlim. Uma imensa fogueira dividida em cinco partes foi acesa no centro de uma praça, depois que a lenha havia sido regada com combustível. Os estudantes lançaram ao fogo os livros trazidos por veículos. Uma multidão imensa assistiu ao espetáculo enquanto músicos tocavam. O fogo começou à meia noite, pois a autorização do ministro do Interior tardou a chegar. [...] Os autos da fé de Berlim se repetiram em diversas cidades alemãs. Esses acontecimentos tiveram ampla repercussão em vários países, provocando violentos protestos das penas dos escritores. *Non credo,* não acreditamos que tal fato, ocorrido no ano de 1933 seja compatível com qualquer civilização". (Otlet, Paul. *Traité de documentation.* Bruxelles: Ed. Mundaneum, 1934, p. 333. Trad. brasileira: *Tratado de documentação*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018, p. 519-520. Disponível em: https://archive.org/details/Tratado_de_documentao_paul_otlet/page/n561/mode/2up?q=Berlim+. Acesso em: 7 fev. 2025.
39. Báez, Fernando. Os livros destruídos durante a Guerra Civil Espanhola. In: ———. *História universal da destruição dos livros: das tábuas da Suméria à guerra do Iraque.* Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 229-240.
40. Otlet, op. cit., p. 400-401.
41. Ortega y Gasset, José. [El libro-máquina]. In: ———. *Misión del bibliotecario y otros ensayos afines.* 2. ed. Madrid: Revista de Occidente, p. 137-151.
42. Um manual recente comenta que o desconforto com a pletora de informações está presente até nas palavras usadas para descrevê-la: explosão, torrente, bombardeio, sobrecarga. Palavras que trazem à mente imagens catastróficas. (Rubin, R.E. *Foundations of library and information science.* 2nd ed. New York: Neal-Schuman, 2004, p. 1-2).
43. Machado, Arlindo. Fim do livro? *Estudos Avançados,* v. 8, n. 21, p. 201-214, maio-ago. 1994.
44. Dust, Patrick H. Ortega y Gasset y la destrucción del libro (hacia uma hermenéutica del discurso orteguiano). *Revista de Occidente,* n. 120, p. 83-95, mayo 1991.

26

Consciência profissional: mudar para que não continue igual

Aceitar o convite para falar nesta celebração do Dia do Bibliotecário é uma prova de que nem sempre é possível cumprir as promessas que fazemos. Pois, como recusar, com as escusas que a etiqueta exige, um convite que me chegou envolto na simpatia cativante das colegas Ieda e Adelaide, e que conseguiram, assim, me afastar da zona de conforto aonde não chegasse o ruído cacofônico de antigas celebrações. Ruído de loas, gastas, surradas e até mesmo tolas, ao lado de lugares-comuns e clichês cediços, sobre as qualidades e os méritos do bibliotecário. Discursos louvaminheiros, entoados por legisladores e administradores que veem no Dia do Bibliotecário apenas a deixa para suas divagações pretensamente lítero-filosóficas ou o ensejo para demagogias eleitoreiras. Legisladores e administradores que provavelmente jamais usaram os serviços de uma biblioteca.

As perguntas levantadas no convite para esta reunião refletem o interesse para que aproveitemos a oportunidade e reflitamos sobre o próprio sentido de nossa profissão, a partir de uma posição crítica. Reflexão crítica que não começou agora, convém salientar, e exemplos que têm contribuído para seu aprofundamento se encontram tanto na literatura internacional quanto nacional. Para a minha geração, essa reflexão acentuou-se a partir da introdução da informática na rotina do trabalho bibliotecário, em meados da década de 1960, e do advento da internet, em meados da década de 1990.

Não esqueçamos que o objetivo desta reunião menciona a questão da imagem que o bibliotecário quer passar de sua profissão. Por acreditar que ambos os temas — imagem que os outros fazem de nós e a imagem que fazemos de nós mesmos — são muito amplos e o tempo de que dispomos seria insuficiente — deixo de incluí-los nestas minhas considerações e ponderações. Mas não posso deixar de recomendar que

∾ No Dia do Bibliotecário, 12 de março de 2013. Promoção da Biblioteca da Presidência da República, Conselho Federal de Biblioteconomia, Conselho Regional de Biblioteconomia, da 1ª Região, e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal (ABDF).

os interessados nessa questão se reportem aos excelentes estudos de Zita Catarina Prates de Oliveira[1] e Maria Tereza Machado Teles Walter.[2]

As perguntas feitas no convite que recebi para esta reunião podem ser sinal de que nem tudo vai bem em nosso arraial. Reforça essa ideia o próprio título que indaga "vamos sair da zona de conforto?"

E o que significa 'zona de conforto'? Na área da administração

> é um estado comportamental em que a pessoa atua numa situação de ansiedade neutra, empregando um conjunto limitado de comportamentos para oferecer um nível estável de desempenho, geralmente sem a sensação de risco.[3]

Os psicólogos certamente não discordam dessa definição. A expressão caiu no uso comum, tanto quanto a palavra estresse e seus derivados. Simplificadamente, a zona de conforto é o lugar, ou a posição na vida, onde encontramos segurança, paz, tranquilidade, prazer (mesmo que limitado) e aquele reconhecimento social que não implique cobranças ou constante comprovação. O Shangri-La de cada um, embalado pelo som malemolente do cateretê de Joubert de Carvalho e Olegário Mariano, eternizado na voz de Gastão Formenti e de nossa colega, a bibliotecária Inezita Barroso: *De papo pro ar*. Uma espécie de hedonismo, em que a pessoa está interessada em evitar tudo que lhe possa causar desprazer, como, por exemplo, cumprir o horário de trabalho, prestar contas ao chefe, seguir regras e procedimentos de sua atividade profissional, redigir projetos e relatórios, atender a clientes, ler e estudar (atividades sobremodo cansativas), fazer cursos (a não ser que contribuam para melhorar o currículo e, por conseguinte, o salário), evitar competir, etc.

Outro dia, entreouvi, numa fila de caixa de banco, uma conversa em que um dos interlocutores, referindo-se à chegada de novos funcionários em sua seção, recentemente concursados, afirmava que a participação deles no trabalho era insatisfatória e que alegavam que, como haviam estudado muito, como haviam se preparado durante muito tempo para fazer o concurso, estavam por demais cansados. E agora, mesmo recém-admitidos, tinham o direito de se considerarem aposentados. É fácil entender essa posição, pois a pessoa incutiu no espírito e em seu comportamento que sua profissão não é aquela para a qual fez o concurso, mas é aquele novo mister, que se justifica em si mesmo, como meio e fim, o ofício de concurseiro. Depois de tantos anos estudando, na universidade e nos cursos preparatórios para concursos, esse tempo conta para a aposentadoria... Por que abandonar a zona de conforto, que conquistaram com tanto sacrifício, mas que lhes dá segurança, prazer

e ausência de problemas, para mergulhar em regiões novas, provavelmente hostis, com perigos inimagináveis e onde seremos postos à prova a cada instante?

Tolstoi, em *A morte de Ivan Ilitch*, fala de um personagem que construíra, como funcionário de diferentes ministérios de São Petersburgo, uma daquelas carreiras que demonstram que o indivíduo, incapaz de desempenhar qualquer função importante, não pode ser despedido, graças à longa duração de seus serviços e à posição que ocupa na lista de antiguidade. Seu primogênito, que seguiu a mesma carreira, sentia que "se aproximava da época de serviço em que se percebem vencimentos por força da inércia".[4] E Ivan Ilitch, o segundo dos três filhos, que alcançou altos postos na magistratura, coloca-se, de fato, como modelo de uma vida baseada no carreirismo, na acumulação de bens e objetos, que resiste à mudança, e vive uma vida sem sentido até morrer. Quer dizer, estar na zona de conforto pode significar uma existência num mundo de condicionamentos automáticos, de rotinas imutáveis, de previsibilidade inalterável, onde a inércia, em todos os quadrantes da vida individual, reina soberana. Muitos aqui no Brasil certamente recebem seus salários por força da inércia, estejam ou não produzindo algo socialmente útil.

Nossa atividade profissional, talvez por exigência metodológica e para atender à demanda individual e social, requer regras, padrões, normas, sistemas de organização e controle, que são extremamente refratários à mudança. Um dos estereótipos do bibliotecário e das bibliotecas é de pessoas e instituições que primam pela organização, pela arrumação, pelas coisas em seus devidos lugares. Quantas vezes ouvi reclamações de jovens colegas quanto às mudanças das normas de documentação? Centenas de vezes. E o mesmo quanto às regras de catalogação. Imaginemos agora a aflição e o espanto diante das regras catalográficas, as quais, na sua essência, continuavam inalteradas desde 1839, com as "91 regras" de Anthony Panizzi, e que agora poderão ser substituídas pela RDA?

A perspectiva de mudança é algo que põe em risco a normalidade instituída, inalterável, garantidora de que nem tudo tende ao caos, à desorganização, à entropia cósmica. E há quem, hipocritamente, admita a inevitabilidade das mudanças, desde que, como acentuou o jovem carreirista do romance *O leopardo*, de Tomasi di Lampedusa, "si vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi!" ("se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude!".[5]

A palavra de ordem que nos trouxe até aqui foi 'consciência profissional'. Perguntei-me se sabia qual era o significado de 'consciência

profissional', se tinha ideias claras e úteis a serem transmitidas a vocês. A título de ilustração do terreno onde estamos pisando, colhi, com o auxílio do Google Acadêmico, ao acaso, as seguintes frases nas quais se vislumbra a diversidade de acepções atribuídas ao conceito 'consciência profissional'. Encontrei uma enorme variedade de entendimentos sobre consciência profissional, numa indicação de que inexiste uma definição inequívoca do que entendemos por isso. Nessa busca pude identificar alguns desses entendimentos, que formam uma espécie de categorias sob as quais podemos ver a consciência profissional: 1) a ética profissional, a deontologia; 2) a moral individual; 3) a competência naquilo que se faz, ou seja, a proficiência; 4) a consciência crítica do indivíduo; 5) a dedicação ao trabalho, ao desempenho; 6) a atitude política; 7) a honestidade; 8) a autorrealização; 9) a luta sindical; 10) a crença religiosa.

Convém salientar a pluralidade de significados que tem o vocábulo 'consciência'. O dicionário Houaiss registra pelo menos doze, além daqueles que correspondem a expressões em que a palavra é usada. Transcrevo os dois primeiros: "1. sentimento ou conhecimento que permite ao ser humano vivenciar, experimentar ou compreender aspectos ou a totalidade de seu mundo interior; 2. sentido ou percepção que o ser humano possui do que é moralmente certo ou errado em atos e motivos individuais." Em inglês, segundo o dicionário Webster, ao primeiro significado acima corresponde o vocábulo *consciousness*, e ao segundo, o vocábulo *conscience*. Além destes dois, o inglês usa com frequência *awareness*. Veja-se esta abonação usada no Webster: "Their intelligence, social consciousness, and political awareness of the highest degree."

No uso corrente a palavra adquire enorme plasticidade, e passa a exigir adjetivação ou especificação que facilitem o entendimento daquilo que se está falando. Exemplos: Boa ou má consciência. Consciência limpa. Consciência suja. Consciência coletiva. Consciência social. Consciência individual. Consciência de classe. Consciência política. Consciência linguística. Consciência psicológica. Consciência histórica. Consciência moral. E até consciência sexual.

Não conseguiremos avançar muito se não tratarmos de esboçar um consenso quanto ao que entendemos por consciência profissional. Será que conceitos como o de consciência de classe e de consciência social nos ajudariam? Mesmo em tempos de revisão do que seja uma classe social, talvez a partir daí se possa chegar a um denominador comum, ressaltando, é claro, que, se uma profissão é algo delimitável, uma construção social concreta, o conceito de classe social é de mais difícil en-

tendimento. Ambas, profissão e classe social, compartilham a inevitabilidade do processo histórico e, assim, compartilham a inevitabilidade do processo de mudanças contínuas a que estão sujeitas.

Por exemplo, a existência de associações profissionais, que se coloquem num plano diferente dos sindicatos, seria um dos sinais que revelariam o grau de consciência profissional de uma profissão. Talvez seja até mesmo admissível supor que a consciência profissional não seja determinada apenas pelas condições de trabalho e pelos salários, ou, pelo menos, que boas condições de trabalho e bons salários não comprovam que um grupo profissional ou uma profissão tenha consciência profissional nos termos indicados acima. Embora se trate de mera hipótese, e uma hipótese arriscada, pelo menos no caso brasileiro, haveria uma relação inversa negativa entre salário e *status* e consciência profissional. Em outros termos quanto melhores as condições de vida, quanto mais segura a zona de conforto, menor e mais frágil seria a consciência profissional. Talvez a consciência profissional dependa mais de elementos construtivos externos à profissão do que de elementos estritamente técnicos que dão forma à profissão.

Arrisco-me a dizer que hoje, em comparação com o que acontecia há 20 ou 30 anos, os salários e as condições de trabalho dos bibliotecários melhoraram significativamente em vários setores da administração pública federal e também em segmentos do setor privado. Se isso não acontece em todo o país, ocorre, com certeza, nas áreas mais desenvolvidas, com particular destaque para o Distrito Federal.

Há poucos meses, durante as discussões pela internet que culminaram com a fundação da Associação Brasileira de Profissionais da Informação (ABRAINFO), verifiquei que havia, então, 636 associados nas únicas nove associações de bibliotecários que restavam de um total que outrora chegara perto de 20. A menor delas tinha três associados e a maior, 200. Como o número total de bibliotecários que exerciam a profissão era de cerca de 19 500, temos um vínculo associativo pouco superior a 3%. Acredito que se possa considerar esse vínculo como um dos indicadores de nosso grau de consciência profissional. Esse número mostra, na sua outra face, o alto índice dos que estariam acomodados na zona de conforto: 97%.

Outra hipótese que podemos levantar, para ser testada pelos colegas que se dedicam à pesquisa, é de que é reduzida a presença de bibliotecários práticos, isto é, os que se dedicam à profissão prestando serviços em bibliotecas, no mundo da produção intelectual. A chamada produção

científica em biblioteconomia (ou ciência da informação) tem origem quase exclusiva no universo acadêmico e resulta não da reflexão sobre a prática, mas de outro tipo de exercício intelectual. Talvez essa seja mais uma daquelas hipóteses sem fundamento. Mas não custa nada testá-la.

Se a consciência profissional não é, logicamente, inata, é admissível supor que ela é fabricada por meio de experiências e estímulos que vamos acumulando durante a vida. É possível supor que, em muitos casos, ela começa até mesmo antes de a pessoa ter se transformado em profissional. Quantas vezes ouvimos a confissão de colegas que se diziam deslumbrados, desde pequeninos, com o mundo dos livros e da leitura, e que sonhavam trabalhar em biblioteca? Nesses casos, há uma predisposição, desde cedo, pela imersão no mundo das bibliotecas que irá contribuir para o desenvolvimento da consciência profissional.

Além disso, é razoável supor que, em lugares onde as bibliotecas são exemplos de boa qualidade e eficiência de atendimento, o que pressupõe boa qualidade dos profissionais, os membros da comunidade, principalmente os jovens, crescerão tendo em sua memória uma imagem positiva da biblioteca e de seus profissionais. E estes, que o impressionaram positivamente, serão emulados por aqueles jovens que optarem pela carreira de bibliotecário. E, tornados profissionais, sentirão orgulho de dizê-lo porque seus interlocutores o estarão associando a uma instituição que desempenha papel visível e imprescindível em sua comunidade.

Acredito, porém, que é durante o curso de formação do bibliotecário e nas circunstâncias que envolvem essa formação que se lançam os alicerces para o desenvolvimento da consciência profissional. Os organizadores deste encontro perguntam se a Academia estaria preocupada em fomentar o debate sobre consciência profissional durante a formação dos novos profissionais. É uma pergunta que cabe aos acadêmicos responder. Pelo que tenho visto nos últimos 30 anos, abriu-se um imenso fosso entre os acadêmicos e os profissionais, que tende a crescer. Isso se pode notar na ausência de acadêmicos em eventos que não propiciam lauréis ou pontos que levem à progressão na carreira ou à colocação de mais um tijolinho em seu cantinho na plataforma Lattes. Estão ausentes, assim como muitos profissionais, das atividades que corresponderiam ao que podemos chamar, por analogia com a terminologia universitária, de atividades de extensão. Aquelas que extrapolam os muros do ambiente institucional, seja ele a faculdade, a biblioteca ou seu equivalente.

Essa distância entre a academia e a prática profissional em geral também foi registrada em outros países. Sobre os Estados Unidos, vale a

pena transcrever a observação de Donald A. Schön:

> Na topografia irregular da prática profissional, há um terreno alto e firme, de onde se pode ver um pântano. No plano elevado, problemas possíveis de serem administrados prestam-se a soluções através da aplicação de teorias e técnicas baseadas em pesquisa. Na parte mais baixa, pantanosa, problemas caóticos e confusos desafiam as soluções técnicas. A ironia dessa situação é o fato de que os problemas do plano elevado tendem a ser relativamente pouco importantes para os indivíduos ou o conjunto da sociedade, ainda que seu interesse técnico possa ser muito grande, enquanto no pântano estão os problemas de interesse humano. O profissional deve fazer suas escolhas. Ele permanecerá no alto, onde pode resolver problemas relativamente pouco importantes, de acordo com padrões de rigor estabelecidos, ou descerá ao pântano dos problemas importantes e da investigação não rigorosa (p. 15).[6]

Minha impressão é que no caso da biblioteconomia os acadêmicos preferem ficar no alto, lidando com problemas relativamente "pouco importantes para os indivíduos ou o conjunto da sociedade".

Essa pergunta suscita o problema da relevância dos cursos de formação profissional e se eles estariam aquém do que a sociedade deles espera. De fato, não se trata de uma questão exclusiva da formação dos bibliotecários. Parece que existe uma crise que contagia todos os cursos profissionais, principalmente os que estão nas universidades. E essa crise está presente na própria prática profissional.

Acredito que mudanças (ou seria a criação?) de uma consciência profissional que adquira vigência social, quer dizer, que se imponha como uso social, no sentido que esta expressão tem, como já disse, em Ortega y Gasset, dependem de uma multiplicidade de fatores, internos e externos à profissão. Entre os internos, coloco em primeiro lugar uma ampla pesquisa e discussão sobre em que deve consistir o ensino profissional de biblioteconomia e que aponte os caminhos a seguir num mundo em constante mudança. Mudança que às vezes a própria academia reluta em admitir. Aliás, Heráclito de Éfeso, há mais de 2 500 anos, observava que "não se pode percorrer duas vezes o mesmo rio", pois a vida está em fluxo permanente, e, como disse Camões, "todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades". Até mesmo o papa reconheceu, ao abdicar da *cathedra Petri*, que pelo menos o mundo secular dos dias de hoje está "sujeito a rápidas transformações".

Será que um dos fatores que contribuíram para a fragilidade da consciência profissional não teria sido a pouca atenção que demos aos fatos de nossa história? Quero dizer, da história da profissão, em seus componentes institucionais e pessoais? A história dos objetos e processos com

que lidamos, como o livro e a leitura? A história das formas de produção e difusão do conhecimento pelas bibliotecas? Reinserir na história o saber e a prática bibliotecária talvez contribuísse para nos darmos conta de que nosso mister, nosso fazer e nosso pensar também não escapam à coerção da história e dos hábitos sociais. Talvez seja sintomático que hoje as pesquisas sobre a história do livro e da leitura no Brasil tenham conseguido atrair mais estudiosos de outras áreas do que da área da biblioteconomia. Essa presença não é indesejável, pelo contrário. Incompreensível é que nossa presença nesse terreno seja pouco notável.

O ensino das coisas históricas quase que desapareceu dos cursos de biblioteconomia. Pouco se escreve sobre a história das bibliotecas e da biblioteconomia, pouco se sabe a respeito das pessoas que fizeram essa história. Como, por exemplo, pouco se sabe a respeito do patrono da biblioteconomia brasileira e o que ele teria feito por nossa profissão. Por isso, não faço aqui, neste dia do bibliotecário, a apologia de nosso patrono, para não repetir algo que me parece insuficiente em termos da história de sua vida de bibliotecário profissional.

Permito-me fazer uma digressão sobre a origem da figura do patrono das profissões. E, pelo que li, foi nas corporações de ofício medievais que surgiram os 'santos patronos'. Da mesma forma que antes já havia os patronos de cidades. Um santo, se possível, cuja atividade em vida, logicamente, tivesse algo a ver com a profissão que a corporação representava. São Lucas, que foi médico, é o patrono da medicina, são Jerônimo, tradutor da Bíblia para o latim, que ajudou a formar a biblioteca papal no século IV, bibliófilo e poliglota, é patrono dos bibliotecários, tradutores e enciclopedistas. Na visão dos profissionais da Idade Média, o patrono seria uma espécie de intermediário entre eles e o divino, e, como qualquer padrinho ou padroeiro, defenderia a profissão.

A instituição do patrono sofreu mudanças e, muitas vezes, santos não foram escolhidos para essa posição, mas mortais comuns, que tivessem se destacado na profissão. É o caso da enfermagem, que tem como patrona mundial a figura da inglesa Florence Nightingale, que, além de cuidar dos feridos nos campos de batalha da guerra da Crimeia, na Ucrânia, no século XIX, foi a fundadora do ensino da enfermagem moderna. E a patrona brasileira da enfermagem é Ana Néri que cuidou, nos hospitais de campanha, dos feridos na guerra do Paraguai, onde perdeu o filho e um sobrinho.

Acredito que os bibliotecários precisam fazer a biografia de seu patrono, para que sirva de exemplo para os futuros profissionais, uma vez

que não se pode negar que símbolos e valores imateriais fazem parte da consciência profissional. Toda profissão cerca-se de uma espécie de panóplia de objetos rituais — escudos, brasões, anéis, cores, lemas, capelos, togas, etc. — e de ícones humanos: os patronos. Estes, nos dias de hoje, desempenham o papel a que fazem jus por sua exemplaridade. Se foram colocados no panteão da profissão, e no lugar mais alto, é porque lhes cabe exercer a função de modelo, de exemplar, de padrão que procuraremos emular e incorporar à nossa consciência profissional.

São poucos os textos escritos sobre Bastos Tigre na sua qualidade de bibliotecário. Na realidade, textos originais, encontrei dois. Os demais repetem-nos, sem acrescentar mais informações, reiterando encômios e acrescentando outros. A pobreza de informações factuais sobre o Bastos Tigre bibliotecário revela muito menos do que o pouco que se conhece, por exemplo, sobre Calímaco (310–240 AEC). Esse pouco empenho em localizar informações factuais, extraídas de documentos primários, e não de depoimentos sem a devida comprovação, é que não pode ser aceito no caso do patrono de uma profissão que lida com a informação e documentos. Um exemplo de fraca consciência profissional?

Para justificar a ascensão de Bastos Tigre, como patrono, ao panteão da biblioteconomia brasileira, será preciso que busquemos nos arquivos institucionais as informações comprovadas que nos permitam reconstruir a vida de Bastos Tigre como bibliotecário. Para que ele surja perante nós como um exemplo a ser seguido naquilo que justifica a função social do bibliotecário. Na biografia mais completa de nosso patrono, sua presença na biblioteconomia não passa de uma simples nota de rodapé.[7] O grande biógrafo de Bastos Tigre enfatizou nesse livro suas outras facetas, de poeta, publicitário e autor de peças de *vaudeville*, que o tornaram famoso na vida literária, jornalística, teatral e boêmia do Rio de Janeiro.

Estes são tempos de revisão histórica. Temos de refletir criticamente, pois a luta por uma nova biblioteconomia não pode ser apenas o movimento que neste momento está sendo lançado no Rio de Janeiro. Temos que estar, de forma ininterrupta, em busca dessa nova biblioteconomia. Temos que a cada dia nos renovarmos como profissionais com plena consciência de nossos deveres perante a sociedade, os quais vão muito além dos muros da biblioteca.

E quero deixar aqui, para encerrar, minha contribuição para o entendimento do que seja a consciência profissional. Para mim, ela seria o processo mediante o qual os membros de uma profissão reconhecem sua existência histórica e seu papel no processo social, político, econô-

mico e cultural. A consciência profissional desenvolve-se como uma ferramenta com a qual o indivíduo procura construir o sentido de sua vida em sociedade, e também tornar sua profissão cada vez mais competente e responsável perante essa mesma sociedade. Nesse processo a consciência profissional jamais estará 'tranquila', e tampouco poderá tornar-se algo passivo, um simples resultado de impressões sensoriais acumuladas na mente. Para que a consciência profissional se torne vigência social (Ortega y Gasset), será preciso que seja um instrumento de reflexão crítica permanente sobre a profissão e o mundo de que faz parte. A consciência profissional crítica implica que os profissionais adotem uma atitude reflexiva, atitude que leve à adoção de compromissos individuais e coletivos, que extrapolem os compromissos determinados pelas relações contratuais de trabalho

E, ao terminar, peço licença para deixar aqui registrada minha solidariedade ao colega Francisco de Paula Araújo, o Chico de Paula, recentemente chamado às falas e punido pelo conselho regional de sua região por ter exercido o legítimo direito de expressar publicamente sua crítica, num editorial intitulado "Por uma nova biblioteconomia", publicado em seu blogue na revista eletrônica *Biblioo*. Força, Chico de Paula. Não esmoreça. E muito obrigado a vocês pela paciência.

Referências

1. Oliveira, Zita Catarina Prates de. *O bibliotecário e sua auto-imagem*. São Paulo: Pioneira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1983. 98 p.
2. Walter, Maria Tereza Machado Teles. *Bibliotecários no Brasil: representações da profissão*, 2008. 345 f. Tese. (Doutorado em ciência da informação.) Universidade de Brasília. Disponível em: http://hdl.handle.net/10482/5288. Acesso em: 13 maio 2015.
3. White, Alasdair. *From comfort zone to performance management; understanding development & performance*. Baisy-Thy: White & MacLean Publishing, 2008, p. 2. Disponível em: http://www.whiteandmaclean.eu/uploaded_files/120120109110852performance_management-final290110%282%29-preview.pdf. Acesso em: 25 mar. 2015.
4. Tolstoi, Lev N. *A morte de Ivan Ilitch*. In: ——. *Obra completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962, v. 3, p. 913.
5. Lampedusa, Tomasi di. *O leopardo*. Trad. de Rui Cabeçadas. São Paulo: difel, 1961.
6. Schön, Donald A. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad. de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000, p.15.
7. Meneses, Raimundo de. *Bastos Tigre e a* belle époque. São Paulo: Edart, 1966. 395 p.

27

Em busca dos temas perdidos

Não se assustem. Não pretendo emular a extensão ou a profundidade de Marcel Proust. Apelei para uma aproximação do título de seu clássico *Em busca do tempo perdido*, um pouco para chamar a atenção, para anunciar um pouco de mistério, mas, principalmente, porque temas aparentemente surgidos há pouco podem ter estado presentes em outros tempos, vistos com outros olhos de outra realidade.

Li recentemente um artigo de um norte-americano que, depois de trabalhar anos como jornalista, profissão em que ingressara sem ter de cursar uma faculdade de jornalismo, mas cujos conhecimentos e competências aprendeu na prática, colocar em dúvida sua opção posterior de fazer o mestrado de biblioteconomia. Nas palavras dele:

> Tirei meu mestrado em biblioteconomia. Hoje vejo que é legal ter esse mestrado, mas ponho em dúvida sua utilidade. Talvez porque eu fosse um estudante mais maduro e, como jornalista, tivesse aprendido bastante sobre como pesquisar informações organizadas. Na escola de biblioteconomia, no entanto, não aprendi quase nada que já não conhecesse ou que, honestamente, não percebesse que poderia ter aprendido facilmente no trabalho, por minha conta.[1]

Diz que aprendeu muita teoria, mas que nunca estudou coisas que fossem "indispensáveis e concretas para a profissão", como situações encontradas na prática. Para ele as justificativas que são apresentadas para alguém fazer o mestrado em biblioteconomia não são convincentes, inclusive a de que o curso é necessário para exercer a profissão, pois ele nada tem a oferecer que você não possa obter por meio do aprendizado na prática. Além do mais, os salários recebidos não compensam o investimento em tempo e dinheiro. Ele acrescenta que muitas pessoas têm que fazer uma escolha difícil entre o aprendizado na prática, que não

~ Apresentação no fórum Formação do Profissional da Informação: Desafio Contemporâneo, no dia 26 de maio de 2014, organizado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Reproduzida em *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, v. 5, n. 2, p. 34-50, 2014. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/84809. Acesso em: 22 maio 2015. Feitas modificações.

confere diplomas, e, portanto, limita a ascensão na profissão, e obter os títulos necessários, mas não conseguir emprego por falta de experiência ou excesso de qualificação.

Michael Kelley, editor do *Library Journal*, publicou essas ideias em editorial no número de 29 de abril de 2013 dessa revista. Concluiu seu texto com duas considerações que me parecem importantes para este encontro, guardada cautela na transposição de ideias de um contexto onde predominam bibliotecas e serviços de informação de qualidade superior. A primeira delas é se queremos uma profissão que promova a inclusão ou a exclusão de talentos. Muitas pessoas têm competência, têm talento, mas não têm diplomas, e, por isso, são excluídas. Nos Estados Unidos, segundo ele, "algumas bibliotecas, especialmente em áreas rurais, dependem de pessoal leigo". E na segunda observação faz perguntas que nós pensávamos que estavam respondidas há muito tempo:

> Seria possível a gente travar um debate racional sobre isso? [...] Por que o mestrado em biblioteconomia é indispensável? O que é que ele confere que não possa ser adquirido, progressivamente, também no trabalho? O mais importante, será que não podemos ter uma profissão fraterna, respeitada e inteligente sem depender excessivamente de um título dispendioso e desnecessariamente excludente?[1]

Para muitos de nós essa é uma discussão que remonta aos tempos quando Melvil Dewey planejava a implantação do primeiro curso de biblioteconomia no Columbia College e muitos bibliotecários, além da própria American Library Association, tinham dúvidas sobre as vantagens de um curso formal em comparação com o treinamento em serviço. Um parêntese. O curso que Dewey implantou no Columbia College, praticamente à revelia da administração da faculdade, só permaneceu ali por um ano. Problemas com a administração de um *college* que não aceitava mulheres (e a primeira turma simplesmente tinha 17 moças matriculadas e três rapazes) levaram-no para a University of the State of New York, como bibliotecário e onde o curso seria recebido. Assim, é no mínimo um anacronismo dizer que tivemos influência, nessa época, da Columbia University, que nem era uma universidade, mas um *college*.[2]

O editorial acima remete à nossa questão do reconhecimento da profissão e da reserva do mercado de trabalho para os titulados na forma da lei: nem menos, nem mais. Você não pode ter menos do que a graduação, mas, se, embalado pela cantilena da interdisciplinaridade, fizer uma pós-graduação em outra área, não estará dispensado dos prolegômenos da biblioteconomia e, portanto, não poderá ser bibliotecário. AQUI.

Uma experiência iniciada em 1955 — os cursos de bibliografia especializada, depois chamados de documentação científica — permitiu ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) introduzir na prática profissional, de bibliotecários e não bibliotecários, técnicas e conhecimentos novos que ainda não haviam sido incorporados aos cursos de graduação então existentes, como, por exemplo, bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Hagar Espanha Gomes e Célia Ribeiro Zaher, que trabalharam no IBBD desde seus primórdios e chegaram a ocupar sua direção, fizeram um relato, em 1972, que se relaciona em parte com que escreveu nosso colega norte-americano.[3]

Nesse trabalho elas lembram que o curso não estava aberto exclusivamente para diplomados em biblioteconomia, pois recebia pessoas de outras áreas. Esses profissionais de outras áreas podiam trabalhar, antes da lei que regulamentou a profissão de bibliotecário, em bibliotecas e outras unidades de informação, onde alguns alcançaram excelente desempenho. As autoras afirmam que esses documentalistas, como eram chamados, foram importantes na formação de escolas e cursos de biblioteconomia em outros estados e na criação de centros de documentação e bibliotecas centrais em universidades.

A propósito, vem-me à lembrança o nome do dr. Clodoaldo Beckmann, médico ilustre, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, que, depois de fazer o curso do IBBD, organizou a Biblioteca Central dessa universidade onde também fundou o curso de biblioteconomia em 1963. Outros nomes importantes: Dóris de Queirós Carvalho, bacharel em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1945) e que fez, em 1956, o curso de pesquisa bibliográfica em ciências naturais do IBBD. Maria de Nazaré Moreira Martins de Barros, formada em história, e que foi professora do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Pará. Haverá outros de que não me lembro ou que não foram incluídos no *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil* (1970).[4]

Essa iniciativa do IBBD seguia justificativa de ordem prática, semelhante à que levou a Biblioteca Nacional, a Prefeitura Municipal de São Paulo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)* e o

* Oddone, Nanci Elizabeth. Lydia Sambaquy e a biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. *Acervo*, v. 26, n. 2, p. 77-91, jul./dez. 2013.

Instituto Nacional do Livro a ministrarem cursos de maior ou menor duração, de maior ou menor complexidade, para capacitação e aperfeiçoamento de bibliotecários/documentalistas. Observe-se que o ensino da biblioteconomia teve nessas instituições, que não eram estabelecimentos de ensino, não só sua origem, mas também diferentes contribuições que provocaram mudanças significativas na formação de pessoal para o setor. Quando as universidades começaram a instalar, absorver ou desenvolver cursos de biblioteconomia, o país já possuía razoável experiência na capacitação de pessoal para as bibliotecas.

Sou de um tempo em que as discussões eram dominadas por dilemas (quase sempre falsos dilemas). Biblioteconomia *versus* documentação. Documentação *versus* ciência da informação. Código de catalogação da Biblioteca Vaticana *versus* código de catalogação da American Library Association. Sobrenomes compostos brasileiros: entrada pelo último ou pelo primeiro elemento? Biblioteconomia paulista *versus* biblioteconomia carioca. Documentalista *versus* bibliotecário. CDD versus CDU. Catálogo dicionário *versus* catálogo sistemático. Graduação *versus* pós-graduação. Começavam, além disso, a surgir novas palavras que aos poucos ocupavam o lugar das tradicionais. Aparece o uso do vocábulo 'suporte', provavelmente recebido por meio de textos franceses, para englobar as diferentes mídias, pois o impresso começava a perder sua hegemonia. Multimídias ou multimeios. Aos poucos a ficha vai cedendo vez ao registro catalográfico (*record*, em inglês, do latim *recordari*, dos tempos em que a memória estava no coração (*cor*), e não no cérebro).

Surgem novas disciplinas. Reprografia adquire *status* de matéria de ensino. Os cartões perfurados vão abrindo espaço. Vacila-se em como batizar a nova engenhoca, mais falada do que vista, que surgira nos EUA e cujas promessas, embora revolucionárias, ainda estavam longe do que seria conseguido em termos de trabalho com a informação textual: ordenador (à francesa) ou cérebro eletrônico, ou computador? Informática? O que é isso? O uso pouco a pouco foi tornando alguns vocábulos esquecidos ou sujeitos a mudanças de significado, enquanto outros iam se tornando onipresentes.

Falarei agora de uma palavra onipresente em nossas vidas, tanto na vida profissional quanto na vida privada. Informação.

Há poucos dias, estávamos, numa loja especializada, comprando cerâmica para a reforma de um banheiro. O vendedor, solícito, nos dava explicações e sugestões. Ao indicarmos que um modelo que estava no mostrador nos agradava, ele comentou com ar compenetrado: "Sim, é

bonito, mas tem muita informação". Alguém, ao nosso lado, que esperava a vez de ser atendido, ao ouvir o comentário do vendedor, fez um discreto gesto que orientou nosso olhar para um casal que estava a alguns metros, e disse: "Se essa cerâmica tem muita informação, o que dizer daquela senhora com tantos berloques, balangandãs, pingentes, brincos e *piercings*, além de algumas tatuagens visíveis a distância? Estaria superinformada? Ou, melhor dizendo, bem-informada? Ou seria uma vítima da sobrecarga de informação?"

No avião em que viajei para São Paulo, havia um anúncio impresso naquele lenço que protege a parte de cima do encosto do assento que dizia: "Leve no bolso o que tem valor de verdade: informação". Dizer informação é poder é um dos clichês de nossa época.

O excelente livro de Gleick, cuja leitura me foi recomendada pelo Luiz Milanesi, e que também recomendo a vocês, analisa diferentes significados da palavra informação em diferentes contextos históricos e diferentes campos do conhecimento.

Para Michael Proffitt, editor do *Oxford English dictionary* (OED), essa é uma palavra com "significativa produtividade linguística" (http://public.oed.com/aspects-ofenglish/word-stories/information/). O OED registra 18 definições do termo em sua forma simples e algumas dezenas de formas compostas. O *Dicionário Houaiss* também traz 18 definições para o vocábulo simples e uma para o vocábulo composto. O dicionário Webster, 17. O *Diccionario de la Real Academia*, oito simples e outro tanto de formas compostas. O Larousse em linha é mais comedido e mostra sete definições na língua francesa, a qual, para complicar, nos coloca à disposição outro vocábulo: *renseignement*; segundo alguns um sinônimo de *information*; segundo outros, um quase sinônimo.

São tantos os significados da palavra que o título completo do livro de Gleick é *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. Uma enxurrada, algo que supera o que podemos suportar, algo que nos pode sufocar. Para mim, uma enxurrada de significados, que cresce a cada dia. Palavra que corre o risco de se transformar naquilo que os lexicógrafos chamam de 'palavra-ônibus', aquela "cujas acepções são tantas que não comportam delimitação semântica formal", como troço, trem, coisa, treco, negócio... Como se a palavra informação fosse uma coisa proteiforme, como uma ameba a mudar de forma frequentemente.

Quando começo a pensar nos usos e na presença da palavra 'informação', principalmente em textos teóricos de biblioteconomia, ocorre-me, a título de ironia, arremedar as palavras iniciais do Manifesto Co-

munista, de 1848: "Um espectro ronda a biblioteconomia: o espectro da informação". Espectro porque se trata de algo que se desgarrou de sua base física, algo incorpóreo, fugidio, e muitas vezes assustador, que vaga pelo universo, com o qual acaba por se confundir.

Durante milênios as atividades das pessoas que cuidavam da informação (no sentido de registros feitos em algum tipo de suporte) estavam ancoradas em um objeto. Mesmo a documentação, na proposta de Paul Otlet, tinha como finalidade oferecer, sobre qualquer assunto, informações *documentadas* (grifo meu) que fossem universais quanto ao seu objeto, certas e verdadeiras, completas, rápidas, atualizadas, fáceis de obter, reunidas previamente, prontas para serem comunicadas e colocadas à disposição do maior número possível de pessoas. E as atividades dos documentalistas estariam voltadas para reunir os conteúdos de todas as publicações e de todos os escritos para formar um único livro universal. É sempre bom lembrar que o subtítulo do *Traité de documentation* é "*le livre sur le livre*".

Outro parêntese. Ortega y Gasset, remetendo para Platão, diz que os livros são 'dizeres escritos' (*logous gegrammenous*), ou 'falas escritas', 'falares escritos'. Proponho que se pense em deslocar o conceito que, em nossa área, pretendemos expressar pelo vocábulo 'informação' para o vocábulo 'enunciado', que tem uma relativa neutralidade, despido de conotações, que pode ser qualificado por outros termos que o tornem mais ajustado a diferentes contextos, como, por exemplo, 'enunciados escritos', 'enunciados orais', 'enunciados visuais', 'enunciados digitais'. Assim estaria claro que lidamos com algo que só adquire significado quando se instala e é processado na mente de alguém. Temos que lidar com o que antecede a informação, que seriam os enunciados que são portadores dela, em diferentes suportes. Fecho o parêntese.

Desnecessário dizer que os livros e demais registros impressos, ao lado do imóvel que os abrigava, vêm formando, há séculos, os pilares do ofício de bibliotecário. Nossas âncoras, os cabeços dos cais de nossas vidas profissionais, onde amarrávamos o cordame de nossas técnicas, de nossos saberes, de nossos misteres. Edson Nery da Fonseca gosta muito de citar Mallarmé: "Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre." [A citação é do texto *Le livre, instrument spirituel*, que está em *Divagations*, 1897, p. 273-280: "Une proposition qui émane de moi — si, diversement, citée à mon éloge ou par blâme — je la revendique avec celles qui se presseront ici — sommaire veut, que tout, au monde, existe pour aboutir à un livre" (Uma proposição que emana de mim — tão, diversamente,

citada em meu elogio ou por censura — reivindico-a com aquelas que se comprimirão aqui — sumária quer, que tudo, no mundo, existe para culminar num livro.)*

Lembro-me que, no início da década de 1970, perguntei a um professor alemão que viera a Brasília participar de um seminário sobre a Classificação Decimal Universal (CDU) qual era, na sua opinião, a diferença entre o trabalho de um bibliotecário e de um documentalista. Sua resposta foi curta e cortante: "O documentalista abre as publicações que recebe". Ele queria dizer que o documentalista examinava o conteúdo das publicações. Posso dizer, o documentalista lia (ou apreendia) os enunciados presentes nas páginas.

O grande debate que então acontecia era entre os que defendiam as vantagens da documentação, sua contemporaneidade, e os que diziam que ela não passava da velha e boa biblioteconomia tratada do ângulo das necessidades das ciências e das técnicas. O que seria a informação científica e técnica. Havia no quadro do serviço público federal a categoria funcional de documentalista, que conviveria por algum tempo com a do bibliotecário. Os cursos de biblioteconomia incorporaram o ensino de documentação aos seus conteúdos, como uma disciplina obrigatória a partir do currículo mínimo de 1962, embora o que fosse ministrado fosse essencialmente a história da documentação... Não era preciso formar documentalistas porque os bibliotecários já eram documentalistas *avant la lettre*.

Outro tema dicotômico (ou seria bipolar?) que aparecia nos poucos textos que se publicavam sobre a biblioteconomia no Brasil mencionava outro conflito: modelo francês *versus* modelo americano. Revisitando esses textos e lançando mão de fontes agora mais facilmente disponíveis na internet, constatei que essa era uma afirmação que se repetia acriticamente, sem a devida consulta a fontes originais e sem uma explicação que tornasse mais clara a história. Como vários outros casos em nossa literatura biblioteconômica.

Em que consistiam esses modelos? O francês, primeiro e único curso do mundo na área durante muitos anos, que teve influência na criação de cursos semelhantes em Viena, Florença, Vaticano, Marburgo e Liverpool, por exemplo, foi fundado em 1821. Uma típica *grand école*, hoje denominada École Nationale des Chartes, vinculada à Sorbonne,

* A tradução é de Fernando Scheibe. Está em MALLARMÉ, Stéphane. *Divagações*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2010, p. 180.

sempre esteve ligada à preservação e organização do patrimônio arquivístico e bibliográfico francês. Seu ensino era de natureza prática e a orientação humanística de algumas de suas disciplinas se devia à própria natureza do material com o qual os profissionais dali saídos iriam trabalhar, e que exigiriam conhecimentos associados às então chamadas 'disciplinas auxiliares da história', dentre as quais estavam a arquivologia e a biblioteconomia.

Os alunos de Chartes (os *chartistes*) estudavam paleografia, diplomática, arqueologia, história, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, bibliografia geral e serviços de bibliotecas, serviços de arquivos e filologia latina (latim medieval, francês antigo e provençal). O exame de ingresso era exigente (latim, história da França anterior a 1815, geografia histórica da França, alemão ou inglês, em exames escritos e orais). O curso durava três anos e se concluía com a apresentação de uma tese. Formava arquivistas-paleógrafos e bibliotecários. Formava pessoal para o trabalho prático. As publicações de seus professores, de seus ex-alunos, poderiam, sim, ser enquadradas no que se convencionou chamar tradição humanística porque elas versavam sobre temas geralmente associados às humanidades, como a história, as línguas clássicas, a filologia, a filosofia. À erudição.

Teria sido esse o modelo adotado na Biblioteca Nacional? Aqui, o exame de admissão consistia em prova escrita (redação) de português e uma prova oral sobre geografia, história universal, história literária e tradução do francês, inglês e latim. Parece mais simples do que o exame de ingresso de sua congênere. E quem já cursasse algum curso superior ou tivesse sido aprovado em concurso para a Biblioteca Nacional estava dispensado desse vestibular. O curso durava menos de um ano: de abril a novembro.

Destinado, de início, a seus funcionários, o conteúdo do curso teria que refletir as necessidades da Biblioteca Nacional, que nascera real e europeia, dirigida durante quase 60 anos por europeus, a maioria religiosos, rica em obras raras, estampas, manuscritos, moedas e medalhas. Daí as disciplinas bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática. Convém esclarecer que o conceito de bibliografia então adotado era muito mais amplo do que o de hoje.

Os programas das disciplinas do curso, ministradas em 1917, encontram-se em relatório de pesquisa de Simone Weitzel[5] e foram transcritos na dissertação de mestrado de Neilia Barros Ferreira de Almeida.[6] Reproduzo aqui o programa da disciplina bibliografia, que englobava

muito do que mais tarde seria desdobrado em outras disciplinas dos cursos da Biblioteca Nacional, da década de 1930 em diante:

> 1. Bibliografia: noções preliminares. 2. Tipografia: composição e impressão. 3. O livro: ornamentação, ilustração, *ex-libris*, formato. 4. Encadernação. 5. O papel: história e fabricação. 6. Conservação e restauração dos livros. 7. Invenção da imprensa; transição do livro manuscrito para o impresso; primeiros impressores. 8. Característicos do livro antigo e do moderno; incunábulos e cimélios; livros raros e preciosos; falsificações bibliográficas. 9. O jornal; a revista; o folheto; publicações periódicas. 10. Classificação; sistemas principais. 11. Classificação decimal; suas modificações. 12. Catalogação; arrumação dos livros e preparo para a catalogação; o bilhete sistemático; a ficha. 13. O catálogo; fontes de informação; repertórios. 14. A imprensa no Brasil; livros e jornais; impressores e editores; bibliografia nacional; fontes de informação. 15. Bibliotecas: história, construção, iluminação, mobiliário. 16. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; fundação e fases do seu desenvolvimento; bibliotecas no Brasil. 17. Organização e administração das bibliotecas; pessoal; estudos gerais e técnicos; exames e concursos. 18. Secretaria e arquivo; legislação, regulamentos, direitos autorais. 19. Serviço de informações. Serviço de permutações internacionais. Empréstimo domiciliar. Aquisição e remessa de livros, manuscritos, estampas e peças numismáticas para as seções. Oficinas gráficas.

O curso foi extinto em 1922 e retomado, modificado, em 1931. Ou seja, ele funcionou, nessa primeira fase, apenas nos anos de 1915 a 1920. Nesses cinco anos, de um total de 48 alunos que se matricularam a maior parte desistiu, e apenas três se submeteram aos exames finais, tendo sido dois de quatro em 1916, e um dentre cinco em 1917. Simone Weitzel foi mais arguta e encontrou seis concluintes do curso.

Seriam esses números suficientes para evidenciar uma influência sensível do chamado modelo francês no ensino de biblioteconomia no Brasil? A comparação dos diferentes elementos que constituíam os dois cursos mostra diferenças muito grandes. Se copiamos esse modelo francês o resultado foi uma cópia pálida, muito esmaecida, do curso de uma escola por onde passaram alguns nomes importantes da história cultural francesa, como Charles Victor Langlois, Henri-Jean Martin, Georges Bataille e Roger Martin du Gard.

A análise dos relatórios da Biblioteca Nacional no período também não revela muitas viagens de seus funcionários à Europa, a não ser a de Ramiz Galvão, que ali ficou quase um ano (1873–1874), visitando bibliotecas e comprando livros e manuscritos para a Biblioteca Nacional, e a de João Gomes do Rego, sub-bibliotecário e chefe da seção de numismática, que, em 1913, visitou o British Museum, a Bibliothèque Nationale e a Biblioteca Nacional de Portugal.

Em 1907, quatro anos antes de criar os cursos da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva realizou uma longa viagem pela Europa e Estados Unidos da América para conhecer suas principais bibliotecas públicas, quando já se avizinhava a inauguração do novo prédio, o que ocorreu em 1910. Grande parte do mobiliário e equipamentos da biblioteca foram adquiridos nos Estados Unidos. Atente-se para o fato de que a Europa estava em guerra (1914–1918) durante o período em que o curso funcionou. Outro fato a considerar é que Manuel Cícero Peregrino da Silva e seus auxiliares provavelmente estavam a par do que acontecia no mundo bibliotecário norte-americano, uma vez que a Biblioteca Nacional recebia o *Library Journal*, onde podiam encontrar informações sobre o ensino de biblioteconomia nos EUA. Por outro lado, deviam saber qual era a estrutura e o conteúdo do ensino na França, pois outra revista que a biblioteca recebia era a *Bibliothèque de l'École des Chartes*, que traz vários artigos sobre esta escola.

Quanto ao chamado 'modelo americano', não há dúvida de que existia, e existe, e se acha bem documentado. Ao contrário dos tempos da influência europeia a influência dos EUA surgia patrocinada por beneméritas e generosas fundações, além do apoio governamental norte-americano. A partir do final da década de 1930, muda-se a rota seguida por profissionais em busca de conhecimentos especializados. Sílvia Grillo, do Rio de Janeiro, esteve nos EUA em 1938, antes, portanto, da ida de Rubens Borba de Moraes, em 1939. Outros bibliotecários do Rio continuaram trilhando esse percurso a partir da década de 1940. A Europa, em guerra desde 1939, não oferecia condições para que brasileiros ali fossem estudar. Além de Sílvia Grillo, na década de 1940, bibliotecários da Biblioteca Nacional, como Heloísa Cabral da Rocha Werneck, Cecilia Helena de Oliveira Roxo, Emanuel Eduardo Gaudie Ley, Otávio Calazans Rodrigues, Vera Barbosa Oliveira e Maria Antonieta de Mesquita Barros foram estudar ou conhecer bibliotecas norte-americanas.

Em aproximadamente cinco anos a quantidade de profissionais que foram aos EUA superara a de todos os que haviam visitado, em caráter profissional, a Europa. Um dos estímulos disso era a política de boa vizinhança, os tempos do 'imperialismo sedutor', na irônica expressão de Antonio Pedro Tota em seu livro sobre a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. Os americanos haviam chegado. Terminada a guerra, em 1945, as portas se abriram ainda mais para quem quisesse ir à América para trazer a chave mágica que aqui abriria as portas de mais oportunidades profissionais.

Mas nem sempre isso era feito sem uma pontinha de mal-estar, pois se estava deixando de lado aquela Europa cheia de história, de encantos, de cultura, de monumentos, de bibliotecas seculares. A Europa fantasiada como humanística e principalmente a França, berço da liberdade, da igualdade e da fraternidade, deixavam saudades. A Europa tinha tudo isso, mas não tinha as técnicas e os recursos que transformaram suas bibliotecas em modelos que a própria Europa acabaria por seguir. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a influência das práticas da biblioteconomia norte-americana foi se tornando hegemônica em quase todos os países ocidentais. O grande marco miliário dessa mudança, em meu entender, no campo das bibliotecas públicas, por exemplo, foi a inauguração, em Paris, em 1977, do Centre Georges Pompidou, com sua *bibliothèque publique d'information*. A Europa, nessa história de bibliotecas, curvava-se aos Estados Unidos.

Este introito talvez tivesse sido dispensável. Desculpem-me, mas não consegui alcançar unanimidade nas ideias que pulsam em minha cabeça, umas favoráveis à sua permanência, outras à sua retirada deste texto. Concluí que, talvez, da experiência de cada um se chegue a traçar uma estratégia para superação dos problemas que nos reúnem hoje, aqui, na Universidade de São Paulo. Na própria justificativa de convocação deste fórum está evidente que nos reunimos para discutir um problema, ou vários problemas. Cito:

> A área da Informação [em caixa alta no original], estratégica para todos os segmentos produtivos do país, nas duas últimas décadas teve desenvolvimento acelerado para habilitar-se a responder às demandas cada vez maiores de conhecimento. Essa mutação acelerada criou no âmbito da universidade uma série de questões que devem ser equacionadas para que o ensino e a pesquisa respondam às necessidades do país.

O problema está explicitado e, para mim, indica que o ensino e a pesquisa atualmente praticados na área da informação são insuficientes (ou deficientes) para que possamos dar nossa contribuição ao desenvolvimento, seja ele econômico, cultural, científico, tecnológico ou de qualquer outro tipo que implique a melhoria de nossa sociedade.

Sobre a necessidade de avançar, de se desenvolver, lembro que, há 57 anos, a turma que estudava no curso da Biblioteca Nacional começava a se articular para melhorar a qualidade do ensino, o que, segundo se pensava, dependia de ampliar a duração do curso, de dois para três anos. Há quem diga, porém, que a luta por esse objetivo estava mais centrada numa reivindicação salarial do que no aperfeiçoamento do ensino, pois

a lei do plano de classificação de cargos e salários do poder executivo federal, de 1960, havia estabelecido que a gratificação por nível universitário variaria segundo a duração de cada curso. Ganharia 25% quem tivesse feito cursos de duração igual ou superior a cinco anos, e o valor ia se reduzindo até 15% para os formados em cursos de três anos. Como o curso de biblioteconomia durava dois anos, os bibliotecários ficaram no ora-veja...

No mesmo ano, outra aspiração foi atendida: a criação do currículo mínimo, passo importante para a padronização dos programas de ensino, como era exigência legal. E, culminando com o devido esplendor esse verdadeiro *anno mirabilis* de 1962, tivemos a lei que regulamentou o exercício profissional e o início das atividades de ensino de biblioteconomia na Universidade de Brasília.[7]

Percorrendo com o olhar, hoje um tanto fatigado, o panorama que fomos construindo durante esse mais de meio século, o que notamos é uma planície cada vez mais nivelada, na maior parte das vezes sáfara, onde despontam, esparsos, oásis de realizações que cumprem com a missão social das bibliotecas. Uma das mais importantes iniciativas ocorridas nos últimos quarenta anos foi, sem dúvida, a implantação do mestrado. Talvez alguém tenha analisado a evolução desses cursos e a orientação que foram assumindo. Tenho a impressão de que os primeiros que foram implantados tinham uma orientação de natureza menos teórica e teorizante. Pelo menos, no caso do curso de Brasília, de cuja criação participei, nossa preocupação era com o planejamento.

O primeiro mestrado, do IBBD/IBICT, de 1970/1971, tinha como área de concentração: organização de serviços de informação, catalogação avançada, sistemas de classificação, técnica de indexação e resumos e processamento de dados na documentação. Hoje, sua área de concentração intitula-se 'Informação e mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento', com as linhas de pesquisa 'Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento' e 'Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação'.[3]

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a área de concentração era administração de bibliotecas (1976). O curso de mestrado em biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (1977) tinha como área de concentração o tema biblioteca e sociedade, com o objetivo de analisar a prática bibliotecária no sentido

> de reorientá-la para uma preocupação de não identificar quantidade como qualida-

> de de sua contribuição ao social; refletir sobre a prática bibliotecária, situando-a no conjunto das práticas sociais, identificando: a realidade social existente, a atuação do bibliotecário nesta realidade, as instituições através das quais a atuação bibliotecária vem atingindo o público, e os organismos e movimentos alternativos às instituições oficiais, com os quais a prática bibliotecária possa vir a exercer-se, tais como as comunidades eclesiais de base, os movimentos de educação popular, etc.

Suas linhas de pesquisa eram, então, a atuação da biblioteca em comunidades, o planejamento e gerência de sistemas de serviços informacionais — que compreende o estudo da relação do Estado e biblioteca nos seus vários níveis, numa perspectiva histórica; informação para o desenvolvimento regional — aborda a informação para o insumo básico no processo de desenvolvimento socioeconômico em nível regional.

Comparemos com a atual área de concentração que agora se intitula Informação, Conhecimento e Sociedade cujo objetivo é "estimular estudos e pesquisas que visem à reflexão crítica a partir das temáticas que constituem duas linhas, como subsídios à consolidação científica da área da ciência da informação em nível nacional e internacional". A primeira linha — Memória, organização, acesso e uso da informação — "envolve questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas à produção, apropriação, democratização, representação, usos e impactos da informação, e à proteção das memórias, do patrimônio cultural e identitário, associadas ou não às tecnologias de suporte". A segunda linha — Ética, gestão e políticas da informação — "envolve questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas ao ciclo da gestão, às políticas de informação, inclusão e responsabilidade ética e social, metodologias de gestão da informação e do conhecimento, redes sociais organizacionais, associadas ou não às tecnologias de suporte".

Em determinado momento de sua inserção nos ambientes universitários, no mundo acadêmico, particularmente a partir da ordenação e cartorialização da academia pelo Estado, com a intermediação complacente dos *gatekeepers* locais da nova ciência, tem-se a impressão de que o ensino foi se distanciando das questões práticas e comezinhas do mundo real. Acredito que nas dissertações que então se faziam não se encontrariam frases do tipo "as análises foucaultianas dos artigos e citações, a partir do material bibliométrico, desvelaram importantes redes de relações entre textos, seus princípios polifônicos e intertextuais, além dos contextos em que os discursos foram produzidos e o poder de fala conferido a atores sociais desses textos". Isso me lembra a história contada por Rubens Borba de Moraes. Segundo ele, um crítico foi fazer, no

ateliê do pintor Edgar Degas, uma conferência sobre Arte, assim com A maiúsculo, em que falou de muitas coisas "bonitas e sutis". Terminada a palestra, Degas comentou: "Mais non, Monsieur, l'art c'est plus bête que ça!" [Mas, não, senhor, a arte é mais simples do que isso!] (p. 186)[8]

É corrente nos estudos sobre a crise das profissões e da educação superior o comentário sobre a existência de profissões mais e menos importantes. Num estudo hoje clássico, Nathan Glazer falou das *major* e das *minor* professions (profissões principais e profissões secundárias). As *major* professions seriam, segundo ele, medicina e direito. As secundárias seriam todo o resto, e ele cita, por exemplo, referindo-se à situação norte-americana, entre outras, pedagogia, serviço social, jornalismo e biblioteconomia (*library administration*). Glazer comenta que os profissionais dessas áreas procuraram

> elevar seu *status* de modo a se equipararem ao das 'profissões científicas' [*learned professions*]. A criação de uma base de conhecimentos científicos e a incorporação a uma universidade foram consideradas como necessárias a esse melhoramento.[9]

Esse afã por equiparar-se aos astros principais da constelação acadêmica acarretou, em primeiro lugar, uma busca ansiosa por novos guias, de preferência aqueles que, pela plasticidade de seu pensamento, pudessem ser cooptados das áreas científicas, eruditas, humanísticas e filosóficas, para a construção de um discurso em que se provasse que também éramos filhos de Minerva. Aos poucos foram sendo largados na beira da estrada os pensadores que haviam tido sua origem na prática biblioteconômica. Paul Otlet, Suzanne Briet, Ranganathan, Jesse Shera e tantos outros foram substituídos por estudiosos cujas praias estavam muito distantes das questões básicas e práticas de nosso ofício.

Quantos mestres e doutores foram titulados pelos cursos de pós-graduação em biblioteconomia, perdão, em ciência da informação? Quantos se dirigiram para o ensino? Quantos estão trabalhando em bibliotecas ou outras unidades de informação? Quantos buscaram essa titulação com a finalidade de obter um ganho salarial, em funções alheias ao conteúdo do curso frequentado? Quantos contribuíram com inovações tanto para a teoria quanto para a prática?

Segundo estimativas do Conselho Federal de Biblioteconomia haveria hoje uma demanda reprimida de 175 mil bibliotecários. Calcula-se que a produção anual dos quase 40 cursos de graduação seja de mil profissionais. Nesse ritmo, levaremos quase dois séculos, isto é, 175 anos para

atender a essas necessidades. Acho que não chegaremos lá, nós, aqui presentes. Mesmo somando a isso os egressos dos cursos de mestrado e doutorado, os que se formam em cursos afins, os tecnólogos da informação e mais os técnicos de nível médio, concluímos que, para transformar nossa sociedade numa verdadeira sociedade da informação, o modelo atual está falido, morto, e ninguém ainda se deu conta disso.

A hipótese pessimista é que nossa sociedade chegará lá, mas que nós, bibliotecários como hoje nos apresentamos, seremos barrados nesse baile. A hipótese otimista é que essas estimativas sejam apenas uma simulação inconsequente e que os 30 mil, ou 20 mil, profissionais atuais dão de sobra para as nossas necessidades. Não acredito em nenhuma das duas hipóteses. Mas acredito plenamente que se algum governante tomar a decisão de atender aos nossos reclamos e instalar uma biblioteca pública de verdade em cada município e em cada uma das escolas públicas do ensino fundamental e médio, teremos que colocar de quarentena a regulamentação da profissão, abri-la para pessoas que estejam dispostas a fazer cursos intensivos, reinventar os cursos de biblioteconomia (ou biblioteconomias?), ampliar os programas de ensino a distância, montar cursos *online* abertos e massivos (os MOOCs, muques ou moques), formalizar o treinamento em serviço, ampliar a oferta de atividades de competência informacional de modo a tornar os cidadãos cada vez mais autônomos na busca e utilização de informações. Partir para iniciativas inovadoras, não só de composição dos conteúdos, mas de duração dos cursos, que poderiam tê-la reduzida. Reconhecer o fato de que leigos e amadores também podem organizar a informação. Apropriar-se de ferramentas disponíveis na internet para a organização de acervos, como os programas de catalogação social.

Algumas palavras correntes no mundo acadêmico são interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transversalidade. Quem lida com a informação não estaria no que poderíamos chamar de circumdisciplinaridade? Todas as disciplinas nos alimentam e alimentamos todas elas. Nas unidades mais complexas há necessidade de profissionais de diferentes campos atuando em equipe e em processo de intercâmbio de conhecimentos e experiências.

É provável que, com exceção das bibliotecas de um único profissional, poucas bibliotecas neste país contem com o trabalho exclusivo de bibliotecários. Estes não bibliotecários podem ser mestres ou doutores em ciência da informação, com bacharelado em outras áreas, e que são contratados com outras denominações funcionais, ou profissionais que

se mantêm em seu campo mas que atuam nas equipes multiprofissionais em bibliotecas de maior porte. Estou pensando nos profissionais de informática (ciência da computação), administração, linguística, história, educação, artes, animação cultural, jornalismo, psicologia, etc.

Nosso olhar vê apenas a ponta do *iceberg*. Na parte submersa há uma diversificada presença de profissionais e não profissionais que contribuem para que ainda haja serviços de bibliotecas, principalmente nas periferias pobres das cidades e nas zonas rurais. Alguém já estudou a possibilidade de adotar, em relação às bibliotecas, programa semelhante ao dos agentes comunitários de saúde? Buscar na experiência dos agentes de leitura do programa Arca das Letras e de outros projetos assemelhados ideias novas que permitam a esses trabalhadores atingir outro nível de capacitação?

A realidade diante de nós talvez esteja a sugerir que o futuro não está numa única biblioteconomia. Mas em múltiplas biblioteconomias. Por exemplo, a biblioteconomia patrimonial, para organizar e preservar a riqueza de nosso patrimônio bibliográfico. A biblioteconomia digital para nos levar, de forma inteligente, cooperativa, colaborativa e econômica, ao crescente mundo da informação em rede e dos documentos digitais e digitalizados. A biblioteconomia para as novas formas de educação que surgirão com a adoção de novas formas de ensino e aprendizagem. Sem esquecer de estimular a biblioteconomia faça-você-mesmo: a biblioteconomia como bricolagem.

Ainda há mais temas perdidos. A cooperação e o trabalho voluntário, por exemplo. Mas vou ficando por aqui, para não entrar em especulações filosóficas como as do mito do eterno retorno, de Nietzsche. Não quero viver a mesma vida inúmeras vezes, sem nada de novo, regozando infinitamente os mesmos prazeres e padecendo as mesmas dores. Acho mais importante recorrer, neste epílogo, a palavras parecidas com as da tese de outro importante filósofo do século XIX e dizer: "Os cientistas da informação se limitaram até hoje a interpretar o mundo da informação; cabe agora transformá-lo."

Referências

1. Kelley, Michael. Editorial. *Library Journal*, v. 29, Apr. 2013.
2. Trautman, Ray. *A history of the School of Library Service: Columbia University.* New York: Columbia University Press, 1954.
3. Gomes, Hagar Espanha; Zaher, Célia Ribeiro. A experiência do IBBD na preparação de cientistas da informação. In: Seminário Latino-Americano sobre Preparação de Cientistas da Informação. Rio de Janeiro: IBBD, 1972, p. 315-323.

4. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil*. Rio de Janeiro: ibbd, 1970. Disponível em: www.livroaberto.ibict.br/handle/1/991. Acesso em: 15 maio 2014.
5. Weitzel, Simone da Rocha. *Relatório final do projeto de pesquisa: origem e fundamentos do ensino de desenvolvimento de coleções no Brasil, a partir da 1ª fase do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: unirio, 2009.
6. Almeida, Neilia Barros Ferreira de. *Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência da Informação, UnB, 2012. Disponível em: https://repositorio.unb.br/jspui/handle/10482/11170. Acesso em: 5 fev. 2025.
7. Borges, Maria Alice Guimarães; Brito, Marcílio de. *Criação da Faculdade de Biblioteconomia da UnB 1962–1967*. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2013, p. 33. Disponível em: https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/183. Acesso em: 7 fev. 2025.
8. Moraes, Rubens Borba de. *Testemunha ocular: (recordações)*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2011, p. 186.
9. Glazer, Nathan. The schools of the minor professions. *Minerva*, v. 12, n. 3, July 1974.

28

A coleção brasiliana de Rubens Borba de Moraes

Em suas memórias e entrevistas, Rubens Borba de Moraes lembrava que seu "amor pelos livros" começou cedo, antes de completar dez anos de idade. Nessa época, primeiro em Paris, depois em Genebra, mergulhou na leitura dos clássicos da literatura infantil e juvenil. Pressionava o pai para que lhe comprasse todos os livros de Jules Verne. O pai concordou com a condição de que não daria todos ao mesmo tempo, mas aos poucos: somente depois de terminar um livro é que ganharia outro.

Logo esse "amor aos livros" virou "loucura bibliófila", quando estava nos seus 14 ou 15 anos. Quando morou em Genebra, economizava o que podia e frequentava livrarias em busca de tesouros para sua coleção. Era a bibliofilia de livros bonitos, de primeiras edições, de tiragens especiais e limitadas, como os "livros de luxo em subscrição".[1]

Dessa época, da infância até os 20 e poucos anos, deixou-nos um caderno de leituras. Onde anotava os nomes dos autores e títulos que lia. O título que inaugura o caderno do menino Rubens Borba é, nada mais nada menos, um livro escrito pelo seu autor preferido de então e que se passava na região amazônica: *A jangada: oitocentas léguas pelo Amazonas*, de Jules Verne. Lido em francês, *comme il faut*. Nesse caderninho, que me foi revelado pela querida amiga Ana Maria de Almeida Camargo, ele registrou os livros lidos até dezembro de 1921, totalizando 588 títulos. Nem todos os livros que ele leu, principalmente depois da adolescência, se encontram ali, pelo que se deduz da leitura de seus depoimentos e memórias, mas os que estão nos fornecem bons elementos para conhecer uma parte do processo de sua formação intelectual.

O Brasil de *La jangada* seria para a criança europeia da primeira década do século XX tão exótico quanto foram para nós, brasileiros, que viviam mais perto da selva, a leitura das paisagens siberianas de Miguel Strogoff. É impossível resistir à tentação de insinuar que *La jangada* foi

Contribuição à 1ª Jornada de Estudos Rubens Borba de Moraes, realizada em São Paulo, de 11 a 13 novembro de 2014, patrocinada pela Editora Universidade de São Paulo e realizada na Biblioteca Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo.

o primeiro livro de viajantes lido por Rubens Borba, sem o realismo antropofágico de um Hans Staden, mas certamente com aventuras muito mais emocionantes e imaginosas, como eram as dos volumes da série *voyages extraordinaires* de Júlio Verne, todos lidos por ele.

Nesse rol cronológico de leituras, o Brasil reaparece, em 1911, no item de número 73, que corresponde a *Lendas brasileiras* ("coleção de 27 contos para crianças"), de Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Melo (Rio de Janeiro: Laemmert, 1908), com ilustrações antológicas de Julião Machado. Livro que até hoje circula nas livrarias, em sucessivas edições. Passaram-se sete anos e 253 títulos, até chegar a outro livro relativo ao Brasil. Trata-se de *Le roman au Brésil*, de Benedito Costa, publicado pela Garnier, em 1918, em Paris. Wilson Martins nos diz que, para Benedito Costa, a literatura brasileira parecia ser "um ramo transatlântico da maravilhosa e embriagadora literatura francesa".[2] Haveria um ressaibo deixado pela leitura do livro de Benedito Costa na opinião que Rubens Borba externava sobre a literatura brasileira do século XIX? Esta lhe parecia "literatura francesa subdesenvolvida".[3] Outras vezes repetirá, em seus depoimentos, esse mesmo julgamento.

Ainda em 1918, lê as *Memórias póstumas de Brás Cubas*. No ano seguinte, ano da volta a São Paulo, chega a vez de *Inocência* e dois títulos portugueses: *A cidade e as serras* e, da escritora Virgínia de Castro e Almeida, o livro de contos *A praga*. Em 15 de setembro, no Havre, registra *Canaã*, e, a partir de 9 de dezembro, instalado em São Paulo, é que ocorrem com maior frequência as leituras de brasileiros e portugueses.

Em 1921, cerca de dois depois anos de seu regresso, e em decorrência do esforço para se abrasileirar, passa a se dedicar ao estudo da história do Brasil. Tendo ido ainda criança para a Europa, queria agora, adulto, conhecer seu país e sua história. Na realidade, a partir de então, todos os seus estudos e interesses, inclusive bibliofílicos e bibliográficos, se concentrarão num único tema: o Brasil. Num dos vários depoimentos que prestou é enfático ao dizer que não se sentia tão brasileiro quanto, por exemplo, Mário de Andrade, e que "queria ficar brasileiro".

Defrontou-se, nesse estudo, no entanto, com a falta de bibliografias que o orientassem, e tinha que recorrer aos amigos, como Mário de Andrade e Yan de Almeida Prado, para que lhe indicassem as leituras de que precisava. Veio-lhe, então, a "ideia de comprar os livros antigos", "as obras básicas tão citadas pelos historiadores"[4] — a "brasiliana antiga" de que fala Afonso de E. Taunay, em artigo de fevereiro de 1931, republicado na apresentação de *Duas charadas bibliographicas*, de Félix Pacheco.

As coleções reunidas por Rubens Borba

Os quase 600 títulos de livros que estão arrolados no seu caderno de leituras correspondem ao que seria sua primeira "biblioteca", os livros que nortearam sua formação cultural.

Ao definir, em 1921, sua "nova orientação de bibliófilo", agora voltada para os livros sobre o Brasil, ele se desfez das primeiras edições e dos livros franceses de luxo, comprados durante seus anos na Suíça. Para isso recorreu ao amigo José, livreiro da livraria Garraux, em São Paulo. José tornou-se depois famoso como o editor José Olympio. José conseguiu vender todos os livros a vários de seus clientes, "principalmente ao Ciccillo Matarazzo".[5] O dinheiro da venda ele investiu, então, no que devem ter sido as primeiras aquisições substanciais de "livros antigos sobre o Brasil" para sua biblioteca.

Em 2013, a biblioteca do milionário paulista foi comprada pelo empresário cearense Airton Queiroz. É provável que estejam agora em Fortaleza, na Fundação Edson Queiroz, pelo menos alguns dos belos livros trazidos da Europa por Rubens Borba de Moraes.[6]

O tema que escolheu (ou foi levado a escolher) era e talvez ainda seja o que reunia maior número de colecionadores. Em 1965, considerava ser esse o caso mais frequente, o de "colecionador de livros antigos sobre o Brasil".[7] Sua opção incluía também os primeiros livros aqui impressos, mesmo que não tivessem o Brasil como assunto. O território das primeiras edições feitas no país era um "verdadeiro sertão, que poucos bandeirantes percorrem guiados por roteiros incertos. É um assunto pouco conhecido, onde um bibliófilo estudioso pode fazer descobertas sensacionais."[8]

Não se ateve à sua definição de brasiliana ("todos os livros sobre o Brasil, impressos desde o século XVI até fins do século XIX, e os livros de autores brasileiros, impressos no estrangeiro até 1808"[9] e colecionou obras que pertenceriam à classe que propôs que fosse denominada brasiliense, que abrangeria os livros "impressos no Brasil e procurados pelos bibliófilos". [...] Os bibliófilos estrangeiros procuram de preferência os livros de Brasiliana, enquanto os colecionadores nacionais procuram mais os livros de Brasiliense".[10] Em 1983, disse que tinha "feito a asneira" de tratar dessa definição num livro (*O bibliófilo aprendiz*), mas que não acreditava nisso, que essa categorização tinha sido feita "a olho", que ela havia caído por terra. E arrematava: "é muito bom que caiam todas as definições".[11] Procurava, no entanto, manter o que chamou de "harmonia

da coleção", e recomendava aos novos bibliófilos que evitassem misturar assuntos diferentes. "As misturas em coleções, seja lá do que for, não são geralmente de bom gosto. Mistura só tem bom gosto em *cocktails*."[12]

Comprava de particulares, buquinava em livrarias e sebos de São Paulo e do Rio, recorria a amigos em suas buscas em outras cidades, importava de livreiros de outros países, ou os adquiria diretamente no exterior, nos anos em que morou em Paris (1949–1953) ou em Nova York (1954–1958). Nos primeiros anos após seu regresso manteve uma conta em Paris e "mandava buscar tudo o que saía de novo".[13] Enfim, seguia o mesmo caminho trilhado por outros bibliófilos, como José Carlos Rodrigues, por exemplo, de quem ele disse:

> Rodrigues não poderia ter reunido essa esplêndida coleção, se não tivesse vivido tantos anos em Nova York e se não tivesse feito viagens à Europa. Não havia no Brasil, naquele tempo, o ambiente necessário para a formação do admirável bibliófilo que foi. Não era nos sebos do Rio, nem nas nossas bichadas bibliotecas de então, que poderia ter visto belos exemplares de livros raros e educado seu gosto. Esse gosto, inato nos verdadeiros bibliófilos, foi-se apurando no estrangeiro no convívio com os grandes livreiros, as grandes bibliotecas e outros bibliófilos.[14]

Em carta para Sérgio Buarque de Holanda, de 14/6/1940, pede-lhe que verifique se a biblioteca do ministro Soriano, que estava sendo vendida pelo livreiro J. Leite, possuía "alguma coisa de brasiliana". Referia-se à biblioteca de José Soriano de Souza Filho, que fora ministro do Supremo Tribunal Federal e morrera em 1938. Em carta posterior, sem data, acusa recebimento da resposta de Sérgio Buarque sobre o "negócio dos livros do J. Leite". Acho que o trecho todo merece ser transcrito:

> [...] francamente o homem está louco! Pedir por 119 vols. uns sessenta contos é desvario! Eu calculava uns 20 contos no máximo. E isso por causa da col. do "Patriota", do poema "A Assumpção", de fr. Fr. de São Carlos e outras brochurinhas muito raras. Acontece que eu possuo umas 12 obras das que ele pôs à venda e muitas das mais raras. E possuo também umas 7 ou 8 que ele não tem. Quanto vale então o meu lote? Nunca avaliei uma brochura da Impressão Régia em mais de 100 ou 200 mil-réis e assim mesmo quando é raríssima segundo J.C. Rodrigues ou V. Cabral! Esses livreiros perderam a cabeça, isso é inflação pura! Mas será que ele encontra comprador por esses preços? É capaz, toda gente está louca! O Eichner está convencido que livro barato não se vende, sobe os preços e vende cada vez mais!
> Não adianta eu fazer oferta. Vou continuar procurando impressões da Imprensa Régia etc. E pagando a 100 mil-réis no máximo. O resto é loucura de novo rico.
> Se por acaso V. souber que ele resolveu ficar com o lote, avise-me. Então comprarei algumas obras que ambiciono ter.[15]

Apesar do tom resmungão da carta, suas relações com os livreiros sempre foram excelentes, pautadas pela cortesia e pela disposição em não regatear, a não ser, como no exemplo acima, quando os preços eram absurdos. Faz algum tempo, fui surpreendido, em meu trabalho, por um telefonema de Antônio Tavares de Carvalho, seu livreiro de Lisboa, que numa conversa longa e cheia de casos, falou de seus negócios com bibliófilos brasileiros e estendeu-se em elogios a seu grande amigo, tendo lembrado que fora ele quem conseguiu para Rubens o exemplar do primeiro livro impresso no Brasil. Parece que o único que conseguiu fazer com que Rubens Borba rompesse essa relação amistosa com os livreiros foi Olinto de Moura, de São Paulo, como relata nas memórias.[16]

Não lhe bastava simplesmente colecionar. Num empreendimento muito mais complexo e ambicioso do que colocar autor e título num caderno de leituras resolve catalogar os livros de sua biblioteca. Além do vírus da bibliofilia também o da bibliografia rompera sua resistência imunológica. Muitos importantes bibliófilos na longa história do colecionismo da palavra impressa, inclusive no Brasil, acabaram aportando nas águas da bibliografia. Rubens Borba seria um deles.

No colofão da primeira edição de sua *Bibliographia brasiliana* (1958), ele esclarece ao leitor que aquele era um trabalho que começara havia muito tempo, nas suas palavras uns "bons trinta anos" [em inglês no original].[17] Feitas as contas, recuamos ao ano de 1928, ou seja, cerca de sete anos após a decisão de formar sua brasiliana.

Em carta de 20 de março de 1939, para Carl H. Milam, diretor executivo da American Library Association, informa que está de acordo com o programa de visitas que faria a bibliotecas norte-americanas, e solicita, em virtude de estar elaborando uma bibliografia de livros antigos e raros de brasiliana, que lhe seja possibilitado trabalhar numa biblioteca onde pudesse encontrar material pertinente aos seus estudos, e dá os exemplos da coleção Oliveira Lima, na Catholic University de Washington, da Library of Congress e da Columbus Memorial Library da Organização dos Estados Americanos.[18] Visitou todas elas, como registrou em seu diário de viagem,[19] e a New York Public Library, que menciona no relatório apresentado ao prefeito de São Paulo, ao voltar dos EUA.

Mais tarde, nos anos em que trabalhou para a ONU, em Paris e Nova York, não esmoreceu na elaboração da *Bibliographia brasiliana*. Em todos os lugares por onde passava procurava, para descrevê-los, livros raros sobre o Brasil.

Quando, aposentado da ONU, voltou para o Brasil, depois de mais

de dez anos de ausência, trouxe 50 caixas com cerca de três mil livros.[20] Decorridos 44 anos desde que tomara a decisão de formar sua biblioteca, possuía uma excelente brasiliana, que se destacava pela "beleza dos exemplares, grande parte em encadernação da época" (p. 230).[21]

Rubens dividiu sua biblioteca em três partes: 1) os livros antigos estrangeiros sobre o Brasil; 2) os livros de autoria de brasileiros do período colonial; 3) as primeiras impressões feitas no Brasil; e 4) as obras de história e literatura de autores brasileiros do século XIX.

Sempre que tinha oportunidade reiterava que a primeira parte (os livros estrangeiros sobre o Brasil) "era, modéstia à parte, uma das melhores em mãos de particular. Era rica, riquíssima, em obras de viajantes" muitas delas raríssimas. Calculava que possuía cerca de 80% das obras citadas na *Bibliographia brasiliana*, além de uma boa coleção de folhetos brasileiros impressos na época da Independência.[22]

Infelizmente, por não ter numerado os itens da *Bibliographia brasiliana*, nas duas edições, torna-se difícil aferir a precisão desses 80%. Mesmo sem numerá-los, se tivesse indicado a localização de cada item, como foi feito na *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*, esse trabalho seria facilitado.

Em outro depoimento, diz, sem meias medidas, que sua brasiliana era "uma biblioteca excelente". Para ela adquirira exemplares, quase sempre em estado excelente ou bom, das obras mais ambicionadas pelos colecionadores e as que mais utilidade têm para os estudiosos das coisas do Brasil. Considerava-se um maníaco por almanaques, dos quais possuía uma boa coleção. Uma parte ele doou ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, outra para a biblioteca municipal, atual Biblioteca Mário de Andrade, no tempo eu que era seu diretor, tendo ficado com "poucos mas raríssimos exemplares".[23]

Em suas memórias fez questão de registrar o primeiro título que adquiriu para sua brasiliana: as *Memórias para a história da capitania de S. Vicente*, de frei Gaspar da Madre de Deus (Lisboa, 1797). Anos depois comprou um segundo exemplar, que apresentava as margens não tão curtas quanto as do primeiro que adquirira de Yan de Almeida Prado.

Em meados da década de 1960, vendeu essa coleção ao amigo José Mindlin. Eram 1 700 volumes, que foram avaliados, com a participação de Walter e Stefan Geyerhahn, sócios da Livraria Kosmos, em 80 mil dólares, valor cujo poder aquisitivo seria equivalente hoje a cerca de 600 mil dólares. Dinheiro que empregou numa viagem de seis ou sete meses pela Europa, sendo três meses em Portugal, ocasião em que comprou a

Relação da entrada do bispo e outros "livrinhos". E ainda sobrou dinheiro para a construção de uma casa em Brasília.

A segunda parte, a de livros do período colonial, era uma "coleção única pelo conjunto e pela beleza dos exemplares". Falava com orgulho e satisfação desse exemplar da *Relação da entrada do bispo*, de Luís Antônio Rosado da Cunha: "Só existem uns seis ou sete exemplares no mundo, o meu é o único em mãos de particular, os outros estão em bibliotecas públicas. Foi meu amigo Antônio Tavares de Carvalho, de Lisboa, quem me proporcionou esse negócio estupendo."[24] Nessa coleção baseou a *Bibliografia brasileira do período colonial*, cujo conteúdo foi depois incorporado à segunda edição da *Bibliographia brasiliana*.

A terceira parte — as primeiras impressões feitas no Brasil — era constituída pelos materiais da Impressão Régia e das edições feitas nas províncias. Uma boa parte da produção da Impressão Régia citada na bibliografia que ele compilou em colaboração com Ana Maria de Almeida Camargo pertencia à sua coleção. Contei, no primeiro volume desta bibliografia, 368 itens (25,77% de um total de 1 428) que pertenciam à biblioteca de Rubens Borba de Moraes. No segundo volume (legislação), de 720 itens 386 (53,61 %) lhe pertenciam.[25]

Possuir esses 774 itens da Impressão Régia permitia-lhe afirmar que essa era "a maior coleção em mãos de particular" de livros dessa categoria.[26] Possuía ainda manuscritos de autores brasileiros do período colonial, como, por exemplo, um códice de 1762, que foi publicado com o título de *Um código setecentista inédito de Gregório de Matos*, organizado por Fernando da Rocha Peres e Silvia La Regina, publicado em 2000, pela Editora da Universidade Federal da Bahia .

Exemplares de primeiras edições feitas nas províncias, em número de 74 títulos, foram mostrados na exposição sobre história da tipografia no Brasil, realizada no Museu de Arte de São Paulo, em 1979. Sua coleção dos primeiros livros impressos na Bahia era a melhor que havia.

A quarta parte — obras de história e literatura de autores brasileiros do século XIX — contava com itens preciosos (sua diretriz era "adquirir somente as primeiras edições das obras-primas"), raríssimos, como alguns que ele menciona em sua autobiografia, a saber, as obras completas de José de Alencar e Taunay, *Espumas flutuantes*, *Memórias de um sargento de milícias*, *A escrava Isaura*, *O mulato*, *Tu, só tu, puro amor*, *A carne*, *Iaiá Garcia*, *Deuses de casaca*, *O marido da adúltera*, *Inocência*, *O Ateneu*, *Primeiros sonhos*, todos extremamente raros e sempre ambicionados pelos colecionadores de brasiliana,

> alguns clássicos de menor raridade e uma série de romances publicados em Sorocaba, Pindamonhangaba, Itu, etc. Muito difíceis de encontrar. Tinha nessa época, e tenho até hoje, mais alegria em comprar uma brochurinha de um poetastro brasileiro do século XVIII, como Joaquim José de Sant'Ana Esbarra, a adquirir uma primeira edição de B. Lopes.[27]

Esses livros não constituíam, porém, motivo de maior satisfação para o bibliófilo que continuava coerente com sua opinião de jovem sobre a qualidade inferior de nossa produção literária do século XIX. Quando se mudou para a casa de Bragança Paulista, colocou esses livros em fila dupla, nas prateleiras, num lapso inconsciente que deixava transparecer que não lhes dava grande importância. Depois disso resolveu vender as "filas duplas" para José Mindlin.[28] Lá se foram 1 200 volumes.

Podemos estimar, com generosas margens de erro, que Rubens Borba reuniu durante sua vida cerca de 4 600 volumes de obras importantíssimas para nosso patrimônio histórico e cultural.

As cerca de 1 700 obras que ainda possuía ao morrer foram legadas, por decisão testamentária, a José Mindlin e se destinavam, junto com os anteriormente vendidos a ele e mais os que constituíam a brasiliana do grande amigo e camarada da bibliofilia brasileira, a formar a biblioteca onde estamos reunidos. Conforme afirmou em uma entrevista:

> Esta coleção […] vai ser incorporada à biblioteca de José Mindlin e nós vamos fazer uma fundação, uma fundação de livros raros, de acesso somente a especialistas, […] que será, creio eu, pelo que o José Mindlin tem e o pouco que eu tenho, uma biblioteca essencial para o estudo sobre o Brasil.[29]

Coda

A bibliofilia — e aqui recorro, com todas as licenças necessárias, à terminologia dos psicólogos — às vezes torna-se um caso *borderline*. Ou seja, fica ali entre a razão e a loucura. Ser bibliófilo ou bibliômano, eis a questão. Em casos extremos pode virar uma variante de acumulação compulsiva, ou síndrome de Diógenes, em que o colecionador perde-se na obsessão de atrair para sua esfera de vida, para seu controle, seus objetos de desejo. É o possuir pelo possuir. Como disse alguém que li na internet, mas não anotei o nome, o bibliófilo é o senhor de seus livros; o bibliômano é escravo deles.

A bibliofilia praticada por Rubens Borba de Moraes e que interessa a nós, aqui reunidos, é a praticada pelos que se deixam enlaçar nas teias sedutoras do universo da palavra impressa com a finalidade de tecer ou-

tras redes de ligação e intercâmbio de conhecimentos entre as pessoas. É uma mania que aproxima os homens, não um capricho solitário de misantropos *borderline*. Seu papel, principalmente no Brasil, onde o poder público parece que desconfia (ou teme) da importância das bibliotecas e de outras instituições culturais, as bibliotecas de obras raras e valiosas preenchem essa lacuna de preservação da memória cultural, da identidade social, mesmo que parcialmente.

Rubens Borba de Moraes costumava dizer que era um homem voltado para o fazer. Estava naquele seu "espírito de paulista de querer fazer coisas".[30] Como se fazer uma brasiliana não lhe bastasse, seguiu o mesmo caminho de outros bibliófilos ilustres que se fizeram bibliógrafos e nesse processo ampliaram o alcance de sua atividade de preservadores de nosso legado cultural, por meio da produção de instrumentos que, além de facilitadores do trabalho intelectual, propiciam o mapeamento e a difusão dos registros relevantes para nossa história.

Para encerrar, recorro, como fez o amigo comum Edson Nery da Fonseca, às mesmas palavras que Carlos Drummond de Andrade empregou ao se referir a Antônio Simões dos Reis, que foi um dos maiores conhecedores de bibliografia brasileira. Ele

> possui os dois vícios maravilhosos: é bibliófilo e bibliógrafo. Se quem possui um vício intelectual é feliz, o que possui dois está acima da felicidade, do tempo e da vida terrestre. […] Do bibliófilo ao bibliógrafo a distância é variável. Alguns nunca a transpõem. Outros vencem-na de um salto. […] O muito amar os livros não fez dele o ciumento que mal ousa tocar em seus tesouros. Simões serviu-se, mesmo, da bibliografia como um instrumento de comunicação cordial entre os livros e os seus possíveis amadores.[31]

Tenho a esperança de que ambos, Drummond e Simões dos Reis, me perdoarão por ter tomado de empréstimo as palavras de um e o mérito de outro para aqui registrar o respeito e a admiração que merece a obra de Rubens Borba de Moraes.

Referências

1. Moraes, Rubens Borba de. *Testemunha ocular (recordações)*. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2011, p. 226.
2. Martins, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1978, v. 6, p. 132.
3. *Testemunha ocular (recordações)*, p. 119.
4. Id., p. 227.
5. Id., ibidem.
6. Fundação Edson Queiroz adquire biblioteca de Ciccillo Matarazzo. *unifor notí-*

cias # 243. Disponível em: https://unifor.br/jornal-unifor-noticias-arquivo. Acesso em: 7 fev. 2025; e Gonçalves Filho, Antonio. Livros raros da biblioteca pessoal de Matarazzo vão para Fortaleza. *O Estado de S. Paulo*, 15 nov. 2013. Disponível em: https://www.estadao.com.br/cultura/livros-raros-da-biblioteca-pessoal-de-matarazzo-vao-para-fortaleza/. Acesso em: 7 fev. 2025.

7. Moraes, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz.* 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos / Livros; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998, p. 109.
8. Id., ibidem, p. 151.
9. Id., ibidem, p. 177.
10. Id., ibidem.
11. Moraes, Rubens Borba de. Entrevista a Maria Regina Dantas Rodrigues, em 19/9/1983. Transcrição feita pela Biblioteca Mário de Andrade, onde se acha depositada. 30 f., p. 27.
12. *O bibliófilo aprendiz*, p. 177-178.
13. 13. Moraes, Rubens Borba de. Entrevista a Maria Alice de Oliveira Faria: Influências francesas nos participantes da Semana de Arte Moderna de 1922. *Alfa, Revista de Linguística*, v. 22/23, 1976/1977. Disponível em: http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/ view/3591/3360. Acesso em: 9/11/2014.
14. *O bibliófilo aprendiz*, p. 110.
15. Moraes, Rubens Borba de. Carta para Sérgio Buarque de Holanda. Cópia cedida pelo Arquivo Central da Universidade de Campinas.
16. *Testemunha ocular (recordações)*, p. 235-237, 240 nota 14.
17. Moraes, Rubens Borba de. *Bibliographia brasiliana: a bibliographical essay on rare books on Brazil published from 1504 to 1900 and works of Brazilian authors published abroad before the Independence of Brazil in 1922*. Amsterdam: Colibris Editora, 2 v.
18. ———. Carta a Carl H. Milam. 20/3/1939. American Library Association Archives, sob custódia da University of Illinois-Champaign, rs 2/4/46. Rockefeller Foundation grants file. Box 1, folder "Latin American grants 1939-40".
19. Report of Dr. Borba de Moraes for information of the Executive Board and Committee on Library Cooperation with Latin America (report to the mayor of São Paulo. American Library Association Archives, sob custódia da University of Illinois-Champaign, rs 2/4/46. Rockefeller Foundation grants file. Box 1, folder "Latin American grants 1939-40".
20. *Testemunha ocular (recordações)*, p. 279.
21. Idem, ib., p. 230.
22. Id., ib., p. 231.
23. ———. Depoimento. *sphan Memória Oral* n. 2, 1987. 48 p. Depoimento a Teresinha Marinho, em 22/10/1982.
24. *Testemunha ocular (recordações)*, p. 234.
25. Camargo, Ana Maria de Almeida; Moraes, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808–1822*). São Paulo: Edusp; Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1993. 2 v.
26. Moraes, Rubens Borba de. Entrevista a Maria Regina Dantas Rodrigues, em 19/9/1983. Transcrição feita pela Biblioteca Mário de Andrade, onde se acha depositada. 30 f. op. cit. p. 26.
27. *O bibliófilo aprendiz*, p. 235.
28. Id. ibidem, p. 238.

29. Moraes, Rubens Borba de. Entrevista a Maria Regina Dantas Rodrigues, em 19/9/1983. Transcrição feita pela Biblioteca Mário de Andrade, onde se acha depositada. 30 f. op. cit. p. 27.
30. ———. Depoimento. *sphan Memória Oral* n. 2, 1987. 48 p. Depoimento a Teresinha Marinho, em 22/10/1982. p. 37.
31. Andrade, Carlos Drummond de. Poesia e utilidade de Simões dos Reis. In: ———. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1964, p. 543-546.

Índice

AACR 96, 97
ABRAINFO *ver* Associação Brasileira de Profissionais da Informação
ação programada 231, 232, 245, 246, 248
acesso livre
  à informação 159, 316-318, 320, 322-324, 327-329
  nas bibliotecas 98, 126, 171, 172, 195
Acesso Universal às Publicações 159-160, 327
Adorno, T. 148-149, 151
African Journals OnLine 317
Aguiar, A.C. 250
Aje, S.B. 162
Albuquerque, L.C. 245, 250
Alencar, M.C.F. 170 (nota)
Almeida, E.C.E. 320
Almeida, N.B.F. 362, 371
Altbach, P.G. 73, 75, 78, 90, 118
analfabetismo e alfabetização 15, 58, 59, 61, 67-70, 72, 78, 101, 111, 142, 144, 169
Anderson, D. 84, 101, 108, 118
Anderson, M. 80, 119
Andrade, C.D. 380, 382
Andrade, M. 222, 226, 373
Andrade, M.T.D. 216, 221
Aragão, H.B. 273-274, 283
Araújo, E. 40 (nota)
Araújo, F.P. 354
Araújo, V.M.R.H. 244, 249
Archer, R. 234 (nota)
Arends, T. 208, 218, 221
Arensberg, C.M. 119
Arntz, H. 92, 104, 119
Arrighi, G. 119
Artandi, S. 28, 29
arXiv 5 (nota)
Asheim, L. 69, 81-86, 89, 93, 95, 98, 99, 101-103, 107-109, 112, 119, 120, 334, 343
Associação Brasileira de Profissionais da Informação 349
Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas 52 (nota)
Atkins, H. 315, 321
Ato Institucional n. 5 40 (nota)
Auler, H. 1 (nota)

Báez, F. 344
Baker, N. 312, 321
Balazs, S. 67, 122
Banco Mundial 232
Barbosa, A.P. 165, 169
Barbosa, P. 283
barreira linguística 76, 89-90, 282
Barros, M.A.M. 364
bases de dados
  de ciências sociais 252, 256, 260, 261, 263
  importação 158
  internacionais 160-161, 168, 203, 236, 240
  na internet 303, 304
  produção científica brasileira 235
Bastos, M.J.M. 190 (nota)
Battles, M. 306
Beckmann, C. 357
Belluzzo, R.C.B. 221
Belzer, J. 137
Benchimol, J.L. 283
Benge, R.C. 69, 70, 73, 79, 82, 91, 99, 104, 105, 110, 119
Bernal, J.D. 5, 308
Berninghausen, D.K. 81-82, 94, 98, 99, 119, 124
Bernstein, H. 57, 62, 119, 121, 123, 124
Beverly, J. 85, 121
Bibliodata 170 (nota)
bibliofilia 372-382
bibliografia especializada 11, 25, 194, 228, 357

Bibliographia brasiliana 376
Biblioteca de São Paulo 293
Biblioteca Nacional 22, 95, 101, 139, 155, 164, 165, 286, 296
  agência bibliográfica nacional 167-168
  biblioteca digital 260
  Boletim Bibliográfico 165
  comissão parlamentar de inquérito 101
  curso de biblioteconomia 14, 20, 23, 25, 30, 362-366
  estatutos (1821) 181
  Hemeroteca Digital Brasileira 260 (nota)
  serviços e consulta 296-297, 300-301
Biblioteca Nacional de Brasília 293
Biblioteca Nacional Digital 260
Biblioteca Vasconcelos (México) 292
bibliotecário
  aprimoramento cultural 29, 86-87, 129
  base humanística 15
  como administrador 125-137
  competências gerenciais 132
  consciência profissional 20, 117, 197, 345-354
  e censura 181-190
  demanda 368-369
  especializado 8, 11, 14, 16, 27, 357
  formação 8, 10-13, 14-22, 23-30, 125-137, 192-196, 324, 351; *ver também* biblioteconomia – ensino
  generalista 14, 16
  imagem 86, 97, 135, 172, 288, 345-346, 350
  missão 330-344
  níveis diferentes de formação 18
  qualificações 14
  receio da mudança 347
  regulamentação da profissão 357
  status 17-18, 106, 335, 349, 368
bibliotecas 285-306
  acervos 86-93, 98, 101, 105, 176-177, 286, 289, 290, 291, 292, 300-301
  administração 24, 27, 125-137, 366
  arquitetura 302
  conceito e definição 285-286
  digitais 304-305
  e mercado editorial 73, 80, 158, 177, 327
  escolares 132, 177, 293, 294
  especiais 296
  especializadas 10, 109, 295-296, 300
  estrutura organizacional
  histórico 287-297
  imagem 86, 345, 350
  informática 302-305
  na Antiguidade 288-289
  na Idade Média 289, 352
  particulares 85, 175, 297
  públicas 68, 78, 94, 101, 105, 108-111, 125, 139-141, 143, 146-150, 165, 168, 171-186, 222-226, 290-294, 301, 365, 369, 378
  serviços aos usuários 301-302
  tipologia 177
  universitárias 83, 93, 103, 106, 108, 109, 136, 177, 233, 261, 294-295, 301
  virtuais 304-305
bibliotecas-parque 294
biblioteconomia
  cinco leis da 286-287
  comparada 52-124
  definições 15-16
  dilemas 358
  em países em desenvolvimento 52-124
  ensino 8-13, 14-22, 23-30, 125-137, 191-196, 355-356, 362-366, 368
  filosofia 334, 335
  influência francesa 361-363
  influência norte-americana 364-365
  multiplicidade 370
  patrono 352-353
  pós-graduação 133-134, 355-356, 366-368
biblioteconomias 369-370
Bibliotheca Alexandrina 289, 302
Birdsall, W.F. 96, 107, 119
Bireme *ver* Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
Bixler, P. 119
Blackmer, D.L.M. 122
Bluteau, R. 286
Boaz, M.T. 12
Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional 165
Bonn, G.S. 9, 12

Bonny, N.V. 78, 82, 119
Borchardt, D.H. 72, 86, 94, 119
Borges, M.A.G. 371
Borko, H. 29, 199, 201, 205
Bosi, E. 144, 148, 150, 151
Botelho, T.M. 244, 249
Bowden, R. 106, 119
Bradbury, R. 32
Bradford, S.C. 308
Brasiliana 253, 374
Brennen, P.W. 216, 221
Brewster, B.J. 53, 119
Brito, M. 371
Brown, W.S. 7
Brugghen, W.v.d. 92, 119
Burnett, D. 152 (nota)
Burston, G. 101-102, 119

Caderno Cultural do Correio Braziliense 1 (nota)
Cahill, T. 306
CALCO 157, 165, 169
Caldeira, P.T. 285 (nota)
Caldwell, W. 12
Câmara Brasileira do Livro 165
Camargo, A.M.A. 372, 378, 381
Camargo, M.J.A.S. 221
Caminha, P.V. 205
Camões, L. 192 (nota)
Campbell, H.C. 105, 119
Campello, B.S. 246, 250, 285 (nota)
Campiglia, G.O.O. 229 (nota)
Cândido, A. 142
Canfora, L. 306
CAPES *ver* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Capurro, R. 337, 341, 343
Cardoso, J. 221
Carlyle, T. 146
Carnegie, A., 290
Carneiro, R. 169
Carnovsky, I. 84, 120
Carter, D.J. 321
Carter, E.J. 120
Carvalho, A.O. 131, 137
Carvalho, A.T. 376
Carvalho, D.Q. 357
Carvalho, G.F. 30 (nota)
Carvalho, L.F. 221
Casson, L. 306
Castello, M. 283
Castelo Branco, C. 185
Castelo Branco, P.G.F. 14, 136, 222, 226, 290
catalogação 93-97, 103, 126, 155-157, 170, 298-299, 335-347, 358, 363, 366, 369
  atrasada 155, 176
  cooperativa 164, 165, 167, 170
  ensino 16-17, 23-24, 26, 27, 127, 130,
  na publicação 157, 165, 169
  simplificada 155
  social 369
Catalogação Legível por Computador *ver* CALCO
catálogos coletivos 165, 166, 168, 235, 304
catálogo-dicionário 95
Cave, R. 83, 120
censura 40, 181-190, 223, 334, 339, 361
centrais de processamento 164-170
Centre National d'Art et de Culture Georges Pompidou 292, 365
Centro de Informação Tecnológica 230
Centro de Informações Nucleares 317
Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde 206, 251, 262, 304, 311, 317
Cesarino, M.A.N. 132, 137
Chagas, C. (cientista) 283
Chagas, C. (jornalista) 189 (nota)
Chantal, J. de 96, 120
Chico de Paula *ver* Araújo, Francisco de Paula
Choi, M.-H. 120
Churchman, C.W. 42
ciência da informação 11, 12, 23-30, 133, 228, 236, 257, 350, 354, 358, 367, 368, 369
ciências sociais 251-265, 322
  bases de dados 260-262
  periódicos 264-270
Cipolla, C.M. 70, 120
Clapp, V.W. 169

Clarke, A.C. 7
Clarke, T.C. 162
classificação 47, 93-100, 103, 127, 167
  Decimal de Dewey 95, 299
  Decimal Universal 95, 96, 164, 299, 361
  ensino 17, 22, 23, 24, 26, 130, 363, 366
clima tropical 59, 61, 67, 69-71, 78
CNPq *ver* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coblans, H. 25, 29, 221
Cohen, R. 54, 120
colonialismo 56, 75, 100, 112, 253, 325
Columbia College (Nova York) 356
competência científica, avaliação 328
Complexo Cultural da República 293
comunicação científica 1-7, 76, 206, 219-221, 259, 263, 271-284, 307-318
  crise 326-327
COMUT *ver* Programa de Comutação Bibliográfica
Confrey, E.A. 7
conhecimento científico 326
consciência profissional 345-354
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico 220, 227, 234, 235, 237, 245
consultores estrangeiros 52-124
Controle Bibliográfico Universal 154, 167
cooperação 103-108, 126, 153, 164, 166, 167, 169, 191, 199, 205, 237, 248, 249, 370
coordenação 104-107, 166, 168, 227-241, 248, 249
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior 136, 235, 245
Costa, A.M. 141
Costa, B. 373
Costa, S. de 342
Coura, J.R. 283
Coutinho, L. 234 (nota)
Coutinho, M.E.A. 163 (nota)
Cruz, O. 271
Cumming, E.E. (nota) 152
Cunha, A. 216, 221
Cunha, C.F. 120
Cunha, L.A.G. 229 (nota)
currículo mínimo 14-16, 23-24, 361, 366

Darnton, R. 40 (nota)
Darwin, C. 46, 47, 51
DASP *ver* Departamento Administrativo do Serviço Público
Davey, W.P. 216, 221
Davinson, D. 74, 120
Dean, J. 56, 58, 61, 109, 120, 131, 133, 137
Debons, A. 44, 51
Departamento Administrativo do Serviço Público 21, 22, 164, 357
dependência 55-56, 58, 63, 64-65, 112, 179, 196, 197, 200, 203, 205, 217
Dewey, M. 356
Dias, A.C. 29
Dias, E. 283
Dickens, C. 43
Dijk, M.v. 9, 12
ditadura militar e política de informação científica 229-230, 246-247
divulgação científica 235
documentação 48, 104, 127, 227, 231, 358, 360, 361
  ensino 23-28, 134, 357, 361
Doebler, P.D. 36-37, 40 (nota)
Dominatia 55, 123
Downs, R.B. 71, 82, 120
Dumazedier, J. 143, 151
Dust, P.H. 341, 344

Ebla, ruínas de 288
Eclesiastes 3, 217
École Nationale des Chartes 23, 30, 361-362
Edfelt, R. 246, 250
Einstein, A. 46
Emerson, R.W. 338, 344
Ermakoff, G. 306
Escarpit, R. 34, 39, 79, 120, 123, 145, 151
Escola de Sociologia e Política de São Paulo 20, 21
  ensino de ciências sociais 253
Escola Superior de Guerra 229
escrita 33, 67, 68, 76, 142, 144, 285-288

Faculdade Nacional de Filosofia
  ensino de ciências sociais 253

Farradane, J. 28, 29
Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias 153, 163, 164, 176, 331, 332, 342
Fermi, E. 51
Fermi, L. 51
Ferreira, H.C.P. 221
Ferreira, M.L.A.G. 137
Ferreira, V.L. 221
Figueiredo, M.C. 221
Finsterbusch, K. 57, 60, 120
Fioravante, M.A. 170 (nota)
Folger, H.C. 290
Fonseca, E.N. 1 (nota), 13, 19, 29, 137, 306, 336-337, 341, 343
Ford Foundation 114, 153, 255
formação de recursos humanos 8-13, 14-22, 23-30, 125-137, 191-198, 355-371
Foskett, D.J. 13, 27, 28, 29, 30, 72, 120, 123, 169, 387
Fourastié, J. 12, 13
Francis, F.C. 120
Freitas, J.F.T. 284
Friedmann, G. 143, 151
Fulgêncio, C.M. 146, 151
Fundação Carlos Chagas 256, 261, 267
Fundação Getulio Vargas 21, 39, 164, 165-166, 227, 254, 256, 257
Furtado, C. 62, 63, 120
futuro da comunicação 6-7, 31-40

Galvão, B.F.R. 363
Garcia, E.S. 275, 283
Garcia, M.L.A. 247, 250
Gardner, F.M. 64, 68, 113, 121
Gardner, G. 71, 121
Garfield, E. 283, 337
Gascón García, J. 343, 344
Gaspari, E. 190 (nota)
Gelfand, M.A. 106, 121
Gemeinschaft 96, 107, 112
Gerola, I. 221
Gesellschaft 96, 250
Geyerhahn, W. 377
Giambiagi, M. 283
Giambiagi, M.S. 283
Gilmore, K. 109, 121
Glazer, N. 368, 371
Goffman, W. 28, 29
Goldhor, H. 52 (nota)
Gomes, H.E. 25, 29, 137, 370
Gomes, M.Y.F. 246, 250
Gonçalves, N.A.R. 155, 162
Gonod, P. 121
Goody, J. 68, 121
Graeber, M. 221
Gray, R. 342
Greenwood, T. 138, 139, 150
Grillo, S. 364
Guidi, M.L.M. 146
Gunton, D.H. 59, 61, 69, 108, 121
Gutenberg, J. 290, 319
Guy, L.C. 130-131, 137

Hadfield, R.A. 308
Hafenrichter, J.L. 121
Hanke, L. 77, 121
Harris, J.L. 48, 51
Harris, M.H. 289, 306, 337, 343
Harrison, K.C. 121
Harrod, L.M. 121, 306
Havard-Williams, P. 52 (nota), 137
Hemeroteca Digital Brasileira 260 (nota)
Herlin, J.P. 7
HighWire Press 316
Hilton, R. 85, 96, 121
Hodder, B.W. 57, 58, 66, 121
Holanda, S.B. 301, 375, 381
Holloway, M.F. 121
Holm, B.E. 136
Holroyd, G. 133, 137
Hoogvelt, A.M.M. 59, 63, 121
Horrocks, N. 121
Huck-Tee, L. 124
Huntington, H.E. 290
Hutchings, F.G.B. 69, 83, 111, 121

IBBD *ver* Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE *ver* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT *ver* Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFLA *ver* Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
importação de livros 75, 158
Index Medicus Latino-Americano 206
indústria da informação 90, 160, 198, 203
indústria editorial 31-40, 72-80, 154, 156, 158, 177, 309, 310, 322, 340
informação
  científica 2, 8-13, 42, 134, 153, 168, 192, 197-205, 227-241, 242-250, 254, 298, 328, 361
  definição 358-360
  em ciências sociais 251-270
  transferência 197-205
informática 25-26, 28, 169, 242, 243, 246, 337, 345
Information Exchange Groups 5-6
Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação 21, 23, 25, 26, 133, 134, 228, 229, 260, 357, 366
  durante a ditadura militar 229-230
  finalidades 227
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 254, 255, 256, 261
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia 134, 136, 165, 166, 168, 190, 194, 208, 231-237, 245, 261, 366
Instituto Mackenzie 23
Instituto Nacional do Livro 136, 168, 178, 189, 194, 223, 294, 358
Instituto Oswaldo Cruz 271-284, 295
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada 256
institutos do CNPq 234 (nota)
intercâmbio bibliográfico 103, 154, 157-159, 199, 203
International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers 3 (nota), 322 (nota)
International Congress on National Bibliographies 162
International Standard Bibliographical Description 96, 153, 155, 157, 162, 165
International Standard Book Number 156, 168
internet 292, 294, 303-305, 316-320
invisible college 46
IPEA *ver* Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISBD *ver* International Standard Bibliographical Description
ISBN *ver* International Standard Book Number
ISDS *ver* Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Seriadas
Isenberg, A. 78, 122

Jackson, W.V. 29, 113, 122
Johnson, D.C. 83, 122
Johnson, E.D. 289, 306
Journal des Sçavans 1, 2, 3

Kahn, H. 31, 39
Katz, C.S. 84, 122
Kelley, M. 356, 370
Kerr, R. 162
Klempner, I.M. 28, 29
Knox, W.T. 9, 13
Kourilsky, P. 283
Kronick, D.A. 221
Kumar, K. 122

La Belle, T.J. 151
La Regina, S. 378
Lacerda, C. 137
Lacy, D. 73, 77, 81, 82, 89, 122
Lambert, J. 271, 283
Lampedusa, T. 347, 354
Lancaster, F.W. 42, 49, 51, 264, 283
Lancour, H. 27, 29, 68, 122
Larsen, P.O. 3 (nota)
Lasso de laVega, J. 343
lazer e leitura 178
Lázár, P. 13
Lechuga, M.A.C. 221
Leitão, B.J.M. 190 (nota)
leitura 4-5, 68- 69, 72, 78-82, 84, 110, 125, 138-151, 171-175, 178, 179, 184, 187, 195, 222, 245, 285, 323, 337
Lemos, A.A.B. 137
Lengyel, P. 122

Lent, H. 13
Lerner, D. 55, 122
Ley, E.E.G. 364
Library of Congress 97, 157, 160, 180 (nota), 199, 288, 303
  classificação 96, 299
  lista de cabeçalhos de assuntos 95
Licklider, J.C.R. 32-33, 39
Liebaers, H. 153, 162, 163 (nota)
Lima, M.H.T.F. 190 (nota)
Lima, O. 141
Line, M.B. 251, 255, 263
linguagens de indexação 47-48, 76
Lipman, B. 151
Liston, Jr., D.M. 43, 51
literatura
  biomédica 206-222
  científica 3, 100, 110, 235, 314
  oral 67
livro eletrônico 40
Lobato, M. 180 (nota)
Löhner, F. 248, 250
Lohrer, A. 122
Lopera, L.H. 336, 343
López Yepes, J. 336, 343
Lor, P.J. 163 (nota)
Lyons, J. 306

Macedo, V.A.A. 285 (nota)
Machado, A. 341, 344
Machado, D.B. 300
Machado, M.B. 254, 263
Mallarmé, S. 360, 361
Mann, I. 122
Martín Oñate, A. 342
Martínez Rus, A. 331, 341
Martins, W. 187, 373, 380
Martyn, J. 45, 46, 51
Maslow, A. 145, 151
Masson, A. 306
Matarazzo, C. 374, 380, 381
McCarthy, C. 96, 122, 137
McClellan, A.W. 122
McConnel, J.C. 335, 343
McGarry, K. 306
McLuhan, M. 33, 39, 68
Meadows, A.J. 251, 263, 344
Medina, C.A. 146, 151
Melcher, D. 33, 39
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz 271, 273, 277, 278, 280, 283, 284
Meneses, R. 354
Mengsteab, A. 67, 122
Menou, M.J. 76, 91, 122
mercado editorial e bibliotecas 73, 80, 158, 177, 327
Milam, C.H. 376, 381
Milanesi, L.A. 184, 306, 359
Milliet, S. 145, 151
Millikan, M.F. 122
Minder, T. 103, 124
Mindlin, J. 290, 372, 377, 379
Ministério da Ciência e Tecnologia 233, 234, 236, 240, 268
Miranda, A. 245
Missão do bibliotecário, de José Ortega y Gasset 187, 330-344
modernização 55, 126, 134, 199, 200, 231, 277
Modesto, F. 170 (nota)
Monte-Mór, J. 162, 165, 169, 255, 260, 264
Montgomery, K.L. 44, 51
MOOCs 369
Moraes, R.B. 20-21, 123, 181, 188, 290, 364, 367-368, 371, 372-382
Moravcsik, M.J. 55, 92, 123
Morgan, J.P. 290
Mota, E.G.F. 189 (nota)
Moura, O. 376
Muddiman, D. 321
Munn, R.F. 104, 107, 123
Murray, S.A.P. 306
Nadarajah, R. 124
National Academy of Sciences 9, 12, 12
National Lending Library for Science and Technology 3
National Library of Medicine 203, 204
National Science Foundation
  repositório de livre acesso 322 (nota)
Natis 154, 162, 163 (nota)
Neil, S. 39
Neiva, A. 283
Nelson, H. 123
Niehoff, A.H.119

Nitecki, J.Z. 334, 343
normas internacionais 155-156

OAIster 317
Oddone, N.E. 357 (nota)
Ohio Computer Library Center (OCLC) 163 (nota)
Oliveira, E.C.P. 283
Oliveira, M. (nota) 30
Oliveira, V.B. 364
Oliveira, Z.C.P. 346, 354
Olympio, J. 374
open access ver acesso livre à informação
Orera Orera, L. 342
Organização Mundial da Saúde 200, 202, 278
Ortega y Gasset, J. 18, 187, 330-344, 351, 354, 360
Orwell, G. 32
Otlet, P. 34, 40, 50, 163, 336, 338, 339-340, 344, 360, 368

PADCT *ver* Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Paim, A. 284
países em desenvolvimento 10, 52-124, 131-133, 145-146, 152-163, 198-199, 201-204, 217, 219, 311
Paradisia 55, 81, 92, 123
Parker, E.B. 41, 50
Parker, J.S. 52 (nota), 106, 107, 123, 154, 162
patrono da biblioteconomia 352-353
Pavan, C. 234 (nota)
Pedro, dom 150
Penna, C.V. 72, 123, 169
Pereira, L. 145, 151
Peres, F.R. 378
Peres, O.C. 146, 151
periódico científico 1-7, 309-312
  eletrônico 307-322
    venda casada 320
  financiamento 311
  institucional 271-284
  preços das assinaturas 308-309, 310, 313-315
Perry-Widstrand, R. 73, 81, 123
pesquisa científica 326
Phelps, R.H. 7
Philosophical Transactions 1 (nota), 2, 3
Pinchin, R. 221
planejamento
  bibliotecário 104, 128, 129, 134, 135, 159-160, 180, 233, 366-367
  de sistemas de informação 43-45
  do desenvolvimento 10, 113, 227-241
  do setor de informação 159-160, 201, 219-220, 227-241, 242-250, 339
Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias 233
planos nacionais de desenvolvimento 230-231, 245-246
Plumbe, W.J. 70, 123
Población, D.A. 207, 209, 216, 221
política
  de boa vizinhança 364
  de informação 242-250
    na Alemanha 248
Portal de Periódicos da CAPES 314-315
Portela, E. 189 (nota)
Porter, J.R. 7
Pöschl, U. 316, 321
Pownall, J.F. 5
Prado, Y.A. 373
Prefeitura Municipal de São Paulo 21, 357
Proffitt, M. 359
profissões principais e secundárias 368
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico 232
Programa de Apoio a Publicações Científicas 262
Programa de Comutação Bibliográfica 235, 304, 311
Programa Geral de Informação (PGI) 163 (nota)
Programa Informação para Todos 163 (nota)
Programa Intergovernamental de Informática (IIP) 163 (nota)
Programa Universal de Disponibilidade de Publicações 163 (nota)
programas internacionais 152-163
Proust, M. 355

Public Library of Science 317
PubMed Central 316, 317

qualidade do ensino 20, 82, 127, 128, 282, 365

Rabelo, F.L. 21 (nota)
Ranganathan, S.R. 287, 306, 368
Raulino, O.E. 22 (nota)
realidade brasileira 9
recursos humanos 191-196, 236
redes internacionais 158
Redmond, D.A. 95, 123
Reed Elsevier 309-310, 313, 315
Rego, J.G. 363
Reimão, S. 190 (nota)
Reis, A.S. 380
Resender, C.B. 283
Restrepo, H. 88, 124
Reynolds, C.F. 81, 123
Richnell, D.T. 123
Rider, F. 3, 6, 312
Riggs, F.W. 55, 63, 123
Robine, N. 68, 69, 123
Robinson, J.L. 110, 123
Rodrigues, J.C. 375
Rodrigues, O.C. 364
Roosevelt, F.D. 46
Rose, J.B. 163 (nota)
Rosenberg, V. 246, 250
Roxo, C.H.O. 364
Royal Society 1, 3, 278, 308, 318
Rydings, H.A. 99, 106, 107, 123
Sales, H. 189 (nota)
Sallo, D. de 2
Salton, G. 48, 51
Salvan, P. 71, 123, 306
Sambaquy, L.Q. 169, 357 (nota)
Santos, P.C. 170 (nota)
Santos, T. 63, 123,
Saul, J.S. 119
Saunders, W.L. 13, 30
Scheibe, F. 361 (nota)
Schleyer, J.R. 246, 250
Schoene, M.L. 43-44, 51
Schön, D.A. 351, 354
Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition 316
Schur, H. 13, 29
Schwartzman, S. 254, 263, 284
Scielo 257-258, 260, 304, 317
Scliar, M. 189 (nota)
seminário sobre educação e segurança nacional 229
Sens, J.-M. 321
Serran, Â.P. 230
Serviço de Intercâmbio de Catalogação 164
serviços 1, 3, 71, 138, 149, 184, 187
  bibliográficos e de informação 10, 76, 160-162, 168, 193-194, 227, 228, 233-235, 238-240, 247-249, 255, 303, 304, 329, 356
Sewell, P.H. 72, 123, 169
Shanin, T. 120
Sharp, J.R. 43, 51
Shera, J.H. 27, 30
Siddique, A.B. 92, 93, 124
Sigaud, J.-F.X. 206
Silva, L.A.G. 163 (nota)
Silva, M.C.P. 14, 30, 364
Silva, M.B.N. 141, 147, 150
Sinclair, M.P. 124, 166, 167, 169
Sindicato Nacional de Editores de Livros 151, 165
Sistema Internacional de Dados sobre Publicações Seriadas 156
Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica 230-231, 238
sistemas de informação 41-51
Slype, G. v. 9, 12
Smith, Jr., D.C. 124
SNICT *ver* Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica
Soares, G.A.D. 190 (nota)
Sompel, H.V. 315, 321
Sorá, G. 253 (nota)
Sorj, B. 120
Sosa, J.F. 337, 343
Souza, G.T. 30 (nota)
Souza Filho, J.S. 375
Spaey, J. 9, 10, 13
SPARC *ver* Scholarly Publishing and Academic Resources Coalition
Sparck-Jones, K. 48-49, 51

Staikos, K.S. 305
Stavenhagen, R. 58, 124
Steinberg, S.H. 38, 40
Stepanenko, A. 219, 221
Strauss, V. 34, 40
Strickland, J.T. 86, 108, 124
Suaiden, E. 189 (nota)
Susman, T.M. 321
Szent-Györgyi, A. 212

Taradash, D. 187
Taunay, A.E. 373
Tavares, Júlio (pseud. Carlos Lacerda) 137
tecnologia gráfica 31-40
Tell, B. 162
Tenopir, C. 311, 321
Thompson, J. 334, 343
Thompson, L.S. 59, 67, 85, 95, 124
Thomson 310
Tigre, M.B. 353, 354
Tocqueville, A. de 185
Toffler, A. 36, 40
Tollenare, L.F. 142, 151
Tolstoi, L.N. 347, 354
Tota, A.P. 364
transferência de informação 197-205
Trautman, R. 370
Travassos, L. 284
Turner, R. 321

UAP *ver* Acesso Universal às Publicações
UBC *ver* Controle Bibliográfico Universal
Unesco 7, 13, 25, 30, 39, 50, 60, 75, 105, 106, 114, 119, 120-124, 153, 154, 157, 158, 162, 163, 169, 200, 201, 227, 251, 252, 257
Unisist 42, 50, 153, 163 (nota), 201, 205
Universidade de Brasília
  Biblioteca Central 189, 294, 301
  Departamento de Biblioteconomia 11, 128, 132, 134, 366
Universidade de São Paulo
  Biblioteca Central 189
  Biblioteca Guita e José Mindlin 290
  ensino de ciências sociais 253
  Instituto de Estudos Brasileiros 300, 377
Universidade do Distrito Federal
  ensino de ciências sociais 253
Universidade Federal da Paraíba
  mestrado em biblioteconomia 366
Universidade Federal de Minas Gerais
  Centro Virtual de Estudos Políticos 259
  Escola de Biblioteconomia 127, 137, 152, 366
Universidade Federal do Rio de Janeiro
  bases de dados de ciências sociais 256

Vagianos, L. 28, 30
Vann, S.K. 84, 124
Veaner, A.B. 37, 40
Veenstra, J.G. 88, 124
Verhine, R.E.151
Veríssimo, J. 140
Verne, J. 372
Vervliet, H.D.L. 164 (nota)
Vickery, B.C. 42, 51
Vieira, A.S. 26, 30
Vleeschauwer, H.J. de 333, 342, 343
von Ins, M. 3 (nota)

Wallerstein, I. 63, 64, 124
Walter, M.T.M.T. 346, 354
Wanderley, M.A. 47, 51
Watt, I. 68, 121
Weitzel, S.R. 362, 371
Wellcome Trust 321
Wellisch, H. 48, 51, 76, 124
Werneck, H.C.R. 364
Whitten, Jr., B. 103, 124
Wiener, A.J. 31, 39
Wijasuriya, D.E.K 124, 155, 162
Willcox, M.C. 276, 284
Willinsky, J. 322
Wilson, J.J. 30
Worsley, P. 124

Wysocki, A. 163 (nota)
Xuereb, P. 102, 124
Yayoshi, M. 124

Zaher, C.R. 163 (nota), 229 (nota)
Zandonade, T. 338 (nota)
Ziman, J.M. 55, 92, 123

Miolo composto na fonte Minion, da Adobe System,
desenvolvida em 1990 por Robert Slimbach.
Foram utilizados os corpos 11/13,2 e 9/10,8.
Títulos e entretítulos na fonte Aktiv Grotesk,
da Dalton Maag, desenvolvida em 2010
por Fábio Luiz Haag, Bruno Maag e
Ron Carpenter. Foram utilizados
os corpos 14/16,8 e 11/13,2.
Capitulares na fonte AnnStone, desenvolvida
por Dieter Steffmann, na década de 2000.
Papel do miolo: Pólen Soft natural de 70 g/m^2
Papel da capa: cartão Supremo de 250 g/m^2
Impresso na Gráfica Vida e Consciência,
São Paulo, sp, em agosto de 2015.
Tiragem: 500 exemplares.

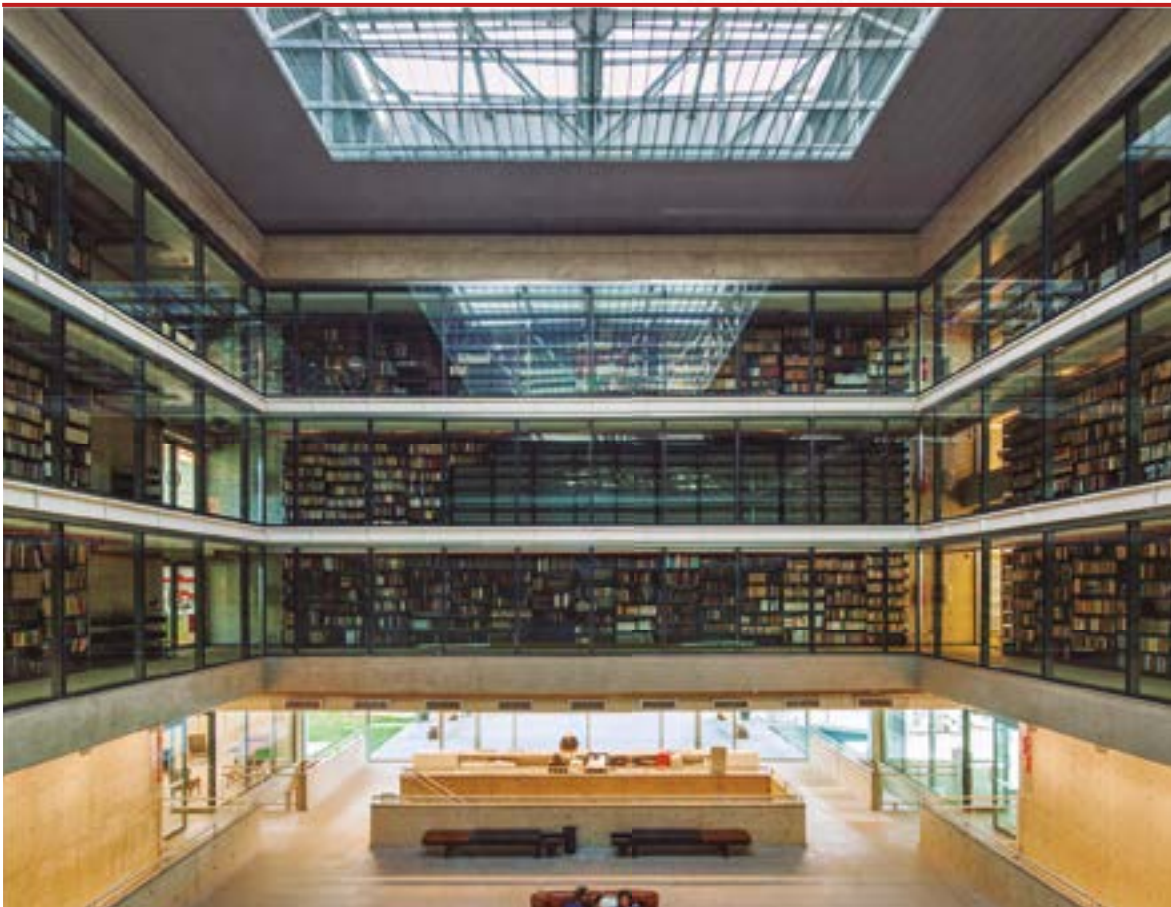
Deve ser ressaltado que o autor não fez uma mera coletânea de seus antigos trabalhos; ele revisou e atualizou muitos dos dados e fatos descritos, tendo, entretanto, o cuidado de apontar essas alterações em nota final ou em notas de rodapé.

Este livro apresenta múltiplas utilidades. Serve como instrumento didático em várias disciplinas profissionais, tanto em nível de graduação como de pós-graduação. Serve ainda como embasamento histórico para o aluno e o profissional no sentido de ajudá-los a compreender melhor a evolução da biblioteconomia, do acesso e da disseminação da informação ao longo das últimas décadas. Esta obra veio preencher uma lacuna na faceta social da biblioteconomia brasileira.

MURILO CUNHA
Faculdade de Ciência da Informação
Universidade de Brasília

O autor (Teresina, PI, 1937) trabalha desde 1957 no campo da biblioteconomia, informação e edição. Fez o Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional e o mestrado, na mesma área, na Loughborough University, no Reino Unido. Mora em Brasília desde 1968, quando foi admitido como professor da Universidade de Brasília, da qual se aposentou em 1992.

Da leitura, dos questionamentos suscitados por esta ampla, profunda e primorosa obra, de inestimável valor histórico e científico, ora em circulação, inscrevem-se novas pautas e referências. Tudo dado e junto construído propicia ao leitor continuar a pensar, conforme recomenda Jorge Luis Borges. Neste sentido, cada capítulo está como na cartografia temática: um objeto de estudo em cada lugar determinado. Os textos mantêm-se no tempo relacionados por fios que unem e tecem as parecenças. De certo modo, ler é refazer vias e percursos. É perceber um trajeto instigante, pleno de temas que seduzem e atraem extraordinárias descobertas.

GILDA MARIA WHITAKER VERRI

BRIQUET DE LEMOS
LIVROS